SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso
AMM

Mato Grosso , 02 de Outubro de 2014 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO IX | Nº 2071

ESTADO DE MATO GROSSO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

CONTRATOS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2014

OBJETO: Fica Aditada Cláusula primeira do Contrato n°010/2014 item 1.2, que terá um acréscimo de 20%(vinte por cento) do valor global do contrato.

CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: **ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA - EPP**

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM
BIÊNIO 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 –Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 –Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 –Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 –Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 –Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 –José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB
GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO
Gerente de Comunicação
Malu Sousa
Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Cuiabá 29 de setembro de 2014

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

Publicado por:
Luciana Pereira dos Santos
Código Identificador:AFCC3A15

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA 31/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição em favor da Sra. LUCIA SALETE PAZDZIORNY PADILHA"

A Diretora Executiva do AGUA-PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 89, incisos "I", "II", "III", da Lei Municipal n.º 869/2006, de 25 de Agosto de 2006.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Tempo de Contribuição** a favor da **Sra. LUCIA SALETE PAZDZIORNY PADILHA**, portadora do RG. n.º 1286842-6 SSP/MT e CPF n.º 291.913.941-04 e Título Eleitoral de nº. 004908191980, Zona "030", Seção "0057", contando com um total de **12.997 dias, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos, 07 (sete) meses e 12 (doze) dias** de tempo de contribuição, efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível "XII", Classe "A",** lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Matrícula Nº 62, com **Proventos Integrais**, conforme o processo do AGUA-PREVI n.º 031/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre,
publique e
cumpra-se.

Água Boa - MT, 01 de Outubro 2014.

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:248FE59D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2014

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2014,** regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, IMPRESSORAS, FILMADORA, COMPUTADOR, TOLDO E OUTROS MATERIAIS PARA

INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE ALTA FLORESTA – MT, PROGRAMA BRASIL CARINHOSO. **Inicio da Sessão:** Dia 22/10/2014. **Horário:** 08:00 horas (Horário Oficial de Mato Grosso). **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta – Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro – Alta Floresta – MT. CEP 78.580-000. Retirada do edital na Prefeitura de Alta Floresta ou através do site www.altafloresta.mt.gov.br, informações pelo telefone (66) 3512-3112.

ALTA FLORESTA-MT, 01 DE OUTUBRO DE 2014

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:6A3FBC9F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
CONTRATO DE OBRA

Segundo termo aditivo ao contrato 169/14
Contratada: Enron Construções ltda ME
Objeto: Instalação elétrica do Centro Esportivo de Alto Araguaia.
Da supressão: Fica o presente suprimido o valor de R$ 5.112,61 (cinco mil cento e doze reais) passando o valor do contrato que era de R$ 156.612,48 (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e doze reais e quarenta e oito centavos) para R$ 151.499,87 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos) nos termos do artigo 65 § 1º da lei 8.666/93.
Data: 01/10/2014

Alto Araguaia 01/10/2014

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:AFBE242C

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
CONTRATO DE OBRA

Contrato 206/2014
Contratada: Lógica Consultoria Ltda-ME
Objeto: Elaboração de Projeto de Perfuração de Poço Artesiano que será Construído na Escola Municipal Joaquim Estevão de Melo e serviço de perfuração de três poços de monitoramento e estudo de fluxo de água para atender Licenciamento do Cemitério.
Prazo: O prazo de vigência do presente contrato é de 91 dias a partir de sua assinatura extinguindo-se em 31/12/2014, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93. O prazo de execução da referida obra é de 60 (Sessenta) dias, a contar da expedição da ordem de serviço, podendo tal prazo ser prorrogado mediante justificativa, desde que haja interesse público ou ocorra caso fortuito ou de força maior.
Valor: O preço total deste contrato é desta forma, de R$ 20.110,00 (vinte mil cento e dez reais).
Data: 01/10/2014

Alto Araguaia 01/10/2014

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:DB63B213

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2014

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para uso da secretaria de administração e aquisição de balcão de refrigeração/expositor (açougue) de 1,50m, e balança eletrônica.
Dia: 15/10/2014.
Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia **15/10/2014**.
Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com
Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **15 de Outubro de 2014**, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Alto Araguaia - MT, 01 de Outubro de 2014.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:884BB74E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 981, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

"Dispõe sobre criação do Conselho Municipal de Educação e dá outras Providências".

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. Cezalpino Mendes Teixeira Junior, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei.
Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação, com o objetivo de executar o disposto no Artigo 205 da constituição Federal, a Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Orgânica do Município.
Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação assegurará na sua composição a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade envolvidos no processo educacional do Município.
Parágrafo 1º - O número de Representantes e os segmentos a que se refere o Caput deste Artigo são os seguintes:
01-Representante do Poder Executivo Municipal:
01 -Representante da Secretaria Municipal de Educação:
04-Representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal;
02-Representantes dos Profissionais da Educação da Rede Estadual;
03 -Representantes dos Conselheiros Deliberativos da Comunidade Escolar segmento dos pais;
01- Representante da Assessoria Pedagógica do Estado - SEDUC;
01 -Representante do Poder Legislativo;
03 -Representantes da Sociedade Civil;
01 -Representante do Conselho Tutelar
Parágrafo 2º - A Composição do Conselho, para efeito de reuniões, não poderá ser inferior a 08 (oito) Representantes.
Parágrafo 3º - Os membros do Conselho serão escolhidos por cada segmento mencionado no parágrafo primeiro e nomeados mediante ato do Prefeito Municipal.

Art. 3º - O Conselho será presidido sempre pelo Secretário Municipal de Educação.
Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 19 de Agosto de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:48FC8A1E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N°06/2014

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO ORIGINAL DE N°076/2012 QUE TEM COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRES DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS DE ALMEIDA COUTO, ENTRE O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS – MT E EMPRESA H.L NOGUEIRA DE MENEZES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.535.515/0001-40.

Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando de n°109/2012/SE, onde solicita- a " Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma e ampliação da Escola Municipal Carlos de Almeida Couto". Fica mediante Comunicação Interna n° 390/2014/SC/ADM, de um lado a Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT e de outro a Empresa H.L NOGUEIRA DE MENEZES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.535.515/0001-40, qualificado no contrato em epigrafe, RESCINDINDO nos Termos do Art. 77 cumulado com o Art.78 e incisos e Art.79 inciso I da Lei 8.666/93, o referido contrato sem ônus para ambas as partes.
Assim, assina o presente instrumento de Rescisão, em 02(duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02(duas)testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Garças - MT, 30 de Setembro de 2014

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito

TESTEMUNHAS:

Marciana Vila Alves
RG:24.917.606-3 SSP/SP
CPF:249.596.688-81

Hugo César Souza Pereira
RG: 538269-9SPTC/GO
CPF:021.468.211-08

Assessoria Jurídica:
ANDERSON OLIVEIRA DE SOUZA
Assessor Jurídico/OAB/MT8.322

Publicado por:
Marciana Vila Alves
Código Identificador:AD98F914

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N° 115/2014

"Dispõe sobre exoneração de Chefe da Seção de Almoxarifado e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...
DECRETA:
Artigo 1º - Fica exonerada, a pedido, do Cargo de **Chefe da Seção de Almoxarifado**, a Senhora **Thais Salatiele Morett dos Santos**, inscrita devidamente no CPF/MF sob o n° 068.203.214-06, nomeada através do Decreto nº 101/2013, de 01 (primeiro) de março de 2013.
Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 30 de setembro de 2014.

MAURICIO JOEL DE SA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:59088784

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N° 116/2014

"Dispõe sobre exoneração de Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...
DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo de **Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente**, o Senhor **Firmino Teixeira**, inscrito devidamente no CPF/MF sob o n° 558.968.041-72, nomeado através do Decreto nº 106/2014, de 09 (nove) de setembro de 2014.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 30 de setembro de 2014.

MAURICIO JOEL DE SA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:2D1EB67E

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N°118/2014

"Dispõe sobre exoneração de Chefe da Seção de Obras e Conservação e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...
DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do Cargo de **Chefe da Seção de Obras e Conservação**, a Senhora **Laura Lúcia Rezende de Souza**, inscrita devidamente no CPF/MF sob o n° 027.064.181-50, nomeada através do Decreto nº 328/2013, de 11 (onze) de dezembro de 2013.
Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 30 de setembro de 2014.

MAURICIO JOEL DE SA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:00B59939

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N° 119/2014

"Dispõe sobre exoneração de Gerente da Divisão de Produção e Pesquisa e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...
DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo de Gerente da Divisão de Produção e Pesquisa, o Senhor **Thiago Martins Barbosa**, inscrito devidamente no CPF/MF sob o n° 007.140.671-99, nomeado através do Decreto nº 0145/2013, de 01 (primeiro) de abril de 2013.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 30 de setembro de 2014.

MAURICIO JOEL DE SA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:FB495097

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N° 120/2014

"Dispõe sobre exoneração de Diretor do Departamento de Educação e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...
DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo de **Diretor do Departamento de Educação**, o Senhor **Mario Garcia Peres**, inscrito devidamente no CPF/MF sob o n° 575.313.318-53, nomeado através do Decreto nº 002/2014, de 03 (três) de janeiro de 2014.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 30 de setembro de 2014.

MAURICIO JOEL DE SA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:BD0AF727

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N° 122/2014

"Dispõe sobre exoneração de Chefe da Seção de Tesouraria e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...
DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo de **Chefe da Seção de Tesouraria**, a Senhora **Kelly Cristine Aparecida da Silva Tomalok** , inscrito devidamente no CPF/MF sob o n° 020.288.271-30, nomeado através do Decreto nº 182/2013, de 03 (três) de maio de 2013. **Artigo 2º**.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 30 de setembro de 2014.

MAURICIO JOEL DE SA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:952498EE

PREFEITURA MUNICIPAL
TOMADA DE PREÇOS 017/2014 – RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Taquari – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Macário Subtil de Oliveira, n.º 848 centro, Alto Taquari – MT, CEP 78.785-000, comunica aos interessados, que a licitação realizada no dia 09/09/2014, as 08h00min, na modalidade Tomada de Preços, objeto: contratação de empresa especializada em serviço de topografia para auxiliar a fiscalização no acompanhamento da locação e nivelamento das aduelas da obra do PAC II, não teve participantes habilitados, tornando o certame FRACASSADO.

Alto Taquari – MT, 01 de outubro de 2014.

CACILDA FERREIRA DOS SANTOS
Presidente da CPL.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:88519A88

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 018/2014

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Comissão Permanente de Licitação no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e 8.883 de 08 de junho de 1994, torna público, para conhecimento dos interessados, na modalidade supra, tendo como objeto: **SELEÇÃO DE MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA CONTRATAÇÃO DE UM ZOOTECNISTA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** licitação realizada no dia 23/09/2014, as 07h00min teve como vencedor a empresa: **DURVAL ROSA PANIAGO JUNIOR**, com proposta no valor de **R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais)** por apresentar menor preço e atender os requisitos do processo licitatório.

Alto Taquari – MT, 01 de outubro de 2014.

CACILDA FERREIRA DOS SANTOS.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:FBA76A12

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL 054/2014 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** PARA FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), COM ENTREGAS PARCELADAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI. Abertura às 07:00h (horário de Mato Grosso) do dia 15/10/2014. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:00 às 13:00 horas, junto a pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari.

Alto Taquari – MT, 01 de Outubro de 2014

JUSINEIA MENEZES DE CARVALHO
Pregoeira.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:906617B5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0583/2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Exonerado a pedido o Sr. **VALDINEI GONCALVES DA CUNHA**, do cargo de **ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS**, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 30 de Setembro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:1A911AEF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 247/2014

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **INACIO KIESIL** ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01/09/2010 à 30/08/2011, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar a Servidora **SILVIA PIERINA ROZZA KRIZANOWSKI,** ocupante do cargo de Pregoeira, referente ao período aquisitivo de 02/05/2012 à 01/05/2013, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014, com abono pecuniário.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar a Servidora **MADALENA HOFFMANN ZIMMER BAUMANN,** ocupante do cargo de Auxiliar Contábil, referente ao período aquisitivo de 01/09/2012 à 30/08/2013, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 4° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **GENIVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Operador de Maquina Rodoviária, referente ao período aquisitivo de 04/03/2001 à 02/03/2012, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014, com abono pecuniário.

Art. 5° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Setembro 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:163F9BE1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 248/2014

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **JOSÉ ANTONIO RODRIGUES DA LUZ PASSOS,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01/09/2012 à 31/08/2013, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **SEDIVAL ARAUJO,** ocupante do cargo de Operador de Maquinas Rodoviárias, referente ao período aquisitivo de 31/03/2012 à 30/03/2013, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **JOSÉ WILTON DA SILVA E SILVA,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01/09/2011 à 30/08/2012, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Setembro 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:EF194C2B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 249/2014

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar a Servidora **LINÉIA RADIN,** ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18/07/2013 à 17/07/2014, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **ELIETE JUSTINO DA SILVA,** ocupante do cargo de Auxiliar de Cozinha, referente ao período aquisitivo de 08/02/2011 à 07/02/2012, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014, com abono pecuniário.

Art. 3° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Setembro 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:86D04DC9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 250/2014

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar a Servidora **ANA MARIA BELASQUE,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 13/10/2009 à 12/10/2010, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014, com abono pecuniário.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **SÉRGIO RUBIO,** ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 01/08/2010 à 31/07/2011, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **LUAN LUIZ MATOS ZAGLI,** ocupante do cargo de Agente Fiscal de Vigilância Sanitária, referente ao período aquisitivo de 04/07/2012 à 03/07/2013, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 4° - Conceder férias regulamentar a Servidora **FABIANA PATRICIA LEOCADIO SOARES PESSOA,** ocupante do cargo de Enfermeira, referente ao período aquisitivo de 28/08/2011 à 27/08/2012, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014, com abono pecuniário.

Art. 5° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Setembro 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:2147768C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 251/2014

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **ANTONIO LUIZ DOS SANTOS QUEIROZ,** ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Supervisão e Orientação, referente ao período aquisitivo de 18/06/2013 à 17/06/2014, e período de gozo de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Setembro 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:A4E05D83

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL
ARAPUTANGA - CÂMARA MUNICIPAL - LRF 2. QUADRIM/2014

PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE/2014

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.116.926,06
Pessoal Ativo	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	1.116.926,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	29.534.521,76
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	3,78%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <6%>	1.772.071,30
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <5,6%>	1.653.933,21
FONTE: SETOR DE CONTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA MT	
PREFEITURA MUNICIPALDE ARAPUTANGA MT/SETOR DE CONTABILIDADE	

JOEL MARQUES DE QUEIROZ
Presidente

GEAZI ALVES BORGES
Contador
CRC MT – 014556/O-8

Publicado por:
Vera Lucia de Souza Silva
Código Identificador:33652816

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1133/2014

Dispõe sobre a Regulamentação do Parque Industrial e Tecnológico do Município de Araputanga, estabelece incentivos à instalação de indústrias, institui o programa de desenvolvimento Industrial (PDI) e dá outras providências.

SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PARQUE INDUSTRIAL

Art. 1. Esta lei regulamenta o Parque Industrial e Tecnológico do município de Araputanga, destinado à instalação de novas indústrias,

à transferência, ampliação ou criação de filiais das já estabelecidas no território municipal.

Art. 2. O Município executará a infraestrutura do Parque Industrial, que compreenderá a abertura de ruas, e demais obras e serviços necessários ao seu adequado funcionamento, obedecidas às disponibilidades financeiras e as prioridades administrativas.

§ 1º terão execução prioritária as obras e infraestrutura básica exigíveis nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicável.

§ 2º As obras de pavimentação, galerias de águas pluviais, guias e sarjetas poderão ser executadas em parceria com os contemplados ou adquirentes de terrenos no parque.

Art. 3. Nos limites dos recursos alocados no orçamento e das disponibilidades financeiras, o Poder Executivo executará a política de incentivos à instalação de novas indústrias no Município, nos termos da presente Lei.

Art. 4. A organização e coordenação da utilização, funcionamento e desenvolvimento do Parque Industrial, obedecerão à legislação municipal aplicável e as normas federais e estaduais incidentes, cabendo ao Poder Executivo adotar as medidas necessárias à consecução dos objetivos expressos no art. 1º desta Lei.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA DE INCENTIVOS

Art. 5. O Município, nos limites dos recursos disponíveis e em consonância com as diretrizes do governo Municipal, assessorado pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), poderá conceder os seguintes incentivos destinados à instalação de novas indústrias, à transferência, ampliação ou criação de filiais das já existentes e ao fomento das atividades industriais:

I – Concessão de direito real de uso de imóvel, com cláusula de resolução ou reversão, se a empresa não se instalar na forma de projeto aprovado, no prazo a ser estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, de acordo com o empreendimento, contados do início de seu funcionamento;

II – Doação de lotes industriais, quando for de interesse público e mediante lei específica;

III – Colaboração, mediante convênios, com órgãos ou instituições federais e estaduais e entidades privadas de pesquisa, assessoramento técnico e empresarial;

IV – Colaboração na capacitação de trabalhadores, mediante convênio com empresas interessadas e entes públicos ou privados de aprendizagem industrial e formação técnica;

V – Colaboração na execução de projetos de proteção ambiental, mediante convênio de mútua colaboração com órgãos federais e estaduais, empresas e entidades ou instituições universitárias.

§ 1º. Também poderão ser beneficiados com os incentivos previstos neste artigo, empresas prestadoras de serviços que empreguem nas suas atividades-meio, processos industriais em geral.

§ 2º. A concessão de qualquer dos incentivos previstos neste artigo será outorgada por lei autorizativa específica, mediante prévia análise do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

Art. 6. A concessão dos lotes industriais ficará condicionada ao cumprimento, pelas concessionários, das seguintes cláusulas e condições:

I – Obrigação de iniciar a construção do prédio industrial no prazo máximo de 4 (quatro) meses e de dar início às atividades produtivas no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura provisória/ cessão de uso e, em sendo o caso, da data do termo administrativo;

II – Obrigação de manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade industrial inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder público Municipal;

III – Indisponibilidade do bem adquirido para alienação ou oneração pelo prazo de estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, contados da data da escritura definitiva, salvo mediante prévia e expressa concordância do Poder Público Municipal e na hipótese prevista no inciso II do artigo seguinte;

IV – Indisponibilidade do bem adquirido para arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe sua transferência a terceiros, salvo quando expressa e previamente autorizado pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único: Em nenhuma hipótese os imóveis do Parque Industrial, serão utilizados para fins residenciais.

Art. 7.No instrumento de concessão de direito real de uso, deverá, obrigatoriamente, constar cláusula resolutória do contrato e do domínio do imóvel, caso haja descumprimento pela concessionário de qualquer das condições estabelecidas no artigo antecedente, devendo conter, ainda, as seguintes condições:

I – Resolubilidade da concessão com requisição do bem pelo Município, acrescido das benfeitorias, na hipótese de extinção da empresa ou sociedade ou, ainda, de cessação definitiva das atividades industriais instaladas;

II – Possibilidade de oneração, hipotecária ou outra, do imóvel adquirido, em garantia de financiamento para edificação ou instalação do estabelecimento industrial no imóvel, vinculando-se o credor à manutenção da destinação do imóvel, mediante autorização do município.

§ 1º. No caso de resolução da transação com reincorporarão do imóvel ao patrimônio municipal, nas hipóteses previstas neste artigo, a empresa inadimplente não terá direito a qualquer indenização das benfeitorias realizadas.

§ 2º No caso de alienação do imóvel à terceira pessoa ou de sucessão comercial, sempre precedidos de autorização pelo Poder Público Municipal, os sucessores ficarão sujeitos às condições previstas neste artigo e no artigo 8º desta lei.

§ 3º. Findo o prazo de concessão de direito real de uso, e cumpridas as finalidades do instrumento concessório, será outorgada escritura pública de doação do imóvel ao concessionário.

Art. 8. A inscrição dos interessados será formalizada através de preenchimento de ficha de inscrição a ser protocolada junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial, com todos os dados necessários à seleção, além da apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório, dentre os quais, necessariamente:

I – Registro comercial, em se tratando de empresário;

II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrados, e se tratando de sociedades comerciais, acompanhados, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus administradores;

III – cartão atualizado do C.N.P.J.

IV – relatório ou memorial identificando e descrevendo o empreendimento a ser implantado no imóvel pretendido;

V – indicação da área necessária ao empreendimento a que a empresa se propõe, no caso de oferta pelo Município de vários lotes industriais.

Art.9. As empresas e empreendedores considerados habilitados e interessados em receber os incentivos e/ou benefícios, deverão apresentar, os seguintes documentos contendo as seguintes informações:

I – Apresentação do projeto de viabilidade econômica;

II – Em caso de empresa já em funcionamento, esta deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrativo de resultados do exercício anterior;

III – Capacidade produtiva da unidade a ser instalada e/ou ampliada;

IV – Previsão de faturamento;

V – Previsão de geração de empregos diretos e indiretos;

Art. 10. A habilitação das empresas inscritas resultará do atendimento dos pré-requisitos exigidos e da apresentação da documentação solicitada, nos termos dos artigos anteriores, constituindo-se em pré-condição para participar da fase de seleção.

Art. 11. Fica criado o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (CDI), como órgão consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo, nas questões relativas à política de apoio, incentivo e desenvolvimento industrial no Município de Araputanga.

Art. 12. O poder executivo municipal definirá por meio de decreto a composição do Conselho de Desenvolvimento Industrial, órgão consultivo e deliberativo, que será responsável pela análise dos projetos de instalação de empresas no Parque Industrial e Tecnológico do Município de Araputanga.

Art. 13. Compete ao CDI:

I – promover estudos e planejar medidas e estratégias visando a consecução dos objetivos da presente lei e ao desenvolvimento industriais no município;

II – sugerir diretrizes para a promoção e coordenação da politica municipal de incentivo ao desenvolvimento industrial;

III – apresentar ao Poder Executivo programas de atividades como sugestão à politica de desenvolvimento industrial no município e melhoria das condições de vidas dos trabalhadores;

IV – fiscalizar os atos de execução da politica de desenvolvimento industrial do município;

V – opinar, previamente, sobre a concessão de incentivos fiscais, auxílios e subvenções a empresas industriais nos termos desta lei e legislação complementar que for editada;

VI – manter intercâmbio com entidades oficiais, federais, estaduais e municipais, e com entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, objetivando obter informações técnicas ou operacionais que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades industriais;
VII – sugerir ao Executivo a realização de convênios, ajustes ou acordos com entidades oficiais, federais, estaduais e municipais, ou instituições públicas ou privadas de pesquisa e ensino, visando à integração de programas a serem por estes desenvolvimentos no Munícipios, na área de apoio e incentivo à indústria local;

VIII – assessorar o Poder Executivo em assuntos relacionados com a implantação do Parque Industrial, sua ocupação e coordenação de seu funcionamento, sugerido providências e manifestar-se por escrito, sempre que solicitado.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará no que couber, por meio de decreto, a presente lei, inclusive, se necessário, no que diz respeito ao zoneamento de ocupação para os diversos tipos de industriais, na área do Parque Industrial.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao 01(um) dia do mês de Outubro (10) do ano de dois mil e quatorze (2014).

SIDNEY PIRES SALOMÉ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Monteiro Tavares
Código Identificador:AC832411

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.134/2014.

SÚMULA: AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar pessoal por tempo determinado nas quantidades e especificações constantes do Anexo – I desta lei.

Art. 2º. As contratações de que trata o artigo anterior serão precedidas de processo seletivo simplificado.

Art. 3º. O prazo de vigência dos contratos efetivados nos termos desta lei será de até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis, justificadamente, mediante relevante interesse público, por igual período.

Art. 4º. Os contratados nos termos desta lei não poderão ser cedidos ou gozar de licenças ou afastamentos, excetos aqueles garantidos por lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes das contratações previstas nesta lei serão custeadas com recursos próprios do Município e serão empenhadas em dotação específica, onerando o orçamento de 2014.

Art. 6º. Aplicar-se-á, para os fins desta lei, no que couberem, as disposições da Lei Municipal nº 699/2006.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao 01 (um) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e quatorze (2014).

SIDNEY PIRES SALOMÉ
Prefeito Municipal

ANEXO – I

LEI MUNICIPAL Nº 1.134/2014

Quant.	Descrição do cargo	CHS	Requisitos	Vencimento
01	Enfermeiro PSF	40	Ensino superior completo em enfermagem e registro no respectivo conselho.	R$ 5.205,96

Publicado por:
Emerson Monteiro Tavares
Código Identificador:DF13945C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 113/2014

Termo de Distrato do Contrato Temporário que celebram a Prefeitura Municipal de Araputanga MT e a Senhora Paolla Campos Apolinário dos Santos da Costa , de acordo medidas e cláusulas seguintes.

A Prefeitura Municipal de Araputanga, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Antenor Mamedes, 911, inscrita no CNPJ sob o n.º 15023914/0001-45, neste ato representada pelo Sr. SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade N.º 413622 SSP MT, e CPF. N.º 378584241-49, doravante denominado de Distratante, e a Senhora Paolla Campos Apolinário dos Santos da Costa, portadora da cédula de identidade N.º 17669863 SSP/MT e CPF N.º 020.622.181-92, residente e domiciliada neste município, fica distratado para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Contratante por razões internas e próprias resolve distratar o Contrato temporário nº 113/2014, cujo objeto era de "Prestação de Serviços Temporário no cargo de Agente de Limpeza Pública", resolvendo as partes rescindir o contrato até então vigente, nos termos da cláusula VIII constante no contrato temporário.

CLÁUSULA SEGUNDA - Com a celebração do presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário nº. 113/2014, a partir de 25 de setembro de 2014.

Por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Distrato, em duas vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo.

Araputanga MT, 25 de setembro de 2014.

SIDNEY PIRES SALOMÉ
Prefeito Municipal
Distratante

PAOLLA CAMPOS APOLINÁRIO DOS SANTOS DA COSTA
Agente de Limpeza Pública
Distratada

Publicado por:
Fabiana da Silva Ramos
Código Identificador:1B2B73D4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.480/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 48.950,52 (QUARENTA E OITO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1090/2013 de 17 de dezembro de 2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.
DECRETA:
ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R 48.950,52 (quarenta e oito mil novecentos e cinquenta reais e cinqüenta e dois centavos) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
06.001.08.122.0009.2013 - Manutenção e Encargos da SEMUAS			
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	01.00	R$	9.000,00
07.002.12.361.0013.2035 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental			
3390.1400 - Diárias	01.01	R$	1.500,00
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	01.01	R$	5.500,00
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	01.01	R$	7.000,00
08.003.26.782.0017.2053 - Conservação de Estradas Vicinais (inclusive pontes)			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	01.00	R$	19.290,52
08.004.17.512.0018.2057 – Manutenção e Encargos do DAE			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	01.00	R$	4.500,00
11.002.27.812.0029.2082 - Manutenção das Atividades do Esporte e Lazer			
3390.1400 - Diárias	01.00	R$	2.160,00
TOTAL		**R$**	**48.950,52**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
07.002.12.361.0013.2035 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental			
3390.3000 – Material de Consumo	01.01	R$	7.000,00
3390.9300 - Indenizações e Restituições	01.01	R$	4.000,00
07.002.12.361.0013.2043 - Manutenção de Atividades comp. de Aprendizagem			
3390.3900 - -Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	01.01	R$	3.000,00
11.002.27.812.0029.2082 - Manutenção das Atividades do Esporte e Lazer			
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	01.00	R$	2.000,00
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	01.00	R$	160,00
11.01.23.695.0028.2078 - Manutenção e Encargos da SEMTUR			
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	01.00	R$	9.000,00
12.001.18.541.0030.2085 - Manutenção e Encargos da SEMAM			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	01.00	R$	23.790,52
TOTAL		**R$**	**48.950,52**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 25 de setembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças
MAT

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:B4FF3647

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO N° 118/2014

AO CONTRATO Nº 113/2014 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; MARCIO ANTONIO RAMOS –ME; ADITAMENTO DE PRAZO E VALOR; VALOR GLOBAL ADITADO: R$ 37.500,00 ; VIGENCIA: 27/09/2014 A 27/10/2014.

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:8EA440D4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO N° 026/2014

REFERENTE AO CONTRATO N° 174/2013 E ALTERAÇÕES REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO (A) PARA TRABALHAR 40 HORAS SEMANAIS NO PSF DE CONSELVAN, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO; DISTRATADA: srª ROSANGELA LAVAGNOLI; SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA; a partir do dia 1°/09/2014.

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:1D07E962

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.481/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1172/2014 de 22 de setembro de 2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
09.001.10.301.0020.2063 – Manutenção das Ações do PAB – Bl 01			
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA	01.02	R$	50.000,00
TOTAL		**R$**	**50.000,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
09.002.10.302.0021.2066 – Man. Ações do Atend. Hosp. Amb. E Emerg. Bl 02			
3390.3400 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização	01.14	R$	50.000,00
TOTAL		**R$**	**50.000,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 25 de setembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças
MAT

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:AC5E4CD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 106/2014, levado a efeito às **08h00min** do dia **26/09/2014**, sagrou-se vencedora a empresa: **JOSE RODRIGUES**

Aripuanã - MT 01 de Outubro de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:609E30D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 101/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 101/2014, levado a efeito às **08h00min do dia 29/09/2014**, teve como resultado: ***LICITAÇÃO DESERTA.***

Aripuanã - MT, 01 de Outubro de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:9E6DA8C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 108/2014, levado a efeito às **08h00min** do dia **01/10/2014**, sagrou-se vencedora a empresa: **ANTÔNIO JOSÉ MOLINA DE CASTRO 35137717894**

Aripuanã - MT 01 de Outubro de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:11416231

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.021/2014, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Contratação de empresa do ramo artístico para prestação de serviço em realização de show musical gospel em comemoração ao dia do evangélico, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.** Início da Sessão: **Dia 15/10/2014, às 10h00min (dez horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 8h às 11:30h ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 01 de Outubro de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:08EF2243

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA
EXTRATO DE QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 052/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.
CONTRATADA: TAYNA – CONSTRUÇÃO, CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME
VALOR GLOBAL DO CONTRATO R$: 223.070,18 (Duzentos e vinte e três mil setenta reais e dezoito centavos).

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação da vigência do Contrato nº. 052/2013 que consiste na Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS-IV) com área a ser construída de 166,24m², pelo período de 4 (quatro) meses.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia–MT. 25 de Setembro de 2014.

JOEL FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Célio José de Olveira
Código Identificador:CE738B7C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 174/2014

Contrato Número: 174/2014
Data: 01/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte
Contratado: IVANIR GONÇALVES CAVALHEIRO
Matricula: 004173
Secretaria de Educação e Cultura

Prestação de Serviço como: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Valor: R$ 820,13
Dotação: 05.014.12.361.0006.02102.3.1.90.04.00.0.1.19.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:DF265CCF

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 175/2014

Contrato Número: 175/2014
Data: 01/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte
Contratado: CLEBER ALVES DE LIMA
Matricula: 004175
Secretaria de Educação e Cultura

Prestação de Serviço como: PROFESSOR
Valor: R$ 763,82
Dotação: 05.013.12.361.0006.02096.3.1.90.04.00.0.1.18.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:F0FFC94C

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 176/2014

Contrato Número: 176/2014
Data: 01/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte
Contratado: MARILENE SERAFIM DE SOUZA
Matricula: 004174
Secretaria de Educação e Cultura

Prestação de Serviço como: PROFESSOR
Valor: R$ 678,95
Dotação: 05.013.12.361.0006.02096.3.1.90.04.00.0.1.18.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:2809BE92

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 177/2014

Contrato Número: 177/2014
Data: 01/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte
Contratado: LUCAS DOS SANTOS MIRANDA
Matricula: 004176
Secretaria de Educação e Cultura
Prestação de Serviço como: PROFESSOR
Valor: R$ 763,82
Dotação: 05.013.12.361.0006.02096.3.1.90.04.00.0.1.18.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:9ADF1D72

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 178/2014

Contrato Número: 178/2014
Data: 08/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte
Contratado: ROSILAINE PEREIRA DA SILVA
Matricula: 004178
Secretaria de Saúde
Prestação de Serviço como: AGENTE DE INFRAESTRUTURA
Valor: R$ 787,32
Dotação: 06.001.10.302.0012.02038.3.1.90.04.00.0.1.00.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:1F32E107

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 179/2014

Contrato Número: 179/2014
Data: 09/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte
Contratado: VIVIANE COELHO DA ROSA
Matricula: 004181
Secretaria de Saúde

Prestação de Serviço como: AGENTE DE INFRAESTRUTURA
Valor: R$ 787,32
Dotação: 06.001.10.302.0012.02038.3.1.90.04.00.0.1.00.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:57CC49D2

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 180/2014

Contrato Número: 180/2014
Data: 12/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte
Contratado: VANESSA DE FREITAS PEREIRA
Matricula: 004182
Secretaria de Saúde

Prestação de Serviço como: AGENTE DE INFRAESTRUTURA
Valor: R$ 787,32
Dotação: 06.001.10.302.0012.02038.3.1.90.04.00.0.1.00.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:8B4DDBEA

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 181/2014

Contrato Número: 181/2014
Data: 12/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte

Contratado: VISMAR COELHO DO NASCIMENTO
Matricula: 004183
Secretaria de Educação e Cultura
Prestação de Serviço como: AGENTE DE TRANSPORTE-ESCOLAR
Valor: R$ 1145,27
Dotação: 05.013.12.361.0006.02096.3.1.90.04.00.0.1.18.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:5E7995A4

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 182/2014

Contrato Número: 182/2014
Data: 12/09/2014
Data Término: 31/12/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Brasnorte
Contratado: MARIA FERREIRA DE LIMA
Matricula: 004184
Secretaria de Educação e Cultura

Prestação de Serviço como: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
Valor: R$ 787,32
Dotação: 05.013.12.361.0006.02096.3.1.90.04.00.0.1.18.000000

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:06644922

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISTRATO Nº 042/2014

EXTRATO DO DISTRATO Nº 136/2013
Distrato Nº 042/2014
Tipo: Contratação de Prestação de Serviço por Tempo Determinado
Contrato: 136/2013
Contratado: Silvana Rosa de Oliveira
Objetivo: Rescisão a pedido do contratado
Matricula: 3950
Cargo: Técnico da Saúde
Data: 02/09/2014

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:4EC82D01

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISTRATO Nº 043/2014

EXTRATO DO DISTRATO Nº 036/2013
Distrato Nº 043/2014
Tipo: Contratação de Prestação de Serviço por Tempo Determinado
Contrato: 036/2013
Contratado: Gladis Inês Mertens
Objetivo: Rescisão a pedido do contratado
Matricula: 3811
Cargo: Professor
Data: 08/09/2014

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:323C124E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISTRATO Nº 044/2014

EXTRATO DO DISTRATO Nº 035/2014
Distrato Nº 044/2014
Tipo: Contratação de Prestação de Serviço por Tempo Determinado
Contrato: 035/2014
Contratado: Heide Biktsawa Rikbaktatsa
Objetivo: Rescisão a pedido do contratado
Matricula: 4014
Cargo: Professor
Data: 08/09/2014

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:01AD81DF

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISTRATO Nº 045/2014

EXTRATO DO DISTRATO Nº 123/2014
Distrato Nº 045/2014
Tipo: Contratação de Prestação de Serviço por Tempo Determinado
Contrato: 123/2014
Contratado: Cesar Borges de Lima
Objetivo: Rescisão a pedido do contratado
Matricula: 4104
Cargo: Agente de Transporte-Escolar
Data: 08/09/2014

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:0953808D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISTRATO Nº 046/2014

EXTRATO DO DISTRATO Nº 001/2014
Distrato Nº 046/2014
Tipo: Contratação de Prestação de Serviço por Tempo Determinado
Contrato: 001/2014
Contratado: Hugo Fernando Valeguzki Lenzi
Objetivo: Rescisão a pedido do contratado
Matricula: 3976
Cargo: Médico Cirurgião Geral
Data: 15/09/2014

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:19539CCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº. 070/2014

CONTRATADA: ROGÉRIO GUEDES DA SILVA - MEI
OBJETO: Prestação de Serviços na Troca e Manutenção de Lâmpadas dos Super Postes das Avenidas Senador Julio Campos, General Osório e Rua Tibagi.
VALOR: R$ 7.800,00
EXECUÇÃO: 13/10/2014
VIGÊNCIA: 29/10/2014
DATA: 29/09/2014

Publicado por:
Jeanne Folador
Código Identificador:20FB486C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº. 071/2014

CONTRATADA: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
OBJETO: Aquisição de veículos novos.
VALOR: R$ 64.000,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014
DATA: 30/09/2014

Publicado por:
Jeanne Folador
Código Identificador:51EF72EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 048/2013

CONTRATADA: CARLITO OLIVEIRA SANTOS - ME
OBJETO: Prorroga prazo de vigência e valor em razão da necessidade da Contratante em continuar recebendo os relevantes serviços prestados pela Contratada.
VALOR: R$ 8.580,00

VIGÊNCIA: 31/12/2014
DATA: 30/09/2014

Publicado por:
Jeanne Folador
Código Identificador:F6842BAF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULAVISO DE RESULTADO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2014.TADO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2014.

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Objeto: Chamada Pública, visando Credenciamento de Fornecedores e o recebimento dos Projetos de Vendas de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar provenientes da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, Chamada Publica do tipo Menor Preço**,** para atender a Alimentação Escolar dos alunos matriculados nas Unidades Escolares, por um período de 12 meses, no município de Cáceres/MT.

Despesas: Gasto com Educação e PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.
Órgão/Unidade: 07.070.2.0
Projeto/Atividade: 12.306.1019.2.075 e 12.306.1019.2076
Natureza das Despesas: 3.3.90.30.00.00
Fonte de Recursos: 0.1.01.00.00.00 (gasto com Educação) e 0.1.15.00.00.00 (Pnae)

Vencedores: COMPRUP – COOPERATIVA MISTA DE PRODUTORES RURAIS DE POCONÉ LTDA venceu nos itens 2, 4, 7, 8, 12, 16, 18, 20, 21, 23, e 25 perfazendo o valo total de **R$ 66.729,97** (sessenta e seis mil setecentos e vinte nove reais e noventa e sete centavos), ASSOCIAÇÃO FLOR DE IPÊ venceu nos itens 3, 11 e 14 perfazendo o valor de **R$ 43.918,00** (quarenta e três mil novecentos e dezoito reais), ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS, venceu nos itens 5, 9, 10, 13 e 19 perfazendo o valor total de **R$ 40.281,80** (quarenta mil duzentos e oitenta e um real e oitenta centavos) e ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS ARARAS DO PANTANAL venceu nos itens 26 perfazendo o total de **R$ 2.610,00** (dois mil reais e dez centavos).

Observação: Certificamos a abertura do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir desta data, para à quem interessar, conforme entendimento, Interpor Recurso, em consonância com o estabelecido no parágrafo 6º do artigo 109 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, **01 de Outubro de 2014.**

ALICE DE FÁTIMA GONZAGA ARAUJO
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Cristiane Cebalho de Oliveira
Código Identificador:27EEF1F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 431 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 26459 de 18 de setembro de 2014,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear o senhor **MARCO ANTONIO VARGAS GEMIO**, para exercer o cargo em Comissão de **Coordenador das Atividades do Sistema APLIC,** da Secretaria Municipal de Administração, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 19 de setembro de 2014.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de setembro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

ANILCE RIBEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 26.09.2014

Publicado por:
Ivanir Viana e Silva
Código Identificador:A61797B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 477 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 25687, de 11 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Revogar a Portaria nº 036, de 22 de fevereiro de 2005, que designou o servidor **Esmael Sortica Gomes**, para exercer a função de Chefe da Divisão de Serviços Elétricos e Hidráulicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 08 de setembro de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de setembro de 2014.

VALTER DE ANDRADE ZACARKIM
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 29.09.2014

Publicado por:
Ivanir Viana e Silva
Código Identificador:CDF399FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 478 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 25687, de 11 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **Demis Rogério Rodrigues da Costa**, para exercer a função de Chefe da Divisão de Serviços Elétricos e Hidráulicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 08 de setembro de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de setembro de 2014.

VALTER DE ANDRADE ZACARKIM
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 29.09.2014

Publicado por:
Ivanir Viana e Silva
Código Identificador:30F3303A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 482 DE 30 DE SETEMBRO 2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 26400, de 18 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.3º Caso o prazo acima citado não seja suficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito a Secretaria Municipal de Administração, que autorizará, mediante despacho, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de setembro de 2014.

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 30.09.2014

Publicado por:
Ivanir Viana e Silva
Código Identificador:7111CA9F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.130/2006 11 DE JULHO DE 2006

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ÍNDICE

Título I. 7
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. 7
Título II. 8
DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA E DA DISPONIBILIDADE.. 8
Capítulo I. 8
DO PROVIMENTO.. 8
Seção I. 8
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. 8
Seção II. 9
DO CONCURSO PÚBLICO.. 9
Seção III. 11
DA NOMEAÇÃO.. 11
Seção IV.. 12
DA POSSE.. 12
Seção V.. 13
DO EXERCÍCIO.. 13
Subseção I. 13
DA CESSÃO.. 13
Subseção II. 14
DO AFASTAMENTO AUTOMÁTICO POR PRISÃO.. 14
Seção VI. 15
DA AVALIAÇÃO PROBATÓRIA.. 15
Capítulo II. 17
DA ESTABILIDADE.. 17
Capítulo III. 18
DA REINTEGRAÇÃO.. 18
Capítulo IV.. 18
DA REVERSÃO.. 18
Capítulo V.. 19
DO APROVEITAMENTO.. 19
Capítulo VI. 20
DA LIMITAÇÃO E DA READAPTAÇÃO.. 20
Capítulo VII. 20
DA RECONDUÇÃO.. 20
Capítulo VIII. 21
DA CONTRATAÇÃO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.. 21
Capítulo IX.. 21
DA REDISTRIBUIÇÃO.. 21
Capítulo X.. 21
DA REMOÇÃO.. 21
Capítulo XI. 22
DA SUBSTITUIÇÃO.. 22
Capítulo XII. 22
DA ACUMULAÇÃO.. 22
Capítulo XIII. 23
DA VACÂNCIA DE CARGOS. 23
Capítulo XIV.. 23
DA APOSENTADORIA.. 23
Capítulo XV.. 23
DA DISPONIBILIDADE.. 23
Título III. 24
DOS DIREITOS E VANTAGENS. 24
Capítulo I. 24
DO TEMPO DE SERVIÇO.. 24
Capítulo II. 25
DAS PROGRESSÕES E DAS GRATIFICAÇÕES. 25
Capítulo III. 25
DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS. 25
Seção I. 27
DAS DIÁRIAS. 27
Seção II. 27
DO ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS. 27
Seção III. 28
DO SALÁRIO-FAMÍLIA.. 28
Seção IV.. 28
DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.. 28
Seção V.. 28
DA GRATIFICAÇÃO NATALINA OU 13º SALÁRIO.. 28
Seção VI. 29
DO ADICIONAL NOTURNO.. 29
Seção VII. 29
DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.. 29
Capítulo IV.. 30
DAS FÉRIAS. 30
Capítulo V.. 31
DO HORÁRIO ESPECIAL PARA ESTUDANTE.. 31

Capítulo VI. 31
DO HORÁRIO ESPECIAL PARA AMAMENTAÇÃO.. 31
Capítulo VII. 32
DAS LICENÇAS. 32
Seção I. 32
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 32
Seção II. 33
DA LICENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO.. 33
Seção III. 33
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.. 33
Seção IV.. 34
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.. 34
Seção V.. 35
DA LICENÇA À GESTANTE.. 35
Seção VI. 35
DA LICENÇA-ADOTANTE.. 35
Seção VII. 36
DA LICENÇA PATERNIDADE OU ADOTANTE.. 36
Seção VIII. 36
DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR.. 36
Seção IX.. 36
DA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES. 36
Seção X.. 37
LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE.. 37
Seção XI. 38
DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO.. 38
Seção XII. 38
LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO.. 38
Seção XIII. 39
DA LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO.. 39
Seção XIV.. 40
DA LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE MANDATO CLASSISTA.. 40
Capítulo VIII. 40
DA SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.. 40
Seção I. 41
DOS EXAMES OCUPACIONAIS DE SAÚDE.. 41
Subseção I. 41
DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL.. 41
Subseção II. 42
DO EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE.. 42
Subseção III. 44
DO EXAME DE FUNÇÃO ESPECIAL.. 44
Subseção IV.. 44
DO EXAME DE SAÚDE PARA RETORNO AO TRABALHO.. 44
Subseção V.. 45
DO EXAME DE SAÚDE DEMISSIONAL.. 45
Seção II. 45
DO ACIDENTE DE TRABALHO E DA DOENÇA OCUPACIONAL.. 45
Seção III. 46
DA SEGURANÇA DO TRABALHO.. 46
Seção IV.. 46
DA REABILITAÇÃO E DA READAPTAÇÃO FUNCIONAL.. 46
Seção V.. 47
DA PERÍCIA MÉDICA.. 47
Seção VI. 50
DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.. 50
Subseção I. 50
DA COMPOSIÇÃO E DA VINCULAÇÃO.. 50
Subseção II. 51
DA COMPETÊNCIA DA JUNTA MÉDICA.. 51
Subseção III. 52
DA CONFIDENCIALIDADE, RESPONSABILIDADE E AUTONOMIA.. 52
Subseção IV.. 53
DO FUNCIONAMENTO.. 53
Seção VII. 54
DA JUNTA PSICOLÓGICA OFICIAL.. 54
Seção VIII. 54
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 54
Título IV.. 55
DO SISTEMA DEMOCRÁTICO DE RELAÇÕES DE TRABALHO.. 55
Título V.. 56
DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR.. 56
Capítulo I. 56
DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES. 56
Capítulo II. 58
DAS RESPONSABILIDADES. 58
Capítulo III. 59
DAS SANÇÕES DISCIPLINARES. 59
Seção I. 60
DA ADVERTÊNCIA.. 60
Seção II. 60
DA SUSPENSÃO.. 60
Seção III. 60
DA DEMISSÃO.. 60
Seção IV.. 61
DA DESTITUIÇÃO E DA DISPONIBILIDADE.. 61
Seção V.. 62
DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DA INCOMPATIBILIDADE 62
Capítulo IV.. 62
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM ESPÉCIE.. 62
Seção I. 62
DA COMPETÊNCIA.. 62
Seção II. 62
DA COMISSÃO PROCESSANTE.. 62
Seção III. 63
DA APLICAÇÃO DA PENA.. 63
Seção IV.. 63
DAS NORMAS GERAIS DOS PROCEDIMENTAIS DISCIPLINARES. 63
Subseção I. 63
DAS ESPÉCIES DE PROCEDIMENTOS. 63
Subseção II. 64
DA CONDIÇÃO DA PARTE E SUA REPRESENTAÇÃO.. 64
Subseção III. 64
DA FORMAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.. 64
Subseção IV.. 65
DA CITAÇÃO DO SERVIDOR E DA PUBLICIDADE DOS ATOS. 65
Seção V.. 67
DOS PRAZOS. 67
Subseção I. 67
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 67
Subseção II. 67
DOS PRAZOS DA COMISSÃO.. 67
Subseção III. 67
DOS PRAZOS DO INDICIADO.. 67
Seção VI. 68
DA SUSPENSÃO PREVENTIVA.. 68
Seção VII. 68
DA PROVA.. 68
Subseção I. 68
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 68
Subseção II. 69
DA CONFISSÃO.. 69
Subseção III. 69
DA PROVA TESTEMUNHAL.. 69
Subseção IV.. 70
DA PROVA DOCUMENTAL.. 70
Seção VIII. 70
DO INTERROGATÓRIO E DAS AUDIÊNCIAS. 70
Seção IX.. 71
DA REVELIA E DE SEUS EFEITOS. 71
Capítulo V.. 73
DA APLICAÇÃO DIRETA DA PENA.. 73
Capítulo VI. 73
DA SINDICÂNCIA.. 73
Capítulo VII. 75
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.. 75
Seção I. 75
DO INQUÉRITO.. 75

Seção II. 78
DO JULGAMENTO.. 78
Capítulo VIII. 79
DO REEXAME DA DECISÃO.. 79
Seção I. 79
DOS RECURSOS. 79
Seção II. 79
DA REVISÃO.. 79
Capítulo IX.. 80
DA PRESCRIÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES 80
Seção I. 80
DA PRESCRIÇÃO.. 80
Seção II. 81
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES. 81
Título VI. 82
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS. 82
Capítulo I. 82
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. 82
Capítulo II. 83
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS. 83

LEI Nº 1.130/2006 11 de julho de 2006
Autoria: Poder Executivo Municipal.

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SERGIO COSTA BEBER STEFANELO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I

Título I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º. Esta Lei ordinária reestrutura o regime jurídico dos servidores públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Campo Novo do Parecis, observado o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art.2º.Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público, regido pelo regime de natureza estatutária.

Art.3º.Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
Parágrafo único.Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º. As atribuições e administração dos cargos e empregos públicos de provimento efetivo da administração pública direta, autárquica e fundacional do Município, bem como a carreira e o desenvolvimento dos servidores e empregados públicos efetivos, serão disciplinadas pelas normas constantes da Lei que tratar das carreiras dos servidores públicos municipais, observando-se o disposto neste Estatuto.
Parágrafo único. As definições de quadro de pessoal, classe, ambiente organizacional e padrão de vencimentos são as constantes da Lei que tratar das carreiras dos servidores públicos municipais.

Art. 5º. Os cargos em comissão, a serem preenchidos nos casos, condições e percentuais mínimos previstos neste Estatuto, destinam-se às atribuições de direção, chefia, coordenação e assessoramento.
§ 1º. Pelo menos 30% (trinta por cento) no primeiro ano e 40% (quarenta por cento) nos 3 (três) anos subseqüentes de cada gestão os cargos em comissão e funções de confiança de cada quadro de pessoal será obrigatoriamente preenchido por ocupantes de cargo de provimento efetivo.
§ 2º. As atribuições e responsabilidades dos cargos de provimento em comissão são as identificadas e organizadas na forma das Leis que disciplinarem as estruturas organizacionais da Administração Pública Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais de Campo Novo do Parecis.

Art. 6º. É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo nos casos previstos em Lei.

Título II
DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA E DA DISPONIBILIDADE

Capítulo I
DO PROVIMENTO

Seção I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 7º. Provimento é o ato de preenchimento de cargo público e far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
Parágrafo único. O acesso ao cargo público será efetivado mediante provimento por meio de concurso público ou de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, nos termos deste Estatuto.

Art. 8º. Os cargos públicos serão providos por:
I - nomeação;
II - reintegração;
III - reversão;
IV - aproveitamento;
V - readaptação;
VI - recondução.

Art. 9º. São requisitos para o provimento em cargo público:
I - ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ser estrangeiro, com igualdades de direitos, nos termos em que dispuser a legislação específica;
II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade, quando da posse;
III - estar no gozo dos direitos políticos;
IV - estar quites com as obrigações militares e eleitorais;
V - provar aptidão exigida para o exercício do cargo;
VI - ter atendido às condições especiais prescritas, na Lei que tratar das carreiras dos servidores municipais, para determinados cargos;
VII - ter-se habilitado previamente em concurso público, para provimento efetivo.

Seção II
DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 10. Concurso público é o processo de seleção para ingresso no quadro de servidores públicos em cargo de provimento efetivo.
§ 1º. A Administração Pública poderá realizar a abertura de novo concurso em até dois meses antes de findo o prazo de validade do anterior, respeitando-se, para a convocação, a prioridade dos candidatos aprovados anteriormente.
§ 2º. A aprovação em concurso público não gera direito à nomeação ou à admissão.
§ 3º. É vedada a estipulação de limite máximo de idade e sexo para ingresso por concurso na administração pública, observado o disposto nos artigos 39, § 1º e 40, II, da Constituição Federal e a lei que tratar das carreiras dos servidores públicos municipais, salvo disposição no Edital de Concurso.
§ 4º. O período de validade dos concursos públicos será de, no mínimo um 1(ano) até 2 (dois) anos, prorrogável, 1 (uma) vez, por igual período.
§ 5º. O ato de convocação do servidor público deverá ocorrer antes do encerramento do prazo de validade do concurso.
§ 6º. Poderão candidatar-se aos cargos públicos todos os cidadãos que preencham os requisitos previstos neste Estatuto.

Art. 11. O concurso público será de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do ambiente organizacional e do cargo de provimento efetivo.

Art. 12. A divulgação do concurso far-se-á, sem prejuízo de outros meios, através de uma única publicação do respectivo edital no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico do Município de Campo Novo do Parecis por, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes do início das inscrições.

Art. 13. O edital de concurso público deverá conter:
I - a relação de cargos públicos a serem providos com sua respectiva remuneração;
II - o número de vagas existentes disponíveis para o concurso, bem como o total correspondente à reserva destinada a pessoas portadoras de necessidades especiais;
III - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;
IV - para o caso de portadores de necessidades especiais:
a) a previsão de adaptação das provas, do curso de formação, se houver, conforme a necessidade especial do candidato;
b) a exigência de declaração, feita pelo candidato portador de necessidades especiais no ato da inscrição, de sua deficiência e de concordância em se submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.
V - a descrição:
a) dos requisitos gerais para a inscrição;
b) dos documentos que os candidatos deverão apresentar no ato da inscrição;
c) dos critérios de desempate;
d) do conteúdo das disciplinas que serão objetos das provas;
e) da natureza e forma das provas, do valor relativo e o critério para determinação das médias das mesmas;
f) das notas mínimas exigidas para a aprovação.
VI - as fases do Concurso público;
VII - o cronograma com previsão do horário e local de aplicação das provas, e se for o caso, da apresentação dos títulos, a ser confirmado em ato posterior;
VIII - o prazo para a apresentação de recurso que desafie às suas notas, aos títulos, e os pareceres e laudos de saúde;
IX - valor e forma de pagamento de taxa de inscrição;
X - a validade do concurso.
Parágrafo único. Poderá o edital de concurso fixar a região do Município onde o servidor deverá ser lotado.

Art. 14. Os editais de concurso público fixarão o percentual mínimo de 10% (dez por cento) de reserva de vagas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como definirão os critérios de sua admissão, observando a compatibilidade da deficiência com as funções essenciais do cargo.
§ 1º. Caso a aplicação do percentual de que trata o *caput* deste artigo resultar em número fracionado, adotar-se á o seguinte procedimento:
I - se número for inferior a cinco décimos, será reservado uma vaga destinada às pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro inferior;
II - se a fração do número for inferior a cinco décimos, este será arredondado, de modo que o numero de vagas destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro inferior;
III - se a fração do número for igual ou superior a cinco décimos, este será arredondado, de modo que o numero de vagas destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro subseqüente.
§ 2º. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo nos casos de provimento de cargo que exija aptidão plena do candidato, prevista no edital de concurso público.

Art. 15. O processo de admissão não exime o concursado das demais exigências previstas no edital do concurso prestado, bem como as deste Estatuto, inclusive quanto ao período probatório.

Art. 16. O Poder Público está obrigado a fornecer as condições de acessibilidade no local de trabalho e para o desenvolvimento das atividades que o servidor portador de necessidades especiais deverá executar, conforme o previsto no edital de concurso que o aprovou.

Art. 17. A reserva de vagas nos cargos, a serem preenchidos por portadores de necessidades especiais, dar-se-á em relação a cada edital de chamada de cada concurso público, observando-se a ordem de classificação das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 18. Escolhido o cargo pelo candidato, conforme reserva de que dispõe o artigo anterior, a chamada do concurso público seguirá seu curso regular.

Art. 19. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, com base na reserva para portadores de necessidades especiais será convocado, com prioridade, sobre novos concursados para assumir cargo na carreira.

Art. 20. A Câmara Municipal e a Administração Municipal, pelos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional competentes, enviarão correspondência aos candidatos, convocando-os para preenchimento de vagas nos seus respectivos quadros, nos prazos estabelecidos nos editais dos concursos.
§ 1º. O envio de correspondência tem caráter meramente supletivo e o seu não recebimento pelo candidato, por qualquer motivo, não importará a este qualquer direito, não isentando de sua obrigação de acompanhar as publicações oficiais.
§ 2º. Ficam os órgãos incumbidos da realização do concurso público, autorizados a embutir na cobrança da taxa de inscrição a verba destinada ao envio das mensagens.

Seção III
DA NOMEAÇÃO

Art. 21. A nomeação é o ato pelo qual a autoridade municipal admite o cidadão para o exercício de cargo público, e será feita:
I - em comissão, quando se tratar de cargo que em virtude de Lei, seja identificado como de livre provimento;
II - em caráter efetivo, nos demais casos, desde que precedido de concurso público.

Art. 22. A convocação na forma desta Lei obedecerá à ordem de classificação dos candidatos habilitados em concurso público.
Parágrafo único. Quando os convocados manifestarem o seu interesse e preencherem os requisitos definidos no edital do certame, inclusive a aptidão verificada no exame admissional de saúde serão empossados.

Seção IV
DA POSSE

Art. 23. Posse é o ato pelo qual a pessoa é investida no cargo público.
§ 1º. Não haverá posse nos casos de readaptação e reintegração.
§ 2º. No ato da posse, o servidor será designado para o desempenho de suas atividades numa especialidade distinta e definida dentro cargo para o qual foi concursado.
Art. 24. A posse deverá se verificar no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação oficial do ato de convocação.
§ 1º. O prazo inicial da posse para o servidor em férias ou licenciado, exceto no caso de licença para tratar de interesse particular, será contado da data do retorno ao serviço.
§ 2º. Não se realizando a posse no prazo previsto neste Estatuto implicará no reconhecimento da desistência e renuncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 25. A posse verificar-se-á mediante a assinatura, pela autoridade competente e pelo servidor, do termo pelo qual este se compromete a observar fielmente os deveres e atribuições do cargo e da especialidade, bem como às exigências deste Estatuto e do edital do concurso público.

Art. 26. Na ocasião da posse, o servidor declarará se exerce ou não outro cargo ou função pública remunerada, inclusive emprego em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.
§ 1º. No ato da posse, será exigida a declaração de bens e direitos do servidor, e a atualização desta, nos termos da legislação específica.

§ 2º. Para cargos públicos cuja especialidade o servidor atue como fiscal, este declarará se tem participação em sociedade mista ou individual que possa ser objeto de sua fiscalização, devendo, neste caso, solicitar seu desligamento da sociedade no prazo de 60 (sessenta) dias.
§ 3º. No ato da posse o servidor deverá apresentar certidão de tempo de contribuição previdenciária ou declarar sua inexistência.

Art. 27. São competentes para dar posse:
I - o Prefeito, no caso da administração municipal direta e indireta de quadro de pessoal comum;
II - o Presidente da Autarquia ou Fundação Municipal, detentora de quadro de pessoal autônomo; e,
III - o Presidente da Câmara Municipal, no caso dos servidores do Poder Legislativo.
Parágrafo único. A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais para a investidura no cargo.

Seção V
DO EXERCÍCIO

Art. 28. O exercício é o efetivo desempenho das atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo, especialidade ou emprego público, caracterizando-se pela freqüência e pela prestação dos serviços para os quais o servidor for designado.
§ 1º. O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.
§ 2º. A chefia imediata é autoridade competente para declarar, para os diversos efeitos, o exercício ao servidor lotado em sua unidade de trabalho.
§ 3º. O exercício do cargo terá início no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da:
I - posse;
II - publicação oficial do ato, nos casos previstos no art. 8º deste Estatuto.
§ 4º. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente para o ato de provimento, até o máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 29. O servidor nomeado deverá entrar em exercício na unidade de trabalho em que for lotado.
Parágrafo único. Nenhum servidor poderá entrar em exercício na unidade de trabalho diferente daquela em que estiver lotado, salvo nos casos previstos neste Estatuto, ou mediante prévia autorização do Prefeito ou da Mesa da Câmara.
Art. 30. O servidor que não entrar em exercício dentro do prazo estabelecido neste Estatuto será sumariamente exonerado do cargo público.

Subseção I
DA CESSÃO

Art. 31. A cessão, com ou sem ônus para o Município, de servidor ou empregado, será feita mediante convênio ou congênere, para órgãos dos Poderes Executivo Legislativo e Judiciário, dos Estados, da União e do Distrito Federal ou para entidades não governamentais.
§ 1º. Para atender às entidades não governamentais que prestem serviços considerados complementares às ações da Prefeitura, o Poder Executivo poderá optar pela cessão de servidores ou pela concessão de subvenção, a título de reforço dos recursos destinados ao custeio de pessoal.
§ 2º. A cessão de servidor interrompe os benefícios inerentes a avaliação de desempenho funcional do referido período em curso, até o seu retorno ao serviço público municipal.

Subseção II
DO AFASTAMENTO AUTOMÁTICO POR PRISÃO

Art. 32. O servidor preso em flagrante ou preventivamente, ou recolhido à prisão em decorrência de pronúncia, denúncia ou condenação por crime inafiançável, será considerado afastado do exercício do cargo, até a decisão final transitada em julgado.
§ 1º. Cabe aos dependentes do servidor preso comunicar à Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal e à autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Novo do Parecis, a ocorrência da reclusão, visando à efetivação do afastamento e à análise do pedido de auxílio reclusão.
§ 2º. Durante o afastamento, os dependentes do servidor têm direito ao Auxílio Reclusão, concedido na forma e nas condições prevista na Lei que tratar do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Novo do Parecis, tendo posteriormente, se for o caso, direito à diferença pecuniária entre a remuneração total e o Auxílio Reclusão, se for absolvido.
§ 3º. No caso de condenação, se esta não for de natureza que determine a demissão do servidor, continuará ele afastado até o cumprimento total da pena e os dependentes do servidor têm direito ao Auxílio Reclusão, concedido na forma e nas condições prevista na Lei que tratar do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Novo do Parecis.

Art. 33. Terminada a reclusão o servidor afastado deve se apresentar à Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal para reinício do exercício no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da soltura, constante do Alvará oficial que lhe concedeu a liberdade.
§ 1º. Cabe Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal:
I - destinar a nova unidade de trabalho do servidor, sendo que em caso de absolvição o servidor deverá ser encaminhado preferencialmente à unidade em que trabalhava antes da reclusão;
II - informar à autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Novo do Parecis o reinício do exercício do servidor visando à suspensão do pagamento do Auxílio Reclusão aos dependentes, tendo em vista a reinserção do mesmo na folha de pagamento dos servidores ativos.
§ 2º. No caso de o servidor se apresentar à Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal para reinício do exercício após o 10º (décimo) dia e antes de se passarem 30 (trinta) dias da data da soltura, constante do Alvará oficial que lhe concedeu a liberdade, configura-se a ocorrência de falta injustificada ao trabalho punível na forma prevista nesta Lei.
§ 3º. Passados 30 (trinta) dias da data da soltura, constante do Alvará oficial que concedeu a liberdade ao servidor afastado por prisão, não se verificando a apresentação do mesmo para o exercício, configura-se o abandono de cargo passível de demissão na forma prevista no Título desta Lei que trata dos deveres e do regime disciplinar.

Seção VI
DA AVALIAÇÃO PROBATÓRIA

Art. 34. Como condição essencial para a aquisição da estabilidade, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao Programa de Avaliação Probatória pelo período de trinta e seis meses, de efetivo exercício.
Parágrafo único. O Programa de Avaliação Probatória é o instrumento legal pelo qual será avaliado o desempenho do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em cumprimento de estágio probatório nas dimensões individual, funcional e institucional.

Art. 35. São objetivos do Programa de Avaliação Probatória, sem prejuízo de outros que a lei vier a determinar:
I - avaliar o desempenho do servidor em estágio probatório;
II - fornecer elementos para avaliação de programa institucional de desenvolvimento humano e de ambiente de trabalho, de capacitação e aperfeiçoamento;
III - propiciar o autodesenvolvimento do servidor estagiário e assunção do papel social que desempenha, como servidor público;

Art. 36. A avaliação probatória que será realizada através de instrumento de avaliação, a ser elaborado pela Secretaria responsável pela Gestão de Pessoal, terá como objetivos específicos:
I - dimensão individual: avaliar as características que aparecem nas atitudes e comportamento do servidor;
II - dimensão funcional: avaliar as características que geram impacto nos processos e formas de trabalho;
III - dimensão institucional: avaliar as características que agregam valor e contribuem para o desenvolvimento da Instituição.

Art. 37. O Programa de Avaliação Probatória, gerido pela Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal ou Mesa Diretora da Câmara Municipal, se caracterizará como processo pedagógico, participativo, integrador e condicional para a aquisição da estabilidade funcional.
Parágrafo único. As ações do programa previsto neste artigo deverão ser articuladas com o programa institucional de desenvolvimento humano e de ambiente de trabalho, de capacitação, de aperfeiçoamento e motivacional.

Art. 38. A Avaliação Probatória observará os seguintes procedimentos:
I - o boletim de avaliação será preenchido pelo servidor, pela chefia imediata e por 3 (três) usuários internos do serviço do servidor;
II - os boletins de avaliação serão tabulados e se constituirá na Avaliação Probatória;
III - a Avaliação Probatória será submetida ao julgamento da Comissão Permanente de Avaliação Probatória;
IV - ao servidor avaliado deve ser dada ciência das conclusões de sua avaliação probatória bem como do julgamento da Comissão Permanente de Avaliação por sua chefia;
V - o servidor poderá interpor recurso junto a Comissão Permanente de Avaliação Probatória no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a ciência de sua avaliação.
Parágrafo único. As competências, os mecanismos, as rotinas, a periodicidade, os prazos e os índices de aproveitamento da avaliação probatória deverão ser regulamentados por ato do Poder Executivo.

Art. 39. Não será permitido ao servidor em estágio probatório:
I - a alteração de lotação a pedido;
II - a licença para estudo ou missão de qualquer natureza.
III – a cessão do servidor.
§ 1º. Excetua-se do disposto neste artigo, os casos considerados pela Administração de relevante interesse público.
§ 2º. Durante o estágio probatório fica vedado a transferência para local distinto da região para onde o servidor foi empossado quando esta estiver especificada no Edital do concurso público.

Art. 40. Será suspenso o cômputo do estágio probatório nos seguintes casos: I - a cessão funcional, com ou sem ônus, para quaisquer órgãos ou entidades que não componham a estrutura da administração direta ou indireta da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.
II - exercício de funções estranhas ao cargo;
III - licenças e afastamentos legais superiores a 30 (trinta) dias;
IV - suspensões disciplinares.
Parágrafo único. Na contagem dos prazos do inciso III, serão considerados todos os dias em que o servidor esteve em licença ou em afastamento dentro do mesmo mês e, no caso das licenças para tratamento de saúde somar-se-ão os períodos de concessão da mesma natureza ou conexa, segundo a versão atualizada da Classificação Internacional de Doenças.

Art. 41. A Comissão Permanente de Avaliação Probatória, será com mandato de 1 (um) ano e será composta:
I - no Executivo Municipal, nomeada pelo Prefeito Municipal, por seis membros, sendo três membros indicados pelo Executivo e três membros indicados pelo Sindicado dos Servidores Públicos do Município.
II - no Legislativo, nomeada pelo Presidente, por seis membros, sendo três indicados pela mesa e três pelo Sindicado dos Servidores Públicos do Município.

Art. 42. São atribuições da Comissão Permanente de Avaliação Probatória, sem prejuízo das que forem regulamentadas por decreto:
I - propor a Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal as normas regulamentares e a proposição de boletim de avaliação com o sistema de tabulação da avaliação probatória;
II - organizar e realizar encontros dos responsáveis pela avaliação probatória para uniformizar parâmetros e procedimentos de acordo com a atribuição funcional, bem como para tirar dúvidas acerca do procedimento da avaliação probatória;
III - analisar e julgar o resultado das avaliações encaminhadas pelo responsável pela avaliação probatória;
IV - conceder ampla defesa ao servidor concernente ao processo de avaliação probatória;
V - determinar a manutenção, efetivação ou exoneração do servidor cujo desempenho não atenda ao estabelecido nesta lei, decretos e normas regulamentares;
VI - encaminhar à Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal, para arquivamento, anotações e providências, os documentos referentes à Avaliação de Desempenho no prontuário de cada servidor avaliado.
Parágrafo único. É vedado qualquer tipo de remuneração para os integrantes da Comissão Permanente de Avaliação Probatória, em razão de participação nesta.

Art. 43. O servidor que não obtiver conceito favorável à sua confirmação no estágio probatório, recebendo nota de aproveitamento inferior à contida na regulamentação específica, poderá apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência do parecer.
§ 1º. O parecer e a defesa serão julgados pela Comissão Permanente de Avaliação Probatória, no prazo de quinze dias, a contar da data da apresentação da defesa do servidor avaliado.
§ 2º. O ato de exoneração do servidor submetido ao estágio probatório, com base na decisão que concluir pela desaprovação do mesmo, deverá ser fundamentado.
§ 3º. Provado e apurado, a qualquer tempo, durante o período probatório, que servidor não satisfez as exigências legais do Programa de Avaliação Probatória o mesmo poderá ser justificadamente exonerado, considerando os dados e informações colhidas, independente de inquérito ou processo administrativo disciplinar.

Art. 44. A aprovação na avaliação do estágio probatório importará na efetivação e na aquisição de estabilidade do servidor.

Capítulo II
DA ESTABILIDADE

Art. 45. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, adquire estabilidade após 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício, desde que aprovado na avaliação probatória prevista nesta Lei.

Art. 46. O servidor estável perderá o cargo:
I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado, quando assim for determinado;
II - mediante procedimento administrativo disciplinar, em que se lhe tenha assegurado a ampla defesa nos termos desta lei e, que conclua pela pena de demissão;
III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho insatisfatório, nas condições da lei que tratar das carreiras dos servidores públicos municipais, assegurando ampla defesa.

Capítulo III
DA REINTEGRAÇÃO

Art. 47. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável, no cargo ou especialidade anteriormente ocupado ou naquele, resultante da transformação do cargo originalmente ocupado, quando invalidada a sua demissão determinada por sentença judicial ou decisão administrativa, sendo-lhe assegurado ressarcimento das vantagens do cargo.
Parágrafo único. Extinto o cargo ou especialidade ou, ainda, declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade na forma do disposto nesta lei para este instituto.

Capítulo IV
DA REVERSÃO

Art. 48. Reversão é o ato pelo qual o aposentado retorna à atividade no serviço público, após verificação de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.
§ 1º. A reversão de aposentadoria por invalidez ocorre de ofício quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 2º. A reversão de aposentadoria pode ocorrer ainda no interesse da administração, desde que:
I. o aposentado tenha solicitado a reversão;
II. a aposentadoria tenha sido voluntária;
III. o aposentado tenha sido estável quando em atividade;
IV. a aposentadoria tenha ocorrido nos 5 (cinco) anos anteriores à solicitação;
V - haja cargo e especialidade vagos.
§ 3º. A reversão de oficio ou a pedido far-se-á no mesmo cargo e especialidade ocupado por ocasião da aposentadoria ou, se transformado, no cargo e especialidade resultante da transformação.
§ 4º. Extinto o cargo ou especialidade ou, ainda, declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade na forma do disposto nesta lei para este instituto.
§ 5º. Será tomada sem efeito a reversão de ofício e revogada a aposentadoria do servidor que reverter e não tomar posse ou não entrar em exercício dentro do prazo legal.

Art. 49. O tempo em que o servidor estiver em exercício será computado para concessão da nova aposentadoria.
Parágrafo único. A reversão dará direito para os fins de aposentadoria e disponibilidade, à contagem do tempo em que o servidor esteve aposentado.

Art. 50. O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo e especialidade que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal a que tem direito como aposentado.

Art. 51. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade.

Capítulo V
DO APROVEITAMENTO

Art. 52. O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
§ 1º. Será tornado sem efeito o aproveitamento, e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do ato de aproveitamento, salvo por motivo de doença comprovada por Junta Médica Oficial.
§ 2º. A cassação da disponibilidade importa na exoneração do servidor público.

Art. 53. A Secretaria responsável pela gestão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos da Administração Pública Municipal.
§ 1º. Em nenhum caso poderá efetivar-se o aproveitamento sem que, mediante inspeção de saúde, fique provada a capacidade para o exercício do cargo e especialidade.
§ 2º. Em caso de incapacidade para o exercício do cargo e especialidade abre-se o processo de saúde, na forma desta Lei.
§ 3º. No aproveitamento terá preferência o servidor que estiver a mais tempo em disponibilidade e, no caso de empate, o que contar mais tempo de serviço público municipal.
§ 4º. Se houver empate na contagem de tempo de serviço público municipal, terá preferência no aproveitamento o servidor que for mais idoso.

Capítulo VI
DA LIMITAÇÃO E DA READAPTAÇÃO

Art. 54. Readaptação é a investidura do servidor em cargo ou especialidade de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção de saúde, não acarretando, em hipótese alguma, aumento ou descenso de vencimentos do servidor.
§ 1º. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado por invalidez com base em laudo médico oficial na forma da Lei.
§ 2º. Quando a limitação for permanente e abranger as atribuições essenciais do cargo ou função, a readaptação será efetivada em cargo ou especialidade de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, o nível de escolaridade e a equivalência hierárquica e de vencimentos.
§ 3º. Na hipótese de inexistência de cargo ou especialidade vagos, o servidor será colocado em disponibilidade, conforme o disposto nesta Lei até o surgimento da vaga quando será aproveitado na forma deste Estatuto.
§ 4º. Em se tratando de limitação temporária e reversível, não se realizará a readaptação e o servidor retornará ao exercício integral das atribuições de seu cargo e especialidade, quando for considerado apto pela perícia médica oficial.
§ 5º. Quando a limitação for permanente ou irreversível apenas para determinadas atribuições, não integrantes do núcleo essencial, de seu cargo ou função, o servidor poderá nele permanecer, exercendo somente aquelas autorizadas pela perícia médica oficial, desde que aquelas que forem vedadas não impeçam o exercício do núcleo essencial das atribuições que lhe foram cometidas.
§ 5º. A Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal promoverá a readaptação do servidor que deverá reassumir seu cargo ou função no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de submeter-se às penalidades legais.

Capítulo VII
DA RECONDUÇÃO

Art. 55. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo ou especialidade anteriormente ocupado e decorrerá de:
I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou especialidade;
II - reintegração do anterior ocupante;
III - reversão do anterior ocupante;
IV - readaptação do anterior ocupante.
Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo ou a especialidade de origem, o servidor que estiver ocupando o cargo ou a especialidade, se estável ou não, será, conforme o caso, reconduzido à outro local de lotação, ou ainda posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Capítulo VIII
DA CONTRATAÇÃO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 56. A contratação de pessoal por tempo determinado, será na forma, condições e prazos definidos em lei específica.

Capítulo IX
DA REDISTRIBUIÇÃO

Art. 57. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, no interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.
§ 1º. A redistribuição ocorrerá de ofício para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.
§ 2º. A redistribuição de cargos e especialidades efetivos vagos dar-se-á mediante ato do Prefeito Municipal.
§ 3º. Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo e especialidade ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma deste Estatuto.
§ 4º. O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade da Secretaria responsável pela Gestão de Pessoal, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

Capítulo X
DA REMOÇÃO

Art. 58. Remoção é o deslocamento do servidor de uma unidade de trabalho para outra, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.
Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;
II - a pedido do servidor, a critério da Administração.

Art. 59. A remoção de um servidor de um ambiente organizacional para outro será gerida pela Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal.
§ 1º. O instituto da remoção, regulado no *caput* deste artigo, não se aplica aos servidores abrangidos por esta Lei que estejam em estágio probatório.
§ 2º. A remoção de um servidor de um local de trabalho para outro deverá observar as especificidades do cargo, e ocorrerá nos ambientes previstos na Lei que trata da estrutura organizacional do município de Campo Novo do Parecis.
§ 3º. Nos casos de mudança do quadro de pessoal, fruto da avaliação anual do dimensionamento, e de instalação de novos equipamentos sociais ou unidades de trabalho, será promovido pela secretaria responsável pela gestão de pessoal processo aberto de remoção, visando à adequação das necessidades institucionais com as dos servidores públicos municipais, observados os critérios e limitações previstas em Lei.
§ 4º. Nos casos de remoção de mais de um servidor da mesma unidade de trabalho dever-se-á observar para a escolha de local de trabalho, a necessidade de serviço, o tempo de efetivo exercício dos servidores e a distância do local de moradia.

Capítulo XI
DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 60. Os servidores investidos em cargo em comissão, função gratificada ou cargo efetivo cuja especialidade remeta a atividades de direção, coordenação ou chefia terão substitutos indicados pela autoridade substituída ou seu superior hierárquico.
§ 1º. O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo e especialidade que ocupa, o exercício das atividades de direção, coordenação ou chefia e os de Secretário Municipal, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e, quando for o caso, na vacância do mesmo.
§ 2º. O substituto poderá optar pela remuneração, estabelecida em Lei específica, pelo exercício do cargo e especialidade, função de direção ou chefia, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias da efetiva substituição que excederem o referido período, desde que não esteja acumulando o mesmo nível hierárquico.

Capítulo XII
DA ACUMULAÇÃO

Art. 61. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos previstos na Constituição Federal e quando houver compatibilidade de horários.
§ 1º. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.
§ 2º. Na acumulação de cargos na municipalidade, o limite máximo de remuneração dos servidores públicos, será o dos valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito Municipal.

Capítulo XIII
DA VACÂNCIA DE CARGOS

Art. 62. A vacância do cargo público decorrerá de:
I - exoneração;
II - demissão;
III - readaptação;
IV - aposentadoria;
V - falecimento, através de declaração de óbito;
VI - posse em outro cargo inacumulado.

Art. 63. Dar-se-á a exoneração:
I - a pedido;
II - de ofício, quando:
a) tratar de cargo de provimento em comissão ou função gratificada;
b) não satisfeitas as condições de estágio probatório;
c) tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
d) tomar posse em outro cargo inacumulável.
Parágrafo único. Quando em estágio probatório, o servidor somente poderá ser exonerado do cargo após a decisão na avaliação probatória prevista nesta Lei ou, demitido mediante procedimento administrativo disciplinar, quando este se impuser antes de concluído o período de estágio probatório.

Art. 64. A demissão aplicar-se-á exclusivamente como penalidade nos casos e condições previstas neste Estatuto, tanto aos cargos de provimento efetivo, quanto aos cargos de provimento em comissão e às funções gratificadas.

Capítulo XIV
DA APOSENTADORIA

Art. 65. Observados os mandamentos constitucionais vigentes e a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal que disciplina o Regime Próprio de Previdência do Município de Campo Novo do Parecis, o servidor público municipal participante será aposentado, na forma e de acordo com o disposto na Lei que o regulamentar.
Parágrafo único. Aos demais será aplicado o que dispõe a Constituição Federal.

Capítulo XV
DA DISPONIBILIDADE

Art. 66. O servidor estável poderá ser posto em disponibilidade remunerada, quando o cargo ou especialidade por ele ocupado for extinto por Lei, bem como nas demais hipóteses previstas neste Estatuto.
§ 1º. A remuneração do servidor disponível será proporcional ao tempo de efetivo exercício decorrido antes da declaração de disponibilidade.
§ 2º. A remuneração da disponibilidade será revista sempre que, em virtude da revisão geral de vencimentos, se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
Art. 67. O servidor em disponibilidade poderá ser aposentado nas formas previstas neste Estatuto e na Lei que trata do regime de previdência do Município.
Parágrafo único. O período em que o servidor esteve em disponibilidade será contado unicamente para efeito de aposentadoria.

Título III
DOS DIREITOS E VANTAGENS

Capítulo I
DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 68. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, para todos os efeitos legais.
Parágrafo único. O número de dias poderá ser convertido em anos, de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias cada um.

Art. 69. Serão considerados de efetivo exercício os dias em que o servidor estiver afastado do serviço em virtude de:
I - férias;
II - casamento, até 8 (oito) dias;
III - falecimento de cônjuge, irmãos, ascendentes e descendentes até o primeiro grau, definidos no Código Civil, até 5 (cinco) dias;
IV - ausências do servidor estudante para a realização comprovada de provas e exames;
V - exercício em outro cargo municipal de provimento em comissão;
VI - convocação para o serviço militar;
VII - júri e outros serviços obrigatórios por Lei;
VIII - licença para exercício de mandato eletivo;
IX - licença para desempenho de mandato classista;
X - licença capacitação;
XI - licença gestante;
XII - licença-adoção;
XIII - licença a funcionário acidentado em serviço ou atacado de doença profissional ou moléstias;

XIV - missão ou estudos noutros pontos do território nacional ou no estrangeiro, quando o afastamento tiver sido expressamente autorizado pelo Prefeito ou pela Mesa da Câmara;
XV – licença para concorrer a mandato eletivo;
XVI - licença paternidade, de 5 (cinco) dias;
XVII - no caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada, em 1 (um) dia.

Art. 70. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente:
I - o tempo de serviço público federal, estadual, municipal;
II - o período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestadas durante a paz, computando-se pelo dobro o tempo em operações de guerra;
III - o tempo de serviço prestado como extranumerário ou sob qualquer forma de admissão, desde que remunerada pelos cofres públicos;
IV - o tempo de serviço prestado em autarquias municipais;
V - contagem de tempo de serviço prestado por funcionários públicos em atividades privadas, para fins de aposentadoria;
VI - o tempo em que o funcionário esteja em disponibilidade ou aposentado.

Art. 71. É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concomitantemente nos serviços públicos.

Capítulo II
DAS PROGRESSÕES E DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 72. As progressões e as gratificações obedecerão às regras estabelecidas na Lei que tratar das carreiras dos servidores públicos municipais e na Lei que identificar e disciplinar os cargos em comissão e as funções gratificadas, do Município.
Parágrafo único. Ao servidor em estágio probatório são vedadas qualquer forma de progressão.

Capítulo III
DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

Art. 73. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo público, com valor fixado em Lei.
Parágrafo único. Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo.

Art. 74. Remuneração ou provento é o vencimento do cargo ocupado pelo servidor, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em Lei.
§ 1º. Vantagens pecuniárias correspondem a .todas as vantagens previstas neste Estatuto.
§ 2º. A composição da remuneração será regulamentada pela Lei que tratar das carreiras dos servidores públicos municipais.
§ 3º. A remuneração do servidor, bem como os subsídios dos agentes políticos, não poderão sofrer outros descontos que não forem os obrigatórios ou autorizados em Lei.

Art. 75. O teto remuneratório do servidor público municipal, ativo e aposentado, incluídas todas as parcelas integrantes de suas vantagens pecuniárias, incorporadas ou não, tem como limite máximo, o subsídio atribuído ao Prefeito Municipal.
§ 1º. Fica autorizada a consignação em folha, para efeitos de desconto da remuneração, que serão disciplinadas em regulamento próprio baixado pelo Poder Executivo.
§ 2º. A margem consignável para os descontos e consignações não obrigatórias, não pode exceder a cinqüenta por cento da remuneração do servidor já deduzida dos descontos legais obrigatórios.

Art. 76. O servidor que não estiver no efetivo exercício do cargo, somente poderá perceber remuneração nos casos previstos em Lei.
Parágrafo único. É expressamente vedada a percepção cumulativa de benefício e/ou auxílio previdenciário com a remuneração decorrente da atividade no cargo que originou o benefício.

Art. 77. Visando à garantia da prestação do serviço à população com qualidade e, observados o princípio da isonomia, os intervalos legais para refeição, as pausas para descanso, o disposto nesta Lei e na sua regulamentação, caberá ao Prefeito Municipal, definir o horário de trabalho dos servidores, garantido a oitiva dos mesmos.
Parágrafo único. Considera-se jornada mensal, para efeito de cálculo da hora trabalhada, a jornada semanal dividida por cinco e multiplicada por trinta.

Art. 78. O servidor perderá:
I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo os casos previstos neste Estatuto;
II - um terço da remuneração diária, quando comparecer ao serviço, dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar antes de findo o período de trabalho.

Art. 79. As reposições e indenizações ao erário municipal, serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes da décima parte da remuneração.
Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica em hipótese alguma quando o servidor for exonerado a pedido ou de ofício e, nos casos de aplicação da pena de demissão.

Art. 80. Controle de freqüência é o registro no qual se anotarão diariamente, por meio manual, mecânico ou eletrônico, entrada e saída do servidor em serviço.
Parágrafo único. Todos os servidores estão, obrigatoriamente, sujeitos ao controle de freqüência, salvo aqueles que, em atenção às atribuições que desempenham, forem dispensados dessa exigência pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara.
Art. 81. Nos dias úteis, as repartições públicas somente poderão suspender suas atividades por determinação do Prefeito Municipal.

Seção I
DAS DIÁRIAS

Art. 82. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.
§ 1º. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o Município custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.
§ 2º. Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.
§ 3º. Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro do Município de Campo Novo do Parecis.
§ 4º. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.
§ 5º. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no § 4º deste artigo.

Seção II
DO ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 83. O adicional pela prestação de horas extraordinárias será calculado sobre o vencimento com acréscimo sobre a hora de trabalho, que exceder a jornada diária, proporcional a hora normal:
a) de cinqüenta por cento, de segunda feira a sábado e pontos facultativos;
b) de cem por cento, domingos, feriados, independentemente do horário.
Art. 84. Somente será permitido serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite máximo de duas horas diárias, podendo ser prorrogado, se o interesse publico o exigir.
Parágrafo único. O serviço extraordinário previsto neste artigo somente será computado para efeitos de lançamento, independente de qualquer registro, se devidamente autorizado e abonado pela chefia imediata que justificará o fato.
Art. 85. O adicional pela prestação de horas extraordinárias é acumulável com outras gratificações, mas não adere à remuneração para cálculo de qualquer vantagem, inclusive de outras gratificações,

exceção feita quanto aos reflexos de horas extras nas férias e gratificação de Natal.
Art. 86. O exercício de cargo de confiança ou função gratificada não está sujeito ao pagamento de serviço extraordinário.
Art. 87. Quando o servidor estiver em serviço voluntário, fora do exercício do cargo, não fará jus ao adicional previsto nesta seção.

Seção III
DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 88. O Salário-Família será concedido ao servidor municipal, na forma e de acordo com o disposto na Legislação previdenciária a que estiver vinculado.

Seção IV
DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 89. Após o cumprimento do estágio probatório o servidor terá direito à percepção de adicional por tempo de serviço, conforme dispuser no Plano de Cargos e Carreira.
§ 1º. O percentual fixado no *caput* deste artigo é exclusivo, não podendo ser percebido cumulativamente com outro da mesma natureza.
§ 2º. Para efeito da concessão do adicional por tempo de serviço, serão computados o tempo efetivamente trabalhado após ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos no Município de Campo Novo do Parecis.
§ 3º. O adicional por tempo de serviço incorpora-se à remuneração para todos os efeitos legais, observadas as determinações legais para a composição da remuneração, vedada expressamente a utilização deste acréscimo pecuniário para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Seção V
DA GRATIFICAÇÃO NATALINA OU 13º SALÁRIO

Art. 90. O servidor terá direito à gratificação natalina, a ser paga no mês de aniversário do servidor.
§ 1º. A gratificação natalina corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração média dos últimos doze meses de efetivo exercício.
§ 2º. A fração superior a 14 (quatorze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.
§ 3º. O servidor exonerado de cargo em comissão, ou que tiver cessada a designação para substituição, terá a gratificação natalina calculada pela média dos meses anteriores.
§ 4º. A gratificação natalina é devida aos inativos com base no valor integral dos proventos de dezembro.
§ 5º. Para o efeito do cálculo da gratificação natalina não incluem a remuneração ou proventos:
I - o valor da própria gratificação natalina;
II - os valores pagos a título de indenização em geral;
III - os valores pagos a título de pagamentos atrasados de meses anteriores;
IV - os valores referentes às férias em pecúnia e aos acréscimos de um terço a elas relativas;
V - os valores pagos a qualquer título pela participação em órgãos de deliberação coletiva;
VI - os valores dos créditos de PIS/PASEP e outros, não pertinentes à própria remuneração ou proventos e lançados em folha em virtude de convênios.
§ 6º. Em dezembro será pago a complementação, se houver, entre o valor efetivamente pago dos proventos e a remuneração com base ao valor integral dos proventos relativa a dezembro.
Art. 91. O servidor exonerado, demitido ou dispensado receberá a gratificação devida, calculada sobre a remuneração a que teria direito no mês do desligamento do serviço público, nos termos do art. 90.
Art. 92. Em caso de falecimento do servidor, os beneficiários da previdência municipal ou os sucessores, nos termos da Lei civil, farão jus, igualmente, a gratificação natalina, calculada conforme dispuser a Lei que trata do Regime Próprio de Previdência Municipal.

Seção VI
DO ADICIONAL NOTURNO

Art. 93. Pela jornada de trabalho em serviço noturno, prestado das vinte e duas às seis horas, os servidores públicos municipais perceberão o valor da respectiva hora-trabalho do vencimento básico acrescida de vinte por cento, à título de adicional noturno.

Seção VII
DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Art. 94. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida fazem jus a um adicional de insalubridade ou periculosidade, devidos nos percentuais sobre os vencimentos básicos de:
I - insalubridade nos seguintes percentuais:
a) quatro por cento para grau mínimo;
b) oito por cento para grau médio;
c) quinze por cento para grau máximo.
II - periculosidade no percentual de trinta por cento.
§ 1º. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles, vedada a acumulação dos mesmos.
§ 2º. O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.
§ 3º. Os percentuais previstos neste artigo somente serão pagos mediante laudo técnico emitido por profissional habilitado, atualizados de 2 (dois) em 2 (dois) anos.
Art. 95. Haverá permanente controle da atividade de servidor em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.
§ 1º. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.
§ 2º. Os locais de trabalho e os servidores que operam com raios X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Capítulo IV
DAS FÉRIAS

Art. 96. Férias é a designação dada ao período de descanso anual do servidor municipal.
Art. 97. O servidor gozará 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala organizada pelo chefe da repartição.
§ 1º. Somente após 1 (um) ano de efetivo exercício o servidor adquirirá direito a férias, na seguinte proporção;
I – 30 (trinta) dias corridos quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes, injustificadamente;
II – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de seis a quatorze faltas injustificadamente;
III – 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de quinze a vinte e três faltas injustificadamente;
IV – 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de vinte e quatro a trinta e duas faltas injustificadamente;
§ 2º. O gozo de férias não será interrompido por motivo de promoção, acesso ou remoção.
§ 3º. O servidor, no interesse da administração, poderá converter 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário.
§ 4º. O prefeito, vice prefeito em exercício de função e secretários municipais poderão ter seu direito de férias convertidos integralmente em abono pecuniário, no interesse da administração e desde que comprovada necessidade.
§ 5º. Atendido o interesse do serviço, o servidor poderá gozar férias de uma só vez ou em dois períodos iguais.
§ 6º. É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.
§ 7º. É proibido a acumulação de férias, salvo imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de dois períodos.
§ 8º. No interesse da administração o servidor poderá gozar antecipadamente as férias, sendo obrigado, em caso de rescisão, ressarcir os cofres públicos ou ter seu débito lançado em dívida ativa.
Art. 98. Ao entrar em gozo de férias o servidor terá direito a solicitar adiantadamente, a sua remuneração, bem como ao abono de férias equivalente a um terço da remuneração mensal.

Art. 99. A chefia imediata tem o direito de cancelar as férias ou chamar o servidor que se encontra no gozo de suas férias, por imperiosa necessidade de serviço.
§ 1º. Para fins do disposto no *caput* deste artigo o servidor, ao entrar em férias, comunicará à chefia imediata o seu endereço eventual.
§ 2º. Os dias de férias não gozados em virtude do disposto neste artigo, devem ser reprogramados visando à garantia do direito de férias do servidor.

Capítulo V
DO HORÁRIO ESPECIAL PARA ESTUDANTE

Art. 100. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.
Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 101. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração, é assegurada na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independente de vaga.
Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

Capítulo VI
DO HORÁRIO ESPECIAL PARA AMAMENTAÇÃO

Art. 102. Fica assegurado à servidora pública municipal, com jornada diária superior a quatro horas, dois períodos de descansos especiais de meia hora, que deverão ser concedidos no início e no término da jornada, para a amamentação do próprio filho, até que este complete seis meses de idade.
Parágrafo único. O prazo de seis meses de idade poderá ser prorrogado desde que haja autorização médica.

Capítulo VII
DAS LICENÇAS

Seção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 103. Conceder-se-á licença ao detentor de cargo de provimento efetivo ou em comissão:
I - por acidente de trabalho;
II - para tratamento de saúde;
III - por motivo de doença em pessoa da família;
IV - para repouso à gestante, à adotante e licença paternidade;
V - para serviço militar obrigatório;
VI - para o trato de interesses particulares;
VII - prêmio por assiduidade;
VIII - para capacitação;
IX - para o desempenho de mandato eletivo.

Art. 104. A licença que dependente de inspeção médica será concedida, no máximo, pelo prazo indicado no laudo ou atestado.
Parágrafo único. Para licença de até 4 (quatro) dias, o servidor deverá apresentar o competente atestado médico subscrito pelo profissional responsável pelo tratamento e, em prazo superior, o laudo médico expedido pela Junta Médica Oficial.

Art. 105. Terminadas as licenças, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, ressalvado o disposto no artigo anterior e no § 1º do art. 97.

Art. 106. A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido do interessado, nos casos e condições previstos nesta Lei.
Parágrafo único. O pedido deverá ser apresentado antes de findo o prazo da licença e, se indeferido, contar-se-á como licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho.

Art. 107. As licenças e auxílios concedidos pelo regime de previdência do Município deverão obedecer, ainda, aos procedimentos e ao regramento contido na Lei que rege tais benefícios previdenciários, vedada a possibilidade de acumulação remuneratória entre a concessão de benefício e a manutenção do servidor na folha de pagamento dos servidores ativos.

Seção II
DA LICENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO

Art. 108. Ao servidor que sofrer acidente é assegurado:
I - licença para tratamento de saúde, com a remuneração integral a que faria jus independentemente da ocorrência do acidente em caso de perda total e temporária da capacidade para o trabalho;
II - aposentadoria com proventos integrais quando do infortúnio ou de seu agravamento, sobrevier perda total e permanente da capacidade para o trabalho;
III - pensão aos beneficiários do servidor que vier a falecer em virtude de acidente do trabalho a ser concedida de acordo com o que estipular a Lei que trata do regime de previdência do Município;
IV - assistência médica domiciliar, ambulatorial, hospitalar e cirúrgica, farmacêutica e dentária, bem como serviços de prótese, totalmente gratuita, desde que executados no serviço de saúde da rede municipal, desde o momento do evento e enquanto for necessária.
Art. 109. Os conceitos de acidente do trabalho e respectivas equiparações e as situações propiciadoras da concessão do auxílio-acidentário, para os efeitos deste Capítulo, serão os adotados pela legislação federal vigente à época do acidente.

Art. 110. Os benefícios previstos nesta Seção deverão ser pleiteados no prazo de 5 (cinco) anos contados:
I - da data da perícia médica, nos casos de agravamento da incapacidade;
II - da data do acidente, nos demais casos.

Seção III
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 111. A licença para tratamento de saúde é o afastamento do servidor do exercício de seu cargo ou função, por motivo de doença de origem ocupacional, não decorrente de acidente de trabalho e será concedida a pedido ou de ofício.
§ 1º. Nos dois casos previstos no *caput* deste artigo, é indispensável a inspeção médica através de profissional da área responsável pela saúde e segurança no trabalho e, deverá realizar-se nas dependências administrativas destinadas para tal e, sempre que necessário, na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.
§ 2º. A recusa à inspeção médica é passível de sanção disciplinar do servidor, impossibilita a homologação da licença e implica na transformação das ausências em faltas injustificadas.
§ 3º. Os conceitos de doença de origem ocupacional, para os efeitos deste Capítulo, serão os adotados pela legislação federal vigente à época da doença contraída.
§ 4º. Os benefícios previstos nesta Seção deverão ser pleiteados a pedido, mediante apresentação do laudo médico.
Art. 112. Para a licença de até 60 (sessenta) dias, as inspeções deverão ser feitas por médicos oficiais e, na falta destes, será expedido atestado por médico particular devidamente identificado.
§ 1º. No caso de atestado expedido por médico particular, o atestado somente produzirá efeitos depois de homologado pela Administração Municipal, através da área responsável pela saúde e segurança no trabalho da Prefeitura Municipal.
§ 2º. Nos casos de licenças superiores a 15 (quinze) dias, o médico perito poderá optar pela concessão parcial da licença por período especificado, com obrigatoriedade de retorno do funcionário para nova avaliação findo o mesmo, quando será definido se a continuidade ou não da licença.
§ 3º. Em caso de não ser homologada a licença, o servidor será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerados como ausências justificadas os dias em que deixou de comparecer ao serviço, até o conhecimento da negativa, por esse motivo, ficando caracterizada a responsabilidade do médico atestante.
§ 4º. O servidor que não cumprir as determinações que regulamentam a inspeção médica, impedindo que esta se dê em tempo hábil,

previamente estabelecido, incorrerá na perda dos dias previstos, como passíveis de serem homologados pela perícia médica, enquanto esta não se efetuar.

Art. 113. O auxílio-doença consiste em renda mensal correspondente à integralidade da remuneração do participante, sendo devido a contar do 15º (décimo quinto) dia do afastamento a este título.

§ 1º. Se o servidor afastar-se do trabalho durante sessenta dias por motivo de doença, retornando à atividade no sexagésimo primeiro dia, e se dela voltar a se afastar pela mesma doença, dentro de 60 (sessenta) dias desse retorno, fará jus ao auxílio-doença a partir da data do novo afastamento.

§ 2º. A revisão da licença passa para a competência do Regime Previdenciário.

Seção IV
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 114. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença em pessoa da família, mediante comprovação por Junta Médica Oficial, compreendendo cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado, menor sob guarda, tutela ou adoção e colateral consangüíneo.

§ 1º. No laudo médico deverá constar:

I - nome completo do servidor;
II - identificação única;
III - categoria funcional;
IV - local de trabalho;
V - data a partir da qual estará ausente;
VI - nome completo do familiar;
VII - grau de parentesco;
VII - condições da assistência direta a ser prestada ao familiar.

§ 2º. O benefício previsto nesta seção deverá ser pleiteado a pedido, mediante apresentação do laudo médico.

Art. 115. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 1º. O acompanhamento da licença por motivo de doença de pessoa da família será realizado pela Assistente Social do Município.

§ 2º. Se constatado desvio de finalidade da licença, será instaurado processo de sindicância administrativa para apurar as responsabilidades do servidor, podendo o mesmo perder a licença concedida.

Art. 116. A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida na seguinte conformidade:

I - até 30 (trinta) dias com vencimentos integrais;
II - de 30 (trinta) e um a sessenta dias com dois terços dos vencimentos integrais;
III - de 61 (sessenta e um) a cento e vinte dias com um terço dos vencimentos integrais;
IV - com mais de 120 (cento e vinte) dias sem remuneração.

Seção V
DA LICENÇA À GESTANTE

Art. 117. À servidora gestante será concedida licença por 120 (cento e vinte) dias, com remuneração garantida pelo salário-maternidade previsto na Lei que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Novo do Parecis.

§ 1º. Durante o período de percepção do salário-maternidade o pagamento da remuneração da servidora fica suspenso até o retorno da servidora à atividade.

§ 2º. As regras e os mecanismos de concessão desta licença são os constantes da Lei que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Novo do Parecis.

§ 3º. O benefício previsto nesta seção deverá ser pleiteado a pedido, mediante apresentação do laudo médico.

Seção VI
DA LICENÇA-ADOTANTE

Art. 118. À servidora municipal, será concedida licença, prevista na Lei que trata do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Novo do Parecis, quando adotar ou obtiver guarda judicial pra fins de adoção.

§ 1º. Para a efetivação do disposto no *caput* deste artigo aplicam-se, no que couber, as regras definidas para a licença-gestante, tendo em vista a similaridade do objeto da licença.

§ 2º. A licença-adotante redundará na suspensão do pagamento da remuneração enquanto durar a concessão do benefício do salário-maternidade pago pelo órgão responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Novo do Parecis.

§ 3º. O benefício previsto nesta seção deverá ser pleiteado a pedido, mediante apresentação de documento comprobatório oficial.

Seção VII
DA LICENÇA PATERNIDADE OU ADOTANTE

Art. 119. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 8 (oito) dias consecutivos, sem perda da remuneração.

Parágrafo único. O benefício previsto nesta Seção deverá ser pleiteado a pedido, mediante apresentação de documento comprobatório oficial.

Art. 120. Ao servidor adotante será concedida licença nos moldes da Lei que trata do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município, no caso de adoção individual, sem a presença materna.

Parágrafo único. Em caso de adoção conjunta, a licença do servidor será de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Seção VIII
DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR

Art. 121. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedido licença com remuneração, quando pelo serviço militar, não perceber qualquer vantagem pecuniária.

§ 1º. A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º. Da remuneração, descontar-se-á a importância que o servidor perceber na qualidade de incorporação, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º. Ao servidor desvinculado, conceder-se-á prazo não excedente de 30 (trinta) dias para que reassuma o exercício, sem perda da remuneração.

Art. 122. Ao servidor, oficial da reserva das forças armadas, será também concedida licença com remuneração durante os estágios previstos pelos regulamentos militares, quando pelo serviço militar, não perceber qualquer vantagem pecuniária.

Parágrafo único. Quando o estágio for remunerado assegurar-se-á o direito de opção, não sendo cumulativo em qualquer hipótese.

Seção IX
DA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 123. O servidor estável poderá obter licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, por até 3 (três) períodos, desde que não haja ônus para o serviço público municipal e não ultrapasse na soma dos períodos 4 (quatro) anos.

§ 1º. O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

§ 2º. O período da licença não poderá exceder à 2 (dois) anos.

§ 3º. O servidor poderá, após a metade do período solicitado, reassumir o exercício, desistindo da licença.

§ 4º. Será cancelada a licença quando houver interesse relevante da Administração Púbica, a critério do servidor, podendo solicitar o restante da licença, após decorridos 12 (doze) meses de exercício.

§ 5º. A licença de que trata este artigo acarretará para o servidor a perda da remuneração e demais vantagens e direitos previstos nesta Lei no período de sua vigência;

§ 6º. Na hipótese do cargo ter sido extinto, o funcionário ocupará outro cargo equivalente ao anterior, com todas as vantagens.

Seção X
LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

Art. 124. Após cada qüinqüênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença prevista no *caput* deste artigo poderá ser fracionada em até 3 (três), períodos, desde que acordando entre servidor e administração.

Art. 125. A licença prêmio não será concedida ao servidor que, no período aquisitivo tiver:
I - sofrido pena de suspensão ou advertência;
II - faltado ao serviço injustificadamente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias alternados;
III - gozado licença:
a) por motivo de doença em pessoa da família por mais de 90 (noventa) dias, consecutivos ou não;
b) para trato de interesses particulares por prazo superior a 90 (noventa) dias;
c) licença para capacitação;
Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 1 (um) mês para cada falta.

Art. 126. O número de servidores em gozo simultâneo da licença prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.
§ 1º. O servidor aguardará em exercício o despacho que permitirá o mesmo entrar em gozo da licença prêmio.
§ 2º. O Sindicado dos Servidores deverá, anualmente, apresentar a Secretaria Municipal de Administração até 30 de dezembro relação nominal dos servidores que farão jus a licença no ano subseqüente, sendo estas concedidas de acordo com a conveniência administrativa e necessidade do serviço, desde que devidamente acordados com o Sindicato.

Seção XI
DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

Art.127.Após cada qüinqüênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, compatível com o cargo exercido.
Parágrafo único.Os períodos de licença de que trata o *caput* não são acumuláveis.

Art. 128. O pedido de licença para capacitação será instruído com certidão de tempo de serviço, expedida pelo órgão competente da Secretaria responsável pela Gestão de Pessoal.
§ 1º. A licença para capacitação será despachada pelo Prefeito Municipal.
§ 2º. O prazo para o reconhecimento do direito à licença para capacitação será de 30 (trinta) dias e, tem natureza decadencial.
§ 3º. O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença para capacitação.
§ 4º. A concessão da licença para capacitação prescreverá quando o servidor não iniciar o seu gozo dentro de trinta dias contados da publicação do ato que o houver concedido.

Art. 129. Não se concederá licença para capacitação, no período aquisitivo:
I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II - afastar-se do cargo em virtude de:
a) licença para tratar de interesse particular, por mais de 30 (trinta) dias no qüinqüênio;
b) condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
c) afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro;
d) licença por motivo de doença em pessoa da família, por mais de 90 (noventa) dias;
III - faltar ao serviço por mais de 30 (trinta) dias intercalados, injustificadamente.
Parágrafo único. **Os dias de licença para tratar de interesse particular concedido ao servidor, deverão ser descontados da licença-capacitação.**

Seção XII
LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO

Art. 130. Ao servidor municipal que se afastar do cargo e/ou especialidade ou função que estiver exercendo, para concorrer a cargo eletivo, fica assegurado o direito à percepção de sua remuneração integral.
Parágrafo único. Para efeito do disposto no artigo anterior, o servidor deverá apresentar cópia do documento emitido pelo partido político onde conste seu nome como um dos indicados na convenção partidária a concorrer como candidato ao pleito, bem como o comprovante do registro de sua candidatura.

Art. 131. O servidor deverá reassumir o exercício:
I - no primeiro dia útil subseqüente ao da publicação ou da decisão transitada em julgado, caso o registro de sua candidatura seja negado ou cancelado pela Justiça Eleitoral;
II - no primeiro dia útil subseqüente à eleição para o cargo eletivo a que concorreu.
§ 1º. A inobservância do disposto neste artigo implicará em falta ao serviço, aplicando-se as normas legais cabíveis.
§ 2º. O afastamento do servidor, bem como sua reassunção nas hipóteses previstas nos incisos I e II deste artigo, deverão ser comunicados pelo servidor ao órgão responsável pela Gestão de Pessoal.
Seção XIII
DA LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 132. Ao servidor municipal investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:
I - tratando-se de mandato federal e estadual, ficará afastado do cargo, sem remuneração;
II – tratando-se de mandato de Prefeito Municipal será afastado do seu cargo, por todo o período do mandato, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.
III – tratando-se de mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, poderá continuar em exercício percebendo as vantagens de seu cargo, sem prejuízo dos subsídios a que fizer jus.
§ 1º. Em havendo compatibilidade, mas com atividades específicas no Legislativo Municipal em horário de expediente, o servidor deverá comunicar ao órgão responsável pela gestão de pessoal para o desconto de um terço do dia por conta do exercício do mandato.
§ 2º. Não havendo a compatibilidade a que se refere o parágrafo anterior, aplicar-se-ão as normas previstas no *caput* deste artigo.
§ 3º. No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.
§ 4º. O servidor investido em mandato eletivo não poderá ser removido ou redistribuído de ofício durante o exercício do mandato.
Seção XIV
DA LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 133. É assegurado ao servidor o direito a licença para o desempenho de mandato classista em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão.
§ 1º. No caso de licença para exercício do mandato classista no sindicato representativo dos servidores abrangidos por este Estatuto, o número de licenciados com garantia de remuneração será de um licenciado, mais um para cada quinhentos servidores filiados à entidade.
§ 2º. Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas entidades classistas não abrangidas por este Estatuto, até o máximo de 3 (três) por entidade, sendo, todavia, garantida a remuneração de somente 1 (um) servidor.
§ 3º. A licença terá duração máxima igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição.
§ 4º. O servidor ocupante de cargo em comissão ou função gratificada deverá desincompatibilizar-se do cargo ou função quando empossado no mandato de que trata este artigo.
§ 5º. O servidor poderá optar pela remuneração da entidade classista, se houver ou do respectivo cargo que ocupa.
§ 6º. O servidor investido em mandato classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício durante o exercício do mandato.

Capítulo VIII
DA SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Art. 134. Visando ao estabelecimento de medidas técnicas, administrativas e educacionais relativas à proteção da saúde, implantação e preservação de condições seguras de trabalho do servidor municipal abrangido por este Estatuto, cabe à Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, através do órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho responsabilizar-se:
I – por exames de saúde - médicos e psicológicos, para provimento de cargo público;
II - por exames de saúde - médicos e psicológicos, destinados a assunção de função especial que o exija;
III - por exames de saúde - médicos e psicológicos, destinados a readaptação, reintegração e reversão;
IV - por exames demissionais de saúde, médicos e psicológicos;
V - pela emissão de laudo atestando afecção como acidente de trabalho ou doença profissional, segundo os critérios da legislação federal;
VI – pela interpretação de afecção como pertencente ao grupo de afecções arrolados na Lei que disciplina o Regime de Previdência do Município de Campo Novo do Parecis;
VII - pela inspeção de saúde - médica e psicológica - visando a definição de compatibilidade entre as especificidades apresentadas por portador de necessidades especiais e seu cargo função;
VIII - pela homologação de licença dependente de inspeção médica obrigatória;
IX - pela definição de função perigosa ou insalubre e a especificação dos equipamentos de proteção necessários para atenuar as condições de risco;
X - pela definição de área de risco em ambientes de trabalho;
Parágrafo único. Sem prejuízo das definições em ações concernentes à saúde, higiene e segurança do trabalho, definidas na legislação municipal específica, o órgão especializado no tema da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal seguirá os conceitos emitidos nas Normas Reguladoras e outros diplomas legais federais.

Seção I
DOS EXAMES OCUPACIONAIS DE SAÚDE

Art. 135. Para a Administração Municipal, e para os fins a que se destinam, internamente, os exames ocupacionais arrolados nos incisos do artigo anterior e, necessários ao controle das condições de saúde de candidatos ao cargo público ou de servidores, somente serão válidos se emitidos por profissional - médico, ou quando for o caso por psicólogo - pertencente ao quadro de servidores do órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal em exercício do cargo.
Parágrafo único. Não será aceito, sob nenhuma alegação, nenhum atestado de saúde ocupacional emitido por outro profissional que não o descrito neste artigo, mesmo que para fins de contestação de laudo.

Subseção I
DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL

Art. 136. O exame de saúde pré-admissional - de caráter eliminatório - é obrigatório ao candidato habilitado em concurso público que a ele deve se submeter, após a convocação, para efeito de ingresso no serviço público municipal.
§ 1º. O exame de saúde pré-admissional, médico e psicológico, é ato exclusivo do setor de saúde ocupacional definidos em regulamento, não se aceitando que o mesmo seja objeto de contraposição ou substituição por qualquer outro exame cujo laudo tenha sido emitido por profissional externo ao órgão competente.
§ 2º. O não comparecimento do candidato ao exame agendado e devidamente comunicado ao mesmo, implicará em sua automática eliminação do processo seletivo.
§ 3º. O disposto neste artigo aplica-se igualmente para os contratados por prazo determinado por excepcional interesse público.
§ 4º. O exame pré-admissional avaliará o candidato de acordo com o risco ocupacional a que estará exposto em razão do cargo para o qual foi convocado.
Art. 137. Visando o diagnóstico de patologias preexistentes relacionadas ao risco ocupacional e, ou, outras, o exame clínico será, à critério do profissional atendente complementado com:
I - avaliação psicológica específica; e,
II - exames complementares especializados: clínicos, radiológicos ou laboratoriais.
Parágrafo único. É responsabilidade da secretaria responsável pela gestão de pessoal e das autarquias e fundações públicas, prover a estrutura necessária à realização destes exames.
Art. 138. O exame pré-admissional concluirá pelas seguintes condições do candidato:
I - apto, no caso em que o candidato apresenta condições, sob o ponto de vista da saúde, para cumprir todas as funções inerentes ao cargo pretendido.
II - inapto, no caso em que o candidato apresenta ausência de condições de saúde para exercer pelo menos uma das atividades inerentes ao cargo pretendido.
§ 1º. A declaração de aptidão é a resultante de duas declarações de condições de saúde para cumprimento das atividades do cargo e da especialidade, emitida por profissionais em exercício no órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, sendo um médico e outro por psicólogo.
§ 2º. No caso de apenas uma das declarações previstas no parágrafo anterior concluir pela inaptidão o candidato será considerado inapto.
§ 3º. No caso de portador de necessidades especiais, a definição a respeito da aptidão do candidato dar-se-á levando em consideração apenas as atividades essenciais inerentes ao cargo pretendido.
§ 4º. A descrição das funções e atividades inerentes a cada cargo público e suas especialidades, assim como quais as atividades essenciais que lhe corresponde, é de responsabilidade da secretaria municipal responsável pela gestão de pessoal.

Subseção II
DO EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE

Art. 139. O exame periódico é obrigatório para todos os servidores públicos municipais e será realizado em intervalos de tempo determinados pela Administração Municipal, através do órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal.
§ 1º. O exame periódico será realizado mediante prévia convocação do servidor em cronograma de atendimento estabelecido de comum acordo entre o setor responsável pela saúde ocupacional e a chefia imediata do servidor.
§ 2º. Os intervalos de tempo serão definidos segundo:
I - a exposição aos riscos inerentes à função desempenhada;
II - a idade do servidor.
§ 3º. O servidor poderá ser convocado extraordinariamente para exame periódico a critério da Administração Municipal, frente a fatos de saúde específicos ou a necessidade institucional que o justifiquem.
§ 4º. A convocação periódica terá, como princípio básico, a data de nascimento do servidor.
§ 5º. O não comparecimento do candidato ao exame agendado e devidamente comunicado, implicará em sanção disciplinar.
§ 6º. O exame periódico avaliará o servidor de acordo com o risco ocupacional a que esteve exposto em razão do cargo que ocupa.
Art. 140. Visando o diagnóstico de patologias relacionadas ao risco ocupacional e, ou, outras, o exame clínico será, à critério do profissional atendente complementado com:
I - avaliação psicológica específica; e,
II - exames complementares especializados: clínicos, radiológicos ou laboratoriais.
Parágrafo único. É responsabilidade da Secretaria responsável pela gestão de pessoal e das Autarquias e Fundações Públicas, prover a estrutura necessária à realização destes exames.
Art. 141. O exame periódico concluirá pelas seguintes condições do servidor:
I - apto, no caso em que o servidor apresenta condições, sob o ponto de vista de saúde, para continuar cumprindo todas as funções inerentes ao cargo e à especialidade que ocupa.
II - apto com restrições, no caso em que o servidor apresenta alterações suficientes para torná-lo incapaz de exercer integralmente as atividades inerentes ao seu cargo e especialidade.

III - inapto, no caso em que o servidor apresenta ausência de condições para continuar cumprindo as atividades que definem seu cargo e a sua especialidade.
§ 1º. A declaração de aptidão é a resultante de duas declarações de condições de saúde para cumprimento das atividades do cargo e da especialidade, emitida por profissionais em exercício no órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, sendo um médico e outro por psicólogo.
§ 2º. No caso de apenas uma das declarações previstas no parágrafo anterior concluir pela inaptidão o servidor será considerado inapto ou apto com restrições.
§ 3º. Nos casos específicos dos incisos II e III o servidor será encaminhado para reabilitação ou readaptação funcional para início de processo próprio que definirá se o caso se trata de limitação temporária ou definitiva de algumas de suas funções, de readaptação, nos termos da Lei, ou de encaminhamento para aposentadoria por invalidez.
§ 4º. A definição de apto com restrições, em caráter definitivo, ou inapto, para servidor em estágio probatório, implica em imediata comunicação ao setor responsável pela avaliação e desempenho para as medidas administrativas que se fizerem pertinentes.

Subseção III
DO EXAME DE FUNÇÃO ESPECIAL

Art. 142. O exame de função especial é a avaliação específica de saúde para que o servidor público, titular de qualquer cargo ou emprego, possa dirigir veículo da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ou da frota contratada quando necessária tal atividade para garantir a execução às atribuições de seu cargo de carreira.
§ 1º. O servidor encaminhado para este exame deverá ser, necessariamente, portador de Carteira Nacional de Habilitação idêntica à obrigada ao servidor titular do cargo ou especialidade de motorista para o mesmo tipo de veículo, o encaminhamento deverá conter esta informação expressa em seu corpo.
§ 2º. O exame de função especial não determina a habilitação, implicando apenas no levantamento das condições clínicas do servidor.
Art. 143. O exame de função especial concluirá pelas seguintes condições do servidor:
I - apto, no caso em que o servidor apresenta condições, sob o ponto de vista de saúde, para adicionar às suas, a função de direção de veículo;
II - inapto, no caso em que o servidor não apresenta condições, sob o ponto de vista de saúde, para adicionar às suas, a função de direção de veículo.
§ 1º. A declaração de aptidão é a resultante de duas declarações de condições de saúde para cumprimento das atividades do cargo e da especialidade, emitida por profissionais em exercício no órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, sendo um médico e outro por psicólogo.
§ 2º. No caso de apenas uma das declarações previstas no parágrafo anterior concluir pela inaptidão o servidor será considerado inapto.

Subseção IV
DO EXAME DE SAÚDE PARA RETORNO AO TRABALHO

Art. 144. O exame de retorno ao trabalho será realizado, no primeiro dia de retorno do servidor ausente por mais de 60 (sessenta) dias de suas atividades por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não, ou parto.
§ 1º. O servidor deverá comparecer ao órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, com antecedência de 3 (três) dias úteis da data prevista de seu retorno, a fim de agendar o dia e horário de realização do referido exame de retorno.
§ 2º. Na data agendada, o servidor deverá apresentar a declaração de retorno ao trabalho, emitida por seu médico assistente.
§ 3º. O não comparecimento implica em falta disciplinar.
Art. 145. O exame de retorno ao trabalho concluirá pelas seguintes condições do servidor:
I - apto, no caso em que o servidor apresenta condições, sob o ponto de vista de saúde, para retornar ao cumprimento de todas as funções inerentes ao cargo que ocupa.
II - apto com restrições, no caso em que o servidor apresenta alterações suficientes para torná-lo incapaz de retornar integralmente às funções inerentes ao seu cargo.
III - inapto, no caso em que o servidor apresenta ausência de condições para retornar ao cumprimento das funções que definem seu cargo.
§ 1º. Nos casos específicos dos incisos II e III o servidor será encaminhado para reabilitação ou readaptação funcional para início de processo próprio que definirá se o caso se trata de limitação temporária ou definitiva de algumas de suas funções, de readaptação, nos termos da Lei, ou de encaminhamento para aposentadoria por invalidez.
§ 2º. A definição de apto com restrições, em caráter definitivo, ou inapto, para servidor em estágio probatório, implica em imediata comunicação ao setor responsável pela avaliação e desempenho para as medidas administrativas que se fizerem pertinentes.

Subseção V
DO EXAME DE SAÚDE DEMISSIONAL

Art. 146. O exame demissional é a avaliação de saúde realizada quando do desligamento de servidor, exceto por motivo de aposentadoria, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 90 (noventa) dias.
Art. 147. O exame demissional concluirá pelas seguintes condições do servidor:
I - apto, quando o servidor apresentar condições, sob o ponto de vista médico de exercer as funções inerentes ao seu cargo;
II - apto com restrições, quando o servidor apresentar, sob o ponto de vista médico, alterações impeditivas ao total exercício de seu cargo;
III - inapto, quando o servidor não apresentar condições de exercer, sob o ponto de vista médico, as atividades, definidoras de seu cargo.
Parágrafo único. As condições contidas nos casos específicos dos incisos II e III não implicam em qualquer modificação da conduta administrativa exoneratória anteriormente proposta.

Seção II
DO ACIDENTE DE TRABALHO E DA DOENÇA OCUPACIONAL

Art. 148. Acidente de Trabalho é o evento danoso que tiver como causa mediata ou imediata o exercício das atribuições inerentes ao cargo:
§ 1º. Equipara-se a acidente a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício de suas atribuições.
§ 2º. Para conceituação da doença profissional, considerado o disposto na Lei que disciplina o Regime de Previdência do Município de Campo Novo do Parecis, serão adotados os critérios da legislação federal da previdência social.
§ 3º. A caracterização de evento gerador de afecção, como acidente de trabalho ou doença profissional, é função do médico do trabalho do órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho do órgão responsável pela gestão de pessoal.
§ 4º. Para todos os efeitos um evento só será considerado acidente de trabalho ou doença profissional após a investigação conjunta do fato pelos profissionais dos setores responsáveis pela saúde ocupacional e pela segurança do trabalho.

Seção III
DA SEGURANÇA DO TRABALHO

Art. 149. Compete ao órgão responsável pela segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, entre outras atividades a implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.
Parágrafo único. Serão considerados como princípios para a execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA -

os previstos na Norma Regulamentadora nº 9 (NR9) da Legislação Federal.

Art. 150. O órgão responsável pela Segurança do Trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal estabelecerá as medidas técnicas concernentes à segurança e à higiene do trabalho, especialmente às relativas a:

I - acidente de trabalho e doença profissional, tais como:

a) normas preventivas;

b) comunicação, registro, investigação e caracterização, em conjunto com o órgão responsável pela saúde ocupacional;

II - controle de áreas de risco:

a) insalubridade e periculosidade;

b) especificações técnicas quanto à aquisição e utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como de uniformes;

c) condições ambientais de trabalho;

d) vistoria e inspeções;

III - capacitações específicas;

IV - segurança e higiene do trabalho;

V - formação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS).

Seção IV
DA REABILITAÇÃO E DA READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Art. 151. Ao órgão responsável pela Reabilitação e Readaptação funcional da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal compete, entre outras atividades a instauração, o acompanhamento e o controle dos processos de saúde em limitação, readaptação e reabilitação funcional, no que concerne ao aspecto médico da questão.

§ 1º. O processo de saúde visando a limitação ou readaptação funcional será desencadeado pelo profissional médico do órgão responsável pela saúde ocupacional, após verificação de que a capacidade laborativa do servidor não é mais compatível com os processos de trabalhos referentes às tarefas que o mesmo deveria desempenhar.

§ 2º. A continuidade do processo dar-se-á em equipe multidisciplinar interna do órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, que manterá relação com os profissionais de outros setores da referida secretaria, especificamente aqueles responsáveis pela elaboração da descrição de cargos, especialidades, definição de local de trabalho e cadastro funcional.

§ 3º. Uma vez constatada, pelos profissionais competentes, a necessidade de readaptação, esta deverá necessariamente ser desencadeada e não poderá ser alvo de recusa por parte do servidor.

§ 4º. Uma vez estabelecida a conduta de reabilitação, a licença para tratamento de saúde cessará, e o servidor afastado deverá assumir as funções estabelecidas no processo.

§ 5º. O servidor em processo de readaptação, em qualquer de suas formas, que apresentar nova solicitação de afastamento para tratamento de saúde, será sempre submetido à perícia médica investigativa e se necessário reencaminhado ao órgão responsável pela Reabilitação e Readaptação Funcional para revisão do processo.

Art. 152. Ao ser constatada a impossibilidade de readaptação pela equipe responsável, o servidor será encaminhado para aposentadoria por invalidez na forma deste Estatuto e da Lei que trata do Regime Próprio de Previdência do Município de Campo Novo do Parecis.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo implica em que todo encaminhamento para aposentadoria por invalidez seja precedido de processo investigatório quanto a possibilidade de readaptação funcional.

Art. 153. Ao órgão responsável pela Reabilitação e Readaptação Funcional da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal compete, ainda, a elaboração, o acompanhamento e a manutenção de programas específicos de reabilitação do servidor acometido por doenças, especificamente aquelas cuja evolução interferem no cotidiano do servidor e na sua capacidade laborativa e sejam passíveis de controle por mudanças de atitudes ou rotina diária, tais como:

I - as dependências químicas;

II - as afecções desenvolvidas por estresse;

III - as afecções desenvolvidas por esforços indevidos;

IV - as afecções genéricas controláveis por atitudes ou mudanças de rotina (diabetes, hipertensão arterial, obesidade, entre outras).

Seção V
DA PERÍCIA MÉDICA

Art. 154. Serão submetidas à avaliação da perícia médica, realizada pelo órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, as solicitações de afastamento de servidor por motivo de:

I - doença nos casos de Licença para Tratamento de Saúde (LTS)

II - licença para Acompanhamento à Familiar (LTF)

III - afastamento por acidente de trabalho e outros casos similares.

§ 1º. O atestado de afastamento e as avaliações periciais serão analisadas segundo as normas estabelecidas no Código de Ética Médica.

§ 2º. Para cumprimento do disposto neste artigo cabe ao médico perito:

I - avaliar a capacidade do servidor por meio de exames clínicos, análise de documentos, provas e laudos referentes ao caso;

II - subsidiar tecnicamente a decisão para a concessão de benefícios;

III - comunicar, formalmente, o resultado do exame médico pericial ao servidor periciado;

IV - comunicar, formalmente, à chefia imediata, quando o servidor periciado, embora autorizado a retornar ao trabalho, for obrigado a observar as restrições definidas pelo perito;

V - encaminhar o servidor para tratamento ou à reabilitação ou readaptação, quando for o caso.

§ 3º. A perícia será efetuada no ambiente do órgão especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal ou em caso de impossibilidade de locomoção, adequadamente caracterizada, no domicílio ou em ambiente de internação, concluindo pela concessão dos dias de afastamento solicitados ou pelo indeferimento, parcial ou total, do pedido, observando os seguintes procedimentos, cumulativos ou não:

I - exame clínico do servidor;

II - solicitação de relatório para médico assistente;

III - solicitação de exames complementares;

IV - encaminhamento a outros especialistas.

§ 4º. O servidor afastado por motivo de doença deverá ficar à disposição do órgão responsável pela perícia médica até o final do afastamento, estando obrigado, se solicitado, independente de sua idade e sob pena de cessação da licença a submeter-se a exame médico para efeito da perícia de que trata este artigo.

Art. 155. Caberá obrigatoriamente perícia médica nos seguintes casos:

I - afastamentos superiores a 15 (quinze) dias;

II - afastamentos inferiores a 15 (quinze) dias, em servidores em regime de plantão;

III - afastamentos inferiores a 15 (quinze) dias, quando freqüentes, na forma definida no § 1º deste artigo;

IV - no caso de ausência de identificação da afecção de acordo com o Código Internacional de Doenças;

V - no caso de solicitação pela chefia, em face da evidência de que haja perda da capacidade laboral e, ou, aumento das condições de risco, motivado por possível alteração da saúde do servidor.

§ 1º. Considera-se freqüente, para efeito deste artigo a incidência de quatro ou mais afastamentos a cada doze meses, independente da duração de cada um deles.

§ 2º. Não serão aceitos atestados médicos emitidos em outras localidades, exceto quando encaminhados pela Junta Médica do Município.

§ 3º. Atestados odontológicos somente serão aceitos no caso de cirurgias ou extrações.

§ 4º. No caso do inciso V deste artigo, o servidor deverá ter ciência do motivo de seu encaminhamento à perícia por parte da chefia.

§ 5º. As licenças superiores a 15 (quinze) dias serão divididas em períodos de quinze dias após os quais será necessária a presença do servidor em avaliações intermediárias para a continuidade da concessão quando o médico perito avaliará, a cada retorno, se a continuidade da licença é ou não pertinente.

§ 6º. Excetua-se do disposto neste artigo os documentos relativos a:

I - doação de sangue

II - comprovante de comparecimento em:

a) Consultas;

b) Psicoterapia;

c) Realização de exames diagnóstico; e,

d) Procedimentos, tais como: fisioterapia, fonoaudióloga, entre outros.

§ 7º. Nos casos previstos no parágrafo anterior, o período de ausência deverá ter sido acordado anteriormente com a chefia imediata e o documento comprobatório da presença do servidor deverá ser entregue diretamente à chefia imediata, cabendo às partes conciliar o período de ausência do servidor e a necessidade do serviço.

Art. 156. Os atestados de afastamento por motivo de doença deverão ser apresentados ao órgão responsável pela perícia médica pelo servidor ou por pessoa da família, em caso de absoluta impossibilidade daquele, acompanhado da guia de inspeção médica, completamente preenchida e assinada pela chefia imediata, em até setenta e duas horas úteis contadas da data de início do afastamento.
§ 1º. O não cumprimento do prazo de entrega estabelecido neste artigo, implicará em perícia médica, qualquer que seja o período de afastamento solicitado e a perda dos dias anteriores à perícia cujo atraso tenha impedido, na perícia, a verificação da existência ou da intensidade da afecção durante aqueles dias.
§ 2º. O não atendimento do servidor à convocação para perícia médica implicará no indeferimento do pedido de afastamento.
§ 3º. O preenchimento da guia pela chefia imediata é obrigatório e não implica em aceitação da licença proposta no atestado do médico assistente.
§ 4º. No caso de ausência da chefia imediata, a chefia imediatamente superior deverá ser responsável pelo preenchimento da guia.

Seção VI
DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Subseção I
DA COMPOSIÇÃO E DA VINCULAÇÃO

Art. 157. A Junta Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis constituem-se como instância especial pericial na análise e julgamento de recursos, solicitações de caráter auxiliar em processos administrativos e judiciais na avaliação do componente médico que os constitui.
§ 1º. A perícia técnica é o procedimento técnico-científico realizado por agente profissional legalmente habilitado, ou alguém reconhecido como tal e destinado a informar ou auxiliar uma autoridade para que possa julgar matéria alheia à sua competência.
§ 2º. A Junta Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis será constituída como instância técnica auxiliar da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, funcionalmente autônoma e soberana em suas decisões técnicas.
Art. 158. A Junta Médica, denominada Oficial da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, será composta por três profissionais nas seguintes especialidades:
I - um médico especialista em Medicina do Trabalho;
II - um médico especialista em Psiquiatria ou Psicólogo;
III - um médico especialista em Clínica Médica.
§ 1º. Os membros da Junta Médica serão nomeados por 2 (dois) anos e poderão ser reconduzidos nos biênios seguintes, á critério da administração.
§ 2º. O membro convidado para a Junta Médica não poderá ter sido alvo de punições aplicadas por processos administrativos ou médicos.
§ 3º. Nenhum acréscimo remuneratório será devido pelo exercício das atribuições como componente da Junta Médica.
Art. 159. Somente será aceito o afastamento temporário ou definitivo de um componente da Junta Médica nas seguintes hipóteses:
I - exoneração;
II - licença para tratamento de saúde ou acidente de trabalho;
III - licença maternidade;
IV - férias;
V - licença para capacitação.
§ 1º. Após a segunda recondução, o profissional terá o direito de manifestar seu desejo de permanecer na Junta Médica, independente das situações expostas nos incisos acima, que será aceita ou rejeitada mediante o interesse público.
§ 2º. Ocorrendo os afastamentos previstos no presente artigo e não podendo ser supridos pela suplência, deverá ser efetuada imediata substituição do membro afastado para evitar a interrupção dos trabalhos.
§ 3º. A substituição de que trata o parágrafo anterior deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de solicitação de substituição, sendo responsabilidade da Administração Municipal a agilização e efetivação deste processo.
§ 4º. Os membros da Junta prevista no *caput* não poderão participar de composição de quaisquer outras juntas no âmbito municipal, de caráter decisório em benefício trabalhista ou previdenciário.

Subseção II
DA COMPETÊNCIA DA JUNTA MÉDICA

Art. 160. É competência da Junta Médica:
I - avaliar e decidir sobre recurso apresentado por candidato a concurso público aprovado na prova teórica e prática e reprovado no exame admissional de saúde;
II - verificar a existência de necessidades especiais, alegada por candidato a cargo público em caráter de reserva às pessoas portadoras de necessidades especiais, e a sua compatibilidade com o cargo para o qual foi aprovado em concurso;
III - avaliar e decidir sobre recurso apresentado por servidor municipal em processo de demissão que conteste o resultado de seu exame demissional;
IV - avaliar e decidir sobre recurso apresentado por servidor municipal que tenha licença médica igual ou superior a 15 (quinze) dias, solicitada por médico assistente, negada e, ou, reduzida por médico perito da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis;
V - avaliar e decidir sobre processos de aposentadoria por invalidez que deverá ser instruída, solicitada e encaminhada pelo órgão responsável pela Saúde e Segurança do Trabalho da Administração Municipal ou o seu equivalente nas instituições da Administração Indireta ou do Poder Legislativo;
VI - avaliar e decidir sobre afastamentos superiores a 60 (sessenta) dias;
VII - conceder readaptação funcional, que deverá ser instruída, solicitada e encaminhada pelo órgão responsável pela Saúde e Segurança do Trabalho da Administração Municipal ou o seu equivalente nas instituições da Administração Indireta ou do Poder Legislativo;
VIII - avaliar e decidir, em grau de recurso, sobre a concessão do nexo causal em acidentes de trabalho e doenças ocupacionais constantes da legislação federal que regula os benefícios da Previdência Social;
IX - avaliar e decidir sobre a concessão do nexo causal em doenças ocupacionais que não constem da legislação federal que regula os benefícios da Previdência Social;
X - avaliar e decidir sobre a adequação de pedido de isenção de Imposto de Renda aos portadores de afecções previstas na legislação vigente;
XI - avaliar e decidir sobre a revogação de aposentadoria concedida aos servidores municipais;
XII - avaliar e decidir sobre a inclusão de dependentes, incapazes para o trabalho, na condição de pensionista temporário ou permanente;
XIII - avaliar e decidir sobre o direito de dependentes, incapazes para o trabalho, na percepção de direitos deixados;
XIV - avaliar e decidir sobre a autorização para pagamento de pecúlio por invalidez permanente decorrente de acidente em serviço;
XV - analisar e dar parecer a respeito de aspectos médicos de servidores envolvidos em processos disciplinares e, ou, administrativos;
XVI - avaliar e decidir na categorização do servidor que, independente de ter se candidatado à reserva de cargo para deficientes, ou de ter adquirido sua deficiência durante seu período de servidor municipal, insira-se nesta categoria.
§ 1º. O recurso de que trata o inciso I deste artigo, deve ser instaurado no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o conhecimento do fato pelo candidato.
§ 2º. Considerando o que trata o inciso II deste artigo, no caso da Junta Médica considerar que o candidato não é portador de deficiência este terá prazo de cinco dias para interpor recurso que será revisto pela Junta Médica.
§ 3º. O recurso de que trata os incisos III e IV deste artigo, deverão ser instaurados no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o conhecimento do fato pelo servidor.

Art. 161. A Junta Médica, após análise da quantidade de processos entrantes no ambiente de Junta, disponibilidade de atendimento destes processos em tempo hábil e dos atrasos decorrentes desta disponibilidade, emitirá documento à Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal sugerindo a criação de uma Junta Médica extraordinária, com as mesmas características, competências, direitos e deveres das existentes para a resolução da pendência de procedimento.

§ 1º. Este requerimento será efetivado no momento em que, apesar de otimizados todos os recursos internos, as Juntas Médicas apresentarem como resultado de seus trabalhos atrasos no cumprimento dos prazos previstos que excedam os trinta e cinco por cento do número de processos entrantes, desde que esses atrasos não sejam motivados por fatores externos às capacidades das Juntas.

§ 2º. A Junta Médica terá competência para a definição da desativação da Junta Extraordinária, uma vez que se evidencie que o número de Juntas que restará será competente para o bom andamento dos trabalhos.

§ 3º. Os membros da Junta desativada manterão seu papel de suplentes às outras Juntas Médicas em atividade.

Art. 162. A Junta Médica é a instância máxima na Administração Municipal para o julgamento dos assuntos de sua competência acima descritos:

§ 1º. Os pareceres da Junta Médica Oficial serão publicados no mural da Prefeitura Municipal e em jornal de circulação local na data subseqüente à sua emissão.

§ 2º. O Presidente da Junta Médica é responsável pelo envio dos pareceres ao órgão da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal que deverá envia-lo para publicação no Diário Oficial ou Jornal de Circulação do Município.

Subseção III
DA CONFIDENCIALIDADE, RESPONSABILIDADE E AUTONOMIA

Art. 163. Os processos adentrados em Junta Médica farão parte do acervo de processos sob a responsabilidade e a confidencialidade da Junta Médica.

Parágrafo único. Se for necessário que instâncias, juridicamente constituídas, tenham acesso ao processo durante este período, o mesmo será retirado do ambiente funcional da Junta Médica e encaminhado, sem pareceres parciais, à instância de origem para acolhimento da solicitação.

Art. 164. A Junta Médica Oficial somente emitirá seu parecer ao final de sua análise, por escrito e dirigido à instância que o solicitou, tramitando através dos órgãos da Secretaria Municipal responsável pela Gestão de Pessoal.

§ 1º. Não haverá, sob nenhuma circunstância ou pretexto e a nenhuma pessoa, antecipações ou informações verbais de membros da Junta sobre o andamento dos processos.

§ 2º. Caso o prazo de conclusão estipulado tenha sido excedido e não havendo fundamentação para a extensão do prazo, os componentes da Junta Médica Oficial, responsável pelo processo, responderão a processo administrativo.

§ 3º. Em se tratando de servidores da Administração Municipal a Junta Médica emitirá parecer final com cópias que permanecerão em seu prontuário de saúde.

Art. 165. Os procedimentos técnicos de cada uma das Juntas Médicas Oficiais, de caráter médico, na instrução de seus casos, serão definidos pelas próprias Juntas e não serão submetidos a orientações externas.

Parágrafo único. As Juntas Médicas responderão técnica e eticamente pelas suas conclusões.

Subseção IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 166. A Junta Médica terá ao seu dispor expediente próprio para recepção e controle dos processos que lhes serão encaminhados através dos órgãos responsáveis pela gestão de pessoal das administrações envolvidas.

Art. 167. Os processos encaminhados para apreciação em Junta Médica deverão, preferencialmente apresentar prazo limite para esta apreciação.

§ 1º. Os processos que não tiverem prazo estipulado receberão um prazo previamente estabelecido de 30 (trinta) dias para a sua resolução, que poderão ser estendidos por mais trinta dias, sob fundamentação.

§ 2º. A Junta Médica terá soberania para estabelecer, baseado nos fatos apresentados, relacionadas às urgências relativas dos processos, se um processo entrado posteriormente terá prioridade de resolução sobre outro mais antigo e sob sua guarda.

Art. 168. Os componentes da Junta Médica Oficial reunir-se-ão para apreciação dos casos em pauta, de acordo com a necessidade da demanda.

Art. 169. Será da alçada dos membros da Junta Médica estabelecer a obrigatoriedade da presença dos interessados ou envolvidos nos processos que lhe forem encaminhados.

§ 1º. No caso de necessidade, a Junta Médica poderá solicitar a presença de terceiros que sejam importantes para a elucidação dos fatos e sua conclusão.

§ 2º. Quando necessário a Junta Médica poderá solicitar a convocação de outros médicos especialistas da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis para a resolução de casos específicos.

§ 3º. A solicitação de especialistas será feita pela Junta à Secretaria Municipal de Saúde e será estabelecido um prazo máximo de 15 (quinze) dias para que esta secretaria apresente os profissionais solicitados.

Seção VII
DA JUNTA PSICOLÓGICA OFICIAL

Art. 170. Será constituída uma Junta Psicológica Oficial da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis composta por três psicólogos escolhidos e nomeados, destinada a proceder à perícia técnica em sua área de competência.

Parágrafo único. Os procedimentos prescritos na seção anterior deste Estatuto para as Junta Médica Oficial, aplicar-se-ão no que couber à Junta Psicológica Oficial da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Seção VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 171. O disposto neste Capítulo aplica-se ao servidor público segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, naquilo que não conflitar com a legislação federal pertinente.

Art. 172. Em função das atividades de controle de risco ocupacional e combate às situações que os estabelecem, assim como da investigação de condições de trabalho visando estabelecer competência laboral do servidor frente às suas reais condições de trabalho e da investigação de acidentes de trabalho típico, fica estabelecido que os servidores em exercício no órgão responsável pela saúde ocupacional e pela segurança de trabalho terão livre trânsito em todas as dependências da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, desde que no cumprimento de suas atividades laborativas.

Art. 173. Os documentos referentes a dados de saúde, médicos e psicológicos, do servidor terão como local de guarda o prontuário de saúde do servidor no ambiente físico do órgão responsável pela saúde e segurança do trabalho, sob responsabilidade do seu coordenador clínico.

§ 1º. Nenhum documento do prontuário de saúde do servidor, com teor semelhante ao descrito abaixo, poderá ser copiado e, ou, mantido nos prontuários funcionais nos setores administrativos sob pena de infração de legislação federal relativa ao assunto:

I - atestados, declarações e relatórios médicos;

II - atestados, declarações e relatórios psicológicos;

III - exames complementares e seus laudos e resultados, entre outros.

§ 2º. Fazem exceção ao parágrafo anterior os documentos encaminhados pelos profissionais dos vários setores ao órgão responsável pela saúde e segurança do trabalho, com o fim de orientar as chefias quanto às condutas a serem tomadas no ambiente de trabalho em função de afecção portada pelos servidores.

§ 3º. Em cumprimento ao que determina a Constituição Federal, o Código Civil, o Código de Processo Penal e o Código de Ética Médica nenhum dado constante do prontuário de saúde do servidor será fornecido, para fins administrativos, jurídicos ou pecuniários sem a anuência expressa do titular do prontuário, consideradas as exceções na legislação vigente.
§ 4º. Toda solicitação de declarações ou relatórios a médicos assistentes deve necessariamente ter como origem o órgão responsável pela saúde e segurança do trabalho e a ele devem retornar, estando outros setores da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, proibidos de solicitarem ou reterem, cópias ou originais destes documentos.

Art. 174. É direito do candidato ou do servidor recorrer das decisões e laudos emitidos com relação a sua capacidade de trabalho, que deverá ser oficialmente formalizado em até 5 (cinco) dias, a partir da data de ciência do fato pelo interessado.
§ 1º. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal que o encaminhará à esfera competente.
§ 2º. Os recursos que implicarem em resposta cuja capacitação técnica seja de conteúdo médico serão encaminhados a Junta Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, para avaliação e parecer.
§ 3º. Não serão aceitos recursos aos pareceres finais da instância recursal das Junta Médica Oficial.

Art. 175. Durante o gozo de licença para tratamento de saúde ou licença para acompanhamento à familiar enfermo, o servidor não poderá exercer atividades remuneradas sob pena de cassação integral da licença e sanção disciplinar, obedecido ao devido processo legal.

Art. 176. Compete a todas as unidades administrativas da Prefeitura, Câmara, Fundações, Autarquias e Instituições obrigatoriamente, cumprir as determinações e instruções concernentes à saúde, segurança e higiene do trabalho emanadas do órgão responsável para tal da Secretaria Municipal pela gestão de pessoal.
Parágrafo único. Na hipótese de não cumprimento das normas e atos administrativos decorrentes do disposto neste artigo, quando presentes as condições adequadas para a sua rigorosa observância, ficará caracterizada a negligência e, ou, desídia do chefe imediato ou do responsável à ele equiparado, sujeitando-o às penalidades administrativas cabíveis.

Título IV
DO SISTEMA DEMOCRÁTICO DE RELAÇÕES DE TRABALHO

Art. 177. Fica instituído o Sistema Democrático de Relações do Trabalho destinado à autocomposição de conflitos, individuais ou coletivos, entre as partes interessadas, a saber:
I - a administração pública;
II - o servidor público municipal;
III - o sindicato representante do funcionalismo público; e,
IV - os usuários dos serviços públicos municipais.
§ 1º. O funcionamento do Sistema Democrático de Relações do Trabalho depende:
I - da manutenção, no âmbito da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal da Administração Municipal, de estrutura destinada à gestão técnica e administrativa das demandas, dados e agendas de negociação;
II - da criação das seguintes comissões:
a) Comissão Permanente de Negociação;
b) Comissão Setorial.
§ 2º. O Conselho de Política e Administração de Pessoal, previsto no art. 39 da Constituição Federal, a ser regulamentado na Lei que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras dos servidores de Campo Novo do Parecis, compõe igualmente o sistema instituído no *caput* deste artigo.
§ 3º. A Administração Municipal fica obrigada a fornecer os dados, os indicadores, bem como a infra-estrutura necessária ao bom funcionamento do Sistema Democrático de Relações de Trabalho.

Título V
DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

Capítulo I
DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

Art. 178. São deveres do servidor:
I - observar das normas legais e regulamentares;
II - cumprir as determinações dos superiores hierárquicos, exceto quando reconhecidamente ilegais, delas podendo divergir mediante manifesto formal redigido à direção hierarquicamente responsável pela chefia que emitiu a ordem ilegal, exigidas as condições básicas de cooperação e respeito;
III - desempenhar diligentemente, e dentro dos padrões desejáveis, os trabalhos que lhe forem atribuídos;
IV - guardar sigilo sobre informações de que tenha conhecimento, em razão da função que exerce na Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis;
V - tratar com urbanidade os chefes, os instrutores, colegas e demais empregados de qualquer grau hierárquico, assim como terceiros que se encontrem nos locais de trabalho;
VI - manter espírito de cooperação e solidariedade no grupo de trabalho a que pertence, guardando respeito mútuo e evitando comportamento capaz de conturbar o ambiente e prejudicar o bom andamento do serviço;
VII - cientificar o seu superior imediato das irregularidades que tiver conhecimento e que possam concorrer para possíveis prejuízos morais ou materiais à Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis;
VIII - zelar pela boa conservação dos materiais e equipamentos confiados a sua guarda ou utilização, bem como pelo patrimônio da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis em geral;
IX - ser imparcial em suas informações e decisões, evitando preferências pessoais;
X - apresentar-se ao expediente de trabalho portando o crachá de identificação;
XI - conhecer e acatar as normas e instruções de higiene e segurança do trabalho da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis;
XII - submeter-se aos exames médicos ocupacionais (admissional, mudança de função, periódico, retorno ao trabalho e o demissional) quando solicitado pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis;
XIII - informar, sistematicamente, à área competente, sobre quaisquer alterações verificadas nos seus dados cadastrais (estado civil, dependentes, residência, grau de escolaridade);
XIV - ser pontual e assíduo;
XV - comunicar ao seu chefe imediato o registro de sua candidatura a qualquer cargo eletivo e, no caso de não se licenciar, cumprir integralmente a jornada de trabalho a que estiver obrigado;
XVI - prestar, por ocasião da admissão, declaração de bens e de acumulação de cargo, de acordo com o disposto neste Estatuto;
XVII - manter, dentro ou fora do órgão onde o servidor se encontra lotado, conduta compatível com a moralidade administrativa de modo a não comprometer o nome da administração Municipal de Campo Novo do Parecis;
XVIII - responder em testemunho da verdade, ressalvado o impedimento, no prazo que lhe for marcado, às interpelações formuladas por superior hierárquico.
Art. 179. São deveres dos ocupantes de cargos em comissão, sem prejuízo dos prescritos no artigo anterior:
I - zelar pela manutenção da disciplina e da ordem;
II - zelar pelo fiel cumprimento das decisões emanadas da direção da administração;
III - orientar seus subordinados na execução dos serviços;
IV - manter o grupo que dirige em ambiente de boas relações pessoais;
V - fazer cumprir, nos locais de trabalho, as normas e instruções de higiene e segurança no trabalho;
VI - comunicar à área competente, qualquer irregularidade sobre a freqüência de seus subordinados;
VII - propor medidas que visem a melhor execução e racionalização dos serviços;
VIII - tratar com urbanidade seus subordinados.

Art. 180. Ao servidor é proibido:
I - valer-se de sua condição funcional para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito pessoal;

II - exercer qualquer espécie de comércio entre os companheiros de trabalho nas dependências da administração;
III - dedicar-se a assuntos particulares durante o horário de trabalho;
IV - portar armas nos locais de trabalho, salvo se exercer função de vigilância e estiver devidamente autorizado e possuir porte de arma;
V - retirar das dependências da administração municipal de Campo Novo do Parecis, quaisquer tipos de materiais ou documentos, sem a devida autorização;
VI - registrar a freqüência de outro servidor ou contribuir para fraudes no registro de freqüência ou apuração;
VII - receber propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
VIII - deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada;
IX - utilizar recursos materiais e humanos da administração em trabalho ou atividade particular;
X - ausentar-se, em horário de expediente, bem como sair, antecipadamente, sem autorização da chefia imediata;
XI - exorbitar de sua autoridade ou função;
XII - deixar de acusar o recebimento de qualquer importância, indevidamente creditada em sua remuneração;
XIII - cometer outras faltas graves, que atrapalhem o andamento do expediente de trabalho.

Capítulo II
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 181. Pelo exercício irregular de suas atribuições o servidor responde civil, penal e administrativamente.
Art. 182. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo que importem em prejuízo para a Fazenda Pública Municipal ou a terceiros.
§ 1º. A indenização de prejuízos causados à Fazenda Pública Municipal poderá ser liquidada mediante o desconto em prestações mensais não excedente da décima parte da remuneração.
§ 2º. Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública Municipal, amigavelmente, ou através de ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão, que houver condenado a Fazenda a indenizar terceiro prejudicado.
§ 3º. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executado, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 183. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções previstas no Código Penal Brasileiro, bem como em outros diplomas legais vigentes no país.

Art. 184. A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados no desempenho das atribuições funcionais.

Art. 185. As cominações civis, penais, administrativas poderão acumular-se sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias, civil, penal e administrativa.

Capítulo III
DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 186. As faltas puníveis por sanções administrativas disciplinares, de acordo com a sua gradação, classificam-se em:
I - leve;
II - média;
III - grave.
§ 1º. Falta leve é aquela que não acarreta prejuízo à Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, mas que perturba a ordem do serviço.
§ 2º. Falta média é aquela que, embora não se revista de gravidade, pode acarretar danos ao serviço ou ao patrimônio municipal de Campo Novo do Parecis ou ao usuário, ou exercer influência negativa sobre a disciplina, de um modo geral.
§ 3º. Falta grave é aquela decorrente de dolo ou culpa, que pode ocasionar prejuízo à Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ou ao seu quadro de servidores, ou ao usuário.

Art. 187. São sanções administrativas disciplinares:
I - advertência;
II - multa;
III - suspensão;
IV - destituição do cargo;
V - demissão;
VI - cassação de aposentadoria ou da disponibilidade.
§ 1º. A sanção administrativa disciplinar será aplicada de acordo com a graduação da falta cometida pelo servidor.
§ 2º. Na aplicação das sanções administrativas disciplinares serão considerados a natureza, a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público e para o usuário.

Seção I
DA ADVERTÊNCIA

Art. 188. Caberá sanção administrativa disciplinar de advertência nos casos de:
I. falta leve;
II. inobservância das condutas previstas nos artigos 178 e nos incisos II, III, VIII, X e XI do artigo 180 deste Estatuto;
§ 1º. A sanção administrativa disciplinar de advertência será aplicada por escrito, não podendo autoridade aplicar o modo verbal desta penalidade por mais de três ocasiões;
§ 2º. A sanção administrativa disciplinar de advertência escrita implicará na comunicação formal lavrada em termo circunstanciado que será anexado à ficha funcional do servidor junto à secretaria responsável pela gestão de pessoal.

Seção II
DA SUSPENSÃO

Art. 189. Caberá sanção administrativa disciplinar de suspensão nos casos de:
I - falta média, com suspensão de um a 15 (quinze) dias;
II - falta grave, com suspensão de dezesseis a 30 (trinta) dias;
III - inobservância das condutas previstas nos incisos V, IX, XII e XIII do art. 180 deste Estatuto.
§ 1º. Quando houver conveniência para a continuidade do serviço público, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa de até 50% (cinqüenta por cento) por dia da remuneração, sendo obrigatória, neste caso, a permanência do servidor em serviço.
§ 2º. Os dias de suspensão aplicados ao empregado serão descontados de seu vencimento produzindo reflexos ao serem computados como ausências injustificadas, para efeito de férias, de licença para capacitação, do adicional por tempo de serviço e progressões.

Art. 190. As penalidades de advertência e de suspensão terão os seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não praticar neste período nova infração disciplinar.

Seção III
DA DEMISSÃO

Art. 191. Caberá sanção administrativa disciplinar de demissão nos casos de:
I - crime contra administração pública;
II - prática de crime doloso em serviço ou fora dele, em que a pena mínima cominada seja igual ou superior a 1 (um) ano;
III - o abandono de cargo, na forma do art.193 deste Estatuto;
IV - ofensa física e moral em serviço contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa;
V - aplicação irregular de recursos públicos;
VI - revelação de segredo que o servidor conheça em razão do cargo;
VII - lesão ao erário;
VIII - corrupção passiva nos termos da lei penal;
IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
X - transgressão dos Incisos IV, VI e VII do art. 180 deste Estatuto.

Art. 192. Verificada em Processo Administrativo Disciplinar a acumulação ilícita de cargos públicos, o servidor optará por um deles, sob pena da aplicação da sanção de demissão.
Art. 193. Considera-se abandono de cargo:
I - a ausência em serviço, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

II - quando o servidor comparecer ao serviço, dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar antes de findo o período de trabalho, desde que em número superior a 90 (noventa) dias, ao longo de um semestre;
III - quando o servidor que, durante o ano, faltar ao trabalho sessenta dias interpoladamente, sem causa justificada, ou apresentar ao longo do ano, consecutivamente ou não, entradas atrasadas ou saídas antecipadas em número superior ao disposto nas alíneas deste inciso, de acordo com a jornada de trabalho, a saber:
a) 8 horas semanais ou mais de 90 entradas ou saídas;
b) Inferior a 8 horas e superior a 6 horas semanais mais de 60 entradas ou saídas.

Seção IV
DA DESTITUIÇÃO E DA DISPONIBILIDADE

Art. 194. Será cassada a disponibilidade do servidor que tenha praticado falta punível com a demissão, quando em atividade.
Art. 195. São modalidades de destituição:
I - destituição de cargo em comissão;
II - destituição de função gratificada.
***Parágrafo único*.** Será aplicada a sanção administrativa disciplinar de destituição ao servidor que praticar ato sujeito a penalidade de suspensão ou demissão.

Seção V
DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DA INCOMPATIBILIDADE

Art. 196. Todo e qualquer ato administrativo que envolva a aplicação das sanções disciplinares previstos neste Estatuto, deverá ser motivado.
Art. 197. A demissão ou a destituição incompatibiliza o servidor sancionado que não poderá ser investido em novo cargo, emprego, ou função pública municipal pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 198. São circunstâncias atenuantes especiais na aplicação da sanção administrativa disciplinar:
I - a prestação de mais de 10 (dez) anos de serviço com exemplar comportamento e zelo;
II - a confissão espontânea da infração ou que venha elucidar o acontecido.

Art. 199. São circunstâncias agravantes especiais na aplicação da sanção administrativa disciplinar:
I - a premeditação;
II - a combinação com outros indivíduos para a prática da falta;
III - o fato ser cometido durante o cumprimento de pena disciplinar;
IV - a acumulação de infrações;
V - a reincidência;
VI - o dolo;
VII - a produção efetiva de resultados prejudiciais ao serviço público ou ao interesse geral, nos casos em que o servidor devesse prever essa conseqüência como efeito necessário.

Capítulo IV
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM ESPÉCIE

Seção I
DA COMPETÊNCIA

Art. 200. Compete ao chefe do Poder Executivo Municipal ou do Poder Legislativo Municipal, determinar a instauração de procedimentos administrativos disciplinares, que poderá delegá-la, mediante decreto municipal, aos secretários municipais.

Seção II
DA COMISSÃO PROCESSANTE

Art.201.As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.
Parágrafoúnico.Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 202. Os procedimentos de sindicância e disciplinares serão processados por comissão processante.

Art. 203. Os chefes previstos na seção anterior determinarão a formação de comissão processante composta de, pelo menos, dois servidores efetivos.
Parágrafo único. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art.204.A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.
Parágrafoúnico.As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 205. É defeso ao membro da comissão processante exercer suas funções, em procedimento disciplinar, quando houver atuado na sindicância, sendo designada comissão especial para esse fim**.**

Seção III
DA APLICAÇÃO DA PENA

Art. 206. Compete à autoridade que determinar a instauração do procedimento aplicar a pena.
***Parágrafo único*.** A pena imposta por autoridade incompetente é nula de pleno direito, sem prejuízo, contudo, da prova produzida validamente.

Seção IV
DAS NORMAS GERAIS DOS PROCEDIMENTAIS DISCIPLINARES

Subseção I
DAS ESPÉCIES DE PROCEDIMENTOS

Art. 207. O procedimento disciplinar pode ser meramente investigatório ou de exercício da pretensão punitiva.

Art. 208. São procedimentos disciplinares:
I - Aplicação Direta de Pena;
II - Sindicância;
III - Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 209. Em caso de pluralidade de indiciados, adotar-se-á o procedimento em função da sanção administrativa disciplinar mais grave que couber ao suposto culpado.
Art. 210. As sindicâncias meramente investigatórias não comportam aplicação de pena, e são instrumentos hábeis para verificação da materialidade e da autoria do ilícito administrativo.

Subseção II
DA CONDIÇÃO DA PARTE E SUA REPRESENTAÇÃO

Art. 211. Poderá ser sujeito passivo da pretensão punitiva da Administração municipal qualquer servidor público da administração pública direta e indireta de Campo Novo do Parecis.

Art. 212. O indiciado ou sindicado poderá ser representado por advogado no procedimento que comporte punição, possuindo capacidade postulatória para defender-se pessoalmente em procedimento de aplicação direta de pena.
§ 1º. O indiciado ou sindicado poderá constituir advogado a qualquer tempo, recebendo o processo no estado em que se encontrar, sem direito à devolução de prazo para prática de atos, sob qualquer alegação, ressalvado o caso de nulidade de ato processual.
§ 2º. Não constituindo o indiciado ou o sindicado, advogado nos procedimentos que comportem pena, ser-lhe-á designado defensor dativo.

Subseção III
DA FORMAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 213. Na Sindicância Meramente Investigatória e na Aplicação Direta de Pena considera-se instaurado o procedimento disciplinar com a determinação de providência apuratória pela autoridade competente e com a formalização da representação, respectivamente.
§ 1º. Considera-se instaurado o procedimento disciplinar com o despacho inicial válido, exarado pela autoridade competente.
§ 2º. O despacho inicial conterá a descrição do fato ou conduta faltosa praticada pelo servidor.
§ 3º. Havendo prejuízo manifesto para o indiciado ou sindicado, a omissão ou defeito do despacho inicial implicará na nulidade da instauração e dos atos processuais decorrentes.
§ 4º. Retificação do fato ou da conduta faltosa descrita no despacho inicial, não constitui nulidade.

Art. 214. O procedimento disciplinar encerra-se com a publicação do despacho decisório que não comportar reexame em sede administrativa.
§ 1º. Aplicada a sanção administrativa ao servidor, a decisão não poderá ser reformada para agravar a penalidade.
§ 2º. Aplicada a sanção administrativa disciplinar, proceder-se-á às anotações devidas na ficha funcional do servidor.

Art. 215. Extingue-se o procedimento quando a autoridade administrativa proferir decisão reconhecendo:
I - a ilegitimidade do pólo passivo;
II - quando o procedimento disciplinar versar sobre o mesmo fato e mesmo autor de outro em curso ou já decidido;
III - pelo arquivamento da Sindicância Meramente Investigatória, ou punitiva ou do Processo Administrativo Disciplinar;
IV - pela absolvição ou imposição de penalidade;
V - pelo reconhecimento da prescrição.
Parágrafo único. O procedimento encerrado por decisão absolutória em função de insuficiência de prova poderá ser reaberto se a Administração tomar conhecimento de novas evidências ou provas.

Art. 216. O procedimento disciplinar deverá ser concluído, independentemente do desligamento do servidor, a qualquer título, e a decisão anotada em sua ficha funcional, sem prejuízo de eventual ressarcimento da Administração e de outras eventuais sanções penais e civis cabíveis.

Subseção IV
DA CITAÇÃO DO SERVIDOR E DA PUBLICIDADE DOS ATOS

Art. 217. A citação é o ato essencial e indispensável pelo qual o servidor é cientificado da imputação que lhe é feita e, é chamado para defender-se.
§ 1º. O comparecimento espontâneo do indiciado ou sindicado equivale à citação, suprindo sua eventual falta ou irregularidade.
§ 2º. Comparecendo o servidor apenas para argüir a nulidade da citação e sendo esta reconhecida, ser-lhe-á devolvido o prazo, contado a partir de sua intimação ou da de seu procurador.

Art. 218. A citação observará a antecedência mínima de quarenta e oito horas da data do interrogatório e poderá ser efetuada das seguintes formas:
I - ciência no processo;
II - entrega pessoal;
III - via postal com aviso de recebimento;
IV - telegrama com confirmação do recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência;
V - edital.

Art. 219. A citação por entrega pessoal realizar-se-á nas dependências da administração municipal, mediante a entrega para o servidor do mandado instruído com cópia do despacho inicial acompanhado de contra-fé.
Parágrafo único. O mandado de citação será entregue pela chefia imediata do servidor, constituindo falta grave a omissão, extravio ou perecimento dolosos desse documento.

Art. 220. Far-se-á a citação por via postal, com aviso de recebimento, quando se mostrar frustrada a citação na forma prevista no artigo anterior.
Parágrafo único. A incorreção, desatualização ou inexistência de endereço residencial na ficha funcional do servidor, por sua culpa, constitui falta passível de punição.

Art. 221. Estando o servidor em local incerto ou não sabido ou restando frustradas as tentativas de citação pessoal ou postal, por duas vezes, a citação será realizada por editais, publicados no Diário Oficial ou Jornal de Circulação do Município por três 3 (dias) consecutivos.

Art. 222. O mandado de citação deverá conter, obrigatoriamente:
I - a matrícula do servidor;
II - a descrição dos fatos e da conduta imputada;
III - o direito à ampla defesa do servidor;
IV - a faculdade do servidor em constituir advogado e que, em caso de inércia, ser-lhe-á nomeado defensor dativo;
V - designação do dia, hora e local para a realização do interrogatório;
VI - a indicação de que o não comparecimento do servidor acarretará os efeitos da revelia.

Art. 223. O Processo Disciplinar de Exercício da Pretensão Punitiva é público, salvo determinação devidamente motivada pela autoridade que instaurou o procedimento.
§ 1º. O indiciado ou o sindicado e seu procurador ou defensor serão intimados de todos os atos do processo por publicação no Diário Oficial ou jornal de circulação do Município ou pessoalmente.
§ 2º. As intimações de servidores serão realizadas por meio de ofício, ou não se encontrando esses no exercício de suas funções, por via postal, com aviso de recebimento.
§ 3º. As intimações de terceiros serão realizadas por via postal com aviso de recebimento ou via ofício, com comprovante de recebimento e identificação.

Art. 224. Considera-se aplicada a penalidade com a publicação do despacho decisório da autoridade competente.
§ 1º. Para decidir sobre a aplicação da sanção administrativa disciplinar, a autoridade poderá levar em consideração, desde que devidamente motivada, o histórico do servidor e o seu desempenho.
§ 2º. No caso de reincidência especifica, a penalidade será sempre maior que a aplicada em função da falta anterior.

Seção V
DOS PRAZOS

Subseção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 225. Os prazos serão contínuos, não se suspendendo nos feriados, e será computado excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.
§ 1º. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente administrativo na Administração Municipal de Campo Novo do Parecis ou este for encerrado antes do horário normal.
§ 2º. As petições serão protocolizadas junto ao Protocolo Geral da Prefeitura ou da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis ou na Secretaria da Comissão Processante.
§ 3º. Considera-se a publicação da intimação como o termo inicial dos prazos.

Subseção II
DOS PRAZOS DA COMISSÃO

Art. 226. O presidente da comissão proferirá o despacho inicial no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento dos autos, determinando a citação do servidor, designando data, hora e local para a realização de seu interrogatório, e informando a possibilidade de se fazer assistir por advogado.
§ 1º. Encerrada a instrução, dar-se-á vista ao procurador para apresentação, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias, das razões de defesa do indiciado ou sindicado;

§ 2º. Produzida a defesa escrita, a comissão apresentará o relatório.

Subseção III
DOS PRAZOS DO INDICIADO

Art. 227. Decorrido o prazo, opera-se a preclusão de imediato, ressalvado, porém, ao indiciado ou ao sindicado provar que não praticou o ato por evento imprevisível alheio à sua vontade ou à de seu procurador.
Parágrafo único. Em caso de motivo justificável, a critério do presidente da comissão, será devolvido o prazo ao indiciado ou sindicado, reabrindo-se a contagem da data da intimação da decisão.

Art. 228. Quando, no mesmo procedimento disciplinar, houver mais de um indiciado ou sindicado, os prazos serão comuns.
Parágrafo único. Havendo no processo procuradores diversos, cada um apresentará alegações finais no prazo comum de 10 (dez) dias, podendo, porém, o presidente da comissão processante conceder, mediante despacho nos autos, prazo de até cinco dias para vista fora da secretaria da comissão.

Art. 229. Somente será permitida a retirada de cópia dos autos pelo procurador constituído, defensor dativo ou "ad hoc", mediante protocolo e apresentação da carteira de identidade do advogado - OAB.

Seção VI
DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Art. 230. A suspensão preventiva trata-se de medida cautelar que tem como finalidade resguardar os trabalhos da comissão durante a instrução probatória.

Art. 231. Em qualquer fase do procedimento, a comissão poderá determinar a suspensão preventiva do servidor, desde que seu afastamento seja necessário para que não venha dificultar a apuração da falta cometida.
Parágrafo único. A suspensão preventiva será fixada pelo prazo de 60 (sessenta) dias prorrogáveis por mais trinta dias, com remuneração, sendo determinada, privativamente, pelo chefe do executivo ou legislativo municipal, em despacho motivado, a fim de que o servidor não venha a influir na irregularidade a ele imputada.

Art. 232. Os procedimentos disciplinares em que for decretada a suspensão preventiva de servidor terão tramitação urgente e preferencial, devendo ser concluídos no prazo referente ao afastamento preventivo decretado, salvo autorização de prorrogação do prazo pela autoridade competente para a instauração.

Seção VII
DA PROVA

Subseção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 233. O servidor tem direito à ampla defesa, podendo requerer e acompanhar a produção de qualquer prova em direito admitida.
Art. 234. O presidente da comissão apreciará o pedido de produção de provas na primeira oportunidade e indeferirá as:
I - impertinentes;
II - procrastinatórias;
III - desproporcionais ao rito adotado;
IV - que disserem respeito a fato já provado e inconteste;
V - inexeqüíveis, à vista dos poderes ínsitos à comissão.
Art. 235. A oportunidade para requerer produção de provas é a defesa prévia, salvo se relativa a fato ou ato superveniente ou referido, hipótese em que o requerimento de produção de prova será sempre justificado.
Art. 236. Não dependem de prova os fatos:
I - notórios;
II - os incontroversos;
III - em cujo favor milita presunção legal de existência ou veracidade.
Art. 237. A produção da prova se dará, sempre que possível, da forma menos onerosa e mais célere.
Art. 238. A Comissão, ou a autoridade competente poderá determinar, de oficio, a produção da prova.

Subseção II
DA CONFISSÃO

Art. 239. Considera-se confissão a declaração, judicial ou extrajudicial, do indiciado ou sindicado que admita como verdadeiro fato contrário a seu interesse.
§ 1º. A confissão é divisível e admite retratação.
§ 2º. A confissão será livremente apreciada pela Comissão Processante, de acordo com as demais provas produzidas.

Subseção III
DA PROVA TESTEMUNHAL

Art. 240. A prova testemunhal é, em regra, sempre admissível, podendo ser indeferida pelo presidente da comissão quando os fatos já foram, ou puderem, ser provados por documentos.
Art. 241. O rol de testemunhas, devidamente qualificadas, será apresentado na defesa prévia, salvo em se tratando de testemunha desconhecida à época dos acontecimentos, referida ou para depor sobre fato superveniente.
Parágrafo único. Admitir-se-á o número não superior a três testemunhas para o fato descrito no despacho inicial.

Art. 242. Poderá ser substituída a testemunha que:
I - falecer;
II - por evento comprovadamente imprevisível e que tenha ocorrido independentemente de influência do indiciado ou sindicado, não possa comparecer nem em data futura;
III - tenha mudado para residência ou domicílio desconhecido ou que não possa ser encontrada.

Subseção IV
DA PROVA DOCUMENTAL

Art. 243. Documento é o objeto capaz de representar, direta ou indiretamente, ato ou fato.
§ 1º. Os documentos têm como condição de validade a licitude, autenticidade e a forma legal quando prescrita.
§ 2º. A reprodução fotográfica, fonográfica, cinematográfica, ou de outra espécie similar, desde que autêntica, é meio hábil paro provar o fato ou ato nela representado.
§ 3º. O indiciado ou sindicado deverá produzir prova documental na primeira oportunidade de defesa, salvo se, superveniente, destinada a contrapor-se à outra ou estiver em poder da administração.

Seção VIII
DO INTERROGATÓRIO E DAS AUDIÊNCIAS

Art. 244. As audiências realizar-se-ão sempre na presença dos três membros da comissão processante.

Art. 245. O indiciado ou sindicado será interrogado sempre pela comissão, que o questionará sobre sua qualificação, se possui procurador, e se tem conhecimento da conduta ou fato que lhe é imputado, procedendo às perguntas especificas sobre o caso.

Art. 246. No interrogatório é vedada a repergunta ou intervenção do defensor.

Art. 247. As testemunhas prestarão depoimento em audiência perante a comissão processante e do procurador do indiciado ou do sindicado.
§ 1º. O presidente da comissão processante poderá designar dia, hora e local para inquirir a testemunha que, por motivo relevante, inclusive por estar recolhida à prisão, estiver impossibilitada de comparecer à audiência, mas não de prestar depoimento.
§ 2º. A comissão poderá, no caso de testemunha recolhida à prisão, fazer a inquirição por escrito, dirigindo correspondência à autoridade competente, para que tome o depoimento, conforme as perguntas formuladas e, se for o caso, pelo advogado de defesa, constituído ou dativo.

Art. 248. Apresentado o rol, as testemunhas serão intimadas na forma deste ato.

Art. 249. Não sendo encontrada ou não comparecendo à audiência a testemunha, apesar de regularmente intimada, o presidente da comissão poderá redesignar dia e hora para a sua oitiva, incumbindo ao indiciado ou ao sindicado a sua condução, independentemente de intimação, operando-se a preclusão, para o requerente, se novamente não comparecer.

Art. 250. Antes de depor, a testemunha será qualificada, indicando nome, idade, profissão, local e função de trabalho, número da cédula de identidade, residência, estado civil, bem como se tem parentesco com o indiciado e, se for servidor municipal, o número de sua matrícula, inquirindo o presidente, ato contínuo, sobre possível suspeição.

Art. 251. O indiciado ou o sindicado, cujo procurador não comparecer à audiência, será assistido por um defensor designado para o ato pelo presidente da comissão processante.

Art. 252. A comissão processante interrogará a testemunha, podendo, depois, a defesa, formular reperguntas tendentes a esclarecer ou completar o depoimento.
***Parágrafo único*.** O presidente da comissão processante poderá indeferir, mediante justificativa expressa, as reperguntas que, se o interessado requerer, serão transcritas no termo.

Art. 253. As testemunhas da comissão serão ouvidas em audiência antes das testemunhas do indiciado ou do sindicado.

Art. 254. O depoimento da testemunha, depois de lavrado, será, rubricado e assinado pela mesma, pelos membros da comissão processante e pelo procurador do indiciado ou do sindicado.

Art. 255. O presidente da comissão processante poderá determinar, de oficio ou a requerimento:
I - a oitiva de testemunhas referidas nos depoimentos;
II - a acareação de duas ou mais testemunhas, ou de alguma delas com o indiciado ou com o sindicado, quando houver divergência essencial entre as declarações sobre fato que possa ser determinante na conclusão do procedimento;
III - a produção de nova prova que entender necessária;
IV - a dispensa de prova requerida que ainda não tenha sido produzida.

Seção IX
DA REVELIA E DE SEUS EFEITOS

Art. 256. O presidente da comissão processante decretará a revelia do indiciado ou do sindicado que, regularmente citado, não comparecer perante a comissão no dia e hora designados.
***Parágrafo único*.** A regular citação será comprovada mediante juntada aos autos:
I - da contra-fé do respectivo mandado de citação pessoal, devidamente assinado pelo indiciado.
II - das cópias dos três editais publicados no Diário Oficial ou jornal de circulação do Município, no caso de citação por edital;
III - do aviso de recebimento - AR, devidamente assinado, em caso de citação por via postal;
IV - de qualquer documento ou similar que dê noticia de ciência inequívoca do indiciado.

Art. 257. A revelia deixará de ser decretada ou, se decretada, será revogada, quando verificado que, na data designada para o interrogatório:
I - o indiciado estava legalmente afastado de suas funções, exceto quando em licença para tratar de interesses particulares, ou estava recolhido ao cárcere ou em prisão domiciliar, provisoriamente ou em cumprimento de pena;
II - o indiciado tenha ficado impossibilitado de comparecer tempestivamente por motivo de força maior, desde que argüido no primeiro momento em que compareça ao processo.
§ 1º. A revelia será revogada a requerimento do interessado, desde que argüida na primeira oportunidade em que comparecer aos autos ou pela comissão a qualquer tempo, de oficio.
§ 2º. Revogada a revelia, ficam anulados todos os atos processuais realizados após a sua decretação, salvo se deles não resultou prejuízo para o indiciado ou para o sindicado, ou se esta ratificá-los, realizando-se, ato continuo, o interrogatório, e devolvendo-se o tríduo para defesa.

Art. 258. Decretada a revelia, dar-se-á prosseguimento ao procedimento disciplinar, designando-se defensor dativo para atuar em defesa do indiciado ou do sindicado.
***Parágrafo único*.** Comparecendo o revel, a ele é assegurado o direito de constituir advogado em substituição ao defensor dativo que lhe tenha sido designado, recebendo o processo no estado em que se encontrar.

Art. 259. O indiciado ou o sindicado revel não será intimado pela comissão processante para a prática de qual quer ato.
§ 1º. Desde que compareça perante a comissão processante ou intervenha no processo, pessoalmente ou por meio de advogado com procuração nos autos, o revel passará a ser intimado pela comissão, através de publicação, para a prática dos atos processuais.
§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não implica refazimento dos atos anteriores ao comparecimento do indiciado ou do sindicado.

Art. 260. Não é permitido aos membros da comissão processante atuar em procedimento disciplinar em que:
I - for testemunha;
II - interveio como mandatário do indiciado ou defensor dativo;
III - for indiciado seu cônjuge, parente consangüíneo ou afim em linha reta, ou na colateral até segundo grau, amigo íntimo ou inimigo capital;
IV - tiver interesse no resultado;
V - houver atuado na averiguação preliminar ou na sindicância que precederam o procedimento do exercício de pretensão punitiva;
VI - tenha atuado no procedimento anteriormente à etapa da revisão.

Art. 261. A argüição de impedimento ou suspeição de membro da comissão processante ou do advogado dativo precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.
§ 1º. A argüição, que deverá ser alegada pelos citados no *caput* deste artigo ou pelo indiciado ou pelo indicado em declaração escrita e motivada, suspenderá o andamento do processo até sua apreciação.
§ 2º. Sobre o impedimento ou suspeição argüida, a autoridade que determinou a instauração do procedimento:
I - se a acolher, determinará a substituição do suspeito ou a redistribuição;
II - se a rejeitar, mediante decisão fundamentada, devolverá o processo para o seu regular prosseguimento.

Capítulo V
DA APLICAÇÃO DIRETA DA PENA

Art. 262. A autoridade que tiver conhecimento de infração funcional que enseje a aplicação de penas de suspensão de até 5 (cinco) dias deverá notificar por escrito o servidor da infração a ele imputada, com prazo de três dias para oferecimento defesa.
§ 1º. A defesa deverá ser feita por escrito, podendo ser elaborada pessoalmente pelo servidor ou por advogado constituído na forma da Lei, e será entregue, contra recibo, à autoridade notificante.
§ 2º. O não acolhimento da defesa, ou sua não apresentação no prazo legal acarretará a aplicação das penalidades previstas no artigo anterior, mediante ato motivado que será publicado no Diário Oficial ou jornal de circulação do Município.

Capítulo VI
DA SINDICÂNCIA

Art. 263. A Sindicância é o procedimento disciplinar de preparação e investigação que não comporta contraditório, e inicia-se mediante representação elaborada pela chefia que tiver conhecimento da irregularidade com o objetivo de apurar os fatos e indícios de autoria.

§ 1º. A Sindicância será instruída com os elementos colhidos e com o relatório redigido pelos responsáveis pelo procedimento.
§ 2º. A Sindicância será processada por no mínimo um e no máximo três servidores efetivos.

Art. 264. Na Sindicância serão realizadas as oitivas de pessoas envolvidas ou das que, de qualquer forma, possam contribuir para o esclarecimento dos fatos, e na juntada aos autos de todos os documentos pertinentes.
Parágrafo único. Se os depoentes fizerem-se acompanhar por advogados, esses não poderão intervir ou manifestar-se durante a oitiva ou nos autos.

Art. 265. A Sindicância se encerrará com relatório sobre o apurado, apontando a veracidade do fato descrito na representação e indicando os eventuais autores, com sua respectiva qualificação, ou, na sua falta, conterá a indicação de que não foi possível precisar a autoria.

Art. 266. Finda a Sindicância, enquanto a responsabilidade subjetiva pela ocorrência encontrar-se definida, mas a pena a ser aplicada não for superior a 5 (cinco) dias, a autoridade que determinou a instauração do procedimento poderá adotar o rito disposto nesta Lei, para aplicar diretamente a pena.

Art. 267. Finda a etapa investigatória, a comissão poderá determinar:
I - o arquivamento, quando comprovada a inexistência de ilícito administrativo, na impossibilidade de estabelecer a autoria ou a materialidade do fato;
II - a instauração de sindicância punitiva, quando existirem fortes indícios da ocorrência de responsabilidade do servidor, que exijam a complementação das investigações;
III - a instauração de procedimento disciplinar cabível.
Parágrafoúnico.O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta)dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art.268.Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta)dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Art. 269. O indiciado será citado para participar do processo, para o interrogatório e para se defender.
Parágrafo único. O não comparecimento do indiciado ensejará as providências determinadas no seção IX, capítulo IV, do titulo V, desta Lei.

Art. 270. Não constituindo o indiciado advogado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.
Parágrafo único. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente, desde que o faça com urbanidade, e de intervir, por seu procurador, nas provas e diligências que se realizarem.

Capítulo VII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 271. O Processo Administrativo Disciplinar é o procedimento, cujo rito aplica-se obrigatoriamente aos demais procedimentos disciplinares.
Parágrafo único. Instaurar-se-á Processo Administrativo Disciplinar quando a falta disciplinar, por sua natureza, acarretar a sanção de demissão, a cassação de aposentadoria ou da disponibilidade.

Art.272.A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
Parágrafo único.O Processo Administrativo Disciplinar será instaurado pelo presidente da comissão processante, com a ciência dos membros, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento dos autos.

Art. 273. Representado processualmente o indiciado, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.
Parágrafo único. A defesa será intimada de todas as provas e diligências determinadas, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Art.274.O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:
I-instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
II-inquérito administrativo;
III-julgamento.

Art.275.O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta)dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
§ 1º.Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.
§2º.As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Seção I
DO INQUÉRITO

Art.276.O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art.277.Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.
Parágrafoúnico.Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 278. São fases do Inquérito:
I - citação;
II - interrogatório;
III - defesa prévia;
IV - produção de prova;
V - triagem final;
VI - razões finais;
VII - parecer;
VIII - encaminhamento para julgamento.

Art.279.Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art.280.É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.
§ 1ºO presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.
§2ºSerá indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art.281.As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.
Parágrafoúnico.Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art.282.O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
§1º.As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§2º.Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art.283.Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.
§1º.No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.
§2º.O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art.284.Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.
Parágrafoúnico.O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art.285.Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.
§1º.O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.
§2º.Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.
§3º.O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.
§4º.No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art.286.O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 287. Realizadas as provas de iniciativa da comissão, a defesa será intimada para indicar, em 3 (três) dias, as provas que pretende produzir.

Art. 288. Ultimadas as provas, será elaborada triagem final, que poderá ensejar novas diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante, saneando o processo.

Art. 289. Encerrada a instrução, dar-se-á vista ao advogado para apresentação, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias, das razões finais de defesa do indiciado.

Art. 290. Apresentadas as razões finais de defesa, a comissão processante elaborará parecer, que conterá:
I - relatório, contendo a indicação sucinta e objetiva dos principais atos processuais;
II - fundamentação, com a análise das provas produzidas e das alegações de defesa; e,
III - conclusão, com proposta justificada, sendo que, em caso de punição, deverá ser indicada a sanção administrativa disciplinar cabível e sua fundamentação legal.
§ 1º. Havendo divergência, o membro da comissão discordante proferirá voto fundamentado em separado.
§ 2º. A comissão deverá propor, se for o caso:
I - a desclassificação da infração prevista no indiciamento;
II - o abrandamento da penalidade, levando em conta os fatos e provas contidas nos autos, as circunstâncias da infração disciplinar e o anterior comportamento do servidor;
III - outras medidas que se fizerem necessárias ou forem de interesse público.

Art. 291. Com o parecer, os autos serão encaminhados à autoridade instauradora do Processo Administrativo Disciplinar para decisão.
Parágrafo único. A decisão será sempre motivada.

Seção II
DO JULGAMENTO

Art. 292. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.
§1º.Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.
§2º.Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.
§3º.Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata do art. 200.
§4º.Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

Art.293.O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.
Parágrafoúnico.Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art.294.Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.
§1º.O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.
§2º.A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 310, será responsabilizada na forma da Lei.

Art.295.Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art.296.Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art.297.O servidor que responder a processo disciplinar somente poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Capítulo VIII
DO REEXAME DA DECISÃO

Seção I
DOS RECURSOS

Art. 298. Da decisão proferida no procedimento disciplinar caberá:
I - pedido de Reconsideração;
II - recurso.

Art. 299. Os recursos serão interpostos por petição dirigida à autoridade competente para reapreciar a decisão.
Parágrafo único. Os pedidos de Reconsideração e Recurso não terão efeito suspensivo, salvo nos casos previstos em Lei.

Art. 300. Os recursos serão processados nos mesmos autos do procedimento disciplinar de exercício da pretensão punitiva.

Art. 301. O prazo para a interposição do Pedido de Reconsideração e do Recurso é de 10 (dez) dias, contados da data da publicação oficial do ato impugnado.

Art. 302. Caberá Pedido de Reconsideração quando o servidor trouxer aos autos fato novo que possa ensejar mudança na decisão proferida pela comissão processante.

Parágrafo único. Caberá à comissão processante indeferir o Pedido de Reconsideração caso o recorrente não demonstre a existência de fato novo apto a alterar a decisão.

Seção II
DA REVISÃO

Art. 303. Compete:
I - ao chefe do Poder Executivo municipal apreciar os recursos de decisão proferida em processo administrativo disciplinar e na revisão;
II - ao secretário municipal apreciar nos procedimentos de aplicação direta de pena;
III - a autoridade que houver proferido decisão para apreciar o pedido de reconsideração.

Art. 304. A Revisão somente será admitida quando:
I - a decisão for manifestamente contrária a dispositivo legal, ou a evidência dos autos;
II - a decisão se fundamentar em depoimento, exame, vistoria ou documento comprovadamente falso ou eivado de erro; ou,
III - surgir, após o trânsito em julgado da decisão administrativa, prova da inocência do punido.
§ 1º. Não constituirá fundamento para a Revisão a simples alegação de injustiça da decisão.
§ 2º. Ocorrendo o falecimento do servidor, o pedido de Revisão poderá ser formulado pelo cônjuge, companheiro, ou parente até segundo grau.
§ 3º. A Revisão poderá ser verificada no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 305. No processo revisional, a inércia do recorrente pelo prazo previsto no §3º, do artigo anterior implicará o arquivamento do feito.

Art. 306. Estará impedida de atuar no processo revisional a comissão processante que participou do processo disciplinar originário.

Art. 307. Admitida a Revisão, a comissão processante deverá intimar o requerente a comparecer para depoimento e/ou indicar as provas que pretende produzir.

Art. 308. Produzidas as provas, dar-se-á vista ao Requerente para apresentação de razões finais.

Art. 309. A comissão processante, após análise das novas provas produzidas, elaborará relatório final, sugerindo a manutenção, redução, cancelamento ou anulação da sanção administrativa disciplinar.

Capítulo IX
DA PRESCRIÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Seção I
DA PRESCRIÇÃO

Art. 310. Prescreverá:
I - em 2 (dois) anos, a falta que sujeite à sanção administrativa disciplinar de suspensão;
II - em 5 (cinco) anos, a falta que sujeite à sanção administrativa disciplinar de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
***Parágrafo único*.** A infração também prevista como crime na lei penal prescreverá juntamente com este, aplicando-se ao procedimento disciplinar, neste caso, os prazos prescricionais estabelecidos no Código Penal, quando superiores a 5 (cinco) anos.

Art. 311. A prescrição começará a correr da data em que a autoridade tomar conhecimento da existência do fato, ato ou conduta que possa ser caracterizado como infração.
§ 1º. O curso da prescrição interrompe-se pela abertura do competente procedimento administrativo.
§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, todo o prazo começa a correr novamente, do dia da interrupção.

Seção II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Art. 312. Nos procedimentos disciplinares, as comissões processantes disciplinares poderão diligenciar diretamente a todos os órgãos da Administração Municipal de Campo Novo do Parecis e setores administrativos estranhos à administração e em relação a terceiro administrado.
***Parágrafo único*.** Em caso de não atendimento do disposto no *caput* deste artigo, as Comissões Processantes Disciplinares solicitarão à autoridade competente as providências cabíveis.

Art. 313. As solicitações ou determinações de Comissão Processante a departamentos ou setores da Edilidade deverão ser atendidas no prazo de setenta e duas horas.

Art. 314. O desatendimento, sem motivo justificado, de solicitação ou determinação de Comissão Processante por parte de servidor da administração municipal constitui inobservância de dever funcional.

Art. 315. Durante a tramitação do procedimento disciplinar fica vedada a requisição dos autos, para consulta ou qualquer outro fim, exceto por requisição da autoridade responsável pela instauração do referido procedimento.

Art. 316. Fica atribuída ao Presidente da Comissão Processante competência para apreciar e decidir os pedidos de certidões e fornecimento de reproduções xerográficas, referentes a processos administrativos disciplinares expedidos pela Secretaria.

Art. 317. Fica garantida, ao terceiro interessado, a obtenção por pedido justificado, de certidão para a defesa e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

Art. 318. As disposições contidas na presente Lei aplicam-se aos procedimentos já instaurados e ainda sem relatório, sem prejuízo dos atos processuais praticados.

Título VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 319. O dia 28 de outubro será consagrado ao servidor público municipal.

Art. 320. É vedado ao servidor trabalhar sob direção imediata do cônjuge ou parente até 2º grau, salvo em função de confiança ou livre escolha, não podendo exceder de um o seu número.

Art. 321. Contar-se-ão por dias corridos os prazos previstos neste Estatuto.
***Parágrafo único*.** Na contagem dos prazos, salvo disposições em contrário, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento e se esse dia cair em feriado, sábado, domingo ou ponto facultativo, o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil.
Art. 322. São isentos de pagamento os requerimentos, certidões e outros papéis que na ordem administrativa interessarem a qualidade de servidor público municipal, ativo ou inativo.
Art. 323. Por motivo de convicção filosófica, religiosa ou política, nenhum servidor poderá ser privado de qual quer de seus direitos, nem sofrer alteração em sua atividade funcional.
Art. 324. É vedado exigir atestado de ideologia como condição para posse ou exercício do cargo ou função pública.
Art. 325. Nenhum servidor poderá ser transferido ex-oficio no período eleitoral, nos termos da legislação pertinente.

Art. 326. É vedada a transferência ou remoção de ofício ao servidor investido em cargo eletivo, desde a expedição do diploma até o término do mandato.
Art. 327. O servidor, candidato a cargo eletivo no Município de Campo Novo do Parecis, que ocupe cargo de chefia ou esteja comissionado em cargo de confiança, será afastado sem remuneração,

por tantos dias antes e depois do pleito, quantos forem prescritos na lei eleitoral vigente.

Capítulo II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 328. Para fins do disposto no art. 124 desta Lei, o servidor do quadro geral, enquadrado no art. 95 da Lei Municipal nº 281, de 30, de Junho de 1.993, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, para fazer jus a licença de 3 (três) meses deverá:
a) com período aquisitivo superior a 5 (cinco) anos de efetivo exercício, completar o decênio;
b) com período aquisitivo inferior a 5 (cinco) anos, completar mais 5 (cinco) anos de efetivo exercício;
Parágrafo único. Após o período de transição, previsto no *caput* deste artigo, vigorará o previsto no art. 124 desta Lei.
Art. 329. O Poder Executivo Municipal expedirá a regulamentação necessária à perfeita execução deste Estatuto, observados os princípios gerais nele consignados e de conformidade com as exigências, possibilidades e recursos do Município.
Art. 330. Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial as Leis Municipais nº 281, de 30 de junho de 1.993 e suas alterações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 11 dias do mês de julho de 2006.

SERGIO COSTA BEBER STEFANELO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal de Administração, publicada por afixação no lugar de costume, data supra.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:839D87B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 012/2014 - CMAS

Dispõe sobre Prestação de contas do IGD- Bolsa Família,pela Secretaria Municipal de Assistência Social do ano de 2013.

A presidente Eva Jesus Reis de Souza, com atribuições conferida pela Lei 382/94, de 20.12.1994, portaria Nº 599de 26 de Novembro de 2013,do Conselho Municipal de Assistência Social e seus conselheiros, em reunião ordinária da Ata de Nº 017/2014, realizada no dia 25 de Setembro de 2014 .

RESOLVE :
APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO I.G.D – BOLSA FAMÍLIA DO RECURSO DO ANO DE 2013.

EVA DE JESUS REIS DE SOUZA
Pres. do Conselho Mun. de Assistência Social
Portaria Nº 599/2013 de 26 de Novembro de 2013

VERA LUCIA DE FREITAS SILVA
Secrt.Exect.Cons.Munic.CNP/MT

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:7AB02787

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 493, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, através do memorando nº 129/2014,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR** a servidora pública, **SIMONE SEIBERT VENTURA**, **Diretora de Departamento de Comunicação**, portadora do RG nº 2040271-6 SSP/MT e CPF nº 033.142.441-00, para acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços, proveniente do processo licitatório modalidade Pregão nº 116/2014, constante abaixo:

ATA	*OBJETO*	*FORNECEDORA*
nº 152/2014	Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional, para atender as Secretarias Municipais, contemplando reserva, emissão, remarcação, alteração e entrega de bilhetes.	PARECIS TURISMO AGEN CIA DE VIAGENS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 04.611.143/0001-90

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de setembro de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:4B587912

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO 0133/2014

ABERTURA: 16 de outubro de 2014.
CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**
INÍCIO DA SESSÃO: 16 de outubro de 2014 às 08:00 horas.
OBJETO: **Locação com opção de compra ao Final dos Pagamentos de veículos tipo microônibus e maquinário pesado, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº 1.683/2014 de 03 de julho de 2014, para atender a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pelo período de 36 (trinta e seis) meses**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 1 de outubro de 2014**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:738BE75E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO N° 096/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS EXECUTIVO PARA TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento e classificação das propostas do Pregão n° 096/2014 para: **2016 TRANSPORTE E TURISMO LTDA – ME, CNPJ N° 12.659.340/0001-08** vencedora do **lote 01** como valor de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), lote 02** com o valor de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), lote 03** com o valor de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), lote 04** com o valor de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)** e **lote 05** com o valor de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).** Demais informações: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor.

Campo Verde – MT, 01 de Outubro de 2014.

LEILA GUBERT
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:E86DB607

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

NOTIFICAMOSa Empresa: **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA**, CNPJ: 09.619.626/0001-55, Várzea Grande-MT.**, Primeira Notificação,** pela **não entrega** dos itens constantes nas NAD – Nota de Autorização de Despesas NAD **10357/2014** e NAD **10354/2014** (entregue somente 04 unid. de lamina 13 furos curva), no prazo estipulado no Edital.
Fica estipulado a partir desta data o prazo de **01 (hum) dia útil** para que referida empresa entregue no almoxarifado da Secretaria de Obras, os itens constantes nas Notas de Autorização de despesa acima citadas, sob pena de responder pelas penalidades constantes no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.
Considerando que o Almoxarifado da Secretaria de Obras comunicou a este departamento da **não entrega** no prazo estipulado e que a empresa esta deixando de cumprir suas obrigações quanto à entrega dos produtos solicitados. Informamos que o não cumprimento do prazo a empresa estará sujeita as penalidades e multas estabelecida no Capítulo XVII do edital, ficando ainda sujeita a rescisão contratual/ata de registro de preços, com aplicação das penalidades cabíveis, inclusive impossibilidade de contratar com a administração publica pelo prazo de ate 2(dois) anos conforme as leis supracitadas. Informamos ainda, que caso a empresa não se manifeste, dentro do prazo estipulado, esta notificação será considerada como aviso de penalidade.
Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde, 01 de outubro de 2014.

LEILA GUBERT
Gerente de Compras

Publicado por:
Leila Gubert
Código Identificador:7B8A3841

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 094/2014

PORTARIA Nº 094/2014 DE: 16/09/2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal DORACI FERREIRA NUNES, matricula 000832, ocupante do cargo efetivo de APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL CANAÃ.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
05/06/2008 A 03/06/2013	01/09/2014 A 29/11/2014

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de Setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Setembro de 2014.

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE –SE,
CUMPRE-SE

Publicado por:
Patricia Soares Queiroz
Código Identificador:42D220DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 095/2014

PORTARIA Nº 095/2014 DE: 19/09/2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal REIJANE DIAS DOS SANTOS, matricula 1519, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL CANAÃ.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
05/06/2008 A 03/06/2013	19/09/2014 A 17/12/2014

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de Setembro de 2014.

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE –SE,
CUMPRE-SE

Publicado por:
Patricia Soares Queiroz
Código Identificador:C9CEFEA8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA Nº391/2014

De 01 de outubro de 2014.

Exonera Servidor a pedido.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que

dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Renan Coppetti Subustzki do cargo de Assessor de Serviços da Saúde, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002. E suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:A5D69A80

GABINETE
PORTARIA Nº 392 /2014

De 01 de outubro de 2014.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a LUCIANA ANDREIA CORBARI ocupante do cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO I n° 1102, lotada na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 01 de outubro á 01 de janeiro de 2015, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:9FE1ADB0

GABINETE
PORTARIA Nº393/2014

De 01 de outubro de 2014.

Exonera Servidora de Cargo em Comissão.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar DIVINA BRIGIDA DA SILVA do cargo de Chefe da Unidade Municipal de Cadastro da Industria, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002, e suas alterações.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação. Com efeitos retroativos a 30/09/2014;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:939CE69B

GABINETE
PORTARIA Nº 394/2014

De 01 de outubro de 2014.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Divina Brigida da Silva, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Cadastro e Tributação, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002, e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:548288C0

GABINETE
PORTARIA Nº 395/2014

De 01 de outubro de 2014.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear BIANCA ZATTI DESSBESSEL, para exercer o cargo de Chefe da Unidade Municipal de Agricultura e Agropecuária, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002, e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:4AF18B69

GABINETE
PORTARIA Nº 396/2014

Canarana - MT, 01 de Outubro de 2014**.**

"Dispõe sobre Depreciação Mensal os Bens Móveis da carga Mobiliária da Prefeitura Municipal de Canarana- MT."

Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; considerando a internacionalização das normas contábeis; Considerando que o Conselho Federal de Contabilidade aprovou normas de contabilidade acerca de Depreciação, Amortização e Exaustão; Considerando as novas diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaborações e divulgações contábeis.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Setor de Patrimônio subordinado a Secretaria Municipal de Administração, autorizado a proceder à Depreciação Mensal dos Bens Móveis desta Prefeitura para o mês de Setembro de 2014.

Art. 2º - Os procedimentos serão efetuados nos termos da legislação.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:CAB8B9F4

GABINETE
PORTARIA Nº 397 /2014

De 01 de outubro de 2014.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a ELTON CARLOS MICHELSON ocupante do cargo de TECNICO EM EDUCAÇÃO FISICA matricula n° 3418, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 01 de outubro á 01 de janeiro de 2015, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:40463E43

GABINETE
PORTARIA Nº 398/2014

De 01 de outubro de 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZA GUNTZEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora LUIZA GUNTZEL por um período de 30 dias,a serem usufruídas no período de 01/10/2014 a 30/10/2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 07/11/2013 A 06/11/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:ACB908CA

GABINETE
PORTARIA Nº 399/2014

De 01 de outubro de 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA REGINA BONANCIN DANTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora SONIA BONANCIN DANTAS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 01/10/2014 a 30/10/2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 01/07/2012 A 30/06/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:672785C6

GABINETE
PORTARIA Nº.400/2014.

De 01 de outubro de 2014.

Nomeia servidor em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear JOELMA CARDOSO DE MIRANDA RODRIGUES, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de Técnica de enfermagem, Anexo I – Grupo Ocupacional II – Técnico do SUS, da Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.2449/2014 de 28 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:B1FB2A9F

GABINETE
PORTARIA Nº 401/2014

De 01 de outubro de 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANA DA ROSA MORAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dosServidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora DAIANA DA ROSA MORAISpor um período de 30 dias,a serem usufruídas no período de 01/10/2014 a 30/10/2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 28/02/2013 A 27/02/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:FDE95843

GABINETE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2014

N° Processo: 008/2014. Objeto: Serviço especializado em pintura e emassamento das paredes internas e externas do plenário, bem como pintura do piso das calçadas e das grades do corrimão e da cerca de entrada da Câmara Municipal. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Ratificação em 29/09/2014. Presidente Márcia Graciela Luft. Valor Global: R$ 5.500,00. Contratada: MEI – Mário Schmitz, CNPJ: 17.952.339/0001-90.

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:8A087C98

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 390-2014

De 30 de Setembro de 2014.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Servidora **GRETHAN POLLYANNA KOESTER VIANA,** servidora no cargo de Coordenadora de Protocolo, Matricula 4872, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 101/2014,** que tem por objeto a contratação de empresa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DA DEMANDA HABITACIONAL** de acordo com a Secretaria Municipal de Ação Social de Canarana-MT.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.
Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 30 de Setembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:255AC3A5

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 053-2014

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 004/2014, torna público a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de levantamento das demandas habitacionais no município para a realização de projetos para solicitar recursos junto à Caixa Econômica Federal junto ao Programa Minha Casa Minha Vida, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **15/10/2014 às 15h30min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone 66 – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 01 de Outubro de 2014.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:C2A3C68E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 98/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E REABILITAÇÃO DOS USUÁRIOS DE DROGAS
OBJETO: CONTRATACAO DE CLINICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DEDEPENDÊNCIA QUÍMICA, PARA ATENDER A NECESSIDADE EMERGENCIAL E TRATAMENTO DE DESINTOXICAÇÃO DE *RAFAEL OLIVEIRA FARIA,* O QUAL SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL.
PRAZO: 6 MESES
VALOR: R$ 3.600,00 (TRÊSMIL E SEISCENTOS)

LISU KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner de Jesus Batista Borges
Código Identificador:C07B2D2A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019-2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**,** através de seu Presidente**,** Arnaldo França, convoca toda a população, para uma "**Audiência Pública",** que se realizará no próximo dia **13 de Outubro**, Segunda Feira, a partir das **15:00 horas**, no Plenário da Câmara Municipal, aonde será discutida a seguinte pauta: DISCUSSÃO DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. - GABINETE DO PRESIDENTE, Câmara Municipal de Cláudia, MT. em 01 de Outubro de 2.014.

ARNALDO FRANÇA
Presidente.

Publicado por:
Davi Schleicher
Código Identificador:93B9F1EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 540/2014

DATA: 26 DE SETEMBRO DE 2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES
Art. 1º Para efeito de aplicação desta lei ficam estabelecidas as seguintes definições e disposições:
I - aquicultura: cultivo e criação de organismos aquáticos, incluindo peixes, moluscos, crustáceos, quelônios, répteis e plantas aquáticas mediante a intervenção do homem no processo de cultivo e criação visando aumentar a produção em operações como reprodução, estocagem, alimentação, proteção contra predadores e outros;
II - piscicultura: atividade de cultivo de alevinos ou peixes em ambientes naturais e artificiais com as finalidades econômica, social ou científica;
III - piscicultor: pessoa física ou jurídica que se dedica profissionalmente à criação de alevinos ou peixes em ambientes naturais e artificiais com as finalidades econômica, social ou científica, trabalhando de modo independente ou vinculado a associações e/ou cooperativas;
IV - produtor de alevinos: piscicultor que se dedica à reprodução, larvicultura, criação e comercialização de alevinos;
V - reprodutor ou matriz: peixe adulto, apto a procriar, utilizado pelo piscicultor na obtenção de descendentes;
VI - reservatório: corpo natural ou artificial de água superficial, tais como: rios, lagoas, lagunas, açudes, canais e outros;
VII - represa: depósito de água formado artificialmente através de barramento de acidentes geográficos naturais e ou decorrentes de ação antrópica, mediante diques ou barragens nos quais se armazenam águas pluviais, de rios, córregos, com objetivo de uso como recurso hídrico;
VIII - viveiro/tanque: estrutura projetada e construída para aqüicultura, escavada ou não, revestida ou não, e com controle de entrada e saída de água;
IX - área aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos;
X - parque aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aqüicultura;
XI - gaiola ou tanque-rede: equipamento de cultivo utilizado dentro da massa de água de um rio, lago ou reservatório, parque aquícola, construído e manejado de acordo com as normas técnicas de engenharia;
XII - espécie nativa: espécie de origem e ocorrência natural nas águas brasileiras;
XIII - espécie exótica: espécie de origem e ocorrência natural somente em águas de outros países;
XIV - espécie estabelecida: espécie alóctone que já constituiu população isolada e em reproduções, aparecendo em pescas cientifica e/ou extrativista;
XV - peixe híbrido: peixe obtido a partir do cruzamento entre espécies;
XVI - espécie alóctone: não originária da bacia hidrográfica;
XVII - espécie autóctone: originária da bacia hidrográfica;
XVIII - peixamento: processo de introdução de alevinos ou de peixes adultos em ambientes aquáticos naturais ou artificiais com a finalidade de povoar ou repovoar o corpo d'água local;
XIX - despesca: processo de retirada de peixes e outras espécies aquáticas cultivadas para fins econômicos, sociais, científicos e outros;
XX - nascente ou olho d'água: local onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea.
XXI - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

CAPÍTULO II
DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 2º Os piscicultores são classificados quanto ao objetivo de sua produção em:
I - produtor de alevinos: aquele que se dedica à produção e comercialização de alevinos a serem utilizados como insumo a outras pisciculturas que efetuem a recria e a engorda;
II - produtor de peixes ornamentais: aquele que se dedica à produção e comercialização de alevinos e peixes a serem utilizados como espécies ornamentais ou de aquariofilia;

III - produtor terminador: aquele que finaliza o cultivo de alevinos, produzindo pescado destinado ao consumo humano e/ou industrial;
IV - produtor de matrizes e reprodutores: aquele que cria peixes, jovens ou adultos, fruto de processos de seleção, melhoria e classificação zootécnica a serem comercializados, exclusivamente, como reprodutores ou matrizes aos produtores de alevinos;
V - produtor de iscas aquáticas: aquele que realiza trabalhos de reprodução, cultivo armazenamento e comercialização de peixes utilizados como iscas vivas aquáticas na pesca; amadora, profissional e ou esportiva;
VI - piscicultor de pesque-pague: aquele que cultiva ou adquire peixe vivo, oriundo de outro piscicultor, comercializando no varejo, como forma de lazer, recreação, esporte ou turismo;
VII - produtor de peixe para peixamento: aquele que realiza trabalhos de reprodução, cultivo, armazenamento e comercialização de peixes que poderão ser comercializados para o peixamento de cursos d'água.

Art. 3º A piscicultura quanto ao tamanho, avaliada de acordo com a lâmina d'água acumulada, será classificada em:
I - Pequena: até 05 (cinco) hectares de lamina d'água em tanque escavado e represa ou até 10.000 (dez mil) m³ de água em tanque rede.
II - Média: acima de 5 (cinco) hectares até no máximo 50 (cinqüenta) hectares em tanque escavado e represa de lâmina d'água em tanque escavado ou acima de 10.000 (dez mil) m³ até 50.000 (cinquenta mil) m³ em tanque rede.
III - Grande – acima de 50 (cinquenta) hectares de tanque escavado e represa ou acima de 50.000 (cinquenta mil) m³ em tanque rede.

CAPÍTULO III
DOS PRODUTOS

Art. 4º São produtos da piscicultura:

I - alevinos para uso próprio ou comercialização;
II - alevinos e peixes para ornamentação e aquariofilia;
III - alevinos para peixamento;
IV - iscas vivas aquáticas;
V - hipófises oriundas do processamento de pescado;
VI - reprodutores e matrizes;
VII - peixe vivo;
VIII - peixe abatido;
IX - peixe processado e seus subprodutos.

CAPÍTULO IV
DAS RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

Art. 5º É declarada de interesse social e econômico a atividade de piscicultura para fins de implantação que envolva a supressão da área de preservação permanente, atendidos os requisitos estabelecidos nesta lei.
§ 1º A construção de reservatórios d'água, represas, açudes e tanques usados para implantação de atividade de piscicultura poderá ser licenciada nos cursos d'água com vazão média máxima de 3m3 (três metros cúbicos) por segundo.
§ 2º Para a construção de reservatórios d'água, represas, açudes e tanques usados para implantação de atividade de piscicultura nos cursos d'água com vazão média máxima maior que 3m3 (três metros cúbicos) por segundo, o interessado solicitará à Secretaria de Meio Ambiente uma licença especial.
§ 3º Os procedimentos administrativos de licenciamento dos empreendimentos e atividades previstos no *caput* deste artigo serão efetivados junto à Secretaria de Municipal de Meio Ambiente - SMMA.
§ 4º Não será autorizada a implantação da atividade de piscicultura num raio inferior a 50 (cinquenta) metros das nascentes ou olhos d'água.

Art. 6º Será autorizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente (APP) para o uso na atividade de piscicultura quando o requerente:
I - comprovar a inexistência de alternativa técnica e locacional em sua propriedade para os planos, atividades ou projetos propostos;
II - comprovar a imprescindibilidade da intervenção na APP para a viabilidade econômico-financeira total do empreendimento;
III - comprovar o acompanhamento técnico de profissional habilitado para condução dos projetos de engenharia (obras de arte) e ou do licenciamento ambiental;
IV - indicar as medidas mitigadoras e de compensação necessárias.

Art. 7º A reprodução artificial de espécies nativas e ou alóctones, inclusive as espécies exóticas, que se destina à produção de alevinos puros ou híbridos deverá ocorrer em laboratórios devidamente licenciados para este fim pelo órgão competente:
I - o laboratório deverá apresentar laudo de inspeções sanitárias de seus reprodutores, matrizes e alevinos.
Parágrafo único. Os alevinos adquiridos de outros Estados e/ou países deverão estar acompanhados do laudo de inspeção sanitária.

Art. 8º Os projetos de piscicultura destinados à produção de alevinos e peixes híbridos, das espécies exóticas, nativas e alóctones, deverão obedecer aos seguintes critérios:
I - solidez necessária à contenção de água, que garanta a sua estabilidade, comprovada por cálculos de engenharia com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
II - proteção dos taludes e ladrões contra a erosão;
III - construir dispositivos de proteção contra a fuga de peixes para o meio ambiente (telas, filtros, tanques de peixes nativos predadores, tanque de jacaré, etc);
IV - executar obras levando em conta critérios e estruturas que venham a gerar o mínimo de áreas de empréstimo e "bota-fora" (locais de disposição final de estéreis e rejeitos), de preferência mantendo-os abaixo da linha da água;
V - comprovar o acompanhamento da atividade por técnico responsável devidamente inscrito no seu órgão.
Parágrafo único. O cumprimento dos incisos I a V não exime o empreendedor das penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 9º Os processos de licenciamento das pisciculturas deverão ter a OUTORGA para o deferimento da utilização do recurso hídrico.

CAPÍTULO V
DAS LICENÇAS, CADASTROS E AUTORIZAÇÕES

Art. 10 O licenciamento ambiental de piscicultura será processado junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, nas modalidades Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, devendo o interessado indicar as classificações de sua atividade, nos termos dos arts. 3º e 4º desta lei, apresentando projeto técnico com as especificações constante de instrução normativa a ser editada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Cláudia, estado do Mato Grosso.

Art. 11 Para o licenciamento ambiental da atividade de piscicultura em áreas consolidadas, inclusive em áreas de preservação permanente, o interessado, deverá apresentar o projeto técnico com as especificações constante na Instrução Normativa a ser editada e publicada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Cláudia, estado do Mato Grosso.

Art. 12 A validade das licenças de pisciculturas seguirá os seguintes prazos máximos de duração:
I - Licença Prévia: validade 4 (quatro) anos;
II - Licença Instalação: validade de 5 (cinco) anos;
III - Licença de Operação: validade 6 (seis) anos.

Art. 13 As autorizações de despesca somente serão emitidas aos empreendimentos devidamente licenciados.

Art. 14 A SMMA poderá delegar a órgãos municipais, mediante convênio, o controle sobre o transporte de produtos oriundos da piscicultura no Município.

Art. 15 O transporte dos produtos oriundos da piscicultura obedecerá à regulamentação oficial do Serviço de Defesa Sanitária Animal do Município e do Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO VI
DOS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE E DAS PENALIDADES

Art. 16 Constituem infrações ambientais punidas na forma do regulamento:
I - a introdução de espécies não autóctones, com comprovada alteração da freqüência natural de ocorrência e a base genética das populações nativas, afetando a sobrevivência das espécies da bacia hidrográfica;
II - a introdução de doenças e parasitas oriundos de outras bacias hidrográficas ou pisciculturas no ambiente natural;
III - a alteração significativa da qualidade dos corpos d'águas receptores dos efluentes oriundos das pisciculturas.
Parágrafo único. A responsabilização administrativa do empreendedor, pessoa física ou jurídica, que por ação ou omissão, degradar o meio ambiente, não exclui a sua obrigação de reparar o dano causado.

CAPÍTULO VII
DOS INCENTIVOS E PROTEÇÃO À PISCICULTURA

Art. 17 A piscicultura que cumprir as determinações desta lei será declarada atividade zootécnica e econômica.

Art. 18 A piscicultura será considerada de interesse ambiental se ela estiver enquadrada no artigo anterior e contribuir em pelo menos uma das seguintes formas:
I - aliviar a pressão de pesca pela oferta constante de produtos de piscicultura;
II - reduzir os danos ambientais causados na captura de iscas aquáticas na natureza pela oferta destas espécies provenientes de pisciculturas;
III - incentivar a pesca esportiva, de lazer, recreativa, turística ou comercial em pesqueiros artificiais do tipo pesque-pague;
IV - reconstituir ambientes degradados por ação antrópica (garimpos, olarias, cerâmicas, erosões, etc.) nociva ao meio ambiente.

Art. 19 Todos os produtos de piscicultura, conforme descrito no Capítulo III, não estão incluídos nas limitações legais pertinentes à pesca turística ou comercial, quais sejam:
I - tamanho mínimo;
II - período de defeso;
III - local de reprodução;
IV - forma de captura;
V - limite de quantidade.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20 Os empreendimentos de piscicultura que atualmente estejam em atividade e fora dos paramentos na presente lei deverão adequar-se ao disposto na mesma em até 12 (doze) meses a contar da entrada em vigor da presente legislação.

Art. 21 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2014.

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:3357DBD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 001/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ROSANA ROSA PEREIRA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1885759-0 SSP/MT e CPF sob nº 005.122.601-41, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Contratante
ROSANA ROSA PEREIRA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:
1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:F17577C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 002/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ZENILDA DOS SANTOS MOMOLI**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1436594-4 SSP/MT e CPF sob nº 026.475.631-28, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em desenvolvimento infantil e especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Contratante
ZENILDA DOS SANTOS MOMOLI
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:64CC90AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 003/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **LEILA TERESINHA DIEL SCHIMIDT**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1915832-7 SSP/MT e CPF sob nº 027.112.101-70 , doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

LEILA TERESINHA DIEL SCHIMIDT
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:D7459758

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 004/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **LEDA MARIA WENTZ**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2608904-1 SSP/MT e CPF sob nº 865.833.871-15, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor nível II – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.762,97 (Hum mil setecentos e sessenta e dois reais e noventa e noventa e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.003.12.365.0018.2016.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de Março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

LEDA MARIA WENTZ
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:00DE5A53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 005/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **IRANI SCHEFFLER BARBON**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1311017-9 SSP/MT e CPF sob nº 007.407.151-35, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (Oitocentos e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei 014/2014, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do

CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de Março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

IRANI SCHEFFLER BARBON
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:EF8C65F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 006/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **EDINAMAR DE SOUZA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 5686693-0 SSP/MT e CPF sob nº 899.818.129-00, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1. 762,97 (Hum mil setecentos e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.003.12.365.0018.2016.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

EDINAMAR DE SOUZA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:22F4289C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 007/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **DILMA RODRIGUES**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1586141-4 SSP/MT e CPF sob nº 006.449.611-20, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (Oitocentos e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 040/20123, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de Março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Contratante
DILMA RORIGUES
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:B515C111

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 008/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**

- MT, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **CARLA GIOVANE BORELLI**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1850985-01 SSP/MT e CPF sob nº 020.365.711-07, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

CARLA GIONAVI BORELLI
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:B793B8ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 009/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **CARINA SILVANA VIRGULINO**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2007442-5 SSP/MT e CPF sob nº 036.175.621-67, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

CARINA SILVANA VIRGULINO
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:977F2DC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 010/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **APARECIDA TRAJANO DA SILVA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1436971-0 SSP/MT e CPF sob nº 840.463.171-91, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (Oitocentos e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 013/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de Março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

APARECIDA TRAJANO DA SILVA
Contratado (a)

Testemunhas:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:5804D8CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 011/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ANDREIA RAUBER**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 4970209-4 SSP/MT e CPF sob nº 024.191.581-30, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (Oitocentos e cinco reais quarenta e seis), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de Março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

ANDRÉIA RAUBER
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:530123C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 012/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **MARIA APARECIDA DE ANDRADE**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1962610-0 SSP/MT e CPF sob nº 006.877.791-46 , doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

MARIA APARECIDA DE ANDRADE
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:D3C4751F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 013/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ERIKA DE OLIVEIRA GRAGEL**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1436715-7 SSP/MT e CPF sob nº 004.156.451-07, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente

Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

ERIKA DE OLIVEIRA GRAGEL
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:DB7189AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 014/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1437014-0 SSP/MT e CPF sob nº 018.759.941-65, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 805,46 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:C7496C5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 015/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **CRISTIANA PEREIRA DA SILVA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1734397-6 SSP/MT e CPF sob nº 025.709.661-26, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor nível II – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.762,97 (Hum mil setecentos e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.003.12.365.0018.2016.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno

direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 26 de Março de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

CRISTIANA PEREIRA DA SILVA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:A99284CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 016/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **CRISTIANE BUAES XAVIER**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 9046567856 SJS/II RS e CPF sob nº 002.742.800-19, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Fisioterapeuta, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), correspondentes a 40 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 013/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Saúde, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 013/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
06.002.10.301.0032.2001.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 02 de Maio de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

CRISTIANE BUAES XAVIER
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151-00

2 - _____
Lidia Fátima Moraes de Vargas
CPF: 621.620.551.04

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:3327E513

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 017/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ERNANI UEMURA BARBOSA**, residente e domiciliado na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portador do RG nº MG-8.076.940 PCEMG/MG e CPF sob nº 038.835.916-10, doravante denominado como **CONTRATADO**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Odontologo, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), correspondentes a 40 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 013/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Saúde. E informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 013/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

06.002.10.301.0032.2001.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 02 de Maio de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

ERNANI UEMURA BARBOSA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151-00

2 - _____
Lidia Fátima Moraes de Vargas
CPF: 621.620.551.04

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:929182A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 018/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ANDREA FERRO BARRETO**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2094825-5 SSP/MT e CPF sob nº 951.678.541-72, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 20 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 20 de Maio de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

ANDREA FERRO BARRETO
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:3767C5E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 019/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ELIZA CRISTINA GRIGOLETTO**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 6.150.257 SESPDC/SC e CPF sob nº 039.013.081-80, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por

excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 20 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 20 de Maio de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

ELIZA CRISTINA GRIGOLETTO
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:925D09D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 020/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **FRANCISCA APARECIDA BEZERRA DA SILVA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 601 903 SSP/MT e CPF sob nº 338.445.501-00, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 20 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 20 de Maio de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

FRANCISCA APARECIDA BEZERRA DA SILVA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:C9956C0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 021/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **GLEISSIELEN OLIVEIRA DOS SANTOS**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1729992-6 SSP/MT e CPF sob nº 035.591.781-50, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 20 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 20 de Maio de 2014
.
Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

GLEISSIELEN OLIVEIRA DOS SANTOS
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:8B4C4252

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 022/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **TANIA MARA HANN**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2710331-5 SESP/MT e CPF sob nº 046.382.501-22, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 20 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 20 de Maio de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

TANIA MARA HANN
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:7C1C7441

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 023/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **MARLENE CARMEM HARMEL**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 66535657 SSP/PR e CPF sob nº 968.477.279.34, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 01 de Abril de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

MARLERNE CARMEM HARMEL
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:A6C89DA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 024/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **RENATA ROSARIO COSTA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1694559-0 SSP/MT e CPF sob nº 013.139.961.65, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do

CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 28 de Abril de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

RENATA ROSARIO COSTA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Edivan Batista Beserra
CPF-995.694.931-00

2 - _____
Airton de Lara
CPF: 099.997.038-01

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:6689DE62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 025/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **EVA CARDOSO**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1832359-6 SSP/MT e CPF sob nº 024.544.441-60, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professora **(Pedagogia - Normal Superior)**, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.762,97 (Hum mil setecentos e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.003.12.365.0018.2016.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 13 de Junho de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

EVA CARDOSO
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle Andréia
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Teolide Schneider Sielski
CPF: 012.639.971-98

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:52D805AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 026/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **FRANCIDALVA GOMES**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1674480-2 SSP/MT e CPF sob nº 008.108.081-61, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 16 de Junho de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

FRANCIDALVA GOMES
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Andréia Teolide Schneider Sielski
CPF: 012.639.971-98

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:5AD7AE48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 027/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **CRISTIANE APARECIDA ALCANTARA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1843882-2 SSP/MT e CPF sob nº 021.342.491-06, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor: (Magistério), a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.273,09 (Hum mil duzentos e setenta e três reais e nove centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0018.2016.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 18 de Junho de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

CRISTIANE APARECIDA ALCANTARA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Andréia Teolide Schneider Sielski
CPF: 012.639.971-98

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:25C6CCB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 028/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **EDUCILEI PEREIRA LOPES**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1758972-0 SSP/MT e CPF sob nº 033.566.701-58, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (Oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 23 de Junho de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

EDUCILEI PEREIRA LOPES
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Andréia Teolide Schneider Sielski
CPF: 012.639.971-98

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:73185185

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 029/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **DINA MACIEL ROQUE**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 702.661SSP/MT e CPF sob nº 766.110-272-20, doravante denominado como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Odontologa, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), correspondentes a 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 013/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Saúde. E informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 013/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
06.002.10.301.0032.2001.3190.04
DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 03 de Julho de 2014
.
Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

DINA MACIEL ROQUE
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151-00

2 - _____
Lidia Fátima Moraes de Vargas
CPF: 621.620.551.04

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:D6966AED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 030/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **MARGARIDA GAMBIM LAZZERI**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1364068-2 SSP/MT e CPF sob nº 846.732.221-72, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.909,64 (Hum mil novecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.003.12.365.0018.2016.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 12 de Agosto de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

MARGARIDA GAMBIM LAZZERI
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Esdra Nunes de Andrade
CPF: 843.363.581.68

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:42BAF529

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 031/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **MARLI INES DE SOUZA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 559 254 SSP/MT e CPF sob nº 523.075.491-53, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.909,64 (Hum mil novecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.003.12.365.0018.2016.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 12de Agosto de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

MARLI INES DE SOUZA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Esdra Nunes de Andrade
CPF: 843.363.581.68

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:4CCB3C14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 032/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **SOLANGE CALDEIRA**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1436635-5 SSP/MT e CPF sob nº 004.109.121-31 , doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente

Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.909,64 (Hum mil novecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0018.2021.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 12de Agosto de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

SOLANGE CALDEIRA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Esdra Nunes de Andrade
CPF: 843.363.581.68

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:FADAFEE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE DIVULGAÇÃO 02/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT"

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:

Considerando o disposto na Lei Complementar 12/2013: *"Art. 122 - O servidor após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com vencimento padrão do cargo efetivo."*,

Considerando os requerimentos de Licença Prêmio por Assiduidade protocolados no departamento de RH e devidamente analisados pela assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Cláudia-MT;

RETIFICA:
Onde se lê:
Nutrição Escolar:

MATRICULA	NOME	PERIODO
1194	Izolete Adriane Guareze	13/10/2014 A 11/01/2015

Passa a ler:
Manutenção da Infra-Estrutura Escolar :

MATRICULA	NOME	PERIODO
9	Ana Maria de Souza	06/10/2014 A 04/01/2015

Claudia-MT, 01 de Outubro de 2014.

JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Teolide Schneider
Código Identificador:EAD532E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 033/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no

CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **CARINA SILVANA VIRGULINO**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2007442-5 SSP/MT e CPF sob nº 036.175.621-67, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.909,64 (Hum mil novecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0018.2021.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 20 de Agosto de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

CARINA SILVANA VIRGULINO
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Esdra Nunes de Andrade
CPF: 843.363.581.68

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:22F29F23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 034/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **ROSICLEY APARECIDA ROQUE**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1606994-3 SSP/MT e CPF sob nº 018.87.881-07, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Professor – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.909,64 (Hum mil novecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.003.12.361.0018.2021.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 20 de Agosto de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

ROSICLEY APAREICDA ROQUE
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Esdra Nunes de Andrade
CPF: 843.363.581.68

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:F272A2B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 035/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **TAMIRES VANESSA ROQUE**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2559040-5 SESP/MT e CPF sob nº 054.539.081-81, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno

direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 25 de Agosto de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

TAMIRES VANESSA ROQUE
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
CPF-650.249.151.00

2 - _____
Esdra Nunes de Andrade
CPF: 843.363.581.68

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:C6F5B5A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 036/2014

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, e **RAFAELA LAZZERI**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1624032-4 SESP/MT e CPF sob nº 057.336.681-05, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009 e as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é com base na Lei Complementar N.º 256/2009, para a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial – de 30 HORAS, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 872,47 (oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.
CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.
CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função
PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.
CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.
PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.
CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.
05.004.12.365.0018.2048.3190.04
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL CIVIL
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 19 de Dezembro de 2014, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.
CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.
CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.
CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.
E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 01 de Setembro de 2014.

Prefeitura Mun. de Claudia
JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

RAFAELA LAZZERI
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Rejane Cristina Anderle
2 - _____

Esdra Nunes de Andrade
CPF-650.249.151.00 CPF: 843.363.581.68

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:A3D19AC4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 719/2014, DE 30 DE SETEMBRO 2014

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, LUIZ HENRIQUE DO AMARAL, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1 - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o da Constituição Federal, as Diretrizes Orçamentárias do Município para 2015, fazendo parte integrante desta Lei o Anexo I de Prioridades, o Anexo II de Metas Fiscais e Anexo III de Metas Fiscais Receitas, compreendendo:

I - As prioridades e metas da administração pública municipal;

II - A estrutura e organização do orçamento;

III - As Diretrizes para a Elaboração e Execução do Orçamento do Município e suas alterações;

IV - As disposições relativas às despesas do Município com Pessoal e Encargos Sociais;

V - Das disposições sobre alterações na legislação tributária;

VI - As disposições relativas à divida pública Municipal

VII - As disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2 - Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades para o Exercício Financeiro de 2015, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

1º - Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor índice de desenvolvimento humano.

2º - Em caso de se concretizar o disposto no Anexo de Renúncia de Receita referente aos Riscos Fiscais, a administração fará intensa fiscalização, cobrança parcelada e amigável, em conformidade com as disposições do Código Tributário Municipal e, por último, execução fiscal.

3º - O projeto e a Lei Orçamentária conterão dotações necessárias ao município do cronograma de execução de obras iniciadas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3 - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continuo e permanente, das quais resulta um produto necessário a manutenção da ação de governo;

II – Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

III – O produto e a unidade de medida a que se refere o parágrafo anterior deverão ser os mesmo especificados para cada ação constante do Plano Plurianual.

IV - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

V - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

Página 2

VI - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

VII - Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub função às quais se vinculam.

4o - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4 - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus órgão, autarquias, inclusive especiais, e fundação instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de econômica mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade prevista na

legislação vigente, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e Encargos da Dívida;

Outras Despesas Correntes;

Investimentos;

Inversões Financeiras, incluídas quaisquer despesas referente à constituição ou aumento de Capital de Empresas;

Amortização da Dívida.

Página 3
§ 1o - A Reserva de Contingência, prevista no art. 8° desta Lei parágrafo 1º, será identificada pelo digito 9 no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 2o - A modalidade de aplicação destina-se indicar se recursos serão aplicados;

I – Mediante transferências financeiras

A outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades;

A entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II – Diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo;

§ 3o - A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – Governo Federal – 20

II – Governo Estadual – 30;

III – Administração municipal – 40;

IV – Entidade privada sem fins lucrativos – 50;
V – Aplicação direta – 90;

VI – A ser definida – 99;

§ 4o - É vedada à Execução Orçamentária com a modalidade de aplicação “a ser definida 99”.

Art. 5 - As metas físicas e financeiras serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo a que se refere o art. 8º, § 1º, inciso XII, desta Lei.

Art. 6 - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Executivo, seus fundos e órgãos, inclusive especiais.

Art. 7 - A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - Ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício; II - ao conjunto dos órgãos para o atendimento de ações de alimentação escolar; III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
IV - ao pagamento de precatórios judiciários;
V - as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 8 - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal e a respectiva lei será constituída de:

Página 4

I - texto da lei;

II - Quadros Orçamentários Consolidados exigidos pelo Artigo 165, § 6o *da Constituição Federal e pelos* § § 1°, 2° incisos do artigo 2° e artigo 22 da Lei 4.320/64;

Sumário geral da receita por fonte e das despesas por funções do governo;

Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, na forma do anexo I da Lei 4.320/64.

Receitas segundo a categoria econômica, na forma do anexo II da Lei 4.320/64;

Natureza da despesa segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral, na forma do anexo II da Lei 4.320/64.

Quadro discriminativo da receita, por fontes e respectiva legislação;

Quadro das dotações por órgão do governo, compreendendo Poder Legislativo e Poder Executivo;

Quadro discriminativo das despesas por órgão, por unidade orçamentária, programa de trabalho, na forma do anexo VI da Lei 4.320/64;

Quadro discriminativo das despesas por programa anual de trabalho do governo, por função governamental, na forma do anexo VII da Lei 4.320/64;

Quadro discriminativo das despesas por funções, subsunções e programas conforme o vinculo com os recursos, na forma do anexo VIII da Lei 4.320/64;

Quadro discriminativo das receitas por órgão e funções, na forma do anexo IX da Lei 4.320/64;

Quadro discriminativo da receita e plano de aplicação dos fundos especiais;

Quadro discriminativo do programa anual de trabalho em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

§ 1o - A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente de Recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no projeto de Lei Orçamentária, a no máximo , 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida.

Parágrafo Único - A Reserva de Contingência será utilizada como:
I – Atendimento de Passivos Contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
II – Atendimento de eventuais gastos não previstos na Lei Orçamentária;
III - Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a Receita e a Despesa na forma definida nesta Lei;
IV - Discriminação da Legislação da Receita e da Despesa, referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;
V - Autorização para a abertura de Créditos Adicionais.
§ 2° - Os Quadros Orçamentários a que se refere o inciso II deste Artigo, incluindo os complementos referenciados no Art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

Página 5

I - Evolução da Receita do Município, segundo as Categorias Econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada Imposto e as contribuições de que trata o art. 195 da Constituição;

II - Evolução da Despesa do Município, segundo as Categorias Econômicas e grupos de Despesa; III - resumo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por Categoria Econômica e origem dos recursos;

IV - Receita e Despesa, dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, segundo Categorias Econômicas, conforme o Anexo I da Lei n.º 4.320, de 1964, e suas alterações;
V - Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei n.º 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa e fonte de recursos;

VII - Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, segundo a função, sub função, programa, e grupo de despesa;

VIII - Recursos do Município, diretamente arrecadados, nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, por órgão;

IX - Programação referente à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando Fontes e Valores por Categoria de Programação;

X - Resumo das Fontes de financiamento e da Despesa do Orçamento de investimento, segundo Órgão, Função, Sub função e Programa;

XI - Fontes de Recursos por Grupos de Despesas; e

XII - despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social segundo os Programas de Governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividades, projetos e operações especiais, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras.

§ 3º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária;
Conterá:
I - Informações da Política Econômica e Social do Município;
Página 6

II - Avaliação das necessidades de financiamento do Município, explicitando Receitas e Despesas, bem como indicando os resultados Primário e Nominal implícitos no Projeto de Lei Orçamentária para 2015, evidenciando a Metodologia de Cálculo dos itens computados nas necessidades de financiamento e os parâmetros utilizados;

- Justificativa da Estimativa e da Fixação, respectivamente, dos principais agregados da Receita e da Despesa.

§ 4º - O Poder Executivo disponibilizará, após o encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - As categorias de programação constantes da Proposta Orçamentária consideradas como Despesa Financeira para fins de cálculo do Resultado Primário;

II - Os resultados correntes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;
III - Detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na Elaboração dos Orçamentos, para os principais Serviços e Investimentos, justificando os valores adotados;
IV - A Programação Orçamentária, detalhada por Operações Especiais, relativa à concessão de quaisquer Empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
V - Detalhamento, por unidade Orçamentária da Administração Pública Municipal que destine recursos para entidades de Previdência Fechada, do valor de suas contribuições a título de patrocinadores;
VI - Os gastos, por unidade, nas áreas de Assistência Social, Educação, Desporto, Habitação, Saúde, Saneamento, Agricultura, Obras e Transportes, conforme informações dos Órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados;
VII - A Despesa com Pessoal e Encargos Sociais, por órgão e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2014 e o programado para 2015, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à Receita Corrente Líquida, tal como definida na Lei Complementar n.º 101/2000, de 04/05/2000, demonstrando a Memória de Cálculo;
VIII - a memória de cálculo das estimativas:
Do resultado da Previdência Social Geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, o crescimento vegetativo das despesas com benefícios, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais;

Página 7

Do Gasto com Pessoal e Encargos Sociais, por órgão, e no Exercício, explicitando as hipóteses quanto ao crescimento vegetativo, Concursos Públicos, reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de servidores;

O Município implantará a previdência própria do servidor publico municipal;

IX - A Memória de Cálculo da Estimativa das Despesas com Amortização e com Juros e Encargos da Dívida Pública do Município;
X - Demonstrativo da Receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar n.º 101/2000, de 04/05/2000, destacando-se os principais itens de:
Impostos;

Contribuições Sociais;

Taxas; e

Concessões e Permissões.

XI - A correspondência entre os valores, das estimativas de cada item de Receita, de acordo com o Detalhamento a que se refere o inciso VI do § 1o deste artigo;
XII - A Evolução das Receitas diretamente arrecadadas nos três últimos anos, por órgão e unidade orçamentária, a execução provável para 2014 e a estimada para 2015, separando-se, para estes dois últimos anos, as de origem financeira das de origem não-financeira, utilizadas no cálculo das necessidades de financiamento do Setor Público a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo;
XIII - A Metodologia e a Memória de Cálculo da Receita Corrente Líquida prevista na Proposta Orçamentária;
XIII - a metodologia e a memória de cálculo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária;
XIV - os pagamentos, por fonte de recursos, relativos aos Grupos de Despesa "juros e encargos da dívida" e "amortização da dívida", realizados nos últimos três anos, sua execução provável em 2014 e o programado para 2015.
§ 5o - O projeto de Lei Orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2015, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.
§6º - A Lei Orçamentária atenderá, ainda, as diretrizes gerais estabelecidas e os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Página 8

Art. 9 - Constituem os gastos municipais aqueles destinados à aquisição de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos municipais, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

§1º - Os gastos municipais serão estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se, entretanto:
I – A carga de trabalho estimada para o exercício de 2015;
II – Os fatores contratuais que possam afetar a produtividade dos gastos;
III – Que os gastos com pessoal serão projetados com base na política estabelecida pelo município para seus servidores.
§2º - A Controladoria Geral do Município adotará sistema integrado de Controle de Custos de forma a evidenciar o preço dos serviços públicos municipais, objetivando a melhoria da sua qualidade, demonstrando os seguintes elementos:
I - Plano de contas capaz de oferecer informações no grau de detalhe necessário ao planejamento;
II - Especificação das unidades de custo, para adequada apropriação das despesas realizadas;
III - determinação dos processos por que passa cada um dos serviços desenvolvidos e ofertados.
§3º - Para efeito do disposto no Art. 8º o Poder Legislativo Municipal e as Administrações Indiretas encaminharão ao órgão Central de Planejamento e de Orçamento Municipal, até 30 de Agosto, suas respectivas Propostas Orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentários observados às disposições desta Lei.
Art.10 - O total da despesa com o Poder Legislativo, incluído os subsídios dos vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório das Receitas Tributárias e das Transferências de que trata o §5º, do art. 153 e Arts. 158 e 159 da Constituição.
§1º - É vedado ao Poder Executivo efetuar repasse ao legislativo em montante que supere os limites definidos neste artigo.
§2º - A data limite para se efetuar os repasses ao Poder Legislativo será o dia 20 (vinte) de cada mês.

Página 9

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 11 - A elaboração do Projeto, a aprovação e a Execução da Lei Orçamentária de 2015, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da Publicidade e permitindo-se o amplo acesso da Sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
§ 1º - Serão divulgados na Internet, ao menos:
I - Pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de Lei Orçamentária:
As estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar n.º 101, de 2000;

Os limites iniciais e final fixados para cada Poder e órgão;

c) A proposta de Lei Orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares.

II - Pelo Poder Executivo, a Lei Orçamentária anual.
§ 2º - Sem prejuízo no disposto no art. 9o, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, no prazo de (30) trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, relatórios de avaliação do cumprimento de metas (Gestão Fiscal).
Art. 12 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.
§1º. Conterá, ainda, dotação destinada a Investimentos em Obras novas não incluídas no Plano Plurianual.
Art. 13 - Além de observar as demais Diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.
Art. 14 - Na programação da despesa não poderão ser:
I - Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

Página 10

II - Incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3o, da Constituição; e
III - Transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência.
Art. 15 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2o desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos, se tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento.
Parágrafo Único - Fica autorizada a realização de despesas decorrente da pactuação de Termos de Cooperação Mútua e Técnica com os seguintes órgãos:

I – DETRAN-MT.

II – INDEA-MT.

III – EMPAER-MT

IV - Policia Militar e Policia Civil do Estado de Mato Grosso

V – Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

VI – Consórcio Intermunicipal de Maquinas - CODEMA

VII – Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISMA

VIII – Consórcio com Associação dos Produtores e Assentamentos do Município de Cocalinho

Art. 16 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:
I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
II - Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
III - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, a Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, bem como as Leis Municipais e Lei Orgânica do Munícipio de Cocalinho/MT;
1o - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar, ainda, declaração de funcionamento regular nos últimos (02) dois anos, emitida no exercício de 2013 por três autoridades local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.
2o - É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.
Página 11

Art. 17 - É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:
I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;
Parágrafo Único - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste Artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:
I - Pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de finalidade; e

II – Identificação do Beneficiário e do valor transferido no respectivo Convenio.
Art. 18 - A execução das ações de que tratam os art. 15 e 16 fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000.
Art. 19 - Os projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária anual.
1o - Acompanharão os Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.
2o - Os Decretos de Abertura de Créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de Dotações sobre execução das atividades, dos Projetos, das Operações Especiais e dos respectivos Subtítulos e Metas.
3o - Cada Projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de Crédito Adicional.
4o - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.
5o - Quando a abertura de Créditos Adicionais implicar a Alteração das Metas constantes do demonstrativo referido no art. 8º, § 1º, inciso XII, desta Lei, este deverá ser objeto de atualização.
Art. 20 - Na Lei Orçamentária para o Exercício de 2015, serão destinados os recursos necessários:

Página 12

I - A complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

Art. 21 - As despesas com Serviços de Terceiros e Encargos no Exercício de 2013, não poderá exceder o percentual da Receita Corrente Liquida apurada no exercício de 2014, em relação a Despesa efetivamente realizada, nesta dotação, naquele Exercício.
Parágrafo Único - A previsão de gastos de que trata o *caput* será aplicada a cada um dos poderes na mesma proporção verificada no exercício de 2014, em relação à dotação de Serviços de Terceiros e Encargos.
Art. 22 - As despesas com o Serviço da Dívida deverão considerar as Operações Contratadas e as Autorizações Concedidas até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária para 2015, à Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas Propostas Orçamentárias, para pessoal e Encargos Sociais, os limites estabelecidos na Lei Complementar n º 101, de 2000.
Art. 24 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observadas sempre as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Parágrafo Único – O Poder Executivo e Legislativo realizarão concurso público para o preenchimento das vagas destinadas ao grupo de carreira para todos os seus órgãos da administração direta e indireta.
Art. 25 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.
§ 1º. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:
I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

Página 13

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta total ou parcialmente.
Art. 26 - No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo observarão os limites estabelecidos no Art.20 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.
§1º. Se a despesa com pessoal exceder o limite de que trata o *caput* deste artigo, o percentual excedente deverá ser reduzido nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos em um terço no primeiro, adotando, entre outras, as providencias previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.
§2º. Para os efeitos do Art. 22, V, da Lei Complementar n.º 101, de 2000, nos casos em que se justifique a prorrogação do horário normal de trabalho as horas suplementares não poderão exceder ao número de duas horas diárias, que será acrescida no mínimo de 50% (cinqüenta por cento).
§3º - As horas extraordinárias de que trata § 2º deste artigo, somente para os servidores municipais.

SUBSEÇÃO I
Das Disposições Sobre Débitos Judiciais

Art. 27 - A Lei Orçamentária de 2015, somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contem certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:
I – Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
II – Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;
III - Que tenham sido apresentadas para inclusão dentro do prazo definido no §1º do art. 100 da Constituição Feral.
SUBSEÇÃO II

Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado

Art. 28 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:
I – Clube e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas:

Página 14
Creches e Escolas para atendimento pré-escolar, e

Programas de prevenção e doenças e de incremento da qualidade de vida dos servidores, desde que sejam implantados, como contrapartida, programas sócio-culturais-esportivos de responsabilidade do Poder Executivo, dirigidos a comunidades carentes.

II - Pagamento, a qualquer titulo, a servidor público, da ativa, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
Art. 29 - É vedada a destinação de recursos a título de subvenção sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada na Cultura, Assistência Social, Saúde e Educação, e que preencham uma das seguintes condições:
I – Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
II – Sejam vinculadas a organismo internacionais de natureza filantrópica ou assistencial;

III – Atendam ao disposto no art. 204 da constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de Dezembro de 1993; ou
Art. 30 - É vedada a destinação de recursos à entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorizada em Lei específica à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a administração publica municipal, do programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas prevista no plano plurianual.
Parágrafo Único - A transferência de recursos a títulos de contribuição corrente não autorizada em lei especifica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual será acompanhando de demonstração do atendimento ao disposto no caput e, também, de que a entidade selecionada é a que melhor atende aos critérios estabelecidos para a escolha.
Art. 31 - Poderá ser exigida contrapartida, a ser definida entre os interessados, para as transferências permitidas na forma do Artigo 30.
Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica às entidades de Assistência Social e Saúde registrado no Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS.
Art. 32 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
§1° A contabilidade registrará os fatos relativos à gestão patrimonial, orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput.
Página 15

Art. 33 - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal deverão elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta), dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, Cronograma Anual de Desembolso Mensal, por órgão, nos termos do Art. 8° da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de Resultado Primário estabelecida nesta Lei.
Art. 34 - Ser for necessário efetuar a *Limitação de Empenho* e movimentação financeira de que trata o Art. 9° da Lei Complementar 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante e informará a cada um dos órgãos referidos no Art. 20 daquela Lei Complementar o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.
§1° O montante da Limitação a ser procedida por cada órgão referido no caput será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um base *Contingenciável Total*.
§2º A base *Contingenciável* corresponde ao total das dotações classificadas como primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2015, excluídas:
I – As Despesas ressalvadas da Limitação de Empenho, conforme o art. 9° §2º, da Lei Complementar 101 de 2000.
Art. 35 - A Execução da Lei Orçamentária e seus Créditos Adicionais obedecerá ao principio constitucional da Impessoalidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - A Lei que conceda **Incentivo ou Benefício** de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.
§ 1º. Aplica-se à Lei que amplie **Incentivo ou Benefício** de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.
Art. 37 - Na estimativa das receitas do Projeto Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na Legislação Tributaria e das contribuições que sejam objeto e proposta de Projeto de Lei em tramitação no Legislativo Municipal.
Art. 38 - Os Tributos Municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na Legislação Nacional sobre a matéria ou ainda razão de interesse público relevante.
Art. 39 - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
Página 16

§ 2º. O contribuinte que efetuar o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU até a data do vencimento terão direito aos seguintes abatimentos ou descontos:
I – Pagamento em uma única parcela 20% (vinte por cento) até 31 de Julho, e o parcelado em até 06 (seis), vezes de Julho a Dezembro, não terá direito ao abatimento;

Parágrafo Único – Os descontos previstos no caput serão considerados na previsão da Receita Orçamentária.
Art. 40 - O poder Executivo poderá enviar ao Legislativo, projetos de lei que trate de alterações na legislação tributária, tais como:
I – Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
II – Revisão das Isenções de Impostos, Taxas e Incentivos Fiscais, aperfeiçoando seus critérios;
III – Revisão do Código de Posturas, de forma a corrigir distorções;

IV – Revisão da Planta Genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
V – instituição de taxas e constituições para custeio de serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade;
Art. 41 - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCAE- IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DIVIDA PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 42 - Os Orçamentos da Administração Direta, da Administração Pública Indireta, da fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da divida municipal e ao cumprimento do que se dispões o Artigo 100 parágrafos da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 43 - Caso seja necessária ***Limitação do Empenho das Dotações Orçamentárias*** e da movimentação financeira para atingir a meta de *Resultado Primário*, nos termos do art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de *Limitação* para o conjunto de *"projetos"*, *"atividades" e "operações especiais"* e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes, em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

Página 17
§ 1º. Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público, acompanhado da ***Memória de Cálculo***, das remissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na ***Limitação do Empenho*** , e da movimentação financeira.
§ 2º. Os Poderes, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.
Art. 44 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101, de 2000:
I - As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;
II - Entende-se como *Despesas Irrelevantes*, para fins do §3º aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666, de 1993.
Art. 45 - Para efeito do disposto no Art. 42 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, considera-se:
I - Contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.
Art. 46 - São vedados quaisquer procedimentos pelos Ordenadores de Despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de Dotação Orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à Gestão Orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.
Art. 47 - O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro o Projeto de Lei do Orçamento-Programa à Câmara Municipal, que o apreciará e devolverá até o encerramento da Sessão Legislativa.
Art. 48 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:
I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II – Não alterem Dotações referentes a Despesas de Custeio, de Pessoal, Encargos Sociais e Serviços da Dívida;
III – Não utilizem recursos provenientes de Convênios e Operações de Créditos Vinculados.
Art. 49 - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido à Câmara Municipal.
Página 18

Art. 50 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração pública direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.
Art. 51 - A destinação de recursos públicos para o setor privado ou para o custeio de despesas de outro ente da federação, direta ou indiretamente, seja pessoa física ou jurídica, a título de subvenção, auxílios, contribuição ou mediante transferências voluntárias deverá se autorizada por Lei específica e estar prevista no Orçamento ou em seus Créditos Adicionais, observando:
Art. 52 - Para atender o disposto no art. 4° inciso I, letra "e" da Lei Complementar n° 101/2000, será:
I – realizado estudos visando à definição de sistemas de Controle de Custos e Avaliação de Resultado das Ações de Governo.
Um membro do poder Executivo pertencente aos órgãos que tenham algum programa financiado com recursos dos orçamentos;
Um vereador representando o Poder Legislativo;

Um membro da associação de Pais e Mestres;

Um membro representando o Comércio Local.

§ 1º - O membro pertencente ao Poder Executivo será sempre pessoa que pertença aos órgãos que esteja executando o programa financiado com recursos do orçamento, portanto o membro que representa o Poder Executivo nem sempre será a mesma pessoa podendo ter mais de um membro conforme o decorrer dos programas.
§ 2º - Vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade ou com dotação ilimitada.
§ 3º - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à Unidade Orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e proporcionar correta avaliação dos resultados.

Art. 53 - Só será permitida a inclusão de novos projetos de duração continuada, a Lei Orçamentária e as de Créditos Adicionais quando.
I – Não houver construções de obras públicas municipais paralisadas;

II – O Patrimônio Público estiver conservado:

III – A Programação de novos projetos dependera de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Página 19

Parágrafo Único – Ficam especificadas no anexo III, as obras e projetos em andamento.
Art. 54 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Cesar Ferlete
Código Identificador:D6E66138

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 720/2014, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

"Autoriza a divisão do Bosque Municipal para abertura de Avenidas e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente os incisos IV e XXVI do art. 64 e inciso I do art. 125 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal por seus Representantes aprovou, e ele, Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura do Bosque Municipal para ligação da Avenida Presidente JK entre os Setores Jardim Araguaia e Cidade Nova.

Art. 2º. Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a retirar parte lateral do Bosque para duplicação da Avenida Vilmar Alves Ferreira Júnior até o encontro com a Avenida Presidente JK.

Art. 3º. Para compensação da área desmatada com a abertura das Avenidas, será reflorestada a quadra 05 do Conjunto Habitacional Cidade Nova, ao lado do Bosque.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL
Prefeito Municipal

SERGIO SANTANA DOS SANTOS
Vice-Prefeito/Secretário de Transporte Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Mauro Cesar Ferlete
Código Identificador:65977DAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 721/2014, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VERBA INDENIZATORIA PARA OS AGENTES COMUNITÁRIO DE SAUDE E AGENTE DE COMBATE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica instituída aos Agentes Comunitários de Saúde em efetivo exercício na atividade na zona rural, verba indenizatória como forma compensatória ao não recebimento de meio de transporte para locomoção e combustível, ambos, necessários ao desempenho das suas atividades fins dentro do município, a ser paga mensalmente, no montante de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), ficando dispensado de prestação de contas.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento Anual da Secretária Municipal de Saúde de Cocalinho.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Cesar Ferlete
Código Identificador:1E6F7C92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 722/2014, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VERBA INDENIZATORIA PARA CONTADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica instituída ao contador em efetivo exercício na atividade contabilista da prefeitura municipal verba indenizatória como forma compensatória ao não recebimento de diárias, passagens e ajuda de transporte no desempenho das suas atividades fins dentro e fora município, a ser paga mensalmente, no montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), ficando dispensado de prestação de contas.

Paragrafo único. Fica proibido o pagamento de diárias e adiantamento ao servidor investido no cargo de contador.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Cesar Ferlete
Código Identificador:FC602657

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 044/2014

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO

EXTRATO DO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 044/2014

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna publico aos interessados que a Licitação realizada no dia 24/09/2014 às 11h00min, na **MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAL DE CONSUMO EM GERAL DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕE O FROTA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, SUPRINDO ASSIM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** Através da Prefeitura Municipal de Colniza – MT, consagrou-se Vencedora do certame as empresa licitante: **EMPRESA CLAUDEMIR PELEGRINI - ME, CUJO CNPJ: 13.317.337/0001-79.**

Colniza – MT, em 01 de Outubro de 2014.

CRISTIANE P. DE SOUZA SANTOS DORNELES
Pregoeira Oficial
Dec. n° 263/GP/2014

Publicado por:
Cristiane Pereira de Souza Santos Dorneles
Código Identificador:6729057C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO DO PP 089/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2014
A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 30/09/2014 às 15:00 horas, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 089/2014, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM DIVERSOS SERVIÇOS MUNICIPAIS,** consagrou-se vencedora a empresa licitante: **IMPPACTO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - ME.**

Comodoro – MT, 30 de setembro de 2014.

MARIA APARECIDA CAVALCANTI DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:C814F755

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2014

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedor do processo licitatório nº 092/2014 Pregão Presencial 053/2014, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS**, a empresa: Divino Marciano Lopes - ME, no valor global de R$ 737.362,65.

Confresa 30/09/2014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:7531A6E3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

De: Comissão Permanente de Licitação
Para: ROSANGELA APARECIDA NERVIS– Prefeita Municipal

Ref: "AQUISIÇÃO DE COLETÂNEA DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS BEBETECA"

DADOS DO FORNECEDOR:

FERNANDO ROSENDO PERES JUNIOR -ME
CNPJ Nº 14.290.921/0001-40
Endereço: RUA GONÇALO IBANHEZ Nº 635- CENTRO
CEP: 16200-072 – BIRIGUI/SP

1.0. Das razões da contratação:

A presente aquisição deve –se ao fato da necessidade de dispor de materiais de qualidade como a : COLETÂNEA DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS BEBETECA", que foi apresentada as equipes pedagógicas da Secretaria de Educação e colabores dos projetos de fortalecimento de vínculos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência do município de Cotriguaçu-MT, e depois de analisar os produtos concluíram que os mesmos são de excelente qualidade para serem utilizados nos trabalhos com educação infantil e crianças pois a coletânea é composta de materiais pedagógicos e livros que estimulam a leitura, auxiliam no desenvolvimento de maneira lúdica da curiosidade e criatividade.

1.1 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A razão pela escolha da contratada: FERNANDO ROSENDO PERES JUNIOR -ME , se deve ao fato de a mesma detêm a Carta de exclusividade para comercializar os produtos da CIRANDA CULTURAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, que dispõe da: COLETÂNEA DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS BEBETECA". Sendo esse um material muito importante pela sua variedade de títulos, enredos e personagens comuns ao universo infantil. O material possuí ilustrações diversas que auxiliam o profissional na arte de contar a História, criando um ambiente criativo, prendendo a atenção das crianças, estimulando a imaginação.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A obrigatoriedade de procedimentos licitatórios nas contratações de serviços e aquisição de bens feitos pela Administração tem o seu berço na Constituição Federal, transplantada para o Lei 8.666/93 permitindo esta, com base constitucional, a previsão da exceção de não licitar, abrangendo a licitação dispensada, licitação dispensável e a inexigibilidade de licitação.
Dessa forma, tem –se que além de outras situações a lei autoriza a contratação direta quando houver a inviabilidade de competição.
A formalização do processo de inexigibilidade de licitação está submetida ao Art 26 da Lei n° 8.666/93, assim redigido.
Art. 26 As dispensas previstas nas §§ 2° e 4° do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art 24 as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8 ° deverão ser comunicado dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.
O parágrafo único do mesmo artigo dispõe: parágrafo único: O processo de dispensa de licitação , de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:
I- Caracterização de situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa quando for o caso;
II- Razão da escolha do fornecedor executante;
III- Justificativa do preço;
IV- Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

4.0 - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor a ser pago é referente a: "AQUISIÇÃO DE COLETÂNEA DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS BEBETECA", no valor unitário de: R$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais), totalizando R$ 10.400,00(Dez mil e quatrocentos reais) para (04) quatro unidades, estando os mesmos de acordo com valores praticados no mercado, tendo a prefeitura dotação orçamentária capaz de garantir tal proposta.

5.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORGÃO: 06 Secretaria Municipal de Educação
UNIDADE: 004 Fundeb – Educação Infantil
FUNÇÃO 12 Educação
SUB/FUNÇÃO 361 Ensino Fundamental
PROGRAMA 0006 Ensino regular de 1ª a 8º Série
PROJETO/ATIVIDADE 2042 Ensino Infantil Creche
ELEMENTO 3390-30 Material de Consumo

ORGÃO: 08 Secretaria Mun de Gestão Social e Trabalho
UNIDADE: 003 Fundo Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 Assistência Social
SUB FUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0010 Programa de Gestão e Manutenção
PROJETO ATIVIDADE: 2009 Execução dos Programas proteção Social Básica
ELEMENTO: 3390-30 Material de consumo

6.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS
Assim, pelo acima exposto, remetemos nossa justificativa e demais documentos a Vossa Senhoria, para em sendo possível, autorizar a contratação direta através de inexigibilidade de licitação da empresa em questão, bem como tomar as demais medidas cabíveis, para que assim produza todos os seus efeitos previstos em Lei.

Cotriguaçu - MT, 01 de Outubro de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

AMANDA DA SILVA BRAGA
Presidente

ÍTALO JOSE SCOLARI CARARO
Secretário

LIGEANE ROCHA DOS SANTOS
Membro

Publicado por:
Elaine Castanha Bonavigo
Código Identificador:81FD30CA

PREFEITURA MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

De: Comissão Permanente de Licitação
Para: ROSANGELA APARECIDA NERVIS– Prefeita Municipal

Ref: "AQUISIÇÃO DE PROJETO DE INCENTIVO A LEITURA DE PERGUNTAS E RESPOSTAS"

DADOS DO FORNECEDOR:

IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELLI -ME
CNPJ Nº 19.480.903/0001-45
Endereço: RUA JOAO CARETTA Nº 154- BAIRRO: PEDRO MARIN BERBEL
CEP: 16210-000 – BIRIGUI/SP

1.0. Das razões da contratação:

A presente aquisição deve –se ao fato da necessidade de dispor de materiais de qualidade para desenvolver o PROJETO DE LEITURA, que foi compromissado entre a Secretaria de Educação do município de Cotriguaçu-MT e o Ministério Público através do TAC 08/2008. As secretarias Municipais, necessitam desses materiais para

desenvolverem os seus projetos pedagógicos e de fortalecimento de vínculos, incentivando o interesse pela leitura e o conhecimento dos "Clássicos literários" nas crianças de forma competitiva, divertida buscando a lembrança e memorização das histórias e seus personagens.

1.1 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A razão pela escolha da contratada: IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELLI –ME, se deve ao fato de a mesma detêm a Carta de exclusividade para comercializar os produtos da EDITORA LEGUI LIVROS, que dispõe do PROJETO NACIONAL DE INCENTIVO A LEITURA- Jogos Educativos de Perguntas e Respostas. Sendo o PROJETO NACIONAL DE INCENTIVO A LEITURA, um jogo educativo pedagógico que foi criado pra ser trabalhado com os alunos de ensino fundamental. O objetivo principal é estimular e incentivar a leitura. Os professores poderão aplicar as atividades de perguntas e repostas de 50 títulos literários. Fazendo o uso da roleta numerada pra soma de pontuação e disputa de forma lúdica, estimulando também o desenvolvimento da escrita e do pensamento, da motricidade e da sociabilidade entre todos através de leitura.
O material que compõe o: PROJETO NACIONAL DE INCENTIVO A LEITURA, foi apresentado as equipes pedagógicas das escolas municipais e colaboradores dos Projetos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social onde os mesmo analisaram e concluíram que o material é de excelente qualidade, atendendo as expectativas buscadas por esses profissionais para realização de suas atividades.

2- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A obrigatoriedade de procedimentos licitatórios nas contratações de serviços e aquisição de bens feitos pela Administração tem o seu berço na Constituição Federal, transplantada para o Lei 8.666/93 permitindo esta, com base constitucional, a previsão da exceção de não licitar, abrangendo a licitação dispensada, licitação dispensável e a inexigibilidade de licitação.
Dessa forma, tem –se que além de outras situações a lei autoriza a contratação direta quando houver a inviabilidade de competição.
A formalização do processo de inexigibilidade de licitação está submetida ao Art 26 da Lei n° 8.666/93, assim redigido.
Art. 26 As dispensas previstas nas §§ 2° e 4° do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art 24 as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8 ° deverão ser comunicado dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.
O parágrafo único do mesmo artigo dispõe: parágrafo único: O processo de dispensa de licitação , de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:
I- Caracterização de situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa quando for o caso;
II- Razão da escolha do fornecedor executante;
III- Justificativa do preço;
IV- Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

4.0 - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor a ser pago a: "AQUISIÇÃO DE PROJETO DE INCENTIVO A LEITURA DE PERGUNTAS E RESPOSTAS" é no valor unitário de R$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais), totalizando R$ 5.200,00(Cinco Mil e duzentos reais), para a aquisição de 02 unidades, estando os mesmos de acordo com valores praticados no mercado, tendo a prefeitura dotação orçamentária capaz de garantir tal proposta.

5.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORGÃO: 06 Secretaria Municipal de Educação
UNIDADE: 008 Programa Dinheiro Direto na Escola
FUNÇÃO 12 Educação
SUB/FUNÇÃO 361 Ensino Fundamental
PROGRAMA 0006 Ensino regular de 1ª a 8º Série
PROJETO/ATIVIDADE 2076 Plano de Desenvolvimento Escolar
ELEMENTO 3390-30 Material de Consumo

Orgão: 08 Secretaria Mun de Gestão Social e Trabalho
Unidade: 003 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Sub- Função 244 Assistência Comunitária
Programa 0010 Programa de Gestão e Manutenção
Projeto Atividade 2009 Execução dos Programas proteção Social Básica
Elemento 3390-30 Material de consumo

6.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS
Assim, pelo acima exposto, remetemos nossa justificativa e demais documentos a Vossa Senhoria, para em sendo possível, autorizar a contratação direta através de inexigibilidade de licitação da empresa em questão, bem como tomar as demais medidas cabíveis, para que assim produza todos os seus efeitos previstos em Lei.

Cotriguaçu - MT, 01 de Outubro de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

AMANDA DA SILVA BRAGA
Presidente

ÍTALO JOSE SCOLARI CARARO
Secretário

LIGEANE ROCHA DOS SANTOS
Membro

Publicado por:
Elaine Castanha Bonavigo
Código Identificador:EF8F605A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 020-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 020-2014.
CONTRATO Nº. 003/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o**MUNICÍPIO DE DENISE-MT**e do outro o (a) Senhor (a)**ELANIA MARIA GOMES FERREIRA SILVA,**aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:3114ACB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 021-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 021-2014.
CONTRATO Nº. 005/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **IZABEL CARPANEZI,** aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:701F56CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 022-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 022-2014.
CONTRATO Nº. 006/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **JUSSARA DOS SANTOS,** aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:A8F4D108

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 023-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 023-2014.
CONTRATO Nº. 007/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o**MUNICÍPIO DE DENISE-MT**e do outro o (a) Senhor (a)**MARCREY DE ANDRADE ALBINO E SILVA,**aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:D444B7D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 024-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 024-2014.
CONTRATO Nº. 091/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **MARIA DA PENHA DE CASTRO,** aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:A3AD3D11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 025-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 025-2014.
CONTRATO Nº. 008/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o**MUNICÍPIO DE DENISE-MT**e do outro o (a) Senhor (a)**MARIA EDJANE DA SILVA SANTOS,**aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:9A44730F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 026-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 026-2014.
CONTRATO Nº. 010/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o**MUNICÍPIO DE DENISE-MT**e do outro o (a) Senhor (a)**MARIA GORETE ALMEIDA DA VISITAÇÃO MORAES,** aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:CF7C2A20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 027-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 027-2014.
CONTRATO Nº. 011/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **NATALICIA DE JESUS,** aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:0C9E3342

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 028-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 028-2014.
CONTRATO Nº. 013/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o**MUNICÍPIO DE DENISE-MT**e do outro o (a) Senhor (a)**ROSANA ALVES DUTRA DE OLIVEIRA**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:1B41D0E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 029-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 029-2014.
CONTRATO Nº. 015/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **SUELI ALVES BEZERRA**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:E992E2C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 030-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 030-2014.
CONTRATO Nº. 016/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **VANUSA APARECIDA NEVES CARDOSO**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:B3A5D1A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 031-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 031-2014.
CONTRATO Nº. 004/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **EMERSON GOMES FERREIRA**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:6CE35BE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 032-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 032-2014.
CONTRATO Nº. 009/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **MARILIA BRAATZ DE OLIVEIRA**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:1ED5D287

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 033-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 033-2014.
CONTRATO Nº. 012/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **OZANA RAMOS DA SILVA**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:2CB46B5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 034-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 034-2014.
CONTRATO Nº. 014/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **SÔNIA MARIA FOLTRAN**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:75EF1560

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 035-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 035-2014.
CONTRATO Nº. 056/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **MARIA JOSÉ DE ARAUJO**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:5CFE6B52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO 036-14

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 036-2014.
CONTRATO Nº. 075/2014-Rescisão de Contrato de execução de serviços que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE DENISE-MT** e do outro o (a) Senhor (a) **REGINA DO ROSARIO CABRAL**, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:6B90C4F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 149-14

DESIGNAR o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a) **RONE CARLOS DA GUIA 04072734179 (INOVE COMUNICAÇÃO E EVENTOS)**, Micro Empreendedor Individual, devidamente inscrita sob o CNPJ n.º **19.745.435/0001-93**, **Contrato: 038/2014, Objeto:** da presente contratação é a prestação de serviços na realização de uma palestra sobre geração de emprego renda para pequenos produtores rurais, para aproximadamente 300 (trezentas) pessoas, incluindo 01 (um) cerimonialista, 02 (dois) palestrantes, coffe-break, locação de som e microfones, datashow e telão, bem como locação do espaço físico para a realização do evento, o qual será realizado no dia 21/09/2014, entre o horário das 14:00 às 17:00 horas, Associação Banco da Terra – Associação Asprofértil, localizada na zona rural do município de Denise/MT.

ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO.
Fiscal Titular

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:C9DD4DD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 150-14

PORTARIA Nº. 150/2014.
EMENTA: CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, À SERVIDORA "ZÉLIA GAMA DOS SANTOS",**lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo a função de**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.**

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:02FA44E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 151-14

PORTARIA Nº. 151/2014.
EMENTA: CONCEDE LICENÇA SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL "**JOSE CARLOS SARMENTO DE MORAES**",contratado temporariamente no cargo de SERVIÇO BRAÇAL, lotado na Secretaria Municipal de OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS, por força do ATESTADO MÉDICO de 160 (cento e sessenta) dias, expedido pelo Dr. Francisco A. Canhoto - CRM-MT 2785, a partir da data de 30 de Setembro de 2014.

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:1D70BBA1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2014

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779.991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 070/2014**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ROCHA DURA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - ME,** inscrito no CNPJ sob nº 04.792.671/0001-93, com endereço na Rua Catarina da Costa, s/nº, Bairro Popino em Diamantino – MT, neste ato representada pelo Sr. Valdevino Teixeira Sena, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 082.498 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 177.995.111-68, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei n° 8.666/93** de 21/06/93 e suas alterações, **Lei 10.520** de 17 de julho de 2002, **Decreto N° 3.931** de 19 de setembro de 2001 e **Decreto 7892** de 23 de Janeiro de 2013 que regulamenta o SPR e **Decreto Municipal nº 018/2012** e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE PONTES EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	PREÇO. UNIT	PREÇO. TOTAL
01	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE PRANCHÃO DE ASSOALHO EM PONTE DE MADEIRA	M²	208	84,00	17.472,00
02	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE PRANCHÃO DE RODEIRO EM PONTE DE MADEIRA	M²	40,8	84,00	3.427,20
				TOTAL:	**20.899,20**
Valor total da proposta: **R$ 20.899,20** (vinte mil oitocentos e noventa e nove reais e vinte centavos).					

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de **Pregão Presencial nº. 070/2014 - SRP**.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os serviços deverão ser realizados exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos serviços.

Parágrafo Primeiro - Os serviços contratados deverão ser realizados na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho.**

Parágrafo Segundo - O prazo de realização dos serviços serão de **90 (Noventa) dias**, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:
I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Engenharia, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - comunicar antecipadamente a data e horário da realização dos serviços, não sendo aceitos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Engenharia, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Engenharia, no tocante a realização dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena realização dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente ao Setor de Engenharia qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das realização dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Engenharia;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os serviços realizados pela mesma, no prazo de **24 horas**, caso constatadas divergências nas especificações.
XII - emitir relatório mensal dos serviços realizados e realizados no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:
I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Engenharia;
II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Engenharia não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:
I. Indicar os locais e horários em que deverão ser realizados os serviços.
II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada na realização serviços;
IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Engenharia promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Medição, com o respectivo comprovante de que os serviços foram realizados a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Engenharia, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Engenharia, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Engenharia convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Engenharia desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;
b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;
c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos serviços a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE ENGENHARIA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;
II) Multa
III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;
IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos serviços.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na realização dos serviços por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.
Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;
b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;
c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos serviços ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 070/2014** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

DIAMANTINO-MT, 30 de setembro de 2014.

Município de Diamantino
JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal
Contratante

Rocha Dura Construções e Reformas LTDA - ME
SR. VALDEVINO TEIXEIRA SENA
Contratada

TESTEMUNHAS:

LEANDRO APARECIDO BATALHA BICHO
RG: 105.816-93 SSP/MT
CPF: 559.445.971-04

LAURO JOSNEY CORREA
RG: 1099500-5 SJ/MT
CPF: 693.215.071-91

Publicado por:
Sandra Berenice Wagner da Silva
Código Identificador:252D46C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO PRESENCIAL 078/2014

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **14/10/2014** ***às 13*****h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por lote", cujo objetivo é: **Registro de preço para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 02 de Outubro de 2014.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:B16D2E44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO PRESENCIAL 079/2014

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **14/10/2014** ***às*** **08h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por Lote", cujo objetivo é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS, PROTETORES E SERVIÇOS DE ALINHAMENTOS E BALANCEAMENTOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 02 de Outubro de 2014.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:5D68D3EF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DECRETO

DECRETO Nº 066/2014 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:0B09A972

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DECRETO

DECRETO N.º 068/2014 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

INSTITUI VALOR POR METRO QUADRADO DOS IMÓVEIS DO DISTRITO INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:11C483CB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DECRETO

DECRETO N. º 069/2014 DE 17 DE SETEMRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE DESCONTO DE 20% (VINTE POR CENTO) NO PAGAMENTO DE IPTU EXERCÍCIO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:3DBDED51

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DECRETO

DECRETO N. º 070/2014 DE 17 DE SETEMRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:18CA781A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DECRETO

DECRETO N.º 071 /2014 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE DIRETORA DE COMUNICAÇÃO A SENHORA JOSI PEGORARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:85375A85

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2014

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 24 de setembro de 2014, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041/2014, tendo como objeto **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTIRLIZADOS NA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS URBANAS, RURAIS, INDÍGENAS, CRECHE E EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa: MACHADO & ITADMIK LTDA - ME, foi vencedora do lote 01 no valor de R$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais; lote 02 no valor de R$ 101.900,00 (cento e um mil novecentos reais), e lote 03 no valor de R$ 408.000,00 (Quatrocentos e oito mil reais).

Publicado por:
Marcos Pagno
Código Identificador:0B1FAF17

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO N°003/2014

Na Publicação De Prorrogação de Licitação do Credenciamento n°003/2014, realizada no Jornal Oficial dos Municípios do dia 01/10/2014, edição n°2070, pag. 68, **ONDE SE LÊ:** "Prorrogado para o dia 01/10/2014 a 10/10/2014", **LEIA – SE**: "Prorrogado até o dia 10/10/2014".

Figueirópolis D'Oeste – MT, 01 de Outubro de 2014

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vanessa Resende de Oliveira
Código Identificador:4ACAF5CA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 706/2014 DE 30/09/2014

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO FORMULADO PELO SERVIDOR REINALDO HEVERTON FERRAZ DE OLIVEIRA,MEMORANDO SOB O Nº 089 DATADO DE 22/09/2014.

RESOLVE:

ARTIGO1° - EXONERAR, a pedido, do cargo comissionado de Coordenador de Educação, constante do quadro de pessoal deste Município, o Senhor **Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira,** matricula funcional nº4469, brasileiro, portador do RG Nº 12527114 SSP/MT e do CPF Nº 978.209.031-04, do cargo de **COORDENADOR DE EDUCAÇÃO**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (Trinta) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/09/2014.
NP 940/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:35817536

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 064/2014

CONTRATO Nº 064/2014
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - farmácia básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela prefeitura municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais. Ata de registro de preço e Proposta do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013,** que fica fazendo parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição
DATA: 20/02/2014
CONTRATADA: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR: R$ 16.116,40

Guarantã do Norte, 25 de Fevereiro de 2014.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luis Gustavo Zandarim Soares
Código Identificador:77EB9CE8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DEMITIDOS ESTAGIARIOS SETEMBRO 2014

DEMONSTRATIVO ANALITICO DAS OCORRÊNCIAS – RESCISÕES. SETEMBRO/2014 – ESTAGIARIOS

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
ADRIANA VIEIRA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ALDENES DE SOUZA SANTOS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ALINE PINHEIRO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ALINE TATIANE BRAGA DE OLIVEIRA VANNI	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ALINE VIVIANE DE BRITO SALERMO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ALISSON RENA PEREIRA DAMAS	ESTAGIARIO	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ANA ALINE FERREIRA NUNES	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ANA PAULA DOS SANTOS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ANDERSON FARIA GUARANHA	ESTAGIARIO	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ANDRESSA RODRIGUES MARTINS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
APARECIDA FRAZAO SILVA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
CARLA PRISCILA MORATELLI DUARTE	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
CAROLINA SANANDA RODRIGUES	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
CINTHIA DO CARMO SCARPARI	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
CLAIR SCHMITZ	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
CLEVERTON ANTONIO SCHUMACHER	ESTAGIARIO	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
DAIANE APARECIDA LOURENÇÃO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
DAIANE DE OLIVEIRA FURTADO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
DAIANE GONÇALVES DOS REIS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
DANIEL FERREIRA DE ARAUJO	ESTAGIARIO	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
DANIELA CAROLINE GOULART CONSTANTINO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
DAYANE MICHELE MATOS CASTILHO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
DEUSINETE SOUSA DE ARAUJO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
EDUARDA MORGANA PEREIRA BARRETO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
EDUARDA REBEQUI DO COUTO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ELAINE CONCEIÇÃO PEREIRA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ELAINE RODRIGUES PINTO RIBEIRO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ELIANE BASTOS CAVALLI	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ELIANE DE SOUZA MACIEL	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ELIANE FERNADES DOS SANTOS	ESTAGIARIA	01/09/2014	TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO
ELIANE MARTINS CUNHA CIARA SOTO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ELISANGELA DIAS CAVALHEIRO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
EVANILDA RODRIGUES NOVAIS VAZ	ESTAGIARIA	01/09/2014	TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO
FABIANA ROCHA DE SOUZA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
FERNANDA CIPRIANO DO CARMO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
FERNANDA DOMINSCHEK HARTMANN	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
FLAVIA APARECIDA LEMES DA SILVA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
FRANCIELE RICKEN LEWIEN	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
GEANE LUCIA SILVA SAMPAIO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

HELIDA RODRIGUES DE SOUZA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
JANAINA COSTA ARCEBISPO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
JAQUELINE DA SILVA VIDAL	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
JEANI LUCIA ENZWELLER BARTH	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
JESSICA WALDAMERI	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
JONES MARTINS CAVALCANTE	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
JOSINEIA CORREIRA MARINS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
JUCELENE ALVES ARRAIS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
KATHUCY ANDRESSA AMERICO NEVES	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
KATIA KARINE SANTANA PARENTE	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
KEITY GRACIELLY NEVES DE OLIVEIRA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
KEZE CONSUELO DA SILVA SUNIGA	ESTAGIARIA	01/09/2014	PEDIDO DE DEMISSAO SEM JUSTA CAUSA
LARISSA FERNANDA DI GIULIO SALOMAO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
LARIZA KUNH	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
LUANA SCANDOLARA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
LUCIANE MOSMANN EING	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
LUCIENE GOMES BATISTA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
MAICON DOUGLAS MACHADO DA SILVA	ESTAGIARIO	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
MARIA DE FATIMA VIANA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
MARIA NEUSA ALVES DE SOUZA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
MARIA ROSA GOMES	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
MARILENE GREFF	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
MARLEI VIDARENKO RIBEIRO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
MAYARA DAIANE GARBONATO CASSOL	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
MIRIAN DA SILVA MELLO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
PATRICIA DA SILVA ELIAS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
PEDRO VALDECI DE SOUZA FILHO	ESTAGIARIO	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
PRISCILA GODOI	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
RAFAELA DA SILVA BENTO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
RAFAELA REGINA DE MORAES	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
RAVELLI SOUSA DOS SANTOS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
RUBIA ELIANE PELISON	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
SANDRA PEREIRA DO NASCIMENTO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
SHEYLA BARBOSA GOMES	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
SIMONE DE FATIMA DO NASCIMENTO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
SIMONI DE CARVALHO CUSTODIO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
TAMARA MATINS DOS SANTOS	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
THAISA RAFAELA ROMITTI	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
VALERIA MARIA DA SILVA	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
WANDA MARA DOCIATI	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
WELLINGTON CRISTOFFER LEWIN	ESTAGIARIO	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
ZAINNI MICHENKO	ESTAGIARIA	30/09/2014	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

Publicado por:
Clara Angélica de Andrade Santos
Código Identificador:91B1B3CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESUMO DE CONTRATO DE PROFESSORES - SETEMBRO/2014

OBJETIVO: Contratação temporária por excepcional interesse Público, Teste seletivo simplificado 002/2013 – Lei Complementar nº 187/2011 e Lei Complementar nº 214/2013 - (PROFESSOR)

Nº CONTRATO	NOME	CARGO
237/2014	LEANDRA TRINDADE DE ALMEIDA	Professor 20 H. Nível Sup. Nas áreas da Educação Vigência: 24/09/2014 à 31/12/2014 Valor mensal: 1.273,16 Carga horária: 20 h.

Publicado por:
Clara Angélica de Andrade Santos
Código Identificador:F81F19A0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESUMO DE CONTRATO – ESTAGIÁRIO – SETEMBRO/ 2014

Nº CONTRATO	NOME	OBJETIVO	VALOR	VIGENCIA	CH.
235/2014	MIRIAN DA SILVA MELLO	O contratado desempenha suas funções na condição de aprendiz e de auxiliar nas tarefas correlatas à sua formação universitária.	R$ 724,00	10/09/2014 A 31/12/2014	30 H.
236/2014	MARIA ROSA GOMES	O contratado desempenha suas funções na condição de aprendiz e de auxiliar nas tarefas correlatas à sua formação universitária.	R$ 724,00	23/09/2014 A 31/12/2014	30 H

Publicado por:
Clara Angélica de Andrade Santos
Código Identificador:3211456C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. SETEMBRO/2014 – TESTE SELETIVO 002/2013

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
REGINA BACHEGA DE OLIVEIRA	PROF. 20 H. NIVEL SUP. GRAD. AREAS DA EDUCAÇÃO	08/09/2014	PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

Publicado por:
Clara Angélica de Andrade Santos
Código Identificador:B767B368

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. SETEMBRO/2014 – TESTE SELETIVO 001/2014

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
SATUM PANARA	APOIO EDUCACIONAL INDIGENA	30/09/2014	MORTE

Publicado por:
Clara Angélica de Andrade Santos
Código Identificador:7BFEECCD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 686/2014 DE 15/09/2014

"REVOGA A PORTARIADE AFASTAMENTO DE CARGO EFETIVO N.º 659/2014 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃDONORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGAR a Portaria n.º 659/2014 de 01 de Setembro de 2014, que concede afastamento de cargo efetivo não remunerado por um período de 02 (dois) anos a **Agente de Apoio Educacional**

Infantil, a Sr.ª**Ana Cristina Tondo,** portadora do RG nº. 1.019.783-728-8 SSP/MT e do CPF nº. 033.944.891-12,residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 15 (Quinze)dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em15/09/2014.
NP 916/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:64F014A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 687/2014 DE 17/09/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO1º – CONCEDER FÉRIAS, as servidoras abaixo relacionadas.

SERVIDORA:	**ELISANGELA DE FATIMA CAMARGO**
CARGO:	**ENFERMEIRA**
Períodode:	**17/09/2014 Á 26/09/2014 (10 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

SERVIDORA:	**CAMILA MARIA SCHINAIDER**
CARGO:	**CHEFE DE DIVISÃO DE CONTABILIDADE**
Períodode:	**17/09/2014 A 06/10/2014 (20 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos17(Dezessete) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em17/09/2014.
NP 917/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:8108B51B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 688/2014 DE 18/09/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear,a senhora **SIMONY FERNANDA FONTANA PALENSCHI**, portadora do RG nº 1609981-8 SSP/MT e do CPF n° 016.236.381-86**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de**SECRETÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogados as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 109/2014 de 20 de Janeiro de 2014.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 18(Dezoito) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 18/09/2014.
NP 918/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:69CEAAD7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 689/2014 DE 18/09/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS INDÍGINAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear,a senhora **CHYSTHYANELLE ANDRESA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA**, portadora do RG nº 1269790-7 SSP/MT e do CPF n° 001.472.881-85**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de**SECRETÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS INDÍGINAS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 18(Dezoito) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 18/09/2014.
NP 919/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:261E2518

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 690/2014 DE 19/09/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**SANDRA SANDRI POLETTO**
CARGO:	**PROFESSORA**
Períodode:	**19/09/2014 Á 17/12/2014 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2001/2006**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 19 (Dezenove) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/09/2014.
NP 921/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:9473FB3F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 691/2014 DE 22/09/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**MARIA DOS ANJOS DA SILVA**
CARGO:	**AGENTE DO COMBATE AS ENDEMIAS**
Períodode:	**20/09/2014 Á 19/10/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

ARTIGO2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/09/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22(Vinte e Dois) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/09/2014.
NP 922/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:CF32D96F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 692/2014 DE 22/09/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO1º – CONCEDER FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**DANIEL DOS SANTOS VENANCIO**
CARGO:	**AGENTE DO COMBATE AS ENDEMIAS**
Períodode:	**22/09/2014 Á 01/10/2014 (10 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2013/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22(Vinte e Dois) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/09/2014.
NP 923/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:B196D8C3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 693/2014 DE 22/09/2014

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO Á CRIANÇA E ADOLECENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO FORMULADO PELA SERVIDORA IVANILDE DE OLIVEIRA DANASSÃO,PROTOCOLADO SOB O Nº 10185 DATADO DE 19/09/2014.

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR, a pedido, do cargo comissionado de Chefe de divisão de Atendimento Administrativo á Criança e Adolescente, constante do quadro de pessoal deste Município, a Senhora **Ivanilde de Oliveira Danassão,** matricula funcional nº 4222, brasileira, portadora do RG Nº 1213525-9SSP/MT e do CPF Nº 019.371.721-20, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE**

ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO Á CRIANÇA E ADOLESCENTE, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/09/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (Vinte e dois) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/09/2014.
NP 925/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:C952B8B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 694/2014 DE 22/09/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**JACKQUELINE SAMANIEGO MIOTO**
CARGO:	**NUTRICIONISTA**
Períodode:	**19/09/2014 Á 28/09/2014 (10 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2011/2012**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/09/2014, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos22 (Vinte e Dois) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/09/2014.
NP 926/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:2295EF6D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 695/2014 DE 22/09/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**JANDIRA MARIA TODESCATTO**
CARGO:	**RECEPCIONISTA**
Períodode:	**22/09/2014 Á 21/10/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2011/2012**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (Vinte e Dois) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/09/2014.
NP 927/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:55BD50C0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 696/2014 DE 22/09/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**MARIA DALVA JARDIM PISSINELLI**
CARGO:	**PROFESSORA**
Períodode:	**22/09/2014 Á 20/12/2014 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2002/2007**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (Vinte e Dois)dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/09/2014.
NP 928/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:CBE0A418

GABINETE DO PREFEITO
086- EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2013

I.A Prefeitura do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o **Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013** realizado no dia **22/12/2013**, **CONVOCA** pelo presente

edital a candidata aprovada para o preenchimento da vaga abaixo relacionada:

PROFESSORA NÍVEL SUPERIOR –PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

Nº INSC	NOME	Classificação
048	Leandra Trindade de Almeida	23º

II.A candidata convocada terá um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar de **22/09/2014**, para tomar posse no referido cargo conforme edital. A candidata deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

- **Cópias legíveis autenticadas ou acompanhadas de originais**:
a- Carteira de Identidade;
b- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c- Título Eleitoral e Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
d- Certificado de Reservista das Forças Armadas, quanto for o caso.

Originais:
a- Atestado de aptidão física e mental para o cargo, assinado por junta médica oficial do município, no qual deverá constar se o candidato possui condições de exercício do cargo para o qual foi aprovado;
b- Duas fotos 3x4 recentes;
c- Declaração de que não exerce função pública ou que a acumulação é permitida pela Constituição Federal;
d- Certidão Negativa do Cartório Distribuidor ou Cartório Criminal do Município onde reside.

Guarantã do Norte/MT, 22 de Setembro de 2014.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do paço Municipal Publicada no site da Prefeitura Municipal e no Jornal Oficial do Município AMM, em 22/09/2014.
NP nº929/2014

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:09B9B271

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 697/2014 DE 23/09/2014.

PORTARIA Nº 697/2014 de 23/09/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**CRISTIANE PATRÍCIA LENS**
CARGO:	**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**
Períodode:	**23/09/2014 Á 22/10/2014 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2011/2012**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (Vinte e Três) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/09/2014.
NP 930/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:446690CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 698/2014 DE 23/09/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**MIRIAN JUDITH MATTEI FORNARI**
CARGO:	**PROFESSORA**
Períodode:	**23/09/2014 Á 21/12/2014 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2000/2005**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (Vinte e Três) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/09/2014.
NP 931/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:83D4EE36

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 699/2014 DE 24/09/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO A CRIANÇA E ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear, a senhora **MARIA JOSE FELIX DA COSTA**, portadora do RG nº 995.855 SSP/MT e do CPF n° 627.619.781-53**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO A CRIANÇA E**

ADOLESCENTE, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e Quatro) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 24/09/2014.
NP 932/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:4F439AAD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 700/2014 DE 24/09/2014.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO 1º – CONCEDER FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**NORIVAL BATISTA DOS SANTOS**
CARGO:	**CONTROLADOR GERAL**
Períodode:	**24/09/2014 Á 03/10/2014 (10 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2012/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e Quatro) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 24/09/2014.
NP 933/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:F53A50B8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 702/2014 DE 24/09/2014

"REVOGA A PORTARIA DE AFASTAMENTO DE CARGO EFETIVO N.º 620/2012 DE 21 DE AGOSTO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - REVOGAR a Portaria n.º 620/2012 de 21 de Agosto de 2012, que concede afastamento de cargo efetivo não remunerado por um período de 02 (dois) anos a **Agente Administrativo Escolar, a** Sr.ª **Adriana Ribeiro Zulli,** portadora do RG nº. 1828476-0 SSP/MT e do CPF nº. 016.799.331-32, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e Quatro) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 24/09/2014.
NP 935/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:F62B9D72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 703/2014 DE 24/09/2014

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO FORMULADO PELA SERVIDORA ADRIANA RIBEIRO ZULLI,PROTOCOLADO SOB O Nº10347 DATADO DE 24/09/2014.

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Fica exonerada, a pedido, da função efetiva de Agente Administrativo Escolar, constante do quadro de pessoal deste Município, a senhora **ADRIANA RIBEIRO ZULLI** matricula funcional nº2502, brasileira, portadora do RG Nº 1828476-0 SSP/MT e do CPF Nº 016.799.331-32, admitido na forma do Inciso II, art. 37 da Constituição Federal enomeada em caráter efetivo para o cargo de **AGENTE ADMINISTRTIVO ESCOLAR**, através da Portaria NCº 039/2007 de 02 de Abril de 2007.
ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e Quatro) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 24/09/2014.

NP 936/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:6E2BC229

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 704/2014 DE 29/09/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**MARIA DO CARMO FERNANDER E SILVA**
CARGO:	**ASSISTENTE SOCIAL**
Período de:	**29/09/2014 A 27/12/2014 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**2008/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 29 (Vinte e Nove) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 29/09/2014.
NP 938/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:5AB0FC35

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 705/2014 DE 30/09/2014.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,
RESOLVE:
ARTIGO1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**BENEDITO ANTONIO DE SOUZA**
CARGO:	**CARPINTEIRO**
Período de:	**30/09/2014 A 28/12/2014 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**1996/2001**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30(Trinta) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/09/2014.
NP 939/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:21E333B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 701/2014 DE 24/09/2014

"REVOGA A PORTARIA Nº 270/2014, DE 19/02/2104, E NOMEIA NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO O MEMORANDO Nº 395/2014, DE 22/07/2014, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E FINANÇAS, O QUAL SOLICITA QUE SEJA ALTERADA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA REFERIDA COMISSÃO;
CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE REORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, DECORRENTE DA EXCLUSÃO DE ALGUNS DE SEUS MEMBROS,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Fica Nomeada os novos membros da Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho dos Servidores Públicos Municipais em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, conforme segue:

ESPECIFICAÇÃO	NOME
Secretaria Municipal de Infra Estrutura	Josivaldo da Silva Ferreira Ladislau Guerreiro Campos Ricardo Rodrigues de Oliveira
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo.	Marcos Rogério Rocha Loren Renata I. Furtado Marcos Aurelio Hartmann
Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças	Donizete de Souza Dolce Marlete Aparecida Antonio Renata Borges Eckhardt de Oliveira
Gabinete da Prefeita	Sandra Regina Lopes Benedito Antonio de Souza Sandra Martins
Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional	Marlu Machado do Couto Clara Angélica de Andrade Santos Antonio Aécio Lemes Dourado
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Regina Lisboa de Souza Simone Maciel Alencar Izabel da Costa
USF I – 13 de Maio	Regiane do Amaral Marques Pereira Margarida Borgert Isabel Cristina Lavratti
USF II – Cidade Nova	Wilson Koiti Tashima Edilaine de Almeida Santos Isabel Cristina Lavratti
USF III – Centro	Adriana Aparecida da Silva Gonçalves Carmen Regina Zadona Laydner Isabel Cristina Lavratti
USF IV – Santa Maria	Mariana Chiste LibânioZamdarin Rossi Leandra Andrade de Oliveira Isabel Cristina Lavratti
USF V – Aeroporto	Elisangela de Fátima Camargo Thiago Machado Pereira Isabel Cristina Lavratti
USF VI – Cotrel	Liliane Schuh Azelinda Motter Nichelle Isabel Cristina Lavratti
USF VII – São Cristóvão	Márcia de Fatima Budtinger Melo Elias César da Silva

	Isabel Cristina Lavratti
USF VIII – Jardim Araguaia	Maria Alice Laguna Garcia Viviane Luaxen Isabel Cristina Lavratti
USF - Rural	Willian José Lorenzetti Vieira Cristiane do Nascimento Teixeira Isabel Cristina Lavratti
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial	Katia de Paula Avelino Maria do Carmo Fernandes e Silva Isabel Cristina Lavratti
Centro de Saúde Centro de Reabilitação Laboratório de Análises Clínica Vigilância em Saúde Secretaria Municipal de Saúde CEO –Centro de Especialidades Odontológicas	Juliana Souza Antunes da Silva Angela Maria de Macedo Isabel Cristina Lavratti
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Deporto	Cleonice Terezinha SroczynskiZacchi Diane Tonon Caovilla Valcimar José Fuzinato
Escola Municipal Beija Flor	Mirian Judith Mattei Fornari Denise de Fátima Pastório Terezinha Lindacir Perin Bussolaro
Escola Municipal Estrelinha do Norte	Maria Dalva Jardim Pissinelli Derli Gabardo Bussolaro Kátia Brambilla
Escola Municipal Darcy Ribeiro	Romi WazlawickSchingel Elza Alves Ferreira Nascimento Flavio Alfredo Kock
Escola Municipal Sueli Olmira Pereira	Omar Passos Amorin Lilian Mara Berto Juliana Rodrigues
Escola Municipal 13 de Maio	Ivanete Rosa da Luz Margarete Gomes Batista DanielaDefenfi
Escola Municipal Santa Marta	AstorKlement Maria Eudenilde David dos Santos Marlene Cogo da Silva
Escola Municipal Novo Horizonte	Lucidio Luiz Garbinato Diane TononCaovilla Valcimar José Fuzinato
Escola Municipal Sol Nascente	Lucídio Luiz Garbianto Roseni Viana Santana Valcimar José Fuzinato
Creche Municipal Arco-Iris	MarleteMoeller Jacira Nunes Aguilhares Valcimar José Fuzinato
Creche Municipal Gente Miúda	Roseli Pereira de Oliveira Marinalva Elias Borges Valcimer José Fuzinatto
Creche Municipal Tia Teté	Josieli Sutil Ritter Ana Cristina Tondo Valcimar José Fuzinato
Representante da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças - SCF	Renata Borges Eckhardt de Oliveira
Hospital Municipal	Viviane de Julio Faria Isabel Cristina Lavratti Graciela Gubert

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 270/2014 de 19/02/2014.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e Quatro) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria Afixada no Mural do Paço Municipal e Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 24/09/2014.
NP 934/2014.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:AFCA45A3

PREVIGUAR
PORTARIA Nº 32/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sra. Elsa Chozempa."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIGUAR – dos Servidores Públicos do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "a" e parágrafo 3º da Lei n.º 260, de 30 de abril de 1999, que rege a previdência municipal; Lei n.º 187 de 09 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Guarantã do Norte; com posterior reajuste dado pela Lei n.º 200 de 12 de abril de 2012, que fixa o Novo Piso Salarial dos Profissionais da Educação Básica do Município de Guarantã do Norte/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, à **Sra. Elsa Chozempa**, brasileira, portadora do RG n.º 628.551 SSP/PR e do CPF n.º 344.566.861-20, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Professora, Nível "07", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o n.º 129, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVIGUAR**, n.º **2014.04.00078P**, a partir de 01 de outubro de 2014, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

Guarantã do Norte/MT, 01 de outubro de 2014.

ROSINHA FIN
Diretora Executiva do PREVIGUAR

Homologo:

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lourdes Bussolaro
Código Identificador:B480F0A4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 056, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do Concurso Público nº 001/2012 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais previstas na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Edital do Concurso Público nº 001/2012, publicado na Imprensa Oficial em 14 de junho de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de validade do Concurso Público originário do Edital nº 001/2012 pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir de 03 de outubro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir da data fixada pelo artigo anterior.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, 01 de outubro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:EED165EB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE 2014 -

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Setembro /2013 a Agosto/2014 - Consolidado		
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.899.007,06	
Pessoal Ativo	6.899.007,06	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.899.007,06	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		6.899.007,06
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		16.419.645,49
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		42,02
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00 %		
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 0,00 %		
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA		

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadrimestral - 01/2014 à 08/2014

LRF, Art 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	30.000,00	11.130,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	30.000,00	11.130,00	0,00	0,00
Interna	30.000,00	11.130,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	837.740,63	1.914.799,92	1.940.653,03	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.926.547,76	2.032.202,06	2.014.155,11	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.088.807,13	117.402,14	73.502,08	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-807.740,63	-1.903.669,92	-1.940.653,03	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.326.752,40	15.988.433,07	16.419.645,49	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,23	0,07	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-6,06	-11,91	-11,82	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	30.000,00	11.130,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	30.000,00	11.130,00	0,00	0,00
Previdênciárias	30.000,00	11.130,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	2.237,44	63.570,56	6.052,22	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	189.769,16	9.334,50	7.334,50	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Agosto de 2014

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.326.752,40	5.675.348,53	10.735.154,09	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				
Fonte: MUNICÍPIO DE ITANHANGA				
Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.				

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Segundo Quadrimestre - Maio à Agosto de 2014		
RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre(a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00

Antecipação da Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.735.154,00	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%
Fonte: MUNICÍPIO DE ITANHANGA		
Nota: ¹ Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da		
legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.		

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2014

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V — R$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	2.014.155,11	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	86.888,80
Caixa	0,00	Depósitos	6.052,22
Bancos	2.014.155,11	Restos a Pagar Processados	73.502,08
Conta Movimento	335.094,76	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	1.679.060,35	De Exercícios Anteriores	73.502,08
Aplicações Financeiras	0,00	RP não Processados de Exercícios Anteriores	7.334,50
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Débitos de Tesouraria	0,00
Créditos Intragovernamentais	0,00	Contas Pendentes	0,00
Devedores Diversos	0,00		
Aplicações Financeiras Médio e Longo Prazo	0,00		
Depósitos Judiciais	0,00		
Créditos Intergovernamentais	0,00		
Contas Pendentes	0,00		
SUBTOTAL	2.014.155,11	SUBTOTAL	86.888,80
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	1.927.266,31
TOTAL	2.014.155,11	TOTAL	2.014.155,11
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			1.927.266,31

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
	-	RP não Processados de Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Encargos Sociais a Recolher	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
	-	Precatórios a Pagar	0,00
	-	Débitos Diversos a Pagar	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro à Agosto / 2014

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "b" - Anexo VI — R$ 1,00

ORGAO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
CAMARA MUNICIPAL DE ITANHANGA	0,00	10.281,57	0,00	33.248,20	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	63.678,30	0,00	6.142,82	0,00
SECRETARIA MUN. AGRIC. INDUS. COM. E MEIO AMBIENTE	0,00	12.707,11	0,00	54,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE TRASNP. OBRAS E SERV. PUBLICOS	5.000,00	160.944,18	0,00	113.799,88	0,00
SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO	44.573,63	65.704,52	0,00	12.848,89	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	8.910,00	59.395,85	0,00	91.506,79	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	14.496,95	373.213,30	7.300,00	119.499,88	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO	0,00	906,32	0,00	937,51	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	0,00	84.339,91	0,00	198.768,96	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO	10.641,80	343.454,33	34,50	430.068,93	0,00
TOTAL	83.622,38	1.174.625,39	7.334,50	1.006.875,86	0,00
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)					1.927.266,31

FONTE	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
000-Fonte não Cadastrada	10.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00
000-Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	14.883,75	333.912,38	34,50	441.112,27	0,00
000-Recursos Ordinários	13.925,90	476.903,82	0,00	514.257,46	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Ass	44.557,73	5.644,33	0,00	4.448,33	0,00
000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	0,00	182.945,89	0,00	47.057,80	0,00
000-Transferencias de Convenios - Educacao	0,00	0,00	7.300,00	0,00	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao em outras de	0,00	41.776,23	0,00	0,00	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remunerac	0,00	133.442,74	0,00	0,00	0,00
TOTAL	83.622,38	1.174.625,39	7.334,50	1.006.875,86	0,00
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)					1.927.266,31

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATE O 2 QUADRIMESTRE DE 2014

LRF, art. 48 - ANEXO VII — R$ 1,00

DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-1.940.653,03	-11,82 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
OPERACOES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)		1.927.266,31
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA		

Publicado por:
Renata Tereza Zini
Código Identificador:5B3D1DD3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PREÇO – MÊS DE SETEMBRO DE 2014

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que efetuou o Registro de Preços na Ata R. P. n°. 027/2014 na data de 18 de Setembro de 2014, com a empresa **AGRIMAQ - MANUTENÇÃO EM MÁQUINAS E USINAGEM INDUSTRIAL LTDA - ME**, conforme decisão alcançada no Pregão Presencial n°. 025/2014, para ***futura e eventual prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, torno e solda e lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes á Frota do Município de Itanhangá-MT.*** No valor total de **R$ 475.000,00** (quatrocentos e setenta e cinco mil reis). A vigência da mesma será contada a partir da assinatura até 12 (doze) meses.

Itanhangá-MT, 18 de Setembro de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:E3BF39F0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PREÇO – MÊS DE SETEMBRO DE 2014

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que efetuou o Registro de Preços na Ata R. P. n°. 028/2014 na data de 18 de Setembro de 2014, com a empresa **ALTAIR DA CRUZ BATISTA - ME**, conforme decisão alcançada no Pregão Presencial n°. 025/2014, para ***futura e eventual prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, torno e solda e lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes á Frota do Município de Itanhangá-MT.*** No valor total de **R$ 209.000,00** (Duzentos e nove mil reais). A vigência da mesma será contada a partir da assinatura até 12 (doze) meses.

Itanhangá-MT, 18 de Setembro de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:92A9E64E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PREÇO – MÊS DE SETEMBRO DE 2014

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que efetuou o Registro de Preços na Ata R. P. n°. 029/2014 na data de 18 de Setembro de 2014, com a empresa **DALMAR DA SILVA BRAGA E CIA LTDA - ME**, conforme decisão alcançada no Pregão Presencial n°. 025/2014, para ***futura e eventual prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, torno e solda e lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes á Frota do Município de Itanhangá-MT.*** No valor total de **R$ 270.000,00** (duzentos e setenta mil reais). A vigência da mesma será contada a partir da assinatura até 12 (doze) meses.

Itanhangá/MT 18 de Setembro de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:32896E71

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PREÇO – MÊS DE SETEMBRO DE 2014

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que efetuou o Registro de Preços na Ata R. P. n°. 030/2014 na data de 18 de Setembro de 2014, com a empresa **LUIZ FERNANDES AMARAL - ME**, conforme decisão alcançada no Pregão Presencial n°. 025/2014, para ***futura e eventual prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, torno e solda e lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes á Frota do Município de Itanhangá-Mt.*** No valor total de **R$ 174.000,00** (cento e setenta e quatro mil reais)**.** A vigência da mesma será contada a partir da assinatura até 12 (doze) meses.

Itanhangá/MT 18 de Setembro de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:0CF76787

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PREÇO – MÊS DE SETEMBRO DE 2014

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que efetuou o Registro de Preços na Ata R. P. n°. 031/2014 na data de 18 de Setembro de 2014, com a empresa **VALMIR TURCATO-ME**, conforme decisão alcançada no Pregão Presencial n°. 025/2014, para ***futura e eventual prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, torno e solda e lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes á Frota do Município de Itanhangá-Mt.*** No valor total de **R$ 217.000,00** (duzentos e dezessete mil reais). A vigência da mesma será contada a partir da assinatura até 12 (doze) meses.

Itanhangá/MT 18 de Setembro de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:AA242B67

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PREÇO – MÊS DE SETEMBRO DE 2014

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que efetuou o Registro de Preços na Ata R. P. n°. 032/2014 na data de 15 de Setembro de 2014, com a empresa **K3 COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES EIRELI-ME**, conforme decisão alcançada no Pregão Presencial n°. 027/2014, para ***futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de publicações oficiais no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal de grande circulação no Estado.*** No valor total de **R$ 147.000,00** (Cento e quarenta e sete mil reais). A vigência da mesma será contada a partir da assinatura até 17 de Agosto 2015.

Itanhangá/MT, 15 de Setembro de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:A22D4438

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PREÇO – MÊS DE SETEMBRO DE 2014

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que efetuou o Registro de Preços na Ata R. P. n°. 033/2014 na data de 23 de Setembro de 2014, com a empresa **JACIGRAN – INDÚSTRIA GRÁFICA E COMÉCIO – LTDA-EPP**, conforme decisão alcançada no Pregão Presencial n°. 026/2014, para ***futura e eventual contratação de empresa especializada para confecção de material gráfico e comunicação visual.*** No valor total de **R$ 172.829,00** (Cento e setenta e dois mil oitocentos e vinte e nove reais). A vigência da mesma será contada a partir da assinatura até 12 (doze) meses.

Itanhangá/MT 23 de Setembro de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:973A9039

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO – MÊS DE SETEMBRO DE 2014

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato 015/2014 firmado entre o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ** e a empresa **CONSTRUTORA NOVA GERAÇÃO LTDA - ME, Objeto:** O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de valor de **R$ 55.350,57** (cinqüenta e cinco mil trezentos e cinqüenta reais e cinqüenta e sete centavos e prorrogação da vigência para **28/11/2014.**
Assinatura: 24 de Setembro de 2014

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:F2943C16

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

GABINETE DO PREFEITO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 009.2404/2014

REQTE: ADMINISTRAÇÃO GERAL
REQDAS: CELINA FERREIRA DE OLIVEIRA.
SEBASTIANA PAULINO ALVINO. (Adv. Marcello Mark de Freitas. OAB/MT nº 15.143. Adv. Vinicius Lopes Raimundo. OAB/MT nº 15.696).

Intimação da Parte Requerida Sebastiana Paulino Alvino.

Ficam intimados os Senhores Advogados da Sra. Sebastiana Paulino Alvino a apresentarem instrumento de mandato no prazo de dois dias, prazo contado a partir do dia seguinte ao da publicação desta intimação.

Publicado por:
Maissa Almeida de Jesus
Código Identificador:BE8CB5E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 019/2014
Data assinatura: 11/09/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
Contratada: REVITALIZAR COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ nº 08.355.658/0001-28
Valor Global: R$ 1.411.756,00 (um milhão quatrocentos e onze mil setecentos e cinqüenta e seis reais);
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA.
Data da vigência: 12 meses
Pregão Presencial nº 026/2014

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:A4E5829E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 020/2014
Data assinatura: 15/09/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
Contratada: MONTEIRO MIRANDA & SANTOS LTDA – ME CNPJ Nº 13.504.680/0001-22
Valor Global: R$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais);
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO PRANCHA, QUANDO NECESSÁRIO O DESLOCAMENTO DE MÁQUINAS PESADAS PARA FRENTE DE TRABALHOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.
Data da vigência: 12 meses
Pregão Presencial nº 027/2014

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:AE796BA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 021/2014
Data assinatura: 16/09/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
Contratada: FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA – ME CNPJ nº 13.498.051/0001-37
Valor Global: R$ 33.891,60 (trinta e três mil oitocentos e noventa e um reais e sessenta centavos);
Contratada: J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA – ME CNPJ nº 11.073.488/0001-01
Valor Global: R$ 20.352,00 (vinte mil trezentos e cinqüenta e dois reais);
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
Data da vigência: 12 meses
Pregão Presencial nº 028/2014

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:FFFA1AB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 040/2014
Data assinatura: 18/09/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
Contratado: M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA CNPJ nº 07.811.058/0001-64
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO CAMINHÃO COM COMPACTADOR DE LIXO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Valor Global: R$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais).
Data da vigência: 12/03/2015
Pregão Presencial nº 010/2014

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:5A7CF354

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 041/2014
Data assinatura: 29/09/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
Contratado: DKSA - ENGENHARIA ARQUITETURA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA – ME CNPJ nº 10.197.620-0001-16
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT.
Valor Global: R$ 53.000,00 (cinqüenta e três mil reais).
Data da vigência: 31/12/2014
Convite nº 012/2014

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:6B6FE3BE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA 04_2014

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaciara – MT.
CONTRATADO: ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de Locação de Softwares de Gestão Pública de: Contabilidade Pública (Método de Partidas Dobradas) Folha de Pagamento Controle de Patrimônio Público, Compras e Licitações , Recursos Humanos.
VALOR: R$ 1.525,00 (um mil quinhentos e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA: 01/09/2014 à 31/12/2014.
FUNDAMENTO: Aplica-se a Lei n. 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores, o Decreto Federal n. 7.174/10 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

JANIO ATANÁSIO DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Menah Remberg
Código Identificador:88F294EA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara, com sede à Av. Antônio Ferreira Sobrinho, n.º 1.075, nesta cidade de Jaciara- MT, inscrita no CNPJ n.º 03.347.135/0001-16, através da Comissão de Licitação, torna público a Inexigência de Licitação nº. 005/2014 para "Contratação da empresa **LETÍCIA MARIA ANTONIO DE CARVALHO ME, CNPJ: 11.006.698/0001-79,** para organização e realização de Shows Artísticos Nacionais e Regionais e Locais durante a **11ª Temporada de Esportes Radicais em Jaciara/MT,** entre os dias 11 à 21 de outubro, sendo realizadas 06 apresentações de 01 hora e 40 minutos de duração cada com os seguintes artistas: **Banda Dona Nega**, **Banda Os Muchileiros, Ana Rafaela, Banda La Rica, Banda Suricato e Jean Acústico**, ao **valor global de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)"** sendo a empresa a representante exclusiva dos artistas mencionados, nos termos do Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

Jaciara-MT, 01/10/2014.

ELAINE APARECIDA DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Elaine Aparecida da Silva
Código Identificador:263D01E0

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO V

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Agosto 2014/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (a)	Em 30 Jun 2014 (b)	Em 31 Ago 2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.388.693,61	1.934.036,54	1.757.930,50
DEDUÇÕES (II)	14.215.353,20	5.380.865,31	5.515.584,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.244.790,90	5.530.885,24	5.588.205,63
Demais Haveres Financeiros	38.338,71	36.433,50	43.607,09
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-932.223,59	186.453,43	116.228,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	-11.826.659,59	-3.446.828,77	-3.757.653,52
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	-11.826.659,59	-3.446.828,77	-3.757.653,52
RESULTADO NOMINAL		PERIODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c-b)	JAN A AGO 2014 (c-a)
RESULTADO NOMINAL		-310.824,75	8.069.006,07
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			1.990.346,42
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIAÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013	Bimestre Anterior	JAN A AGO 2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	23.570.227,40	23.570.227,40	23.570.227,40
DEDUÇÕES (VIII)	12.019.406,18	13.653.648,36	13.714.954,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.019.406,18	13.653.648,36	13.714.954,44
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	11.550.821,22	9.916.579,04	9.855.272,96
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-X)	11.550.821,22	9.916.579,04	9.855.272,96

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:D8876687

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF ANEXO I

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO:Set/2013 a Ago/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS
	Set/2013 a Ago/2014
	LIQUIDADAS (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	32.874.877,21

Pessoal Ativo	29.177.999,03
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.696.878,18
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	5.620.446,73
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.923.568,55
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.696.878,18
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	27.254.430,48
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	27.254.430,48
DESPESA COM PESSOAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	54.731.184,21
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = IV / V * 100	49,80
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - <54%>	29.554.839,47
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - <51,3%>	28.077.097,50
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - <48,6%>	26.599.355,53
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:	
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;	
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, incritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64	

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:764C5B95

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF ANEXO II

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: JANEIRO A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.388.693,61	1.970.900,48	1.757.930,50	-
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	-
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	-
Interna	0,00	0,00	0,00	-
Externa	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	0,00	0,00	0,00	-
Outras Dívidas	2.388.693,61	1.970.900,48	1.757.930,50	-
DEDUÇÕES (II)	38.338,71	0,00	0,00	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	-
Demais Haveres Financeiros	38.338,71	40.030,32	43.607,09	-
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	193.469,21	129.403,85	-
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	2.350.354,90	1.970.900,48	1.757.930,50	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	49.381.227,88	51.792.980,88	54.731.184,21	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	4,84	3,81	3,21	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	4,76	3,81	3,21	-
LIMITE DEFINIDO POR RES. DO SENADO FEDERAL - (120%)		65.677.421,05		
LIMITE DE ALERTA - (108%)		59.109.678,95		
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	-
De Tributos	0,00	0,00	0,00	-
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	-
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	-
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	-
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	-
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	-
Interna	0,00	0,00	0,00	-
Externa	0,00	0,00	0,00	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	153.438,89	85.796,76	-
DEPÓSITOS	1.498.669,75	2.604.134,60	3.072.843,18	-
RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	-
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	23.570.227,40	23.570.227,40	23.570.227,40	-
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	-
Outras Dívidas	23.570.227,40	23.570.227,40	23.570.227,40	-
DEDUÇÕES (X)	0,00	0,00	1.221.813,19	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	1.221.813,19	-
Investimentos	0,00	0,00	0,00	-
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	-
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-X)	23.570.227,40	23.570.227,40	22.348.414,21	-
Nota:				
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Disponibilidade de Caixa mais os Demais Haveres Financeiros for menor que o Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.				

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:67E9214C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF ANEXO III

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: JANEIRO A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			R$ 1
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2014	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	49.381.227,88	51.792.980,88	54.731.184,21
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL <0% >	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <% >	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2014	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:ECA39EDD

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF ANEXO IV

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: JANEIRO A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	15.398.357,53
Mobiliária	0,00	15.398.357,53
Externas	0,00	0,00
Internas	0,00	15.398.357,53
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.731.184,21	100,00
OPERÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
Do Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV)=(Ia+III)	15.398.357,53	28,13
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDEREAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTER	8.756.989,47	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	7.881.290,53	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECE	3.831.182,89	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO IV = (IV + IIa)	15.398.357,53	28,13

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:DA4DD7FC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF ANEXO V

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2014

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")			R$ 1
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)
RECURSOS VINCULADOS			
(200.102) RECURSO DE C0NVENIO E PROGRAMA EDUCAÇÃO	842.272,28	158.083,54	684.188,74
(250.103) RECURSO DO FUNDEB - 60%	303.324,07	704,44	302.619,63
(250.104) RECURSO DO FUNDEB - 40%	0,00	8.793,81	-8.793,81
(300.201) RECURSO DA SAÚDE	45.553,01	408.460,66	-362.907,65
(300.202) RECURSO DE CONVENIO E PROGRAMA SAUDE	1.054.747,80	155.985,45	898.762,35
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.245.897,16	732.027,90	1.513.869,26
RECURSOS NÃO VINCULADOS			
(001.001) Recursos Proprios do Municipio	690.763,95	0,00	690.763,95
(001.001) Recursos Proprios do Municipio	216.853,83	1.037.345,02	-820.491,19
(001.999) Outros Recursos	133.861,57	0,00	133.861,57
(110.301) Recurso de Convenio e Programa - Outras	2.671.867,08	320.916,36	2.350.950,72
(200.101) RECURSO EDUCAÇÃO 25%	9.534,39	246.354,43	-236.820,04
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.722.880,82	1.604.615,81	2.118.265,01
TOTAL (III) = (I+II)	5.968.777,98	2.336.643,71	3.632.134,27
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
(001.001) Recursos Proprios do Municipio	12.431.706,94	0,00	12.431.706,94
(001.999) Outros Recursos	1.349.068,91	0,00	1.349.068,91
TOTAL	13.780.775,85	0,00	13.780.775,85
* Relatório agrupado por código de aplicação (grupo.codigo)			

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:FDD1D544

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 083/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 083/2014 foram vencedoras as empresas, **PEDRO SOUZA CAMPOS – MEI** ao valor global de R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), **LETICIA MARIA ANTONIO DE CARVALHO – ME** ao valor global de R$ 55.100,00 (cinqüenta e cinco mil e cem reais) e **R. P. DE SIQUEIRA E CIA LTDA – EPP** ao valor global de R$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões.

Jaciara-MT, 01 de outubro de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Elaine Aparecida da Silva
Código Identificador:74FEA762

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 090/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preços para contratação de empresa para a prestação de serviços de Poda de Árvores do Município de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **22 de OUTUBRO de 2014 - 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925.

Jaciara, 01 de outubro de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Elaine Aparecida da Silva
Código Identificador:CE488A70

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO N. 071/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através de Pregoeira designada, torna público que, a sessão referente ao PREGÃO n.º. 071/2014, objeto: **"Registro de preço para eventual aquisição de Para-Brisa, incluindo Mão de Obra, para substituição nos veículos da Frota Municipal de Jaciara/MT"**, foi declarada **DESERTA**, pois não acudiram interessados.

Jaciara-MT, 01 de outubro de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Elaine Aparecida da Silva
Código Identificador:4CDD3223

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 071/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preço para eventual aquisição de Para-Brisa, incluindo Mão de Obra, para substituição nos veículos da Frota Municipal de Jaciara/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **22 de outubro de 2014 - 13:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925.

Jaciara, 01 de outubro de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Elaine Aparecida da Silva
Código Identificador:CBF0CB88

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preço para eventual aquisição de Combustível (Gasolina Comum) para abastecimento da Frota do Município de Jaciara/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **17 DE OUTUBRO DE 2014 - 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925.

Jaciara, 01 de outubro de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Elaine Aparecida da Silva
Código Identificador:A79005DC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATA Nº. 57 - CMAS

ATA DE NUMERO 57 – CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de 2014, às oito horas da manhã, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Rua do Comércio, nº527 Centro deste Município, deu - se início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social presidida pelo senhor José Tavares Filho. Na seqüência a secretária senhora Keila Teles Ferreira faz a leitura da Ata anterior, a mesma após lida foi aprovada e assinada pelo conselho. Com a palavra o Presidente do Conselho cumprimenta a todos os presentes e informa a Pauta da reunião: **APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DEMONSTRATIVO FISÍCO-FINANCEIRO DOS SERVIÇOS/PROGRAMAS, GESTÃO PBF E GESTÃO SUAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE AO ANO DE 2013 COM O PARECER DO CONSELHO.** Continuando o presidente do Conselho cumprimenta e da às boas vindas a nova Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social senhora Dailma Rodrigues de Oliveira Costa. Com a palavra cedida à nova Gestora senhora Dailma cumprimenta e agradece a todos os conselheiros pela presença, na oportunidade solicita apoio de todos nesta nova caminhada. Em seguida a Gestora informa aos conselheiros a respeito do Evento realizado no dia 16 de Agosto do presente ano em nosso município de Jauru "O 1°Encontro da Mulher Rural" diz que foi um grande sucesso, todas as participantes puderam compartilhar um pouco de seus conhecimentos e apresentar suas artes durante o evento, houve votação dos artesanatos apresentados e escolha da Rainha Rural do ano, houve também café da manhã, almoço e coffee break, finalizando o evento com show regional. A gestora informa também sobre os cursos que estão sendo realizados com as famílias Jauruenses, incluindo o Projeto Mulheres Empreendedoras, na oportunidade informa que todos os cadastrados estão gostando do curso e estão conseguindo desenvolver muito bem suas atividades. Na seqüência a Gestora senhora Dailma fala sobre os serviços e programas Sociais executados durante o ano de 2013, comenta sobre a mudança que houve em meados do ano sobre os Programas API, Projovem e PETI através do Governo Estadual e Federal, os Programas citados foram transformados em um só serviço sendo o novo Reordenamento, este serviço já está sendo executado e cada município recebe seus recursos trimestralmente após cadastramento e envio de relatórios através do sistema do MDS-Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Após serem passadas as informações dos Serviços o presidente senhor José Tavares da continuidade a reunião e apresenta o Demonstrativo Fisíco-Financeiro dos Serviços/Programas, Gestão PBF e Gestão SUAS do Sistema Único de Assistência Social referente ao ano de 2013, na seqüência foi realizado a leitura do Demonstrativo para apreciação e Prestação de Contas. Após ser analisado o Demonstrativo e feita a Prestação de Contas dos Serviços e Programas, foram posto em votação, neste sentido o Conselho dá seu Parecer Favorável aprovando por unanimidade. Finalizando o presidente senhor José Tavares Filho agradece a todos pela presença e dá por encerrada a reunião. Nada mais a tratar eu Keila Teles Ferreira Secretária Executiva desse Conselho lavrei a presente Ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:1E86C4BF

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 006/2014

RESOLUÇÃO Nº006 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a Apresentação e Aprovação da Prestação de Contas do Demonstrativo Fisíco-financeiro dos Serviços/Programas, Gestão PBF e Gestão Suas do Sistema Único de Assistência Social referente ao ano de 2013 com o Parecer do Conselho, conforme as Normas do MDS e dá outras providências.

O presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no município de Jauru Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, juntamente com os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 29 de Setembro de 2014, conforme Ata nº57/2014.

Resolve:

Art 1º. Apresentar e Aprovar a Prestação de Contas do Demonstrativo Fisíco-financeiro dos Serviços/Programas, Gestão PBF e Gestão Suas do Sistema Único de Assistência Social referente ao ano de 2013 e dá outras providências;

Art 2º. Aprovado a Prestação de Contas do Demonstrativo Fisíco-financeiro dos Serviços/Programas, Gestão PBF e Gestão Suas do Sistema Único de Assistência Social referente ao ano de 2013 por unanimidade.

Art 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua Publicação.

JAURU-MT, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

JOSÉ TAVARES FILHO
Presidente do Conselho Municipal de Assistencia Social

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:EEDA2739

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N.º 036 CMS

Resolução Nº 036/2014 de 30 de Setembro de 2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAURU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no artigo 8º da Lei nº 468, de 20 de junho de 2011;

Considerando a Reunião Ordinária de 30 de Setembro de 2014.

Dispõe sobre a Aprovação da **Proposta de Aquisição de Equipamento e/ou Material Permanente para Rede de Frio** do ano de 2014, do município de Jauru-MT.

O Conselho Municipal de Saúde de Jauru do Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar a **Proposta de Aquisição de Equipamento e/ou Material Permanente para Rede de Frio** de 2014 da Secretaria Municipal de Jauru no valor de **R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta mil reais) Número de Proposta 14.168.593.0001/14005 cadastrada no FNS (Fundo Nacional de Saúde).**

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Registrada,
Publicada,
Cumpra-se.

Jauru – MT, 30 de Setembro de 2014.

IVAN LOPES FERNANDES
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal de Jauru.

Publicado por:
Sandra Cristina Pavini Nunes
Código Identificador:F2722A02

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO PREGAO N. 107/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 107/2014 – SRP
TIPO: PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 107/2014, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 30/09/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Produtos de Lavanderia e Limpeza em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde / Hospital Municipal**, sagrou-se vencedora a empresa: **CIRURGICA GONÇALVES LTDA – ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 15.371.628/0001-70, localizada à Avenida General Mello, 1527, Bairro Pico do Amor, Cep: 78.065-290, no município de Cuiabá – MT, sendo vencedora para os itens 11, com valor unitário de R$ 16,00, item 12 com valor unitário de R$ 29,00, item 13 com valor unitário de R$ 12,50, item 14 com valor unitário de R$ 30,00, item 15 com valor unitário de R$ 19,00 e item 16 com valor unitário de R$ 8,10. Os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 foram FRACASSADOS.

Juara-MT, 01 de outubro de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:C2E953B7

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGAO N. 108/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 108/2014 – SRP
TIPO: PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 108/2014, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 01/10/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futuro e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Exames Laboratoriais de Imagem, com e sem laudos, fornecimento de reagentes e profissionais devidamente credenciados, a fim de atender a Secretaria Municipal de Saúde**, sagrou-se **DESERTO**.

Juara-MT, 01 de outubro de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:33F99097

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITACAO PREGAO N. 112/2014

AVISO DE LICITAÇÃO:
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 112/2014 – SRP
TIPO: PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 112/2014, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 15/10/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Produtos de Lavanderia e Limpeza em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde / Hospital Municipal.** O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9401.

Juara-MT, 01 de outubro de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:FDEB99F6

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITACAO PREGAO N. 111/2014

AVISO DE LICITAÇÃO:
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 111/2014 – SRP
TIPO: ELETRONINCO
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 111/2014, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 09/10/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISICAO DE MONITOR MULTIPARAMETRO EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL ELIDIA MASCHIETTO SANTILLO.** O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9401.

Juara-MT, 01 de outubro de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:0E9A297C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DESISTÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

O Prefeito do Município de **JUÍNA**, Estado do **MT**, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no item 14 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 484, de 28 de setembro de 2009 dos Ministérios da Fazenda e das Cidades, torna pública a desistência de participação do Programa Minha Casa Minha Vida do Ministério das Cidades, com renúncia à unidade habitacional contemplada, dos seguintes beneficiários:

NOME	RG	CPF	ENDEREÇO COMPLETO
LUCELENA MARQUES DA SILVA	2141987-6 SSP/MT	482.717.131-91	Rua: Orlando Pereira Nº : 631 Bairro: São Jose Operário
MARIA APARECIDA DE PAIVA	240680 SSP/MS	783.789.661-00	Rua: PE. Duílio Nº 411 Bairro: São Jose Operário
LOURDES MICHELIN BEZERRA	1586678 SSP/PR	020.545.779-79	Av: Dos Jambos Nº 1910, Bairro: centro

Em substituição, serão contemplados o(s) seguinte(s) beneficiário(s), aprovados pelo Ministério das Cidades e por ordem de enquadramento nos critérios municipais estabelecidos:

NOME	RG	CPF	ENDEREÇO
JOSIMAR TEODORO DE ASSIS	1358493-6 SSP/MT	013.728.701-13	Rua: Dom João VI Nº 280 Bairro: Palmiteira
VILMA ALVES COSTA	588030 SSP/MT	429.776.731-72	Rua: Pariri nº 689 Bairro: Pe. Duílio
NEIDE FRANCISCA DO OURO	1016710-2 SSP/MT	771.894.001-25	Rua: Cerejeiras nº 701. Bairro Pe. Duílio

JUÍNA-MT, 26 de Setembro de 2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FB99D518

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA-MT

PROGRAMA HABITACIONAL "ANDRÉ MAGGI II"

O Poder Executivo do Município de Juína-MT, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM,** ao final assinado, no uso de suas atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município e demais leis, **CONVOCA**a beneficiáriado Programa de Programa Habitacional "**ANDRÉ MAGGI II**" – Residencial **ANDRÉ MAGGI II**, **abaixo relacionada**, para comparecer na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SETOR DE HABITAÇÃO POPULAR, TRAVESSA EMANNUEL Nº605 – Juína-MT, das 8:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 18:00, no prazo de 05 (CINCO) dias, a partir da Publicação deste, para atualização cadastral,** data, improrrogável, sendo que a partir desta data a unidade habitacional será repassada ao próximo beneficiário constante na lista de espera, analisados e decididos pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Juína-MT – **CMHPIS**.

Outrossim, tendo em vista a desistência e falecimento de beneficários, do Programa Habitacional "**ANDRÉ MAGGI II**", o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Juína-MT – **CMHPIS** deverá analisar os Cadastros de Reserva e selecionar uma família substituta.

SALETE FERREIRA
SILVANA DE JESUS GONÇALVES
IRIA LINDNER
MARIA LENIR MOURA DOS SANTOS GOMES

O presente Edital será publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Juína-MT e no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios - **AMM**. E, para que todos os interessados possam tomar conhecimento, mandou-se digitar e expedir o presente Edital. Dado e passado neste Município, aos **29 (vinte e nove)** dias do mês de **Setembro** de **2014**.

Publique-se.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3EE6C918

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5152/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Exonerar, o(a) Servidor(a), **RICARDO ALEXANDRE GOETTEN BELOTTO,** do cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Geral/**DAG – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia **01** de **outubro** de **2014.**

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT, **01** de **outubro** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7CE6798A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5153/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear, o(a) Servidor(a), **AGOSTINHO BESPALEZ FILHO,** no cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Geral/DAG – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia **01** de **outubro** de **2014.**

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT, **01** de **outubro** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9F08BEE4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.154/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR, o(a) candidato(a), **MARIA GRACIELI KANZLER CORRADO,** aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2010, homologado no dia 14 de março de 2011, no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO(A) – 40 HORAS**, a partir de **01** de **outubro** de **2014.**

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT, **01** de **outubro** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:287BECB6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.155/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR, o(a) candidato(a), **MAYRA LOPES NUNES,** aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2010, homologado no dia 14 de março de 2011, no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO(A) – 40 HORAS**, a partir de **02** de **outubro** de **2014.**

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT, **01** de **outubro** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E51BAE09

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 051/2014

PROCESSO: Tomada de Preço nº 005/2014;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. **57**, § **1.º**, inciso **VI**, da Lei Federal n.º **8.666/93**;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Projetus Engenharia e Construções Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias;
VENCIMENTO: 15/12/2014;
DATA DA ASSINATURA: 16/09/2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Sabatine Bataier
Código Identificador:C731FD33

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053/2014

PROCESSO: Tomada de Preço n.º 007/2014;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. **57**, § **1.º**, inciso **VI**, da Lei Federal n.º **8.666/93**;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Poli Engenharia e Comércio Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias;
VENCIMENTO: 17/12/2014;
DATA DA ASSINATURA: 18/09/2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Sabatine Bataier
Código Identificador:EB1E41C4

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO DÉCIMO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 193/2012

PROCESSO: Carta Convite n.º 028/2012;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. **57**, § **1.º**, inciso **VI**, da Lei Federal n.º **8.666/93**;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Material Forte Construtora Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias;
VENCIMENTO: 19/12/2014;
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Sabatine Bataier
Código Identificador:14B029C6

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 165/2013

PROCESSO: Tomada de Preço n.º 004/2013;
OBJETO: Rescisão contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. **79**, inciso **II**, § **1.º** da Lei Federal n.º **8.666/93**;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Material Forte Incorporadora Ltda.;
DATA DA ASSINATURA: 26/09/2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Sabatine Bataier
Código Identificador:20703622

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 075/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 075/2014
Processo: Pregão Presencial 061/2014
Contratado: Inviolavel Juina Manutenção E Comercio De Eletroeletronicos Ltda-Me
Valor: R$ 10.600,00 (Dez Mil E Seiscentos Reais).
Vigência: 12/09/2014 a 12/09/2015
Dotação: 02.02110.2206.33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica / 09.09100.2902.33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica.
Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de equipamentos de vigilância e monitoramento 24 horas, para atender as necessidades das secretarias do município de Juína-MT".

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juína

Publicado por:
Vanessa Geraldo Batista
Código Identificador:D1375103

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 076/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 076/2014
Processo: Dispensa de Licitação 019/2014
Contratado: Biomedica – Equipamentos Hospitalares Ltda – Me
Valor: R$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais).
Vigência: 24/09/2014 a 24/11/2014.
Dotação: 03.03130.23.15.3390.390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Objeto: "Contratação de empresa para prestação de serviço de conserto do aparelho de raios-X 500ma 150kv com gerador de alta tensão, mesa com tampo flutuante, marca crx, modelo: df 150 da UPA - unidade de pronto atendimento de Juina, estado de Mato Grosso".

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juína

Publicado por:
Vanessa Geraldo Batista
Código Identificador:47B349E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO 175/2013

EXTRATO DO TERCEIRO ADITAMENTO
Contrato nº.: 175/2013
Contratado: Aerofotogrametria e Cartografia Ltda - Me.
Vigência: 02/10/2014 a 30/12/2014
Dotação: Dotação orçamentária do orçamento programado do exercício de 2014.
Objeto: I - Aditar a Cláusula Primeira – Do Objeto, referente ao Contrato nº. 175/2013 é objeto do contrato CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO MAPEAMENTO DIGITAL GEOREFERENCIADO POR AEROFOTOGRAMETRIA E IMAGENS DE SATÉLITE PARA O MUNICÍPIO DE JUÍNA.
II - Aditar a Cláusula Quarta – Do prazo, referente ao Contrato nº. 175/2013, quanto ao prazo, em decorrência do acréscimo de 90 (noventa) dias de prestação de serviços para cumprir com as necessidades da Administração Pública deste Município, tendo como data inicial o dia **02 de Outubro** de **2014** até o dia **30** de **Dezembro** de **2014.**

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Publicado por:
Vanessa Geraldo Batista
Código Identificador:B038D14B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº.79/2014 – REFERENTE AO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (CONTADOR) Nº. 196/2013

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA/MT** e o Senhor **EURIDES PEREIRA BATISTA.**
Alteração: O objeto do presente aditivo é a prorrogação por mais 09 (nove) meses, a contar de 01 de outubro de 2014 a 30 de julho de 2015, referente ao contrato original celebrado entre as partes em 27 de março de 2013.

Data da Assinatura: 02 de Setembro de 2014.

Foro: Comarca de Cotriguaçu – MT

Juruena/MT, 01 de Outubro de 2014.

CICILIO ROSA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Aparecida Perin
Código Identificador:1201B0EC

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2014
PROCESSO: 032/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2014 PROCESSO: 032/2014 A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA faz saber aos interessados que se fará DISPENSA DE LICITAÇÃO, A presente dispensa visa a Contratação Direta de empre especializada para fornecimento de materiais de laboratório em caráter emergencial através do decreto nº 2412 de 15 de setembro de 2014. Rege a presente dispensa, a Lei Federal 10.520/02, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 01 de SETEMBRO de 2014, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena-MT, Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (066) 3553- 1407.

Juruena 16 de setembro de 2014.

ROBSON GOMES DIAS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Robson Gomes Dias
Código Identificador:9DB13B30

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CANCELAMENTO TOMADA DE PREÇOS

AVISO CANCELAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2014

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações, informa que diante do manifesto , referente a Tomada de Preço nº 005/2014, originário da Secretaria de Administração, cujo objeto é CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM PUBLICAÇÕES OFICIAIS DE MATERIAS EXIGIDAS POR LEI, NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO, DIARIO OFICIAL DA UNIÃO, conforme especificação constante no anexo I, resolve declarar o referido processo licitatório **CANCELADO**, e devolver ao órgão competente para que sejam adotadas as providencias cabíveis.

Juscimeira – Mt., 30 de Setembro de 2.014

EDJAIME FERREIRA DA SILVA
Presidente CPL

Publicado por:
David Paulino Filho
Código Identificador:FD1B5E58

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 071/2014

LICITAÇÃO: Convite 006/2014
VIGÊNCIA: Entre os dias 05 à 07 de Setembro.
OBJETO: Contratação de empresa para locação de palco, sonorização, iluminação, tendas, banheiros químicos, portal, grade inibidora, camarins, fechamento para Back Stage e demais serviços necessários para a realização do 23º Aniversario de Lambari D'Oeste – MT.
VALOR MENSAL: Após a execução dos serviços.
VALOR GLOBAL: R$77.840,00 (Setenta e sete mil e oitocentos e quarenta reais).
CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA - ME
CNPJ: 07.367.271/0001-29
PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT 01 de Setembro de 2014.

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:BE18E4DF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2014

Objeto do Pregão: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais que serão utilizados na fabricação de blocos de concreto (gelo seco) para utilização no Sistema Viário de Lucas do Rio Verde/MT.
Data: 30 de Setembro de 2014
Empresa Vencedora: Item 0001 a empresa: F. SANCHES & CIA LTDA, com o valor total de R$ 25.740,00 (vinte e cinco mil e setecentos e quarenta reais); Item 0002 a empresa: F. SANCHES & CIA LTDA, com o valor total de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais); Item 0003 a empresa: F. SANCHES & CIA LTDA, com o valor total de R$ 2.583,00 (dois mil e quinhentos e oitenta e três reais); Item 0004 a empresa: CONCRELUCAS CONCRETOS USINADOS LTDA, com o valor total de R$ 90.100,00 (noventa mil e cem reais).

Lucas do Rio Verde MT, 30 de Setembro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:20F9E49B

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014
REGISTRO DE PREÇO 068/2014

Objeto do Pregão: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais diversos (super-postes, luminárias, poste para alambrado) para manutenção de Praças, Rotatórias, Avenidas e demais locais que necessitem de manutenção no Município de Lucas do Rio Verde-MT
Data: 30 de Setembro de 2014

Empresa Vencedora: Lote 0001 a empresa: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, com o valor total de R$ 63.744,00 (sessenta e três mil e setecentos e quarenta e quatro reais); Lote 0002 a empresa: CERENGE PREMOESTE ENGENHARIA LTDA EPP, com o valor total de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais); Lote 0003 a empresa: GELLER & GELLER LTDA., com o valor total de R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).

Lucas do Rio Verde MT, 30 de Setembro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:EE9050C5

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2014

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, torna público a quem possa interessar que no Processo Licitatório "PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2014", cujo objeto trata da contratação de empresa especializada em conserto de Pneus para atender a frota da Administração Pública Municipal, a mesma restou **"FRACASSADO"**.

Lucas do Rio Verde MT, 01 de Outubro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Bruna paz De Oliveira Garcia
Código Identificador:1DB1C780

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO Nº 158/2014 REGISTRO DE PREÇO 076/2014

Objeto: Pregão Presencial (Registro de Preço) para a contratação de empresa para locação de Escavadeira Hidráulica para uso em diversas atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras do município de Lucas do Rio Verde/MT.
Dia: 15 de Outubro de 2014.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30 horas, as 14:00 (Horário de Mato Grosso) do dia 15 de Outubro de 2014.
Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde/MT. CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 15 de Outubro de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde/MT, 01 de outubro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:5BC623FE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014

Objeto do Pregão: Contratação de empresa para Locação de equipamentos novos ou usados para curso de panificação do Pronatec do Município de Lucas do Rio Verde/MT.
Data da Sessão: 15/10/2014
Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, Nº 2500-S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde/MT. CEP: 78455-000 - Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30hs até as 08:00 hs, do dia 15 de Outubro de 2014.
Abertura do envelope Nº 01: Às 08:00 horas, do dia 15 de Outubro de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde/MT, 01 de Outubro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:401D8A39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - OUTUBRO- 2014

TIPO DE ALTERAÇÃO: 1º TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL
CONTRATO: 419/2014
DATA: 01/10/2014
CONTRATADO: RAIMUNDO DIAS DE MEDEIROS & CIA LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES, MEIO-FIO E SARJETAS NO LOTEAMENTO INDUSTRIAL-V, ETAPA-I NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA: 28/05/2015
PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO N. 008/2014

ÍCARO OSMAR MARTINI PESSOA
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Károle Graziela Sontag
Código Identificador:FE5DADCF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 040/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS, REFERENTE AO CARTÓRIO DE 2º OFICÍO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MARCELÂNDIA, CUJOS VALORES SÃO OS CONSTANTES NA TABELA OFICIAL DO TRIBUNAL DA JUSTIÇA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Marcelândia
CONTRATADA: 2º Oficio Extrajudicial de Marcelândia-MT
VALOR: Receberá a **CONTRATADA** pelos serviços citados na Cláusula Primeira, o valor correspondente aos serviços efetivamente efetuados e entregues conforme tabela Oficial do Tribunal da Justiça e conforme ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE.
DATA ASSINATURA: 23/09/2014
DATA VIGÊNCIA INÍCIO: 23/09/2014
DATA VIGÊNCIA FINAL: 23/03/2015

Publicado por:
Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle
Código Identificador:27F09128

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 041/2014

OBJETO: A contratante por este instrumento particular firma o contrato de Locação de um imóvel de Alvenaria, localizado à João Biondaro, nº 839, sala 4, esquina com a Rua Juruá, Bairro Centro, no Município de Marcelândia – MT, para instalação da Acessuas Trabalho, locação de acordo com a Lei Municipal n° 814/2013.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Marcelândia
CONTRATADA: JANDIRA VIEIRA DOS SANTOS
VALOR: R$ R$ 6.000,00 (seis mil reais)
DATA ASSINATURA: 23/09/2014
DATA VIGÊNCIA INÍCIO: 23/09/2014
DATA VIGÊNCIA FINAL: 23/09/2015

Publicado por:
Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle
Código Identificador:3FE35532

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1928 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre a revogação e alteração dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

DECRETA

Art. 1º - Ficam revogadas as nomeações feitas no inciso I do Artigo 1º do Decreto nº **1767** de **15 de Agosto de 2013**.

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros para composição do **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR**:

I – representantes do Poder Executivo
Titular: Valdecir Noronha
Suplente: Vanessa Ferreira da Silva

II - representantes do Poder Legislativo
Titular: Levi Donizete de Almeida
Suplente: Claudia Regina P. Costa
III - representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Adilson Luiz Lippi
Suplente: José dos Santos

IV – representantes da Associação dos Feirantes de Matupá
Titular: Gilmar Ferreira Nantes
Suplente: Arley Kerkhoss
V – representante do INDEA/Matupá
Titular: Sandra Reisdoerfer Menegazzi
Suplente: Bruna Catherine Weirch

VI – representantes da COOPERMATUPÁ
Titular: Joair Pedroso de Quadros
Suplente: Alairton Silveira dos Santos

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte três dias do mês de Setembro de dois mil e quatorze.

Registre-se
Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:AD2A8A47

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 080/2014

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que **CANCELOU** o **"PREGÃO PRESENCIAL – SRP PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE RECARGA DE CARTUCHOS/TONNER E MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ"** que seria realizado hoje dia **01 de OUTUBRO de 2014 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, pois no Edital 0120/2014 no Item 1.1 e 3.14.1.2 informava que a licitação iria se realizar as 14:00 hrs e não as 08:00 hrs como Publicado no Jornais. Maiores informações podem ser solicitadas pelos e-mails **atendimento@matupa.mt.gov.br e licita@matupa.mt.gov.br** ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 01 de Outubro de 2014.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:11244E66

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº. 027/2014

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia **26 DE SETEMBRO DE 2014 às 14h00min** na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIA – BUEIRO DUPLO CELULAR DE CONCRETO - NO CÓRREGO PÉ DE GALINHA DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT, aonde sagrou-se vencedor o Licitante: REBEQUI & CIA LTDA - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 04.139.347/0001-70, COM O VALOR DE R$ 83.653,15.** Maiores informações, junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 01 de Outubro de 2014.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:FEDBF740

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 024 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

O VEREADOR LAÉRCIO ALVES PEREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, fundamentado na alínea g, inciso VII do art. 44 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT.;

R E S O L V E :

ARTIGO 1º. – DESIGNAR o servidor **JOLDEMAR AGUEIRO,** CPF Nº 567.725.641-20 e RG 856550/SSP/MT, lotado no departamento da Secretaria da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, no cargo de Assistente Legislativo, Matricula 3, para

nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo relacionado:

Contrato Nº	**004/2014**
Objeto	**Constitui objeto do presente: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES: Revestimento de parede do plenário em ACM; Letras em cx. alta com denominação do plenário e fotografia da Vereadora que da nome ao mesmo e Placas em MDF fixadas nos corredores e paredes e MATERIAL DE CONSUMO: Titulo de Cidadão em cx. de veludo feita em aço inox, para o Poder Legislativo de Mirassol D'Oeste.**
Contratada	**Empresa: EMPLACA SERV. DE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME, CNPJ nº 17.786.657/0001-29.**
Vigência	**Início: 02/10/2014 Término: 02/12/2015.**

ARTIGO 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,
REGISTRA-SE,
CUMPRA-SE:

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 02 (DOIS) DE OUTUBRO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE).

LAÉRCIO ALVES PEREIRA
Presidente

Publicado por:
Joldemar Agueiro
Código Identificador:5988B981

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº..: 004/2014
Contratante..: CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE – CNPJ 03.756.178/0001-55
Contratada....: EMPLACA SERV. DE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME, CNPJ nº 17.786.657/0001-29.
Valor Preço global.: R$- 46.155,00 (QUARENTA E SEIS MIL, CENTO E CINQUENTA E CINCO REAIS).
Vigência.....: Início: 02/10/2014 Término: 02/12/2015.
Licitação.....: Convite p/ compras e serviços nº 4/2014
Recursos.....: 44.90.52.00.00.00 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE
44.90.52.36.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES
33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
33.90.30.15.00.00 – MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES: Revestimento de parede do plenário em ACM; Letras em cx. alta com denominação do plenário e fotografia da Vereadora que da nome ao mesmo e Placas em MDF fixadas nos corredores e paredes e MATERIAL DE CONSUMO: Titulo de Cidadão em cx. de veludo feita em aço inox, para o Poder Legislativo de Mirassol D'Oeste.

MIRASSOL D'OESTE, 02 de Outubro de 2014

LAÉRCIO ALVES PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal
Mirassol D'Oeste-MT

Publicado por:
Joldemar Agueiro
Código Identificador:700C2443

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 2732

DECRETO N.º 2732 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

DESIGNA DATA PARA REALIZAÇÃO DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D´OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas e,
Considerando o que dispõe o artigo primeiro da Lei Complementar141/2014, alterada pela Lei Complementar 144/2014 que institui a Semana da Conciliação Tributária no âmbito do Município de Mirassol D´Oeste,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designada a semana compreendida entre os dias 03 a 07 de novembro do corrente ano a Semana da Conciliação Tributária.

Art. 2º - A Semana de Conciliação a que se refere o artigo anterior se fará na estrita observância no estatuído na Lei Complementar 141/2014 e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 10 de setembro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Sidnei Francisco de Melo
Código Identificador:64C92D79

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 055/2014

"Altera o Decreto nº. 040/2012, para acrescentar ao artigo 3º Empresas deste Município como Substituto Tributário".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 11, da Lei Orgânica Municipal do Município, e,

Considerando a necessidade de alterar o Decreto Municipal nº. 040/2012, para acrescentar as Empresas Vendas de Eletrodomésticos neste município;

Considerando que as empresa de Venda de Eletrodomésticos é contribuinte do município na qualidade de Substituto Tributário.

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto altera o Decreto Municipal nº. 040/2012, para acrescentar ao Artigo 3º, as Empresas de Venda de Eletrodomésticos: Dismobras Importação, Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos, Eletromar Móveis e Eletrodomésticos Ltda e Gazin Industria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda., como Substituto Tributário, o qual passa a ter a seguinte redação:
*"**Art.3º** - Ficam nomeado como Substitutos Tributários às empresas abaixo relacionadas:*

Dismobras Imp. Expot e Dist. De Móveis e Eletrodomésticos, CNPJ: 01.008.073/0171-68
Eletromar Móveis e Eletrodomésticos Ltda. CNPJ: 32.951.535/0037-45
Gazin Industria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda. CNPJ: 77.941.490/0015-50

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de Setembro de 2014.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA
Prefeito Municipal de Nobres

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:F7B44D2F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2014
Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.
Contratado: Eliton Luiz Lopes Barros – Mundial Consultoria e Assessoria, CNPJ nº 18.627.821/0001-18.
Objeto: Prestação de serviços de consultaria e assessoria no levantamento e cadastro dos imóveis rurais contidos no território do município de Nortelândia.
Dotações orçamentárias:
0481-07.003.04.125.0007.2016-3390.39.00.00.00
Valor: R$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais).
Vigência: 01/09/2014 a 31/12/2014
Assinatura: 01/09/2014

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:50AE547B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2014
Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.
Contratado: ALDAIR J BATISTA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.180.126/0001-37.
Objeto: Execução de serviços de mecânica, funilaria e lanternagem nos veículos Caminhão Container F-12.000, placas JZO 8786, Caminhão Pipa, placas JVB 1601, Caminhão Coletor de Lixo com Compactador, placas JYM 4681, pertencentes ao município de Nortelândia-MT.
Dotações orçamentárias:
0128-03.006.04.122.0002.2017-4490.39.00.00.00
Valor: R$ 27.000,00 (vitne e sete mil reais).
Vigência: 26/09/2014 a 31/10/2014
Assinatura: 26/09/2014

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:12187F7E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
ERRATA DE INEXIGIBILIDADE – RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 08 /2014

Na publicação do Jornal da AMM, no dia 01/10/2014.

ONDE SE LÊ:
Ratificação de Inexigibilidade nº 08/2014
Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a INEXIGIBILIDADE de licitação para Contratação da Empresa JOÃO VICTOR DE ARRUDA E SILVA – CNPJ n 19.985.793/0001-73, para Contratação da Banda TRIO VÔO LIVRE PRODUÇÕES para realização de animação musical ao vivo, no dia 03 de setembro de 2014, a partir das 10:00 horas às 16:00 horas, no evento da SEMANA DO IDOSO, que acontece entre os **dias 30/09/2014 a 03/09/2014.**

LEIA-SE:

Ratificação de Inexigibilidade nº 08/2014
Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a INEXIGIBILIDADE de licitação para Contratação da Empresa JOÃO VICTOR DE ARRUDA E SILVA – CNPJ n 19.985.793/0001-73, para Contratação da Banda TRIO VÔO LIVRE PRODUÇÕES para realização de animação musical ao vivo, no dia 03 de outubro de 2014, a partir das 10:00 horas às 16:00 horas, no evento da SEMANA DO IDOSO, que acontece entre os **dias 30/09/2014 a 03/10/2014.**

Nossa Senhora do Livramento-MT., 01 de setembro de 2014.

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:BA4E17B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 006/2014, publicada no Jornal da AMM 07/01/2014, vem a público divulgar o Resultado Final do **Pregão Presencial Nº 038/2014**, processo administrativo 10348/2014, cujo objeto é o "Registro de preços para futura e eventual **Contratação de serviço e locação de 01 (um) caminhão ¾ carga seca com capacidade 4.000 kg e 01 (uma) caminhote carga seca com capacidade 1.000 kg, com motorista e combustível para atender todas as necessidades da prefeitura municipal, tanto na zona urbana com na zona rural**, com sessão realizada no dia 11 de setembro de 2014.
EMPRESA: NE EQUIP, PECAS E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA ME – CNPJ: 09.619.626/0001-55 – Valor R$ R$ 206.400,000

Nossa Senhora do Livramento/MT, 29 de setembro de 2014.

LEONILDES FÁTIMA DA SILVA BENEVIDES
Pregoeira

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório nº 10348/2014, na modalidade de **Pregão Presencial Nº 038/2014**, cujo objeto é o "Registro de preços para futura e eventual **contratação de serviço e locação de 01 (um) caminhão ¾ carga seca com capacidade 4.000 kg e 01 (uma) caminhote carga seca com capacidade 1.000 kg, com motorista e combustível para atender todas as necessidades da prefeitura municipal, tanto na zona urbana com na zona rural**, com sessão realizada no dia 11 de setembro de 2014.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 29 de setembro de 2014

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:63724F3E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 386/2014/GP/PMN

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Prorrogar a Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a (o) servidor (a) público (a) municipal, Sr (ª) Maria Aparecida da Silva Fernandes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado no Departamento do Fundeb 60% - Educação Infantil, da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com o Art.82 da Lei nº 023/95 por um período de 90 (noventa) dias a contar do término da Licença cocedida através da Portaria nº 313/2014/GP/PMNG.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e Catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:BDDFD280

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 387/2014/GP/PMN

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Encaminhar a servidora pública municipal Sra. Solange Zarth, ocupante do Cargo de Professor I para perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:8836988C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 388/2014/GP/PMN

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Eliete Aparecida dos Santos Fonseca, 1,5% de acréscimo ao seu salário a título de promoção de Nível, passando da nível 1 para a Nível 2, por ter cumprido todos os requisitos constantes nos Artigos 13, 14, 15, 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 006/2014, de 23/04/2014, onde passará a receber o valor de R$ 780,30 (Setecentos e oitenta reais e trinta centavos).

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:080F820B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 390/2014/GP/PMN

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Claudia Fernanda Garcia** , ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado no Departamento do Fundeb 60%, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 12/07/2004 a 12/07/2009.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos oito dia do mês de setembro do ano de dois mil e catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:FEA58914

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 394/2014/GP/PMN

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, a (o) servidor (a) público (a) municipal, Sr (ª) **Agnaldo Calisto de Almeida**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado no Departamento de Serviços Públicos, da Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº 023/95 pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 10 de setembro de 2014.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e Catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:C5DD52FF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 396/2014/GP/PMN

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Neli Dornelles de Quadros Petry** , ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado no Departamento do Fundeb 60%, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 08/09/2004 a 08/09/2009.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:BAE93A2C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 397/2014/GP/PM

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal **Alcir Maciel**, 2% de acréscimo ao seu salário a título de promoção de Nível, passando da nível 6 para a Nível 7, por ter cumprido todos os requisitos constantes nos Artigos 13, 14, 15, 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 006/2014, de 23/04/2014, onde passará a receber o valor de R$ 784,15 (Setecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos).

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:3CC9DFD7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 398/2014/GP/PMN

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Encaminhar o(a) servidor (a) público (a) municipal Sr. Edson Joaquim Alves, ocupante do Cargo de Operador de Trator de Pneus para perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:403EFAD2

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 401/2014/GP/PMN

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a servidora pública municipal, Srª Dalvinha Martins, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Departamento do Fundeb 40% - Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze.

Registre-se
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Idianes Teresinha Machado
Código Identificador:62A7723D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 026/2014. REGISTRO DE PREÇOS

ONDE DE LÊ:
A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 121/2014/GAPRE 20 de Maio de 2014, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 026/2014 menor preço por item, cujo Objeto
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA: VARRIÇÃO E CAPINA MANUAL, QUIMICA EM RUAS, AVENIDAS, ACOSTAMENTO DE RODOVIAS, CANTEIROS E LOGRADOUROS, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE GRAMADOS, PAISAGISMO, PODA DE ARVORES E ORGANIZAÇÃO DE PRAÇAS, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE BOCA DE LOBO, MANUTENÇÃO DE ELETRICIDADE EM ALTA TENSÃO, PARA SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ/MT, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

LEIA-SE:
A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 121/2014/GAPRE 20 de Maio de 2014, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 026/2014 menor preço por item, cujo Objeto
E O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, CAMIONETES, AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS E MICRO ÔNIBUS, CAMINHÕES, MOTOS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E MAQUINAS PESADAS, SERVIÇOS DE BORRACHARIA, TORNO MECANICO, SOLDA MIG E SOLDA ELETRICA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA-MT., a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR: Empresa ELEANDRO PIMENTEL DOS SANTOS 04153299146, inscrita no CNPJ 15.457.513/0001-01.
Valor de R$ 29.125,00 (vinte e nove mil cento e vinte e cinco reais), lote Nº 55.

VENCEDOR: Empresa JOSIANE DE SOUZA SAMPAIO – ME inscrita no CNPJ 15.393.066/0001-66. Com desconto de 9,5% para o lote 11; 9,5% para o lote 12; 9,5% para o lote 13; 7,5% para o lote 19; 9,5% para o lote 20; 10,5% para o lote 22; 10,5% para o lote 25; 8,5% para o lote 29; 6,0% para o lote 45; 6,0% para o lote 46; 6,0% para o lote 47; 6,0% para o lote 48; 6,0% para o lote 49; e R$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais) para o lote 54**.**

VENCEDOR: Empresa *M. BOBEK – ME*, inscrita no **CNPJ 06.090.050/0001-96.**
valor de 82.600,00 (oitenta e dois mil reais), lote Nº 56.

VENCEDOR: Empresa VALDECIR MEDEIROS – ME, inscrita no CNPJ 00.087.227/0001-16. Com desconto de 6,0% para o lote 04; 6,0% para o lote 05; 8,0% para o lote 06, 8,0% para o lote 07, 8,0% para o lote 08, 9,0% para o lote 09; 9,0% para o lote 14; 8,5% para o lote 17; 9,0% para o lote 18; 7,0% para o lote 21; 8,5% para o lote 23; 8,5% para o lote 24; 8,0% para o lote 26; 8,0% para o lote 27; 8,0% para o lote 30; 7,0% para o lote 31; 8,0% para o lote 34; 8,0% para o lote 38; 7,0% para o lote 40; 7,0% para o lote 41; 7,0% para o lote 42; 7,0% para o lote 43; 7,0% para o lote 44.

VENCEDOR: Empresa COSTA & CRUZ LTDA – ME, inscrita no CNPJ 10.745.500/0001-06. Com desconto de 5,0% para o lote 01; 4,0% para o lote 02; 4,0% para o lote 10; 4,0% para o lote 16; 5,0% para o lote 28; 4,5% para o lote 32; 5,0% para o lote 33; 5,0% para o lote 37.

VENCEDOR: Empresa ANTONIO APARECIDO DA CUNHA 42980844187, inscrita no CNPJ 20.700.941/0001-45. Com desconto de 6,0% para o lote 15; 5,0% para o lote 35; 4,5% para o lote 36; 5,0% para o lote 39; 4,0% para o lote 51; 4,0% para o lote 52; 4,0% para o lote 53.

Nova Maringá – MT, 01 de Outubro de 2014.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:D32B0737

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO DE PROPOSTA MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 027/2014. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Aos trinta dias do mês de Setembro de 2014, às oito horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, **através do Prefeito Municipal,** mediante **o Pregoeiro Oficial CLAUDIO MACIEL DA SILVA,** designado pela Portaria nº 121/2014/GAPRE de 20 de Setembro de 2014 e seus membros de apoio, para apreciarem a Documentação e Habilitação das empresas participantes de licitação na modalidade Pregão presencial 027/2014, do tipo menor preço por item, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS PARA INSTALAÇÕES ELETRICAS, HIDRÁULICAS, TINTAS E FERRAMENTAS PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**. conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da sessão, primeiramente cumprimentando a equipe de apoio. Registra-se para o momento que após analisar a documentação e as propostas apresentadas pelas Empresas decidem por unanimidade classificar as propostasdas Empresas **COXIPÓ MATERIAS ELETRICOS – ME,** inscrita no **CNPJ 26.579.029/0001-63** com proposta apresentada no valor de R$ 97.425,30 (noventa e sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos) para os itens 40, 74, 76, 88, 99, 101, 102, 103,105, 134, 136, 138 ,139, 177, 201, 204, 205, 216 e 227. E a **Empresa AYRES GOMES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ 03.103.014/0001-29** com proposta no valor de 436.870,53 (quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos) para os itens 1 a 39, de 41 a 73, 75, de 77 a 87, de 89 a 98, 100, 104, de 106 a 133, 135, 137, de 140 a 176, de 178 a 200, 202, 203, de 206 a 215, de 217 a 226, e de 228 a 246. Isto feito registra a readequação de proposta de ambas as empresas no prazo legal conforme os requisitos exigidos no edital de convocação. E após a analise de documentos e propostas readequadas o Pregoeiro e a equipe de apoio declara por unanimidade como vencedora da licitação as Empresas **COXIPÓ MATERIAS ELETRICOS – ME,** inscrita no **CNPJ 26.579.029/0001-63 e a Empresa AYRES GOMES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ 03.103.014/0001-29**. O pregoeiro declara precluso o prazo recursal. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente ata, que lida e conforme vai assinada pela equipe de apoio.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA
Pregoeiro Oficial

MICHEL SOUZA CAMPOS
Membro da Equipe de Apoio

IRINEU ALLIEVI
Membro da Equipe de Apoio

VANDA DA SILVA
Membro da Equipe de Apoio

WELDER SOUZA CUNHA
Membro da Equipe de Apoio

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:33897196

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 027/2014. REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS PARA INSTALAÇÕES ELETRICAS, HIDRÁULICAS, TINTAS E FERRAMENTAS PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, obedecendo todas as formalidades legais inscritas na Lei 8.666/93.
O Pregoeiro e Comissão de Apoio, cumprindo com as determinações legais, classificou as melhores propostas apresentadas e com os critérios estabelecidos no Pregão Presencial 027/2014, decorrido o prazo recursal sem quaisquer manifestação das partes interessadas. Assim sendo, de acordo com os critérios do edital e diante dos resultados apresentados pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** e **ADJUDICO** o julgamento do presente certame, para que produza todos os efeitos legais, dando como proponentes (s) vencedor(es) a(s) Empresa(s):

Vencedor: (a) **Empresa COXIPÓ MATERIAS ELETRICOS – ME,** inscrita no **CNPJ 26.579.029/0001-63** com proposta apresentada no valor de R$ 97.425,30 (noventa e sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos) para os itens 40, 74, 76, 88, 99, 101, 102, 103, 105, 134, 136, 138, 139, 177, 201, 204, 205, 216 e 227.
Vencedor: (a) **Empresa AYRES GOMES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ 03.103.014/0001-29** com proposta no valor de 436.870,53 (quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos) para os itens de 1 a 39, de 41 a 73, 75, de 77 a 87, de 89 a 98, 100, 104, de 106 a 133, 135, 137, de 140 a 176, de 178 a 200, 202, 203, de 206 a 215, de 217 a 226, e de 228 a 246.

A proposta apresentadas foi a mais vantajosa para a Administração Municipal, Razão pelo qual **ADJUDICO E HOMOLOGO** a proposta vencedora do objeto da presente licitação.

Nova Maringá - MT, 01 de Outubro de 2014.

JOÃO BRAGA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:D4EC0E42

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 027/2014. REGISTRO DE PREÇOS

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 121/2014/GAPRE 20 de Maio de 2014, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 027/2014 menor preço por item, cujo Objeto
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS PARA INSTALAÇÕES ELETRICAS, HIDRÁULICAS, TINTAS E FERRAMENTAS PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Vencedor: (a) **Empresa COXIPÓ MATERIAS ELETRICOS – ME,** inscrita no **CNPJ 26.579.029/0001-63** com proposta apresentada no valor de R$ 97.425,30 (noventa e sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos) para os itens 40, 74, 76, 88, 99, 101, 102, 103, 105, 134, 136, 138, 139, 177, 201, 204, 205, 216 e 227.
Vencedor: (a) **Empresa AYRES GOMES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ 03.103.014/0001-29** com proposta no valor de 436.870,53 (quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos) para os itens de 1 a 39, de 41 a 73, 75, de 77 a 87, de 89 a 98, 100, 104, de 106 a 133, 135, 137, de 140 a 176, de 178 a 200, 202, 203, de 206 a 215, de 217 a 226, e de 228 a 246.

Nova Maringá – MT, 01 de Outubro de 2014.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:E90560CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 017/2014

PREGÃO: N° 026/2014 – **REGISTRO DE PREÇOS**
Validade: 12 (doze) meses.

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da Empresa **ELEANDRO PIMENTEL DOS SANTOS 04153299146,** inscrita no **CNPJ 15.457.513/0001-01**, neste ato representado pelo Sr. **ELEANDRO PIMENTEL DOS SANTOS** portador do RG **5.333.697 SESP/SC**, inscrito no CPF **041.532.991-46. Empresa JOSIANE DE SOUZA SAMPAIO – ME** inscrita no **CNPJ 15.393.066/0001-66,** neste ato representado pelo Sr. **CLAUDEMIR AMAURI FERREIRA DOS SANTOS**, portador do RG **884243 SSP/MT**, inscrito no CPF **895.253.611-87. Empresa COSTA & CRUZ LTDA – ME,** inscrita no **CNPJ 10.745.500/0001-06** Insc. Estadual nº **13.369.498-4,** neste ato representado pelo Sr. **OSMAR PEREIRA DA CRUZ**, portador do RG **752506 SSP/MT**, inscrito no CPF **537.959.461-15. Empresa ANTONIO APARECIDO DA CUNHA 42980844187,** inscrita no **CNPJ 20.700.941/0001-45,** Insc. Estadual nº **ISENTO,** neste ato representado pelo Sr. **ANTONIO APARECIDO DA CUNHA**, portador do RG 06081711 SSP/MT, inscrito no CPF 429.808.441-87. **Empresa VALDECIR MEDEIROS – ME,** inscrita no **CNPJ 00.087.227/0001-16** Insc. Estadual nº **13.154.063-7,** neste ato representado pelo Sr. **VALDECIR MEDEIROS**, portador do RG 544501 SSP/MT, inscrito no CPF 384.628.931-00. **Empresa M. BOBEK – ME**, inscrita no **CNPJ 06.090.050/0001-93** Insc. Estadual nº **13.243.741-4,** neste ato representado pelo Sr. **EUGENIO BOBEK**, portador do RG **000923619 SSP/MT**, inscrito no CPF **255.986.430-49.** nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas POR LOTE, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. OBJETO E PREÇOS
1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para manutenção e conservação de veículos automóveis leves, camionetes, ambulâncias, ônibus, caminhões, motos e máquinas agrícolas e pesadas, independente de marca e categoria, destinado ao atendimento da frota de veículos deste município, conforme Termo de

Referencia em anexo, PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2014, abaixo especificados:

VENCEDOR: COSTA & CRUZ LTDA – ME, inscrita no CNPJ 10.745.500/0001-06.

LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor).	VALOR R$	DESC.
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMINHONETE MARCA WV CABINE DUPLA, AMAROK 4X4 ANO FAB/MOD. COMBUSTIVEL DIESEL COR BRANCA CRISTAL, PLACA NUA 6853	2.000,00	5,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO AUTOMOTOR, MARCA GM, CORSA SEDAN PREMIUM, BI COMBUSTIVEL, 5 PA ANO FAB/MOD. 2004/2005, COR PRETA. PLACA JZU 7702	3.000,00	4,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO UNO MILLER ECONOMY 1.04P,FEX FIAT, CHASSIS 9BD15822A96229870 CORBRANCO./MOD.08/09,RENAVAM102631 NUM.MOTOR 8612397. PLACA: KAS-1882.	3.000,00	4,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO VEICULO FIAT SIENA RENAVAN 153328878, ANO 2009/2010 CHASSI 8AP17206LA2044690, GASOLINA/ALCOOL COR BRANCA, PLACA: NJN - 3817	3.000,00	4,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
28	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO AUTOMOTOR,CAMIONETE, MARCA CHEVROLETT GM, S-10 CABINE DUPLA,BRANCA, COMBUSTIVEL DIESIL 2.8 , 132 CV, ANO FAB/MOD. 2001/2002. PLACA JZK 2745	8.000,00	5,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
32	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMIONETE, MARCA VOLKSWAGEN, AMAROK 4X4, ANO 2014, PLACA: QBE 6436	2.000,00	4,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
33	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO CAMIONETE MARCA. CHEVROLET/GM MOD. S-10 2.4 ROTAN AMBULANCIA CHASSI 9B GP0BC456144 RENVAN 453307833 ANO FAB/MOD. 2011/2011 COMB. GAS/ALCOOL. NUF 3291	10.000,00	5,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
37	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO GM S-10 AMBULANCIA, M13, ANO FAB/MOD. 2013/2013, COR BRANCA. FKI 3469	5.000,00	5,0%

VENCEDOR: VALDECIR MEDEIROS – ME, inscrita no CNPJ 00.087.227/0001-16.

LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)	VALOR R$	DESC.
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO MICRO ONIBUS MARCA COMIL (VOLKSWAGEN 8.150) CHASSI 9BWFD52R73R311454 A JZW -5247	5.000,00	6,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO MICRO ONIBUS VOLARE V8L 4X4, COR AMARELA, COMBSTIVEL DIESEL, POTENCIA V, 26 PASSAGEIROS COM UN AUXILIAR, ANO FAB/MOD.2012/2013. PLACA 0BE 7893	5.000,00	6,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
06	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO ONIBUS COMPLETO ESCOLAR, CAP. 32 PASSAGEIROS ANO 2004, COR BRANCA, RENAVAM 828791686, MARCA MARCOPOLO/VOLARE, PLACA JZV 3685 CHASSI: 93PB11B3.	5.000,00	8,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
07	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO ONIBUS MERCEDES BENS 1620 ANO 1996 PLACA LBB - 4848. BRANCA.	10.000,00	8,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
08	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO ONIBUS VOLKSWAGEM ESCOLAR RURAL MODELO - 02R, COM CARROCERIA DE NOSSA ICAÇÃO - MARCA INDUSCAR ANO FAB/MOD. 2010/2010 CHASSI: 9532882WXAR537. PLACA NUD 2789	5.000,00	8,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
09	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO ONIBUS VW 15.190 EOD, ESCOLAR, ANO FAB/MOD. 2012/2013, CAMINHO DA ESC PLACA 0BE-8063.	5.000,00	9,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO ONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L ESCOLAR, ANO FAB/MOD 2009/2010, 31 PASSAGEIROS, 115CV, COR AMARELO, PLACA NPJ-9423.	5.000,00	9,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
17	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMINHAO FORD F 14.000 BASCULANTE ANO 93 30%.	8.000,00	8,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
18	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMINHÃO AGRALE 14000 COM COLETOR DE LIXO COMPACTADOR ANO FAB/MOD. 20 012 CHASSI 9BYC078A2ACC000039 PLACA - OAS 9809	6.000,00	9,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
21	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TRATOR MASSEY FERGUSON 50 1964 VERMELHO	10.000,00	7,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
23	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO VM 260 6X2R ANO FAB/MOD. 2009/2010, COR BRANC OMBUSTIVEL DIESIL, POTENCIA 260 CV. PLACA NPC-6271	15.000,00	8,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
24	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO VM 260 6X2R ANO FAB/MOD. 2009/2010, COR BRANC OMBUSTIVEL DIESIL, POTENCIA 260 CV. PLACA NPC-6371	15.000,00	8,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
26	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MOTONIVELADORA VOLVO G930, ANO FAB/MOD. 2009/2010 COR AMARELO	18.000,00	8,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
27	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PA-CARREGADEIRA VOLVO L60F, ANO FAB/MOD. 2009/2010 CHASSI VCE0L60FC000 6	15.000,00	8,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
30	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMINHAO BASCULANTE MERCEDES BENS ATRON 6X4 TRAÇADO MOD. 2729 C/36, A AB/MOD. 2014/2014, COR BRANCA.	5.000,00	8,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
31	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MOTONIVELADORA, MARCA CATERPILLAR, MODELO 120K, ANO 2014	15.000,00	7,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
34	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO MICRO ONIBUS VOLARE-W9 EXECUTIVO FLY 9 040MM MARCA MARCOPOLO COMBUSTI DIESEL COR BRANCA ANO FAB/MOD. 2012/2013 POTENCIA DO MOTOR 165CV OAY 2239	10.000,00	8,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
38	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO ONIBUS VOLKS WAGEM 46 PASSAGEIROS, POTENCIA DO MOTOR 206CV, COMB. DIESEL ANO MOD/FAB. 1998/1999. HVV 8193	10.000,00	8,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
40	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINA RETROESCAVADEIRA MARCA CASE, MODELO: 580N, 4X4 ROPS, COMBUSTIVEL: DIES CHASSI: HBNZ580NHDA10220, MOTOR 00123187.	5.000,00	7,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
41	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TRATOR MASSEY FERGUSON - MF 283 85 CV; ANO: 1996; MODELO:1997; SERIE 2 5635;	10.000,00	7,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
42	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TRATOR AGRICOLA DE PNEUS NOVOS COM TRACAO 4X4 MOTOR 4 CILINDROS DIESEL , CV TDP SISTEMA HIDRAULICO DE LEVANTE DIRECAO HIDROSTATICA CAPOTA	10.000,00	7,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
43	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TRATOR NEW HOLLAND TT4030 4X4	10.000,00	7,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
44	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TRATOR CBT 2105 4X2	10.000,00	7,0%

VENCEDOR: Empresa JOSIANE DE SOUZA SAMPAIO – ME inscrita no CNPJ 15.393.066/0001-66.

LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)	VALOR R$	DESC.
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO ONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L ESC, CHASSI 93PB42G3PBC036962, PLACA NJU 7312, RENAVAM416631.	5.000,00	9,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO MICRO ONIBUS M.BENZ/MARCOPOLO VICINO ESC. (NACIONAL), COR AMARLA, 31 P GEIROS, ANO FAB/MOD. 2010/2010 PLACA NPJ – 2921.	5.000,00	9,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
13	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO ONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L ESC, CHASSI 93BP42G3PAC033991, PLACA NUF 5847, RENAVAM 257127801 (CAMINHOS DA ESCOLA).	5.000,00	9,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
19	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MOTONIVELADORA MARCA CAT.MOD.120B SERIE 64U01459 AMARELA ANO FAB/MOD. /1976	15.000,00	7,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
20	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PA CARREGADEIRA MARCA MICHIGAN MODELO 55C SERIE NR247	15.000,00	9,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
22	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMINHAO BASCULANTE, MODELO MB L1620 CHASSIS 9BM6953013B344758 MOTOR 8310 568108. AZUL ANO FAB/MOD. 2003/2003 PLACA: JYW-9191	10.000,00	10,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
25	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO MOTONIVELADORA FIATALIS MODELO FG 170 CHASSIS 11M00584. LARANJA ANO FA D. 2003/2003	18.000,00	10,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
29	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO CAMINHAO MERCEDES BENS 1620, TRES EIXO, BASCULANTE, CAÇAMBA CAP. 12M³, TONELADAS, ANO FAB/MOD 2001/2001. JZH 9246	8.000,00	8,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
45	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE 02 GRADES ARADORA BALDAN 32 DISCOS DE 28 MODELOS 12X26;	4.000,00	6,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
46	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GRADE NIVELADORA BALDAN	2.000,00	6,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
47	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PLANTADEIRA JUMIL DE 5 LINHAS	2.000,00	6,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
48	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE 02 ROÇADEIRAS TATU, SENDO UMA 1500 E OUTRA 1700	2.000,00	6,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
49	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CARRETA QUATRO RODAS 6 TONELADAS	2.000,00	6,0%

LOTE 54	QUANT.	Descrição	VALOR HORAS	VALOR TOTAL
ITEM 01	600 HORAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TORNO MECANICO	135,00	81.000,00
ITEM 02	600 KILO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA ELETRICA	146,00	87.600,00
ITEM 03	600 KILO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA MIG	146,00	87.600,00

VENCEDOR: Empresa ANTONIO APARECIDO DA CUNHA 42980844187, inscrita no CNPJ 20.700.941/0001-45.

LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)	VALOR R$	DESC.
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO VEICULO VOLKSWAGEN YW/KOMBI RENAVAM 0020330004, ANO 2009 MODELO 2010 CHASSI 9BWMF07X2AP010403, GASOLINA/ALCOOL COR BRANCA PLACA: NPO – 4717.	5.000,00	6,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
35	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO AUTO MOTOR GM S-10 LT, CAB. DUPLA DIESIL 2.8L 4X2, COR BRANCA FAB/MOD. 2013/2014.OBF 8477	3.000,00	5,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
36	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO AUTO MOTOR, MARCA CHEVROLET, CLASSIC LS 1.0 VHC, COMB. FLEX, A AB/MOD. 2013/2014, COR BRANCA. OBF 8437	3.000,00	4,5%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
39	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO S10 CABINE DUPLA 2.8 4X4 DIESEL ELET. COLINA ANO FAB/MOD. 2010/2011 - COR BRANCO CHASSI: 9BG138JJ0BC450594 PLACA: NPD - 7962	6.000,00	5,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
51	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO AUTO MOTOR, MARCA FIAT, COR BRANCA, MODELO UNO MILLE FIRE, ANO /MOD. 2006/2006, CHASSIS 9BD15822764874942 PLACA - HSI 2875	5.000,00	4,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
52	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO AUTOMOTOR FIAT UNO MILLE ECONOMY, 4 PORTAS, COR BRANCA, ANO F OD. 2013/2013, CHASSI: 9BD15822AD6845529, REVAN: 00546423000, PLACA: OBL 3257.	2.000,00	4,0%
LOTE	Descrição (Base de preço sistema Traz Valor)		
53	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEICULO UNO MILLE ECONOMY 1.0, 4 PORTAS, ANO FAB/NMOD. 2010/2011, FLEX TENCIA 65 CV, AR CONDICIONADO, PLACA NJV-2535.	5.000,00	4,0%

VENCEDOR: Empresa ELEANDRO PIMENTEL DOS SANTOS 04153299146, inscrita no CNPJ 15.457.513/0001-01.
Valor R$ 29.125,00 (vinte e nove mil cento e vinte e cinco reais), lote Nº 55.

LOTE 55	UNID.	DECRIÇÃO	Vlr. Unit.	Vlr. Total
ITEM 01	25	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCERTOS EM PNEUS DE MOTOCICLETAS.	11,33	283,25
ITEM 02	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCERTOS EM PNEUS DE CARRO LEVE ARO 13 A 14.	12,33	2.466,00
ITEM 03	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCERTOS EM PNEUS DE CAMINHONETE.	12,33	2.466,00
ITEM 04	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCERTOS EM PNEUS DE CARRETAS E SUPORTES 750/16.	17,00	3.400,00
ITEM 05	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCERTOS EM PNEUS DE CAMINHÃO.	26,66	5.332,00
ITEM 06	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCERTOS EM PNEUS DE TRATORES 18/430.	51,66	10.332,00
ITEM 07	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCERTOS EM PNEUS DE PATROL E PÁ CARREGADEIRA.	63,33	12.666,00

VENCEDOR: Empresa *M. BOBEK – ME*, inscrita no **CNPJ 06.090.050/0001-96.**
VALOR R$ 82.600,00 (oitenta e dois mil reais), LOTE 56.

LOTE 56	UNID.	Descrição	Vlr. Unit.	Vlr. Total
ITEM 01	10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TROCA DE CAMERAS MOTOCICLETAS.	30,00	300,00
ITEM 02	100	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TROCA DE CAMERAS DE CARRO LEVE ARO 13 A 14.	60,00	6.000,00
ITEM 03	100	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TROCA DE CAMERAS DE CAMINHONETE.	73,33	7.333,00
ITEM 04	100	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TROCA DE CAMERAS DE CARRETAS E SUPORTES 750/16.	71,66	7.166,00
ITEM 05	100	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TROCA DE CAMERAS DE CAMINHÃO 900/20, 1000/20, 295/22.	385,00	38.500,00
ITEM 06	100	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TROCA DE CAMERAS DE PATROL E PÁ CARREGADEIRA.	273,00	27.300,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1 A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12(doze) meses.
2.2 Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Maringá a não será obrigado a serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3 Em cada prestação de serviços decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do

edital do PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 026/2014, que procedeu na integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os serviços as notas fiscais correspondentes ao serviço ora concluído, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Serviços autorizadas pelo solicitante.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal que deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 Os pagamentos serão realizados por meio de deposito bancário na Agência nº____, Conta nº _____, Banco _____, de titularidade da contratada, conforme proposta apresentada no processo Licitatório Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços N.º 026/2014.

3.7. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor dos serviços registrada na tabela de preços (Pesquisa de Mercado, ou outro equivalente), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por serviço e o valor final individualizado de cada /serviço.

4. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DA ENTREGA E DO PRAZO

3.1. O prazo para a retirada da nota de empenho e respectiva Ordem de Serviços, será de até 02 (dois) dias corridos contados da data ciência da convocação.

3.2. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato perante o município, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1. Certidão Negativa de Débito – CND – para com o Sistema de Seguridade Social;

3.2.2. Certificado de Regularidade de Situação para com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS.

3.2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal.

3.3. O objeto deste certame serão entregues IMEDIATAMENTE pela empresa vencedora em local (perímetro urbano) e horário estipulados pelo Município de acordo com a necessidade e pedidos realizados.

3.4. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

3.4.1. A entrega dos serviços requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.5. Se a qualidade dos serviços não corresponder às especificações do objeto da ata, aquela será aplicado as penalidades cabíveis.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1 Do Município:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Serviços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

5.2.1.1. Atender a Ordem de Serviços do Município prestando lhes os serviços, nos preços constantes pela Pesquisa de Mercado, com os descontos previstos nas propostas;

5.2.1.2. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços fornecidos;

5.2.1.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.1.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.1.5. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

5.2.1.6. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

(primeira) linha, o valor individual e unitário, o desconto aplicado e o valor final;

5.2.1.7. No orçamento de serviços deverá constar o tipo de manutenção (elétrica, funilaria, pneus, faróis, suspensão, motor, sistema injeção, correias, escapamento, refrigeração, câmbio, freios, concha hidráulica, acessórios).

5.2.1.8. Executar os serviços fielmente, sendo obrigações da detentora desta ata;

5.2.1.9. Executar os serviços objeto do presente certame, com absoluta diligência e perfeição;

5.2.1.10. Permitir e facilitar a fiscalização da Prefeitura Municipal de Nova Maringá, a inspeção no local dos serviços, a qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários;

5.2.1.11. Ocorrendo eventual necessidade de reparar, corrigir os serviços no total ou em parte, essas correções são de responsabilidade total da licitante vencedora, nos termos do artigo 63 da Lei nº 8.666/93.

5.2.1.12. Outras obrigações constantes do Termo de Referência.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os contratos de prestação de serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os serviços ora requisitados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda prestação de serviços deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa prestadora de serviços vencedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu o recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1 Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
7.1.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;
7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas ao processo.
7.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
7.3 Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
7.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 03 (três) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 05(cinco) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
8.1.1 Considera-se incluso no preço dos serviço para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
8.1.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada manutenção de veículos a ser com base na tabela de preços fornecidos pelas montadoras dos veículos ou pesquisa de mercado.
8.1.3. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre o valor de tabela vigente no dia do pedido de prestação de serviço.
8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de serviços fornecidos pela empresa contratada, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.
8.3. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
8.4. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, tais como apresentação de notas fiscais do distribuidor, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.
8.5 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
8.6 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o prestador de serviços com o primeiro maior desconto registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
8.7 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
8.8 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
8.9 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e os prestadores de serviços não puderem cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.
8.9.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, notas fiscais de prestação dos serviços, encargos etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
8.10 Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os prestadores de serviços no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro maior desconto e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.
8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.
8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.
8.13 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição dos serviços, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1 A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:
9.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;
9.1.2 A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
9.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;
9.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;
9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
9.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
9.3.1 A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
10.1 As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas de consumo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.
10.2 As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Serviços. Caso a

unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES
11.1 As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1 Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2014** e as propostas classificadas no certame supranumerado.
12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.
12.3 O compromisso dos serviços só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Serviços ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13. DO FORO
13.1 - As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá-MT, 30 de Setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT
JOÃO BRAGA
Prefeito Municipal

Eleandro Pimentel Dos Santos-MEI
ELEANDRO PIMENTEL DOS SANTOS
CPF/MF 041.532.991-46

Josiane de Souza Sampaio – ME
CLAUDEMIR AMAURI F. DOS SANTOS

Costa & Cruz Ltda – ME
OSMAR PEREIRA DA CRUZ

Antonio Aparecido da Cunha-MEI
ANTONIO APARECIDO DA CUNHA

Valdecir Medeiros – ME
VALDECIR MEDEIROS

M. Bobek – ME
EUGENIO BOBEK

TESTEMUNHAS:

MANOEL DA COSTA CAMPOS
Secretario Geral de Administração

WELDER SOUZA CUNHA
CPF: 037.865.001-77

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:7164DC75

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E (LI)

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde CNPJ nº 37.465.556/0001-63, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a Pavimentação e Drenagem de Águas Pluviais, no Município de Nova Monte Verde /MT

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:03FD55C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF - 2 QUADRIMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro /2013 a Agosto/2014 - Consolidado

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.033.334,42	
Pessoal Ativo	9.033.334,42	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.033.334,42	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		9.033.334,42
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**TOTAL**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		19.040.657,91
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		47,44
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 60,00 %		11.424.394,75
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 51,30 %		9.767.857,51
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %		10.281.955,28
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
CNPJ: 37465556000163
AV MATO GROSSO - 0000000 - CENTRO
Telefone 06635972800
gabinete@novamonteverde.mt.gov.br
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2014 à 08/2014

LRF, Art 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	39.274,94	129.998,34	120.127,37	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	39.274,94	129.998,34	120.127,37	0,00
Interna	39.274,94	129.998,34	120.127,37	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.088.807,39	4.879.064,30	5.278.297,48	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.046.872,87	5.184.551,89	5.524.575,30	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	958.065,48	305.487,59	246.277,82	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.049.532,45	-4.749.065,96	-5.158.170,11	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.751.141,01	16.847.581,04	17.270.171,79	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,31	0,77	0,70	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-31,76	-28,19	-29,87	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	2.040.182,56	2.695.612,97	2.763.227,49	0,00
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00

PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	39.274,94	129.998,34	120.127,37	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	39.274,94	129.998,34	120.127,37	0,00
Previdênciárias	39.274,94	129.998,34	120.127,37	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	45.747,27	83.087,80	14.203,05	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	478.845,96	175.182,25	129.355,07	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	7.030.593,85	7.030.593,85	7.030.593,85	0,00
Passivo Atuarial	7.030.593,85	7.030.593,85	7.030.593,85	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	9.539,80	11.065,55	11.457,51	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	9.539,80	11.065,55	11.457,51	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	7.021.054,05	7.019.528,30	7.019.136,34	0,00

Publicado por:
Angela Schedler Citadin
Código Identificador:4A4586B4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 176, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

"Nomeia comissão especial para verificação da delimitação da zona de influencia e acréscimo do valor venal de imóveis beneficiados por obras públicas, e da outras providências."

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal; e

· Considerando a necessidade do lançamento da contribuição de melhoria decorrente da execução de obras públicas visando o cumprimento da legislação, em especial ao Art. 11 da Lei Federal Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, Constituição Federal, Art. 145, inciso III, Código Tributário Nacional, Lei Federal nº 5.172/66, Decreto-Lei Federal nº 195/6, Código Tributário Municipal, Arts. 227 a 230 da Lei Complementar nº 089/2012.

· Considerando a obrigatoriedade do lançamento da contribuição de melhoria, vedado sua isenção conforme estabelece o Parágrafo 6º do Art. 150 da Constituição Federal.

· Considerando que a obra foi executada em conformidade com a Lei n° 863/2005m Programa Municipal de Pavimentação Comunitária.

· Considerando que os imóveis localizados nas Rua dos Cedros, Oliveiras, Sapucaias, Paineiras, Copaíbas e dos Faveiros no Bairro Industrial Norte , sofreram valorização em decorrência da execução de obras de pavimentação asfáltica que receberam, constituindo legítima e devida a cobrança da contribuição de melhoria, conforme prevê o inciso I, Art. 2º do Decreto-Lei nº 195/67 c/c com o artigo 227 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 089/2012 pelo acréscimo gerado a cada imóvel face às obras públicas realizadas.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão Especial, constituída pelos servidores públicos municipais, os senhores:

• Terezinha Aparecida Leite Arissava;

· Djoni Carlo Demozzi;
· James Fernando Faustino Marques;

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo anterior, será presidida pela Senhora Terezinha Aparecida Leite Arissava, e secretario da pelo Senhor James Fernando Faustino Marques e o Senhor Djoni Carlos Demozzi membro.

Art. 3º. A Comissão Especial de que trata esta Portaria tem como objetivo delimitar a zona de influencia e apurar o acréscimo no valor venal de cada imóvel beneficiado pelas obras públicas, na Rua dos Cedros, das Oliveiras, das Sapucaias, das Paineiras, das Copaíbas e dos Faveiros no Bairro Industrial Norte , face à valorização recebida por estes, decorrente das obras de drenagem e pavimentação asfáltica que foram realizadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º. O prazo para o cumprimento de que estabelece o artigo 3º, será de 15 (quinze) dias a contar da publicação desta portaria, podendo ser prorrogado mediante solicitação da Comissão.

Art. 5º. A valorização de cada imóvel e a atualização dos valores venais definidos pela Comissão de que trata o artigo 3º desta portaria, serão publicados nos locais de costume e/ou em jornal de circulação local e/ou regional, onde constará obrigatoriamente no mínimo o nº do lote e da quadra a que pertence cada imóvel.

Parágrafo Único A publicidade de que trata o caput deste artigo, será através de resolução expedida pela Comissão Especial instituída e nomeada por esta portaria.

Art. 6º. A Comissão Especial de que trata esta Portaria, após tornar público o resultado dos valores venais apurado para cada imóvel, dará publicidade conforme determina o artigo anterior, e fixará o prazo de 30 (quinze) dias para interposição de recursos por parte de proprietários de imóveis que discordar da valorização atribuída ao seu imóvel.

Art. 7º. Os eventuais recursos apresentados por proprietários de imóveis ou seu representante legal, serão analisados e julgados pela Comissão Especial de que trata esta Portaria, o prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir de seu recebimento.

Parágrafo Único. O proprietário que discordar do julgamento de seu recurso pela Comissão Especial, poderá apresentar recurso especial no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após ser notificado da decisão do recurso pela Comissão Especial junto a Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 30 de setembro de 2014.

Registre-se,
Afixe-se e
Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:513EF646

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 032/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA, SERVIÇO TECNICO DE MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO, REINSTALAÇÃO A SER REALIZADA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, REFRIGERADOR, FREEZER, BEBEDOURO E FOGÃO INDUSTRIAL Examinados os atos e termos do procedimento do referido Edital e seus anexos, visando o interesse publico, o Município de Nova Olímpia-MT, representado pelo seu prefeito, juntamente com a Pregoeira e Equipe de Apoio, face ao exposto torna público e para o conhecimento dos interessados e de quem mais interessar possa que a licitação supra mencionada foi REVOGADA, conforme Despacho que consta nos autos do processo.

Nova Olímpia-MT, 01 de outubro de 2014.

CRISTOVÃO MASSON
Prefeito Municipal

ELIETE MARIA DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Elizete Maria da Silva
Código Identificador:4D4E5AAD

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - PRIMEIRO ADITAMENTO DE N°023/2014 AO CONTRATO N° 031/2014

O município de NOVA OLIMPIA – MT torna público, que tendo em vista o equivoco ocorrido na publicação que circulou no dia 29/09/2014, retifica-se da seguinte Forma:

ONDE SE LÊ: Nova Olímpia-MT, 24 de Setembro de 2014
LEIA – SE: Nova Olímpia-MT, 01 de Setembro de 2014

ANSELMO CRISTIANO MANICA
Presidente da CPL

Publicado por:
Elizete Maria da Silva
Código Identificador:FC9C52E4

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT

Carta de Ratificação da Proposta

A prefeitura municipal de Nova Olimpia-MT, para os fins do edital de **Chamamento Público Nº001/2014 – SMS – PMNO – MT Credenciamento de Pessoas Jurídicas da Área de Saúde para Prestação de Serviços Especializados de Saúde - 2014**, vem, pelo presente, ratificar a proposta feita pela empresa R G DE LIMA MEDEIROS CIA LTDA, propondo, em caráter irrevogável e irretratável, acordar com os termos e condições contempladas no edital.

ANSELMO CRISTIANO MANICA
Presidente da CPL

Publicado por:
Elizete Maria da Silva
Código Identificador:82D847F8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

GABINETE PREFEITO
CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2014
ADVOGADO

Nova Santa Helena/MT., 01 de outubro de 2.014.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Concurso Público 001/2014** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 10 de agosto de 2.014, vem à presença de V. Sa., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ADVOGADO**, CONVOCÁ-LO a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra do Concurso Público 001/2014, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;
2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;
3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;
4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);
5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.
6. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;
7. Comprovante de endereço;
8. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;
9. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;
10 Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;
11. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;
12. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;
13. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;
14. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
15. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.
16. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
17. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;
18. (uma) foto 3x4 recente;
19. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

20. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

21. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Concurso Público.

22. Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Ao (a) Ilustríssimo (a) Senhor (a)
EDINALDO ORTIZ DOS SANTOS
RG Nº. 1.398.004-1 SSP/MT
edotsan@hotmail.com (66) 9957-5141
ALTA FLORESTA – MT.
CIENTE: .....EM_____/_____/____

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:50DB26D3

GABINETE PREFEITO
CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - ENGENHEIRO

Nova Santa Helena/MT., 01 de outubro de 2.014.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Concurso Público 001/2014** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 10 de agosto de 2.014, vem à presença de V. Sa., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENGENHEIRO**, CONVOCÁ-LO a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra do Concurso Público 001/2014, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;
2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;
3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;
4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);
5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.
6. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;
7. Comprovante de endereço;
8. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;
9. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;
10 Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;
11. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;
12. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;
13. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;
14. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
15. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.
16. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
17. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;
18. (uma) foto 3x4 recente;
19. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

20. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

21. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Concurso Público.

22. Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Ao (a) Ilustríssimo (a) Senhor (a)
GUILHERME LUCAS CURIA PEREIRA
RG Nº. 2.325.848-9SSP/MT
guilhermecuria.eng@gmail.com (66) 9991-2349
SINOP – MT.
CIENTE: .....EM_____/_____/____

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:01A56207

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSAO DE LICITACAO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2.014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público a Retificação da publicação do aviso de licitação do Pregão Presencial Nº 041/2.014, conforme se segue: **Onde se lê: às** 08h00min (horário de Brasília) do dia 10 de outubro de 2.014 **Leia-se:** 08h00min (horário de Brasília) do dia 16 de outubro de 2.014. Maiores informações no endereço supracitado no Edital, através do telefone (66) 3438-3362 no horário das 07h30min as 11h30min e 13h30min as 17h30min e ou/ através do E-mail: compraspmnx@gmail.com e no site: www.novaxavantinamt.com.br.

Nova Xavantina – MT, 30 de setembro de 2.014.

DANILO PEREIRA DE ARAUJO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Danilo Pereira de Araujo
Código Identificador:43279578

DIVISAO DE PESSOAL
PORTARIA N.º 6.314, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a nomeação de Ricardo Ribeiro de Oliveira, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências*, **resolve**:

Art. 1º Nomear o servidor público municipal Sr. ***Ricardo Ribeiro de Oliveira*** – Fiscal de Serviços Públicos, Matrícula Funcional n.º 3415, para exercer a função gratificada de *Chefe da Divisão de Fiscalização* – GF-06, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 5.614 de 07 de janeiro de 2013.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de outubro de 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:235091BB

DIVISAO DE PESSOAL
PORTARIA N.º 6.317, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação Paulo Parreira da Silva, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal

n.º 1.694/2013, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências*, **resolve**:

Art. 1º Nomear o servidor público municipal efetivo, Sr. ***Paulo Parreira da Silva*** - Matrícula Funcional n.º 527 – Assistente Administrativo, para responder pelo Convênio firmado junto a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Minas e Energia, *Órgão de Função Delegada – GF-64*.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de outubro de 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:18FAF4D7

DIVISAO DE PESSOAL
PORTARIA N.º 6.316, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio para a realização de licitações na modalidade Pregão, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto Municipal n.º 1.420/2006 e Decreto Municipal n.º 1.778/2009, de acordo com art. 75 e art. 78 da Lei Municipal 1752/2013, e art. 100 da lei Municipal n.º 1694/2013 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Designar o servidor público municipal efetivo Sr. **Walmir Arruda Costa -** Matrícula Funcional n.º 58, como Pregoeiro Oficial do Município, responsável pela condução dos trabalhos necessários e inerentes à realização de licitações na modalidade Pregão.

Art. 2º Designar a Equipe de Apoio à realização dos trabalhos de que trata o artigo anterior composta pelos seguintes membros: **Danilo Pereira de Araújo** – Matrícula Funcional n.º 3855, **Juscelino da Rocha Reis** – Matrícula Funcional n.º 3619 e **Carlos Silvério Ribeiro** – Matrícula Funcional n.º 3614.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 6.043 de 18 de março de 2.014 e Portaria 6.265 de 01 de setembro de 2.014.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 01 de outubro de 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:8AD5B6F2

DIVISAO DE PESSOAL
PORTARIA N.º 6.315, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a nomeação de nova Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.694/2013, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências*; **resolve**:

Art. 1º Nomear nova *Comissão Permanente de Licitação*, composta pelos seguintes membros: **Walmir Arruda Costa** - Matrícula Funcional n.º 58 – Presidente – GF-60, **Juscelino da Rocha Reis** – Matrícula Funcional n.º 3619- Secretário – GF-61, **Danilo Pereira de Araújo** – Matrícula Funcional n.º 3855 – Membro – GF-61 e **Carlos Silvério Ribeiro** – Matrícula Funcional n.º 3614 – Suplente – GF-61.

Parágrafo único. A Comissão de que trata o "*caput*" deste artigo, sob a Presidência do primeiro procederá aos trabalhos de analise e julgamento das propostas de licitações promovidas através Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica revogada em todos os seus termos a Portaria n.º 6.042 de 18 de março de 2.014 e Portaria nº 6.264 de 01 de setembro de 2.014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 01 de outubro de 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:6AA838D4

DIVISAO DE PESSOAL
TERMO DE DISTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA ESTADO DE MATO GROSSO, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **GERCINO CAETANO ROSA**, brasileiro casado, portador da Cédula de Identidade **RG nº 512.814 SSP/MT** e do **CPF nº 280.677.891-34**, residente e domiciliado a Rua Sergipe, 185 Centro Nova Xavantina - MT, aqui denominado **DISTRATANTE**, e do outro lado a pessoa física do(a) Sr.(a). **MARIA LUIZA CORDEIRO BUENO,** brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade **RG nº 11325720 SSP/MT e CPF Nº 003.144.821.64,** na qualidade de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA,** residente e domiciliado(a) nesta cidade, neste ato denominado(a) **DISTRATADO**(**A**), para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

CLÁUSULA I

Fica distratado, o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado de número **009/2014,** junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA II

Com a celebração do presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes, dando o(a) **DISTRATADO**(**A**), total quitação do contrato após o recebimento das obrigações trabalhistas consignadas em Lei.

E por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Distrato, em duas vias de mesmo teor na presença das testemunhas abaixo.

NOVA XAVANTINA MT, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

MARIA LUIZA CORDEIRO BUENO
Distratado(a)

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:79F228E6

DIVISAO DE PESSOAL
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 007/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AOS CANDIDATOS PARA PROVA PRATICA DE CONHECIMENTO BASICO EM INFORMÁTICA E DIGITAÇÃO

A Comissão Interna do Processo Seletivo Público nº. 007/2014, em cumprimento ao ANEXO VI – CRONOGRAMA DOS TRABALHOS do Edital normativo do Processo Seletivo Público nº. 007/2014, RESOLVE:

1 - PUBLICAR a relação dos candidatos classificados e eliminados no Teste de Aptidão Física –TAF para os cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias ACE.

2 - CONVOCAR para a Prova Prática de Conhecimento Básico em Informática e Digitação todos os candidatos classificados na prova objetiva e aptos no Teste de Aptidão Física –TAF para os cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias ACE.

3 - INFORMAR aos candidatos classificados e convocados para a Prova Prática de Conhecimento Básico em Informática e Digitação será realizada no dia 03 de outubro de 2.014, na **Delphi Informática**, situada na Av Mato Grosso nº 529, Centro, **às 07:h:30min** horário local. Informamos ainda que os candidatos deverão observar o item **"7" do Edital** que disciplina a realização desta Prova.

Nada mais havendo a tratar, revogam-se as disposições em contrário.

Nova Xavantina, 30 de setembro de 2014.

ADELCIMEIRE BISPO SIRQUEIRA
Presidente da Comissão

CANDIDATOS APTOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF I MICRO ÁREA 02 SETOR XAVANTINA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	90	ANA LUCIA MARTINS DE SOUZA	19973535 SSP-MT	APTO
2	116	ANISIA LAURINDA DE SOUZA	0758717-1 SSP-MT	APTO
3	73	CLAUDIA BARBOSA DE SANTANA	20443684 SSP-MT	APTO
4	77	FATIMA BARBOSA DE JESUS	879614 SSP-MT	APTO
5	69	JÉSSICA FIDELIS GODOY	2367821-6 SSP-MT	APTO
6	52	TAINARA CARDOSO FARIAS	2590023-4 SEJSP	APTO
7	231	WANDERSON PEREIRA MESSIAS	2579977-0 SSP-MT	APTO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF I MICRO ÁREA 05 SETOR XAVANTINA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	236	CAROLINE BELUSSI CERANTO	18426077 SSP-MT	APTO
2	237	JOSIAS MIOTTI DOS SANTOS NETO	1858222 SSP-DF	APTO
3	235	LUIZ CARLOS FRAISSAT	31329011071300 SESP-GO	APTO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF I MICRO ÁREA 11 SETOR XAVANTINA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	38	EVANDRA PEREIRA BORGES	1423077-1 SSP-MT	APTO
2	239	MAIUZA SOKOLOSKI	1256798-1 SSP-MT	APTO
3	170	ROSILENE GOMES DOS SANTOS	1845126-8 SSP-MT	APTO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF I MICRO ÁREA 12 SETOR XAVANTINA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	119	RAFAEL COSTA SOUZA	2430549 SSP-MT	APTO

CANDIDATOS APTOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF III. BAIRRO UNIÃO MICRO ÁREA 09 SETOR NOVA BRASÍLIA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	76	ADRIELE MENDIS DE ARAUJO	2386840-6 SSP-MT	APTO
2	03	ELAINE DA SILVA	14421224 SSP MT	APTO
3	111	LIVIA APARECIDA SOBRINHO DA S ARAUJO	17637309 SSP-MT	APTO
4	225	TANIA LOURENÇO AMORIM	20443838 SSP-MT	APTO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF IV MICRO ÁREA 06 BAIRRO TONETTO SETOR NOVA BRASÍLIA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	165	ANUBIA ANGELO	1142667-5 SJI	APTO
2	35	JHENNIFER SOUZA WINTER	20146515 SSP-MT	APTO
3	172	JULIA GLAZIELA MACEDO	12402451 SSP-MT	APTO
4	9	KAIAN TAVARES DA PAIXÃO	16327853 SSP-MT	APTO
5	114	LUCIMAR REZENDE DE OLIVEIRA	125595-08SSP-MT	APTO
6	89	MARINA DA SILVA ASSUNÇÃO	5031846 SSP-GO	APTO
7	65	SANDRA DA SILVA CAMPOS FERREIRA	17836476 SSP-MT	APTO
8	115	VANIA VIEIRA MIGUEL	20401280 SSP-MT	APTO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF IV MICRO ÁREA 08 BAIRRO TONETTO SETOR NOVA BRASÍLIA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	7	CLEODILENE SOUZA DIAS SANTOS	1099846-2 SSP-MT	APTO
2	78	DANIELA RIBEIRO DE OLIVEIRA	2590043-9 SSP-MT	APTO
3	228	MICHEL CAYNE BATISTA DOS SANTOS	6326425 SSP-GO	APTO
4	66	SANDRA AGUIAR MELO	24114502 SSP-MT	APTO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF IV MICRO ÁREA 09 BAIRRO TONETTO SETOR NOVA BRASÍLIA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	4	ROSENA FERNANDES DE SENA	1900234 3SSP-MT	APTO

CANDIDATOS APTOS

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	160	ALINE RODRIGUES PEREIRA	12705837 SSP-MT	APTO
2	98	AMANDA MENDES MIRANDA	2461931-0 SSP/MT	APTO
3	22	AMANDA SILVA NEGRISOLI	2326545-0 SSP-MT	APTO
4	139	ANA CLAUDIA LOPES DE SOUZA	1017583-0 IIDRAMP	APTO
5	26	ANA LUCIA JUSTINO	19016875 SSP-MT	APTO
6	214	ANA PAULA MARTINS SILVA	2376125-3 SSP-MT	APTO
7	44	ANTONIA TAVARES PIMENTEL	4791297 SSP-GO	APTO
8	15	BRENDARY ALEXIA A JOCASTA W DE M E SILVA	25795775 SSP-MT	APTO
9	185	CARLOS APARECIDO DE LIMA	534388 SSP-MT	APTO
10	149	CLAUDETE MARIA OLIVEIRA	0989347-4 SSP-MT	APTO
11	109	CRISTIANE DOS SANTOS PIMENTEL	16435940 SSP-MT	APTO
12	128	CUSTODIA APARECIDA DOS REIS	0921617-0 SSP-MT	APTO
13	88	DIOGENES JOSÉ MENDANHA GALDINO	26060590 SSP-MT	APTO
14	42	DIVINA CÉLIA REZENDE	1386668-0 SSP-MT	APTO

15	263	DIVINO APARECIDO SANTOS COELHO	1626684-6 SSP-MT	APTO
16	48	EDUARDO CELESTINO BARBOSA JR	4728627 SSP-GO	APTO
17	202	ELISÂNGELA MARTINS DA SILVA	16293096 SSP-	APTO
18	103	ELISMARCIA FERREIRA MAIA	1645766-8 SSPPA	APTO
19	27	FABIANA APARECIDA SANTOS DE ARAUJO	16562666 SEJUSP	APTO
20	64	FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS	22678166 SSP-MT	APTO
21	43	FLÁVIO PASSOS OLIVEIRA	941800 SSP-ES	APTO
22	189	FRANCIELI SILVA GUIMARÃES	24369144 SSP-	APTO
23	41	FRANCISCA CÂNDIDO DE ARAUJO	2116302-2 SSP-MT	APTO
24	14	HELAINE MARIA DE SOUZA	15013650 SSP-MT	APTO
25	87	IVONILDA MOURA FERRAZ	1153134-7 DRAMP MT	APTO
26	131	JENIFFER KALLINE DA SILVA BATISTA GODOI	18801269-8 SESP	APTO

CANDIDATOS APTOS

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
27	184	JENNEFFER LAURA COELHO GOMES	2201372-5 SSP-MT	APTO
28	273	JULIANA MAIA ARAUJO DA SILVA	21931364 SSP-MT	APTO
29	11	JULIANA VIEIRA RODRIGUES	001514081 SSP-MS	APTO
30	152	LAURA ANDREANY NUNES NEOTZOLD	1659826-1 SSP-MT	APTO
31	215	LAURA DAYANE GOMES FERREIRA	17739926 SSP-MT	APTO
32	39	LEIDIANE APARECIDA DOS SANTOS	17466016 SSP	APTO
33	33	LEIDIANE CARDOSO LIMA PEREIRA	1781944-0 SSP-MT	APTO
34	275	LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIAS	2008404-8 SSP-MT	APTO
35	31	LEILA DE ALENCAR DANTAS	10887415 SSP-MT	APTO
36	85	LINNDY ELY SILVA SANTOS	5557915 SPTC-GO	APTO
37	16	LORRAN MOREIRA MARTINS	24305910 SSP-MT	APTO
38	147	LUCAS MOREIRA ALVES	25991078 SEJUSP-MT	APTO
39	101	LUCENI DOS REIS LUIZ BRANDÃO	1939677-5 SSP/MT	APTO
40	97	LUZENI VIEIRA BUENO	1602084-7 SSP/MT	APTO
41	195	MARCILENE LEITE DE QUEIROZ	1118771-9 SSP-MT	APTO
42	272	MARIA CARMEM LUCIA L. SOARES FEITOSA	1423939-6 SSP-MT	APTO
43	188	MIKAELA BARSANULFO DOS SANTOS	2384674-7 SSP-MT	APTO
44	126	NEIRE VOINE SILVA MATOS BUENO	629095 SSP	APTO
45	204	PALLOMA MOREIRA ALVES	2825271-3 SSP-MT	APTO
46	18	SANDRA FERREIRA MARTINS	545346 SSP-MT	APTO
47	107	SARA BARBOSA DOS SANTOS	17253330 SSP-MT	APTO
48	20	SIMONE DE SOUZA FUMEIRO	12783960 SSP-MT	APTO
49	106	VYVYANNE ANTUNES TOLOTTI	1913750-8 SSP-MT	APTO

CANDIDATOS ELIMINADOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF I MICRO ÁREA 02 SETOR XAVANTINA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	224	ELIZABETE ARDEN MENDES DA SILVA	20319306 SSP-SP	NÃO COMPARECEU

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF I MICRO ÁREA 05 SETOR XAVANTINA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	55	LIDIANE ANDRADE ROSSI	16891775 SSP/MT	NÃO COMPARECEU

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF III. BAIRRO UNIÃO MICRO ÁREA 09 SETOR NOVA BRASÍLIA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	238	FLAVIA CRISTINA MARTINS ASSIS	21950660 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
2	37	MAGNAN JULIA RODRIGUES SANTOS	22019669 SSP-	NÃO COMPARECEU
3	230	MARILENE RODRIGUES DA SILVA	751495 SSP-MT	NÃO COMPARECEU

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF IV MICRO ÁREA 06 BAIRRO TONETTO SETOR NOVA BRASÍLIA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	72	HUDSON CARLOS MEDRADO COSTA	2430823-4 SSP-MT	NÃO COMPARECEU

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
UBSF IV MICRO ÁREA 09 BAIRRO TONETTO SETOR NOVA BRASÍLIA

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	176	LEIA SANTOS SILVA	11542217 SSP-MT	NÃO COMPARECEU

CANDIDATOS ELIMINADOS
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	RESULTADO
1	83	ADOMILTON FERREIRA OLIVEIRA	2103079-0 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
2	56	ADRIANA DA SILVA FREITAS	1975098-6 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
3	278	ANA BÁRBARA SILVA PRACHEDES	00719626 SEJUSP /MS	NÃO COMPARECEU
4	186	ANA PAULA FELICIANA DA SILVA	5915642 SSP-GO	NÃO COMPARECEU
5	125	BELMIRO BARBOSA DOS SANTOS	852147 SPTC-MT	NÃO COMPARECEU
6	251	CAMILLE ANTUNES TOLOTTI	2455361-1 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
7	265	DAIANE CLAUDIA DA SILVA	21454183 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
8	274	ELANE SOUZA COSTA SANTOS	1741848 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
9	62	IRISLANE DA SILVA LIMA	20684274 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
10	21	JAIRO MATOS DA ROCHA	2416627-8 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
11	24	JOSELINA DIAS DE SOUSA	5739691 SSP-PA	NÃO COMPARECEU
12	105	JOSIANE PEREIRA LEMOS	18913113 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
13	30	LUCIANA FILIZARDO GALVÃO	12582123 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
14	255	MAISA PEREIRA COSTA SOKOLOSKI	278978 SSP-MT	INAPTA
15	157	MARCIVANIA ALVES DE SOUZA	740353 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
16	133	OLISSES GOMES CARVALHO	1962288-0 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
17	150	ROSANA CRISTINA FARIAS	729556 SSP/ MT	NÃO COMPARECEU
18	253	SUELLEN PEREIRA SENA	20619790 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
19	138	TAYHANA BORGES DA COSTA	2484478-0 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
20	100	UILMA SILVA BORGES OLIVEIRA	1533980-7 SSP/MT	NÃO COMPARECEU
21	146	VANNEIDE AZEVEDO MARTINS	207628320020 SSP-MA	NÃO COMPARECEU
22	252	VICTOR HUGO SILVEIRA	22568344 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
23	86	WALDIVAN RIBEIRO DOS SANTOS	1659890-3 SSP-MT	NÃO COMPARECEU
24	179	WANESSA PEREIRA DOS SANTOS FRANCZAK	23371617 SSP-MT	NÃO COMPARECEU

Nova Xavantina-MT, 30 de setembro de 2014.

ADELCIMEIRE BISPO SIRQUEIRA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:3BAD6CF7

DIVISAO DE PESSOAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 008/2014

GABARITO OFICIAL
CARGO: ODONTÓLOGO

	A	B	C	D
01	X			
02			X	
03	X			
04				X
05			X	
06				X
07			X	
08				X
09		X		
10			X	
11	X			
12	X			
13				X
14				X
15		X		
16				X
17	X			
18				X
19		X		
20	X			
21			X	
22		X		
23		X		
24			X	
25				X
26	X			
27			X	
28	X			
29				X
30			X	
31		X		
32			X	
33			X	
34	X			
35		X		
36				X
37			X	
38	ANULADA			
39			X	
40		X		

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:ECE8103A

DIVISAO DE PESSOAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 008/2014

PARECER Nº. 001/2014

REF: RECURSOS IMPETRADOS

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 008/2014, nomeada pela Portaria Nº. 6.219, de 05 de agosto de 2014, retificada pelas portarias 6.247/2014 e 6.295/2014, no uso de suas atribuições, concedidas pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 008/2014, após a verificação da regularidade, emite PARECER ao recurso impetrado, constatando:
I – CARGO: ODONTÓLOGO
CANDIDATA: MONIQUE DALCIN – Inscrição nº. 026;
TIPO DO RECURSO**:** gabarito preliminar, questão 038.
Recurso Procedente: Analisamos o recurso e constatamos que o texto da questão foi redigido incorretamente, ficando ANULADA a questão de nº. 038.

Nova Xavantina-MT, 02 de outubro de 2014.

ADELCIMEIRE BISPO SIRQUEIRA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:66E302CF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP N. 019/2014 PROCESSO Nº. 030/2014

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através de seu pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados que o processo licitatório Pregão Presencial - SRP n. 019/2014, com o objeto de **Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de remanufatura de toners e cartuchos pretos e coloridos, incluindo troca de peças em atendimento a diversas secretarias**, conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital, onde sagrou - se vencedora a empresa **Leandro Pereira de Souza - MEI**, inscrita no **CNPJ: 12.260.554/0001-07**, no valor global de **R$ 33.586,00 (trinta e três mil quinhentos e oitenta e seis reais)** para os **Itens de 01 a 27**, tudo de acordo com anexo I – Termo de referencia do edital. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada a Rua Augusto de Souza, 171 centro - Novo Horizonte do Norte - MT.

Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de Outubro de 2014.

JULIANO GAMBA
Pregoeiro

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:F50EA71D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 226/2014

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Nomear **Elinéia Moraes da Silva,** brasileira, maior, portadora do RG. nº 1738127-4 SSP/MT e do CPF nº 011.329.081-08, para exercer o Cargo de **Professora**, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer conforme Aprovação e Classificação em Concurso Público Municipal realizado no dia 08 de setembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de outubro de 2014.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:A7AEA654

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT,

CONFORME ESTABELECE O EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014, PUBLICADO EM 11 DE SETEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Portaria nº 214/2014.

R E S O L V E:

Art. 1º- Publicar o Gabarito Oficial do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, realizado no dia 28 de setembro de 2014, conforme discriminação anexa.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de outubro de 2014.

MARIA SALETE DA SILVA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/2014

GABARITO NÍVEL SUPERIOR

PORTUGUES		CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS		MATEMÁTICA	
1	A	1	C	1	B
2	C	2	B	2	C
3	A	3	A	3	B
4	C	4	A	4	D
5	A	5	A	5	C
6	B	6	B	6	A
7	C	7	C	7	A
8	D	8	A	8	B
9	C	9	A	9	B
10	D	10	B	10	C

MARIA SALETE DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:5E3FEE83

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 023/2014

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 023/2014

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**Empresa GENEZIO F. DE SOUZA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº. 00.364.780/0001-59, com sede na ROD. MT 320, S/Nº, KM 33, BAIRRO JARDIM PERIN, CIDADE DE COLIDER/MT, CEP 78.500-000, neste ato representado pelo seu sócio Sr. Genézio Ferreira de Souza, portador da CI/RG nº. 12.664.913 e CPF/MF nº. 023.774.398-10, residente e domiciliado na cidade de Colider/MT**
Objeto	Ampliação da Escola Municipal Alcides Ferreira Primo, com a construção de 02(duas) salas de aulas com total de 136,54m² de construção, com fornecimento de mão-de-obra, necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos nas Planilhas Orçamentárias e Projetos.
Valor	**O preço global deste CONTRATO é de** de **R$ 14.737,92 (Quatorze Mil Setecentos e Trinta e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos)**,
Vigência do Contrato	**90(noventa) dias a contar da emissão da ordem de serviço**
Prazo de Execução	**90(noventa) dias a contar da emissão da ordem de serviço**
Dotação Orçamentária	**51 – 05.001.12.361.0006.1015.4490.51.00.00**
Origem	**Dispensa de Licitação art. 24, I da Lei 8.666/93**

Novo Mundo/MT, 01 de Outubro 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liria Kurten Wronski
Código Identificador:E4F11546

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: TRANSPORTADORA E TRANSPORTE MURERÉ - LTDA
CNPJ: 12.630.215/0001-75
VALOR MENSAL R$: 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO COLETOR DE LIXO PELO PERÍODO DE 04 (QUATRO) MESES PARA REALIZAR O SERVIÇO DE COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO/MT.
VIGENCIA: 01/09/2014 A 31/12/2014

Novo Santo Antonio – MT, em 01 de Setembro de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:3B7216B7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: ARAGUAIA MEDICA PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA
CNPJ: 07.037.808/0001-92
VALOR GLOBAL R$: 95.401,80 (NOVENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS).
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL E INSUMOS, ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DO MUNICÍPIO, CONSTANTE DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA NA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2014 E ADJUDICADO CONFORME PARECER, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO E PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS.
VIGENCIA: 10/09/2014 A 10/02/2015

Novo Santo Antonio – MT, em 10 de Setembro de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:508F8055

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: RET FARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME.
CNPJ: 12.313.826/0001-90
VALOR GLOBAL R$: 85.739,11 (OITENTA E CINCO MIL SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E ONZE CENTAVOS)

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL E INSUMOS, ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DO MUNICÍPIO, CONSTANTE DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA NA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 15/2014 E ADJUDICADO CONFORME PARECER, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO E PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS.
VIGENCIA: 10/09/2014 A 10/02/2015

Novo Santo Antonio – MT, em 10 de Setembro de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:D74DD3A2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: CENTER MEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 05.443.348/0001-77
VALOR GLOBAL R$: 141.695,17 (CENTO E QUARENTA E UM MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E DEZESSETE CENTAVOS).
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL E INSUMOS, ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DO MUNICÍPIO, CONSTANTE DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA NA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2014 E ADJUDICADO CONFORME PARECER, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO E PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS.
VIGENCIA: 10/09/2014 A 10/02/2015

Novo Santo Antonio – MT, em 10 de Setembro de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:7B27B748

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: GUILHERME HEIMBACH NETO - ME.
CNPJ: 20. 927.217/0001/59
VALOR GLOBAL R$: 99.077,07 (NOVENTA E NOVE MIL SETENTA E SETE REAIS E SETE CENTAVOS).
OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES E AMBULATORIAIS NA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT (SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM MEDICINA), NA ESPECIALIDADE DE CLINICA GERAL, PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO CARENTE, COMO COMPLEMENTO DOS BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELO SUS –SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E LOCAÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA.
VIGÊNCIA: 22/09/2014 A 31/12/2014

Novo Santo Antonio – MT, em 22 de Setembro de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:95A87ACA

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014
PROCESSO: Nº 040/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIOS, COM ÁREA TOTAL DE 980,40 M2, NA RUA MANÉ GARRINCHA, S/N, CENTRO, NOVO SANTO ANTÔNIO /MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE.

O Senhor EDUARDO PENNO, Prefeito Municipal de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições que lhes são inerentes, respeitados os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de HOMOLOGAÇÃO.
I – O certame aberto pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio /MT, quanto aos atos praticados, verificou-se que foram realizados em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e o edital, conhecendo-se como legais, legítimos e válidos.
II - Quanto à convivência do processo Licitatório, constatou-se que os recursos para cobertura das despesas oriundas da presente licitação estão consignados no Orçamento do Município e serão empenhadas de acordo com as Ordens de Fornecimento.
III - Diante do exposto, observando-se as formalidades para efeito de adjudicação, considerando os atos do certame como válidos e convenientes ao interesse público, HOMOLOGO o Processo Licitatório nº. 040/2014 Tomada de Preço nº. 01/2014, que tem por objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIOS, COM ÁREA TOTAL DE 980,40 M2, NA RUA MANÉ GARRINCHA, S/N, CENTRO, NOVO SANTO ANTÔNIO /MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE., em nome da vencedora abaixo discriminada:
IV-Empresa: **A. ROCHA PEREIRA CONSTRUÇÕES –LTDA – ME, CNPJ: 15.988.643/0001-62**; no valor Global de R$: 509.750,60 (quinhentos e nove mil, setecentos e cinquenta reais e sessenta centavos), para que a Ata nela proferida produza os efeitos jurídicos e legais.

Dê-se ciência ao interessado, observando as prescrições legais.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, 01 de Outubro de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:8C800C69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT, através do seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 15 de Outubro de 2014, às 13:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/MT, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para realização de exames laboratoriais e emissão de seus resultados. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – Comissão Permanente de Licitação, sito à

Avenida 29 de Setembro, s/n, Centro – Novo Santo Antônio/MT. Mais informação pelo fone: (66) 3548-1140 ou pelo email: licitapmnsa@bol.com.br.

Novo Santo Antonio/MT, 01 de Outubro de 2014.

MARCOS DA SILVA
Pregoeiro
Port: 036/2013

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:BE57CD0B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014

EDITALDEPREGÃOPRESENCIALN.º49/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** designado pela Portaria Conjunta no006/2014, de 02/01/2014, publicada em 02/01/2014 torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 14 de Outubro de 2.014**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, situado à Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77 Bairro Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim – Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 14 de Outubro de 2.014**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL:REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SAO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. **RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00 a partir de 03/10/2014. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158 e pelo e-mail: licitacao@prefeituranovosaojoaquim.com.br .

Novo São Joaquim - MT, 02 de Outubro de 2.014.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo Nº 63/2014.

Publicado por:
Valber Kenedy Barboza Sandes
Código Identificador:4D7B7311

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 081/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT.
CONTRATADA: M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar revisão obrigatória de 40.000 km do veículo caminhão VW MAM, Placa OBD - 1358 na empresa M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA.
VIGÊNCIA: 30/09/2014 até 31/12/2014
VALOR: R$ 11.047,03 (Onze mil quarenta e sete reais e três centavos).

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:3BB9E91C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 087/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT
CONTRATADA: ALLIANCE CONSTRUTORA LTDA - EPP
DO ADITIVO: Ficam aditadas as seguintes Cláusulas do Contrato Primitivo: Cláusula Quarta: prorroga o prazo vigência da obra em 90 (noventa) dias contados a partir do dia 24/09/ 2014 e Cláusula Quinta: prorroga o prazo vigência do contrato em 90 (noventa) dias contados a partir do dia 24/09/2014;
PARANAÍTA/MT, 23/09/2014

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:3C7E4A1E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 052/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT
CONTRATADA: AMAZONIA POÇOS ARTESIANOS LTDA - MEDO ADITIVO: Ficam aditadas as seguintes Cláusulas do Contrato Primitivo: Cláusula Quinta: prorroga a vigência do contrato em 60 (Sessenta) dias contados a partir do dia 27/09/2014 e Cláusula Quarta: prorroga a vigência de execução da obra em 60 (Sessenta) dias contados a partir do dia 30/09/2014.

PARANAÍTA/MT, 26/09/2014

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:C7611258

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 095/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 095/2014, levado a efeito às 08h00min horas do dia 24 de Setembro de 2014, foram declarados vencedoras do certame as empresas REGINA MATERIASI PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº. 03.711.081/0001-26 para itens 04, 05, 07, 08, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 59, 60, 64, 65, 66, 75, 76, 79, 81, 82, 91, 92, 94, 97, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 158, 162, 163, 169, 170 e 171, ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAS ELÉTRICOS LTDA – ME inscrita no CNPJ nº. 00.226.324/00001-42 para os itens 02, 03, 09, 12, 14, 20, 22, 25, 28, 31, 33, 34, 41, 42, 43, 58, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 83, 84, 85, 87, 88, 98, 124, 138, 139, 140, 141, 153, 156, 157, 159, 160, 166, 167 e 168, MT COMÉRCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME inscrita no CNPJ nº. 01.906.247/0001-34 para os itens 06, 40, 45, 46, 53, 55, 56, 63, 66, 77, 89, 90, 95, 99, 101, 130, 131, 132, 144, 145, 147 e 152, COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME inscrita no CNPJ nº. 26.579.029/0001-63 para os itens 23, 26, 29, 30, 32, 44, 74, 78, 80, 86, 93, 96, 108, 110, 112, 142, 143, 146, 161, 164 e 165, os itens 47, 54 e 107 foram declarados fracassados.

Paranaíta/MT, 01 de Outubro de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publique – se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:A2CAEF9C

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT**, através da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento, torna público que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas e formação de Cadastro Reserva (CR) para os cargos abaixo especificados, do seu quadro de pessoal, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 012/2010, reeditada pela Lei Complementar nº 022/2010 de 03 de Dezembro de 2010, Lei Complementar nº 046/2012 de 26 de Outubro de 2012 e pela Lei Complementar nº 069/2014, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Paranaíta/MT, Lei Complementar nº 016/2010, reeditada pela Lei Complementar nº 048/2013, de 15 de Janeiro de 2013, Lei Complementar nº 053/2013, Lei Complementar nº 055/2013; Lei Complementar nº 058/2013, Alterado pela Lei Complementar nº 066/2014 e Lei Municipal nº 790/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Saúde do Município de Paranaíta/MT, Lei Complementar Municipal nº 018/2010 de 09 de julho de 2010, reeditada pela Lei Complementar Municipal nº 027/2011 de 27 de maio de 2011, pela Lei Municipal nº 599/2011 de 17 de junho de 2011, pela Lei Complementar Municipal nº 028/2011 de 02 de setembro de 2011, pela Lei Complementar Municipal nº. 029/2011 de 02 de setembro de 2011, pela Lei Complementar Municipal nº 030/2011 de 23 de setembro de 2011, pela Lei Complementar Municipal nº 033/2011 de 04 de novembro de 2011 e pela Lei Municipal nº 634/2011 de 23 de dezembro de 2011 e pela Lei Municipal nº 638/2011 de 23 de Dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Paranaíta/MT, Lei Complementar nº 063/2014, reeditada pela Lei Complementar Municipal nº 067/2014 e a Lei Complementar Municipal nº 068/2014, que dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Paranaíta/MT, com a legislação municipal pertinente e a Constituição Federal, **RESOLVE:**

I. Comunicar que **NÃO HOUVE** recursos sobre a divulgação da relação dos Candidatos cujos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição foram **INDEFERIDOS**, em razão do não enquadramento dos requisitos exigidos, nos termos do Item 3.3.11.12.

II. Divulgar a relação dos candidatos que tiveram a inscrição INDEFERIDA, por realizar mais de uma inscrição, conforme item 3.1 do Edital de Concurso Público nº 001/2014.

3.1. Para o(a) candidato(a), isento(a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será homologada e válida a última inscrição efetuada no sistema de inscrições on-line da EXATA PLANEJAMENTO. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nesta situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

Candidato	Inscrição	Cargo
Aliny Coutinho de Brito	000.229	Técnico Sistema de Informação Saúde
Evandro Carlos Pereira	000.140	Educador Físico
Letícia Silva Mateus	000.676	Auxiliar de Laboratório
Nivea Maria Gomes da Silva	001.168	Técnico Sistema de Informação Saúde
Raquel Benvindo	000.828	Auxiliar de Limpeza (Assentamento São Pedro)

III. Divulgar a relação dos candidatos que tiveram a inscrição DEFERIDA, por estarem de acordo com as normas do Edital de Concurso Público nº 001/2014 (anexo).

IV. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital nº 001/2014, contado da data da publicação deste Edital no endereço eletrônico: exata@exataplenejamento.com.br;

V. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se,

Paranaíta/ MT, 30 de Setembro de 2014.

ANTÔNIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

LUCIA HELENA RODRIGUES ELIAS
Comissão Especial Para Coordenação e Acompanhamento Doconcurso Público

JULIANO RICARDO SCHVAREN
Membro

ELIAS JOSÉ BENVINDO
Representante do Sindicato Dos Servidores

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:EF9AC9B0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA N 292/2014

PORTARIA N° 292 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Nomear a **Srª. ERIKA SAYURI SUZUKI FILIPIN,** inscrita no CPF/MF sob o n° 024.185.751-10 e portadora do RG sob o nº 1983289-3SSP/MT para responder pelo Cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE, CERIMONIAL E COMUNICAÇÃO**, nos termos do art. 20 da Lei nº 573/2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga- MT, 01 de outubro de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:CCDBF815

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N 1022-2014

D E C R E T O Nº 01022/2014. FL. 01/05.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Vilson Pires, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1118/2014, de 05 de agosto de 2014, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 688.500,00 (Seis e Oitenta e Oito Mil e Quinhentos Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:
Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.
06.002.12.365.0010.1112.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00
06.002.12.361.0009.2028.3390.30.00.00.....R$ 36.000,00
08.002.08.241.0015.2050.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
09.002.04.122.0002.2062.3390.36.00.00.....R$ 65.000,00
09.002.04.122.0002.2062.3390.39.00.00.....R$ 59.000,00
09.002.26.782.0017.1210.3390.39.00.00.....R$ 39.000,00
02.004.04.122.0002.2007.3390.39.00.00.....R$ 4.000,00
02.001.04.122.0002.2003.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00
03.002.04.123.0002.0002.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00
06.002.12.361.0009.1092.3390.30.00.00.....R$ 6.000,00
06.002.12.361.0009.2029.3390.30.00.00.....R$ 24.000,00
09.002.04.122.0002.2062.3390.30.00.00.....R$ 30.000,00
10.001.04.122.0002.2064.3390.39.00.00.....R$ 7.000,00
08.004.08.243.0015.2055.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
08.003.08.242.0015.1159.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00
07.001.27.812.0014.2042.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00
05.001.10.301.0004.2015.3390.46.00.00.....R$ 10.000,00
08.002.08.241.0015.2059.3190.11.00.00.....R$ 14.000,00
07.001.27.812.0014.2042.3190.11.00.00.....R$ 5.000,00
07.001.27.812.0014.2042.3190.13.00.00.....R$ 5.000,00
08.003.08.244.0015.2044.3190.13.00.00.....R$ 5.000,00
11.001.04.122.0002.2068.3190.11.00.00.....R$ 6.000,00
06.002.12.365.0010.1111.3390.30.00.00.....R$ 7.000,00
06.002.12.361.0009.1100.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
05.001.10.122.0008.2013.3390.14.00.00.....R$ 5.000,00
03.001.04.123.0002.2008.3390.39.00.00.....R$ 25.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. Impostos – Educação.
06.002.12.365.0010.1113.3390.30.00.00.....R$ 30.000,00
06.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00
06.001.04.122.0002.2026.3190.04.00.00.....R$ 15.000,00
06.001.04.122.0002.2026.3190.13.00.00.....R$ 5.000,00

Fonte 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.
05.001.10.302.0005.2020.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00
05.001.10.302.0005.2022.3390.39.00.00.....R$ 4.000,00
05.001.10.302.0005.2021.3190.11.00.00.....R$ 26.000,00
05.001.10.302.0005.2021.3191.13.00.00.....R$ 5.000,00
05.001.10.302.0005.2022.3190.04.00.00.....R$ 40.000,00
04.001.10.122.0008.2013.3390.14.00.00.....R$ 5.000,00

Fonte 0.1.15.000000 – Transferência do FNDE.
06.002.12.361.0009.2028.3390.30.00.00.....R$ 15.000,00
06.002.12.361.0009.2031.3390.30.00.00.....R$ 7.000,00
06.002.12.361.0009.2031.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00
Fonte 0.1.17.000000 – Contribuição p/ Custeio dos Serv. Iluminação Publica - COSIP.
09.002.04.122.0002.2062.3390.39.00.00.....R$ 7.000,00

Fonte 0.1.18.000000 – Transferência do FUNDEB
06.002.12.365.0010.2036.3190.13.00.00.....R$ 5.000,00
06.002.12.365.0010.2036.3190.04.00.00.....R$ 31.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB
06.002.12.365.0010.2037.3390.30.00.00.....R$ 3.500,00
06.002.12.365.0010.2037.3190.13.00.00.....R$ 3.000,00
06.002.12.361.0009.2033.3190.04.00.00.....R$ 68.000,00
06.002.12.365.0010.2037.3190.04.00.00.....R$ 15.000,00

Fonte 0.1.29.000000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
08.003.08.244.0015.1171.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00
08.003.08.244.0015.1171.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00
08.003.08.244.0015.1171.3390.14.00.00.....R$ 2.000,00
08.003.08.244.0015.1163.3190.04.00.00.....R$ 10.000,00
08.003.08.244.0015.1163.3190.13.00.00.....R$ 5.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 688.500,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :
Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.
02.001.04.122.0002.1011.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00
08.003.08.128.0015.1165.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00
08.003.08.244.0015.1160.4490.52.00.00.....R$ 40.000,00
08.003.08.244.0015.1161.4490.51.00.00.....R$ 25.000,00
08.003.08.244.0015.1166.4490.52.00.00.....R$ 40.000,00
03.001.04.125.0002.1018.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00
03.001.04.125.0002.1018.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00
03.001.04.125.0002.1018.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00
03.001.04.125.0002.1019.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00
03.001.04.125.0002.1019.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00
03.001.04.125.0002.1019.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00
11.002.22.661.0018.1251.4490.52.00.00.....R$ 5.000,00
09.002.16.481.0016.1204.4490.51.00.00.....R$ 10.000,00
09.002.26.782.0017.1214.4490.51.00.00.....R$ 10.000,00
11.002.22.661.0018.2071.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00
10.002.18.541.0018.1234.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
10.002.18.541.0018.1235.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
10.002.18.541.0018.1235.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00
08.003.08.243.0015.2053.3390.39.00.00.....R$ 3.000,00
08.003.08.244.0015.1156.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00
07.002.27.812.0014.1139.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00
05.001.10.301.0004.2018.3190.04.00.00.....R$ 7.000,00
07.001.27.812.0014.1134.4490.52.00.00.....R$ 5.000,00
07.002.27.812.0014.1141.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00
08.001.04.122.0002.2043.3390.33.00.00.....R$ 5.000,00
10.002.20.601.0018.1218.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00
10.002.20.601.0018.1217.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00
10.002.20.601.0018.1243.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
10.002.20.601.0018.1249.3390.30.00.00.....R$ 4.000,00
10.002.20.601.0018.1217.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
10.004.04.122.0002.2067.3190.11.00.00.....R$ 25.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. Impostos – Educação.
06.002.12.361.0009.1094.3390.30.00.00.....R$ 30.000,00
06.002.12.361.0009.1098.4490.52.00.00.....R$ 20.000,00
06.001.04.122.0002.1083.3390.30.00.00.....R$ 9.000,00
06.002.12.361.0009.1102.3390.30.00.00.....R$ 10.000,00
06.002.12.361.0009.1102.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00
06.002.12.361.0009.1102.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00
06.002.12.365.0010.1116.3390.30.00.00.....R$ 11.000,00
06.001.04.122.0002.1083.3390.32.00.00.....R$ 1.000,00
06.001.04.122.0002.1089.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00
06.002.12.365.0010.1110.4590.61.00.00.....R$ 10.000,00
06.002.12.365.0010.1109.4490.52.00.00.....R$ 5.000,00
06.002.12.361.0009.1103.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00

Fonte 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.
05.001.10.301.0004.1056.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
05.001.10.301.0004.1056.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00
05.001.10.301.0004.1047.4490.52.00.00.....R$ 10.000,00
05.001.10.302.0005.2022.3190.11.00.00.....R$ 66.000,00
05.001.10.302.0005.2020.3190.04.00.00.....R$ 5.000,00
05.001.10.301.0004.2018.3190.04.00.00.....R$ 7.000,00
05.001.10.301.0004.1052.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
05.001.10.301.0004.1052.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00
05.001.10.301.0004.1052.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00
05.001.10.301.0004.1053.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00
05.001.10.301.0004.1053.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00
05.001.10.301.0004.1053.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte 0.1.15.000000 – Transferência de Rec. do Fundo Nac. do Desenv. - FNDE.
06.002.04.122.0002.2027.4490.52.00.00.....R$ 7.000,00
06.002.12.365.0010.1118.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00

Fonte 0.1.16.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE.
09.002.04.122.0002.2062.3390.30.00.00.....R$ 58.000,00

0.1.17.000000 – Cont. p/ o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica – COSIP
09.002.25.752.0016.1198.3390.39.00.00.....R$ 7.000,00

Fonte 0.1.18.000000 – Transferência do FUNDEB.
06.002.12.361.0009.2032.3190.11.00.00.....R$ 20.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB.
06.002.12.361.0009.2033.3390.14.00.00.....R$ 6.000,00

06.002.12.361.0009.2033.3390.39.00.00.....R$ 3.000,00
06.002.12.361.0009.2033.3190.11.00.00.....R$ 96.000,00
06.002.12.365.0010.2037.3390.14.00.00.....R$ 500,00

Fonte 0.1.22.000000 – Transferência de Convênios – Educação.
06.002.12.365.0010.1114.4490.51.00.00.....R$ 24.000,00

Fonte 0.1.29.000000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
08.003.08.128.0015.1167.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00
08.003.08.243.0015.1181.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00
08.003.08.128.0015.1167.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00
08.003.08.244.0015.1163.3390.30.00.00.....R$ 15.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 688.500,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 01 de agosto de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM 01 / 08 / 2014.

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:F5C50353

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2014

Contrato nº. 075/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **C.M.L Materiais Fotográficos Ltda - Me.** Objeto: Aquisição de balanças para atender ao acompanhamento de condicionalidades do Programa Bolsa Família que serão pagos com recursos específicos do IGD PBF, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistencia Social. Valor: **R$ 1.855,00 (Hum mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)**. Período: 29/09/2014 a 31/12/2014.

Paranatinga, 29 de Setembro de 2014.

Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:D1E32937

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PORTARIA N.º293/SLC/2014 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: **O Presente contrato é celebrado, tendo como base legal o processo licitatório modalidade Dispensa nº 014/2014 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.**	Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**
Objeto: Aquisição de balanças para atender ao acompanhamento de condicionalidades do Programa Bolsa Família que serão pagos com recursos específicos do IGD PBF, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistencia Social.	
Vigência: 29/09/2014 ATÉ O DIA 31/12/2014	

Contratado: **C.M.L Materiais Fotográficos Ltda - Me**
Valor do Contrato: **R$ 1.855,00 (Hum mil oitocentos e cinquenta e cinco reais).**

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidora **Fatima Rosane Ritter Pereira,** Matrícula nº 3825, lotada na Secretaria Municipal de Assistencia Social, Fiscal do Contrato nº **075/2014** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:
Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;
O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidora **Nirte Maria Silva**, Matrícula nº 4664, lotada no Gabinete do Secretário.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 29 de Setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 29 DE SETEMBRO DE 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Fatima Rosane Ritter Pereira, e **Nirte Maria Silva** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

FATIMA ROSANE RITTER PEREIRA
Fiscal de Contrato

NIRTE MARIA SILVA
Suplente

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:3D314FB8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 012/2014
EDITAL 058/2014

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2014 Edital 058/2014**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A contratação de Empresa Especializada em organização, planejamento e realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos, de nível médio, fundamental e superior do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranatinga no Estado do Mato Grosso, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Prefeitura Municipal e o Ministério Público de Paranatinga. Data de abertura: 15/10/2014, quarta-feira às 09:00h horário de Brasília. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados através do site **www.bll.org.br** ou **www.paranatinga.mt.gov.br.** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com ou telefone 66-3573-1329 – horário de atendimento das 13:00 ás 17:00 hrs.

Paranatinga-MT, 01 de Outubro de 2014.

LUCIA APARECIDA DE FRANÇA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:E873B48C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 057/2014

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2014**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos de limpeza hospitalar. Data de abertura: 13/10/2014, Segunda–feira às 14hrs. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados através do site **www.paranatinga.mt.gov.br.** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com ou telefone 66-3573-1329 – horário de atendimento das 13:00 ás 17:00 hrs.

Paranatinga-MT, 01 de Outubro de 2014.

LUCIA APARECIDA DE FRANÇA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:C94434AF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEIS N.º 799-2014-ADOÇÃO DE LEITOS

LEI N.º 799/2014
DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Institui o programa de adoção de Leitos no Hospital Público Municipal de Pedra Preta e das outras previdências. (Participação de empresas e instituições).

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPP. Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais;
FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1o - Fica instituído no Âmbito do Município de Pedra Preta, O programa de adoção de Leitos Hospitalares com os seguintes objetivos:
I. Promover a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas nos cuidados e na manutenção do Hospital Público do Município de Pedra Preta/MT em conjunto com o poder Público Municipal.
II. Propiciar que grupos organizados elaborem projetos de manutenção dos Leitos do Hospital Público do Município de Pedra Preta.
Capitulo I
Do processo de adoção.
Art. 2o - Podem participar do programa quaisquer entidades da sociedade civil e pessoas jurídicas legalmente constituídas.
Art. 3o - Para participar do referido programa, será necessário a assinatura de termo de acordo entre a entidade ou a empresa que vai assumir a adoção e o poder Público Municipal, onde constarão as competências das partes.
Art. 4o- Para dar início ao processo de adoção com vista a assinatura do termo de acordo referido n o artigo anterior, a entidade ou a pessoa jurídica interessada em adotar determinado Leito no Hospital Público Municipal, objeto desta Lei, deve dar entrada a proposta de adoção, anexando o necessário projeto a ser desenvolvido.

Capitulo II
Das Espécies e Limitações da Adoção
Art. 5o - A adoção de um Leito Hospitalar Público no Município de Pedra Preta, somente pode se destinar a manutenção necessária para seu amplo funcionamento, nos termos e condições definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo Único - A adoção dos Leitos Hospitalares não trará ao adotante nenhuma espécie de benefício na utilização dos mesmos, nem mesmo nenhuma prerrogativa sobre a ocupação dos mesmos.

Art. 6o - Caberá ao poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes:
I. A elaboração dos Projetos de Publicidade no Hospital Municipal a serem utilizados pelos adotantes.
II. A fiscalização da utilização dos espaços determinados e do cumprimento do termo de acordo estabelecido.
Capitulo lII
Das Responsabilidades.
Art. 7o - Caberá a entidade ou pessoa jurídica adotante a responsabilidade:
I. Pela execução das eventuais obras e gastos com a manutenção dos Leitos Hospitalares, definidas pelo Poder Executivo Municipal, com verba, com pessoal e com material.
II. Pela preservação, conforme estabelecidos no termo de acordo e no projeto apresentado.
Art. 8o - As entidades e pessoas jurídicas, que vieram a participar do programa, deverão zelar pela manutenção, conservação e recuperação do espaço adotado.
Capitulo IV
Dos Benefícios pela Adoção dos Leitos Hospitalares.
Art. 9o - A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada após assinatura do termo de acordo, a veicular publicidade alusiva ao acordo celebrado conforme padrões e modelos a serem estabelecidos pelo poder Executivo Municipal.
Parágrafo Único: O Ônus com relação à veiculação da publicidade será de inteira responsabilidade do adotante, observados os critérios estabelecidos pela legislação.
Art.10° - Caso a entidade adotante se trate de sociedade civil sem fins lucrativos, poderá a mesma usar dos espaços adotados para fins de publicidades a fim de arrecadar fundos para a consecução dos objetivos estabelecidos no convênio.
Parágrafo Único: Fica proibida qualquer publicidade relacionada a cigarro e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nessa Lei.
Art. 11° - O termo em momento Algum deverá conceder qualquer tipo de uso à entidade adotante, a não ser aqueles estabelecidos nesta Lei, principalmente no que diz respeito à concessão de uso ou permissão de uso.
Art. 12° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT
AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:99A4A5B1

PREFEITURA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇO

Pelo presente termo de Retificação do edital do Tomada de Preço cujo OBJETO é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DO CENTRO TURÍSTICO ESPORTIVO E CULTURAL DE PEDRA PRETA – MT. Vem por meio de este RETIFICAR o edital.

Corrigindo:
O numero da Tomada de Preço nº 004/2014 para Tomada de Preço nº 003/2014 e a Data de abertura do dia 19/10/2014 para o dia 17/10/2014.
Os demais dados permanecem como no edital, e mantém-se o horário de abertura do certame as 14:00 horas.

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4401, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 01 de Outubro de 2014.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:1DD66A77

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 078/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade em favor do servidor Sr. Luiz Onofre Antunes da Cruz".

*O Diretor Executivo do **PREVI-PAZ**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de nº. 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 186, 187 da Lei complementar 003/2005, de 26 de Agosto de 2005, Art. 12, inciso, "III", alínea "b", da Lei Municipal Complementar n.º 004/2005, de 01 de Dezembro de 2005.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade** ao servidor **Sr. LUIZ ONOFRE ANTUNES DA CRUZ**, portador do RG. 80.261141443-SSP/RS, CPF n.º 246.499.610-68 e da cédula eleitoral de n.º 37824218/56, zona: "033", seção: "010", efetivo no cargo de Mecânico de Maquinas Pesadas, Nível "IV", Classe "D", contando com um total de **6.773 dias, ou seja, 18 (dezoito) anos, 06 (seis) meses e 23 (vinte e três)** dias líquidos, de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, com **proventos proporcionais**, conforme o processo do PREVI-PAZ n.º 2014.08.007, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre,
publique e
cumpra-se.

Peixoto de Azevedo - MT, 29 de Setembro de 2014.

GETÚLIO ALVES DE LIMA
Diretor Executivo
Previ - Paz

HOMOLOGO**:**

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:F24703C5

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 079/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria Compulsória em favor do servidor Sr. EDMUR RAMOS DE ARAUJO".

*O Diretor Executivo do **PREVI-PAZ**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "II, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de nº. 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 186, 187 da Lei complementar 003/2005, de 26 de Agosto de 2005, Art. 12, inciso, "II", da Lei Municipal Complementar n.º 004/2005, de 01 de Dezembro de 2005.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Compulsória** ao servidor **Sr. EDMUR RAMOS DE ARAUJO**, portador do RG. 804014-1 – SSP/PR, CPF n.º 319.803.259-87 e da cédula eleitoral de n.º 149657818/05, zona: "033", seção: "0041", efetivo no cargo de Motorista, classe "A", Nível "III", contando com um total de **3.128 dias, ou seja, 08 (oito) anos, 06 (seis) meses e 28 (vinte e oito)** dias líquidos, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com **proventos proporcionais**, conforme o processo do PREVI-PAZ n.º 2014.08.008, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Setembro de 2014, data em que o servidor completou 70 anos de idade, revogadas as disposições em contrário.

Registre,
publique e
cumpra-se.

Peixoto de Azevedo - MT, 01 de Outubro de 2014.

GETULIO ALVES DE LIMA
Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:834CFA51

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 051.2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
CONTRATADA: EDNALDO ALVES BONFIM
CNPJ. Nº 21.029.425/0001-01
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DO 1º CAMPEONATO MUNICIPAL
DE FUTSAL A SER REALIZADO NO GINÁSIO DE ESPORTES CELIVALDO PEIXOTO RIBEIRO,
COM 09(NOVE) EQUIPES JOGANDO ENTRE TODOS, NUM TOTAL DE 11(ONZE) RODADAS.
VALOR: R$3.300,00
VIGÊNCIA: 70 DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:E14EC79D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CANCELAMENTO PREGÃO N.111/2014

REGISTRO DE PREÇOS
(PROCESSO No 195/2014-PMPL)

O Município de Pontes e Lacerda, através do Pregoeiro José Garcia dos Santos, torna publico, para conhecimento de interessados, o Cancelamento do Pregão n.111/2014, por não ter comparecido nenhum participante, sendo deserto.

Pontes e Lacerda/MT, 01 de outubro de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:9782383F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 800/2014

26/09/2014

"INTISTUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT".

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, **Sr. EMIVAL GOMES DE FREITAS**, no uso de suas atribuições, legais, atendendo a Secretária Municipal de Educação de Porto Alegre do Norte – MT.

DECRETA:
Art. 1º. – Nomeia os Membros da Comissão Coordenadora para Elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Porto Alegre do Norte MT, conforme abaixo representados:

MARIA ELICIA MONTEIRO SALES AMORIM, Secretária Municipal de Educação, representando a Secretaria Municipal de Educação.
Endereço: Av. Goiás nº 489 Setor Tapirapé
E-mail: mem.sa22@hotmail.com
Contatos: (66) 3569-1502
RG: 866699-7/SSP-MT
CPF: 555.097.251-82

MARIA ZENAIDE DE ARAUJO SILVA, Coordenadora Pedagógica Municipal, representando a Secretaria Municipal de Educação.
Endereço: Av. Sebastião Pereira nº 005, Setor Buritis
E-mail: Zenaide-araujo1@hotmail.com
Contatos: (66) 8435-1981
RG: 1652474/SSP-MT
CPF: 330.268.151-87

MARIA JOSE LEANDRO DE ALMEIDA OLIVEIRA, Assessora Técnica, representando a Secretaria Municipal de Educação.
Endereço: Rua Campinas nº 1055 Setor dos Esportes
E-mail: mary_euriannyepyetro@hotmail.com
Contatos: (66) 8418-4363

RG: 1523348-0/SSP-MT
CPF: 987.429.811-15

SELMA RAMOS DE SOUSA TAVARES, Técnica Administrativa Educacional, representando o Conselho Municipal de Educação.
Endereço: Rua Campinas nº 1055 Setor dos Esportes
E-mail: selmaramos07@hotmail.com
Contatos: (66) 8441-3470
RG: 1157759-2/SSP-MT
CPF: 982.485.451-72

VALDENICE VIEIRA LIMA, Assessora Pedagógica, representando a Secretaria de Estado de Educação. **Grupo de Trabalho: Ensino Médio**.
Endereço: Rua Valdir Rabelo nº 912, Centro
E-mail: valmaita@hotmail.com
Contatos: (66) 8427-7459
RG: 698047 SSP/MT
CPF: 555.241.091-20

GLEUSDON DIAS GUIMARÃES, Vice Prefeito, representando o Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Porto A. do Norte-MT. **Grupo de Trabalho: Educação a Distância e Tecnologias Educacionais.**
Endereço: Rua Campinas s/nº, Setor Buritis
E-mail: gleusdondias@hotmail.com
Contatos: (66) 8435-0851
RG: 4405628 DGPC/GO
CPF: 002.768.371-00

LUCIENE BATISTA DA CONCEIÇÃO ZAGO, Secretaria de Finanças, representando o Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Porto A. do Norte-MT. **Grupo de Trabalho: Gestão e Financiamento.**
Endereço: Av. Piraguassu nº 1336, Centro
E-mail: lucienebatista9@yahoo.com.br
Contatos: (66) 3569-1009
RG: 008481 CRC/MT
CPF: 763.112.441-87

DEASSIS GOMES DA SILVA, Professor da EE Gilvan de Souza, representando o Sindicado da Educação (SINTEP). **Grupo de Trabalho: Formações dos Profissionais e Valorização do Magistério.**
Endereço: Av. Getúlio Vargas nº 944, Setor Buritis
Contatos: (66) 8441-9777
RG: 0334151-8 SJ/MT
CPF: 772.500.951-53

DIVANEZ ALVES CORREIA, Formadora do Cefapro, representando o Cefapro polo de Confresa-MT. **Grupo de Trabalho: Educação Tecnológica e formação Profissional.**
Endereço: Av. Sabino Brito nº 745, Centro
E-mail: divapan@bol.com.br
Contatos: (66) 8412-1198
RG: 2319313 SSP/PA
CPF: 245.469.762-91

SILVANIA PEREIRA SANTOS, Coordenadora Pedagógica da EM Boa Esperança, representando os Servidores da Educação. **Grupo de Trabalho: Educação Especial.**
Endereço: Av. Getúlio Vargas nº 944, Setor Buritis
E-mail: ighorbianca@hotmail.com
Contatos: (66) 8448-4707
RG: 3128763-929751 SSP/GO
CPF: 808.099.791-87

ELENIR AFONSO DA SILVA, Professora da EM Boa Esperança, representando os Professores. **Grupo de Trabalho: Educação Infantil.**
Endereço: Rua São Pedro nº 832, Setor Buritis
E-mail: elenir_as@hotmail.com
Contatos: (66) 8429-0137
RG: 698673 SSP/MT
CPF: 468.615.561-49

RITA PEREIRA DA SILVA, Diretora da EM Boa Esperança, representando os Diretores das Escolas Municipais. **Grupo de Trabalho: Ensino Fundamental.**
Endereço: Av. Perimental nº 292, Jardim Alvorada
E-mail: leorafajames@hotmail.com
Contatos: (66) 8416-4822
RG: 3119642-738948 SSP/GO
CPF: 034.380.861-82

JAIR TEIXEIRA LOBATO, Diretora da EE Gilvan de Souza, representando os Diretores das Escolas Estaduais. **Grupo de Trabalho: Educação de Jovens e Adultos (EJA).**
Endereço: Rua 02, Quadra, 03 Lote 04, Jardim Três Irmãos
E-mail: jtlmat-@hotmail.com
Contatos: (66) 8433-9612
RG: 11568445 SJ/MT
CPF: 873.701.151-00

JOÃO PAULO COELHO DE MATOS, Diretor da EE Antônia Leão dos Santos, representando as Escolas do Campo. **Grupo de Trabalho: Educação do Campo.**
Endereço: PA União Margarida, nº 22 Colônia Goiás
E-mail: jpprofessor2012@hotmail.com
Contatos: (66) 8424-1606
RG: 15233588 SSP/MT
CPF: 848.809.701-82

MARCELO DA SILVA PIAGEM, Vereador, representando o Poder Legislativo da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte-MT.
Endereço: Av. Sabino Brito, s/nº Centro
E-mail: marcelopiagem@hotmail.com
Contatos: (66) 8432-7660
RG: 11460873 SSP/MT
CPF: 838.942.761.34

EVERSON MARINHO GUIMARÃES, Vereador, representando o Poder Legislativo da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte-MT.
Endereço: Rua mato Grosso, nº 262, Setor Tapirapé
E-mail: kenocapoeira@hotmail.com
Contatos: (66) 8412-8908
RG: 1716338-2 SSP/MT
CPF: 014.329.851-83

Presidente: MARIA ZENAIDE DE ARAUJO SILVA
Vice Presidente: **MARIA ELICIA MONTEIRO SALES AMORIM**
Secretária: **MARIA JOSE LEANDRO DE ALMEIDA OLIVEIRA**

Art.2º - Os membros da Comissão Coordenadora para a Elaboração do Plano Municipal de Educação, irá elaborar o plano municipal em consonância com o Plano Estadual de Educação e o Plano Nacional de educação, respaldados no artigo 8, da Lei 13.005 de Junho de 2014, tendo o caráter DELIBERATIVO, CONSULTIVO e NORMATIVO.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2014.

PUBLIQUE – SE
REGISTRE– SE
CUMPRA– SE

EMIVAL GOMES DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Luiza de Barros Ribeiro
Código Identificador:12C914B8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 054 / 2014

De: 30/09/2014.

"Homologa a Instrução Normativa SCI – 014/2014, que dispõe sobre Normas Interna referente à função de Fiscal de Contratos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologada a Instrução Normativa SCI-014/2014, que dispõe sobre normas interna referente à função de Fiscal de Contratos do Município de Porto dos Gaúchos/MT.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos – MT, em 30 de Setembro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:48D69BD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PUBLICO

CONTRATO N° 92/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2014

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PUBLICO "AMIGAVELMENTE" o Município de Porto dos Gaúchos/MT, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke nº. 19, Centro, município e Comarca de Porto dos Gaúchos – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o número 03.204.187/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador do RG nº. 1.100.320-6 SSP/MT e CPF n.º 903.672.351 - 53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, s/nº. Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, e por outro lado a empresa **GABRIELLE CRISTIANE PINHEIRO LOPES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Floriano Peixoto n° 476E, Jardim Califórnia, CEP 78.575-000, município de Juara/MT CNPJ sob nº. 20.268.152/0001-87, neste ato representado pela senhora **GABRIELLE CRISTIANE PINHEIRO LOPES**, brasileira, maior, solteira, nutricionista, empresaria, portador do RG nº 717678-7 SSP/SC e CPF nº. 014.656.371-92, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto n° 476E, Jardim Califórnia, CEP 78.575-000, município de Juara/MT, resolvem rescindir, a partir desta data, de mutuo consentimento, o **CONTRATO PUBLICO de N° 92/2014 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "NUTRICIONISTA", COM PROFISSIONAL REGISTRADO NO "CRN", ATUANDO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014**, passando esta rescisão a fazer parte integrante do contrato inicial supracitado com todas as verbas previstas em Fundamento nos Art. 78, XVII e Art. 79, II da Lei n° 8.666/93. E por estarem ás partes ajustadas e de comum acordo, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito.

Porto dos Gaúchos/MT, 01 de Outubro de 2014.

Município de Porto dos Gaúchos/MT
MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal
Contratante

Gabrielle Cristiane Pinheiro Lopes - ME
CNPJ n°. 20.268.152/0001-87
GABRIELLE CRISTIANE PINHEIRO LOPES
Contratado

Publicado por:
Helielson Teodoro Alves
Código Identificador:AD9A5179

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB. DE RESULTADO PREGÃO 26/2014 - AQ. DE PNEUS

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO 62/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A FROTA DEVEÍCULOSDAS DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS.
A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião através do pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014.** Teve como vencedoras as empresas:
HANNELIESE REITER PATTIS-EPP CNPJ: 10.638.136/0001-85 NO VALOR TOTAL DE: 160.608,0000 (cento e sessenta mil e seiscentos e oito reais).
PNEUS VIA NOBRE LTDA CNPJ: 01.976.860/0034-96 NO VALOR TOTAL DE: 395.418,0000 (trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e dezoito reais).
AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA CNPJ: 37.525.771-003-74 NO VALOR TOTAL DE: 163.014,0000 (cento e sessenta e três mil e catorze reais)

Porto Esperidião – MT, 30 de Setembro de 2014.

ELIEL PEREIRA ALVES
Pregoeiro.

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:20E16CFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB. DE PRORROGAÇÃO DE DATA PREGÃO 27/2014- LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA , GUINCHO E MUNK

PUBLICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO PRANCHA, MUNK E GUINCHO.
A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião/MT, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados, a prorrogação do prazo de abertura do pregão supramencionado, fica marcado nova data de entrega dos Envelopes de **Proposta de Preço, Habilitação e Credenciamento** com a seguinte data local e horário:
Dia 09/10/2014. Até as 9:00 horas na sala de licitação da prefeitura de Porto Esperidião-MT-

Porto Esperidião MT, 01 de Outubro de 2014

RONEY BATISTA CARDOSO
Presidente da CPL.

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:9DA8E8E9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº 121/2014, regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores torna público para conhecimento dos interessados, que o Procedimento Licitatório na Modalidade Pregão Presencial nº 011/2014, cujo objeto é o Registro de Preço, do tipo menor preço por lote, com a finalidade de selecionar a melhor proposta objetivando futuras e eventuais aquisição de forma fracionada de pneus, câmaras e protetores de fabricação nacional e com selo do INMETRO, e prestação de serviços de vulcanização e recapagem, cujas especificações detalhadas encontram-se em Anexo acompanhando o Edital da Licitação. Foi declarada **VENCEDORA** a empresa Pneus Via Nobre Ltda, portadora do CNPJ 01.976.860/0034-96, com o valor estimado anual em R$ 662.000,00 (Seiscentos e Sessenta e dois mil reais), mais informações poderá ser adquirida na cede da prefeitura nos horários entre as 07h as 11h e das 13h as 17h.

Porto Estrela/MT, 30 de Setembro de 2014.

ROOSEVELT DA GUIA ORTEGA
Pregoeiro

Publicado por:
Salomar Duraes Ferreira
Código Identificador:3473C8AA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 012/2014

Beneficiário: SOARES & RAMOS LTDA ME - ME
Objeto: Construção de um Centro de Convivência de Idosos no Município de Porto Estrela/MT.
Valor R$: 515.412,49 (Quinhentos e quinze mil quatrocentos e doze reais e quarenta e nove centavos)
Vigência: 180 dias consecutivos a partir da emissão da ordem de serviço emitida pela Secretaria de Administração e Finanças
Dotação orçamentária: 06.06002.08.244.0140.1040
4.4.90.51.00.00 – 102
4.4.90.51.00.00 – 101

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:45CBEB3F

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 013/2014

Beneficiário: SOARES & RAMOS LTDA ME - ME
Objeto: Construção de Calçadas em vias urbanas no Município de Porto Estrela/MT.
Valor R$: 300.000,00 (Trezentos Mil Reais)
Vigência: 90 dias consecutivos a partir da emissão da ordem de serviço emitida pela Secretaria de Administração e Finanças
Dotação orçamentária: 09.001.26.451.0040.1049
4.4.90.51.00.00 – 102
4.4.90.51.00.00 – 101

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:E7E8526C

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 188/2014

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FUNCIONÁRIO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 037/2012, "Que altera os incisos II e III do art. 7º. e autoriza a adequação do **ANEXO II,** da Lei Complementar nº. 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos),** e Dá outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º) – Designar a servidora, **Srª. ROSIMEIRE BENEDITA ASSUNÇÃO, p**ortadora da Cedula de Identidade **RG. Nº. 1.554.417-7 SSP/MT e CPF. Nº. 000.893.311-17,** para o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO ,** para exercer suas funções na **Secretaria Municipal de Administração, Finança e Planejamento**, com carga horária de 40 horas semanais, recebendo remuneração constante do anexo II, Nível 05, Classe "C", da Lei Complementar n. 037/2012, *(Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do* **ANEXO II** *da Lei Complementar n. 015/2008* ***(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramento e institui nova tabela de vencimentos)****, e Dá Outras Providencias"*.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°) - Revogando –se as disposições em contrário.

Publique,
registre-se,
comunique-se e
Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 30 de Setembro de 2014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:CA48706D

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 189/2014

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FUNCIONARIO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 037/2012 de 19 de Março de 2012, Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do ***ANEXO II*** *da Lei Complementar nº 015/2008* ***(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas de enquadramento e institui nova tabela de vencimentos),*** *e dá Outras providências"*.

RESOLVE

Artigo 1º. Designar o servidor Srº **FABIO HATAMOTO MIRANDA,** Portador da Cedula de Identidade RG nº 40.714.166-2 SSP/SP e CPF n° 225.727.268-40**,** concursado no cargo Efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** para exercer suas funções na **Secretaria Municipal de Administração, Finança e Planejamento,** com carga Horaria de 40 horas semanais, recebendo remuneração constante do anexo II, Classe "A", Nível 01, da Lei Complementar nº 037/2012 "*Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a*

*adequação do **ANEXO II** da Lei Complementar nº 015/2008**",*** e dá outras providências.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Publique,
registre-se,
comunique-se e
Cumpra-se.

Porto Estrela, 30 de Setembro de 2014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:52E82641

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 190/2014

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FUNCIONARIO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

*CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 037/2012 de 19 de Março de 2012, Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do **ANEXO II** da Lei Complementar nº 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas de enquadramento e institui nova tabela de vencimentos),** e dá Outras providências".*

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar o servidor Srº **JOSIMAR LOPES,** Portador da Cedula de Identidade RG nº 0.871.486-0 SSP/MT e CPF n° 483.631.201-97**,** concursado no cargo Efetivo de **TRATORISTA,** para exercer suas funções na **Secretaria Municipal de Obras,** com carga Horaria de 40 horas semanais, recebendo remuneração constante do anexo II, Classe "B", Nível 03, da Lei Complementar nº 037/2012 "*Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do **ANEXO II** da Lei Complementar nº 015/2008**",*** e dá outras providências.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Publique,
registre-se,
comunique-se e
Cumpra-se.

Porto Estrela, 30 de Setembro de 2014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:6E80DDC6

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 191/2014

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FUNCIONARIO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

*CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 037/2012 de 19 de Março de 2012, Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do **ANEXO II** da Lei Complementar nº 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas de enquadramento e institui nova tabela de vencimentos),** e dá Outras providências".*

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar **a** servidora Sraº **SANDRA MARA MARQUES DE LIMA,** Portadora da Cedula de Identidade RG nº 1.933.935-6 SSP/MT e CPF n° 021.963.931-00**,** concursado no cargo Efetivo de **AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO,** para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇA E PLANEJAMENTO,** com carga Horaria de 40 horas semanais, recebendo remuneração constante do anexo II, Classe "A", Nível 01, da Lei Complementar nº 037/2012 "*Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do **ANEXO II** da Lei Complementar nº 015/2008**",*** e dá outras providências.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Publique,
registre-se,
comunique-se e
Cumpra-se.

Porto Estrela, 30 de Setembro de 2014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:3BAFB11B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 034/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2014
Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se público aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL 034/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2014**, cujo o objeto **Aquisição Futura de Areia fina, Areia Grossa, Brita 3/4 e Pedrisco Britado 7/16, para serviços de base e sub base de pavimentação asfáltica no perímetro Urbano de Poxoréu-MT**, cuja abertura ocorreu às 08:00 horas do dia 01/10/2014, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT, não houve interessado para este certame, ficando assim **"DESERTA".**
Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em 01 de outubro de 2014.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA
Presidente CPL

JULIO CESAR PEREIRA CHAGAS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:6D7B2A3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 168/2014

PORTARIA Nº 168/2014, de 24 de setembro de 2014

Revoga a Portaria n.º 107, de 02 de setembro de 2013, bem como anula atos dela advindos.

CONSIDERANDO a Portaria n.º 107, de 02 de setembro de 2013 não ter cumprido sua função nos estritos parâmetros legais;

CONSIDERANDO a Comissão de Processo Administrativo e Disciplinar nomeada pela Portaria que ora se revoga ter deixado de observar parâmetros imprescindíveis para a efetiva/legal conclusão do Processo Administrativo a que era destinada instaurar;

CONSIDERANDO o Poder Administrativo de Autocontrole dos seus atos, a PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU/MT, no uso das suas atribuições legais

R E S O L V E:

Art. 1.º Revogar, na íntegra, a Portaria n.º 107, de 02 de setembro de 2013.

Art. 2.º Anular todo e qualquer ato que, por ventura, adveio da expedição da Portaria mencionada no artigo anterior, por terem, *in totum*, descumprido a legislação municipal vigente.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria n.º 107, de 02 de setembro de 2013.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu/MT, 24 de setembro de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:E288A416

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL

ATO DE PESSOAL Nº 360/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Maria Fernandes Silva	Professora	Dr. Bruno Conte	S82.1	11/1 A 30/05/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:89175C91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATOS DE PESSOAL

ATO DE PESSOAL Nº 361/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Leila Apª O. Silva	Professora	Dra. Berenice Lavinia Janeri Barbosa	M79,7	05/5 a 05/7/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:FCF84F91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL

ATO DE PESSOAL Nº 362/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Cecília Ferreira Lopes	Ap.Educacional II	Dr. Walterly Ribeiro da Silva	I 849	29/5 a 29/7/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:306E7037

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL

ATO DE PESSOAL Nº 436/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Maria Lucia Pereira	Téc.Enfermagem	Dr. Fabio Peres	M 54-4	25/4 a 25/7/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:423DC05D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL

ATO DE PESSOAL Nº 364/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
José Antonio Vieira	Agente Serv. Gerais	Dr. Thiago Lopes do Carmo	G.03	07/05 a 07/11/2014

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:2DFDFC82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 364

ATO DE PESSOAL Nº 364/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
José Antonio Vieira	Agente Serv. Gerais	Dr. Thiago Lopes do Carmo	G.03	07/05 a 07/11/2014

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:3C6A7FBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 366

ATO DE PESSOAL Nº 366/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Isabel Siqueira Marinho	Ag. Ser. Gerais	Dr. Fabio Viana	M.47	08/5 a 8/08/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:DD7BB7D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 370

ATO DE PESSOAL Nº 370/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Fernanda V. Cursino	Ass. Social	Dr . Edgar Wachhlz	Maternidade	29/5 a 29/10/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:35B07167

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL

ATO DE PESSOAL Nº 370/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Fernanda V. Cursino	Ass. Social	Dr . Edgar Wachhlz	Maternidade	29/5 a 29/10/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:25CB9682

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 369

ATO DE PESSOAL Nº 369/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Patrícia M. B. de Souza	Ag. Adm.	Dra. Berenice Lavinia Janeri Barbosa	Maternidade	05/5 a 5/09/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:2F4F1FB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 439

ATO DE PESSOAL Nº 439/2014

Dispõe sobre afastamento temporário de Auxilio Doença.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário conforme Atestado de Saúde.

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Jandira dos S. Borba	Telefonista	Dr. Heldo	T 24	5/4 a 5/8/14

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:0C98100A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 365

ATO DE PESSOAL Nº 365/2014

Dispõe sobre afastamento, o que dispõe a Lei 905/2003, licença para atender assuntos particulares.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Torna Publico o afastamento temporário para assuntos particulares.

Nome do Servidor	Cargo	Período
Beatris Rodrigues da Silva	Agente de Serviços Gerais	12/05/2014 a 12/05/2016

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 30 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:38F0BA0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 371

ATO DE PESSOAL Nº 371/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 329/2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Srª. LUANA CAROLINA SANTOS,** nascida em 10/09/1990, em Poxoréu - MT, filha de Valdemir de Oliveria Santos e Luzinete Carolina de Santana, RG. nº. 2167455-8 SSP/MT, CPF nº. 036.069.981-20, Título de Eleitor nº 029183461848, Zona 040, Seção 0134.

Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 329/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:73A30742

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL

ATO DE PESSOAL Nº 371/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 329/2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Srª. LUANA CAROLINA SANTOS,** nascida em 10/09/1990, em Poxoréu - MT, filha de Valdemir de Oliveria Santos e Luzinete Carolina de Santana, RG. nº. 2167455-8 SSP/MT, CPF nº. 036.069.981-20, Título de Eleitor nº 029183461848, Zona 040, Seção 0134.

Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 329/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:27354305

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL

ATO DE PESSOAL Nº 373/2014

Dispõe sobre encerramento de Aditivo de contrato por tempo determinado nº 206/2013, aditivo 001/2014

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da SR .**JOSIMAR TORRES DIAS,** nascido em 22/01/1975, em Poxoréo – MT, filho de Manoel Lino Dias e Corinta Torres Dias, RG. nº. 984 956 SSP/MT, CPF nº. 537243641-72, Título de Eleitor nº 143531618/48, Zona 046, Seção 0058

Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 206/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:46D4C726

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 375

ATO DE PESSOAL Nº 375/2014

Dispõe sobre encerramento de Aditivo de contrato por tempo determinado nº 183/2013, aditivo 001/2014

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da SR . **Sr. AMILSON ROCHA DE MACEDO,** nascido em 10/03/1967, em Poxoreu - MT, filha de Antonio Xavier de Macedo e Joveci Rocha de Macedo, RG. nº. 570 465 SSP/MT, expedida em 10/07/1985, CPF nº. 378687561-87.

Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 183/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:B8301111

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 377

ATO DE PESSOAL Nº 377/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 207/2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Sr. JOSE NUNES DA MATA JUNIOR,** filho de Jose Nunes da Mata e Alice Matos da Silva Rodrigues, nascido aos 25/07/1979, em Poxoreu/MT, RG. nº. 4321287 SSP/MT, expedido em 07/04/1999; CPF. nº. 011 353 321-77, Título Eleitoral nº. 180967918/64, Zona 5ª, Seção 0007, Técnico em Enfermagem.
Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 207/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de TECNICO DE ENFERMAGEM, lotado na Secretaria Municipal de Promoção Social.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:CB4192AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 378

ATO DE PESSOAL Nº 378/2014

Dispõe sobre encerramento de Aditivo de contrato por tempo determinado nº 119/2013, aditivo 001/2014

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Sr. SINVALDO VIEIRA BATISTA,** nascido em 04/08/1959, em Poxoréu - MT, filha de Clorisvaldo Batista e Terezinha Vieira Batista, RG. nº. 207 589 SSP/MT, expedida em 26/01/1979, CPF nº. 172.252.561-49, Título de Eleitor nº 001629241872, Zona 040, Seção 0114.
Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 119/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:BF18146A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 380

ATO DE PESSOAL Nº 380/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 215/2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Sr. ALESSANDRO NASCIMENTO NUNES ROCHA,** nascido em 12/08/1972, filho de JOAQUIM NUNES ROCHA FILHO e MARIA LUIZA

NASCIMENTO ROCHA, RG. nº. 06100929 SSP/MT, em CPF nº. 790.686.931.15.

Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 215/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:9F03995A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 381

ATO DE PESSOAL Nº 381/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 209/2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Sr. JOÃO CARLOS DA SILVA,** nascido em 25/06/1968, filho de JOAO JOSE DA SILVA e ROSA LIMA DE J. SILVA, RG. nº. 659855 SSP/MT, em CPF nº. 487.045.801.25.

Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 209/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:E4C1A201

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 382-384

ATO DE PESSOAL Nº 382/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 006/2014.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Sr. MARCUS ETELVINO PEREIRA ,** nascido em 19/08/1982, filho de MARIA LUCIA VIDAL PEREIRA e JAIR CARLOS PEREIRA, RG. nº. 12066877 SSP/MT, em CPF nº. 059.563.516.40.

Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 006/2014, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de MEDICO, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL Nº 384/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 236/2013,

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Srª. EVANILCE MARTINS DE MORAES,** nascida em 09/04/1978, em Poxoréu - MT, filha de DIVANETE MARTINS DE JESUS e DEUSNETE JOSE DE MORAES, RG. nº. 13515284 SSP/MT, expedida em 04/06/1997, CPF nº. 959.534.341.20, Título de Eleitor nº 017146781805.
Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 236/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de APOIO OPERACIONAL, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário
.
Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:AC71F629

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 385

ATO DE PESSOAL Nº 385/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 035/2014

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Srª. FATIMA BENEDITA DA ANUNCIACAO,** nascida em 07/09/1961, em

Poxoréu - MT, filha de ANGELINA RONDAO DA ANUNCIAÇÃO e DEMETRIO VICENTE DA ANUNCIAÇÃO, RG. nº. 02617528 SSP/MT, CPF nº. 551.486.541.04.
Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 035/2014, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:2266E482

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 387-388

ATO DE PESSOAL Nº 387/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 063/2013,

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Srª. OLINDINA DA ROCHA PERES,** nascida em 15/09/1971, em Poxoréu - MT, filha de MARIA DA ROCHA e BENEDITO MIZAEL PERES, RG. nº. 266105 SSP/MT, CPF nº. 003.182.917.11.
Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 063/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL Nº 388/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 020/2013,

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Srª. SOLANGE MARTA BATISTA,** nascida em 18/07/1981, em Poxoréu - MT, filha de MARIA MARTA BATISTA e CORBELINO MOREIRA BATISTA, RG. nº. 15067092 SSP/MT, CPF nº. 001.826.341.08.
Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 020/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de MERENDEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:967CD8F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO PESSOAL 389

ATO DE PESSOAL Nº 389/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 239/2013,

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Srª. EDILAINE FERREIRA DE LANA,** nascida em 21/11/1988, filha de Geraldo Messias de Lana e Elizabete Ferreira dos Santos Lana, RG nº 2332643-3 SSP/MT expedida em 23/10/2008, CPF nº 030.944.671-64 e Titulo de Eleitor Nº 0279 2204 1899 Zona 005 Seção 0082.
Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 239/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de INSTRUTORA DE TEATRO, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:4D80D574

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE PESSOAL 390

ATO DE PESSOAL Nº 390/2014

Dispõe sobre encerramento do contrato por tempo determinado nº 011/2013,

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,
RESOLVE:
Art. 1º. – Encerrar o objeto do contrato da **Srª. REJANE REGENOLD,** nascida em 07/04/1981, em Cuiabá - MT, filha de Walter Regenold Gonçalves e Regina Célia Simão, RG. nº. 1325581-9, SSP/MT, expedida em 27/07/2006, CPF nº. 934.277.191-20, Titulo de Eleitor nº 0214 1873 1805, Zona 005, Seção 0065.

Art. 2º - Fica encerrado o contrato por tempo determinado nº 011/2013, aditivo 001, do Processo Seletivo Simplificado objeto, trata-se de prestação de serviços na função de PSICOLOGA, lotado na Secretaria Municipal de promoção Social.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 01 de maio de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita de Poxoréu

Publicado por:
Marlene Aparecida Mazzetto de Castro
Código Identificador:6F768589

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PR 155/2014

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 160/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 160/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial n. 126/2014
OBJETO: Pregão Presencial para Registro de Preços para prestação de serviços de Divulgação para uso da Administração Pública do Município de Querência – MT.
Vencedoras:
· **A presente licitação foi deserta.**

Querência - MT, 19 de Setembro de 2014.

DÉBORA JAQUELINE SILVEIRA RIOS
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:10EBB9FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 138/2014

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 138/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 138/2014
MODALIDADE: Chamada Pública n. 002/2014
OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.
Vencedor:
Telmo Davi Schmitte, DAP: SDW09155187000200912123 2 - Foi vencedora dos itens 01, 05 e 10 com valor total de R$ 20.035,00 (vinte mil e trinta e cinco reais);

Querência - MT, 20 de Agosto de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Presidente da CPL.

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:8754879B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 069/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Cuiabá, quadra 01, lote 09, Setor C, Querência - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.465.002/0001-66, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado na Avenida Leste n. 567, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 5027154383 e inscrito no CPF sob o n. 437.706.300-68 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial nº **106/2014** da Prefeitura Municipal de Querência, cujo objetivo e a para registro de preços para contratação de serviços de Pintor para realizar adequações das edificações públicas de Querência - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 644/2007, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à aquisição, preços, e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, localizada na Av. Cuiabá, Quadra 01, lote 09, setor C, em Querência - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas no art. 18 do Decreto Municipal nº 644/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) serviços a outro(s) órgão (ãos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;
g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;
i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;
d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;
e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:
a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;
b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;
c) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;
d) Entregar os produtos conforme especificações e preços registrados na presente ARP;
e) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Querência;
f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
j) pagar, pontualmente, o(s) fornecedor(es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 25 de Setembro de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor (es) e as especificações do(s) produto(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **ADRIANO DENNER DE OLIVEIRA REIS**
CNPJ: 17.739.991/0001-21
END.: Rua F5, nº 38, Quadra 05, Lote 14, Bairro Setor F
CEP: 78.643-000
CIDADE: Querência - MT
LOTE: Foi a vencedora do item 01 ao 12 com um valor de R$ 135.800,00 (Cento e trinta e cinco mil e oitocentos reais).
Produto - Marca / especificação - Valor Unitário - Quantidade

Item.	Descrição:	Valor Total
01	Serviço de Pintura externa do Prédio Municipal da Administração Pública, incluso aberturas e beirais. Nas Cores Padrão. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**5.500,00**
02	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção Social, incluso aberturas, beirais e calçadas internas. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**8.000,00**
03	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal do CRAS, incluso aberturas e beirais. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**7.000,00**
04	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da escola EMEB Fazenda Liberdade (zona rural), incluso aberturas e beirais. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**5.000,00**
05	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da escola EMEB Agropecuária Tanguro (zona rural), incluso aberturas e beirais. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**5.500,00**
06	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da escola EMEB Pingo D'Água (zona rural), incluso aberturas e beirais. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**8.000,00**
07	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da escola EMEB Alegria do Saber (Sede), incluso aberturas beirais, e murros com grades externas e calçadas internas, Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**23.700,00**
08	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da escola CEMEB Educação Infantil Pequeno Príncipe (Sede), incluso aberturas, beirais, murros com grades externas e calçadas in ternas. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**22.000,00**
09	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da escola EMFAQUE Escola Municipal Agrícola (Sede), incluso aberturas e beirais. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**15.300,00**
10	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da SEMEC Secretaria Municipal de Educação (Sede), incluso aberturas e beirais. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**8.000,00**
11	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da Biblioteca Municipal (Sede), incluso aberturas, beirais, murros com grades externas E CALÇADAS INTERNAS. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	**11.300,00**
12	Serviço de Pintura externa e interna com letreiro de identificação do Prédio Municipal da CEMEI Passarinhos para o Futuro (Zona Rural, Coutinho União), incluso aberturas, beirais, murros externos e calçadas	**16.500,00**

	internas. Conforme padrão de faixa assim estabelecidas. Fundo na cor branca com quatro faixas iniciando do rodapé sendo: 1ª faixa de 60 cm na cor verde fortuna; 2ª faixa de 8 cm na cor branco gelo; 3ª faixa de 30 cm na cor verde capim limão; **4ª faixa de 12 cm na cor amarelo mostarda americano;**	
	TOTAL:	**R$ 135.800,00**
Valor Total da Proposta: R$ 135.800,00 (Cento e trinta e cinco mil e oitocentos reais).		

Estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima, sendo: o prazo de eficácia da proposta, 90 (noventa) dias corridos;

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo(a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;
Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;
b) recusarem-se a retirar a nota de empenho nos prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;
Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
I - Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:
a) multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega do produto;
b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do Contrato;
c) multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;
II - De acordo com o art. 7°, da Lei Federal n° 10.520, de 17.07.2002, o licitante e/ou contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso Cadastro Central de Fornecedores do Município de Querência, pelo prazo de até 5 (cinco) anos:
Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendidos, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital do Pregão Presencial nº **106/2014** e anexos;
b) Proposta Comercial da(s) FORNECEDORA(S).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Querência - MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, _____ (Débora Jaqueline Silveira Rios), Pregoeiro (a), lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Empresa(s) Fornecedora(s):
ADRIANO DENNER DE OLIVEIRA REIS
CNPJ: 17.739.991/0001-21

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:44AC8E64

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO N. 166/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **166/2014**.
MODALIDADE: Pregão Presencial **n. 131/2014.**
OBJETO: Pregão Presencial para Registro de Preço para aquisição de Decoração Natalina para uso da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção Social deste Município de Querência-MT.
Data: 13/10/2014
HORÁRIO: 09:00 (horário local)
LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 01 de Outubro de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

DÉBORA JAQUELINE SILVEIRA RIOS
Pregoeiro (a)

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:5F1B1508

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PR. 167/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **167/2014**
MODALIDADE: Pregão Presencial n. 132/2014**.**
OBJETO: Pregão Presencial para registro de preços de Emulsão Asfáltica RR – 2C e Asfalto Diluído CM – 30 para uso da Secretaria de Obras e Estradas deste Município de Querência- MT.
Data: 13/10/2014
HORÁRIO: 14:30 horário local
LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.
O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 01 de Outubro de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

DÉBORA JAQUELINE SILVEIRA RIOS
Pregoeiro (a)

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:CFC71389

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 1.315/2014

Dispõe sobre a regulamentação do sistema tarifário dos serviços públicos prestados pelo município de Querência/MT.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais,

DECRETA.

Artigo 1° - Fica estabelecido o sistema tarifário dos serviços públicos prestados pelo Departamento de Água e Esgoto do município de Querência, conforme tabela em anexo.

Artigo. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 12 de junho de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

TABELA DE SERVIÇOS – DAE

Ordem	Evento	Valor (R$)
01	RELIGAÇÃO	10,00
02	SUBSTITUIÇÃO DE HIDROMETRO	93,00
03	LIGAÇÃO DOMICILIAR	65,00
04	LIGAÇÃO DOMICILIAR (DESATIVADA)	72,00
05	MULTA LIGAÇÃO NÃO AUTORIZADA	189,00
06	TAXA DE LIGAÇÃO DOMICILIAR	65,00
07	ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE	0,50
08	SOLICITAÇÃO DE CORTE	10,00
09	MUDAR CAVALETE	35,00

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:A416DCAE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 1.339/2014

Dispõe sobre a nomeação de Membros e suplentes do Conselho Municipal da Cidade de Querência/MT, e dá outras providências.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência - MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n° 801/2014, de 08 de Abril de 2014.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica nomeado os membros e suplentes do Conselho Municipal da Cidade de Querência, da seguinte forma:

I – DO GOVERNO MUNICIPAL:

Thiago da Silva Brito Representante da Secretaria de Administração
CPF nº. 030.751.011-50
Adriana Matias Rodrigues Suplente
CPF nº. 966.824.341-20

Sigmar Rambo Representante da Secretaria de Finanças
CPF nº. 214.005.040-15
MARIZA A. G.RECKZIEGEL Suplente
CPF nº. 568.443.361-87

João Pereira Luz Representante da Secretaria de Obras e Serviços
CPF Nº. 535.561.001-34
Newton R.Rodrigues Dantas Suplente
CPF Nº. 827.906.981-04

Sonia E. de F. Santos Representante da Secretaria de Assistência Social
CPF nº. 278.111.741-20
Edileusa Soares da Silva Suplente
CPF nº. 110.736.238-58

Jasiele A. Heemann Representante da Secretaria de Saúde
CPF nº. 895.746.211-20
Núbia Sippert Suplente
CPF nº. 981.131.190-00

Fabio Antônio Barbosa Representante da Secretaria de Educação
CPF nº. 000.119.761-44
Manoel Vicente Neto Suplente

CPF nº. 433.450.261-04

II – DA SOCIEDADE CIVIL:

Irio José Guisolphi Representante da Adesque – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência
CPF nº. 590.349.639-34
Romildo Luiz Kuhn Suplente
CPF nº. 541.337.340-68

Regis Pedro Giacobbo Representante de Serviços Pastorais da Igreja Católica
CPF nº. 963.569.101-78
Jacinta Meinerz Suplente
CPF nº. 468.585.551-53
André Martin Radinz Representante de Serviços Pastorais da Igreja Luterana
CPF nº. 086.795.707-70
Milton Francisco Braun
CPF nº. 373.321.470-68 Suplente
Claudia Ap. Santos Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
CPF nº. 011.902.481-07
Driana Cappellesso Suplente
CPF nº. 911.092.301-25

Nirto L. Fasolo Júnior Representante do Sindicato dos Produtores Rurais
CPF nº. 924.892.221-04
Marcelo da Cunha Marinho Suplente
CPF nº. 286.819.938-01
Valdir Luiz Bissolotti Representante do Rotary Club de Querência
CPF nº. 295.167.069-91
Domingos João Roberti Suplente
CPF nº. 245.699.920-72

Artigo 2º - O Conselho Municipal da Cidade de Querência, no primeiro mandato, será presidido pelo Prefeito Municipal ou por conselheiro de sua indicação.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT, 18 de Agosto de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito do Município de Querência

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:7933B4A4

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 1.346/2014

SÚMULA: "CONSIDERA O SR. CARLOS GARCETE RIBEIRO – GOVERNADOR DO ROTARY DISTRITO 4.440, E SUA ESPOSA FÁTIMA FLORES RIBEIRO – COORDENADORA DAS ASR DO DISTRITO 4.440, HÓSPEDES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, NOS DIAS 16 E 17 DE OUTUBRO DE 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência - MT, no uso de suas atribuições.

DECRETA:

Artigo 1° - Considera HÓSPEDES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, o Sr. CARLOS GARCETE RIBEIRO – Governador do Rotary Distrito 4.440, e sua esposa FÁTIMA FLORES RIBEIRO – Coordenadora das ASR do Distrito 4.440, durante sua estadia em nossa cidade, nos dias 16 e 17 de outubro de 2014.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT, 23 de Setembro de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito do Município de Querência

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:2F591DED

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CPL
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2014

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº. 993/ GAB / PMR / 2014, de 02 de Junho de 2014, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2014,** cujo **Objeto: "Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Transporte Terrestre com Veículo Ônibus para Viagem do Grupo da Terceira Idade "Alegria de Viver", referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social – Cras pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo - SCFV"** processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 136/2014 – SEMAS, tendo como vencedora de todos os itens Licitados a empresa**: Empresa de Transporte Coletivo Águia de Ferro Ltda - EPP, CNPJ: 02.718.2271/0001-00,** com o Valor Global da Licitação de R$ 20.996,90 (Vinte mil novecentos e noventa e seis reais e noventa centavos).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 01 de Outubro de 2014.

LILIANE GUEDES SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:969E7D03

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014

O Município de Rosário Oeste/MT, através da Pregoeira torna público para quem possa interessar que na licitação supracitada que tem por objeto: FUTURAS E EVETUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRAFICOS E ADESIVOS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT. Ficando registrado os preços da empresa **SIMONE MARIA SOUZA LOPES**, inscrita no CNPJ Nº 18.417.536/0001-72**.** Registrou o valor de R$ 193.602,50 (cento e noventa e três mil, seiscentos e dois reais e cinquenta centavos). Informa ainda que a integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação.

Rosário Oeste, 25 de Julho de 2014.

ANDREIA VIVIANE SOUZA DE ALMEIDA
Pregoeira

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:B8A2A802

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
RELAÇÃO DE CONTRATO SETEMBRO/2014

RELAÇÃO DE CONTRATOS DE SETEMBRO/2014				
Nº	**NOME**	**DATA**	**FUNÇÃO**	**SALARIO**
35	Leila Correa de Almeida	12/09/2014	Apoio Ed. E Serv. Gerais Contratado	R$ 724,00

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:AFA9C74B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 131 /2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO (a pedido) DA Sr. CAIO FERNANDO MOTTA BONIN DO CARGO DE ASSESSOR JURIDICO E *DÁ* OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar (a pedido) a Sr.**CAIO FERNANDO MOTTA BONIN**, portador do RG nº 475339241 SSP/SP e CPF nº 000.345.861-05 do Cargo de ASSESSOR JURIDICO.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 01 de OUTUBRO de 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se.
Afixe-se na data supra.

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:58799D11

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 132/2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

SÚMULA: "CONCEDE O PEDIDO DE AFASTAMENTO POR INTERESSE PARTICULAR POR DOIS ANOS A SERVIDORA RITA DE CASSIA DE LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "**afastamento por interesse particular por dois anos**" a servidora **RITA DE CÁSSIA DE LIMA,** portadora do CPF: 805.201.981-91 com sua vigência de 01/10/2014 À 01/10/2016.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE OUTUBRO DE 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se
Na data supra
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:344E9637

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO CONTRATO SETEMBRO 2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 111/2014
Contratado: JULIANE SFREDO PUTZEL FREDRICH
Objeto: CONTRATANTE DO CARGO DE BIOQUIMICA DE 20HORAS
Valor Mensal: R$ 2.742,52
Vigência: 19/09/2014 A 19/09/2015

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:C8C7AB75

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE SETEMBRO DE 2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 040/2014
Contratado: EDERSON CORREIA
Cargo: MOTORISTA
Data de Encerramento: 01/09/2014
Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:F36CDAB0

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE SETEMBRO DE 2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 30/2014
Contratado: SUZANA DA SILVA PEREIRA
Cargo: MONITORA DE ONIBUS ESCOLAR
Data de Encerramento: 01/09/2014
Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:A365CC5F

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE SETEMBRO DE 2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato
Contrato nº 86/2014
Contratado: SUELY LUIZA DA SILVA
Cargo: MERENDEIRA
Data de Encerramento: 22/09/2014
Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:E0AD9A93

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº43/GP/2014 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRORROGAR PRAZO SOBRE O IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO – IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

DECRETO Nº43/GP/2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Prorrogar prazo sobre o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU para o Exercício de 2014.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR RIBEIRO**, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 67 VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 007/2002, LC nº 16/GP/2005 e Lei nº 1.109/GP/2013.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de que trata os artigos 1º, 2º e incisos I, II e III do Decreto nº 30 e 40/2014, até 31 de Outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal em Santo Antônio de Leverger-MT, 30 de Setembro de 2014.

VALDIR RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angelika Capelão de Souza
Código Identificador:DB8B50AC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 030/2014

Em 30 de setembro de 2014.

Oficializada a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar as obras paralisadas e inacabadas no âmbito do municipio de São Félix do Araguaia – MT.

O Presidente da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia – MT, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a responsabilidade do Poder Executivo Municipal, pelas obrasiniciadas; paralisadas e inacabadas no âmbito do municipio de São Félix do Araguaia – MT.

§ 1º O prazo da CPI para conclusão dos trabalhos deverá ser de 90 (noventa) dias.

§ 1º O prazo poderá ser prorrogado por igual período, casos os trabalhos não forem concluídos, no § 1º.

Art. 2º A CPI é composta pelos seguintes membros:
Presidente: Vereador Marcos Miranda – PP;
Secretário: Vereadora Patrícia Paiva – PSD
Membros: Vereador Gesner Biondo – PSD;
Vereador Domingos Goes – SD.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se.

EURÍPEDES TAVARES DOS SANTOS
Presidente 2013/2014

Publicado por:
Juciliano Rovani Budrys
Código Identificador:A7B263FB

CÂMARA MUNICIPAL
REQUERIMENTO Nº 027/2014.

Vereadores: Marcos Miranda – PP;
Gesner Biondo – PSD;
Patrícia Paiva – PSD;
Domingos Goes – SD.

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar as obras iniciadas; paralisadas e inacabadas no âmbito do municipio de São Félix do Araguaia - MT.

Senhor Presidente.

Os Vereadores que subscrevem, nos termos do art. 367, § 1º e § 5º do Regimento Interno, conjugado com o art. 33 da Lei Orgânica, a instituição de Comissão permanente de Inquérito para apurar a responsabilidade do Poder Executivo Municipal, pelas obras iniciadas; paralisadas e inacabadas no âmbito do municipio de São Félix do Araguaia - MT.

O prazo da CPI para conclusão dos trabalhos deverá ser de 90 (noventa) dias e estima-se a despesa para concretização dos trabalhos em R$. 1.000,00 (um mil reais).

São Félix do Araguaia – MT, em 26 de setembro de 2014.

MARCOS MIRANDA
Vereador – PP

GESNER BIONDO
Vereador – PSD

PATRÍCIA PAIVA
Vereadora – PSD

DOMINGOS GOES
Vereador - SD

Publicado por:
Juciliano Rovani Budrys
Código Identificador:45279719

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 88, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA, TAXA DE COLETA DE LIXO, TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E TAXA DE EXPEDIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.
O Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em Lei, e de acordo com disposto no art. 70 da Lei Complementar nº 64, de 6 de dezembro de 2010.

.
D E C R E T A

.
Art. 1º Fica prorrogado o prazo máximo estabelecido no § 1º do Art. 2º do Decreto nº 55, de 30 de junho de 2014, do vencimento fixado inicialmente em 30 de setembro de 2014, para a data de 28 de novembro de 2014, no recolhimento dos tributos abaixo:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
II - Taxa de Limpeza Pública;
III - Taxa de Coleta de Lixo;
IV - Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos; e
V - Taxa de Expediente.

.

§ 1º O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única terá o benefício de 20% (vinte por cento) de desconto do valor lançado por imóvel, de todos os tributos relacionados no art. 1º, com vencimento fixado para 28 de novembro de 2014;

.

§ 2º O valor dos tributos relacionados no art. 1º poderão ainda ser parcelados em 4 (quatro) vezes, sem aplicação de desconto, nas seguintes datas:
I – primeira parcela com vencimento em 28 de novembro de 2014;
II – segunda parcela com vencimento em 9 de dezembro de 2014;
III - terceira parcela com vencimento em 19 de dezembro de 2014**;**
IV – quarta parcela com vencimento em 29 de dezembro de 2014.

.

Art. 2º A Taxa de Expediente fica fixada no valor de R$ 5,61 (cinco reais e sessenta e um centavos), para cota única e para cada parcela concedida.

.

Art. 3º Os tributos não pagos na data do vencimento, terão seus valores atualizados e acrescidos de multa e juros de mora, em conformidade com o estabelecido no Código Tributário Municipal.

.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

.

Gabinete do Prefeito, 1º de outubro de 2014.

.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:1BD3A12C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 039 DE AGOSTO

DECRETO Nº. 039/2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº. 988 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de São José do Rio Claro, Administração direta, Exercício de 2014, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.378.897,36(um milhão, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Classificação	Valor
09.001.20.122.0011.2026.339030000000	26.597,23
02.001.04.122.0003.2046.339014000000	3.470,00
03.001.04.122.0004.2003.339014000000	360,00
07.001.12.122.0032.2043.339014000000	2.600,00
11.001.27.122.0009.2009.339030000000	5.143,19
07.001.12.122.0032.2043.339033000000	759,17
10.001.23.122.0014.2049.339039000000	31.704,58
06.002.10.301.0029.2061.319011000000	228.624,92
07.003.12.361.0035.2033.319011000000	337.496,71
07.003.12.365.0035.2038.319011000000	34.124,52
07.003.12.365.0035.2037.319011000000	83.257,36
07.003.12.367.0035.2036.319011000000	3.147,37
07.003.12.361.0035.2033.319004000000	30.161,47
05.002.08.244.0020.2017.319011000000	23.872,00
05.002.08.244.0021.1091.449052000000	1.016,70
04.001.04.122.0008.2007.339014000000	1.780,00
06.002.10.302.0030.2070.339030000000	28.064,10
06.002.10.301.0029.2061.339036000000	2.155,49
06.002.10.301.0029.2066.339036000000	27.628,15
06.001.10.301.0028.2080.339036000000	485,13
03.001.04.122.0004.1006.449052000000	6.831,22
06.002.10.302.0030.2070.339039000000	56.667,90
03.001.04.122.0004.2003.339091000000	420,00
05.002.08.244.0020.2017.339036000000	4.807,45
07.002.12.361.0035.2030.339036000000	18.989,22
07.002.12.365.0035.2031.339036000000	22.655,04
06.002.10.302.0030.2072.337141000000	6.779,60
05.001.08.122.0036.2012.339014000000	310,00
12.001.04.122.0006.2058.339014000000	420,00
08.003.26.452.0016.2091.339036000000	7.768,29
08.001.15.451.0016.2050.339036000000	44.664,77
08.002.15.452.0016.2051.339036000000	36.087,02
03.001.04.122.0004.2003.339036000000	2.580,66
05.002.08.244.0020.2018.339036000000	723,58
02.001.04.122.0003.2046.339033000000	625,2
10.003.23.695.0015.1054.339039000000	23.713,64
10.003.23.695.0015.1054.339036000000	12.899,21
02.001.04.122.0003.2046.319011000000	25.228,63
02.001.04.122.0003.2046.319013000000	2.537,68
05.002.08.243.0023.2090.319011000000	7.033,16
06.002.10.301.0029.2061.319113000000	15.727,80
07.001.12.122.0032.2043.319113000000	8.682,88
07.003.12.361.0035.2034.319011000000	2.820,26
07.003.12.365.0035.2038.319113000000	3.353,35
07.003.12.365.0035.2037.319113000000	5.334,09
07.003.12.367.0035.2035.319011000000	805,29
07.003.12.367.0035.2035.319113000000	2.276,54
10.001.23.122.0014.2049.319011000000	6.408,71
07.003.12.361.0035.2033.319013000000	412,17
04.001.04.122.0008.2007.319013000000	1.416,37
06.001.10.301.0028.2080.319013000000	2.168,46
05.002.08.244.0020.2017.319013000000	2.775,80
05.002.08.244.0020.2017.319113000000	365,85
02.001.04.124.0003.2082.319013000000	717,95
08.003.26.782.0016.2052.319013000000	4.500,00
08.002.15.452.0016.2051.319013000000	9.653,92
07.002.12.361.0035.2030.319013000000	8.741,48
06.002.10.302.0030.2070.339014000000	4.340,00
06.002.10.302.0030.2070.339030000000	4.000,00
04.001.04.122.0008.2007.339014000000	800,00
05.001.08.122.0036.2012.339030000000	3.906,64
10.003.23.695.0015.1054.339036000000	15.000,00
11.001.27.122.0009.2009.339030000000	1.890,00
06.002.10.302.0030.2072.337141000000	6.131,50
04.001.04.122.0008.2007.339039000000	6.814,28
08.003.26.782.0016.2052.339030000000	65.472,85
03.001.04.122.0004.2003.339039000000	8.737,31
07.001.12.122.0032.2043.339039000000	12.656,26
02.001.04.131.0003.2048.339039000000	18.797,24
Total	1.378.897,36

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, serão utilizados o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.
Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2014 e revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, São José do Rio Claro - MT, 01 de agosto de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:228C14BC

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 040 DE AGOSTO

DECRETO Nº. 040/2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº. 988 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de São José do Rio Claro, Administração Indireta, Exercício de 2014, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 251.000,00(duzentos e cinqüenta e um mil reais), destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Classificação	Valor
13.001.09.272.0037.2082.319011000000	15.000,00
13.001.09.272.0038.2084.319001000000	141.000,00
13.001.09.272.0038.2084.319005000000	95.000,00
Total	251.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º, incisos III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

Classificação	Valor
13.001.09.272.0037.2082.339014000000	3.500,00
13.001.09.272.0037.2082.339039000000	6.500,00
13.001.09.272.0037.2082.339030000000	2.050,00
13.001.09.272.0039.1089.449052000000	2.000,00
13.001.09.272.0037.2082.339092000000	950,00
13.001.09.272.9998.9999.999999000000	236.000,00
Total	236.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2014 e revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, São José do Rio Claro - MT, 01 de agosto de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:6B295E9E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 258 DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR para exercer o cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOSo servidor CESAR PEREIRA DE SOUZA, portador do RG 1159616-3 - SJ/MT e do CPF. 843.907.781-53, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
EM 1º DE OUTUBRO DE 2014

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:D564345A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2014 SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2014 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1678 /2014

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através do seu pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto nº. 043/2013 torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 41 – Centro, mediante a designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, através da Portaria Municipal 0142/2014, encontra-se aberta a licitação na Modalidade
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.
O presente Edital tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ARTIGOS EENFEITES NATALINOS, DESTINADOS AS FESTIVIDADES DE NATAL E ANO NOVO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU**, conforme descrito no presente Edital e seus Anexos.

13/10/2014. ABERTURA DA SESSÃO: 09 horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 35681109 e EMAIL: licitação@saojosedoxingu.mt.gov.br e retirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

São José do Xingu – MT, 01 de Outubro de 2014.

WELTON LUCIANO TEIXEIRA
Pregoeiro Oficial.
Dec. nº 043/2013.

Publicado por:
Aloizio Rodrigues da Silva
Código Identificador:14959F8F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2014 SRP Nº 124/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO. TIPO: Menor Preço por Lote. OBJETO: **Aquisição de Materiais de Construção, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.** ABERTURA DA SESSÃO DE PROPOSTAS: 03/10/2014, às 09h30min (horário de Brasília/DF). ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 15/10/2014 às 09h30min (horário de Brasília/DF). REALIZAÇÃO: www.cidadecompras.com.br. INTEGRA do EDITAL: www.cidadecompras.com.br e www.prefeituravirtual.com.br.

Sinop/MT, 01 de Outubro de 2014.

ADRIANO DOS SANTOS
Pregoeiro Portaria nº 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:B1769B8A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 202/2014

DATA: 30 de setembro de 2014

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 80.714,00 (oitenta mil e setecentos e quatorze reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1848/2013 e a Lei nº 1925/2013;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 80.714,00 (oitenta mil e setecentos e quatorze reais), para atender as seguintes dotações:

04 -SEC. MUN. DE PLANEJ. FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0 -SEC. MUN. DE PLANEJ. FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0.04.129.0011.2022 -AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
4.4.90.00.00.00 - 0192000032- Aplicações Diretas R$ 80.714,00 - (oitenta mil e setecentos e quatorze reais)
TOTAL R$ 80.714,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, de acordo com o art. 43, §1º inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, serão utilizados os recursos provenientes de efetivo excesso de arrecadação no valor de R$ 80.714,00 (oitenta mil e setecentos e quatorze reais).
Parágrafo único. É parte do presente Decreto a Planilha Demonstrativa de Efetivo Excesso de Arrecadação por Fonte de Recursos, referente ao mês de agosto de 2014.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 30 de setembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
PLANILHA DEMONSTRATIVA DE EFETIVO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Art. 43, parágrafo 3º da Lei 4.320/64.	
Fonte: ALIENAÇÃO DE BENS	
ESPECIFICAÇÃO	**VALOR R$**
ARRECADAÇÃO DE SETEMBRO A DEZEMBRO 2013	R$ 5.937.579,40
ARRECADAÇÃO DE JANEIRO A AGOSTO 2014	R$ 11.075.857,98
RECEITA PREVISTA PARA O ANO 2014	R$ 6.972.903,00
1. RECEITA PREVISTA PARA 2014	R$ 6.972.903,00
ARRECADAÇÃO DE JANEIRO A AGOSTO DE 2014	R$ 11.075.857,98
2. ARRECADAÇÃO TOTAL ATÉ AGOSTO 2014	R$ 11.075.857,98
Diretoria de Orçamento - 30/09/2014	
3. EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (2. - 1.)	**R$ 4.102.954,98**
Depósito Administrativo conforme Processo 366/2012-Sexta Vara Cível	420.418,35
Excesso utilizado: Decreto nº 179/2014 de 01/09/2014	2.637.863,00
Excesso utilizado: Decreto nº 191/2014 de 09/09/2014	173.141,00
Saldo Excesso	**871.532,63**

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli Sachini
Código Identificador:A02A7071

SAAES
PORTARIA 022/2014

DATA: 01 de Outubro de 2014

SÚMULA: Concede licença prêmio ao servidor *JOELSON CAMPOS DA COSTA* ,Encanador de Referência CE-16.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA, DIRETOR PRESIDENTE DO SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio ao servidor, *JOELSON CAMPOS DA COSTA* Encanador de Referência CE-16, referente ao quinquênio de 15/07/2008 A 15/07/2013, no período de 01/10/2014 a 29/12/2014.

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO DIRETOR DO SAAES,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 01 de Outubro de 2014.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA
Diretor Presidente do SAAES

Publicado por:
Edna Maciel Escobar
Código Identificador:8ABC2DB0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 092/2014

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de sua Pregoeira, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi única vencedora do certame a empresa: **ZATI EQUIPAMENTOS PARA GINÁSTICA LTDA – ME,** CNPJ N. 13.324.232/0001-47 no Lote 01, no Valor Total de R$ 240.000,00.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:9D7AABBC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO RESULTADO DA FASE DE PROPOSTA DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2014

A Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, através de sua Pregoeira, torna público para o conhecimento dos interessados, que participaram do certame as seguintes empresas: VERGILIO ZANELLA & CIA LTDA ME, CNPJ N. 02.770.298/0001-44, sendo que a mesma foi **INABILITADA**, abrindo-se *prazo*legal para apresentação de nova documentação no dia **13 de outubro de 2014**, as 10:00 horas (horário oficial de Sorriso MT).

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:2AD0208D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 093/2014

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT**,** através da Pregoeira Oficial, torna público para o conhecimento dos interessados, que para o procedimento licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL N.º 093/2014**, tendo como objeto o "**Registro de Preço para futura e eventual aquisição de refeições do tipo self service, para atender a Secretaria de Educação e Cultura**", fica **PRORROGADA** a data de recebimento e abertura dos envelopes para o dia **16 de Outubro de 2014 às 10:00 (horário oficial de Sorriso MT)**, pois a mesma foi considerada deserta. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal de Sorriso em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira Prefeitura de Sorriso – MT

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:0BA6B9D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2014

O Prefeito Municipal de Sorriso (MT), Sr. DILCEU ROSSATO, torna público, que tendo concordado com a justificativa apresentada pelo Gabinete do Prefeito e diante do Parecer da Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 008/2014 para **contratação de prestação de serviços advocacia, consistente na assessoria, auditoria e consultoria jurídica especializadas em defesas, questionamentos, impugnações e recursos porventura apresentados por entes públicos ou privados perante o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, incluindo a elaboração de pareceres e recomendações do julgamento das contas anuais de gestão dos exercícios anteriores, bem como dos apontamentos em face dos relatórios preliminares de auditorias quadrimestrais diretamente** com a empresa **GOMES ADVOGADOS S/S.,** CNPJ/MF sob n.º 15.571.924/0001-15, RETIFICA-SE o valor global da contratação ONDE LÊ-SE: (...) com valor global de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), sendo que serão pagos mensalmente a importância de R$ 7.000,00 (sete mil reais); LEIA-SE: (...) com o valor global de R$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais), que serão pagos mensalmente a importância de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:25B52171

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 097/2014

O Município de Sorriso – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para o conhecimento dos interessados, que realizará às **08:00 horas (Horário Oficial de Sorriso – MT), do dia 16 de outubro de 2014,** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Porto Alegre, n. 2.525, Centro – Sorriso – MT, a abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 097/2014**. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a "**Contratação de Empresa Especializada para aquisição e instalação de uma piscina para o Centro de Convivência da Terceira Idade, no Município de Sorriso, conforme Termo de Referência/Projeto Básico em anexo**". O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal de Sorriso, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente ou através do site **www.sorriso.mt.gov.br**. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira Prefeitura de Sorriso – MT

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:8B9B1ECD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO AVISO PREGÃO 098-2014 PARA ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2014

A Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, através da Presidente da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que se fará Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 018/2014, oriunda do Pregão n.º 006/2014SAD Processo n°. 222.364/2013SAD da Secretaria Estadual de Administração de Mato Grosso, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 10ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE BOMBEIROS MILITAR "COMPANHIA ALVES DAROIT", DO MUNICÍPIO DE SORRISO**, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preços. Que teve como vencedora a empresa: **P.R.P. BORGES COMÉRCIO EPP., CNPJ N.º 05.457.629/0001-89**, sendo aderido aos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 totalizando o valor de R$ 6.307,000 (seis mil, trezentos e sete reais).

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Presidente da Comissão Permanente de Licitação / Pregoeira

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:D22FBC00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 588/2013

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA,** por 30 dias, com início em 22/09/2014 à 21/10/2014, conforme atestado médico em anexo, *a* servidora ***ELISANGELA APARECIDA MALONYAI CAVALIERI***, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1.098.036-9 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n°. 695.016.531.53, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 241, no cargo de **Professora,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73, Inciso IV, §1º e Art. 81, e com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigora data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de concessão da Licença 22/09/2014, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 24 de Setembro de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:B7D7EC88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 589/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **WALMIR BARRETO**, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.162.944-7 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 390.577.399.68, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 113/2014**, firmado com **W. D. Terraplanagem e Construções Ltda**, representada pelo senhor **Wilson Sartoretto,** contratação de locação de equipamentos para execução de pavimentação asfalto em diversas ruas e avenidas da Cidade de Tabaporã – MT. Este Contrato tem vigência prevista em até 31.12.2014, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, nos termos do Art. 57 da Lei 8666/93.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23/09/2014, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 24 de Setembro de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:70A257A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 590/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **WALMIR BARRETO**, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.162.944-7 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 390.577.399.68, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 114/2014**, firmado com **Leandro Xavier Cerci**, sócio proprietário, contratação de locação de equipamentos para execução de obra de pavimentação asfalto em diversas ruas e avenidas da Cidade de Tabaporã - MT. Este Contrato tem vigência prevista em até 31.12.2014, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23/09/2014, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 24 de Setembro de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:3B9AF08C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 591/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **SUELY DE SOUZA CARDOSO**, Secretária Municipal de Ação Social, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.363.640-5 SSP/MT e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 390.577.399.68, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 115/2014**, de **GALDIA NUBIA RIBEIRO**, contratação de prestação de serviços de assistência social para atender no CRAS as famílias carentes na Secretaria Municipal de Ação Social do Município de Tabaporã - MT, com carga horária de 40 horas semanais. O prazo de vigência do presente contrato está previsto em até 31 de Dezembro de 2014, admitira a prorrogação de prazos quando houver interesse das partes em comum acordo da contratada e da contratante, desde que obedecidos os ditames legais, conforme previsto no Artigo 57, § 1º da Lei 8.666/93.
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23/09/2014 e revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 24 de Setembro de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:E4D8A7D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.039/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - NOMEAR a senhora **DIRLEIA VAZ DE PAULA,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.156.829-4 SEJSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 035.072.791.00, no cargo de **Chefe de Divisão de Recursos Humanos,** lotada na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, nº. 732/2009 e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/09/2014, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 17 de Setembro de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:2B51AB85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.043/2014

O PREFEITO DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado a nomeação dos membros para composição da **"Comissão de Transportes Escolar",** para Biênio 01/10/2014 a 30/09/2016, conforme segue abaixo:

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES MUNICIPAIS		
TITULAR	**Seloi Terezinha Welter,** brasileira, divorciada, Professora Rua: Oscar Kunio Kawakami, 405 E	RG: 607.911-3 SSP/MT CPF: 430.074.731.87 Celular: (66) 9962-2127 Fone: (66) 3557-1708
SUPLENTE	**Doreni de Brito Maximiano,** brasileira, casada, Professora Rua: José Felix Neves, S/Nº	RG: 931.324 SSP/MT CPF: 823.761.231.00 Celular: (66) 9902-6018 Fone: (66) 3557-1211
REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ESTADUAIS		
TITULAR	**Juliana Ferreira da Silva,** brasileira, solteira, professora Rua Projetada "A", 1295	RG: 1.556.575-0 SSP/MT CPF: 007.655.421-02 Celular: (66) 9654 3343 Fone: (66) 3557-1206
SUPLENTE	**Silvanir Rezer,** brasileiro, solteiro, professor Rua Hélvia,1215	RG: 1035486-7 SSP/MT CPF: 005.364.031-47 Celular: (66) 9924 9237 Fone: (66) 3557-1788
REPRESENTANTES DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA		
TITULAR	**Alexandre dos Santos**, brasileiro, solteiro, técnico administrativo educacional Rua: Dorival de Souza, 294 E	RG: 20.485.476 SSP/MT CPF: 025.694.561-60 Celular: (66) 9637-7713 Fone: (66) 3557-1200
SUPLENTE	**Neri Marcelo Brixner**, brasileiro, casado, professor Rua: Oscar Kunio Kawakami, 75 E	RG: 16.807.022 SSP/MT CPF: 773.786.520-91 Celular: (66) 9975 0990 Fone: (66) 3557-1200
REPRESENTANTES DOS PAIS		
TITULAR	**Meire Terezinha Fávaro**, brasileira, casada, pecuarista Endereço: Comunidade São Pedro	RG: 67.384.180 SSP/PR CPF: 985.036.189-15 Celular: (66) 9653-1765
SUPLENTE	**Neide Apª. Alves de Souza**, brasileira, casada, apoio administrativo educacional – nutrição Avenida Carlos Vidoto, s/nº.	RG: 15.019.608 SSP/MT CPF: 000.085.891-94 Fone: (66) 3557-1788
REPRESENTANTES DOS ALUNOS		
TITULAR	**João Paulo José da Silva**, brasileiro, solteiro, estudante Endereço: Sítio Asa Branca	RG: 2.697.749-4 SJ/MT CPF: 061.262.841-86 Celular: (066) 9996 8640
SUPLENTE	**Ludimila Rodrigues de Paula**, brasileira, solteira, estudante Endereço: Projeto de Assentamento Pai Herói, Chácara nº 04	RG: 2.468.085-0 SJ/MT CPF: 050.934.441-03 Celular: (066) 9929-0294
REPRESENTANTES DO CONSELHO DO FUNDEB		
TITULAR	**Ester Moreira de Moraes,** brasileira, divorciada, Professora Rua José Felix Neves, nº 1295 N	RG: 1.029.645-0 SJ/MT CPF: 781.594.311-04 Fone: (66) 3557-1664
SUPLENTE	**Sonia Aparecida Garcia,** brasileira, viúva, apoio administrativo educacional – nutrição Rua: Helvia, 1185 Conjunto Habitacional Casa Fácil	RG: 1.190.729-0 SJ/MT CPF: 799.269.401-53 Celular: (66) 9685-7112 Fone: (66) 3557-1664
REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
TITULAR	**Walter César Soares de Souza,** brasileiro, solteiro, motorista Avenida Comendador José Pedro Dias, 66	RG: 001.194.605 SSP/MS CPF: 927.066.491-00 Celular: (66) 9911-1398
SUPLENTE	**Francisco Assis Dias Freitas,** brasileiro, casado, advogado Rua Vilas Boas, s/nº	RG: 22.597.859-3 SSP/SP CPF: 080.748.398-26 Celular: (66) 9615-9640

Artigo 2º - A função da presente comissão, é considerada de serviço público relevante e não remunerada

Artigo 3º - O prazo da presente nomeação será por um período de 02 (dois) anos.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Registre-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 01 de Outubro de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NÓBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:3B2D2B06

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO Nº 00030000055/2012/ADM/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO Nº 00030000055/2012/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ ENGEPOLI CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA - EPP** / TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 055/ADM/2012 (OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA ELABORAR LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, EM ATENDIMENTO AO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PROJETO: PARQUE LINEAR ÀS MARGENS DO CÓRREGO FIGUEIRA)/ **R$0,00**/ DATA DA ASSINATURA: 25/09/2014.

Publicado por:
Claudia Filippin
Código Identificador:1B43CB45

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 103/2014

De 29 de Setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO EFETIVO CONFORME CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO Nº002/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, **Sr. LUIZ UMBERTO EICKHOFF**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 002/2010 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988 e;

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público nº 002/2010, para preenchimento dos cargos de provimento efetivos e cadastro de reserva desta Prefeitura estabelecidos no Edital do Concurso Público nº 002/2010 e;

CONSIDERANDO a homologação do mencionado Concurso Público, por meio do Decreto Municipal nº 097/2010, de 06 de dezembro de 2010, e retificação dada pelo Decreto Municipal nº100/2010 de, 09 de dezembro de 2010 e;

CONSIDERANDO a existência da vaga nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento e;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação da candidata classificado nº 045/2014, de 15 de setembro de 2014 e;

CONSIDERANDO o comparecimento do candidato convocado no prazo estipulado e;

CONSIDERANDO ainda o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

D E C R E T A

Art. 1º. NOMEAR a partir do dia 01/10/2014, em caráter efetivo, a **Sra. SILENI MARIA DE ALMEIDA FIORENTIN,** portadora do RG nº 1431282-4 SSP/MT e CPF nº 016.229.421-24, no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA**, para que desempenhe as atribuições da presente nomeação segundo determinação e lotação na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municial

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:566AF22D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 104/2014,

De 29 de Setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA CARGO DE COORDENADOR DO ACESSUAS TRABALHO E AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DO ACESSUSAS TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO MUNICIPIO DE TAPURAH – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando a necessidade de regularização das contratações dos servidores sem concurso;
Considerando o excepcional interesse público na solução do problema da contratação de Coordenação do ACESSUAS TRABALHO e de Auxiliar de coordenação do ACESSUAS TRABALHO para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.
Considerando que a necessidade de contratação temporária e de excepcional interesse público, está previsto no inciso IX, do Artigo 37 Da Constituição Federal;
Considerando que o Processo de Seleção para Contratação de coordenação do ACESSUAS TRABALHO e de Auxiliar de coordenação do ACESSUAS TRABALHO esta em conformidade com a Lei Municipal de Nº 1041/2014 de 12 de agosto de 2014 e com o Programa Nacional de Promoção de Acesso ao Trabalho – ACESSUAS do Ministério de Desenvolvimento Social e combate a Fome.

DECRETA:

Art. 1°. Na seleção de candidatos para contratação ACESSUAS TRABALHO res em caráter provisório para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, será observado o disposto neste decreto.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado para contratação do ACESSUAS TRABALHO ocorrerá no dia 02.11.2013.

Art. 3º. Para o cargo do ACESSUSAS TRABALHO, a contratação terá prazo determinado, não superior a 01 (um) ano conforme disposto no art.4º da Lei Municipal Nº 1041/2014 de 12 de agosto de 2014.

Art. 4º. A convocação será feita tão logo seja homologado o presente processo seletivo, através de edital afixado no local de costume na sede da Prefeitura Municipal de Tapurah MT.

Art. 5º. O edital deverá conter:

Se o Certame será realizado diretamente pela Secretaria de Assistência Social ou por empresa especializada;
Os cargos a prover com as respectivas vagas;
A contratação deverá ser pelo **Regime Geral de Previdência Social**.
O vencimento do contrato com prazo determinado;
A possibilidade de encerramento antecipado do contrato diante de existência de interesse público ou de concurso público homologado;
Os prazos e as exigências para inscrição dos candidatos;
Os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição;
A data, horário e local de realização da seleção;
Outras disposições julgadas necessárias.

Art. 6º. Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão através de Publicação nos mesmos meios em que se divulgou o respectivo Edital.

Art. 7º. Poderão candidatar-se, todos os cidadãos que atendam aos seguintes requisitos:

Ser Brasileiro nato ou naturalizado - artigo 12 da CF.
Ser maior de 18 (dezoito) anos até a data da inscrição;
Estar em gozo dos direitos públicos;
Estar quites com as obrigações eleitorais,
Estar quites com as obrigações militares;
Satisfazer os requisitos especiais para o provimento do cargo de ACESSUAS TRABALHO;

Art. 8º. As inscrições dos candidatos serão efetuadas no local, horário e prazos fixados no Edital da Seleção.

Art. 9°. No ato da inscrição o candidato receberá o respectivo cartão de identificação e sem a apresentação do mesmo, não será permitido fazer as provas.

Art. 10. A Comissão de Processo Seletivo Simplificado prestará todas as informações necessárias e orientará os interessados na obtenção dos elementos indispensáveis à inscrição.

Art. 11. A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como as apresentações de documentos falsos, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

Art. 12. O pedido da inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste Decreto e do respectivo edital.

Art. 13. O Processo Seletivo Simplificado será organizado e fiscalizado pela comissão do certame nomeada pelo Executivo Municipal.

Art. 14. Os testes serão preparados com questões objetivas e entrevista com psicólogo.
Art. 15. O candidato que se recusar a fazer o teste ou que se retirar do recinto durante a realização da prova, sem autorização da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, ficará automaticamente eliminado do certame.

Art. 16. Expirando o prazo para solução das questões, os testes serão recolhidos pelos fiscais e Comissão do processo seletivo simplificado que terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a divulgação dos resultados.

Art. 17. Será considerado aprovado o candidato que:
Tiver atingido 50 (cinqüenta) pontos no conjunto da prova objetiva e passar pela entrevista com psicólogo.

Art. 18. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente.

Art. 19. A homologação do Processo Seletivo será feita por ato do Prefeito, mediante relatório sobre todas as fases do mesmo, preparado pela Comissão de Seleção e constará dele:

Histórico dos preparativos da seleção;
Cópia do Edital;
Cópia dos atos designativos da Comissão examinadora e dos fiscais;
Lista de aprovação por ordem decrescente da média do conjunto das provas e entrevista;
Ocorrência havida durante a realização da seleção;
Parecer final da Comissão de Seleção.

Art. 20. A administração poderá a seu critério, antes da homologação, suspender, alterar, anular ou cancelar, o respectivo processo seletivo em decorrência de interesse público e em caráter de urgência.

Art. 21. Os casos omissos no regulamento serão resolvidos pela comissão encarregada da seleção.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso aos 29 dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:DC55E619

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 261/2014/GP/PMT

PORTARIA Nº 261/2014/GP/PMT, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1º. Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a Servidora Pública Municipal, Senhora **IVETE MARLEI SETTE,** ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, conforme previsto nos Arts. 109 e 110 da Lei Complementar 015/2009.
Art. 2º. A licença concedida á servidora **Sra. IVETE MARLEI SETTE,** findar-se-á em 21 de outubro de 2014.
Art. 3º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de MatoGrosso, aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:34D7E1BA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 260/2014/GP/PMT

PORTARIA Nº 260/2014/GP/PMT DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

O Sr. **LUIZ UMBERTO EICKHOFF,** Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º. CONCEDER férias a Servidora Pública Municipal, **Sra. ALICIA APARECIDA DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º As férias concedidas a **Sra. ALICIA APARECIDA DOS SANTOS,** são referentes ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014, a qual entrará em gozo de férias a partir do dia 01 de outubro do ano de 2014, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 31 de outubro do ano de 2014.

Art. 3º. CONCEDER férias a Servidora Pública Municipal, **Sra. CHARLENE SANTOS REIS,** ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 4º As férias concedidas a **Sra. CHARLENE SANTOS REIS,** são referentes ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014, a qual entrará em gozo de férias a partir do dia 01 de outubro do ano de 2014, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 31 de outubro do ano de 2014.

Art. 5º. CONCEDER férias a Servidora Pública Municipal, **Sra. LORENA TELLES MARTINS,** ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 6º As férias concedidas a **Sra. LORENA TELLES MARTINS,** são referentes ao período aquisitivo de 28/12/2012 a 27/12/2013, a qual entrará em gozo de férias a partir do dia 01 de outubro do ano de 2014, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 31 de outubro do ano de 2014.

Art. 7º. A presente Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:9385C335

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO 176 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2014
OBJETO: Aquisição de marmitas para atender as necessidades das Secretarias do Município de Tapurah.
CONTRATADA: OLIVEIRA & BRUNIERE LTDA - ME
CNPJ: 10.757.181/0001-59
VALOR GLOBAL: EMPENHOS SERÃO REALIZADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2014 REGISTRO DE PREÇO 054/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:20EC6BBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO 177 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2014
OBJETO: Aquisição de pedra britada de rocha calcítica e areia para uso na manutenção da infraestrutura do Município de Tapurah.
CONTRATADA: COPACEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA
CNPJ: 00.951.459/0002-51
VALOR GLOBAL: EMPENHOS SERÃO REALIZADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2014 REGISTRO DE PREÇO 055/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:6B5564A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO 178 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2014
OBJETO: Aquisição de pedra britada de rocha calcítica e areia para uso na manutenção da infraestrutura do Município de Tapurah.
CONTRATADA: KRAUSE E KRAUSE LTDA-ME
CNPJ: 36.940.310/0001-33
VALOR GLOBAL: EMPENHOS SERÃO REALIZADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2014 REGISTRO DE PREÇO 055/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:799D14BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO N° 179/2014
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de utensílios e equipamentos domésticos para uso na Escola Municipal Monteiro Lobato. CONTRATADA: JC BATISTA FERREIRA GARCIA-ME
CNPJ: 11.073488/0001-01
VALOR GLOBAL: R$ 20.523,00 (vinte mil quinhentos e vinte e três reais).
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL 076/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:8942CEE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO N° 180/2014
OBJETO: Fornecimento de medicamentos excepcionais, destinados à distribuição gratuita aos pacientes atendidos pela Secretaria de Saúde do Município de Tapurah.
CONTRATADA: I.T. FARMÁCIA E DROGARIA LTDA-EPP
CNPJ: 09.624.630/0001-01
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
MODALIDADE – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:4373C15F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO N° 181/2014
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de moveis e equipamentos para uso na Secretaria de Assistência Social conforme termo de convenio nº 132/2014 firmado com a SETAS e Recursos Federais IGD Bolsa e IGD Suas.
CONTRATADA: MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO-ME
CNPJ: 02.827.167/0001-56
VALOR GLOBAL: R$ 12.798,40 (doze mil setecentos e noventa e oito reais quarenta centavos).
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:526D0BE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO 182 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº147/2014
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para futura e eventual realização de serviço de transporte intermunicipal de pedra de Nobres à Tapurah para atender as necessidades do Município de Tapurah-MT.
CONTRATADA: SUPREMO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS EM GERAL LTDA-ME
CNPJ: 13.738.755/0001-30
VALOR GLOBAL: EMPENHOS SERÃO REALIZADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2014 REGISTRO DE PREÇO 057/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:A30E8F84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO 183 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2014
OBJETO: Aquisição de emulsão asfáltica para uso na melhoria e manutenção da infraestrutura da malha viária do Município de Tapurah – MT.
CONTRATADA: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 82.381.815/0002-03
VALOR GLOBAL: EMPENHOS SERÃO REALIZADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2014 REGISTRO DE PREÇO 058/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:71A78DBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO N°184/2014
OBJETO: contratação de empresa especializada para executar serviço de recapeamento asfáltico de diversas vias urbanas do Município de Tapurah, incluindo a mão de obra e equipamentos necessários para executar o serviço nas qualidades e condições descritas no edital e seus anexos.
CONTRATADA: CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA
CNPJ: 04.879.275/00001-06
VALOR GLOBAL: R$148.000,00(cento e quarenta e oito mil reais)
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:211AF048

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO N°185/2014
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de extração de cópia, impressão e digitalização corporativa com fornecimento de equipamentos novos de primeiro uso, insumos tais como toner, cartuchos, cilindros, revelador, exceto papel, peças e serviço de suporte, serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, disponibilização e instalação de software de gestão e contabilização das cópias e impressões realizadas, contemplando os hardwares e softwares necessários para essa função.
CONTRATADA: PAJ Comercio de Produtos de Informática Ltda
CNPJ: 07.874.890/0001-00
VALOR GLOBAL: R$ 86.695,32 (oitenta e seis mil seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos)
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 044/2013

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:B4B21A0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO 186 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº149/2014
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para futura e eventual prestação de serviço de manutenção e melhorias na parte elétrica do sistema de iluminação pública e de prédios públicos no município de Tapurah.
CONTRATADA: C.E INSTALADORA ELETRICA LTDA-ME
CNPJ: 05.803.324/0001-81
VALOR GLOBAL: EMPENHOS SERÃO REALIZADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA
MODALIDADE**:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2014 REGISTRO DE PREÇO 056/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:1AF8CAA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO MÊS DE SETEMBRO

CONTRATO N°186/2014
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de equipamentos da academia da 3º idade para uso no Distrito de Ana Terra e no Distrito de Novo Eldorado conforme convenio nº 023/2014/ FUNDED através da SEEL pertencente ao programa 284-Desenvolvimento de Desporto e do Lazer, linha 1613.
CONTRATADA: PAULO ZIOBER EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA
CNPJ: 08.374.053/0001-84
VALOR GLOBAL: R$ 36.392,00 (trinta e seis mil trezentos e noventa e dois reais)
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 082/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:0EEF014C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO MÊS DE SETEMBRO

ADITIVO: 1º Termo aditivo de Valor do Contrato Nº042/2014
CONTRATADA: CLARO S/A
VALOR: 9,7% (nove vírgula sete por cento) sobre o objeto da licitação.
VIGÊNCIA: 14/03/2015

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:E4AF5E00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO MÊS DE SETEMBRO

ADITIVO: 1º Termo aditivo de Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preços nº 052/2014
CONTRATADA: M.A.E DA SILVA ME
VALOR: A LUMINÁRIA PÚBLICA E- 40 ABERTA que custava de R$30,85 (trinta reais e oitenta e cinco centavos), passa a custar o valor de R$43,14 (quarenta e três reais e quatorze centavos), a LAMPADA VAPOR SODIO 250W que custava R$14,99 (quatorze reais e noventa e nove centavos), passa a custar o valor de R$20,98 (vinte reais e noventa e oito centavos), a REATOR VAPOR DE SODIO 150W que custava R$30,45 (trinta reais e quarenta e cinco centavos) passa a custar R$ 42,63 (quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos).
VIGÊNCIA: 22/04/2015

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:9E87C738

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO MÊS DE SETEMBRO

ADITIVO: 3º Termo Aditivo de Prorrogação Prazo de Execução e Vigência do Contrato nº 063/2013
CONTRATADA: CONSTRUTORA FRIGO LTDA
VIGENCIA: 20/12/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:CB2758AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO MÊS DE SETEMBRO

ADITIVO: 3º Termo Aditivo de Prorrogação Prazo de Execução do Contrato nº 064/2013
CONTRATADA: CONSTRUTORA FRIGO LTDA
VIGENCIA: 21/12/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:23594AE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO MÊS DE SETEMBRO

ADITIVO: 4º Termo Aditivo de Prorrogação Prazo do Contrato nº 012/2013
CONTRATADA: ROSANGELA LOPES CHOCIAY TRANSPORTES - ME
VIGENCIA: 12/12/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:918D8956

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 377/2014 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 69/2014 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 56/2014, TEVE COMO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEIRO MECÂNICO E SOLDADOR, LOCAÇÃO DE UMA MAQUINA DE TORNO MECÂNICO E SOLDA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E OBRAS DURANTE UM PERÍODO DE 03 MESES, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: G DE OLIVEIRA TORNEARIA ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS
Pregoeira/oficial

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:4240CAE1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 03 TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 63/2012
TIPO DE ADITIVO: PRAZO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADO: TERRAPLANAGEM CENTRO OESTE LTDA-EPP
OBJETO: O OBJETO DESTE TERMO ADITIVO É ALTERAR A CLÁUSULAS SEXTA DO CONTRATO ORIGINAL, QUE PASSAM A VIGORAR COM A REDAÇÃO "CLAUSULA SEXTA-DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA"
DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 22/08/2014 ATE 19/02/2015
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:5844025C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO

PROCESSO Nº. 36/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2014.

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, nomeada pela portaria nº. 73/2014 torna publico o resultado do processo de licitação, regido pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores, sendo **Processo 36/2014** na Modalidade **Pregão Presencial 30/2014**, tendo como objeto Aquisição materiais e moveis para uso na Secretaria de Saúde**,** que a mesmo foi considerado **DESERTO**, por não haver interessados em participar do certame Licitatório.

Terra Nova do Norte - MT, 09 de maio de 2014.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS
Pregoeira/oficial

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:9915BEDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 407, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

Súmula: *"Prorroga prazo de vigência da comissão processante administrativa, instituída pela Portaria 345/2014, e dá outras providências".*

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MILTON JOSÉ TONIAZZO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHES SÃO CONFERIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO; E

Considerando a solicitação do Sr. Jairo Dal Pupo, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;
Considerando a necessidade de coletar elementos comprobatórios imprescindíveis à instrução do processo;

RESOLVE:
Art. 1º - Prorrogar o prazo de vigência da Comissão de Processo Administrativo disciplinar instituído através da portaria municipal nº 345, de 23 de Julho de 2014, por mais 60 (sessenta) dias improrrogáveis, a partir de 23 de Setembro de 2014.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de 2014.

Registre-se;
Cumpra-se;
Publique-se.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:02759141

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PUBLICO 001/2014 018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público Realizado em 21 de Junho de 2014 e homologado através do Decreto n°. 033, de 27 de Junho de 2014; CONVOCA, pelo presente Edital o Candidato Aprovado, para preenchimento de vaga existente, conforme relação abaixo:

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
2º CLASSIFICADA	CLÁUDIA ANDREIA DO NASCIMENTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O candidato convocado através deste Edital terá prazo de 30 trinta) dias a contar desta data, 01 de outubro de 2014, para tomar posse no referido cargo.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original ou fotocópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:

Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho;
· Cadastro de Pessoa Física CPF);
· Cartão do PIS/PASEP;
· Carteira de Habilitação para Motoristas e operadores de Máquinas);
· Carteira de Vacinação dos Filhos Menores de 05 anos se for o caso);
· Cédula de Identidade;
· Certidão de Casamento ou Nascimento;
· Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos se for o caso);

· Certidão de Reservista, CDI Quando Masculino);
· Certidão negativa de débito fiscal junto ao Município;
· Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos 05 cinco) anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais com trânsito em julgado);
· Comprovante de endereço residencial;
· Comprovante de Escolaridade;
· Comprovante de votação da ultima eleição que antecede a posse;
· Conta Corrente;
· CTPS
· Declaração de Bens do candidato no ato da posse;
· Declaração negativa de acumulo de cargo público;
· Foto 3x4 colorida atual);
· Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;
· Titulo de Eleitor;

A Falta de quaisquer documentos e bem como a não apresentação de conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Terra Nova do Norte – MT, 01 de outubro de 2014
.
MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:000CE358

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº 08/2014.

Designa servidor para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato abaixo descrito, firmado pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;
R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) municipal **ALEXANDRO VOLPATO**, portador do CPF nº 014.385.441-03, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato abaixo discriminado:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO(A)	VIGÊNCIA
045/2014	Aquisição de brinquedos e playgrounds em atendimento a entidades educacionais das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abrangência Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme Adesão a Ata de Registro de Preços nº 02/2014 do FNDE.	Município de União do Sul	Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda.	19/09/2014 à 28/09/2015

Art. 2º - O(a) servidor(a) ora designado(a), caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.
Art. 3º - O(a) servidor(a) ora designado(a) não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 29 de setembro de 2014.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:5A8B3C39

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Daniel Gonzaga Correa , torna publico aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade Pregão **Presencial Registro de Preço nº 27/2014**, **objeto: aquisição de material de consumo e permanente para Laboratório Municipal**, e sagrou vencedor: a empresa PMH – PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 00.740.696/0001-92.

Vale de São Domingos-MT, 01 de Outubro de 2014.

DANIEL GONZAGA CORREA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:EE7981D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 27-2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 27-2014 teve como vencedor a empresa, **PMH – PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ: 00.740.696/0001-92, vencedora de todos os itens, no valor global de R$ 49.280,20. **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA LABORATORIO MUNICIPAL,**

Vale de São Domingos – MT, 01 de Outubro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:B1245003

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 16/2014

Referente ao Processo n.258483/2014 do PREGÃO ELETRÔNICO 16/2014, publicado no dia 30 de setembro, pagina 220 do jornal Oficial Eletrônicos dos Municípios (AMM), jornal Diário Cuiabá datado em 30 de setembro, Jornal Diário Oficial de Contas (TCE) datado em 30 de setembro, Jornal Oficial da União na pagina 224 seção 3 . Por meio do pregoeira oficial, designado pela PORTARIA N. 639/2014 no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimentos dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à administração, procede a seguinte RETIFICAÇÃO: **Onde se lê**: Landolfo L.Vilela Gracia Pregoeiro **Leia-se:** Luciana Martiniano de Sousa Pregoeira.Fica Ratificado as demais Clausulas.

Várzea Grande, 01 de outubro de 2014.

LUCIANA MARTINIANO DE SOUSA
Pregoeira

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:EC953858

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 047/2014 PREGÃO 065/2014

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ARP 047/2014 –PREGÃO PRESENCIAL 065/2014 – DIAMANTINO - MT

A Comissão Permanente de licitações do Município de Vera-MT nomeada pela portaria 345/2014, torna público que atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e a competente autorização do senhor Prefeito Municipal procedeu adesão a ARP 047/2014 – PP 065/2014- **DETENTORA**: Prefeitura Municipal de Diamantino - MT – **EMPRESA**: AÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMATICA LTDA - ME; **AQUISIÇÃO**: Móveis e Materiais permanentes.

Vera(MT), 01 de Outubro de 2014.

Publicado por:
Joedson Amaral de Oliveira
Código Identificador:160C9125

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2014

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade /MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa: **SISTEMA VILA BELA DE COMUNICAÇÃO LTDA, c**om proposta no valor de **R$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais),** sagrou- se vencedoras do processo de Licitação em referência, para a contratação de empresa especializada em serviços de comunicação para divulgação de serviços de utilidade pública desta municipalidade.

Vila Bela da Santíssima Trindade /MT, 01 de outubro de 2014.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

ANÉSIO BRAGA ORTENCIO MUNHOZ
Pregoeiro

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:86811C1E

PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2014

Em consonância com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002, do Decreto Estadual nº. 7.217/2006; do Decreto Municipal nº. 033/2013; e, subsidiariamente, no que couber pelas disposições Lei Federal nº. 8.666/1993 **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e equipe de apoio, nomeados através do Decreto nº **021/2014,** sobre o **PREGÃO PRESENCIAL 078/2014** e **HOMOLOGO** seu objeto a empresa: **SISTEMA VILA BELA DE COMUNICAÇÃO LTDA, c**om proposta no valor de **R$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)**.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO de dois mil E CATORZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:84E8D8B7

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 007/2014

Objeto: Prestação de serviços artísticos de apresentação de 01 (um) show com a atração artística "**MINISTÉRIO FILHOS DO HOMEM**", a ser realizado no dia 18 de outubro de 2014, No "Evento 2ª Marcha para Jesus de Vila Bela da Santíssima Trindade".
Valor: **R$ 26.080,00 (VINTE E SEIS MIL E OITENTA REAIS)**
Em favor de: **FRANCISLEY CASTILHO GONÇALVES 55190944115 - CNPJ: 15.093.55//0001-60**.
Fundamento Legal: Artigo 25, caput e inciso III da Lei nº 8.666/93 e conforme Parecer Jurídico no respectivo Processo.

Vila Bela da Ssª Trindade- MT.

NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU
Presidente da Comissão de Licitação.

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:001C4EAC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SETOR DE CONTABILIDADE
ANEXO RGF 2º QUADRIMESTRE 2014

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.023.866,21	0,00

Pessoal Ativo	11.841.766,21	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	182.100,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	12.023.866,21	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	12.023.866,21	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	24.683.788,31
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,71
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	13.329.245,69
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	12.662.783,40
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	11.996.321,12

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO AAGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.235.439,84	995.439,84	755.439,84	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.235.439,84	995.439,84	755.439,84	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.291.431,37	4.213.596,99	4.156.517,21	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.637.079,59	5.382.440,46	4.885.642,07	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	345.648,22	1.168.843,47	729.124,86	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.055.991,53	-3.218.157,15	-3.401.077,37	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.908.841,98	23.036.710,62	24.683.788,31	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,91%	4,32%	3,06%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-5,05%	-13,97%	-13,78%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	25.090.610,38	27.644.052,74	29.620.545,97	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)- 108%	22.581.549,34	24.879.647,47	26.658.491,37	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	72.653,83	154.278,40	148.696,34	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	445.030,22	2.793.913,40	2.884.316,81	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00

OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	23.834,91	22.345,06	23.424,01	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO AAGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.908.841,98	23.036.710,62	24.683.788,31	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.599.945,24	5.068.076,34	5.430.433,43	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.139.950,71	4.561.268,70	4.887.390,09	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS EXTERNAS (V)	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				
FONTE:				

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO AAGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.683.788,31	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DAAPURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARAAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.949.406,13	16,00

LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.554.465,52	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARAAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.727.865,18	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
FONTE:		

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO AAGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")			R$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens	5.679,13	0,00	5.679,13
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica - COSIP	387,62	0,00	387,62
Outras. Transf. de REc. do FNDE	101.168,24	0,00	101.168,24
Receitas de impostos e de transferencias de impostos - Educação	3.343,87	0,00	3.343,87
Recurso de Convênio e Programa Educação	0,00	17.411,86	(17.411,86)
Recurso de Convênio e Programa Saúde	16.404,10	15.890,38	513,72
Recurso do FUNDEF 40%	0,00	15.426,17	(15.426,17)
Recurso do FUNDEF 60%	0,00	24.148,14	(24.148,14)
Transf. de ConvEnios - Outros(não relacionados a educação/saude/assist.social	247.776,06	0,00	247.776,06
Transf. de Rec. do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	7.737,39	(7.737,39)
Transf. de Recursos do FNAS	232.139,57	0,00	232.139,57
Transferencia de Convenios - Educação	181.171,23	6.423,02	174.748,21
Transferencia de convenios - Saúde	88.232,57	0,00	88.232,57
Transferencia de Recursos do FNDE -	171.521,55	0,00	171.521,55
Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	1.002.654,32	0,00	1.002.654,32
Transferncia do Fundeb - 60%	240.894,85	0,00	240.894,85
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.291.373,11	87.036,96	2.204.336,15
Entidade 1 - Conta 19327: não foi informado o recurso padrão desta conta.	4.085,92	0,00	4.085,92
Entidade 1 - Conta 19355: não foi informado o recurso padrão desta conta.	3.829,89	0,00	3.829,89
Entidade 1 - Conta 19425: não foi informado o recurso padrão desta conta.	2.178,74	0,00	2.178,74
Entidade 1 - Conta 19489: não foi informado o recurso padrão desta conta.	52.437,22	0,00	52.437,22
Entidade 1 - Conta 19862: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	10.463,99	(10.463,99)
Entidade 1 - Conta 19863: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	6.698,75	(6.698,75)
Entidade 1 - Conta 19864: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	7.843,47	(7.843,47)
Entidade 1 - Conta 19870: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	23.864,44	(23.864,44)
Entidade 1 - Conta 19884: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	71.833,89	(71.833,89)
Entidade 1 - Conta 19977: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	21.012,64	(21.012,64)
Entidade 1 - Conta 47355: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	3.269,23	(3.269,23)
Entidade 1 - Conta 48471: não foi informado o recurso padrão desta conta.	50,00	0,00	50,00
Entidade 1 - Conta 48489: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	313,96	(313,96)
Entidade 1 - Conta 48496: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	263,64	(263,64)
Entidade 1 - Conta 48497: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	3.014,75	(3.014,75)
Outros Recursos	14.912,37	533.527,24	(518.614,87)
Recurso de Convênio e Programa - Outras Finalidade	0,00	10.156,48	(10.156,48)
Recurso Educação 25%	0,00	232.427,30	(232.427,30)
Recurso Saúde	0,00	105.969,81	(105.969,81)
Recursos Ornidarios	2.499.412,56	0,00	2.499.412,56
Remuneração de Depósitos Bancários	17.362,26	0,00	17.362,26
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.594.268,96	1.030.659,59	1.563.609,37
TOTAL (III) = (I + II)	4.885.642,07	1.117.696,55	3.767.945,52
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	0,00	23.424,01	(23.424,01)
FONTE:			
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.			

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO AAGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						R$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	5.679,13	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica0-,C00OSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	387,62	0,00
Outras. Transf. de REc. do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	101.168,24	0,00
Receitas de impostos e de transferencias de impostos - Educaçã0o	0,00	0,00	0,00	0,00	3.343,87	0,00
Recurso de Convênio e Programa Educação	0,00	17.411,86	0,00	7.201,79	(17.411,86)	0,00
Recurso de Convênio e Programa Saúde	0,00	15.890,38	0,00	128.782,08	513,72	0,00
Recurso do FUNDEF 40%	0,00	15.426,17	0,00	0,00	(15.426,17)	0,00
Recurso do FUNDEF 60%	0,00	24.148,14	0,00	0,00	(24.148,14)	0,00
Transf. de ConvEnios - Outros(não relacionados	0,00	0,00	0,00	0,00	247.776,06	0,00
Transf. de Rec. do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	7.737,39	0,00	17.774,17	(7.737,39)	0,00
Transf. de Recursos do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	232.139,57	0,00
Transferencia de Convenios - Educação	0,00	6.423,02	0,00	63.743,17	174.748,21	0,00
Transferencia de convenios - Saúde	0,00	0,00	0,00	408.000,00	88.232,57	0,00
Transferencia de Recursos do FNDE -	0,00	0,00	0,00	0,00	171.521,55	0,00

Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.002.654,32	0,00
Transferncia do Fundeb - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	240.894,85	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	87.036,96	0,00	625.501,21	2.204.336,15	0,00
Outros Recursos	94.506,77	264.618,81	174.284,08	924.182,93	(518.614,87)	0,00
Recurso de Convênio e Programa - Outras Finalidade	0,00	0,00	10.156,48	0,00	(10.156,48)	0,00
Recurso Educação 25%	0,00	190.129,60	42.297,70	314.213,19	(232.427,30)	0,00
Recurso Saúde	0,00	92.832,72	13.137,09	373.018,64	(105.969,81)	0,00
Recursos Ornidarios	0,00	0,00	0,00	0,00	2.499.412,56	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	17.362,26	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	94.506,77	547.581,13	239.875,35	1.611.414,76	1.649.606,36	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	94.506,77	634.618,09	239.875,35	2.236.915,97	3.853.942,51	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:						
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.						

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7		R$ 1,00
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.023.866,21	48,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	13.329.245,69	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	12.662.783,40	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.628.595,91	-14,70
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	29.620.545,97	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.430.433,43	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.949.406,13	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.727.865,18	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.236.915,97	3.853.942,51
FONTE:		

Publicado por:
Clea Maria Barbosa de Souza
Código Identificador:69B81274

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR E CONVOCAÇÃO DE ENVIO DE TÍTULOS

A Prefeitura Municipal de Colider estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições torna público o presente Edital de Resultado Preliminar e Convocação Para Envio de Títulos.
Art. 1° Consta no Anexo I deste Edital, a lista e notas dos candidatos em ampla concorrência, classificados em ordem decrescente da pontuação final.
Art.2º Os candidatos aprovados na Prova Objetiva poderão encaminhar os Títulos no período de 02 de outubro a 03 de outubro de 2014.
Art. 3º Fica aberto prazo recursal de 03 (três) dias úteis, o que compreende o período de 02 a 06 de outubro de 2014. Para envio do recurso, o candidato deverá acessar o link de Recurso no site www.noroesteconcursos.com.br, e protocolar seu recurso.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, e no site www.noroesteconcursos.com.br.

Colíder – MT, 01 de outubro de 2014.

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Presidente da Comissão do Concurso Público

ANEXO I

CONCURSOPÚBLICONº001/2014
PrefeituraMunicipaldeColider-MT
ClassificaçãoGeralnoConcursoOrdenadoporNota
Obs: Conforme estabelece o Item 5.3.3 do Edital, candidatos que tiraram nota abaixo de 50 (cinquenta) pontos na prova Objetiva, estão automaticamente eliminados do Concurso Público, não avançando para a fase de Títulos, tendo assim, sua nota de título ausente na tabela de classificação.

Inscrição	Nome	Cargo	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Título	Nota Final	Classificação
000000000006	CARLOS F.CARVALHO DE OLIVEIRA	ControladorInterno	13,0	7,0	66,0	0,0	86,0	1
000000000001	ADEMIR DELISE SOBRINHO	ControladorInterno	13,0	8,0	60,0	0,0	81,0	2
000000000015	FABIO CARDOSO RADEKE	ControladorInterno	10,0	7,0	63,0	0,0	80,0	3

000000000010	EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JUNIOR	ControladorInterno	11,0	10,0	54,0	0,0	75,0	4
000000000039	TANCREDO VARGAS S.DE ARAUJO	ControladorInterno	8,0	6,0	57,0	0,0	71,0	5
000000000003	AUGUSTO DE OLIVEIRA	ControladorInterno	9,0	7,0	54,0	0,0	70,0	6
000000000027	MARCELO ALEXANDRE FERREIRA	ControladorInterno	10,0	7,0	51,0	0,0	68,0	7
000000000033	PAMELA RAFAELA EGER	ControladorInterno	9,0	6,0	51,0	0,0	66,0	8
000000000012	EDUARDO DA SILVA GUILHERME	ControladorInterno	5,0	6,0	54,0	0,0	65,0	9
000000000017	FERNANDACRISTINAPANUCI	ControladorInterno	10,0	9,0	45,0	0,0	64,0	10
000000000044	VITOR JULIANO RAMOS	ControladorInterno	6,0	9,0	48,0	0,0	63,0	11
000000000022	JOHNNY DE SOUZA NOLETO	ControladorInterno	8,0	6,0	48,0	0,0	62,0	12
000000000026	LENOIR ALVES DE LIMA	ControladorInterno	7,0	7,0	48,0	0,0	62,0	13
000000000016	FERNANDA ALVES MOREIRA	ControladorInterno	8,0	5,0	48,0	0,0	61,0	14
000000000038	ROBSON ROGERIO DE JESUS RODRIGUES	ControladorInterno	11,0	6,0	42,0	0,0	59,0	15
000000000031	NORBERTO PEREIRA	ControladorInterno	7,0	6,0	45,0	0,0	58,0	16
000000000042	VALDIR SALUSTIANO DA SILVA	ControladorInterno	9,0	7,0	42,0	0,0	58,0	17
000000000037	RICARDO NOGUEIRA MORAIS	ControladorInterno	12,0	7,0	39,0	0,0	58,0	18
000000000034	PETER NUNES ANTUNES	ControladorInterno	3,0	6,0	48,0	0,0	57,0	19
000000000018	GUILHERME DE OLIVEIRA	ControladorInterno	5,0	7,0	45,0	0,0	57,0	20
000000000021	JAQUELINE COELHO	ControladorInterno	4,0	8,0	45,0	0,0	57,0	21
000000000030	NEUZABATISTADASILVA	ControladorInterno	8,0	6,0	42,0	0,0	56,0	22
000000000036	RAFAEL AUGUSTO DE LIMA GONçALVES	ControladorInterno	11,0	6,0	39,0	0,0	56,0	23
000000000040	TAPHIRELLBRINNER CORREA PITON	ControladorInterno	12,0	9,0	33,0	0,0	54,0	24
000000000020	JANILSE PAGNO	ControladorInterno	9,0	8,0	36,0	0,0	53,0	25
000000000048	ELENICE ALVES MARTINS	ControladorInterno	9,0	7,0	36,0	0,0	52,0	26
000000000019	HEIDY PEREIRA PINTO	ControladorInterno	9,0	6,0	36,0	0,0	51,0	27
000000000005	CARINE FRANCIELI DE SOUZA	ControladorInterno	10,0	4,0	36,0	0,0	50,0	28
000000000025	KATIA ALVES DOS SANTOS	ControladorInterno	8,0	6,0	36,0	0,0	50,0	29
000000000004	BEATRIZ HIRATA	ControladorInterno	9,0	7,0	33,0	---	49,0	---
000000000024	JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR	ControladorInterno	5,0	7,0	36,0	---	48,0	---
000000000029	MARLUCE NUBIA BALDO DOS SANTOS	ControladorInterno	7,0	8,0	33,0	---	48,0	---
000000000035	PETRUS PIERINI FINGOLO RASCADO	ControladorInterno	9,0	5,0	33,0	---	47,0	---
000000000011	EDIVALDOMOREIRADASILVA	ControladorInterno	8,0	5,0	33,0	---	46,0	---
000000000043	VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA	ControladorInterno	12,0	2,0	30,0	---	44,0	---
000000000014	ÉRIKA XIMENE MANTOVANI	ControladorInterno	7,0	2,0	33,0	---	42,0	---
000000000041	THARIELLI BLUNACORREA PITON	ControladorInterno	7,0	5,0	30,0	---	42,0	---
000000000013	ELISDAIANES.DOSSANTOSMARIOT	ControladorInterno	8,0	6,0	27,0	---	41,0	---
000000000008	CLEUSADAVERSADOSSANTOS	ControladorInterno	3,0	4,0	33,0	---	40,0	---
000000000028	MARIZA BERNARDES DA SILVA	ControladorInterno	8,0	5,0	27,0	---	40,0	---
000000000009	CREUZAARAUJO ONOFRE CORDIOLI	ControladorInterno	9,0	6,0	24,0	---	39,0	---
000000000052	ROBSON ORTIZ	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000046	AURIQUES APARECIDO NUNES SOARES	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000032	ODAIR JOSE DE OLIVEIRA	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000045	WELITON ANTONIO DIAS DE LIMA	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000049	EVANDRO TAVARES DE LIMA	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000007	CLEBERSON DA SILVA ARAUJO	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000050	LIDIANE JOANA DE ALMEIDA MATOS	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000023	JORGE KAZICAWAJUNIOR	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000051	PAULO HENRIQUE DA COSTA GARCêS	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000002	ANILDO ALBINOKLEIN	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
000000000047	CATIA MARIANE VESCANDIDA PAIXAO	ControladorInterno	0,0	0,0	0,0	---	0,0	---
Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes								

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:7F6A2046

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
RREO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)									R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.065.000,00	59.065.000,00	8.962.689,89	15,17	39.195.427,67	66,36	19.869.572,33
2	RECEITAS CORRENTES	49.120.000,00	49.120.000,00	8.951.637,31	18,22	38.144.669,11	77,66	10.975.330,89
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	7.702.000,00	7.702.000,00	1.213.359,08	15,75	6.996.784,07	90,84	705.215,93
4	Impostos	6.800.000,00	6.800.000,00	1.179.489,01	17,35	6.462.709,39	95,04	337.290,61
5	Taxas	401.000,00	401.000,00	28.578,61	7,13	499.346,14	124,53	-98.346,14
6	Contribuição de Melhoria	501.000,00	501.000,00	5.291,46	1,06	34.728,54	6,93	466.271,46
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.140.000,00	2.140.000,00	333.706,10	15,59	1.298.734,01	60,69	841.265,99
8	Contribuições Sociais	1.540.000,00	1.540.000,00	220.936,38	14,35	899.731,77	58,42	640.268,23
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	600.000,00	600.000,00	112.769,72	18,79	399.002,24	66,50	200.997,76
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	2.231.000,00	2.231.000,00	649.490,48	29,11	2.290.532,53	102,67	-59.532,53
12	Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00	3.777,25	37,77	18.044,64	180,45	-8.044,64
13	Receitas de Valores Mobiliários	2.219.000,00	2.219.000,00	645.713,23	29,10	2.272.487,89	102,41	-53.487,89
14	Receitas de Concessões e Permissões	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	44.000,00	44.000,00	11.175,00	25,40	45.695,74	103,85	-1.695,74
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.256.000,00	36.256.000,00	6.585.026,41	18,16	26.878.519,32	74,14	9.377.480,68
30	Transferências Intergovernamentais	33.679.000,00	33.679.000,00	6.517.620,93	19,35	26.214.408,44	77,84	7.464.591,56
31	Transferências de Instituições Privadas	306.000,00	306.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.000,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
34	Transferências de Convênios	2.260.000,00	2.260.000,00	67.405,48	2,98	664.110,88	29,39	1.595.889,12
35	Transferências para o Combate à Fome	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	747.000,00	747.000,00	158.880,24	21,27	634.403,44	84,93	112.596,56
37	Multas e Juros de Mora	108.000,00	108.000,00	38.240,03	35,41	116.816,92	108,16	-8.816,92
38	Indenizações e Restituições	45.000,00	45.000,00	6.292,04	13,98	28.780,99	63,96	16.219,01
39	Receita da Dívida Ativa	584.000,00	584.000,00	104.275,96	17,86	456.287,51	78,13	127.712,49
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	10.072,21	100,72	32.518,02	325,18	-22.518,02
42	RECEITAS DE CAPITAL	9.945.000,00	9.945.000,00	11.052,58	0,11	1.050.758,56	10,57	8.894.241,44
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
44	Operações de Crédito Internas	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
45	Operações de Crédito Externas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.880.000,00	9.880.000,00	11.052,58	0,11	1.050.758,56	10,64	8.829.241,44
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	9.580.000,00	9.580.000,00	11.052,58	0,12	1.050.758,56	10,97	8.529.241,44
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.935.000,00	1.935.000,00	175.674,82	0,00	1.192.963,94	0,00	0,00
63	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.935.000,00	1.935.000,00	175.674,82	0,00	1.192.963,94	0,00	0,00
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	61.000.000,00	61.000.000,00	9.138.364,71	14,98	40.388.391,61	66,21	20.611.608,39
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	61.000.000,00	61.000.000,00	9.138.364,71	14,98	40.388.391,61	66,21	20.611.608,39
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	61.000.000,00	61.000.000,00	9.138.364,71	14,98	40.388.391,61	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	59.581.000,00	-253.000,00	59.328.000,00	10.800.239,82	37.851.361,63	9.258.297,43	32.746.178,24	55,20	26.581.821,76
79	DESPESAS CORRENTES	47.589.000,00	2.797.299,00	50.386.299,00	10.076.197,88	34.399.084,50	8.575.104,59	30.091.545,27	59,72	20.294.753,73
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.368.500,00	457.900,00	26.826.400,00	4.744.718,92	18.181.726,98	4.522.125,92	17.808.074,35	66,38	9.018.325,65
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	90.000,00	0,00	90.000,00	4.247,87	20.499,18	4.247,87	20.499,18	22,78	69.500,82
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.130.500,00	2.339.399,00	23.469.899,00	5.327.231,09	16.196.858,34	4.048.730,80	12.262.971,74	52,25	11.206.927,26
83	DESPESAS DE CAPITAL	9.602.000,00	-3.050.299,00	6.551.701,00	724.041,94	3.452.277,13	683.192,84	2.654.632,97	40,52	3.897.068,03
84	INVESTIMENTOS	9.151.000,00	-3.050.299,00	6.100.701,00	668.135,46	3.217.624,91	627.286,36	2.410.980,75	39,52	3.689.720,25
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	451.000,00	0,00	451.000,00	55.906,48	234.652,22	55.906,48	243.652,22	54,02	207.347,78
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-
88	RESERVA DO RPPS	2.290.000,00	0,00	2.290.000,00	-	-	-	-	-	-
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.419.000,00	253.000,00	1.672.000,00	325.627,14	1.375.411,08	325.627,14	1.173.398,22	0,00	0,00
90	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.419.000,00	253.000,00	1.672.000,00	325.627,14	1.375.411,08	325.627,14	1.173.398,22	0,00	0,00
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	61.000.000,00	0,00	61.000.000,00	11.125.866,96	39.226.772,71	9.583.924,57	33.919.576,46	55,61	27.080.423,54
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	61.000.000,00	0,00	61.000.000,00	11.125.866,96	39.226.772,71	9.583.924,57	33.919.576,46	55,61	27.080.423,54
100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	6.468.815,15	-	-
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	61.000.000,00	0,00	61.000.000,00	11.125.866,96	39.226.772,71	9.583.924,57	40.388.391,61	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.581.000,00	59.328.000,00	10.800.239,82	37.860.361,63	9.258.297,43	32.746.178,24	96,54	55,20	26.581.821,76
2	00001	Legislativa	2.370.000,00	2.406.000,00	330.058,77	1.581.229,31	330.058,77	1.365.363,44	4,03	56,75	1.040.636,56
3	01031	Ação Legislativa	2.370.000,00	2.406.000,00	330.058,77	1.581.229,31	330.058,77	1.365.363,44	4,03	56,75	1.040.636,56
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	5.944.000,00	6.130.000,00	888.331,15	4.410.306,86	933.133,97	3.675.483,64	10,84	59,96	2.454.516,36
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	5.107.000,00	5.788.000,00	854.344,91	4.304.307,59	904.563,68	3.580.455,34	10,56	61,86	2.207.544,66
14	04123	Administração Financeira	90.000,00	60.000,00	9.142,10	42.265,26	7.969,15	35.819,95	0,11	59,70	24.180,05
15	04124	Controle Interno	97.000,00	97.000,00	18.313,14	56.559,35	17.743,14	55.989,35	0,17	57,72	41.010,65
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	100.000,00	70.000,00	800,00	1.443,66	800,00	1.161,00	0,00	1,66	68.839,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	50.000,00	30.000,00	5.731,00	5.731,00	2.058,00	2.058,00	0,01	6,86	27.942,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	500.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	06181	Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	2.734.000,00	2.188.600,00	348.331,51	1.222.077,97	322.956,23	1.034.294,32	3,05	47,26	1.154.305,68
35	08241	Assistência ao Idoso	40.000,00	41.000,00	13.935,12	16.153,05	8.909,35	10.475,06	0,03	25,55	30.524,94
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	13.000,00	16.000,00	7.778,79	7.778,79	7.778,64	7.778,64	0,02	48,62	8.221,36
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	310.000,00	316.500,00	62.077,47	182.230,57	53.215,30	158.937,22	0,47	50,22	157.562,78
38	08244	Assistência Comunitária	2.206.000,00	1.780.100,00	264.540,13	1.015.915,56	253.052,94	857.103,40	2,53	48,15	922.996,60
39	08482	Habitação Urbana	165.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
40	00009	Previdência Social	3.300.000,00	3.300.000,00	406.104,22	1.541.497,04	355.898,47	1.452.986,41	4,28	44,03	1.847.013,59
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	3.300.000,00	3.300.000,00	406.104,22	1.541.497,04	355.898,47	1.452.986,41	4,28	44,03	1.847.013,59
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	00010	Saúde	11.955.000,00	12.906.400,00	2.290.490,35	8.932.023,93	2.164.559,34	7.884.983,94	23,25	61,09	5.021.416,06
46	10301	Atenção Básica	8.665.000,00	9.649.100,00	1.669.707,14	6.600.043,10	1.571.226,39	5.799.001,82	17,10	60,10	3.850.098,18
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.550.000,00	2.586.300,00	543.601,01	2.015.401,11	525.286,21	1.799.566,29	5,31	69,58	786.733,71
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

49	10304	Vigilância Sanitária	430.000,00	521.000,00	62.052,40	301.449,92	63.484,82	281.853,91	0,83	54,10	239.146,09
50	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	10122	Administração Geral	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
53	10128	Formação de Recursos Humanos	280.000,00	120.000,00	15.129,80	15.129,80	4.561,92	4.561,92	0,01	3,80	115.438,08
54	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	00012	Educação	16.173.000,00	14.508.300,00	2.858.724,42	9.955.938,74	2.423.936,30	8.847.942,53	26,09	60,99	5.660.357,47
60	12361	Ensino Fundamental	11.362.000,00	10.357.040,00	2.276.387,18	7.237.395,12	1.821.362,46	6.262.200,37	18,46	60,46	4.094.839,63
61	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12363	Ensino Profissional	100.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
63	12364	Ensino Superior	250.000,00	100.000,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	0,01	2,70	97.300,00
64	12365	Educação Infantil	4.311.000,00	3.899.300,00	579.637,24	2.668.149,22	591.715,48	2.562.125,82	7,55	65,71	1.337.174,18
65	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	12367	Educação Especial	50.000,00	86.960,00	0,00	47.694,40	8.158,36	20.916,34	0,06	24,05	66.043,66
67	12122	Administração Geral	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	00013	Cultura	1.470.000,00	1.354.900,00	136.189,97	442.976,62	110.631,74	404.818,95	1,19	29,88	950.081,05
69	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
70	13392	Difusão Cultural	670.000,00	541.800,00	47.418,00	105.076,00	40.598,00	98.256,00	0,29	18,14	443.544,00
71	13122	Administração Geral	785.000,00	798.100,00	88.771,97	337.900,62	70.033,74	306.562,95	0,90	38,41	491.537,05
72	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00015	Urbanismo	8.235.000,00	9.473.000,00	2.615.257,88	7.340.270,81	1.904.546,61	6.299.771,55	18,57	66,50	3.173.228,45
77	15451	Infra-Estrutura Urbana	3.370.000,00	2.206.400,00	316.934,35	907.727,94	199.018,04	788.135,71	2,32	35,72	1.418.264,29
78	15452	Serviços Urbanos	4.005.000,00	6.228.300,00	1.967.260,99	5.592.962,89	1.376.071,39	4.673.661,22	13,78	75,04	1.554.638,78
79	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	15122	Administração Geral	860.000,00	1.038.300,00	331.062,54	839.579,98	329.457,18	837.974,62	2,47	80,71	200.325,38
81	00016	Habitação	250.000,00	90.000,00	29.295,98	29.295,98	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
82	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	16482	Habitação Urbana	250.000,00	90.000,00	29.295,98	29.295,98	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
84	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	17512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	00018	Gestão Ambiental	355.000,00	225.000,00	9.550,00	28.217,64	1.499,00	11.172,64	0,03	4,97	213.827,36
88	18541	Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	60.000,00	0,00	17.988,00	1.499,00	10.493,00	0,03	17,49	49.507,00
89	18542	Controle Ambiental	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
90	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	155.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
91	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	18122	Administração Geral	110.000,00	60.000,00	9.550,00	10.229,64	0,00	679,64	0,00	1,13	59.320,36
94	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	00020	Agricultura	1.505.000,00	1.618.200,00	54.784,15	816.610,40	269.967,38	692.603,41	2,04	42,80	925.596,59
99	20601	Promoção da Produção Vegetal	230.000,00	581.000,00	10,00	545.900,00	223.000,00	438.900,00	1,29	75,54	142.100,00
100	20602	Promoção da Produção Animal	405.000,00	212.000,00	0,00	127,65	0,00	127,65	0,00	0,06	211.872,35
101	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20604	Defesa Sanitária Animal	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
103	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20606	Extensão Rural	825.000,00	800.200,00	54.774,15	270.582,75	46.967,38	253.575,76	0,75	31,69	546.624,24
105	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	20122	Administração Geral	40.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
107	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00022	Indústria	170.000,00	887.000,00	690.419,90	690.419,90	248.457,05	248.457,05	0,73	28,01	638.542,95
111	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22662	Produção Industrial	70.000,00	837.000,00	690.419,90	690.419,90	248.457,05	248.457,05	0,73	29,68	588.542,95
113	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	22122	Administração Geral	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
117	00023	Comércio e Serviços	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
118	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	23695	Turismo	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
123	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	00027	Desporto e Lazer	1.840.000,00	980.600,00	113.580,72	432.046,08	110.111,50	395.825,08	1,17	40,37	584.774,92

138	27811	Desporto de Rendimento	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	27812	Desporto Comunitário	1.790.000,00	980.600,00	113.580,72	432.046,08	110.111,50	395.825,08	1,17	40,37	584.774,92
140	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	00028	Encargos Especiais	850.000,00	830.000,00	29.120,80	437.450,35	82.541,07	432.475,28	1,28	52,11	397.524,72
142	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	28846	Outros Encargos Especiais	850.000,00	830.000,00	29.120,80	437.450,35	82.541,07	432.475,28	1,28	52,11	397.524,72
148	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
150		RESERVA DO RPPS	2.290.000,00	2.290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.290.000,00
151		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.419.000,00	1.672.000,00	325.627,14	1.375.411,08	325.627,14	1.173.398,22	3,46	70,18	498.601,78
152	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00004	Administração	1.419.000,00	1.672.000,00	325.627,14	1.375.411,08	325.627,14	1.173.398,22	0,00	0,00	0,00
156	04122	Administração Geral	1.419.000,00	1.672.000,00	325.627,14	1.375.411,08	325.627,14	1.173.398,22	0,00	0,00	0,00
157	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181		TOTAL (III) = (I + II)	61.000.000,00	61.000.000,00	11.125.866,96	39.235.772,71	9.583.924,57	33.919.576,46	100,00	125,38	27.080.423,54
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.											
Fonte:											
Nota:											

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: SET/2013 a AGO/ 2014
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	4.224.126,19	5.094.828,43	4.367.583,15	5.379.861,57	5.791.341,25	4.871.107,97	5.701.887,38
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	599.674,18	494.529,67	380.313,13	563.295,82	559.330,04	821.597,53	1.833.755,06
3	IPTU	26.897,20	10.504,93	14.322,64	39.650,48	968,66	2.131,29	1.490.034,46
4	ISS	427.858,23	317.257,03	257.608,87	377.625,16	268.112,08	294.569,13	230.923,06
5	ITBI	52.564,89	74.192,67	45.272,43	78.528,10	224.573,13	43.145,59	61.399,54
6	IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	13.171,12	125.892,23	21.997,13
7	Outras Receitas Tributárias	92.353,86	92.575,04	63.109,19	67.492,08	52.505,05	355.859,29	29.400,87
8	Receita de Contribuições	116.731,72	259.922,37	153.137,20	258.945,68	117.132,65	54.649,90	157.468,37
9	Receita Patrimonial	151.559,20	199.663,39	132.243,90	171.961,17	50.174,89	57.528,07	214.934,60
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	5.743,86	7.326,80	7.026,80	7.350,00	5.821,98	5.550,00	5.925,00
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	3.221.937,01	3.998.666,25	3.571.935,82	4.262.317,69	4.984.122,30	3.748.810,30	3.439.222,16
14	Cota-Parte do FPM	884.967,23	884.980,81	1.230.990,36	1.857.093,71	1.510.920,85	1.613.442,48	957.086,11
15	Cota-Parte do ICMS	776.007,19	1.081.576,13	871.391,37	918.615,56	1.060.428,23	703.659,06	792.868,27

16	Cota-Parte do IPVA	125.857,49	90.775,08	43.179,46	49.764,22	117.430,20	261.328,41	269.237,70
17	Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	113.485,18	76.927,62	4.441,10
18	Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	5.027,32	5.027,32	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	559.463,24	740.895,87	639.330,46	687.233,44	934.715,05	717.110,78	645.179,90
21	Outras Transferências Correntes	875.641,86	1.200.438,36	787.044,17	749.610,76	1.242.115,47	371.314,63	770.409,08
22	Outras Receitas Correntes	128.480,22	134.719,95	122.926,30	115.991,21	74.759,39	182.972,17	50.582,19
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	427.707,57	657.663,10	540.251,29	662.832,66	0,00	0,00	114.614,57
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	63.504,01	211.400,37	106.979,79	212.088,71	0,00	0,00	114.614,57
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	364.203,56	446.262,73	433.271,50	450.743,95	0,00	0,00	0,00
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	3.796.418,62	4.437.165,33	3.827.331,86	4.717.028,91	5.791.341,25	4.871.107,97	5.587.272,81
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2014	Maio 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	5.539.201,90	5.148.797,75	4.893.950,91	4.816.815,36	5.063.463,11	60.892.964,97	0,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	863.102,48	510.071,34	1.101.568,54	629.249,52	584.113,56	8.940.600,87	0,00
30	IPTU	340.763,40	101.548,41	92.871,77	42.874,64	33.456,26	2.196.024,14	0,00
31	ISS	275.947,96	305.243,28	246.375,21	356.917,61	327.885,79	3.686.323,41	0,00
32	ITBI	90.227,99	10.954,93	660.619,87	136.459,66	120.692,24	1.598.631,04	0,00
33	IRRF	127.651,19	75.692,88	84.406,07	80.183,29	81.023,52	610.017,43	0,00
34	Outras Receitas Tributárias	28.511,94	16.631,84	17.295,62	12.814,32	21.055,75	849.604,85	0,00
35	Receita de Contribuições	266.815,75	90.813,92	167.152,29	166.865,72	166.840,38	1.976.475,95	0,00
36	Receita Patrimonial	296.995,27	378.868,50	220.906,70	273.787,12	375.703,36	2.524.326,17	0,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	5.422,50	5.400,00	6.401,26	6.075,00	5.100,00	73.143,20	0,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	4.042.129,87	4.125.936,03	3.333.156,66	3.660.535,82	3.853.127,75	46.241.897,66	0,00
41	Cota-Parte do FPM	1.092.352,65	1.455.694,22	1.091.679,71	937.612,15	1.139.039,25	14.655.859,53	0,00
42	Cota-Parte do ICMS	1.007.365,70	834.154,17	765.845,45	1.123.097,02	949.128,75	10.884.136,90	0,00
43	Cota-Parte do IPVA	287.218,82	324.225,30	243.624,54	228.560,36	157.874,32	2.199.075,90	0,00
44	Cota-Parte do ITR	5.859,81	11.283,98	7.963,87	26.806,73	30.106,42	276.874,71	0,00
45	Transferências da LC 87/1996	5.027,32	5.027,32	5.027,32	5.027,32	5.027,32	35.191,24	0,00
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	795.746,85	763.455,36	653.955,92	671.046,69	873.870,98	8.682.004,54	0,00
48	Outras Transferências Correntes	848.558,72	732.095,68	565.059,85	668.385,55	698.080,71	9.508.754,84	0,00
49	Outras Receitas Correntes	64.736,03	37.707,96	64.765,46	80.302,18	78.578,06	1.136.521,12	0,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	220.141,89	119.871,85	113.172,05	112.765,55	108.170,83	3.077.191,36	0,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	220.141,89	119.871,85	113.172,05	112.765,55	108.170,83	1.382.709,62	0,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.694.481,74	0,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	5.319.060,01	5.028.925,90	4.780.778,86	4.704.049,81	4.955.292,28	57.815.773,61	0,00
Fonte:								
Nota:								

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	PLANO FINANCEIRO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor					0,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS			Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
					Em. Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA			0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO			0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS			0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS			0,00	0,00	0,00
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III) — R$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	1.058.012,57	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	27.020.636,99	32.906.505,09	32.143.964,63
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	27.700.864,26	33.562.166,92	32.154.955,26
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	680.227,27	655.661,83	10.990,63
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-27.020.636,99	-31.848.492,52	-32.143.964,63
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	94.437,59	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-27.020.636,99	-31.942.930,11	-32.143.964,63

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	-201.034,52	-5.123.327,64

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	36.225.908,88	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	36.225.908,88	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	18.814.628,41	-	-
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	18.814.628,41	0,00	0,00
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-18.814.628,41	36.225.908,88	0,00
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-18.814.628,41	36.225.908,88	0,00

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte:

Nota:

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	46.901.000,00	8.305.924,08	35.872.181,22	31.671.738,07
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	7.702.000,00	1.213.359,08	6.996.784,07	5.466.449,25
3	IPTU	2.000.000,00	76.326,90	2.104.644,89	1.860.851,33
4	ISS	2.500.000,00	684.803,40	2.305.974,12	1.801.800,57
5	ITBI	400.000,00	257.151,90	1.442.072,95	606.531,69
6	IRRF	1.900.000,00	161.206,81	610.017,43	507.178,64
7	Outras Receitas Tributárias	902.000,00	33.870,07	534.074,68	690.087,02
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	2.140.000,00	333.706,10	1.298.734,01	414.831,99
9	Receitas Previdenciárias	1.540.000,00	220.936,38	899.731,77	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	600.000,00	112.769,72	399.002,24	414.831,99
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	12.000,00	3.777,25	18.044,64	23.524,00
12	Receita Patrimonial	2.231.000,00	649.490,48	2.290.532,53	212.773,17
13	(-) Aplicações Financeiras	2.219.000,00	645.713,23	2.272.487,89	189.249,17
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	36.256.000,00	6.585.026,41	26.878.519,32	24.600.196,13
15	FPM	13.000.000,00	2.076.651,40	9.797.824,42	8.965.366,06
16	ICMS	8.500.000,00	2.072.225,77	7.236.546,65	7.056.461,63
17	Convênios	2.270.000,00	67.405,48	664.110,88	1.065.685,00
18	Outras Transferências Correntes	12.486.000,00	2.368.743,76	9.180.037,37	7.512.683,44
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	791.000,00	170.055,24	680.099,18	1.166.736,70
20	Dívida Ativa	584.000,00	104.275,96	456.287,51	781.893,47
21	Diversas Receitas Correntes	207.000,00	65.779,28	223.811,67	384.843,23
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	9.945.000,00	11.052,58	1.050.758,56	3.681.704,06
23	Operações de Crédito (III)	40.000,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	9.880.000,00	11.052,58	1.050.758,56	3.681.704,06
27	Convênios.	9.580.000,00	11.052,58	1.050.758,56	3.681.704,06
28	Outras Transferências de Capital	300.000,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	9.885.000,00	11.052,58	1.050.758,56	3.681.704,06
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	56.786.000,00	8.316.976,66	36.922.939,78	35.353.442,13
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	52.058.299,00	10.412.825,02	35.774.495,58	23.900.037,12
33	Pessoal e Encargos Sociais	28.498.400,00	5.070.346,06	19.557.138,06	15.167.402,27
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	90.000,00	4.247,87	20.499,18	33.609,88
35	Outras Despesas Correntes	23.469.899,00	5.338.231,09	16.196.858,34	8.699.024,97
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	51.968.299,00	10.408.577,15	35.753.996,40	23.866.427,24
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	6.551.701,00	831.031,94	3.461.277,13	4.005.699,77
38	Investimentos	6.100.701,00	775.125,46	3.217.624,91	3.757.678,84
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	451.000,00	55.906,48	243.652,22	248.020,93
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	6.100.701,00	775.125,46	3.217.624,91	3.757.678,84
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	2.290.000,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	60.459.000,00	11.183.702,61	38.971.621,31	27.624.106,08
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-3.673.000,00	-2.866.725,95	-2.048.681,53	7.729.336,05
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00
Fonte:					
Nota:					

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	680.227,27	679.805,64	2.000,00	-1.578,37	108.810,01	3.127.813,10	0,00	1.644.351,14	3.841,90	1.588.430,07
2	EXECUTIVO	0,00	680.227,27	679.805,64	2.000,00	-1.578,37	108.810,01	3.127.813,10	0,00	1.644.351,14	3.841,90	1.588.430,07
3	EXECUTIVO	0,00	680.227,27	679.805,64	2.000,00	-1.578,37	108.810,01	3.127.813,10	0,00	1.644.351,14	3.841,90	1.588.430,07
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	TOTAL (III) = (I +II)	0,00	680.227,27	679.805,64	2.000,00	-1.578,37	108.810,01	3.127.813,10	0,00	1.644.351,14	3.841,90	1.588.430,07
Fonte:												
Nota:												

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	50.792.954,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP		2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:							
Nota:							

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409301608110050423 7

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	61.000.000,00
3	Previsão Atualizada	-	61.000.000,00
4	Receitas Realizadas	9.138.364,71	40.388.391,61
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	61.000.000,00
9	Créditos Adicionais	-	0,00
10	Dotação Atualizada	-	61.000.000,00
11	Despesas Empenhadas	11.125.866,96	39.226.772,71
12	Despesas Liquidadas	9.583.924,57	33.919.576,46
13	Superávit Orçamentário	-	6.468.815,15
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	11.125.866,96	39.235.772,71
15	Despesas Liquidadas	9.583.924,57	33.919.576,46
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida		57.815.773,61
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	0,00	0,00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	0,00	0,00
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal		0,00	-5.123.327,64	0,00
31	Resultado Primário		0,00	-2.048.681,53	0,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	680.227,27	2.000,00	679.805,64	-1.578,37
33	Poder Executivo	680.227,27	2.000,00	679.805,64	-1.578,37
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.236.623,11	3.841,90	1.644.351,14	1.588.430,07
36	Poder Executivo.	3.236.623,11	3.841,90	1.644.351,14	1.588.430,07
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	3.916.850,38	5.841,90	2.324.156,78	1.586.851,70

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	7.479.993,40	25%	24,05

40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	4.476.888,38	60%	73,77
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.839.870,53	60%	30,39
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.461.876,01	21,86	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00

[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:C2F4B2D8

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
RGF

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201409301630540010237 2

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	31.122.962,62	0,00
2	Pessoal Ativo	29.509.176,95	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	1.613.785,67	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	1.613.785,67	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.613.785,67	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	29.509.176,95	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		29.509.176,95
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		10.490.930,52
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		281,28
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		5.665.102,48

15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)		5.381.847,36
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		5.098.592,23
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Fonte:

Nota:

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Secretario Fazenda e Planejamento
CPF.: 73468126891

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201409301630540010237 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.								
CAMPO .	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO								
.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.								
CAMPO .	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte:

Nota:

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Secretario Fazenda e Planejamento
CPF.: 73468126891

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA
CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301630540010237 2

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	1.151.585,93	1.058.012,57	1.058.012,57
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	727.303,58	694.437,59	694.437,59
4	Interna	727.303,58	694.437,59	694.437,59
5	Externa	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	424.282,35	363.574,98	363.574,98
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	23.775.787,28	31.803.477,65	30.853.673,51
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	24.456.219,20	31.873.900,36	30.864.664,14
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	680.431,92	70.422,71	10.990,63
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-22.624.201,35	-30.745.465,08	-29.795.660,94
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	37.614.477,15	26.179.629,23	10.490.930,52
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	3,06	4,04	10,09
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-60,15	-117,44	-284,01
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%			12.589.116,62
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%			11.330.204,96
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	727.303,58	1.388.875,18	694.437,59
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	727.303,58	1.388.875,18	694.437,59
21	De Tributos	0,00	694.437,59	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	727.303,58	694.437,59	694.437,59
23	Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
24	Demais Contribuições Sociais	727.303,58	694.437,59	694.437,59
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
33	DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	3.236.623,11	2.307.674,39	1.575.861,07
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	36.225.908,88	36.225.908,88	36.225.908,88
37	Passivo Atuarial	36.225.908,88	36.225.908,88	36.225.908,88
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	3.244.645,06	942.715,67	1.290.291,12
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
41	Investimentos	3.244.645,06	942.715,67	1.290.291,12
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	32.981.263,82	35.283.193,21	34.935.617,76
[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida				
Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.				
Fonte:				
Nota:				

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Secretario Fazenda e Planejamento
CPF.: 73468126891

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301630540010237 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA												
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1 .													
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2 .		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO												
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3 .													
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4 .		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:													
Nota:													

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Secretario Fazenda e Planejamento
CPF.: 73468126891

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301630540010237 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO								
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Secretario Fazenda e Planejamento
CPF.: 73468126891

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014
CVA: 201409301630540010237 2

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) — R$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	37.614.477,15	5.215.154,27	5.215.154,27
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	8.275.184,97	1.147.333,94	1.147.333,94
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	7.447.666,48	1.032.600,55	1.032.600,55
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :			

[1] Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Secretario Fazenda e Planejamento
CPF.: 73468126891

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301630540010237 2

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.215.154,20	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	834.424,67	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	750.982,20	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	365.060,79	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte:			
Nota:			

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Secretario Fazenda e Planejamento
CPF.: 73468126891

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: COLIDER/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 15.023.930/0001-38
Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301630540010237 2

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	29.509.176,95	281,28
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	5.665.102,48	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	5.381.847,36	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-29.795.660,94	-284,01
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.589.116,62	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.147.333,94	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	834.424,67	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. Da Receita	365.060,79	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-
Fonte:			
Nota:			

COLIDER, 30/09/2014

NILSON JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal
CPF.: 56754752149

MANOEL FRANCISCO DA SILVA
Secretario Fazenda e Planejamento
CPF.: 73468126891

CLEBIL MARQUES GONCALVES
Contador
CRC.: CRC MT 006363/0-7

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:517A43ED

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF 2º QUADRIMESTRE 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201409261550380010237 2

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	7.176.104,45	0,00
2	Pessoal Ativo	7.176.104,45	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.176.104,45	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		7.176.104,45
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		14.193.715,48
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		50,56
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		7.664.606,36

15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)		7.281.376,04
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		6.898.145,72
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	29/09/2014	www.conquistadoeste.mt.gov.br
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.			
Fonte: Contagil - Sistema Informatizado de Contabilidade			
Nota:			

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario De Adm. E Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201409261550380010237 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	54,00	50,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.										
Fonte: Contagil - Sistema Informatizado de Contabilidade										
Nota:										

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario De Adm. E Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA
CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409261550380010237 2

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	0,00	174.271,84	162.324,16
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	0,00	174.271,84	162.324,16
4	Interna	0,00	174.271,84	162.324,16
5	Externa	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	7.817.512,56	9.005.165,05	9.195.816,87
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	7.844.838,15	9.007.789,94	9.210.417,61
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	24.700,70	12.724,85
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.325,59	27.325,59	27.325,59
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-7.817.512,56	-8.830.893,21	-9.033.492,71
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.903.697,88	13.714.067,99	14.193.715,48
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	1,27	1,14
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-60,58	-64,39	-63,64
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%			17.032.458,58
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%			15.329.212,72
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
		ANTERIOR		
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	0,00	174.271,84	162.324,16
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	0,00	174.271,84	162.324,16
21	De Tributos	0,00	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	0,00	174.271,84	162.324,16
23	Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	174.271,84	162.324,16
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
33	DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	0,00	0,00
37	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	5.518.952,68	5.765.173,37	6.320.096,10
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	57.950,12	68.070,79	128.973,02
41	Investimentos	5.461.002,56	5.697.102,58	6.191.123,08
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	-5.518.952,68	-5.765.173,37	-6.320.096,10
[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.				
Fonte: Contagil - Sistema Informatizado de Contabilidade				
Nota:				

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario De Adm. E Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409261550380010237 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA												
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1	.												
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	.	120,00	1,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO												
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3	.												
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Contagil - Sistema Informatizado de Contabilidade													
Nota:													

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario De Adm. E Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409261550380010237 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO						
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento	0,00			0,00		
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento	0,00			0,00		
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento	0,00			0,00		
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		

		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	1,27	1,14	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			120,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte: Contagil - Sistema Informatizado de Contabilidade

Nota:

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario De Adm. E Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014
CVA: 201409261550380010237 2

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.903.697,88	13.714.067,99	14.193.715,48
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	2.838.813,53	3.017.094,96	3.122.617,41
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	2.554.932,18	2.715.385,46	2.810.355,67
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :			

[1] Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario De Adm. E Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409261550380010237 2

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.193.715,48	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.270.994,48	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	2.043.895,03	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	993.560,08	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte:			
Nota:			

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario De Adm. E Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409261550380010237 2

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	7.176.104,45	50,56
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	7.664.606,36	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	7.281.376,04	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-9.033.492,71	-63,64
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.032.458,58	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.122.617,41	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.270.994,48	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	993.560,08	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS CAIXA LÍQUIDA (ANTES A PAGAR NÃO PROCESSADOS RESTOS A PAGAR NÃO DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE DA INSCRIÇÃO EM PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-
Fonte:			
Nota:			

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 06059053807

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario De Adm. E Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:4652B16C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 4. BIMESTRE 2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409261546020050446O

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a"e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.497.800,00	13.497.800,00	2.871.528,41	21,27	10.054.543,76	74,49	3.443.256,24
2	RECEITAS CORRENTES	13.054.800,00	13.054.800,00	2.520.714,08	19,31	9.594.837,65	73,50	3.459.962,35
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	562.000,00	562.000,00	153.456,64	27,31	482.623,61	85,88	79.376,39
4	Impostos	536.000,00	536.000,00	150.572,68	28,09	455.120,33	84,91	80.879,67
5	Taxas	25.000,00	25.000,00	2.883,96	11,54	27.503,28	110,01	-2.503,28
6	Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	374.000,00	374.000,00	65.261,56	17,45	253.632,18	67,82	120.367,82
8	Contribuições Sociais	279.000,00	279.000,00	51.633,03	18,51	207.252,51	74,28	71.747,49
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	95.000,00	95.000,00	13.628,53	14,35	46.379,67	48,82	48.620,33
11	RECEITA PATRIMONIAL	386.600,00	386.600,00	257.137,72	66,51	717.214,43	185,52	-330.614,43
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	136.500,00	136.500,00	30.777,64	22,55	105.459,08	77,26	31.040,92
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	250.100,00	250.100,00	226.360,08	90,51	611.755,35	244,60	-361.655,35
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	35.000,00	35.000,00	10.278,85	29,37	34.054,34	97,30	945,66
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.664.200,00	11.664.200,00	1.996.774,39	17,12	8.032.794,25	68,87	3.631.405,75
30	Transferências Intergovernamentais	11.358.500,00	11.358.500,00	1.918.711,68	16,89	7.814.121,49	68,80	3.544.378,51
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	305.700,00	305.700,00	78.062,71	25,54	218.672,76	71,53	87.027,24
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.000,00	33.000,00	37.804,92	114,56	74.518,84	225,81	-41.518,84
37	Multas e Juros de Mora	9.000,00	9.000,00	7.436,31	82,63	17.042,47	189,36	-8.042,47
38	Indenizações e Restituições	1.200,00	1.200,00	1.274,46	106,21	8.602,92	716,91	-7.402,92
39	Receita da Dívida Ativa	21.000,00	21.000,00	29.094,15	138,54	48.873,45	232,73	-27.873,45
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Amortização de Déficit Atuarial do RPPS. Receitas Correntes Diversas	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00
42	RECEITAS DE CAPITAL	443.000,00	443.000,00	350.814,33	79,19	459.706,11	103,77	-16.706,11
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	18.000,00	18.000,00	6.439,09	35,77	13.403,78	74,47	4.596,22
47	Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	8.000,00	8.000,00	6.439,09	80,49	13.403,78	167,55	-5.403,78
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	425.000,00	425.000,00	261.110,62	61,44	363.037,71	85,42	61.962,29
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	415.000,00	415.000,00	261.110,62	62,92	363.037,71	87,48	51.962,29
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	83.264,62	0,00	83.264,62	0,00	-83.264,62
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	83.264,62	0,00	83.264,62	0,00	-83.264,62
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	362.200,00	362.200,00	50.587,78	13,97	270.217,94	74,60	91.982,06
63	Receita de Contribuições	362.200,00	362.200,00	50.587,78	13,97	270.217,94	74,60	91.982,06
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	13.860.000,00	13.860.000,00	2.922.116,19	21,08	10.324.761,70	74,49	3.535.238,30
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	13.860.000,00	13.860.000,00	2.922.116,19	21,08	10.324.761,70	74,49	3.535.238,30
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	--		-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	13.860.000,00	13.860.000,00	2.922.116,19	21,08	10.324.761,70	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.395.900,00	492.742,00	13.888.642,00	1.889.527,02	9.315.632,83	2.286.814,19	8.458.359,80	60,90	5.430.282,20
79	DESPESAS CORRENTES	11.054.180,00	579.736,00	11.633.916,00	1.783.491,85	8.100.794,74	1.972.912,10	7.751.356,86	66,63	3.882.559,14
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.022.600,00	227.556,00	6.250.156,00	1.044.610,96	4.799.079,35	1.044.610,96	4.778.778,06	76,46	1.471.377,94
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	16.935,98	3.646,44	10.449,24	34,83	19.550,76
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.031.580,00	322.180,00	5.353.760,00	738.880,89	3.284.779,41	924.654,70	2.962.129,56	55,33	2.391.630,44
83	DESPESAS DE CAPITAL	1.728.320,00	13.006,00	1.741.326,00	106.035,17	1.214.838,09	313.902,09	707.002,94	40,60	1.034.323,06
84	INVESTIMENTOS	1.728.320,00	-36.994,00	1.691.326,00	106.035,17	1.184.210,89	307.776,65	688.626,62	40,72	1.002.699,38
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	30.627,20	6.125,44	18.376,32	36,75	31.623,68
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	-100.000,00	0,00 -	-		- -	-	-	
88	RESERVA DO RPPS	513.400,00	0,00	513.400,00 -	-		- -	-	-	
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	464.100,00	43.258,00	507.358,00	68.914,25	306.725,93	68.914,25	306.725,93	63,15	200.632,07
90	Obrigações Patronais	464.100,00	43.258,00	507.358,00	68.914,25	306.725,93	68.914,25	306.725,93	63,15	200.632,07
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	13.860.000,00	536.000,00	14.396.000,00	1.958.441,27	9.622.358,76	2.355.728,44	8.765.085,73	60,89	5.630.914,27
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	13.860.000,00	536.000,00	14.396.000,00	1.958.441,27	9.622.358,76	2.355.728,44	8.765.085,73	60,89	5.630.914,27
100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.559.675,97	-	-
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	13.860.000,00	536.000,00	14.396.000,00	1.958.441,27	9.622.358,76	2.355.728,44	10.324.761,70	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir 29/09/2014	www.conquistadoeste.mt.gov.br	
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.			
Fonte: CONTAGIL - SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE			
Nota:			

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO – AGOSTO

CVA: 201409261546020050446O

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.395.900,00	13.888.642,00	1.889.527,02	9.315.632,83	2.286.814,19	8.458.359,80	96,50	60,90	5.430.282,20
2	00001	Legislativa	701.400,00	701.400,00	95.231,82	454.409,72	109.153,90	425.522,56	4,85	60,67	275.877,44
3	01031	Ação Legislativa	701.400,00	701.400,00	95.231,82	454.409,72	109.153,90	425.522,56	4,85	60,67	275.877,44
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	1.752.500,00	1.786.658,00	331.131,89	1.426.332,14	324.641,86	1.349.132,59	15,39	75,51	437.525,41
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	1.440.000,00	1.578.248,00	305.150,61	1.292.636,83	298.660,58	1.217.974,27	13,90	77,17	360.273,73
14	04123	Administração Financeira	312.500,00	208.410,00	25.981,28	133.695,31	25.981,28	131.158,32	1,50	62,93	77.251,68
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	06181	Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	934.000,00	977.140,00	168.649,51	616.770,14	167.392,28	569.145,55	6,49	58,25	407.994,45
35	08241	Assistência ao Idoso	50.000,00	46.030,00	3.060,00	3.526,00	3.060,00	3.526,00	0,04	7,66	42.504,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	10.000,00	10.000,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,01	5,00	9.500,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	86.000,00	105.000,00	9.920,50	53.507,08	11.320,50	50.007,08	0,57	47,63	54.992,92
38	08244	Assistência Comunitária	678.000,00	711.100,00	140.247,33	479.804,89	137.590,10	436.065,58	4,98	61,32	275.034,42
39	08122	Administração Geral	100.000,00	95.010,00	15.421,68	79.432,17	15.421,68	79.046,89	0,90	83,20	15.963,11
40	08423	Assistência aos Povos Indígenas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
41	00009	Previdência Social	378.600,00	378.600,00	37.570,12	262.308,45	50.635,92	236.176,85	2,69	62,38	142.423,15
42	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09272	Previdência do Regime Estatutário	287.200,00	287.200,00	37.330,12	183.073,65	37.330,12	183.073,65	2,09	63,74	104.126,35
44	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	09122	Administração Geral	91.400,00	91.400,00	240,00	79.234,80	13.305,80	53.103,20	0,61	58,10	38.296,80
47	00010	Saúde	2.762.000,00	3.031.570,00	411.703,54	1.998.277,56	432.668,41	1.959.401,15	22,35	64,63	1.072.168,85
48	10301	Atenção Básica	2.101.000,00	2.261.550,00	277.297,74	1.471.084,76	283.960,24	1.462.737,26	16,69	64,68	798.812,74
49	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	396.000,00	379.020,00	57.939,26	237.321,35	67.541,63	209.292,44	2,39	55,22	169.727,56
50	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	60.000,00	40.657,68	59.251,42	40.657,68	59.251,42	0,68	98,75	748,58
51	10304	Vigilância Sanitária	65.000,00	70.000,00	13.444,26	52.447,03	13.444,26	52.447,03	0,60	74,92	17.552,97
52	10305	Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
53	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	10122	Administração Geral	105.000,00	226.000,00	22.364,60	178.173,00	27.064,60	175.673,00	2,00	77,73	50.327,00
55	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	00012	Educação	3.595.500,00	3.516.824,00	465.328,60	2.478.951,79	608.621,74	1.918.336,24	21,89	54,55	1.598.487,76
61	12361	Ensino Fundamental	2.448.500,00	2.452.457,00	299.668,94	1.743.822,36	402.397,29	1.224.999,93	13,98	49,95	1.227.457,07
62	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12363	Ensino Profissional	10.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
64	12364	Ensino Superior	30.000,00	30.000,00	0,00	14.000,00	3.157,44	10.884,72	0,12	36,28	19.115,28
65	12365	Educação Infantil	651.000,00	584.041,00	92.838,25	346.999,06	127.468,60	322.164,72	3,68	55,16	261.876,28
66	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	12367	Educação Especial	380.000,00	293.320,00	55.001,99	223.962,63	58.608,99	210.949,13	2,41	71,92	82.370,87
68	12122	Administração Geral	76.000,00	157.005,00	17.819,42	150.167,74	16.989,42	149.337,74	1,70	95,12	7.667,26
69	00013	Cultura	118.000,00	138.100,00	21.320,23	85.296,68	21.950,23	82.146,68	0,94	59,48	55.953,32
70	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	13392	Difusão Cultural	118.000,00	138.100,00	21.320,23	85.296,68	21.950,23	82.146,68	0,94	59,48	55.953,32
72	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

74	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00015	Urbanismo	1.092.000,00	1.051.110,00	147.757,00	794.227,82	171.828,69	774.087,71	8,83	73,64	277.022,29
77	15451	Infra-Estrutura Urbana	310.000,00	275.110,00	0,00	166.446,21	7.061,69	166.446,21	1,90	60,50	108.663,79
78	15452	Serviços Urbanos	307.000,00	558.800,00	118.288,09	478.909,37	131.098,09	469.269,26	5,35	83,98	89.530,74
79	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	15122	Administração Geral	375.000,00	217.000,00	29.468,91	148.872,24	33.668,91	138.372,24	1,58	63,77	78.627,76
81	15482	Habitação Urbana	100.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
82	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	16482	Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	00017	Saneamento	109.500,00	119.520,00	14.571,98	43.672,34	14.571,98	43.672,34	0,50	36,54	75.847,66
86	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	17512	Saneamento Básico Urbano	109.500,00	119.520,00	14.571,98	43.672,34	14.571,98	43.672,34	0,50	36,54	75.847,66
88	00018	Gestão Ambiental	45.000,00	45.000,00	1.491,50	4.420,00	1.491,50	4.420,00	0,05	9,82	40.580,00
89	18541	Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00	1.491,50	4.420,00	1.491,50	4.420,00	0,05	17,68	20.580,00
90	18542	Controle Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
91	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	00020	Agricultura	579.000,00	827.980,00	80.644,79	703.762,56	234.711,01	686.165,07	7,83	82,87	141.814,93
99	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20606	Extensão Rural	127.000,00	23.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.480,00
105	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	20122	Administração Geral	360.000,00	387.000,00	71.366,64	334.204,52	72.066,64	326.524,33	3,73	84,37	60.475,67
107	20661	Promoção Industrial	72.000,00	212.000,00	0,00	172.960,29	75.685,00	172.960,29	1,97	81,59	39.039,71
108	20691	Promoção Comercial	20.000,00	205.500,00	9.278,15	196.597,75	86.959,37	186.680,45	2,13	90,84	18.819,55
109	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00023	Comércio e Serviços	40.000,00	40.000,00	0,00	6.002,83	0,00	6.002,83	0,07	15,01	33.997,17
119	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	23695	Turismo	40.000,00	40.000,00	0,00	6.002,83	0,00	6.002,83	0,07	15,01	33.997,17
124	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	00025	Energia	95.000,00	116.000,00	3.203,20	29.440,30	3.203,20	29.440,30	0,34	25,38	86.559,70
128	25751	Conservação de Energia	95.000,00	116.000,00	3.203,20	29.440,30	3.203,20	29.440,30	0,34	25,38	86.559,70
129	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	00026	Transporte	326.000,00	318.140,00	76.173,40	182.692,81	68.382,40	174.901,81	2,00	54,98	143.238,19
133	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	26782	Transporte Rodoviário	326.000,00	318.140,00	76.173,40	182.692,81	68.382,40	174.901,81	2,00	54,98	143.238,19
135	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	00027	Desporto e Lazer	124.320,00	107.520,00	34.749,44	61.127,45	37.414,44	60.945,78	0,70	56,68	46.574,22
139	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	27812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	27813	Lazer	124.320,00	107.520,00	34.749,44	61.127,45	37.414,44	60.945,78	0,70	56,68	46.574,22
142	00028	Encargos Especiais	129.680,00	219.680,00	0,00	167.940,24	40.146,63	138.862,34	1,58	63,21	80.817,66
143	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	80.000,00	0,00	47.563,18	9.771,88	28.825,56	0,33	36,03	51.174,44
146	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	28846	Outros Encargos Especiais	129.680,00	139.680,00	0,00	120.377,06	30.374,75	110.036,78	1,26	78,78	29.643,22
149	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151		RESERVA DO RPPS	513.400,00	513.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	513.400,00
152		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	464.100,00	507.358,00	68.914,25	306.725,93	68.914,25	306.725,93	3,50	60,46	200.632,07
153	00001	Legislativa	21.600,00	21.600,00	2.563,25	9.968,36	2.563,25	9.968,36	3,24	46,14	11.631,64
154	01031	Ação Legislativa	21.600,00	21.600,00	2.563,25	9.968,36	2.563,25	9.968,36	3,24	46,14	11.631,64

155	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00004	Administração	37.500,00	67.501,00	11.836,80	51.045,90	11.836,80	51.045,90	16,64	152,21	16.455,10
158	04122	Administração Geral	30.000,00	56.001,00	9.679,42	42.207,57	9.679,42	42.207,57	13,76	75,36	13.793,43
159	04123	Administração Financeira	7.500,00	11.500,00	2.157,38	8.838,33	2.157,38	8.838,33	2,88	76,85	2.661,67
160	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00008	Assistência Social	25.000,00	32.000,00	5.256,48	23.916,92	5.256,48	23.916,92	7,78	128,47	8.083,08
164	08122	Administração Geral	5.000,00	5.000,00	577,66	2.448,04	577,66	2.448,04	0,79	48,96	2.551,96
165	08244	Assistência Comunitária	20.000,00	27.000,00	4.678,82	21.468,88	4.678,82	21.468,88	6,99	79,51	5.531,12
166	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00010	Saúde	148.000,00	153.000,00	21.913,53	98.644,26	21.913,53	98.644,26	32,13	244,17	54.355,74
168	10122	Administração Geral	10.000,00	10.000,00	1.475,98	7.412,61	1.475,98	7.412,61	2,41	74,12	2.587,39
169	10301	Atenção Básica	124.000,00	124.000,00	18.211,57	81.310,33	18.211,57	81.310,33	26,50	65,57	42.689,67
170	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.000,00	9.000,00	1.006,36	4.752,76	1.006,36	4.752,76	1,54	52,80	4.247,24
171	10304	Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	1.219,62	5.168,56	1.219,62	5.168,56	1,68	51,68	4.831,44
172	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00012	Educação	177.500,00	172.747,00	21.516,15	95.141,13	21.516,15	95.141,13	31,00	205,43	77.605,87
174	12122	Administração Geral	2.000,00	3.000,00	618,08	2.619,36	618,08	2.619,36	0,85	87,31	380,64
175	12361	Ensino Fundamental	106.500,00	115.500,00	15.736,31	70.712,34	15.736,31	70.712,34	23,05	61,22	44.787,66
176	12365	Educação Infantil	45.000,00	45.000,00	4.894,38	20.825,90	4.894,38	20.825,90	6,78	46,27	24.174,10
177	12367	Educação Especial	24.000,00	9.247,00	267,38	983,53	267,38	983,53	0,32	10,63	8.263,47
178	00013	Cultura	5.000,00	5.000,00	0,00	740,01	0,00	740,01	0,24	14,80	4.258,99
179	13392	Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	740,01	0,00	740,01	0,24	14,80	4.258,99
180	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00015	Urbanismo	28.000,00	10.010,00	1.947,58	8.594,44	1.947,58	8.594,44	2,80	85,94	1.405,56
182	15122	Administração Geral	25.000,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	15452	Serviços Urbanos	3.000,00	10.000,00	1.947,58	8.594,44	1.947,58	8.594,44	2,80	85,94	1.405,56
184	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	00017	Saneamento	500,00	1.500,00	222,64	943,52	222,64	943,52	0,30	62,90	556,48
186	17512	Saneamento Básico Urbano	500,00	1.500,00	222,64	943,52	222,64	943,52	0,30	62,90	556,48
187	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
188	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
189	00020	Agricultura	20.000,00	20.000,00	1.544,78	8.232,93	1.544,78	8.232,93	2,68	41,16	11.767,07
190	20122	Administração Geral	20.000,00	20.000,00	1.544,78	8.232,93	1.544,78	8.232,93	2,68	41,16	11.767,07
191	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
193	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
194	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
195	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	00026	Transporte	1.000,00	24.000,00	2.113,04	9.498,46	2.113,04	9.498,46	3,09	39,57	14.501,54
197	26782	Transporte Rodoviário	1.000,00	24.000,00	2.113,04	9.498,46	2.113,04	9.498,46	3,09	39,57	14.501,54
198	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
199	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
200		TOTAL (III) = (I + II)	13.860.000,00	14.396.000,00	1.958.441,27	9.622.358,76	2.355.728,44	8.765.085,73	100,00	121,36	5.630.914,27

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: CONTAGIL - SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE

Nota:

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: SET/2013 a AGO/ 2014
CVA: 201409261546020050446O

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	1.341.866,55	1.332.977,97	1.263.555,43	1.673.222,05	1.652.583,41	1.352.389,13	1.129.853,22
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	257.207,36	39.504,19	47.334,76	64.278,06	43.129,76	42.526,55	50.826,42
3	IPTU	26.298,55	4.174,17	7.578,33	2.314,08	1.276,62	33,84	1.029,71

4	ISS	12.311,35	9.062,52	12.764,17	7.013,88	7.893,85	11.681,60	18.588,15
5	ITBI	190.672,46	600,00	1.100,00	1.300,00	0,00	4.400,00	1.540,00
6	IRRF	24.479,92	24.298,36	25.027,87	52.731,89	32.562,61	20.031,52	25.220,06
7	Outras Receitas Tributárias	3.445,08	1.369,14	864,39	918,21	1.396,68	6.379,59	4.448,50
8	Receita de Contribuições	40.239,45	36.084,18	32.227,80	93.895,84	5.479,14	35.425,17	38.278,91
9	Receita Patrimonial	36.562,53	50.985,81	35.842,53	64.303,05	28.714,63	122.394,81	54.524,05
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	3.221,73	6.241,18	2.293,25	3.761,83	3.057,57	3.970,54	4.449,48
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	996.313,07	1.194.946,32	1.142.367,89	1.431.892,84	1.552.216,65	1.144.727,06	976.639,50
14	Cota-Parte do FPM	331.862,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29
15	Cota-Parte do ICMS	329.089,05	458.674,69	369.539,55	389.566,39	467.848,83	314.098,23	353.919,31
16	Cota-Parte do IPVA	7.995,08	5.175,78	3.837,74	1.739,15	9.561,15	10.724,78	12.841,93
17	Cota-Parte do ITR	218,46	26.148,23	4.467,57	4.393,44	4.655,19	10,03	0,00
18	Transferências da LC 87/1996	2.274,86	2.274,86	2.274,86	2.274,86	2.244,09	2.244,09	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	128.617,14	171.098,16	147.718,74	159.520,51	176.994,17	131.185,55	117.869,59
21	Outras Transferências Correntes	196.255,76	199.706,80	152.908,04	177.988,35	324.317,91	81.423,47	133.101,38
22	Outras Receitas Correntes	8.322,41	5.216,29	3.489,20	15.090,43	19.985,66	3.345,00	5.134,86
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	169.751,85	194.001,44	197.537,90	261.762,56	210.992,40	217.083,07	175.876,17
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	35.463,93	29.173,27	29.189,76	86.942,06	811,55	30.659,57	30.742,54
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	134.287,92	164.828,17	168.348,14	174.820,50	210.180,85	186.423,50	145.133,63
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	1.172.114,70	1.138.976,53	1.066.017,53	1.411.459,49	1.441.591,01	1.135.306,06	953.977,05
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2014	Maio 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	1.429.157,37	1.437.656,74	1.140.722,09	1.372.852,57	1.500.669,15	16.627.505,68	15.092.600,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	71.192,13	70.178,07	51.314,04	58.630,35	94.826,29	890.947,98	562.000,00
30	IPTU	5.315,49	19.579,06	6.620,24	5.944,97	4.450,71	84.615,77	41.000,00
31	ISS	27.644,17	14.705,62	15.008,83	24.599,61	56.321,34	217.595,09	200.000,00
32	ITBI	1.300,00	4.300,00	1.900,00	4.300,00	8.187,84	219.600,30	25.000,00
33	IRRF	29.603,65	29.010,51	25.302,12	22.892,55	23.875,66	335.036,72	270.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	7.328,82	2.582,88	2.482,85	893,22	1.990,74	34.100,10	26.000,00
35	Receita de Contribuições	36.052,44	36.550,41	36.584,55	41.893,03	23.368,53	456.079,45	374.000,00
36	Receita Patrimonial	88.715,95	121.260,88	45.352,60	78.755,29	178.382,43	905.794,56	386.600,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	6.601,40	2.350,18	3.346,32	3.927,38	6.351,47	49.572,33	35.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	1.225.899,48	1.203.138,13	1.000.751,22	1.184.425,66	1.165.156,37	14.218.474,19	13.702.700,00
41	Cota-Parte do FPM	409.632,24	545.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	5.495.946,19	5.500.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	449.666,33	372.348,44	341.856,90	501.326,30	423.670,61	4.771.604,63	4.500.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	16.418,75	13.399,68	13.077,71	13.608,91	6.139,17	114.519,83	120.000,00
44	Cota-Parte do ITR	0,00	23,36	2.213,34	0,00	121,89	42.251,51	20.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	2.244,09	2.244,09	2.244,09	2.244,09	2.244,09	24.808,07	29.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	145.570,94	139.820,81	119.632,25	122.758,76	159.862,70	1.720.649,32	1.900.000,00
48	Outras Transferências Correntes	202.367,13	129.416,42	112.348,16	192.883,03	145.978,19	2.048.694,64	1.633.700,00
49	Outras Receitas Correntes	695,97	4.179,07	3.373,36	5.220,86	32.584,06	106.637,17	32.300,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	207.719,64	216.832,81	184.979,68	205.252,02	192.000,66	2.433.790,20	2.312.800,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	32.127,46	30.052,75	31.225,61	31.495,35	20.137,68	388.021,53	279.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	175.592,18	186.780,06	153.754,07	173.756,67	171.862,98	2.045.768,67	2.033.800,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	1.221.437,73	1.220.823,93	955.742,41	1.167.600,55	1.308.668,49	14.193.715,48	12.779.800,00
Fonte: CONTAGIL - SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE								
Nota:								

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56

Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409261546020050446O

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	529.600,00	529.600,00	277.993,11	819.007,86	205.272,77
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	529.600,00	529.600,00	277.993,11	819.007,86	205.272,77
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	279.000,00	279.000,00	51.633,03	207.252,51	205.272,77
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	279.000,00	279.000,00	51.633,03	207.252,51	205.272,77
5	Ativo	279.000,00	279.000,00	51.633,03	207.252,51	205.272,77
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	250.100,00	250.100,00	226.360,08	611.755,35	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	250.100,00	250.100,00	226.360,08	611.755,35	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
	Compensação Previdenciária do RGPS para o					
19		100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
	RPPS					
20	Demais Receitas Correntes	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	362.200,00	362.200,00	50.587,78	270.217,94	283.665,26
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	891.800,00	891.800,00	328.580,89	1.089.225,80	488.938,03
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	378.500,00	378.500,00	50.635,92	236.176,85	172.815,45
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	108.300,00	108.300,00	14.958,02	59.539,46	52.896,39
30	Despesas Correntes	108.300,00	108.300,00	14.958,02	59.539,46	52.896,39
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	270.200,00	270.200,00	35.677,90	176.637,39	119.919,06
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	270.000,00	270.000,00	35.677,90	176.637,39	119.919,06
34	Aposentadorias	80.000,00	80.000,00	19.497,82	73.189,98	32.981,00
35	Pensões	20.000,00	20.000,00	1.740,48	6.961,92	6.217,20
36	Outros Benefícios Previdenciários	170.000,00	170.000,00	14.439,60	96.485,49	80.720,86
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	378.600,00	378.600,00	50.635,92	236.176,85	172.815,45
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	513.200,00	513.200,00	277.944,97	853.048,95	316.122,58
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
56	Valor		513.400,00			
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA				
		Em Jul/2014	Em. Ago/2014		Em /Dez/2013 31	
57	CAIXA	0,00	0,00		0,00	
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	68.070,79	128.973,02		57.950,12	
59	INVESTIMENTOS	5.697.102,58	6.191.123,08		5.461.002,56	
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00		0,00	
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	362.200,00	362.200,00	50.587,78	270.217,94	283.665,26
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	362.000,00	362.000,00	50.587,78	270.217,94	283.665,26

63	Patronal = (64+68)	361.700,00	361.700,00	50.587,78	270.217,94	283.665,26
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	361.700,00	361.700,00	50.587,78	270.217,94	283.665,26
65	Ativo	361.700,00	361.700,00	50.587,78	270.217,94	283.665,26
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	362.200,00	362.200,00	50.587,78	270.217,94	283.665,26

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	PLANO FINANCEIRO RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)					
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
142	Valor					0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2014	Em /Dez/2013 31
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) =(147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: AGENDA ASSESSORIA

Nota:

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409261546020050446O

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	171.512,32	162.324,16
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	7.817.512,56	2.829.242,51	3.147.073,05
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	7.844.838,15	2.845.435,57	3.167.243,41

4	Demais Haveres Financeiros	0,00	11.132,53	7.155,23
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.325,59	27.325,59	27.325,59
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-7.817.512,56	-2.657.730,19	-2.984.748,89
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-7.817.512,56	-2.657.730,19	-2.984.748,89

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c -a)
10	VALOR	-327.018,70	4.832.763,67

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	310.214,14

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	2.778.848,88	2.778.848,88	2.778.848,88
13	Passivo Atuarial	2.778.848,88	2.778.848,88	2.778.848,88
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	5.513.380,04	5.765.173,37	6.320.096,10
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	5.518.951,68	68.070,79	128.973,02
17	Investimentos	0,00	5.697.102,58	6.191.123,08
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	5.571,64	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-2.734.531,16	-2.986.324,49	-3.541.247,22
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-2.734.531,16	-2.986.324,49	-3.541.247,22

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: CONTAGIL - SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE

Nota:

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE WARLEI
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409261546020050446O

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	12.553.900,00	2.067.993,92	8.371.326,95	8.061.002,72
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	562.000,00	153.456,64	482.623,61	283.815,45
3	IPTU	41.000,00	10.395,68	44.250,64	24.308,55
4	ISS	200.000,00	80.920,95	176.443,17	49.537,23
5	ITBI	25.000,00	12.487,84	25.927,84	13.750,00
6	IRRF	270.000,00	46.768,21	208.498,68	181.280,62
7	Outras Receitas Tributárias	26.000,00	2.883,96	27.503,28	14.939,05
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	374.000,00	65.261,56	253.632,18	264.131,73
9	Receitas Previdenciárias	279.000,00	51.633,03	207.252,51	205.272,77
10	Outras Receitas de Contribuições	95.000,00	13.628,53	46.379,67	58.858,96
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	-113.600,00	-195.582,44	-506.296,27	82.575,04
12	Receita Patrimonial	136.500,00	30.777,64	105.459,08	82.575,04
13	(-) Aplicações Financeiras	250.100,00	226.360,08	611.755,35	0,00
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	11.664.200,00	1.996.774,39	8.032.794,25	7.383.361,50
15	FPM	5.500.000,00	778.744,29	3.674.184,14	3.362.012,30
16	ICMS	4.500.000,00	924.996,91	3.224.734,95	2.997.828,39
17	Convênios	305.700,00	78.062,71	218.672,76	183.154,14
18	Outras Transferências Correntes	1.358.500,00	214.970,48	915.202,40	840.366,67
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	67.300,00	48.083,77	108.573,18	47.119,00
20	Dívida Ativa	21.000,00	29.094,15	48.873,45	18.378,35
21	Diversas Receitas Correntes	46.300,00	18.989,62	59.699,73	28.740,65
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	443.000,00	350.814,33	459.706,11	1.300.800,12

23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	18.000,00	6.439,09	13.403,78	51.423,78
26	Transferências de Capital = (27+28)	425.000,00	261.110,62	363.037,71	1.249.376,34
27	Convênios.	415.000,00	261.110,62	363.037,71	1.246.376,34
28	Outras Transferências de Capital	10.000,00	0,00	0,00	3.000,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	83.264,62	83.264,62	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	425.000,00	344.375,24	446.302,33	1.249.376,34
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	12.978.900,00	2.412.369,16	8.817.629,28	9.310.379,06
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	12.141.274,00	1.858.334,75	8.100.794,74	6.771.342,20
33	Pessoal e Encargos Sociais	6.757.514,00	1.119.453,86	4.799.079,35	4.143.089,50
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	30.000,00	0,00	16.935,98	0,00
35	Outras Despesas Correntes	5.353.760,00	738.880,89	3.284.779,41	2.628.252,70
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	12.111.274,00	1.858.334,75	8.083.858,76	6.771.342,20
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	1.741.326,00	106.035,17	1.214.838,09	400.428,65
38	Investimentos	1.691.326,00	106.035,17	1.184.210,89	400.428,65
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	50.000,00	0,00	30.627,20	0,00
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	1.691.326,00	106.035,17	1.184.210,89	400.428,65
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	513.400,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	14.316.000,00	1.964.369,92	9.268.069,65	7.171.770,85
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-1.337.100,00	447.999,24	-450.440,37	2.138.608,21
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE		
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-18.000,00
Fonte: CONTAGIL - SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE					
Nota:					

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409261546020050446O

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	PODER/ÓRGÃO	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.325,59	33.272,23	33.272,23	0,00	27.325,59	212.301,42	111.436,59	110.112,70	110.112,70	0,00	213.625,31
2	EXECUTIVO	27.325,59	33.272,23	33.272,23	0,00	27.325,59	212.301,42	111.436,59	110.112,70	110.112,70	0,00	213.625,31
3	RPPS	0,00	5.571,64	5.571,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Prefeitura Municipal	27.325,59	27.700,59	27.700,59	0,00	27.325,59	212.301,42	111.436,59	110.112,70	110.112,70	0,00	213.625,31
5	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	TOTAL (III) = (I +II)	27.325,59	33.272,23	33.272,23	0,00	27.325,59	212.301,42	111.436,59	110.112,70	110.112,70	0,00	213.625,31
Fonte: CONTAGIL - SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE												
Nota:												

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409261546020050446O

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	12.903.697,88	14.193.715,48	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023	
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: CONTAGIL - SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE							
Nota: Não houve							

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: CONQUISTA DOESTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.219.688/0001-56
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409261546020050446O

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	13.860.000,00
3	Previsão Atualizada	-	13.860.000,00
4	Receitas Realizadas	2.922.116,19	10.324.761,70
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	13.860.000,00
9	Créditos Adicionais	-	536.000,00
10	Dotação Atualizada	-	14.396.000,00
11	Despesas Empenhadas	1.958.441,27	9.622.358,76
12	Despesas Liquidadas	2.355.728,44	8.765.085,73
13	Superávit Orçamentário	-	1.559.675,97
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	1.958.441,27	9.622.358,76
15	Despesas Liquidadas	2.355.728,44	8.765.085,73
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida		14.193.715,48
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	328.580,89	1.089.225,80
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	50.635,92	236.176,85
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	277.944,97	853.048,95
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	310.214,14	4.832.763,67	1.557,88
31	Resultado Primário	-18.000,00	-450.440,37	2.502,45

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	60.597,82	0,00	33.272,23	27.325,59
33	Poder Executivo	60.597,82	0,00	33.272,23	27.325,59
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	323.738,01	0,00	110.112,70	213.625,31
36	Poder Executivo.	323.738,01	0,00	110.112,70	213.625,31
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	384.335,83	0,00	143.384,93	240.950,90

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar No Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	1.614.871,68	25%	21,43
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	701.292,87	60%	62,36
42	Complementação da União ao FUNDEB – Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-

54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar No Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.603.214,23	15,00	21,28

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.		
Fonte: CONTAGIL - SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTABILIDADE		
Nota:		

CONQUISTA DOESTE, 26/09/2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
CPF.: 060.590.538-07

WARLEI ADRIANO DOS SANTOS
Secretario de Adm. e Fazenda
CPF.: 839.367.266-04

WELLINGTON DERZE
Contador
CRC.: MG 29753/01S

AUDEIR CARLOS BARROS ANDRÉ
Coord. Geral da Unid.de Controle Interno
CPF.: 987.063.301-34

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:10525FF8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO 4º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO								
CNPJ: 01.614.539/0001-01								
Exercício: 2014								
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO								
CVA: 201409291248370050461 3								
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO S	RECEITA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.799.800,00	27.799.800,00	3.843.295,79	13,82	15.856.887,66	57,04	11.942.912,34
2	RECEITAS CORRENTES	21.134.625,32	21.134.625,32	3.843.295,79	18,18	15.194.462,15	71,89	5.940.163,17
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.836.503,26	2.836.503,26	709.700,62	25,02	1.954.295,79	68,90	882.207,47
4	Impostos	2.491.132,67	2.491.132,67	702.074,81	28,18	1.871.888,99	75,14	619.243,68
5	Taxas	227.199,25	227.199,25	7.625,81	3,36	82.217,68	36,19	144.981,57
6	Contribuição de Melhoria	118.171,34	118.171,34	0,00	0,00	189,12	0,16	117.982,22
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	282.693,36	282.693,36	64.361,85	22,77	236.481,31	83,65	46.212,05
8	Contribuições Sociais	159.000,00	159.000,00	59.106,80	37,17	231.226,26	145,43	-72.226,26
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	123.693,36	123.693,36	5.255,05	4,25	5.255,05	4,25	118.438,31
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	108.168,68	108.168,68	96.728,99	89,42	352.765,90	326,13	-244.597,22
12	Receitas Imobiliárias	108.168,68	108.168,68	96.728,99	89,42	352.765,90	326,13	-244.597,22
13	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	353.409,60	353.409,60	89.136,01	25,22	289.476,11	81,91	63.933,49
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.272.212,77	17.272.212,77	2.756.804,94	15,96	11.753.882,62	68,05	5.518.330,15
30	Transferências Intergovernamentais	16.381.650,12	16.381.650,12	2.697.614,46	16,47	11.132.729,03	67,96	5.248.921,09
31	Transferências de Instituições Privadas	890.562,65	890.562,65	59.190,48	6,65	621.153,59	69,75	269.409,06
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO								
CNPJ: 01.614.539/0001-01								
Exercício: 2014								
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO								
CVA: 201409292148370050461 3								
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	281.637,65	281.637,65	126.563,38	44,94	607.560,42	215,72	-325.922,77
37	Multas e Juros de Mora	57.219,98	57.219,98	9.241,48	16,15	38.642,35	67,53	18.577,63
38	Indenizações e Restituições	4.717,62	4.717,62	75.548,34	1.601,41	290.980,36	6.167,95	-286.262,74
39	Receita da Dívida Ativa	214.994,08	214.994,08	28.792,62	13,39	147.389,15	68,55	67.604,93
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
41	Receitas Correntes Diversas	4.505,97	4.505,97	12.980,94	288,08	130.548,56	2.897,24	-126.042,59
42	RECEITAS DE CAPITAL	6.665.174,68	6.665.174,68	0,00	0,00	662.425,51	9,94	6.002.749,17
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	4.417,62	4.417,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.417,62
47	Alienação de Bens Móveis	2.208,81	2.208,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2.208,81
48	Alienação de Bens Imóveis	2.208,81	2.208,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2.208,81
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.660.757,06	6.660.757,06	0,00	0,00	662.425,51	9,95	5.998.331,55
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	146.026,61	146.026,61	0,00	0,00	0,00	0,00	146.026,61
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	6.514.730,45	6.514.730,45	0,00	0,00	662.425,51	10,17	5.852.304,94
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	200.200,00	200.200,00	72.364,63	35,42	321.438,18	154,90	-121.238,18
63	PREVIDENCIA MUNICIPAL.	200.200,00	200.200,00	72.364,63	36,15	321.438,18	160,56	-121.238,18
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	28.000.000,00	28.000.000,00	3.915.660,42	13,98	16.178.325,84	57,78	11.821.674,16
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00	
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) =(III+IV)	28.000.000,00	28.000.000,00	3.915.660,42	13,98	16.178.325,84	57,78	11.821.674,16
73	DÉFICIT (VI)	--- -				-- -		
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	28.000.000,00	28.000.000,00	3.915.660,42	13,98	16.178.325,84 - -		
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	- -		0,00 - -		
76	Superávit Financeiro	-	0,00	- -		0,00 - -		
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	- -		0,00 - -		

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.566.047,00	-1.271,38	27.564.775,62	3.942.052,52	19.117.021,50	5.003.350,59	14.409.969,79	52,28	13.154.805,83
79	DESPESAS CORRENTES	22.600.597,00	367.597,76	22.968.194,76	2.850.317,78	16.654.676,73	4.101.739,34	13.134.477,10	57,19	9.833.717,66
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.623.993,46	165.544,65	10.789.538,11	1.840.359,83	6.828.789,76	1.906.149,35	6.393.596,84	59,26	4.395.941,27
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.956.603,54	222.053,11	12.178.656,65	1.009.957,95	9.825.886,97	2.195.589,99	6.740.880,26	55,35	5.437.776,39
83	DESPESAS DE CAPITAL	4.546.850,00	-19.749,12	4.527.100,88	1.091.734,74	2.462.344,77	901.611,25	1.275.492,69	28,17	3.251.608,19
84	INVESTIMENTOS	4.330.850,00	-11.749,12	4.319.100,88	1.091.734,74	2.254.344,77	886.132,75	1.201.267,10	27,81	3.117.833,78
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	215.000,00	-7.000,00	208.000,00	0,00	208.000,00	15.478,50	74.225,59	35,69	133.774,41
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	418.600,00	-349.120,02	69.479,98 -		-	- -	- -		
88	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00 -		-	- -	- -		
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	433.953,00	1.271,38	435.224,38	67.317,47	289.396,40	67.317,47	289.396,40	66,49	145.827,98

90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	433.953,00	1.271,38	435.224,38	67.317,47	289.396,40	67.317,47	289.396,40	66,49	145.827,98
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00	4.009.369,99	19.406.417,90	5.070.668,06	14.699.366,19	52,50	13.300.633,81
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) =(X+XI)	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00	4.009.369,99	19.406.417,90	5.070.668,06	14.699.366,19	52,50	13.300.633,81
100	SUPERÁVIT (XIII)		---			-	-	1.478.959,65 - -		

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
101 TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00	4.009.369,99	19.406.417,90	5.070.668,06	16.178.325,84	- -
CAMPO ATO DECLARATÓRIO		DATA DA PUBLICAÇÃO		MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)				
Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei 102 Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		30/09/2014		JORNAL DA AMM				
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.								
Fonte:								
Nota:								

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409292483700504613
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.566.047,00	27.564.775,62	3.942.052,52	19.117.021,50	5.003.350,59	14.409.969,79	98,03	52,28	13.154.805,83
2	00001	Legislativa	1.101.644,13	1.149.965,09	157.979,57	693.620,64	168.277,17	668.467,44	4,55	58,13	481.497,65
3	01031	Ação Legislativa	1.101.644,13	1.149.965,09	157.979,57	693.620,64	168.277,17	668.467,44	4,55	58,13	481.497,65
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	6.308.143,86	7.113.607,53	863.938,75	5.635.196,34	1.503.316,60	4.563.758,00	31,05	64,16	2.549.849,53
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	6.294.643,86	7.052.307,53	863.938,75	5.586.396,34	1.503.316,60	4.514.958,00	30,72	64,02	2.537.349,53
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	04244	Assistência Comunitária	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
24	04304	Vigilância Sanitária	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
25	04541	Preservação e Conservação Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
26	04695	Turismo	4.000,00	51.800,00	0,00	48.800,00	0,00	48.800,00	0,33	94,21	3.000,00
27	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	06181	Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

36	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	00008	Assistência Social	1.411.139,00	1.454.938,49	196.454,24	792.901,31	189.167,95	623.580,40	4,24	42,86	831.358,09

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R$ 1,00	
39	08241	Assistência ao Idoso	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
40	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
41	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	123.794,00	130.794,00	16.498,35	78.137,19	17.698,35	74.537,19	0,51	56,99	56.256,81
42	08244	Assistência Comunitária	1.109.345,00	1.155.186,89	171.207,96	656.595,51	159.237,23	500.257,81	3,40	43,31	654.929,08
43	08122	Administração Geral	163.000,00	153.957,60	8.747,93	58.168,61	12.232,37	48.785,40	0,33	31,69	105.172,20
44	00009	Previdência Social	399.900,00	399.900,00	18.047,64	129.511,73	27.728,50	110.150,01	0,75	27,54	289.749,99
45	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	09272	Previdência do Regime Estatutário	399.900,00	399.900,00	18.047,64	129.511,73	27.728,50	110.150,01	0,75	27,54	289.749,99
47	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	00010	Saúde	5.954.967,39	5.907.815,33	1.146.902,60	4.513.021,69	1.238.534,14	3.399.471,74	23,13	57,54	2.508.343,59
50	10301	Atenção Básica	5.837.567,39	5.790.415,33	1.139.795,65	4.453.915,54	1.226.227,19	3.355.965,59	22,83	57,96	2.434.449,74
51	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	10304	Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
54	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	10244	Assistência Comunitária	87.000,00	87.000,00	7.106,95	59.106,15	12.306,95	43.506,15	0,30	50,01	43.493,85
57	10423	Assistência aos Povos Indígenas	25.400,00	25.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.400,00
58	00011	Trabalho	300.000,00	300.000,00	0,00	280.303,92	35.162,98	147.696,25	1,00	49,23	152.303,75
59	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	300.000,00	300.000,00	0,00	280.303,92	35.162,98	147.696,25	1,00	49,23	152.303,75
60	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	00012	Educação	7.321.600,62	7.128.375,33	1.047.646,82	4.919.863,22	1.226.322,08	3.539.256,22	24,08	49,65	3.589.119,11
64	12361	Ensino Fundamental	6.630.964,62	6.415.083,33	1.044.298,10	4.550.596,92	1.166.372,48	3.315.417,08	22,55	51,68	3.099.666,25
65	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	12364	Ensino Superior	23.000,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
68	12365	Educação Infantil	267.900,00	313.400,00	420,22	38.698,11	3.031,00	30.153,90	0,21	9,62	283.246,10
69	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	12367	Educação Especial	26.500,00	20.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.500,00
71	12306	Alimentação e Nutrição	373.236,00	379.242,00	2.928,50	330.568,19	56.918,60	193.685,24	1,32	51,07	185.556,76
72	00013	Cultura	194.809,00	204.093,97	110.893,41	176.020,53	119.324,92	158.644,53	1,08	77,73	45.449,44
73	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	13392	Difusão Cultural	134.809,00	110.104,79	17.493,41	82.620,53	25.924,92	65.244,53	0,44	59,26	44.860,26
75	13122	Administração Geral	60.000,00	93.989,18	93.400,00	93.400,00	93.400,00	93.400,00	0,64	99,37	589,18
76	00014	Direitos da Cidadania	57.878,00	207.858,00	155.377,10	170.544,26	5.377,10	20.544,26	0,14	9,88	187.313,74
77	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	14423	Assistência aos Povos Indígenas	57.878,00	207.858,00	155.377,10	170.544,26	5.377,10	20.544,26	0,14	9,88	187.313,74
80	00015	Urbanismo	1.626.000,00	1.204.365,47	68.818,64	578.211,00	166.186,74	286.335,82	1,95	23,77	918.029,65

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R$ 1,00	
81	15451	Infra-Estrutura Urbana	1.618.000,00	1.196.365,47	68.818,64	578.211,00	166.186,74	286.335,82	1,95	23,93	910.029,65
82	15452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	15695	Turismo	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
85	00016	Habitação	71.425,00	71.425,00	9.370,09	28.682,04	9.370,09	28.682,04	0,20	40,16	42.742,96
86	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	16482	Habitação Urbana	71.425,00	71.425,00	9.370,09	28.682,04	9.370,09	28.682,04	0,20	40,16	42.742,96
88	00017	Saneamento	467.555,00	385.578,44	18.159,73	228.167,04	34.649,06	147.972,31	1,01	38,38	237.606,13
89	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	17512	Saneamento Básico Urbano	467.555,00	385.578,44	18.159,73	228.167,04	34.649,06	147.972,31	1,01	38,38	237.606,13
91	00018	Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
92	18541	Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
93	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	00020	Agricultura	844.091,00	885.134,41	61.796,83	449.327,43	176.394,18	330.746,68	2,25	37,37	554.387,73
102	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	20606	Extensão Rural	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	20122	Administração Geral	397.091,00	432.416,41	53.806,83	229.572,93	50.497,18	204.849,68	1,39	47,37	227.566,73
110	20244	Assistência Comunitária	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
111	20541	Preservação e Conservação Ambiental	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
112	20608	Promoção da Produção Agropecuária	422.000,00	428.818,00	7.990,00	219.754,50	125.897,00	125.897,00	0,86	29,36	302.921,00
113	20661	Promoção Industrial	11.000,00	10.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.900,00
114	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

120	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R$ 1,00	
123	00023	Comércio e Serviços	65.200,00	50.200,00	0,00	21.933,25	0,00	20.000,00	0,14	39,84	30.200,00
124	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	23692	Comercialização	20.200,00	20.200,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,14	99,01	200,00
126	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	23695	Turismo	40.000,00	25.000,00	0,00	1.933,25	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
129	23122	Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
130	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00025	Energia	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	25752	Energia Elétrica	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	00026	Transporte	734.000,00	733.412,46	71.156,62	231.972,20	70.156,62	230.972,20	1,57	31,49	502.440,26
139	26781	Transporte Aéreo	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	26782	Transporte Rodoviário	732.000,00	732.412,46	71.156,62	231.972,20	70.156,62	230.972,20	1,57	31,54	501.440,26
141	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	26451	Infra-Estrutura Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
145	00027	Desporto e Lazer	183.694,00	144.226,12	15.510,48	59.744,90	17.903,96	59.466,30	0,40	41,23	84.759,82
146	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	27812	Desporto Comunitário	166.694,00	142.626,12	15.510,48	59.744,90	17.903,96	59.466,30	0,40	41,69	83.159,82
148	27813	Lazer	1.000,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
149	27361	Ensino Fundamental	16.000,00	1.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550,00
150	00028	Encargos Especiais	235.000,00	208.000,00	0,00	208.000,00	15.478,50	74.225,59	0,50	35,69	133.774,41
151	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	28843	Serviço da Dívida Interna	235.000,00	208.000,00	0,00	208.000,00	15.478,50	74.225,59	0,50	35,69	133.774,41
154	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	280.000,00	10.879,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.879,98
159		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	433.953,00	435.224,38	67.317,47	289.396,40	67.317,47	289.396,40	1,97	66,49	145.827,98
161	00001	Legislativa	17.000,00	17.000,00	2.084,04	9.911,65	2.084,04	9.911,65	0,07	58,30	7.088,35
162	01031	Ação Legislativa	17.000,00	17.000,00	2.084,04	9.911,65	2.084,04	9.911,65	0,07	58,30	7.088,35
163	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R$ 1,00	
165	00004	Administração	97.706,00	96.706,00	16.469,73	70.765,52	16.469,73	70.765,52	0,48	73,18	25.940,48
166	04122	Administração Geral	97.706,00	96.706,00	16.469,73	70.765,52	16.469,73	70.765,52	0,48	73,18	25.940,48
167	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00008	Assistência Social	30.502,00	30.502,00	1.977,23	9.893,80	1.977,23	9.893,80	0,07	33,54	20.608,20
171	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
172	08244	Assistência Comunitária	29.502,00	29.502,00	1.977,23	9.893,80	1.977,23	9.893,80	0,07	33,54	19.608,20
173	00009	Previdência Social	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
174	09272	Previdência do Regime Estaturário	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
175	00010	Saúde	106.257,00	108.866,50	20.676,65	85.686,37	20.676,65	85.686,37	0,58	78,71	23.180,13
176	10301	Atenção Básica	106.257,00	108.866,50	20.676,65	85.686,37	20.676,65	85.686,37	0,58	78,71	23.180,13
177	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00012	Educação	165.807,00	164.807,00	23.215,41	103.175,18	23.215,41	103.175,18	0,70	62,83	61.631,82
179	12361	Ensino Fundamental	164.707,00	164.207,00	23.215,41	103.175,18	23.215,41	103.175,18	0,70	62,83	61.031,82
180	12365	Educação Infantil	1.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
181	12367	Educação Especial	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
182	00013	Cultura	1.670,00	2.331,88	940,17	2.312,50	940,17	2.312,50	0,02	99,17	19,38
183	13392	Difusão Cultural	1.670,00	2.331,88	940,17	2.312,50	940,17	2.312,50	0,02	99,17	19,38
184	00014	Direitos da Cidadania	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
185	14423	Assistência aos Povos Indígenas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
186	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
187	00016	Habitação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
188	16482	Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
189	00017	Saneamento	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
190	17512	Saneamento Básico Urbano	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
191	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
193	00020	Agricultura	10.899,00	10.899,00	1.511,02	6.303,36	1.511,02	6.303,36	0,04	57,83	4.595,64
194	20122	Administração Geral	10.899,00	10.899,00	1.511,02	6.303,36	1.511,02	6.303,36	0,04	57,83	4.595,64
195	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
197	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
198	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
199	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
200	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
201	00027	Desporto e Lazer	2.012,00	2.012,00	443,22	1.348,02	443,22	1.348,02	0,01	67,00	663,98
202	27812	Desporto Comunitário	2.012,00	2.012,00	443,22	1.348,02	443,22	1.348,02	0,01	67,00	663,98

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
203	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
204		TOTAL (III) = (I + II)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.009.369,99	19.406.417,90	5.070.668,06	14.699.366,19	100,00	118,77	13.300.633,81
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.											
Fonte:											
Nota:											

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO								
CNPJ: 01.614.539/0001-01								
Exercício: 2014								
Período de referência: SET/2013 a AGO/ 2014								
CVA: 201409291248370050461 3								
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	1.602.450,07	2.153.819,07	1.823.828,77	2.170.331,97	2.936.385,64	2.000.992,92	1.709.833,14
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	149.753,98	173.849,94	108.774,66	255.055,78	171.373,15	226.873,47	105.910,42
3	IPTU	6.811,31	3.906,84	1.246,64	3.926,64	106,83	0,00	159,43
4	ISS	26.807,95	27.483,57	45.891,42	43.027,91	48.762,26	54.307,62	34.209,78
5	ITBI	68.769,36	75.969,36	11.862,85	169.111,32	106.682,38	65.409,51	25.499,57
6	IRRF	39.532,25	58.967,82	44.705,51	37.044,10	12.165,76	65.784,09	37.394,89
7	Outras Receitas Tributárias	7.833,11	7.522,35	5.068,24	1.945,81	3.655,92	41.372,25	8.646,75
8	Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	498,09	58.047,41	0,00
9	Receita Patrimonial	10.754,84	12.194,59	10.630,42	10.870,48	15.007,91	58.340,95	17.660,75
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	59.690,73	50.389,22	39.097,28	38.818,69	29.253,80	38.382,87	33.193,44
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	1.323.191,67	1.854.071,10	1.586.189,33	1.823.117,71	2.667.847,85	1.542.494,61	1.470.297,41
14	Cota-Parte do FPM	331.863,05	331.867,80	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29
15	Cota-Parte do ICMS	593.737,71	827.534,26	666.717,94	702.850,07	877.666,86	595.733,79	671.260,35
16	Cota-Parte do IPVA	13.545,19	11.699,36	5.607,44	3.288,31	13.035,09	45.184,33	54.840,96
17	Cota-Parte do ITR	30.371,46	314.319,29	69.684,98	59.003,64	62.945,39	5.610,89	311,95
18	Transferências da LC 87/1996	4.104,27	4.104,27	4.104,27	4.104,27	4.256,25	4.256,25	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	126.119,12	167.013,17	144.120,85	154.917,96	215.442,21	165.849,55	149.213,74
21	Outras Transferências Correntes	223.450,87	197.532,95	234.332,46	202.543,32	927.906,74	120.818,89	235.763,12
22	Outras Receitas Correntes	59.058,85	63.314,22	79.137,08	42.469,31	52.404,84	76.853,61	82.771,12
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	194.724,19	297.904,89	241.547,11	249.074,99	305.397,80	309.212,56	217.064,02
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	498,09	58.047,41	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	194.724,19	297.904,89	241.547,11	249.074,99	304.899,71	251.165,15	217.064,02
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) =(1-23)	1.407.725,88	1.855.914,18	1.582.281,66	1.921.256,98	2.630.987,84	1.691.780,36	1.492.769,12
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2014	Maio 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	2.183.073,64	2.235.187,13	1.828.343,82	2.298.835,06	2.088.950,53	25.032.031,76	24.137.181,81
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	219.598,99	346.417,28	174.421,86	416.952,84	292.747,78	2.641.730,15	2.836.503,26
30	IPTU	63.851,58	145.595,78	18.465,90	15.989,70	8.965,42	269.026,07	287.878,62
31	ISS	44.335,36	54.618,78	66.042,74	54.165,51	89.507,30	589.160,20	435.939,46
32	ITBI	72.640,72	95.713,54	64.269,46	297.875,06	144.278,29	1.198.081,42	1.109.176,03
33	IRRF	33.932,32	42.582,81	17.283,07	44.613,51	46.680,02	480.686,15	653.138,56
34	Outras Receitas Tributárias	4.839,01	7.906,37	8.360,69	4.309,06	3.316,75	104.776,31	350.370,59
35	Receita de Contribuições	56.844,86	29.201,41	27.527,69	34.485,38	29.876,47	236.481,31	282.693,36
36	Receita Patrimonial	69.067,25	50.489,47	45.470,58	52.495,04	44.233,95	397.216,23	108.168,68
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	28.332,12	41.987,75	29.190,12	47.358,60	41.777,41	477.472,03	353.409,60
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	1.728.860,76	1.675.260,51	1.454.966,47	1.690.188,69	1.611.106,05	20.427.592,16	20.274.769,26

41	Cota-Parte do FPM	409.632,24	545.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	5.495.946,52	5.960.416,44
42	Cota-Parte do ICMS	852.858,77	706.213,95	648.382,21	950.839,56	803.554,02	8.897.349,49	8.593.596,19
43	Cota-Parte do IPVA	42.783,07	50.606,06	47.611,60	29.511,67	19.585,93	337.299,01	349.433,74
44	Cota-Parte do ITR	4.886,98	731,93	1.717,55	14.084,58	2.026,30	565.694,94	71.786,33
45	Transferências da LC 87/1996	4.256,25	4.256,25	4.256,25	4.256,25	4.256,25	46.210,83	37.549,77
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	720,93	0,00	720,93	36.533,72
47	Transferências do FUNDEB	184.036,05	177.126,87	151.243,45	155.196,09	202.104,19	1.992.383,25	1.913.403,75
48	Outras Transferências Correntes	230.407,40	190.440,12	192.376,64	183.975,04	152.439,64	3.091.987,19	3.312.049,32
49	Outras Receitas Correntes	80.369,66	91.830,71	96.767,10	57.354,51	69.208,87	851.539,88	281.637,65
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	319.728,24	302.118,70	261.248,07	310.809,07	292.787,53	3.301.617,17	3.161.556,49
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	56.844,86	29.201,41	27.527,69	29.230,33	29.876,47	231.226,26	159.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	262.883,38	272.917,29	233.720,38	281.578,74	262.911,06	3.070.390,91	3.002.556,49
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	1.863.345,40	1.933.068,43	1.567.095,75	1.988.025,99	1.796.163,00	21.730.414,59	20.975.625,32
Fonte:								
Nota:								

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO						
CNPJ: 01.614.539/0001-01						
Exercício: 2014						
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO						
CVA: 201409291248370050461 3						
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	199.800,00	199.800,00	117.254,15	434.922,72	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	199.800,00	199.800,00	117.254,15	434.922,72	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	159.000,00	159.000,00	59.106,80	231.226,26	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	159.000,00	159.000,00	59.106,80	231.226,26	0,00
5	Ativo	159.000,00	159.000,00	59.106,80	231.226,26	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	40.100,00	40.100,00	58.147,35	203.672,07	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	40.100,00	40.100,00	58.147,35	203.672,07	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	700,00	700,00	0,00	24,39	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	700,00	700,00	0,00	24,39	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	200.200,00	200.200,00	72.364,63	321.438,18	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	400.000,00	400.000,00	189.618,78	756.360,90	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	261.300,00	341.300,00	27.728,50	110.150,01	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	261.300,00	341.300,00	27.728,50	110.150,01	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	212.000,00	212.000,00	17.432,24	68.595,07	0,00
34	Aposentadorias	81.000,00	81.000,00	7.815,00	26.916,00	0,00
35	Pensões	41.000,00	41.000,00	1.448,00	5.792,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	90.000,00	90.000,00	8.169,24	35.887,07	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	49.300,00	129.300,00	10.296,26	41.554,94	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	49.300,00	129.300,00	10.296,26	41.554,94	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	261.400,00	341.400,00	27.728,50	110.150,01	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) =(27-45)	138.600,00	58.600,00	161.890,28	646.210,89	0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RESERVA ORÇAMENTÁRIA					
CAMPO	DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
56	Valor		58.600,00			

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		Em Jul/2014	Em. Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	200.200,00	200.200,00	72.364,63	321.438,18	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	199.100,00	199.100,00	70.529,04	308.412,90	0,00
63	Patronal = (64+68)	159.000,00	159.000,00	64.687,29	277.955,50	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	159.000,00	159.000,00	64.687,29	277.955,50	0,00
65	Ativo	150.000,00	150.000,00	62.465,32	268.446,04	0,00
66	Inativo	9.000,00	9.000,00	2.004,25	9.291,74	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	217,72	217,72	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	10.100,00	10.100,00	3.718,39	14.513,40	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	30.000,00	30.000,00	2.123,36	15.944,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	1.100,00	1.100,00	1.835,59	13.025,28	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) =(61+77-81)	200.200,00	200.200,00	72.364,63	321.438,18	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO FINANCEIRO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados =(90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
142	Valor		0,00			
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			Em. Ago/2014		Em31 /Dez/2013	
143	CAIXA	0,00	0,00		0,00	
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.416.939,50	3.323.412,03		0,00	
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00		0,00	
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00		0,00	
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) =(148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) =(147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre.

					2014	2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO				
CNPJ: 01.614.539/0001-01				
Exercício: 2014				
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO				
CVA: 201409291248370050461 3				
RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	90.936,91	57.200,15	45.680,60
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	4.319.078,39	6.138.650,66	4.492.735,80
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.739.381,67	7.123.102,81	6.236.783,09
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	420.303,28	984.452,15	1.744.047,29
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.228.141,48	-6.081.450,51	-4.447.055,20
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	90.936,91	57.200,15	45.680,60
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.319.078,39	-6.138.650,66	-4.492.735,80
CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)	
10	VALOR	1.645.914,86		-173.657,41
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE		
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	-	-	-
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	4.468,98	17.798,29	20.639,74
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte:				
Nota:				

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO					
CNPJ: 01.614.539/0001-01					
Exercício: 2014					
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO					
CVA: 201409292483700504613					
RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) =(2+8+11+14+19)	21.226.656,64	3.818.931,43	15.163.134,43	12.282.408,45
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	2.836.503,26	709.700,62	1.954.295,79	1.523.919,68
3	IPTU	287.878,62	24.955,12	253.134,64	188.686,56
4	ISS	435.939,46	143.672,81	445.949,35	273.727,94
5	ITBI	1.109.176,03	442.153,35	872.368,53	684.470,58
6	IRRF	658.138,56	91.293,53	300.436,47	268.520,34
7	Outras Receitas Tributárias	345.370,59	7.625,81	82.406,80	108.514,26
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	481.793,36	134.890,89	544.894,21	76,04
9	Receitas Previdenciárias	159.000,00	59.106,80	231.226,26	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	322.793,36	75.784,09	313.667,95	76,04
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita Patrimonial	108.168,68	96.728,99	352.765,90	191.139,78
13	(-) Aplicações Financeiras	108.168,68	96.728,99	352.765,90	191.139,78
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	17.272.212,77	2.756.804,94	11.753.882,62	9.964.138,78
15	FPM	4.768.333,16	599.877,20	2.893.399,34	2.689.610,08
16	ICMS	6.874.876,95	1.403.514,90	4.885.207,74	4.325.840,75
17	Convênios	890.562,65	59.190,48	621.153,59	0,00
18	Outras Transferências Correntes	4.738.440,01	694.222,36	3.354.121,95	2.948.687,95
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	636.147,25	217.534,98	910.061,81	794.273,95
20	Dívida Ativa	214.994,08	28.792,62	147.389,15	132.765,81
21	Diversas Receitas Correntes	421.153,17	188.742,36	762.672,66	661.508,14
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	6.660.757,06	0,00	662.425,51	66.740,70
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	6.660.757,06	0,00	662.425,51	66.740,70
27	Convênios.	6.514.730,45	0,00	662.425,51	0,00
28	Outras Transferências de Capital	146.026,61	0,00	0,00	66.740,70
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	6.660.757,06	0,00	662.425,51	66.740,70
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	27.887.413,70	3.818.931,43	15.825.559,94	12.349.149,15
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	23.403.419,14	4.169.056,81	13.423.873,50	12.165.651,90
33	Pessoal e Encargos Sociais	11.224.762,49	1.973.466,82	6.682.993,24	5.562.357,93
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	12.178.656,65	2.195.589,99	6.740.880,26	6.603.293,97
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	23.403.419,14	4.169.056,81	13.423.873,50	12.165.651,90
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	4.527.100,88	901.611,25	1.275.492,69	552.587,28
38	Investimentos	4.319.100,88	886.132,75	1.201.267,10	412.781,33
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	208.000,00	15.478,50	74.225,59	139.805,95
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	4.319.100,88	886.132,75	1.201.267,10	412.781,33
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	69.749,98 -	-	-	
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) =(X+XV+XVI+XVII)	27.792.270,00	5.055.189,56	14.625.140,60	12.578.433,23
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	95.143,70	-1.236.258,13	1.200.419,34	-229.284,08
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE		
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00
Fonte:					
Nota:					

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO												
CNPJ: 01.614.539/0001-01												
Exercício: 2014												
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO												
CVA: 201409291248370050461 3												
RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	PODER/ÓRGÃO	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em . Exercícios Anteriores.	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	116.594,67	304.316,69	293.020,95	0,00	127.890,41	3.139.081,38	331.409,39	1.169.505,39	1.165.770,92	0,00	2.304.719,85
2	EXECUTIVO	116.594,67	304.316,69	293.020,95	0,00	127.890,41	3.139.081,38	323.046,39	1.161.142,39	1.157.407,92	0,00	2.304.719,85
3	GABINETE DO PREFEITO	2.964,84	2.617,08	2.617,08	0,00	2.964,84	4.530,93	0,00	0,00	0,00	0,00	4.530,93
4	SECRE. MUNIC. DE PLANEJAMENTO E GESTAO	2.951,37	0,00	0,00	0,00	2.951,37	77.767,53	0,00	0,00	0,00	0,00	77.767,53
5	SECRE. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA.DESPORTO	2.992,88	0,00	0,00	0,00	2.992,88	165.331,85	0,00	48.852,91	48.852,91	0,00	116.478,94
6	SECRE. MUNIC. DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	1.375,18	0,00	0,00	0,00	1.375,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	SECRE. MUNIC. DE EDUCAÇAO	436,25	0,00	0,00	0,00	436,25	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
8	SECRE. MUNIC. DE SAUDE	195,00	0,00	0,00	0,00	195,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	SECRE. MUNIC. DE EDUCAÇAO CULTURA E DESPORTO	0,00	131.233,40	129.347,57	0,00	1.885,83	0,00	287.221,45	257.857,08	257.857,08	0,00	29.364,37
10	SECRE. MUNIC. DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE	1.057,85	0,00	0,00	0,00	1.057,85	1.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330,00
11	SECRE. MUNIC. DE AGRICULTURA E DESENV.	1.266,13	0,00	0,00	0,00	1.266,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	SECRE. MUNIC. DE AÇÃO SOCIAL	1.269,90	0,00	0,00	0,00	1.269,90	1.836,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.836,81
13	SECRE. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO	23.978,56	2.094,74	2.094,74	0,00	23.978,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	SECRE. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	499,80	492,35	0,00	7,45	0,00	5.804,52	5.804,52	5.804,52	0,00	0,00
15	SECRE. MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO	0,00	1.832,60	1.761,29	0,00	71,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	SECRE. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	1.830,66	0,00	0,00	0,00	1.830,66	2.309,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.309,15
17	SECRE. MUNIC. DE FINANÇAS	14.613,41	29.865,67	24.327,69	0,00	20.151,39	11.149,59	0,00	0,00	0,00	0,00	11.149,59
18	SECRE. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA	21.844,72	0,00	0,00	0,00	21.844,72	752,84	0,00	0,00	0,00	0,00	752,84
19	SECRE. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	133,62	81.907,38	79.936,70	0,00	2.104,30	573.670,41	27.184,42	465.869,96	465.869,96	0,00	134.984,87
20	SECRE. MUNIC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	14.356,87	0,00	0,00	0,00	14.356,87	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
21	SECRE. MUNIC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.857,07	0,00	0,00	0,00	2.857,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	SECRE. MUNIC. DE SAUDE	22.470,36	54.266,02	52.443,53	0,00	24.292,85	2.268.002,27	2.836,00	382.757,92	379.023,45	0,00	1.891.814,82
23	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.363,00	8.363,00	8.363,00	0,00	0,00
24	CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.363,00	8.363,00	8.363,00	0,00	0,00
25	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	3.860,90	0,00	0,00	0,00	3.860,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	EXECUTIVO.	3.860,90	0,00	0,00	0,00	3.860,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	SECRE. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.230,68	0,00	0,00	0,00	3.230,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	SECRE. MUNICIPAL DE SAÚDE	630,22	0,00	0,00	0,00	630,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
29	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	TOTAL (III) = (I +II)	120.455,57	304.316,69	293.020,95	0,00	131.751,31	3.139.081,38	331.409,39	1.169.505,39	1.165.770,92	0,00	2.304.719,85
Fonte:												
Nota:												

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO					
CNPJ: 01.614.539/0001-01					
Exercício: 2014					
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO					
CVA: 201409291248370050 4613					
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) =(I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	19.450.923,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 01.614.539/0001-01			
Exercício: 2014			
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO			
CVA: 201409291248370050 4613			
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	28.000.000,00
3	Previsão Atualizada	-	28.000.000,00
4	Receitas Realizadas	3.915.660,42	16.178.325,84
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	28.000.000,00
9	Créditos Adicionais	-	0,00
10	Dotação Atualizada	-	28.000.000,00
11	Despesas Empenhadas	4.009.369,99	19.406.417,90
12	Despesas Liquidadas	5.070.668,06	14.699.366,19
13	Superávit Orçamentário	-	1.478.959,65
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre

14	Despesas Empenhadas	4.009.369,99	19.406.417,90
15	Despesas Liquidadas	5.070.668,06	14.699.366,19
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre	
16	Receita Corrente Líquida		21.730.414,59
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	189.618,78	756.360,90
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	27.728,50	110.150,01
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	161.890,28	646.210,89
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	0,00	-173.657,41	0,00
31	Resultado Primário	0,00	1.200.419,34	0,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	424.772,26	0,00	293.020,95	131.751,31
33	Poder Executivo	424.772,26	0,00	293.020,95	131.751,31
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.470.490,77	0,00	1.165.770,92	2.304.719,85
36	Poder Executivo.	3.462.127,77	0,00	1.157.407,92	2.304.719,85
37	Poder Legislativo.	8.363,00	0,00	8.363,00	0,00
38	TOTAL	3.895.263,03	0,00	1.458.791,87	2.436.471,16

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)				R$ 1,00
CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00

[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

Publicado por:
Karyen Gotardo
Código Identificador:54E15FCE

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF 2º QUADRIMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA:

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	10.498.510,80	0,00
2	Pessoal Ativo	9.580.264,55	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	51.723,67	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	866.522,58	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.498.510,80	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		10.498.510,80
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		21.730.414,59
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		48,31
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		11.734.423,88
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)		11.147.702,68
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		10.560.981,49
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o		
17	art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.			
Fonte:			
Nota:			

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014

Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA:

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.										
Fonte:										
Nota:										

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA
CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA:

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	262.136,53	57.200,15	45.680,60
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	0,00	57.200,15	45.680,60
4	Interna	0,00	57.200,15	45.680,60
5	Externa	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	262.136,53	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	4.219.511,05	6.173.178,71	4.492.735,80
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.479.446,36	6.940.852,63	6.236.783,09
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	259.935,31	767.673,92	1.744.047,29
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-3.957.374,52	-6.115.978,56	-4.447.055,20
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.450.923,31	20.928.195,78	21.730.414,59
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	1,35	0,27	0,21
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-20,35	-29,22	-20,46
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%			26.076.497,51
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%			23.468.847,76
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	909.326,91	57.200,15	45.680,60
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	909.326,91	57.200,15	45.680,60
21	De Tributos	0,00	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	909.326,91	57.200,15	45.680,60
23	Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
24	Demais Contribuições Sociais	909.326,91	57.200,15	45.680,60
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre

31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
33	DEPÓSITOS	229.155,94	226.579,38	246.203,94
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	3.470.490,77	8.726.213,51	6.988.675,37
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA -ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	0,00	0,00
37	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	-	-	-
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
41	Investimentos	0,00	0,00	0,00
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	4.468,98	14.861,14	20.639,74
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	4.468,98	14.861,14	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	0,00	0,00	0,00
[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.				
Fonte:				
Nota:				

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA:

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1	.												
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO												
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3	.												
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:													
Nota:													

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA:

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO						
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014
CVA:

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.450.923,31	20.928.195,78	21.730.414,59
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	4.279.203,13	4.604.203,07	4.780.691,21
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	3.851.282,82	4.143.782,76	4.302.622,09
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :			
[1] Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.				
Fonte:				
Nota:				

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA:

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00

28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal,Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.730.414,59	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.476.866,33	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	3.129.179,70	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.521.129,02	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte:			
Nota:			

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: GAUCHA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.614.539/0001-01
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA:

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	10.498.510,80	48,31
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	11.734.423,88	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	11.147.702,68	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-4.447.055,20	-20,46
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.076.497,51	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.780.691,21	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.476.866,33	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. Da Receita	1.521.129,02	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-
Fonte:			
Nota:			

GAUCHA DO NORTE, 29/09/2014

NILSON FRANCISCO ALESSIO
Prefeito Municipal
CPF.: 401.167.199-15

CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI
Contador
CPF.: 47654490925

CLEUSA PETREKIC
Secretaria Mun. de Finanças
CPF.: 02692381157

Publicado por:
Karyen Gotardo
Código Identificador:B247D0AE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF 2° QUAD. 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201409301015190010259 9

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	10.684.324,82	0,00
2	Pessoal Ativo	10.675.119,46	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	9.205,36	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	79.538,05	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	70.332,69	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.205,36	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.604.786,77	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		10.604.786,77
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		23.478.203,20
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		45,17
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		12.678.229,73
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)		12.044.318,24
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		11.410.406,76
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	30/09/2014	MURAL DA PREFEITURA
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.			
Fonte:			
Nota:			

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun De Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201409301015190010259 9

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.										
Fonte:										
Nota:										

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00
MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun De Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20
JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301015190010259 9

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	31.169,58	25.748,78	1.266.827,98
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	31.169,58	25.748,78	1.266.827,98
4	Interna	31.169,58	25.748,78	1.266.827,98
5	Externa	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	6.558.389,55	9.763.909,90	7.140.263,93
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	6.558.389,55	9.764.764,60	7.141.439,63
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	1.706,30	579,30
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	2.561,00	1.755,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-6.527.219,97	-9.738.161,12	-5.873.435,95
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.672.152,29	21.717.831,02	23.478.203,20
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,16	0,12	5,40
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-33,18	-44,84	-25,02
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%			28.173.843,84
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%			25.356.459,46
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	0,00	25.748,78	1.266.827,98
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	0,00	25.748,78	20.327,98
21	De Tributos	0,00	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	0,00	25.748,78	20.327,98
23	Previdenciárias	0,00	25.748,78	20.327,98
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00

27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	1.246.500,00
28	Interna.	0,00	0,00	1.246.500,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
33	DEPÓSITOS	0,00	73.476,47	98.042,80
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	0,00	638.219,50	413.953,29
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	6.760.457,81	0,00
37	Passivo Atuarial	0,00	6.760.457,81	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	0,00	4.833.873,57	5.535.592,74
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	45.582,44	38.770,15
41	Investimentos	0,00	4.787.228,63	5.495.675,31
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	1.062,50	1.147,28
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	0,00	1.926.584,24	-5.535.592,74

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte:

Nota:

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00
MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun De Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20
JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301015190010259 9

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA												
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1	.												
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO												
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3	.												
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun De Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20
JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301015190010259 9

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO						
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00
MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun De Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20
JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014
CVA: 201409301015190010259 9

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.672.152,29	21.717.831,02	23.478.203,20
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	4.327.873,50	4.777.922,82	5.165.204,70
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	3.895.086,15	4.300.130,54	4.648.684,23
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :			
[1] Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.				
Fonte:				
Nota:				

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun De Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301015190010259 9

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	1.246.500,00	1.246.500,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	1.246.500,00	1.246.500,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	1.246.500,00	1.246.500,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00

14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	1.246.500,00	1.246.500,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	23.478.203,20	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	1.246.500,00	5,31
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.756.512,51	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	3.380.861,26	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.643.474,22	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.246.500,00	5,31
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte:			
Nota:			

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun De Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409301015190010259 9

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	10.604.786,77	45,17
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	12.678.229,73	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	12.044.318,24	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-5.873.435,95	-25,02
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	28.173.843,84	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.165.204,70	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	1.246.500,00	5,31
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.756.512,51	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.643.474,22	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)

12	Valor Total		-	-
Fonte:				
Nota:				

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun De Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

Publicado por:
Weldejaison Bonfim Costa
Código Identificador:2FD4BCA9

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO 4° BIMESTRE 2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409300822010050421 6

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.408.200,00	29.408.200,00	5.488.383,48	18,66	17.877.599,47	60,79	11.530.600,53
2	RECEITAS CORRENTES	26.320.200,00	26.320.200,00	5.137.637,42	19,52	17.079.483,47	64,89	9.240.716,53
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.977.730,00	2.977.730,00	1.625.334,29	54,58	3.436.830,84	115,42	-459.100,84
4	Impostos	2.583.230,00	2.583.230,00	1.603.055,58	62,06	3.233.613,50	125,18	-650.383,50
5	Taxas	344.500,00	344.500,00	20.978,45	6,09	197.566,80	57,35	146.933,20
6	Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	1.300,26	2,60	5.650,54	11,30	44.349,46
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	683.600,00	683.600,00	96.404,52	14,10	348.321,90	50,95	335.278,10
8	Contribuições Sociais	583.600,00	583.600,00	89.564,15	15,35	304.042,88	52,10	279.557,12
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	100.000,00	100.000,00	6.840,37	6,84	44.279,02	44,28	55.720,98
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	701.790,00	701.790,00	49.049,13	6,99	164.206,33	23,40	537.583,67
12	Receitas Imobiliárias	691.990,00	691.990,00	49.049,13	7,09	164.206,33	23,73	527.783,67
13	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	9.800,00	9.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.800,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	595.000,00	595.000,00	89.599,85	15,06	319.424,39	53,68	275.575,61
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.682.680,00	20.682.680,00	3.251.451,16	15,72	12.620.135,79	61,02	8.062.544,21
30	Transferências Intergovernamentais	20.265.574,00	20.265.574,00	3.222.983,87	15,90	12.400.888,44	61,19	7.864.685,56
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	417.106,00	417.106,00	28.467,29	6,82	219.247,35	52,56	197.858,65
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	679.400,00	679.400,00	25.798,47	3,80	190.564,22	28,05	488.835,78
37	Multas e Juros de Mora	221.400,00	221.400,00	8.570,59	3,87	56.761,61	25,64	164.638,39
38	Indenizações e Restituições	61.200,00	61.200,00	3.486,71	5,70	11.619,62	18,99	49.580,38
39	Receita da Dívida Ativa	382.000,00	382.000,00	13.565,22	3,55	118.835,83	31,11	263.164,17
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	14.800,00	14.800,00	175,95	1,19	3.347,16	22,62	11.452,84

42	RECEITAS DE CAPITAL	3.088.000,00	3.088.000,00	350.746,06	11,36	798.116,00	25,85	2.289.884,00
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	9.100,00	9,10	90.900,00
47	Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	9.100,00	9,10	90.900,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.988.000,00	2.988.000,00	350.746,06	11,74	789.016,00	26,41	2.198.984,00
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	428.000,00	428.000,00	244.800,00	57,20	347.616,00	81,22	80.384,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	2.560.000,00	2.560.000,00	105.946,06	4,14	441.400,00	17,24	2.118.600,00
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	714.600,00	714.600,00	118.151,07	0,00	390.415,21	0,00	324.184,79
63	Contribuições Patronais RPPS	714.600,00	714.600,00	118.151,07	16,53	390.415,21	54,63	324.184,79
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	30.122.800,00	30.122.800,00	5.606.534,55	18,61	18.268.014,68	60,65	11.854.785,32
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	30.122.800,00	30.122.800,00	5.606.534,55	18,61	18.268.014,68	60,65	11.854.785,32
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	30.122.800,00	30.122.800,00	5.606.534,55	18,61	18.268.014,68	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.053.400,00	925.388,43	29.978.788,43	3.041.463,74	18.115.405,15	3.780.046,12	12.147.163,81	40,52	17.831.624,62
79	DESPESAS CORRENTES	22.207.890,00	-653.806,99	21.554.083,01	2.690.599,63	15.626.785,35	3.655.667,46	11.902.495,06	55,22	9.651.587,95
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.337.100,00	-432.500,00	10.904.600,00	1.734.818,50	6.748.291,29	1.755.135,49	6.740.135,82	61,81	4.164.464,18
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	113.350,00	3.000,00	116.350,00	4.000,00	8.000,00	1.372,79	5.091,23	4,38	111.258,77
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.757.440,00	-224.306,99	10.533.133,01	951.781,13	8.870.494,06	1.899.159,18	5.157.268,01	48,96	5.375.865,00
83	DESPESAS DE CAPITAL	5.174.038,00	1.579.195,42	6.753.233,42	350.864,11	2.488.619,80	124.378,66	244.668,75	3,62	6.508.564,67
84	INVESTIMENTOS	4.778.400,00	1.871.195,42	6.649.595,42	350.864,11	2.488.619,80	124.378,66	244.668,75	3,68	6.404.926,67
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	145.000,00	-72.000,00	73.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.000,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.638,00	-220.000,00	30.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.638,00
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	180.000,00	0,00	180.000,00	-	-	-	-	-	-
88	RESERVA DO RPPS	1.491.472,00	0,00	1.491.472,00	-	-	-	-	-	-
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	996.400,00	-150.500,00	845.900,00	113.925,03	447.808,01	117.643,31	442.387,21	0,00	403.512,79
90	Encargos Patronais RPPS	996.400,00	-150.500,00	845.900,00	113.925,03	447.808,01	117.643,31	442.387,21	52,29	403.512,79
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	30.049.800,00	774.888,43	30.824.688,43	3.155.388,77	18.563.213,16	3.897.689,43	12.589.551,02	40,84	18.235.137,41
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	30.049.800,00	774.888,43	30.824.688,43	3.155.388,77	18.563.213,16	3.897.689,43	12.589.551,02	40,84	18.235.137,41
100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	5.678.463,66	-	-
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	30.049.800,00	774.888,43	30.824.688,43	3.155.388,77	18.563.213,16	3.897.689,43	18.268.014,68	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	MURAL DA PREFEITURA	26/09/2014

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409300822010050421 6

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.053.400,00	29.978.788,43	3.041.463,74	18.115.405,15	3.780.046,12	12.147.163,81	96,49	40,52	17.831.624,62
2	00001	Legislativa	1.227.000,00	1.225.000,00	153.279,04	648.373,25	157.444,19	608.421,42	4,83	49,67	616.578,58
3	01031	Ação Legislativa	1.227.000,00	1.225.000,00	153.279,04	648.373,25	157.444,19	608.421,42	4,83	49,67	616.578,58
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	3.518.680,00	3.242.405,00	368.289,50	2.443.452,05	551.471,38	1.984.125,40	15,76	61,19	1.258.279,60
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	3.211.680,00	3.034.080,00	350.967,50	2.358.895,00	532.207,77	1.927.445,71	15,31	63,53	1.106.634,29
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	16.500,00	8.000,00	600,00	2.819,00	600,00	2.819,00	0,02	35,24	5.181,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	52.500,00	50.000,00	2.557,00	12.294,00	2.786,83	8.839,21	0,07	17,68	41.160,79
17	04126	Tecnologia da Informação	128.000,00	90.000,00	7.225,00	60.481,77	8.533,00	36.184,77	0,29	40,21	53.815,23
18	04127	Ordenamento Territorial	10.500,00	5.500,00	0,00	1.197,28	403,78	1.071,71	0,01	19,49	4.428,29
19	04128	Formação de Recursos Humanos	30.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
20	04129	Administração de Receitas	69.500,00	48.825,00	6.940,00	7.765,00	6.940,00	7.765,00	0,06	15,90	41.060,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	7.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
28	06181	Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	7.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	1.372.500,00	1.350.000,00	128.257,84	871.983,29	142.053,39	494.822,89	3,93	36,65	855.177,11
35	08241	Assistência ao Idoso	70.000,00	71.837,00	1.101,55	26.644,55	1.561,14	9.219,93	0,07	12,83	62.617,07
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	13.000,00	3.000,00	0,00	2.806,80	0,00	276,00	0,00	9,20	2.724,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00	173.000,00	12.177,92	101.651,30	20.123,75	61.430,36	0,49	35,51	111.569,64
38	08244	Assistência Comunitária	834.500,00	857.163,00	114.428,37	537.201,54	114.888,48	413.099,48	3,28	48,19	444.063,52
39	08122	Administração Geral	15.000,00	15.000,00	550,00	5.867,10	550,00	5.867,10	0,05	39,11	9.132,90
40	08451	Infra-Estrutura Urbana	260.000,00	230.000,00	0,00	197.812,00	4.930,02	4.930,02	0,04	2,14	225.069,98
41	00009	Previdência Social	388.228,00	388.228,00	41.611,79	184.731,08	41.964,25	168.384,14	1,34	43,37	219.843,86
42	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09272	Previdência do Regime Estatutário	388.228,00	388.228,00	41.611,79	184.731,08	41.964,25	168.384,14	1,34	43,37	219.843,86
44	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	00010	Saúde	5.873.200,00	6.093.937,20	904.786,23	4.163.214,99	881.196,22	2.821.780,77	22,41	46,30	3.272.156,43
47	10301	Atenção Básica	3.863.500,00	3.925.730,20	530.208,22	2.634.558,69	528.118,39	1.774.017,97	14,09	45,19	2.151.712,23
48	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	525.000,00	545.500,00	19.843,82	492.073,85	115.882,72	261.709,20	2,08	47,98	283.790,80
49	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	300.000,00	295.000,00	181.193,39	239.081,68	42.787,68	84.784,42	0,67	28,74	210.215,58
50	10304	Vigilância Sanitária	13.500,00	22.080,00	4.840,00	11.420,50	125,00	6.705,50	0,05	30,37	15.374,50
51	10305	Vigilância Epidemiológica	130.200,00	150.127,00	19.629,19	75.929,93	19.114,28	65.803,78	0,52	43,83	84.323,22
52	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	10122	Administração Geral	916.000,00	929.000,00	149.071,61	710.150,34	175.168,15	628.759,90	4,99	67,68	300.240,10
54	10451	Infra-Estrutura Urbana	125.000,00	226.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.500,00
55	00011	Trabalho	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
56	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	11334	Fomento ao Trabalho	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
60	00012	Educação	5.925.900,00	5.890.541,23	866.003,07	4.171.445,06	833.122,33	2.970.531,24	23,60	50,43	2.920.009,99
61	12361	Ensino Fundamental	2.967.100,00	3.045.642,56	539.270,44	2.639.697,76	485.727,91	1.698.369,63	13,49	55,76	1.347.272,93
62	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12363	Ensino Profissional	16.000,00	16.000,00	3.900,00	4.040,00	0,00	140,00	0,00	0,88	15.860,00
64	12364	Ensino Superior	115.000,00	115.000,00	0,00	114.114,00	5.135,13	52.492,44	0,42	45,65	62.507,56
65	12365	Educação Infantil	2.031.800,00	2.046.898,67	260.330,94	1.117.561,14	269.075,40	967.323,11	7,68	47,26	1.079.575,56

66	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	12367	Educação Especial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
68	12122	Administração Geral	786.000,00	657.000,00	62.501,69	296.032,16	73.183,89	252.206,06	2,00	38,39	404.793,94
69	00013	Cultura	155.000,00	121.000,00	2.600,00	41.922,00	1.440,00	39.322,00	0,31	32,50	81.678,00
70	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	26.500,00	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.500,00
71	13392	Difusão Cultural	123.500,00	94.500,00	2.600,00	41.922,00	1.440,00	39.322,00	0,31	41,61	55.178,00
72	13122	Administração Geral	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	00015	Urbanismo	6.084.932,00	7.426.867,00	359.466,83	4.266.451,53	971.179,49	2.428.365,74	19,29	32,70	4.998.501,26
78	15451	Infra-Estrutura Urbana	2.080.000,00	3.511.500,00	99.689,41	914.471,65	293.038,35	342.454,63	2,72	9,75	3.169.045,37
79	15452	Serviços Urbanos	4.004.932,00	3.915.367,00	259.777,42	3.351.979,88	678.141,14	2.085.911,11	16,57	53,27	1.829.455,89
80	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	00016	Habitação	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
82	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	16482	Habitação Urbana	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
84	00017	Saneamento	770.500,00	867.500,00	107.063,26	325.996,61	71.729,27	267.519,03	2,12	30,84	599.980,97
85	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	17512	Saneamento Básico Urbano	770.500,00	867.500,00	107.063,26	325.996,61	71.729,27	267.519,03	2,12	30,84	599.980,97
87	00018	Gestão Ambiental	114.500,00	46.000,00	0,00	15.402,76	1.228,69	12.294,42	0,10	26,73	33.705,58
88	18541	Preservação e Conservação Ambiental	82.500,00	27.500,00	0,00	4.821,20	0,00	4.821,20	0,04	17,53	22.678,80
89	18542	Controle Ambiental	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	22.000,00	13.500,00	0,00	7.331,56	1.228,69	4.223,22	0,03	31,28	9.276,78
91	18544	Recursos Hídricos	5.000,00	5.000,00	0,00	3.250,00	0,00	3.250,00	0,03	65,00	1.750,00
92	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	00020	Agricultura	388.500,00	500.850,00	43.323,95	204.294,77	50.941,42	179.223,19	1,42	35,78	321.626,81
98	20601	Promoção da Produção Vegetal	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20605	Abastecimento	23.500,00	2.000,00	0,00	250,00	0,00	250,00	0,00	12,50	1.750,00
103	20606	Extensão Rural	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	20122	Administração Geral	312.000,00	498.850,00	43.323,95	204.044,77	50.941,42	178.973,19	1,42	35,88	319.876,81
106	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	00023	Comércio e Serviços	528.000,00	577.000,00	0,00	573.515,82	5.807,79	7.807,79	0,06	1,35	569.192,21
116	23691	Promoção Comercial	123.000,00	5.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,02	40,00	3.000,00
117	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	23695	Turismo	405.000,00	572.000,00	0,00	571.515,82	5.807,79	5.807,79	0,05	1,02	566.192,21
121	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00025	Energia	195.000,00	140.000,00	0,00	68.000,00	10.966,13	40.884,38	0,32	29,20	99.115,62
125	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	25752	Energia Elétrica	195.000,00	140.000,00	0,00	68.000,00	10.966,13	40.884,38	0,32	29,20	99.115,62
127	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	00027	Desporto e Lazer	452.000,00	271.500,00	62.782,23	128.621,94	58.128,78	118.590,17	0,94	43,68	152.909,83
136	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	27812	Desporto Comunitário	442.000,00	271.500,00	62.782,23	128.621,94	58.128,78	118.590,17	0,94	43,68	152.909,83
138	27813	Lazer	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	00028	Encargos Especiais	363.988,00	146.988,00	4.000,00	8.000,00	1.372,79	5.091,23	0,04	3,46	141.896,77
140	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28846	Outros Encargos Especiais	363.988,00	146.988,00	4.000,00	8.000,00	1.372,79	5.091,23	0,04	3,46	141.896,77
146	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
148		RESERVA DO RPPS	1.491.472,00	1.491.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.491.472,00
149		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	996.400,00	845.900,00	113.925,03	447.808,01	117.643,31	442.387,21	3,51	52,30	403.512,79
150	00001	Legislativa	18.000,00	20.000,00	2.424,91	8.858,37	2.424,91	8.858,37	2,00	44,29	11.141,63
151	01031	Ação Legislativa	18.000,00	20.000,00	2.424,91	8.858,37	2.424,91	8.858,37	2,00	44,29	11.141,63
152	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00004	Administração	155.400,00	138.900,00	26.349,57	95.448,22	26.349,57	95.448,22	21,57	68,71	43.451,78

155	04122	Administração Geral	155.400,00	138.900,00	26.349,57	95.448,22	26.349,57	95.448,22	21,57	68,71	43.451,78
156	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00009	Previdência Social	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	09272	Previdência do Regime Estatutário	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00010	Saúde	440.000,00	344.000,00	29.313,70	117.309,68	29.313,70	117.309,68	26,51	58,51	82.690,32
163	10122	Administração Geral	200.000,00	200.000,00	29.313,70	117.309,68	29.313,70	117.309,68	26,51	58,51	82.690,32
164	10301	Atenção Básica	240.000,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00012	Educação	346.900,00	306.900,00	54.681,61	203.453,84	54.681,61	203.453,84	45,98	169,05	102.246,16
167	12122	Administração Geral	60.000,00	20.000,00	1.511,28	6.253,48	1.511,28	6.253,48	1,41	31,26	13.746,52
168	12361	Ensino Fundamental	145.200,00	145.200,00	29.126,47	110.568,46	29.126,47	110.568,46	24,99	76,14	34.631,54
169	12365	Educação Infantil	140.500,00	140.500,00	24.043,86	86.631,90	24.043,86	86.631,90	19,58	61,65	53.868,10
170	12367	Educação Especial	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00017	Saneamento	15.000,00	15.000,00	1.155,24	6.475,50	2.163,12	6.475,50	1,46	43,17	8.524,50
176	17512	Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	1.155,24	6.475,50	2.163,12	6.475,50	1,46	43,17	8.524,50
177	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
186	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
187	00028	Encargos Especiais	18.000,00	18.000,00	0,00	16.262,40	2.710,40	10.841,60	2,45	60,23	7.158,40
188	28846	Outros Encargos Especiais	18.000,00	18.000,00	0,00	16.262,40	2.710,40	10.841,60	2,45	60,23	7.158,40
189		TOTAL (III) = (I + II)	30.049.800,00	30.824.688,43	3.155.388,77	18.563.213,16	3.897.689,43	12.589.551,02	100,00	92,82	18.235.137,41
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.											
Fonte:											
Nota:											

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: SET/2013 a AGO/ 2014
CVA: 201409300822010050421 6

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	1.672.052,59	2.038.612,35	1.832.845,49	2.157.040,17	2.726.156,14	2.028.106,72	1.952.410,39
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	238.079,28	172.081,32	180.504,51	253.963,10	139.804,07	214.573,18	240.655,60
3	IPTU	3.093,68	1.843,38	6.497,69	4.792,30	1.237,62	1.339,18	1.402,60
4	ISS	159.436,24	63.727,62	108.765,29	97.329,10	47.321,87	67.071,91	114.411,40
5	ITBI	59.179,49	4.843,17	7.175,00	57.627,00	16.870,00	44.580,00	53.660,00
6	IRRF	11.160,22	95.760,32	54.205,82	88.013,74	47.610,60	41.477,77	41.840,58
7	Outras Receitas Tributárias	5.209,65	5.906,83	3.860,71	6.200,96	26.763,98	60.104,32	29.341,02
8	Receita de Contribuições	6.470,33	5.711,92	6.729,22	6.255,17	5.740,48	52.091,46	47.989,53
9	Receita Patrimonial	11.427,80	10.486,70	10.344,27	9.749,91	14.133,41	18.992,52	17.968,61
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	47.993,66	43.764,25	1.140,67	0,00	27.474,72	37.120,84	42.373,19
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	1.348.365,37	1.779.448,98	1.599.671,40	1.851.854,75	2.513.718,99	1.669.577,90	1.564.474,48
14	Cota-Parte do FPM	331.862,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29
15	Cota-Parte do ICMS	673.937,16	939.313,89	761.433,87	793.129,24	1.058.898,19	730.411,65	823.012,54

16	Cota-Parte do IPVA	18.830,92	13.770,15	5.057,53	10.424,93	18.274,23	71.418,11	81.968,26
17	Cota-Parte do ITR	9.064,00	180.442,71	31.432,04	17.219,30	14.864,20	2.807,41	3.424,23
18	Transferências da LC 87/1996	4.658,66	4.658,66	0,00	9.317,32	5.218,46	5.218,46	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	127.175,74	168.487,84	145.361,45	156.268,92	216.537,13	166.564,38	149.856,86
21	Outras Transferências Correntes	182.836,17	140.907,93	194.765,12	169.084,90	633.331,47	88.116,98	147.305,30
22	Outras Receitas Correntes	19.716,15	27.119,18	34.455,42	35.217,24	25.284,47	35.750,82	38.948,98
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	207.670,59	294.010,53	251.908,87	261.243,88	332.770,02	327.091,86	296.280,98
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.112,65	42.818,61
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	207.670,59	294.010,53	251.908,87	261.243,88	332.770,02	282.979,21	253.462,37
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	1.464.382,00	1.744.601,82	1.580.936,62	1.895.796,29	2.393.386,12	1.701.014,86	1.656.129,41
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2014	Maio 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	2.252.572,77	2.397.270,70	2.027.275,39	2.318.739,20	3.462.688,54	26.865.770,45	30.386.700,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	461.695,05	414.540,43	340.228,22	307.299,69	1.318.034,60	4.281.459,05	2.977.730,00
30	IPTU	75.374,73	171.039,31	88.280,30	36.795,16	13.092,17	404.788,12	288.450,00
31	ISS	124.894,78	146.731,85	128.322,50	88.896,09	141.653,87	1.288.562,52	1.344.780,00
32	ITBI	187.672,35	19.011,47	61.763,82	125.100,70	1.083.448,29	1.720.931,29	320.000,00
33	IRRF	42.877,38	47.431,04	52.204,45	49.047,69	65.021,61	636.651,22	630.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	30.875,81	30.326,76	9.657,15	7.460,05	14.818,66	230.525,90	394.500,00
35	Receita de Contribuições	48.925,25	46.046,01	51.124,65	44.543,93	51.860,59	373.488,54	683.600,00
36	Receita Patrimonial	19.192,11	25.026,70	19.843,85	24.341,23	24.707,90	206.215,01	701.790,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	38.352,20	44.256,89	40.246,70	42.542,26	47.057,59	412.322,97	595.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	1.651.507,52	1.848.838,54	1.562.513,26	1.884.427,10	2.010.814,38	21.285.212,67	24.749.180,00
41	Cota-Parte do FPM	327.705,81	545.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	5.414.019,76	6.400.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	836.532,02	865.868,09	794.962,31	1.165.796,34	985.213,90	10.428.509,20	12.560.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	66.146,58	87.747,21	61.027,29	32.443,68	34.425,28	501.534,17	420.000,00
44	Cota-Parte do ITR	3.147,48	2.072,03	1.066,01	4.385,57	207.394,99	477.319,97	205.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	4.174,77	5.218,46	5.218,46	5.218,46	5.218,46	54.120,17	72.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	184.829,31	177.328,92	151.895,30	155.865,03	202.975,29	2.003.146,17	2.275.000,00
48	Outras Transferências Correntes	228.971,55	164.718,50	138.965,12	169.113,45	148.446,74	2.406.563,23	2.817.180,00
49	Outras Receitas Correntes	32.900,64	18.562,13	13.318,71	15.584,99	10.213,48	307.072,21	679.400,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	41.805,45	342.683,14	298.747,46	356.455,92	376.898,55	3.387.567,25	4.515.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	41.805,45	41.325,04	44.416,98	44.543,93	45.020,22	304.042,88	583.600,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	301.358,10	254.330,48	311.911,99	331.878,33	3.083.524,37	3.931.400,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	2.210.767,32	2.054.587,56	1.728.527,93	1.962.283,28	3.085.789,99	23.478.203,20	25.871.700,00
Fonte:								
Nota:								

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409300822010050421 6

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	1.168.200,00	1.168.200,00	89.564,15	308.016,77	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	1.168.200,00	1.168.200,00	89.564,15	308.016,77	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	583.600,00	583.600,00	89.564,15	304.042,88	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	583.600,00	583.600,00	89.564,15	304.042,88	0,00
5	Ativo	581.600,00	581.600,00	89.564,15	304.042,88	0,00

6	Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	575.300,00	575.300,00	0,00	3.906,33	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	575.300,00	575.300,00	0,00	3.906,33	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	9.300,00	9.300,00	0,00	67,56	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.200,00	5.200,00	0,00	33,78	0,00
20	Demais Receitas Correntes	4.100,00	4.100,00	0,00	33,78	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	1.168.200,00	1.168.200,00	89.564,15	308.016,77	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	1.882.800,00	386.428,00	41.964,25	167.964,14	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	1.679.700,00	183.328,00	13.253,82	47.015,68	0,00
30	Despesas Correntes	183.328,00	183.328,00	13.253,82	47.015,68	0,00
31	Despesas de Capital	1.496.372,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	203.100,00	203.100,00	28.710,43	120.948,46	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	200.000,00	200.000,00	28.710,43	120.948,46	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	200.000,00	200.000,00	28.710,43	120.948,46	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	1.882.800,00	386.428,00	41.964,25	167.964,14	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	-714.600,00	781.772,00	47.599,90	140.052,63	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2014	Em 31/Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	17.536,43	10.004,04	7.011,79
59	INVESTIMENTOS	5.255.088,64	5.506.679,35	4.394.866,52
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLANO FINANCEIRO					
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.412.400,00	706.200,00	116.778,28	385.323,98	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	1.412.400,00	706.200,00	116.778,28	385.323,98	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	1.409.300,00	703.100,00	116.778,28	385.323,98	0,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor					0,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS			Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
					Em. Ago/2014	Em 31/Dez/2013
143	CAIXA			0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO			0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS			0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS			0,00	0,00	0,00
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	830.800,00	706.200,00	116.778,28	385.323,98	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	830.800,00	706.200,00	116.778,28	385.323,98	0,00
149	Patronal = (150+154)	706.200,00	706.200,00	116.778,28	385.323,98	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	706.200,00	706.200,00	116.778,28	385.323,98	0,00
151	Ativo	706.200,00	706.200,00	116.778,28	385.323,98	0,00

152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	107.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	581.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	581.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	1.412.400,00	706.200,00	116.778,28	385.323,98	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409300822010050421 6

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	31.169,58	1.269.538,38	1.266.827,98
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	6.558.389,55	5.584.053,87	7.154.054,50
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	6.558.389,55	5.584.912,63	7.155.809,50
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	858,76	1.755,00
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.527.219,97	-4.314.515,49	-5.887.226,52
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	31.169,58	1.269.538,38	1.266.827,98
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-6.558.389,55	-5.584.053,87	-7.154.054,50

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	-1.570.000,63	-595.664,95

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	33.313,53

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	6.315.418,89	8.646.058,25	8.646.058,25
13	Passivo Atuarial	6.315.418,89	8.646.058,25	8.646.058,25
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	4.391.657,87	5.114.499,37	5.505.679,35
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.394.866,52	5.114.499,37	5.505.679,35
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00

18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	3.208,65	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	1.923.761,02	3.531.558,88	3.140.378,90
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	1.923.761,02	3.531.558,88	3.140.378,90
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte:				
Nota:				

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409300822010050421 6

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	25.618.410,00	5.088.588,29	16.915.277,14	12.509.367,85
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	2.977.730,00	1.625.334,29	3.436.830,84	1.537.838,18
3	IPTU	288.450,00	49.887,33	388.561,07	190.903,79
4	ISS	1.344.780,00	230.549,96	865.434,68	593.660,90
5	ITBI	320.000,00	1.208.548,99	1.592.106,63	128.777,63
6	IRRF	630.000,00	114.069,30	387.511,12	352.150,21
7	Outras Receitas Tributárias	394.500,00	22.278,71	203.217,34	272.345,65
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	683.600,00	96.404,52	348.321,90	50.101,03
9	Receitas Previdenciárias	583.600,00	89.564,15	304.042,88	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	100.000,00	6.840,37	44.279,02	50.101,03
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita Patrimonial	701.790,00	49.049,13	164.206,33	68.214,21
13	(-) Aplicações Financeiras	701.790,00	49.049,13	164.206,33	68.214,21
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	20.682.680,00	3.251.451,16	12.620.135,79	10.207.647,32
15	FPM	6.400.000,00	778.744,29	3.674.184,14	3.362.012,30
16	ICMS	12.560.000,00	2.151.010,24	7.469.828,03	6.151.246,87
17	Convênios	417.106,00	28.467,29	219.247,35	190.543,25
18	Outras Transferências Correntes	1.305.574,00	293.229,34	1.256.876,27	503.844,90
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	1.274.400,00	115.398,32	509.988,61	713.781,32
20	Dívida Ativa	382.000,00	13.565,22	118.835,83	196.952,36
21	Diversas Receitas Correntes	892.400,00	101.833,10	391.152,78	516.828,96
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	3.088.000,00	350.746,06	798.116,00	385.370,00
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	100.000,00	0,00	9.100,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	2.988.000,00	350.746,06	789.016,00	385.370,00
27	Convênios.	2.560.000,00	105.946,06	441.400,00	385.370,00
28	Outras Transferências de Capital	428.000,00	244.800,00	347.616,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	2.988.000,00	350.746,06	789.016,00	385.370,00
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	28.606.410,00	5.439.334,35	17.704.293,14	12.894.737,85
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	22.381.983,01	3.771.289,19	12.334.040,67	10.023.149,37
33	Pessoal e Encargos Sociais	11.732.500,00	1.870.068,40	7.171.681,43	5.849.269,84
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	116.350,00	1.372,79	5.091,23	3.420,18
35	Outras Despesas Correntes	10.533.133,01	1.899.848,00	5.157.268,01	4.170.459,35
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	22.265.633,01	3.769.916,40	12.328.949,44	10.019.729,19
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	6.771.233,42	127.089,06	255.510,35	757.872,31
38	Investimentos	6.649.595,42	124.378,66	244.668,75	747.030,71
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	73.000,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

42	Demais Inversões Financeiras	73.000,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	48.638,00	2.710,40	10.841,60	10.841,60
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	6.722.595,42	124.378,66	244.668,75	747.030,71
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	180.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	29.168.228,43	3.894.295,06	12.573.618,19	10.766.759,90
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-561.818,43	1.545.039,29	5.130.674,95	2.127.977,95
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-281.916,19

Fonte:

Nota:

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 2014093008 220100504216

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V) — R$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	7.700,27	7.700,27	0,00	0,00	290.345,74	815.850,40	692.177,22	690.422,22	0,00	415.773,92
2	EXECUTIVO	0,00	7.700,27	7.700,27	0,00	0,00	290.345,74	815.850,40	692.177,22	690.422,22	0,00	415.773,92
3	Administração Direta	0,00	7.700,27	7.700,27	0,00	0,00	290.345,74	815.850,40	692.177,22	690.422,22	0,00	415.773,92
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	TOTAL (III) = (I +II)	0,00	7.700,27	7.700,27	0,00	0,00	290.345,74	815.850,40	692.177,22	690.422,22	0,00	415.773,92

Fonte:

Nota:

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409300822010050421 6

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	19.672.152,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP		2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:							
Nota:							

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: IPIRANGA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 07.209.245/0001-72
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409300822010050421 6

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	30.122.800,00
3	Previsão Atualizada	-	30.122.800,00
4	Receitas Realizadas	5.606.534,55	18.268.014,68
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	30.049.800,00
9	Créditos Adicionais	-	774.888,43

10	Dotação Atualizada			-	30.824.688,43
11	Despesas Empenhadas			3.155.388,77	18.563.213,16
12	Despesas Liquidadas			3.897.689,43	12.589.551,02
13	Superávit Orçamentário			-	5.678.463,66
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas			3.155.388,77	18.563.213,16
15	Despesas Liquidadas			3.897.689,43	12.589.551,02
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida				23.478.203,20
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social			-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)			-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores			-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO			-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)			89.564,15	308.016,77
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)			41.964,25	167.964,14
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)			47.599,90	140.052,63
26	PLANO FINANCEIRO			-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)			116.778,28	385.323,98
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)			0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)			116.778,28	385.323,98
CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal		33.313,53	-595.664,95	-1.788,06
31	Resultado Primário		-281.916,19	5.130.674,95	-1.819,93
CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.700,27	0,00	7.700,27	0,00
33	Poder Executivo	7.700,27	0,00	7.700,27	0,00
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.106.196,14	0,00	690.422,22	415.773,92
36	Poder Executivo.	1.106.196,14	0,00	690.422,22	415.773,92
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	1.113.896,41	0,00	698.122,49	415.773,92
CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo a Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.693.031,17	25%	22,79
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.537.032,88	60%	101,30
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB		0,00	10%	0,00
CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito			-	-
44	Despesa de Capital Líquida			-	-
CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-
CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			-	-
CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual: % Mínimo a Aplicar no Exercício	Limite Constitucional Anual: % Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.649.166,53	15,00	17,91
CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)				0,00

[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

IPIRANGA DO NORTE, 30/09/2014

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal
CPF.: 345.727.169.00

MARIZA TEREZINHA KONRATH
Contadora
CRC.: MT 012447/O-4

ALCI LUIZ ROMANINI
Secretario Mun de Coordenacao Geral
CPF.: 090.472.550.20

JONATHAN DA SILVA TELLES
Controlador Interno
CPF.: 711.289.991.53

Publicado por:
Weldejaison Bonfim Costa
Código Identificador:EAC35C85

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO I

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Agosto 2014/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A AGO 2014 (c)	% (c/a)	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	55.535.178,14	55.535.178,14	8.989.285,19	16,19	38.138.809,98	68,68	17.396.368,16
RECEITAS CORRENTES	47.130.216,93	47.130.216,93	8.753.231,56	18,57	36.817.194,72	78,12	10.313.022,21
RECEITA TRIBUTARIA	5.752.339,88	5.752.339,88	1.663.605,34	28,92	5.782.780,99	100,53	-30.441,11
Impostos	4.808.279,47	4.808.279,47	1.560.476,38	32,45	4.957.550,20	103,10	-149.270,73
IPTU	830.943,85	830.943,85	39.366,83	4,74	862.069,61	103,75	-31.125,76
ITBI	659.627,09	659.627,09	451.528,87	68,45	1.088.514,75	165,02	-428.887,66
ISS	2.573.945,41	2.573.945,41	885.204,12	34,39	2.306.949,43	89,63	266.995,98
Outros Impostos	743.763,12	743.763,12	184.376,56	24,79	700.016,41	94,12	43.746,71
Taxas	944.060,41	944.060,41	103.128,96	10,92	825.230,79	87,41	118.829,62
Contribuicao de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.385.893,44	2.385.893,44	141.821,14	5,94	1.130.908,37	47,40	1.254.985,07
Contribuicoes Sociais	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	633.549,01	39,60	966.450,99
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	785.893,44	785.893,44	141.821,14	18,05	497.359,36	63,29	288.534,08
RECEITA PATRIMONIAL	2.379.410,44	2.379.410,44	71.537,15	3,01	1.187.224,48	49,90	1.192.185,96
Receitas Imobiliárias	15.431,46	15.431,46	700,00	4,54	3.830,00	24,82	11.601,46
Receitas de Valores Mobiliários	2.363.978,98	2.363.978,98	70.837,15	3,00	1.183.394,48	50,06	1.180.584,50
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas deDom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.993.335,31	1.993.335,31	531.375,46	26,66	1.687.504,50	84,66	305.830,81
TRANSFERENCIAS CORRENTES	33.182.665,93	33.182.665,93	6.197.495,22	18,68	25.790.315,84	77,72	7.392.350,09
Transferências Intergovernamentais	32.495.036,64	32.495.036,64	5.719.635,75	17,60	24.825.486,27	76,40	7.669.550,37
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	687.629,29	687.629,29	477.859,47	69,49	964.829,57	140,31	-277.200,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.436.571,93	1.436.571,93	147.397,25	10,26	1.238.460,54	86,21	198.111,39
Multas e Juros de Mora	268.098,00	268.098,00	26.820,21	10,00	130.750,72	48,77	137.347,28
Indenizações e Restituições	185.000,00	185.000,00	7.674,94	4,15	84.295,21	45,56	100.704,79
Receita da Dívida Ativa	838.000,00	838.000,00	59.978,75	7,16	799.009,54	95,35	38.990,46
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	145.473,93	145.473,93	52.923,35	36,38	224.405,07	154,26	-78.931,14
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	8.404.961,21	8.404.961,21	236.053,63	2,81	1.321.615,26	15,72	7.083.345,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	8.404.961,21	8.404.961,21	236.053,63	2,81	1.321.615,26	15,72	7.083.345,95
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	214.704,00	0,00	-214.704,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	8.404.961,21	8.404.961,21	236.053,63	2,81	1.106.911,26	13,17	7.298.049,95
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A AGO 2014 (c)	% (c/a)	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	0,00	911.820,75	45,14	1.108.179,25
RECEITAS CORRENTES	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	0,00	911.820,75	45,14	1.108.179,25
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuicao de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.900.000,00	1.900.000,00	0,00	0,00	875.841,29	46,10	1.024.158,71
Contribuicoes Sociais	1.900.000,00	1.900.000,00	0,00	0,00	875.841,29	46,10	1.024.158,71
Contribuicoes Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	35.979,46	29,98	84.020,54
Multas e Juros de Mora	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	35.979,46	29,98	84.020,54
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	57.555.178,14	57.555.178,14	8.989.285,19	15,62	39.050.630,73	67,85	18.504.547,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	57.555.178,14	57.555.178,14	8.989.285,19	15,62	39.050.630,73	67,85	18.504.547,41
DÉFICIT (VI)					7.420.935,21		
TOTAL (VII) = (V+VI)	57.555.178,14	57.555.178,14	8.989.285,19	15,62	46.471.565,94		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS 0,00					9.103.721,06		
Superávit Financeiro		0,00			9.103.721,06		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO LIQUIDAR (f-g)
						DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% (g/f)	
				BIMESTRE	JAN A AGO 2014	BIMESTRE	JAN A AGO 2014 (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	56.099.378,14	9.417.708,21	65.517.086,35	7.622.650,06	49.048.930,39	8.348.271,04	45.893.846,12	0,00	70,05	19.623.240,23
DESPESAS CORRENTES	46.465.700,00	10.190.181,15	56.655.881,15	7.007.057,02	44.686.986,16	7.731.300,52	41.949.355,50	0,00	74,04	14.706.525,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.330.000,00	1.812.760,00	28.142.760,00	4.996.066,12	22.840.856,33	4.996.066,12	21.454.407,83	0,00	76,23	6.688.352,17

JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	134.000,00	0,00	134.000,00	0,00	111.787,17	17.056,88	71.490,90	0,00	53,35	62.509,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.001.700,00	8.377.421,15	28.379.121,15	2.010.990,90	21.734.342,66	2.718.177,52	20.423.456,77	0,00	71,97	7.955.664,38
DESPESAS DE CAPITAL	8.676.000,00	-772.472,94	7.903.527,06	615.593,04	4.361.944,23	616.970,52	3.944.490,62	0,00	49,91	3.959.036,44
INVESTIMENTOS	7.160.000,00	-686.472,94	6.473.527,06	615.593,04	3.418.748,34	456.917,84	3.163.702,63	0,00	48,87	3.309.824,43
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.516.000,00	-86.000,00	1.430.000,00	0,00	943.195,89	160.052,68	780.787,99	0,00	54,60	649.212,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	460.678,14	0,00	460.678,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.678,14
RESERVA DO RPPS	497.000,00	0,00	497.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	497.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.455.800,00	-211.600,00	1.244.200,00	145.936,63	598.675,08	145.936,63	577.719,82	0,00	46,43	666.480,18
DESPESAS CORRENTES	1.455.800,00	-211.600,00	1.244.200,00	145.936,63	598.675,08	145.936,63	577.719,82	0,00	46,43	666.480,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.455.800,00	-211.600,00	1.244.200,00	145.936,63	598.675,08	145.936,63	577.719,82	0,00	46,43	666.480,18
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	57.555.178,14	9.206.108,21	66.761.286,35	7.768.586,69	49.647.605,47	8.494.207,67	46.471.565,94	0,00	69,61	20.289.720,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	57.555.178,14	9.206.108,21	66.761.286,35	7.768.586,69	49.647.605,47	8.494.207,67	46.471.565,94	0,00	69,61	20.289.720,41
SUPERÁVIT (XIII)							0,00			
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	57.555.178,14	9.206.108,21	66.761.286,35	7.768.586,69	49.647.605,47	8.494.207,67	46.471.565,94	0,00		

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:56E144D0

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO II

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Agosto 2014/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R$ 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a-(e+f))
					DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% ((e+f) /total (e+f))	% ((e+f)/a)	
			BIMESTRE (b)	ATÉ BIMESTRE (c)	BIMESTRE (d)	ATÉ BIMESTRE (e)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.099.378,14	65.517.086,35	7.622.650,06	49.048.930,39	8.348.271,04	45.893.846,12	0,00	100,00	70,05	19.623.240,23
Legislativa	2.313.500,00	2.141.000,00	0,00	1.764.946,98	0,00	959.423,47	0,00	2,09	44,81	1.181.576,53
Ação Legislativa	2.313.500,00	2.141.000,00	0,00	1.764.946,98	0,00	959.423,47	0,00	2,09	44,81	1.181.576,53
Administração	7.022.300,00	6.844.015,64	1.027.024,49	5.103.816,36	1.066.688,41	4.821.254,55	0,00	10,51	70,44	2.022.761,09
Administração Geral	6.077.300,00	6.044.115,64	897.314,33	4.629.746,12	960.084,28	4.376.310,10	0,00	9,54	72,41	1.667.805,54
Formação de Recursos Humanos	105.000,00	57.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.900,00
Alimentação e Nutrição	702.000,00	667.500,00	129.710,16	471.170,24	106.604,13	442.044,45	0,00	0,96	66,22	225.455,55
Ensino Profissional	80.000,00	33.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.500,00
Desenvolvimento Científico	28.000,00	11.000,00	0,00	2.900,00	0,00	2.900,00	0,00	0,01	26,36	8.100,00
Promoção Comercial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Segurança Pública	50.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Defesa Civil	50.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Assistência Social	1.677.900,00	2.326.698,00	450.578,91	2.091.325,88	459.293,72	1.963.192,75	0,00	4,28	84,38	363.505,25
Formação de Recursos Humanos	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	58.200,00	143.900,00	29.324,32	107.706,55	29.694,84	89.364,08	0,00	0,19	62,10	54.535,92
Assistência ao Portador de Deficiência	15.000,00	300,00	0,00	205,65	0,00	205,65	0,00	0,00	68,55	94,35
Assistência à Criança a ao Adolescente	413.000,00	702.900,00	93.361,57	620.896,10	98.300,38	598.629,48	0,00	1,30	85,17	104.270,52
Assistência Comunitária	1.161.700,00	1.479.598,00	327.893,02	1.362.517,58	331.298,50	1.274.993,54	0,00	2,78	86,17	204.604,46
Previdência Social	4.037.800,00	4.031.800,00	0,00	1.850.300,00	0,00	1.293.954,00	0,00	2,82	32,09	2.737.846,00
Previdência do Regime Estatutário	4.037.800,00	4.031.800,00	0,00	1.850.300,00	0,00	1.293.954,00	0,00	2,82	32,09	2.737.846,00
Saúde	12.395.000,00	14.409.827,13	2.459.485,46	12.029.643,91	2.704.092,00	11.741.373,89	0,00	25,58	81,48	2.668.453,24
Administração Geral	1.519.000,00	2.275.000,00	440.908,79	2.120.704,21	510.107,09	2.083.727,14	0,00	4,54	91,59	191.272,86
Formação de Recursos Humanos	80.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00
Atenção Básica	4.262.000,00	4.459.729,98	869.556,15	3.580.183,30	895.253,80	3.534.264,20	0,00	7,70	79,25	925.465,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.592.000,00	6.602.297,15	1.048.430,04	5.533.326,47	1.109.245,46	5.416.228,68	0,00	11,80	82,04	1.186.068,47
Suporte Profilático e Terapêutico	474.000,00	544.400,00	-13.899,87	358.981,59	76.212,07	271.982,54	0,00	0,59	49,96	272.417,46
Vigilância Sanitária	125.000,00	148.200,00	34.791,04	125.109,62	34.851,28	125.109,62	0,00	0,27	84,42	23.090,38
Vigilância Epidemiológica	343.000,00	351.200,00	79.699,31	311.338,72	78.422,30	310.061,71	0,00	0,68	88,29	41.138,29
Educação	11.702.000,00	11.626.902,00	1.804.669,15	8.562.385,72	1.852.258,97	8.335.082,21	0,00	18,16	71,69	3.291.819,79
Formação de Recursos Humanos	80.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Ensino Fundamental	7.127.000,00	7.911.000,00	1.439.969,06	6.267.101,60	1.469.052,73	6.076.162,88	0,00	13,24	76,81	1.834.837,12

Educação Infantil	4.470.000,00	3.671.902,00	364.700,09	2.295.284,12	383.206,24	2.258.919,33	0,00	4,92	61,52	1.412.982,67
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura	359.000,00	376.300,00	12.982,88	93.977,31	8.098,62	80.205,07	0,00	0,17	21,31	296.094,93
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	37.000,00	37.000,00	6.034,50	6.034,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
Difusão Cultural	322.000,00	339.300,00	6.948,38	87.942,81	8.098,62	80.205,07	0,00	0,17	23,64	259.094,93
Urbanismo	8.175.000,00	14.718.275,26	884.474,03	11.722.135,36	1.053.525,63	11.530.183,88	0,00	25,12	78,34	3.188.091,38
Formação de Recursos Humanos	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Infra-Estrutura Urbana	2.623.000,00	8.645.375,26	21.621,56	7.475.448,67	21.621,56	7.475.448,67	0,00	16,29	86,47	1.169.926,59
Serviços Urbanos	5.522.000,00	6.042.900,00	862.852,47	4.246.686,69	1.031.904,07	4.054.735,21	0,00	8,84	67,10	1.988.164,79
Habitação	255.000,00	167.000,00	166.322,19	166.322,19	166.322,19	166.322,19	0,00	0,36	99,59	677,81
Habitação Rural	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a-(e+f))
					DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% ((e+f) /total (e+f))	% ((e+f)/a)	
			BIMESTRE (b)	ATÉ BIMESTRE (c)	BIMESTRE (d)	ATÉ BIMESTRE (e)				
Habitação Urbana	175.000,00	167.000,00	166.322,19	166.322,19	166.322,19	166.322,19	0,00	0,36	99,59	677,81
Saneamento	1.940.000,00	2.575.156,81	405.565,77	2.320.645,80	349.101,58	2.104.209,97	0,00	4,58	81,71	470.946,84
Saneamento Básico Urbano	1.630.000,00	2.427.656,81	404.748,77	2.274.356,14	348.284,58	2.057.920,31	0,00	4,48	84,77	369.736,50
Recursos Hídricos	310.000,00	147.500,00	817,00	46.289,66	817,00	46.289,66	0,00	0,10	31,38	101.210,34
Gestão Ambiental	445.000,00	408.500,00	42.780,72	270.556,23	28.571,25	251.513,58	0,00	0,55	61,57	156.986,42
Preservação e Conservação Ambiental	397.000,00	368.500,00	42.780,72	269.906,24	27.921,26	250.863,59	0,00	0,55	68,08	117.636,41
Controle Ambiental	18.000,00	10.000,00	0,00	649,99	649,99	649,99	0,00	0,00	6,50	9.350,01
Turismo	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Ciência e Tecnologia	189.000,00	23.000,00	0,00	8.616,50	890,00	7.776,50	0,00	0,02	33,81	15.223,50
Desenvolvimento Científico	189.000,00	23.000,00	0,00	8.616,50	890,00	7.776,50	0,00	0,02	33,81	15.223,50
Agricultura	575.000,00	563.930,00	39.807,90	176.738,22	38.876,41	168.101,41	0,00	0,37	29,81	395.828,59
Promoção da Produção Vegetal	195.000,00	255.430,00	39.807,90	172.835,07	38.876,41	164.198,26	0,00	0,36	64,28	91.231,74
Promoção da Produção Animal	125.000,00	114.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.000,00
Abastecimento	63.000,00	38.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.500,00
Extensão Rural	172.000,00	136.000,00	0,00	3.903,15	0,00	3.903,15	0,00	0,01	2,87	132.096,85
Irrigação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Comércio e Serviços	599.000,00	777.500,00	204.251,86	509.575,92	211.454,84	509.575,92	0,00	1,11	65,54	267.924,08
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção Industrial	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
Promoção Comercial	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Turismo	498.000,00	676.500,00	204.251,86	509.575,92	211.454,84	509.575,92	0,00	1,11	75,33	166.924,08
Transporte	175.000,00	162.800,00	2.000,00	34.348,80	2.000,00	34.348,80	0,00	0,07	21,10	128.451,20
Transporte Rodoviário	175.000,00	162.800,00	2.000,00	34.348,80	2.000,00	34.348,80	0,00	0,07	21,10	128.451,20
Desporto e Lazer	794.000,00	1.193.103,37	122.706,70	693.433,35	136.644,58	672.943,57	0,00	1,47	56,40	520.159,80
Desporto de Rendimento	794.000,00	1.193.103,37	122.706,70	693.433,35	136.644,58	672.943,57	0,00	1,47	56,40	520.159,80
Encargos Especiais	2.437.200,00	2.181.600,00	0,00	1.650.161,86	270.452,84	1.254.384,36	0,00	2,73	57,50	927.215,64
Serviço da Dívida Interna	1.850.000,00	1.594.400,00	0,00	1.085.161,86	181.453,56	873.769,69	0,00	1,90	54,80	720.630,31
Outros Encargos Especiais	587.200,00	587.200,00	0,00	565.000,00	88.999,28	380.614,67	0,00	0,83	64,82	206.585,33
Reserva de Contingência	957.678,14	957.678,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	957.678,14
Reserva de Contingência	957.678,14	957.678,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	957.678,14
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.455.800,00	1.244.200,00	145.936,63	598.675,08	145.936,63	577.719,82	0,00	100,00	46,43	666.480,18
Legislativa	43.000,00	43.000,00	0,00	43.000,00	0,00	22.044,74	0,00	3,82	51,27	20.955,26
Ação Legislativa	43.000,00	43.000,00	0,00	43.000,00	0,00	22.044,74	0,00	3,82	51,27	20.955,26
Administração	177.700,00	125.300,00	8.095,29	33.344,82	8.095,29	33.344,82	0,00	5,77	26,61	91.955,18
Administração Geral	177.700,00	125.300,00	8.095,29	33.344,82	8.095,29	33.344,82	0,00	5,77	26,61	91.955,18
Assistência Social	63.100,00	35.100,00	4.266,26	16.463,57	4.266,26	16.463,57	0,00	2,85	46,90	18.636,43
Assistência ao Idoso	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança a ao Adolescente	15.000,00	9.000,00	207,46	1.376,61	207,46	1.376,61	0,00	0,24	15,30	7.623,39
Assistência Comunitária	46.300,00	26.100,00	4.058,80	15.086,96	4.058,80	15.086,96	0,00	2,61	57,80	11.013,04
Saúde	422.000,00	423.200,00	82.734,04	307.673,53	82.734,04	307.673,53	0,00	53,26	72,70	115.526,47
Administração Geral	35.000,00	35.000,00	5.859,96	20.871,42	5.859,96	20.871,42	0,00	3,61	59,63	14.128,58
Atenção Básica	238.000,00	231.000,00	39.052,30	148.278,57	39.052,30	148.278,57	0,00	25,67	64,19	82.721,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	126.000,00	129.000,00	30.708,12	111.361,37	30.708,12	111.361,37	0,00	19,28	86,33	17.638,63

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a-(e+f))
					DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% ((e+f) /total (e+f))	% ((e+f)/a)	
			BIMESTRE (b)	ATÉ BIMESTRE (c)	BIMESTRE (d)	ATÉ BIMESTRE (e)				
Vigilância Sanitária	8.000,00	9.000,00	2.180,43	8.507,21	2.180,43	8.507,21	0,00	1,47	94,52	492,79
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	19.200,00	4.933,23	18.654,96	4.933,23	18.654,96	0,00	3,23	97,16	545,04
Educação	622.000,00	505.000,00	42.217,43	167.332,16	42.217,43	167.332,16	0,00	28,96	33,14	337.667,84
Ensino Fundamental	362.000,00	355.000,00	28.484,62	103.987,76	28.484,62	103.987,76	0,00	18,00	29,29	251.012,24
Educação Infantil	260.000,00	150.000,00	13.732,81	63.344,40	13.732,81	63.344,40	0,00	10,96	42,23	86.655,60
Cultura	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Difusão Cultural	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Urbanismo	73.000,00	75.600,00	4.951,41	16.804,75	4.951,41	16.804,75	0,00	2,91	22,23	58.795,25
Serviços Urbanos	73.000,00	75.600,00	4.951,41	16.804,75	4.951,41	16.804,75	0,00	2,91	22,23	58.795,25
Saneamento	30.000,00	11.000,00	832,14	3.197,72	832,14	3.197,72	0,00	0,55	29,07	7.802,28
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	11.000,00	832,14	3.197,72	832,14	3.197,72	0,00	0,55	29,07	7.802,28
Gestão Ambiental	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Agricultura	5.000,00	5.000,00	569,32	2.095,36	569,32	2.095,36	0,00	0,36	41,91	2.904,64
Promoção da Produção Vegetal	5.000,00	5.000,00	569,32	2.095,36	569,32	2.095,36	0,00	0,36	41,91	2.904,64
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	962,28	3.688,83	962,28	3.688,83	0,00	0,64	73,78	1.311,17
Turismo	5.000,00	5.000,00	962,28	3.688,83	962,28	3.688,83	0,00	0,64	73,78	1.311,17
Desporto e Lazer	6.000,00	7.000,00	1.308,46	5.074,34	1.308,46	5.074,34	0,00	0,88	72,49	1.925,66
Desporto de Rendimento	6.000,00	7.000,00	1.308,46	5.074,34	1.308,46	5.074,34	0,00	0,88	72,49	1.925,66
TOTAL (III)=(I+II)	57.555.178,14	66.761.286,35	7.768.586,69	49.647.605,47	8.494.207,67	46.471.565,94	0,00	100,00	69,61	20.289.720,41

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:4FB5ED4F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO IV

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERIODO: Janeiro a Agosto 2014/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)					R$ 1
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2014	Jan a Ago 2013
RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	1.777.876,83	0,00
RECEITAS CORRENTES	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	1.777.876,83	0,00
Receita de Contribuição dos Segurados	1.590.000,00	1.590.000,00	0,00	633.549,01	0,00
Pessoal Civil	1.590.000,00	1.590.000,00	0,00	633.549,01	0,00
Ativo	1.575.000,00	1.575.000,00	0,00	629.992,99	0,00
Inativo	15.000,00	15.000,00	0,00	3.556,02	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	698.436,43	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	698.436,43	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	150.000,00	150.000,00	0,00	445.891,39	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	125.000,00	125.000,00	0,00	28.174,97	0,00
Demais Receitas Correntes	25.000,00	25.000,00	0,00	417.716,42	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	911.820,75	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (III) = (I+II)	5.020.000,00	5.020.000,00	0,00	2.689.697,58	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014			Em 2013	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	LIQUIDADAS Jan a Ago 2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			No Bimestre	Jan a Ago 2014			
DESPESAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.523.000,00	4.523.000,00	0,00	1.441.424,48	-	0,00	-
ADMINISTRAÇÃO	575.200,00	575.200,00	0,00	147.470,48	-	0,00	-
Despesas Correntes	540.200,00	540.200,00	0,00	146.230,48	-	0,00	-
Despesas de Capital	35.000,00	35.000,00	0,00	1.240,00	-	0,00	-
PREVIDÊNCIA	3.947.800,00	3.947.800,00	0,00	1.293.954,00	-	0,00	-
Pessoal Civil	3.947.800,00	3.947.800,00	0,00	1.293.954,00	-	0,00	-
Aposentados	2.540.000,00	2.540.000,00	0,00	899.686,01	-	0,00	-
Pensões	450.000,00	450.000,00	0,00	179.285,81	-	0,00	-
Outros Benefícios Previdenciários	957.800,00	957.800,00	0,00	214.982,18	-	0,00	-
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS PRECIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+V)	4.523.000,00	4.523.000,00	0,00	1.441.424,48	-	0,00	-
RESULTADO PREVIDENCÍÁRIO (VII) = (III-VI)	497.000,00	497.000,00	0,00	1.248.273,10	-	0,00	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2014	Jan a Ago 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O EPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insufuciências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formatação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	497.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Jul 2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		Em 2014	Em 2013
CAIXA	1.221.813,19	1.221.813,19	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	12.396.015,45	12.461.836,86	11.922.280,38
INVESTIMENTOS	97.125,80	97.125,80	97.125,80

OUTROS BENS E DIREITOS			0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		PERÍODO
			No Bimestre	Jan a Ago 2014	Jan a Ago 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	911.820,75	0,00
Receitas de Contribuições	1.900.000,00	1.900.000,00	0,00	875.841,29	0,00
Patronal	1.770.000,00	1.770.000,00	0,00	365.061,61	0,00
Pessoal Civil	1.770.000,00	1.770.000,00	0,00	365.061,61	0,00
Ativo	1.770.000,00	1.770.000,00	0,00	365.061,61	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	453.460,36	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	130.000,00	130.000,00	0,00	57.319,32	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	120.000,00	120.000,00	0,00	35.979,46	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII+IX-X)	2.020.000,00	2.020.000,00	0,00	911.820,75	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2014	Jan a Ago 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:14D31351

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO VI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Agosto 2014/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)				R$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2014	Jan a Ago 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	46.858.768,26	8.695.966,23	36.598.759,86	30.307.361,71
Receita Tributária	5.752.339,88	1.663.605,34	5.782.780,99	3.960.775,25
IPTU	830.943,85	39.366,83	862.069,61	730.396,66
ISS	2.573.945,41	885.204,12	2.306.949,43	1.230.222,22
ITBI	659.627,09	451.528,87	1.088.514,75	538.107,27
IRRF	743.763,12	184.376,56	700.016,41	677.504,12
Taxas	944.060,41	103.128,96	825.230,79	784.544,98
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	4.285.893,44	141.821,14	2.006.749,66	468.648,48
Receitas Previdenciárias	3.500.000,00	0,00	1.509.390,30	0,00
Outras Receitas de Contribuições	785.893,44	141.821,14	497.359,36	468.648,48
Receita Patrimonial Líquida	15.431,46	700,00	3.830,00	1.206,40
Receita Patrimonial	2.379.410,44	71.537,15	1.213.684,39	524.896,99
(-)Aplicações Financeiras	2.363.978,98	70.837,15	1.209.854,39	523.690,59
Transferências Correntes	33.255.196,24	6.211.067,04	25.843.454,71	23.880.512,42
LC 61/89	72.530,31	13.571,82	53.138,87	25.537,89
LC 87/96	64.863,40	8.819,36	30.867,76	38.889,10
Convênios	687.629,29	477.859,47	964.829,57	566.146,18
FPM	9.186.135,31	1.453.656,02	6.858.477,25	6.275.756,40
ICMS	7.257.221,35	1.454.109,09	5.083.723,42	5.135.152,29
IPVA	2.246.323,07	310.461,27	3.015.791,37	2.535.996,58
ITR	361.619,14	14.267,58	95.046,05	21.882,99
Outras Transferências Correntes	13.378.874,37	2.478.322,43	9.741.580,42	9.281.150,99
Demais Receitas Correntes	3.549.907,24	678.772,71	2.961.944,50	1.996.219,16
Dívida Ativa	838.000,00	59.978,75	799.009,54	559.295,12
Diversas Receitas Correntes	2.711.907,24	618.793,96	2.162.934,96	1.436.924,04
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.404.961,21	236.053,63	1.321.615,26	1.449.666,68
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.404.961,21	236.053,63	1.321.615,26	1.449.666,68
Convênios	8.404.961,21	236.053,63	1.106.911,26	1.067.941,05

Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	214.704,00	381.725,63
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	8.404.961,21	236.053,63	1.321.615,26	1.449.666,68
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	55.263.729,47	8.932.019,86	37.920.375,12	31.757.028,39

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		Em 2014			Em 2013	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	LIQUIDADAS Jan a Ago 2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
		No Bimestre	Jan a Ago 2014			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	57.900.081,15	7.877.237,15	42.527.075,32		29.222.898,32	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	29.136.660,00	5.142.002,75	22.032.127,65		16.903.801,16	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	134.000,00	17.056,88	71.490,90		58.532,68	0,00
Outras Despesas Correntes	28.629.421,15	2.718.177,52	20.423.456,77		12.260.564,48	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	57.766.081,15	7.860.180,27	42.455.584,42		29.164.365,64	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.903.527,06	616.970,52	3.944.490,62		3.296.584,06	0,00
Investimentos	6.473.527,06	456.917,84	3.163.702,63		2.415.446,94	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.430.000,00	160.052,68	780.787,99		881.137,12	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	6.473.527,06	456.917,84	3.163.702,63		2.415.446,94	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	460.678,14	-	-		-	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	497.000,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	65.197.286,35	8.317.098,11	45.619.287,05		31.579.812,58	
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII-XVIII)	-9.933.556,88	614.921,75	-7.698.911,93		177.215,81	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	9.103.721,06		650.537,85	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS						342.346,42

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:08828311

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO VII

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Agosto 2014/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)													R$ 1
PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
		Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	A Pagar	
		Exercicios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2013				Exercicios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2013					
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	12.576,30	797.048,49	0,00	797.007,97	12.616,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA(exceto Intra-Orçam.)-(I)	12.576,30	797.048,49	0,00	797.007,97	12.616,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0102	GABINETE DO PREFEITO	10.226,30	77.501,72	0,00	77.501,72	10.226,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0103	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	8.385,84	0,00	8.385,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0104	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	74.989,79	0,00	74.949,27	40,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0105	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER	0,00	104.616,60	0,00	104.616,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0106	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	161.950,05	0,00	161.950,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0107	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	17.570,91	0,00	17.570,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0108	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE	0,00	299.810,18	0,00	299.810,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0109	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	14.815,99	0,00	14.815,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0110	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL	2.350,00	37.407,41	0,00	37.407,41	2.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	122.598,80	0,00	122.040,47	558,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	122.598,80	0,00	122.040,47	558,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL (III) = (I+II)	12.576,30	919.647,29	0,00	919.048,44	13.175,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:A1C98C78

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO VIII

ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Agosto 2014/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)					R$ 1
RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1 - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5 - (-)Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1 - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1 - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5 - (-) Deduções da Receita de ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1 - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	2.000,00	2.000,00	568,06	14.732,64	736,63
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	687.629,29	687.629,29	55.859,47	1.262.345,66	183,58
6.1 - Transferências de Convênios	687.629,29	687.629,29	55.859,47	1.262.345,66	183,58
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	689.629,29	689.629,29	56.427,53	1.277.078,30	185,18
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.645.400,29	4.645.400,29	793.650,60	3.613.785,14	77,79
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.296.533,83	2.296.533,83	363.413,96	1.714.619,06	74,66
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.814.305,34	1.814.305,34	363.527,21	1.270.930,66	70,05
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	12.972,68	12.972,68	1.763,86	6.173,51	47,59
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	72.323,83	72.323,83	2.853,49	19.009,11	26,28
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	449.264,61	449.264,61	62.092,08	603.052,80	134,23
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.014.508,85	5.014.508,85	1.033.056,87	4.054.463,06	80,85
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	5.004.508,85	5.004.508,85	1.031.145,22	4.046.007,38	80,85
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	1.911,65	8.455,68	84,56
12. ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	359.108,56	359.108,56	237.494,62	432.222,24	120,36
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d) (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	(%) (g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre		

				(e)	PROCESSADOS (f)	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.500.000,00	4.336.000,00	849.279,15	3.312.007,15	0,00	76,38
13.1 - Com Educação Infantil	2.200.000,00	1.820.000,00	271.280,92	1.034.407,48	0,00	56,84
13.2 - Com Ensino Fundamental	2.300.000,00	2.516.000,00	577.998,23	2.277.599,67	0,00	90,52
14. OUTRAS DESPESAS	1.200.000,00	1.978.700,00	395.425,01	1.551.980,01	0,00	78,43
14.1 - Com Educação Infantil	600.000,00	578.000,00	65.035,91	251.254,06	0,00	43,47
14.2 - Com Ensino Fundamental	600.000,00	1.400.700,00	330.389,10	1.300.725,95	0,00	92,86
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	5.700.000,00	6.314.700,00	1.244.704,16	4.863.987,16	0,00	77,03

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	100,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] ((13-(16.1-17.1))/(11)x100%)	81,69
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2-17.2))/(11)x100%)	38,28
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%	-19,97

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
22. IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d) (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(%) (g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
23. EDUCAÇÃO INFANTIL	1.300.000,00	451.300,00	60.622,22	227.662,11	0,00	50,45
23.1 Creche	1.300.000,00	451.300,00	60.622,22	227.662,11	0,00	50,45
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.300.000,00	451.300,00	60.622,22	227.662,11	0,00	50,45
23.2 Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24. ENSINO FUNDAMENTAL	3.025.000,00	4.062.200,00	943.325,86	3.718.445,29	0,00	91,54
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.900.000,00	3.916.700,00	908.387,33	3.578.325,62	0,00	91,36
24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	125.000,00	145.500,00	34.938,53	140.119,67	0,00	96,30
25. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26. ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28. OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29. TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (23+24+25+26+27+28)	4.325.000,00	4.513.500,00	1.003.948,08	3.946.107,40	0,00	87,43

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	432.222,24
31. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32. RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	8.455,68
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[2]	0,00
36. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	0,00
37. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	440.677,92
38. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24)-37)	3.505.429,48
39. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MDE[3] ((38)/(3)x100)%	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d) (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(%) (g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	2.000,00	2.000,00	568,06	14.732,64	0,00	736,63
41. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	755.000,00	852.500,00	113.993,83	593.779,83	0,00	69,65
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '	00,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.280.000,00	1.720.102,00	113.993,83	1.391.774,26	0,00	80,91
44. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	2.037.000,00	2.574.602,00	228.555,72	2.000.286,73	0,00	77,69
45. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	6.362.000,00	7.088.102,00	1.232.503,80	5.946.394,13	0,00	83,89

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REUCURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
46. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47. SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	78.462,79	0,00
48. (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	4.046.007,38	0,00
49. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.856.179,63	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	4.813.171,69	0,00
49.2 - Restos a Pagar	43.007,94	0,00
50. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	8.455,68	0,00
51. (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	-723.253,78	0,00

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:01709685

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO XII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Julho - Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Ago 2014 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	5.292.279,47	5.292.279,47	5.137.779,35	97,08
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	830.943,85	830.943,85	862.069,61	103,75
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	659.627,09	659.627,09	1.088.514,75	165,02
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.573.945,41	2.573.945,41	2.306.949,43	89,63
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	743.763,12	743.763,12	700.016,41	94,12
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	21.000,00	21.000,00	27.796,93	132,37
Dívida Ativa dos Impostos	351.000,00	351.000,00	118.619,84	33,79
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	112.000,00	112.000,00	33.812,38	30,19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.299.531,75	23.299.531,75	18.122.594,44	77,78
Cota-Parte do FPM	11.482.669,14	11.482.669,14	8.573.096,31	74,66
Cota Parte do ITR	361.619,14	361.619,14	95.046,05	26,28
Cota-Parte do IPVA	2.246.323,07	2.246.323,07	3.015.791,37	134,25
Cota-Parte do ICMS	9.071.526,69	9.071.526,69	6.354.654,08	70,05
Cota-Parte IPI-Exportação	72.530,31	72.530,31	53.138,87	73,26
Compensação Financeiras Provinientes de Impostos e Transf. Constitucionais	64.863,40	64.863,40	30.867,76	47,59
Desoneração ICMS (LC 87/96)	64.863,40	64.863,40	30.867,76	47,59
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	28.591.811,22	28.591.811,22	23.260.373,79	81,35
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Ago 2014 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	7.023.060,91	7.023.060,91	4.912.643,81	69,95
Provenientes da União	5.675.059,56	5.675.059,56	3.966.237,49	69,89
Provenientes dos Estados	1.338.001,35	1.338.001,35	891.276,47	66,61
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	10.000,00	10.000,00	55.129,85	551,30
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.023.060,91	7.023.060,91	4.912.643,81	69,95

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Ago 2014 (f)	% (f/e) x 100	Jan a Ago 2014 (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTE	12.164.000,00	13.497.610,00	11.169.331,93	82,75	10.881.061,91	80,61
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	7.498.200,00	8.557.210,00	7.652.293,09	89,43	7.652.293,09	89,43
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.665.800,00	4.940.400,00	3.517.038,84	71,19	3.228.768,82	65,35
DESPESAS DE CAPITAL	231.000,00	912.217,13	860.311,98	94,31	860.311,98	94,31
Investimentos	231.000,00	912.217,13	860.311,98	94,31	860.311,98	94,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	12.395.000,00	14.409.827,13	12.029.643,91	83,48	11.741.373,89	81,48
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Ago 2014 (h)	% (h/I1V00f) x	Jan a Ago 2014 (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.660.000,00	6.566.039,98	5.185.138,05	43,10	5.296.146,55	45,11
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	6.660.000,00	6.566.039,98	5.185.138,05	43,10	5.296.146,55	45,11
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

PAGAR CANCELADOS						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.660.000,00	6.566.039,98	5.185.138,05	43,10	5.296.146,55	45,11
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	5.735.000,00	7.843.787,15	6.844.505,86	56,90	6.445.227,34	54,89

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	27,71
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb)]	2.956.160,90

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Ago 2014 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Ago 2014 (m)	% (m/total) x 100
Administração Geral	1.519.000,00	2.275.000,00	2.120.704,21	17,63	2.083.727,14	17,75
Formação de Recursos Humanos	80.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	4.262.000,00	4.459.729,98	3.580.183,30	29,76	3.534.264,20	30,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.592.000,00	6.602.297,15	5.533.326,47	46,00	5.416.228,68	46,13
Suporte Profilático e Terapêutico	474.000,00	544.400,00	358.981,59	2,98	271.982,54	2,32
Vigilância Sanitária	125.000,00	148.200,00	125.109,62	1,04	125.109,62	1,07
Vigilância Epidemiológica	343.000,00	351.200,00	311.338,72	2,59	310.061,71	2,64
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL	12.395.000,00	14.409.827,13	12.029.643,91	100,00	11.741.373,89	100,00

Nota: Durante o exercício, apresentar as despesas empenhadas e as liquidadas separadamente. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas e as empenhadas e inscritas em restos a pagar não processados comporão a coluna despesas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados.

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k"

[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:E0340346

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF ANEXO VI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2014

RGF – ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						R$ 1
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
RECURSOS VINCULADOS						
(00.00.00.00) Sem Detalhamento da Destin	13.175,15	0,00	0,00	0,00	-13.175,15	0,00
(00.01.00.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	1.306.734,55	0,00	978.075,07	-938.252,80	0,00
(00.01.00.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	826.478,77	690.763,95	0,00
(00.01.00.17) Média Alta Complexidade -	0,00	109.192,82	0,00	64.884,93	-109.192,82	0,00
(00.01.01.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	184.823,57	0,00	15.276,98	-184.823,57	0,00
(00.01.01.50) Transferências referentes	0,00	25.155,00	0,00	53.865,00	-25.155,00	0,00

(00.01.14.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	0,00	420.793,53	0,00
(00.01.14.08) Piso de Atenção Básica - P	0,00	2.085,02	0,00	5.361,03	-2.085,02	0,00
(00.01.14.10) Programa de Saúde da Famíl	0,00	15.315,61	0,00	33.715,21	-15.315,61	0,00
(00.01.14.11) Saúde Bucal - Programa de	0,00	10.193,90	0,00	1.561,44	-10.193,90	0,00
(00.01.14.17) Média Alta Complexidade -	0,00	50.663,62	0,00	7.446,87	-50.663,62	0,00
(00.01.14.20) Serviço de Atendimento Móv	0,00	6.525,85	0,00	2.581,47	-6.525,85	0,00
(00.01.15.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	0,00	93.202,13	0,00
(00.01.15.51) Transferências referentes	0,00	64.084,52	0,00	2.068,52	-64.084,52	0,00
(00.01.16.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	0,00	4,22	0,00
(00.01.17.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	49.313,91	0,00	101.462,06	-49.295,70	0,00
(00.01.18.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	0,00	303.324,07	0,00
(00.01.18.53) Outras Transferências de R	0,00	704,44	0,00	0,00	-704,44	0,00
(00.01.19.53) Outras Transferências de R	0,00	8.793,81	0,00	1.003,83	-8.793,81	0,00
(00.01.22.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	0,00	749.070,15	0,00
(00.01.22.54) Transferência de Convênios	0,00	89.894,77	0,00	0,01	-89.894,77	0,00
(00.01.22.55) Transferência de Convênios	0,00	12.636,75	0,00	7.471,84	-12.636,75	0,00
(00.01.23.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	0,00	458.635,41	0,00
(00.01.23.08) Piso de Atenção Básica - P	0,00	31.355,30	0,00	0,00	-31.355,30	0,00
(00.01.24.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	164.743,29	0,00	0,00	2.569.933,69	0,00
(00.01.24.54) Transferência de Convênios	0,00	48.054,81	0,00	0,00	-48.054,81	0,00
(00.01.24.55) Transferência de Convênios	0,00	2.950,00	0,00	5.989,72	-2.950,00	0,00
(00.01.29.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	51.615,45	0,00	23.021,65	68.230,99	0,00
(00.01.29.03) Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	20.786,94	0,00	1.416,73	-20.786,94	0,00
(00.01.29.04) Programa de Atenção à Cria	0,00	4.690,48	0,00	3.356,08	-4.690,48	0,00
(00.01.29.05) Programa Pessoa Portadora	0,00	0,00	0,00	12.368,28	0,00	0,00
(00.02.23.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	0,00	29.961,14	0,00
(00.03.15.53) Outras Transferências de R	0,00	0,00	0,00	79.596,00	0,00	0,00
(00.03.23.54) Transferência de Convênios	0,00	63.154,15	0,00	0,00	-63.154,15	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	13.175,15	2.323.468,56	0,00	2.227.001,49	3.632.134,27	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	13.175,15	2.323.468,56	0,00	2.227.001,49	3.632.134,27	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						
(00.01.00.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	442.496,33	13.780.775,85	0,00
(00.01.03.00) Sem Detalhamento da Destin	0,00	0,00	0,00	212.195,66	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	654.691,99	13.780.775,85	0,00
* Relatório agrupado por fonte de recurso (grupo.codigo.detalhamento)						

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:9851F2ED

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SEGUROS DE VEÍCULOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.788/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2014
Pelo presente, o MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, com sede na Prefeitura Municipal, situada na Rua do Comércio, nº. 480, Centro, inscrito no CNPJ: 15.023.948/0001-30, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS, brasileira, Assistente Social, residente e domiciliada, na Avenida Padre nazareno Lanciotti, nº. 1259, Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 984.045 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº. 632.796.901-10, doravante denominado GERENCIADOR e a empresa MAPFRE SEGUROS GERAL S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38, com endereço em Av. das Nações Unidas, nº. 1171, Brooklin, São Paulo SP, CEP 04578-000, através do seu representante legal o (a) Sr.(a) EDVAGNER MAX, inscrito(a) no CPF sob o nº. 851.290.031-871, e RG. Sob o nº. 11377283 SJ/MT, vencedora do certame doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 29/2014, ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preço, conforme a Lei nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de seguros, para a frota oficial de veículos e seus departamentos, segundo as condições previstas neste edital e especificações constantes abaixo:

1	005.020.017	CONTRATAÇAO DE SEGURO PARA VEICULO CITROEN JUMPER, MINIBUS 2.3, HDL, ZERO KM,CAPACIDADE DE 15 PASSAGEIROS	UN	1	2.500,00	2.500,00
2	005.020.016	CONTRATAÇAO DE SEGURO PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING, PLACA NPH 6855	UN	1	800,00	800,00
3	005.020.014	CONTRATAÇAO DE SEGURO PARA VEICULO GOL 1.6, PLACA OBO 3752	UN	1	830,00	830,00
4	005.020.015	CONTRATAÇAO DE SEGURO PARA VEICULO TOYOTA HILUX, CAB DUPLA,,PLACA NJB 3471	UN	1	800,00	800,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.0. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
2.1. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir legalmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

2.2. Os quantitativos previstos no Termo de Referência – Anexo I – são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquiri-lo.
2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Jauru.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO
4.1. A entrega do objeto deste contrato ocorrerá na sede da licitante em Jauru – MT, em até 02 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.
4.2.Somente será aceito serviços que corresponda as especificações constantes da presente ata de registro de preço, do edital e seus anexos, e tenha sido objeto de vistoria pelo órgão responsável pelo recebimento.
4.4.A nota fiscal será emitida e entregue juntamente com o serviço, devendo conter na mesma as características do item licitado e data de sua emissão e data e hora da saída.
4.5. Caso seja constatado que o serviço entregue não corresponde em qualidade, descrição e especificação ao estabelecido na licitação serão exigidos da FORNECEDORA sua substituição ou será rejeitado o fornecimento, sem qualquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos e na legislação pertinente.
5.1. As aquisições dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento (A.F), emitida pela Prefeitura Municipal de Jauru, contendo o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.
5.2. A Autorização de Fornecimento (A.F) será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la a esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA COBERTURA DO SEGURO
6.0. Dos Riscos Cobertos:
O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional.
6.1. CASCO
-Valor para cobertura de 100% da tabela FIPE.
6.2. Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Pessoais)
-Valor para indenização de danos materiais: R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).
-Valor para indenização de danos pessoais: R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais).
6.3. Acidente por passageiro (APP)
-Valor para indenização morte por pessoa: 50.000,00 (cinquenta mil reais).
-Valor para indenização invalidez por pessoa: 50.000,00 (cinquenta mil reais).
6.4. Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro.
Prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

6.5. DA FRANQUIA
A franquia considerada é a reduzida (50%) para todos os itens, observado, no entanto, o seguinte:
6.5.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
6.6. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
6.7. Os veículos deverão ser segurados tomando-se a Tabela FIPE como base de
cálculo.
6.8. Os condutores dos veículos são servidores efetivos do quadro funcional.
6.9. Deverá ser contratado cobertura de vidros, retrovisores, lanternas e faróis (passeios e utilitários).
6.10. Assistência 24 horas, sem limite guincho com reboque em caso de acidente (500 km) e Reboque/Auxílio em caso de pane mecânica (500 km).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR
7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:
I - Assistência 24 horas, sem limite guincho em casos de panes ou acidentes (500 km).
II - Disponibilidade de carro reserva pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ou até quando o veículo ficar no conserto (passeio e utilitário).
III - A apólice de seguro deverá obedecer todas as normas que regem a prestação de serviços de seguro, em especial, aquelas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
IV - Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas no instrumento contratual.
V - Disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, o serviço de atendimento a solicitações do Contratante, durante todo o período de vigência do contrato;
VI - Comunicar imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.
VII - Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informação de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da Prefeitura Municipal de Jauru.
VIII - Não utilizar o nome da Prefeitura Municipal de Jauru, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão contratual.
IX - Não oferecer o contrato em garantia de operações de crédito bancário.
X - Apresentar, no prazo determinado pelo contrato, fatura ou documentação exigidos como condição para o pagamento. O atraso importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da Prefeitura Municipal de Jauru.
XI - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XII - Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas previstas no instrumento contratual e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes do descumprimento de obrigações contratuais.
XIII - Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações em seus dados cadastrais, tais como endereço, telefone, bem como no contrato social, durante o prazo de vigência do contrato, devendo apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.
XIV - Encaminhar qualquer solicitação à Prefeitura Municipal de Jauru, por intermédio do gestor do contrato.
XV - Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pela Prefeitura Municipal de Jauru.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA
8.0. Cumprir todas as normas e condições do presente edital;
8.1. Assegurar à CONTRATADA o pronto pagamento do prêmio do seguro;
8.2. Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado;
8.3. Informar a CONTRATADA sempre que houver transferência de veículo;
8.4. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO
9.0. O pagamento será efetuado em 01 entrada e 03 (três) parcelas fixas sem juros.
9.1. Após a entrega da Apólice, o licitante vencedor deverá apresentar à Prefeitura Municipal de Jauru, junto ao Departamento de Compras a Nota Fiscal/Fatura, para que após ateste por servidor competente, sejam adotados os procedimentos afetos ao primeiro pagamento.
9.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
9.3. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.
9.4. Por ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar Nota Fiscal em conformidade com a legislação aplicável ao fornecimento destinado à administração pública, juntamente com Certidão Negativa de Débitos Municipais, Estadual, FGTS, INSS e CNDT da sede do contratado ou do contratante.
9.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato.
10.1. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Jauru.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA
11.0. A presente ATA poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
- quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no contrato;
- quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;
- quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste contrato, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Contrato;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;
11.1. Ocorrendo cancelamento do contrato, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo.
11.2. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços contratados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
11.3. Havendo o cancelamento do preço contratado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento dos materiais.
11.4. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar este contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC
12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:
I) todos os impostos, taxas, transporte e frete, que forem devidos em decorrência das contratações e ou fornecimento do objeto deste Edital.
II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.
III) despesas com hospedagem e alimentação para toda a equipe.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES
13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência;
II) multa;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Jauru, por período de até 05 (cinco) anos;
IV) declaração de inidoneidade.
13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.
13.2. O fornecedor sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.
13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a Ata, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.
13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .
13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.
13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.
13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS
14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
15.0. As despesas relativas às aquisições decorrentes desta licitação, serão suportadas pela dotação do Município de Jauru a seguir:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
16.0 As partes ficam adstritas, ainda, às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
As partes contratantes elegem o foro e Comarca de Jauru - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando arquivadas na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Paço Municipal Presidente “Tancredo de Almeida Neves”, em Jauru - MT, 26 de SETEMBRO de 2014.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

EDVAGNER MAX
Mapfre Seguros Gerais S/A

VISTO PROCURADORÍA JURÍDICA

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:1A0F19B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 29/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.788/2014

Referente ao Pregão N° 2**9/2014** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGUROS, PARA A FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS; de conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeado através da Portaria nº277/2014 FAÇO SABER, que nesta data fica “HOMOLOGADO” o processo licitatório modalidade Pregão n° 029/2014 tendo como vencedor a seguinte empresa com os seguintes itens:

Item	4152 Código	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.	V. Unitário	Valor Total
1	005.020.017	CONTRATAÇAO DE SE SEGURO PARA VEICULO CITROEN JUMPER , MINIBUS,2.3 HDL,ZERO Km,CAPACIDADE DE 15 PASSAGEIROS	UN	1	2.500,00	2.500,00
2	005.020.016	CONTRATAÇAO DE SEGURO PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING, PLACA NPH 6855.	UN	1	800,00	800,00
3	005.020.014	CONTRATAÇAO DE SEGURO PARA VEICULO GOL 1.6, PLACA OBO 3752.	UN	1	830,00	830,00
4	005.020.0015	CONTRATAÇAO DE SEGURO PARA VEICULO TOYOTA HILUX, CAB DUPLA, PLACA NJB 3471.	UN	1	800,00	800,00

Jauru – MT, 26 de SETEMBRO de 2014.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:341C7BC8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

CÂMARA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006

DIVULGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014.

O Senhor **AIRTON CALLAI,** Presidente da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso e **RONALDO MARCOS DA SILVA**, Presidente da **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014,** nomeado pela **Portaria nº 16, de 04 de fevereiro de 2014**, considerando que não houve nenhum recurso quanto a divulgação do Resultado Preliminar;
Fica convertido aquele resultado, divulgado através do Edital Complementar nº 005, no dia 26 de setembro de 2014, em **RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014**, conforme **ANEXO I**, deste Edital.

Foi constatado de ofício que o candidato classificado no 19º lugar, para o cargo de Controlador Interno, quando da publicação do resultado preliminar, estava equivocada, pois não atingiu a nota mínima de 50% da prova escrita, por esta razão, foi desclassificado.

A integra deste Edital Complementar poderá ser consultada no Mural e no site oficial da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde – MT - www.camaralucasdorioverde.mt.gov.br, *bem como no site da empresa organizadora* – www.grupoatame.com.br/concurso.

Lucas do Rio Verde, 01 de outubro de 2014.

AIRTON CALLAI
Presidente da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde

RONALDO MARCOS DA SILVA
Presidente da Comissão Examinadora

ANEXO I
RESULTADO FINAL
r

Cargo: 001 - Contador											
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**PP**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000074	ARTEMIO DENARDIN	14/09/1972	**1**	42,00	16,00	0,00	20,00	0,00	2,00	80,00	AP
0000000007	NELCI SOELI RABER	04/10/1965	**2**	39,00	14,00	0,00	18,00	0,00	2,00	73,00	CL
0000000048	IVÂNIA CASTILHO XAVIER	29/08/1979	**3**	33,00	16,00	0,00	16,00	0,00	2,00	67,00	CL
0000000122	GUSTAVO MELGAR NASCIMENTO	27/09/1991	**4**	27,00	14,00	0,00	18,00	0,00	0,00	59,00	CL
0000000009	SANDRA FRANCISCA DE OLIVEIRA	20/03/1975	**5**	27,00	16,00	0,00	14,00	0,00	0,00	57,00	CL
0000000117	FRANCIELI BALDIN ROVEDA	05/05/1985	**6**	30,00	12,00	0,00	14,00	0,00	0,00	56,00	CL
0000000133	ELIANE APARECIDA DA CRUZ	10/10/1992	**7**	27,00	14,00	0,00	14,00	0,00	0,00	55,00	CL
0000000111	KEILA MARTIM	25/05/1989	**8**	24,00	12,00	0,00	14,00	0,00	0,00	50,00	CL
Cargo: 002 - Controlador Interno											
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**PP**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000011	MARCELE INES ROOS	22/07/1981	**1**	33,00	16,00	0,00	20,00	0,00	2,00	71,00	AP
0000000126	AUGUSTO DE OLIVEIRA	23/04/1991	**2**	36,00	14,00	0,00	18,00	0,00	0,00	68,00	CL
0000000013	AMANDA PEREIRA OVALHE	26/07/1982	**3**	36,00	10,00	0,00	18,00	0,00	0,00	64,00	CL
0000000058	IRISMAR DA CONCEIÇÃO SOUSA FURTADO FARIAS	03/07/1983	**4**	30,00	14,00	0,00	20,00	0,00	0,00	64,00	CL
0000000069	ELISANGELA DA SILVA LOPES	22/09/1987	**5**	33,00	16,00	0,00	14,00	0,00	0,00	63,00	CL
0000000136	REGINALDO JOSE PIRES	31/03/1976	**6**	33,00	12,00	0,00	18,00	0,00	0,00	63,00	CL
0000000084	GERUZA FURLANETO	07/12/1973	**7**	30,00	18,00	0,00	14,00	0,00	0,00	62,00	CL
0000000002	ROSANA AMÉRICO DE CAMPOS	01/08/1990	**8**	30,00	14,00	0,00	16,00	0,00	2,00	62,00	CL
0000000081	ALBERTO FERNANDO SANTA ROSA AMBROSIO	21/08/1980	**9**	27,00	16,00	0,00	16,00	0,00	0,00	59,00	CL
0000000063	ROSELI ENGSTER ZANQUI	19/05/1975	**10**	36,00	10,00	0,00	12,00	0,00	0,00	58,00	CL
0000000118	STEPHANY FRANCCYNY FERREIRA	16/10/1987	**11**	24,00	18,00	0,00	14,00	0,00	0,00	56,00	CL
0000000010	ROSANGELA BARELLA	22/02/1981	**12**	27,00	16,00	0,00	12,00	0,00	0,00	55,00	CL
0000000105	WANDER RODRIGO BORTOLASSI	31/03/1977	**13**	27,00	10,00	0,00	18,00	0,00	0,00	55,00	CL
0000000022	FRANCINE MARIA FERNANDES	03/05/1984	**14**	18,00	16,00	0,00	20,00	0,00	0,00	54,00	CL
0000000123	SIONEI BRAGA DOS SANTOS FERREIRA	05/04/1983	**15**	27,00	12,00	0,00	14,00	0,00	0,00	53,00	CL
0000000140	CLEIDE DE LIMA SILVA	26/11/1974	**16**	30,00	8,00	0,00	14,00	0,00	0,00	52,00	CL
0000000018	HEIDY PEREIRA PINTO FALCADE	21/09/1988	**17**	18,00	16,00	0,00	18,00	0,00	0,00	52,00	CL
0000000041	FATIMA DE NAZARE BORGES DE SOUZA	11/06/1963	**18**	18,00	18,00	0,00	14,00	0,00	0,00	50,00	CL

Lucas do Rio Verde - MT, 01 de outubro de 2014

AIRTON CALLAI
Presidente da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde - MT

RONALDO MARCOS DA SILVA
Presidente da Comissão Examinadora

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:5F413562

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 018/2014

PREGÃO PRESENCIAL 027/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços das **Empresa COXIPÓ MATERIAS ELETRICOS – ME,** inscrita no **CNPJ 26.579.029/0001-63**, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO MENDONÇA, portador do RG. 92106912 SSP/MT, Inscrito no CPF/MF 229.630.651-91 e a **Empresa AYRES GOMES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ 03.103.014/0001-29,** neste ato representado pelo Sr. José Ayres Gomes Filho, portador do RG 1398909-0, Inscrito no CPF/MF 330.632.142-72 Nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS PARA INSTALAÇÕES ELETRICAS, HIDRÁULICAS, TINTAS, FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

3.2. A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3. As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:
Secretaria Municipal de Administração;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (todos os departamentos);
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos;
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social.
Secretaria Municipal Distrital

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Empresa AYRES GOMES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME, inscrita no **CNPJ 03.103.014/0001-29.**
Valor R$ 436.870,53 (quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos).

ITEM	QT.	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
1	50	und	"T" ½ Soldável p/ água potável	Krona	0,55	27,50
2	50	und	"T" ½ Roscável p/ água potável	Krona	1,50	75,00
3	50	und	"T" ¾ Roscável p/ água potável	Krona	1,87	93,50
4	50	und	"T" ¾ Soldável p/ água potável	Krona	0,75	37,50
5	10	und	"T" 85mm Soldável p/ água potável	Krona	49,00	490,00
6	50	und	"T" 60mm Soldável, em PVC, p/ água potável	Krona	17,00	850,00
7	50	und	"T" 100mm p/ esgoto	Krona	7,50	375,00
8	50	und	"T" 40mm p/ esgoto	Krona	1,20	60,00
9	30	und	Adaptador curto 85mm para 3,5``	Krona	22,00	660,00
10	30	und	Adaptador curto de 60 mm para 2``	Krona	8,90	267,00
11	100	und	Adaptador de 25mm para ¾ curto	Krona	0,50	50,00

12	90	und	Adaptador elétrico, do antigo (macho) padrão para o novo (fêmea)padrão, corpo em termoplástico de engenharia e partes condutoras em liga de cobre, mínimo 10A x 250V.	lorenzetti	5,30	477,00
13	190	und	Adaptador elétrico, do novo (macho) padrão para o antigo (fêmea)padrão, corpo em termoplástico de engenharia e partes condutoras em liga de cobre, mínimo 10A x 250V. fêmea com entrada de pino chato e redondo	Lorenzetti	5,30	1.007,00
14	10	Lt	Adesivo plástico para cano PVC, embalagem de 01 litro	Pulvitec	26,00	260,00
15	30	Tubo	Adesivo plástico para cano PVC, embalagem 175g	Pulvitec	12,80	384,00
16	50	Lata	Água Raz 900ml	Gol	8,90	445,00
17	10	Kg	Arame galvanizado rolo 01 Kg	Belgo	13,50	135,00
18	35	Kg	Arame recozido rolo 01 Kg	Belgo	8,90	311,50
19	150	m³	Areia lavada	s/m	85,00	12.750,00
20	100	Sc	Argamassa 20 Kg (para cerâmica)	Argafix	11,80	1.180,00
21	30	unid	Assento para vaso	Bianplast	16,80	504,00
22	15	unid	Assento para vaso infantil	Astra	19,31	289,65
23	10	unid	Balde pedreiro 12 Lts	Roma	7,90	79,00
24	20	unid	Bandeja para pintura p/ rolo 23 Cm	Roma	4,90	98,00
25	50	Br	Barra de cano ½ de 6 metros p/ água potável	Otto	8,90	445,00
26	50	Br	Barra de cano ¾ de 6 metros p/ água potável	Otto	12,30	615,00
27	50	Br	Barra de cano 50mm em PVC, de 6metros para água potável	Otto	46,00	2.300,00
28	50	Br	Barra de cano 40mm de 6metros para água potável	Otto	27,90	1.395,00
29	250	Br	Barra de cano soldável de 50mm de 6 metros para água potável	Otto	46,00	11.500,00
30	240	Br	Barra de cano soldável de 85mm de 6 metros para água potável	Otto	119,00	28.560,00
31	25	Br	Barra de cano 100mm de 6 metros p/ esgoto	Otto	46,00	1.150,00
32	25	Br	Barra de cano 40mm de 6 metros p/ esgoto	Otto	16,00	400,00
33	150	Br	Barra de ferro 4.2 de 12 metros	Belgo	6,50	975,00
34	150	Br	Barra de ferro 5/16 de 12 metros	Belgo	24,00	3.600,00
35	50	Jg	Batente de madeira de lei 2,10X0,80m	s/m	69,90	3.495,00
36	100	unid	Bisnagas de cores variadas	Xadrez	2,50	250,00
37	20	unid	Bóia para caixa d`água	Luconi	6,00	120,00
38	10	unid	Bóia elétrica para caixa d`água	Eletromar	46,00	460,00
39	300	und	Base de Relê Fotoelétrico 220W, deve atender a NBR 5 1 23. A base deve ser provida de gaxeta de vedação que impede a entrada de água da chuva, estando o relê instalado	Decorlux	12,30	3.690,00
41	30	und	Broca aço rápido 6mm	Irwin	9,00	270,00
42	30	und	Broca de vidia 5 mm	Irwin	5,10	153,00
43	30	und	Broco de vidia 6 mm	Irwin	6,03	180,90
44	30	und	Broca de vidia 8 mm	Irwin	8,60	258,00
45	25	unid	Broxa para pintura	Compel	4,48	112,00
46	50	und	Bucha de redução soldável de 85mm para 60mm em PVC para água potável	Krona	10,80	540,00
47	100	und	Bucha nº 06	Usaf	0,25	25,00
48	100	und	Bucha nº 08	Usaf	0,15	15,00
49	100	und	Bucha nº 10	Usaf	0,15	15,00
50	15	unid	Cabo para enxada	Rondon	6,80	102,00
51	50	unid	Cadeado 25mm	Famastil	12,00	600,00
52	25	unid	Cadeado 45mm	Famastil	20,00	500,00
53	10	unid	Caixa d`água com capacidade p/ 1.000 litros	Bakof tec	337,00	3.370,00
54	50	unid	Caixa de descarga completa	Astra	25,50	1.275,00
55	200	Sc	Cal hidratado 20 Kg	Usical	11,00	2.200,00
56	100	Sc	Cal de pintura 8 Kg	Itabranca	8,00	800,00
57	100	und	Canaleta 0,20 x 0,10 x 2m	Perlex	4,00	400,00
58	20	unid	Capa de chuva grande com forro	Plastcor	21,00	420,00
59	50	und	Capa de ½ roscável, em PVC, para água potável	Krona	0,88	44,00
60	50	und	Capa de ½ soldável, em PVC, para água potável	Krona	0,83	41,50
61	50	und	Capa de ¾ roscável, em PVC, para água potável	Krona	1,10	55,00
62	50	und	Capa de ¾ soldável, em PVC, para água potável	Krona	1,10	55,00
63	10	unid	Carrinho de mão de metal com pneu 60 lts	Metalpalma	119,69	1.196,90
64	10	unid	Cavadeira grande	ISR	87,00	870,00
65	20	Jogo	Cavalete ¾ completo sem registro	Del Rey	28,00	560,00
66	50	unid	Cilindro p/ fechadura aliança	Aliança	14,50	725,00
67	30	unid	Cilindro p/ fechadura soprano	Soprano	12,50	375,00
68	450	Sc	Cimento 50 kg	Votorantim	30,00	13.500,00
69	30	Tubo	Cola de cano 70g	Pulvitec	3,40	102,00
70	10	Lata	Cola de contato (sapateiro) 200g	Pulvitec	9,50	95,00
71	10	unid	Colher de pedreiro n° 8	Pacetta	14,00	140,00
72	12	unid	Coluna para pia de banheiro branca	Deca	48,00	576,00
73	600	und	Conector derivação perfurante CDP 70 1,5-10 mm	Intelli	8,80	5.280,00
75	180	und	conjunto interuptor 2x4, com plkaca 10A, embalagem com 01 conjunto	Mec-Tronic	6,60	1.188,00
77	150	m	Corda 10mm	Riomar	1,54	231,00
78	150	m	Corda 4mm	Riomar	0,80	120,00
79	100	und	Cotovelo ½ p/ agua potável	Krona	0,50	50,00
80	100	und	Cotovelo ¾ p/ agua potável	Krona	0,80	80,00
81	100	und	Cotovelo 100mm p/ esgoto	Krona	3,30	330,00
82	100	und	Cotovelo 40mm p/ esgoto	Krona	0,80	80,00
83	100	und	Cumeeira de amianto p/ telha de 6mm	Krona	30,00	3.000,00
84	400	und	Curva ¾ "lr" p/ agua potável	Krona	0,70	280,00
85	30	und	Curva de PVC 60mm soldável, 90°, para água potável	Krona	15,00	450,00
86	5	und	Desempenadeira de aço dentada	Monfort	8,37	41,85
87	5	und	Desempenadeira de aço lisa	Monfort	8,00	40,00
89	20	und	Disjuntor termomagnético monofásico 60 A	Soprano	31,90	638,00
90	15	und	Disjuntor termomagnético trifásico 100 A	Soprano	86,90	1.303,50
91	15	und	Disjuntor termomagnético trifásico 150 A	Soprano	296,00	4.440,00
92	90	und	Dobradiça de aço 3'' com parafusos	Rocha	7,55	679,50
93	20	und	Enxada estreita com cabo	Pandolfo	30,00	600,00
94	20	und	Enxada larga 2,5 LB com cabo	Pandolfo	30,00	600,00
95	5	und	Enxadão médio	Pandolfo	19,00	95,00
96	50	und	Fechadura metal com tambor	Soprano	26,80	1.340,00
97	50	und	Fechadura metal interna	Soprano	23,50	1.175,00
98	1000	M	Fio elétrico de cobre, isolado duplo (paralelo flexivel), branco, anti-chamas,	valecom		2.250,00

			2x4mm		2,25	
100	1000	m	Fio elétrico de cobre, solido, isolado simples, anti-chamas, 10mm, na cor preta	Valecom	4,50	4.500,00
104	20	und	Fita de alta fusão rolo de 19mm x 20m	3M	16,90	338,00
106	450	m²	Forro PVC	Nort plast	14,75	6.637,50
107	50	Lata	Impermiabilizante p/ umidade 3,6 l	Linercryl	35,90	1.795,00
108	100	und	Joelho de ½ LR, 90?, para água potável	krona	1,20	120,00
109	100	und	Joelho de ½ roscavel, 90°, para água potável	krona	1,00	100,00
110	100	und	Joelho de ½ soldável, 90°, para água potável	krona	0,50	50,00
111	200	und	Joelho de ¾ LR , 90°, para água potável	krona	1,40	280,00
112	100	und	Joelho de ¾ roscável, 90°, para água potável	Krona	1,19	119,00
113	100	und	Joelho de ¾ soldável 90°, para água potável	Krona	0,62	62,00
114	100	und	Joelho de PVC LR 20mm para ½, 90°, para água potável	Krona	0,86	86,00
115	100	und	Joelho de PVC LR 25mm para ½, 90°, para águam potável	Krona	0,97	97,00
116	50	und	Joelho soldável 50mm, 90°, para água potável	Krona	2,35	117,50
117	50	und	Joelho Soldável 60mm, 90°, para água potável	Krona	15,26	763,00
118	90	und	Joelho soldável 110mm, 90°, para água pótável	Krona	49,85	4.486,50
119	100	und	Joelho soldável de 32mm , 90º, para água potável	Krona	1,65	165,00
120	100	und	Joelho soldável de 40mm, 90°, para água potável	Krona	2,46	246,00
121	100	und	Joelho soldável de 60mm, 90°, para água potável	Krona	15,26	1.526,00
122	400	und	Kit Cavalete de ½ (completo)	Del Rey	25,98	10.392,00
123	500	und	Lacre anti-fraude, modelo: colar, pode ser usado em todos os tipos de medidores (hidrômetros) e em todos os tipos de cavaletes (cor azul)	s/m	2,00	1.000,00
124	500	und	Lacre anti-fraude, modelo: colar, pode ser usado em todos os tipos de medidores (hidrômetros) e em todos os tipos de cavaletes (cor vermelha)	s/m	2,27	1.135,00
125	26	und	Lima chata p/ afiar enxada n° 08	Oregom	10,23	265,98
126	10	und	Lima p/ afiar corrente de moto serra n° 04	Oregom	13,90	139,00
127	100	und	Lixa n° 100	3M	2,50	250,00
128	100	und	Lixa n° 180	3M	1,35	135,00
129	100	und	Lixa n° 36	3M	3,00	300,00
130	100	und	Lixa n° 80	3M	1,76	176,00
131	600	m²	Lona plástica	Nortene	6,02	3.612,00
132	50	und	Lâmpada de vapor de mercúrio de 125W E 27	Empalux	11,40	570,00
133	250	und	Lâmpada de vapor de mercúrio de 250W E 27	Empalux	26,20	6.550,00
135	250	und	Lâmpada de vapor de sódio de 150W E 40	Empalux	19,70	4.925,00
137	100	und	Lâmpada de vapor de sódio de 250W E 40	Empalux	31,00	3.100,00
140	100	und	Luminária (chapéu) aberta, para lâmpada de até 125W	Olivo	48,80	4.880,00
141	250	und	Luminária (chapéu) fechada, para lâmpada de até 250W	Olivo	66,20	16.550,00
142	100	und	Luva ½ soldável, em PVC, p/ agua potável	Krona	0,50	50,00
143	100	und	Luva ¾ soldável, em PVC, p/ agua potável	Krona	0,70	70,00
144	200	und	Luva ½ roscável, em PVC, p/ agua potável	Krona	0,68	136,00
145	400	und	Luva ¾ roscável, em PVC, p/ agua potável	Krona	1,02	408,00
146	100	und	Luva 40mm soldável, em PVC, p/ agua potável	Krona	1,85	185,00
147	100	und	Luva 40mm roscável , em PVC, para água potável	Krona	3,40	340,00
148	100	und	Luva 110mm, em PVC, para água potável	Krona	29,50	2.950,00
149	10	und	Luva 150mm, em PVC, para água potável	Krona	79,63	796,30
150	200	und	Luva de 20mm para ½ LR, em PVC, para água potável	Krona	0,62	124,00
151	200	und	Luva 25mm, em PVC, para água potável	Krona	0,67	134,00
152	100	und	Luva de 60mm soldável, em PVC, para água potável	Krona	9,90	990,00
153	100	und	Luva de 85mm, em PVC, para água potável	Krona	19,10	1.910,00
154	100	und	Luva de ferro roscável 2.1/2``	Remedi	38,63	3.863,00
155	100	und	Luva de ferro roscável 2``	Remedi	26,50	2.650,00
156	20	und	Luva de união 20mm, em PVC, para água potável	Krona	2,80	56,00
157	20	und	Luva de união 25mm, em PVC, para água potável	Krona	3,31	66,20
158	20	und	Luva de união 32mm, em PVC, para água potável	Krona	8,25	165,00
159	120	und	Luva de união 40mm, em PVC, para água potável	Krona	14,85	1.782,00
160	70	und	Luva de união 50mm, em PVC, para água potável	Krona	17,05	1.193,50
161	20	und	Luva de união 60mm, em PVC, para água potável	Krona	30,75	615,00
162	200	und	Luva de união roscável 1.½``, em PVC, para água potável	Krona	9,10	1.820,00
163	150	und	Luva de união roscável 1``, em PVC, para água potável	Krona	8,75	1.312,50
164	200	und	Luva de união roscável 2. ½``, em PVC, para água potável	Krona	9,26	1.852,00
165	1000	m	Mangueira preta ½	Amaflex	0,90	900,00
166	1000	m	Mangueira preta ¾	Amaflex	1,20	1.200,00
167	3000	m	Mangueira PAD de ½	Tigre	3,05	9.150,00
168	6	und	Maquina de pulverizar veneno 20 lt	Eccofer	224,00	1.344,00
169	10	und	Martelo com cabo 27mm	Famastil	19,60	196,00
170	50	Bld	Massa corrida acrílica 18 lts	Linercryl	55,00	2.750,00
171	50	Bld	Massa corrida pva 18 lts	Linercryl	26,08	1.304,00
172	10	unid	Massa de calafetar	Pulvitec	7,20	72,00
173	150	unid	Meia cana p/ forro de pvc, metro linear	Norte Plast	16,00	2.400,00
174	8	unid	Pa de bico com cabo n° 03	ISR	31,23	249,84
175	50	unid	Parafuso para vaso sanitário	Toralf	1,78	89,00
176	2000	und	Parafuso telheiro completo 5/16 x 110	Jomarca	0,58	1.160,00
178	80	m³	Pedra brita n° 00	Copacel	100,00	8.000,00
179	80	m³	Pedra brita nº 01	Copacel	100,00	8.000,00
180	80	m³	Pedra brita nº 02	Copacel	100,00	8.000,00
181	10	und	Peneira media de aço (para peneirar areia)	M M	15,00	150,00
182	20	und	Pia para banheiro branca	Deca	59,55	1.191,00
183	2	und	Picareta	ISR	50,00	100,00
184	20	und	Pincel ½	Condor	1,85	37,00
185	20	und	Pincel 3”	Condor	6,89	137,80
186	20	und	Pincel 4”	Condor	9,90	198,00
187	20	und	Porta de madeira 2,10x0,60	s/m	140,82	2.816,40
188	20	und	Porta de madeira 2,10x0,70	s/m	143,00	2.860,00
189	40	und	Porta de madeira 2,10x0,80	s/m	143,00	5.720,00
190	20	Kg	Prego 12x12	Gerdau	11,98	239,60
191	20	Kg	Prego 12x15	Gerdau	10,00	200,00
192	20	Kg	Prego 15x15	Gerdau	10,56	211,20
193	30	Kg	Prego 17x21	Gerdau	9,31	279,30
194	40	Kg	Prego 17x27	Gerdau	8,65	346,00

195	30	Kg	Prego 19x36	Gerdau	8,85	265,50
196	20	Kg	Prego 19x39	Gerdau	8,56	171,20
197	30	Kg	Prego 20x48	Gerdau	8,77	263,10
198	30	Kg	Prego 24x60	Gerdau	9,71	291,30
199	20	Kg	Prego 26x78	Gerdau	12,80	256,00
200	20	Unid	Rastelo grande de plástico	Famastil	10,77	215,40
202	350	und	Reator magnético externos, freqüência nominal 60Hz, o fator de potência do reator não pode ser inferior a 0,92 indutivo ou capacitivo, para uso com lâmpada de vapor de sódio de 125W.	RCG	64,65	22.627,50
203	150	und	Reator magnético externos, freqüência nominal 60Hz, o fator de potência do reator não pode ser inferior a 0,92 indutivo ou capacitivo, para uso com lâmpada de vapor de sódio de 400W.	RCG	83,70	12.555,00
206	100	und	Redução E40 para E27 em porcelana 4³/250V	Decorlux	9,60	960,00
207	200	und	Registro de esfera de ½ roscável, em PVC	Krona	9,00	1.800,00
208	200	und	Registro de esfera de ½ soldável, em PVC	Krona	8,00	1.600,00
209	200	und	Registro de esfera de ¾ roscável, em PVC	Krona	8,00	1.600,00
210	200	und	Registro de esfera de ¾ soldável, em PVC	Krona	4,57	914,00
211	10	und	Registro de esfera de 60mm soldável, em PVC	Krona	38,12	381,20
212	20	und	Registro de esfera de 50mm soldável, em PVC	Krona	13,12	262,40
213	20	und	Registro de esfera de 40mm soldável, em PVC	Krona	18,50	370,00
214	30	und	Registro de esfera de 110mm , de ferro	s/m	599,13	17.973,90
215	10	und	Registro de esfera de 60mm , de ferro	Profield	356,40	3.564,00
217	20	und	Rolo de espuma grande 23cm	Condor	6,71	134,20
218	20	und	Rolo de espuma pequeno 15cm com cabo	Condor	4,00	80,00
219	50	und	Rolo de fita adesiva 45x45 50 mts	3M	4,00	200,00
220	20	und	Rolo de fita crepe 19x50	3M	4,10	82,00
221	50	und	Rolo de lã grande 23cm	Condor	21,25	1.062,50
222	30	und	Segueta para ferro	Starret	5,50	165,00
223	10	und	Serrote nº 24	Ramada	35,00	350,00
224	10	und	Sifão duplo sanfonado para pia 40mm	Delflex	12,38	123,80
225	12	und	Sifão sanfonado para pia 40mm	Fere	5,48	65,76
226	200	und	Soquete de Louça E27 c/ parafuso p/ luminária	Decorlux	3,30	660,00
228	100	und	Telha de amianto 4 mm	Eternit	12,42	1.242,00
229	100	und	Telha de amianto 5 mm	Eternit	40,90	4.090,00
230	100	und	Telha de amianto 6mm	Eternit	73,74	7.374,00
231	50	lata	Thinner de 5 litro	Gol	47,48	2.374,00
232	30000	und	Tijolo cerâmico 0,19x0,19 (8 furos)	Romana	0,69	20.700,00
233	10000	und	Tijolo maciço	O.S.J	0,43	4.300,00
234	100	Bld	Tinta acrílica 18 lts varias cores	Linercryl	165,10	16.510,00
235	150	Bld	Tinta esmalte sintético 3,6l varias cores	Linercryl	59,13	8.869,50
236	20	Lt	Tinta para quadro verde, 3,6 lts	Maxivinil	125,00	2.500,00
237	90	und	Tomada de sobrepor para telefone padrão Telebrás.	Ilumi	5,00	450,00
238	20	und	Torneira metal p/ jardim ¾	Tuiuiú	25,92	518,40
239	36	und	Torneira metal p/ lavatorio ¾"	Tuiuiú	52,60	1.893,60
240	100	und	Torneira simples de plastico p/ jardim ¾	Herk	4,33	433,00
241	50	und	Torneira para pia plástica ou PVC de 15cm de ½	Herk	3,32	166,00
242	50	und	Torneira para pia plástica ou PVC de 15 cm de ¾	Herk	3,39	169,50
243	30	und	Vaso sanitário branco	Deca	106,53	3.195,90
244	30	und	Vassoura de gari (vassourão) com cabo	Odin	12,67	380,10
245	25	und	Veda rosca 50 metros	Pulvitec	6,49	162,25
246	10	und	Verniz copal brilhante 3,6 litros	Linercryl	58,66	586,60
					Total	**436.870,53**

Empresa COXIPÓ MATERIAS ELETRICOS – ME, inscrita no **CNPJ 26.579.029/0001-63.**
Valor R$ 97.425,30 (noventa e sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos).

ITEM	QT.	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
40	200	UND	Braço para Luminária de poste 01 metro *3/4* Galvanizado com soquete E40 e chapéu para lâmpada de ate 250W (braço completo	SCORPIUS	123,50	24.700,00
74	180	UND	Conjunto Tomada de sobrepor com sistema X com parafusos e buchas 6mm, placa em poliestireno ou ABS, demais componentes de função elétrica em liga de cobre, novo padrão 10A, elemento de fixação SAE 1008 zn/bic/nq, embalagem contendo um conjunto, cor branca	ENERBRAS	7,89	1.420,20
76	90	UND	Conjunto Uma tomada 2x4, com placa 10A, embalagem com 01 Conjunto	WALMA	5,01	450,90
88	40	UND	Disjuntor termomagnético monofásico 30 A	SOPRANO	11,28	451,20
99	1000	M	Fio elétrico de cobre, isolado duplo (paralelo flexivel), branco, anti-chamas, 2x2,5mm	MEGACAMPOS	2,54	2.540,00
101	1000	M	Fio elétrico de cobre, sólido, isolado simples, anti-chamas, 2,5mm, na cor preta	MEGACAMPOS	1,19	1.190,00
102	1000	M	Fio elétrico de cobre, sólido, isolado simples, anti-chamas, 6mm, na cor preta	MEGACAMPOS	2,74	2.740,00
103	100	M	Fio telefônico interno	CEWP	0,79	79,00
105	50	UND	Fita isolante rolo de 19mm x 20m	ENERBRAS	12,79	639,50
134	50	UND	Lâmpada de vapor de mercúrio de 400W E 40	AVANT	30,23	1.511,50
136	50	UND	Lâmpada de vapor de sódio de 250W E 27	OSRAM	31,00	1.550,00
138	250	UND	Lâmpada de vapor de sódio de 400W e 27	OSRAM	42,19	10.547,50
139	50	UND	Lâmpada de vapor de sódio de 400W E 40	OSRAM	44,65	2.232,50
177	300	UND	Parafuso máquina M 16(5/8) x 250mm (para base)	KONESUL	13,46	4.038,00
201	100	UND	Reator eletrônico	FORCE LINE	44,70	4.470,00
204	150	UND	Reator magnético interno, freqüência nominal 60Hz, o fator de potência do reator não pode ser inferior a 0,92 indutivo ou capacitivo, para uso com lâmpada de vapor de sódio de 125W, tensão nominal de alimentação 220V.	INDUWOLT	64,90	9.735,00
205	150	UND	Reator magnético interno, freqüência nominal 60Hz, o fator de potência do reator não pode ser inferior a 0,92 indutivo ou capacitivo, para uso com lâmpada de vapor de sódio de 400W, tensão nominal de alimentação 220V.	INDUWOLT	83,90	12.585,00
216	500	UND	Relé foroelétrica intercambial 220V, censor com célula, . Invencível a variações bruscas de luminosidade (relâmpagos e faróis), acionamento automático na ausência de luz natural, uso adequado para iluminação pública para lâmpadas de vapor mercúrio.	EXATRON	24,90	12.450,00
227	500	UND	Soquete de louça E40 com parafuso para luminária	DECORLUX	8,19	4.095,00
					Total	**97.425,30**

5. DA ENTREGA

5.1. Os itens registrados deverão ser fornecidos conforme termo de referencia do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para entrega será de 2 (duas) horas após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer
natureza;

6.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições
aqui estabelecidas;

6.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de
fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às
exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.10. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que
venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a
reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.7. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.2. O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7. A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:
a) Por decurso de prazo de vigência;
b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o
limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Secretarias Interessadas	Dotação
Secretaria de Administração	**03.001.04.122.0030.2007.339030-45**
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	**05.001.12.122.0050.2013.339030-86**
Escola do ensino Infantil	**05.008.12.365.0050.2027.339030-145**
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos;	**06.001.04.122.0060.2037.339030-189**
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;	**07.001.10.122.0070.2041.339030-221**
Dep. Saneamento	**07.003.17.122.0075.2052.339030-276**
Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social.	**09.001.08.122.0090.2056.339030-313**
Fundo Municipal	**09.002.08.244.0091.2061.339030-340**
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;	**08.001.20.122.0080.2053.339030-289**

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial 027/2014** e seus anexos e as propostas das classificadas.
III - É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

16. DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 01 de Outubro de 2014.

Município de Nova Maringá
JOÃO BRAGA NETO
Contratante

Coxipó Materias Eletricos – ME
CARLOS ALBERTO MENDONÇA
Contratado

Ayres Gomes Materiais Para Construção LTDA-ME
JOSÉ AYRES GOMES FILHO
Contratado

TESTEMUNHAS:

MANOEL DA COSTA CAMPOS
Secretario Geral de Administração

WELDER SOUZA CUNHA
CPF: 037.865.001-77

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:421E86C8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 4 BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.387.500,00	3.413.678,85	22.801.178,85	3.948.529,75	15.287.050,46	3.115.010,56	11.591.256,68	50,83	11.209.922,17
DESPESAS CORRENTES	16.483.342,15	887.092,41	17.370.434,56	2.995.528,49	12.466.736,50	3.040.149,09	10.949.048,53	63,03	6.421.386,03
Pessoal e Encargos Sociais	8.143.512,79	-77.955,39	8.065.557,40	1.544.541,85	5.613.213,67	1.546.349,85	5.596.816,45	69,39	2.468.740,95
Juros e Encargos da Dívida	5.000,00	-5.000,00							
Outras Despesas Correntes	8.334.829,36	970.047,80	9.304.877,16	1.450.986,64	6.853.522,83	1.493.799,24	5.352.232,08	57,52	3.952.645,08
DESPESAS DE CAPITAL	2.285.157,85	2.526.586,44	4.811.744,29	953.001,26	2.820.313,96	74.861,47	642.208,15	13,34	4.169.536,14
Investimentos	2.210.157,85	2.565.586,44	4.775.744,29	953.001,26	2.784.471,65	69.885,09	615.303,85	12,88	4.160.440,44
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	75.000,00	-39.000,00	36.000,00		35.842,31	4.976,38	26.904,30	74,73	9.095,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	189.000,00		189.000,00						189.000,00
RESERVA DO RPPS	430.000,00		430.000,00						430.000,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	552.500,00	20.400,00	572.900,00	103.627,54	380.326,98	103.627,54	380.326,98	66,38	192.573,02
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	19.940.000,00	3.434.078,85	23.374.078,85	4.052.157,29	15.667.377,44	3.218.638,10	11.971.583,66	51,21	11.402.495,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.940.000,00	3.434.078,85	23.374.078,85	4.052.157,29	15.667.377,44	3.218.638,10	11.971.583,66	51,21	11.402.495,19
SUPERÁVIT (XIII)							119.520,97		-119.520,97
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.940.000,00	3.434.078,85	23.374.078,85	4.052.157,29	15.667.377,44	3.218.638,10	12.091.104,63	51,72	11.282.974,22
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES	552.500,00	20.400,00	572.900,00	103.627,54	380.326,98	103.627,54	380.326,98	66,38	192.573,02
Pessoal e Encargos Sociais	552.500,00	20.400,00	572.900,00	103.627,54	380.326,98	103.627,54	380.326,98	66,38	192.573,02
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	552.500,00	20.400,00	572.900,00	103.627,54	380.326,98	103.627,54	380.326,98	66,38	192.573,02

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.547.000,00	19.547.000,00	2.966.958,93	15,17	11.728.128,56	59,99	7.818.871,44
RECEITAS CORRENTES	17.416.000,00	17.416.000,00	2.903.958,93	16,67	11.418.592,56	65,56	5.997.407,44
RECEITA TRIBUTARIA	706.000,00	706.000,00	268.374,78	38,01	784.065,72	111,05	-78.065,72
Impostos	512.000,00	512.000,00	192.674,31	37,63	583.799,57	114,02	-71.799,57
Taxas	194.000,00	194.000,00	75.700,47	39,02	200.266,15	103,22	-6.266,15
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	360.000,00	360.000,00	105.247,97	29,23	343.457,87	95,40	16.542,13
Contribuições Sociais	330.000,00	330.000,00	70.978,96	21,50	252.385,72	76,48	77.614,28
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	30.000,00	30.000,00	34.269,01	114,23	76.694,06	255,64	-46.694,06
Contribuição de Iluminação Pública					14.378,09		-14.378,09
RECEITA PATRIMONIAL	454.300,00	454.300,00	109.603,11	24,12	371.577,93	81,79	82.722,07
Receitas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	620,00	31,00	3.020,00	151,00	-1.020,00
Receitas de Valores Mobiliários	445.300,00	445.300,00	108.983,11	24,47	368.557,93	82,76	76.742,07
Receitas de Concessões e Permissões	2.000,00	2.000,00					2.000,00
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
PúbRliceoceita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00					5.000,00

RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	20.800,00	20.800,00			2.483,71	11,94	18.316,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.715.200,00	15.715.200,00	2.379.288,16	15,14	9.578.194,08	60,94	6.137.005,92
Transferências Intergovernamentais	15.236.700,00	15.236.700,00	2.184.428,53	14,33	9.136.549,02	59,96	6.100.150,98
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	473.500,00	473.500,00	194.859,63	41,15	441.645,06	93,27	31.854,94
Transferências para o Combate à Fome	5.000,00	5.000,00					5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	159.700,00	159.700,00	41.444,91	25,95	338.813,25	212,15	-179.113,25
Multa de Juros de Mora	47.500,00	47.500,00	13.210,23	27,81	90.420,30	190,35	-42.920,30
Indenizações e Restituições	11.100,00	11.100,00	15.230,34	137,21	61.892,44	557,58	-50.792,44
Receita da Dívida Ativa	96.100,00	96.100,00	13.004,34	13,53	183.164,75	190,59	-87.064,75
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
AmoRrteizcaeçitãaos Correntes Diversas	5.000,00	5.000,00			3.335,76	66,71	1.664,24
RECEITAS DE CAPITAL	2.131.000,00	2.131.000,00	63.000,00	2,95	309.536,00	14,52	1.821.464,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00			45.000,00	56,25	35.000,00
Alienação de Bens Móveis	60.000,00	60.000,00					60.000,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00			45.000,00	225,00	-25.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.050.000,00	2.050.000,00	63.000,00	3,07	264.536,00	12,90	1.785.464,00
Transferências Intergovernamentais	135.000,00	135.000,00	63.000,00	46,66	264.536,00	195,95	-129.536,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.915.000,00	1.915.000,00					1.915.000,00
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas	1.000,00	1.000,00					1.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	393.000,00	393.000,00	104.643,34	26,62	362.976,07	92,36	30.023,93
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	19.940.000,00	19.940.000,00	3.071.602,27	15,40	12.091.104,63	60,63	7.848.895,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.940.000,00	19.940.000,00	3.071.602,27	15,40	12.091.104,63	60,63	7.848.895,37
DÉFICIT (VI)		3.434.078,85	980.555,02	28,55	3.576.272,81	104,14	-142.193,96
TOTAL(VII) = (V + VI)	19.940.000,00	23.374.078,85	4.052.157,29	17,33	15.667.377,44	67,02	7.706.701,41
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para	632.035,84	632.035,84					632.035,84
Superávit Financeiro	632.035,84	632.035,84					632.035,84
Reabertura de Créditos Adicionais							

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	393.000,00	393.000,00	104.643,34	26,62	362.976,07	92,36	30.023,93
RECEITAS CORRENTES	393.000,00	393.000,00	104.643,34	26,62	362.976,07	92,36	30.023,93
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	390.000,00	390.000,00	104.643,34	26,83	362.976,07	93,07	27.023,93
Contribuições Sociais	390.000,00	390.000,00	104.643,34	26,83	362.976,07	93,07	27.023,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.000,00	3.000,00					3.000,00
Multa de Juros de Mora	3.000,00	3.000,00					3.000,00
TOTAL RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	393.000,00	393.000,00	104.643,34	26,62	362.976,07	92,36	30.023,93

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

BIMESTRE - JULHO a AGOSTO de 2014

CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.387.500,00	22.801.178,85	3.948.529,75	15.287.050,46	3.115.010,56	11.591.256,68	96,82	50,83	11.209.922,17
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	780.000,00	780.000,00	131.380,29	534.333,49	134.641,48	512.577,03	4,28	65,71	267.422,97
JUDICIÁRIA									
DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO	80.000,00	75.000,00	15.329,16	64.512,12	15.329,16	64.512,12	0,53	86,01	10.487,88
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	51.000,00								
ADMINISTRACAO GERAL	1.957.950,00	2.170.249,32	321.663,34	1.782.841,62	397.557,20	1.554.833,52	12,98	71,64	615.415,80
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	12.500,00								

NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	77.000,00	36.000,00	7.299,60	27.375,32	7.299,60	27.375,32	0,22	76,04	8.624,68
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ADMINISTRACAO GERAL	132.000,00	29.000,00	1.112,50	8.368,67	100,00	7.301,17	0,06	25,17	21.698,83
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	104.500,00	61.985,09	393,00	36.928,09	7.541,00	19.782,09	0,16	31,91	42.203,00
ASSISTENCIA AO IDOSO	25.500,00	22.250,00							22.250,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	933.750,00	1.134.925,00	151.662,57	600.724,58	173.445,73	556.280,67	4,64	49,01	578.644,33
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSO	35.000,00	19.000,00							19.000,00
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	15.000,00								
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	600.000,00	600.000,00	73.144,17	280.057,80	78.136,17	273.273,80	2,28	45,54	326.726,20
SAÚDE									
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.583.000,00	1.838.183,17	410.450,96	1.466.964,12	372.942,79	1.217.448,85	10,16	66,23	620.734,32
ATENCAO BASICA	2.427.300,00	2.373.316,83	254.886,72	1.385.949,72	358.753,71	1.252.991,69	10,46	52,79	1.120.325,14
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	9.300,00								
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	180.000,00	195.600,00	32.253,62	137.599,98	32.584,12	136.069,98	1,13	69,56	59.530,02
TRABALHO									
EMPREGABILIDADE	51.000,00	5.000,00							5.000,00
EDUCAÇÃO									
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	32.000,00	12.900,00							12.900,00
EDUCACAO INFANTIL	1.065.000,00	1.275.400,00	185.292,37	783.632,98	185.292,37	783.632,98	6,54	61,44	491.767,02
ENSINO FUNDAMENTAL	4.137.550,00	4.723.078,85	581.548,98	2.639.433,89	543.716,47	2.475.138,03	20,67	52,40	2.247.940,82
ENSINO SUPERIOR	18.000,00	9.000,00							9.000,00
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	12.500,00	5.000,00							5.000,00
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	218.550,00	269.324,66	32.839,07	172.487,22	69.344,07	157.606,22	1,31	58,51	111.718,44
EMPREGABILIDADE	25.000,00	5.000,00							5.000,00
FOMENTO AO TRABALHO	10.000,00	1.200,00							1.200,00
LAZER	12.000,00								
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	445.500,00	758.250,00	436.790,71	748.263,90	19.932,41	23.972,91	0,20	3,16	734.277,09
SERVICOS URBANOS	51.000,00	40.644,80	5.366,71	36.109,71	24.516,71	36.109,71	0,30	88,84	4.535,09
HABITAÇÃO									
HABITACAO RURAL	5.000,00	5.000,00							5.000,00
HABITACAO URBANA	10.500,00	10.500,00							10.500,00
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO URBANO	134.500,00	2.000,00							2.000,00
GESTÃO AMBIENTAL									
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	101.500,00	69.000,00	11.460,22	41.965,50	9.732,80	40.238,08	0,33	58,31	28.761,92
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	5.000,00	4.000,00							4.000,00
TURISMO	17.000,00								
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ABASTECIMENTO	10.000,00								
COMERCIALIZACAO	22.500,00								
EXTENSAO RURAL	409.850,00	449.500,00	72.610,84	356.234,88	73.160,84	303.087,70	2,53	67,42	146.412,30
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	15.000,00	600,00							600,00
PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	37.000,00								
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	58.000,00								
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
COMUNICACAO SOCIAL	25.000,00	25.000,00	3.824,40	11.660,70	4.824,20	8.660,50	0,07	34,64	16.339,50
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	85.000,00	90.000,00	38.822,91	76.791,10	56.712,62	76.791,10	0,64	85,32	13.208,90
TRANSPORTE									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	35.000,00	30.000,00		30.000,00		7.500,00	0,06	25,00	22.500,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	2.255.250,00	4.094.846,47	1.017.405,57	3.221.049,63	446.126,25	1.715.916,05	14,33	41,90	2.378.930,42
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	36.000,00	6.000,00	406,00	1.238,17	442,17	832,17		13,86	5.167,83
LAZER	154.500,00	729.424,66	72.586,04	626.684,96	70.822,51	214.149,03	1,78	29,35	515.275,63
ENCARGOS ESPECIAIS									
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	190.000,00	190.000,00	90.000,00	180.000,00	27.079,80	98.271,66	0,82	51,72	91.728,34
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	80.000,00	36.000,00		35.842,31	4.976,38	26.904,30	0,22	74,73	9.095,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	189.000,00	189.000,00							189.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.	430.000,00	430.000,00							430.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	552.500,00	572.900,00	103.627,54	380.326,98	103.627,54	380.326,98	3,17	66,38	192.573,02
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 19.940.000,00	R$ 23.374.078,85	R$ 4.052.157,29	R$ 15.667.377,44	R$ 3.218.638,10	R$ 11.971.583,66	100,00	51,21	R$ 11.402.495,19

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	**Inicial**	**Atualizada (a)**	**Despesa Empenhada**		**Despesas Liquidadas**				**Saldo a Liquidar (a - e)**
			No Bimestre (b)	**Até o Bimestre (c)**	**No Bimestre (d)**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/total e)**	**% (c/a)**	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	552.500,00	572.900,00	103.627,54	380.326,98	103.627,54	380.326,98	3,17	66,38	192.573,02
ACAO LEGISLATIVA	14.000,00	14.000,00	1.529,49	5.597,58	1.529,49	5.597,58	0,04	39,98	8.402,42
ADMINISTRACAO GERAL	72.000,00	62.500,00	10.394,88	38.641,00	10.394,88	38.641,00	0,32	61,82	23.859,00
ADMINISTRACAO GERAL	500,00	150,00							150,00
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2.500,00								
ASSISTENCIA COMUNITARIA	23.000,00	30.150,00	5.827,34	19.170,46	5.827,34	19.170,46	0,16	63,58	10.979,54
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	10.000,00	10.000,00	393,04	2.254,74	393,04	2.254,74	0,01	22,54	7.745,26
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	30.000,00	39.000,00	8.777,50	30.368,46	8.777,50	30.368,46	0,25	77,86	8.631,54
ATENCAO BASICA	34.000,00	45.500,00	8.588,62	32.485,16	8.588,62	32.485,16	0,27	71,39	13.014,84
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	8.000,00	14.000,00	3.100,55	11.389,22	3.100,55	11.389,22	0,09	81,35	2.610,78
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	500,00	200,00							200,00
EDUCACAO INFANTIL	90.000,00	100.000,00	17.992,54	63.856,32	17.992,54	63.856,32	0,53	63,85	36.143,68
ENSINO FUNDAMENTAL	185.000,00	195.400,00	36.028,77	136.452,62	36.028,77	136.452,62	1,13	69,83	58.947,38
DIFUSAO CULTURAL	1.000,00	6.000,00	678,94	2.866,22	678,94	2.866,22	0,02	47,77	3.133,78

SANEAMENTO BASICO URBANO	2.000,00								
EXTENSAO RURAL	11.500,00	11.500,00	2.318,77	9.388,92	2.318,77	9.388,92	0,07	81,64	2.111,08
TRANSPORTE RODOVIARIO	60.000,00	42.000,00	7.730,00	26.418,71	7.730,00	26.418,71	0,22	62,90	15.581,29
LAZER	8.500,00	2.500,00	267,10	1.437,57	267,10	1.437,57	0,01	57,50	1.062,43

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador
CRC MT 012883/ O-2

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.324.348,94	1.583.538,27	1.411.427,30	1.784.650,44	1.723.937,91	1.287.008,16	1.111.640,80	1.403.509,24	1.510.120,09	1.478.417,43	1.414.215,50	1.489.743,43	17.522.557,51	21.881.800,00
Receita Tributária	62.419,33	61.444,74	101.372,14	207.852,08	59.474,81	68.028,47	103.929,79	58.049,88	81.803,88	132.740,38	85.310,80	164.383,73	1.186.810,03	734.900,00
IPTU	8.962,38	2.581,73	1.349,80	1.784,05	399,90				67,20	5.254,85	18.160,13	59.933,97	98.494,01	118.900,00
ISS	23.715,58	29.652,87	37.796,54	126.674,55	30.105,90	33.548,02	29.742,63	29.088,98	58.292,49	80.914,80	32.043,55	30.705,70	542.281,61	270.000,00
ITBI	7.106,76	9.135,70	45.352,80	58.085,14	12.132,25	9.397,49	7.323,08	11.250,46	4.147,58	22.478,94	2.896,58	6.841,89	196.148,67	70.000,00
IRRF	13.362,99	14.288,26	14.120,41	18.791,35	12.462,68	3.321,27	9.958,23	8.740,91	9.854,15	11.402,60	11.840,02	11.578,18	139.721,05	72.000,00
Outras Rec. Tributarias	9.271,62	5.786,18	2.752,59	2.516,99	4.374,08	21.761,69	56.905,85	8.969,53	9.442,46	12.689,19	20.370,52	55.323,99	210.164,69	204.000,00
Receita Contribuições	1.309,23	545,36	18,41		25.895,73	32.302,27	32.244,01	40.323,73	47.725,46	59.718,70	43.448,81	61.799,16	345.330,87	360.000,00
Receita Patrimonial	8.939,06	9.711,57	8.769,01	1.582,93	11.499,55	57.701,80	35.772,56	45.903,54	55.151,79	42.803,42	52.698,75	53.746,32	384.280,30	454.300,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços									378,80	2.104,91			2.483,71	20.800,00
Transferências Correntes	1.113.831,28	1.503.120,75	1.291.069,90	1.556.453,07	1.620.874,74	1.122.373,33	932.914,39	1.257.313,31	1.296.817,93	1.036.342,50	1.224.786,53	1.185.998,41	15.141.896,14	20.142.100,00
Cota Parte do FPM	372.263,69	265.494,27	369.297,14	601.184,33	453.276,27	484.032,76	287.125,84	327.705,81	436.708,29	327.503,04	281.283,68	341.711,80	4.547.586,92	6.580.000,00
Cota Parte do ICMS	264.070,61	368.053,89	296.529,28	312.599,37	369.553,59	246.971,89	278.282,73	353.567,53	292.773,36	268.798,19	394.187,19	333.127,40	3.778.515,03	6.000.000,00
Cota Parte do IPVA	15.903,06	9.443,96	6.159,68	4.602,69	16.044,14	28.362,27	28.644,71	44.555,42	36.499,95	29.761,07	20.649,93	13.773,03	254.399,91	312.000,00
Cota Parte do ITR	9.257,91	121.958,18	26.529,46	19.011,83	20.536,21	1.294,93	155,52	323,76	287,39	5.521,73	1.754,81	1.441,00	208.072,73	300.000,00
Transf. LC 87/1966	1.825,42	1.825,42	1.825,42	1.825,42	1.764,51	1.764,51		1.764,51	1.764,51	1.764,51	1.764,51	1.764,51	19.653,25	36.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	199.517,12	264.075,96	227.936,11	244.981,93	294.191,34	221.162,96	198.978,83	245.414,94	235.455,97	201.685,46	206.956,36	269.509,07	2.809.866,05	3.250.000,00
Outras Transf. Correntes	250.993,47	472.269,07	362.792,81	372.247,50	465.508,68	138.784,01	139.726,76	283.981,34	293.328,46	201.308,50	318.190,05	224.671,60	3.523.802,25	3.664.100,00
Outras Receitas Correntes	137.850,04	8.715,85	10.197,84	18.762,36	6.193,08	6.602,29	6.780,05	1.918,78	28.242,23	204.707,52	7.970,61	23.815,81	461.756,46	169.700,00
DEDUÇÕES (I)					25.879,18	30.361,93	30.732,23	29.397,76	31.851,92	33.183,74	36.269,88	34.709,08	-252.385,72	330.000,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.					25.879,18	30.361,93	30.732,23	29.397,76	31.851,92	33.183,74	36.269,88	34.709,08	-252.385,72	330.000,00
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.324.348,94	1.583.538,27	1.411.427,30	1.784.650,44	1.698.058,73	1.256.646,23	1.080.908,57	1.374.111,48	1.478.268,17	1.445.233,69	1.377.945,62	1.455.034,35	17.270.171,79	21.551.800,00

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador
CRC MT 012883/ O-2

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á AGOSTO 2014 / Bimestre JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2013 (a)	em 30/JUN/2014 (b)	em 31/AGO/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	39.274,94	125.103,75	120.127,37
DEDUÇÕES (II)	4.098.347,19	5.067.419,06	5.289.754,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.056.412,67	5.313.696,88	5.536.032,81
Demais Haveres Financeiros			

(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	958.065,48	246.277,82	246.277,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.059.072,25	-4.942.315,31	-5.169.627,62
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	39.274,94	125.103,75	120.127,37
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-4.098.347,19	-5.067.419,06	-5.289.754,99

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b) Até o	Bimestre (c-a)
VALOR	-222.335,93	-1.191.407,80

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	500.000,00

Previdenciário

Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2013 (a)	em 30/JUN/2014 (b)	em 31/AGO/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	7.030.593,85	7.030.593,85	7.030.593,85
Passivo Atuarial	7.030.593,85	7.030.593,85	7.030.593,85
Demais Dívidas			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
DEDUÇÕES (VIII)			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	7.030.593,85	7.030.593,85	7.030.593,85
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	7.030.593,85	7.030.593,85	7.030.593,85

Fonte: FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE N MONTE VERDE

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO Á AGOSTO 2014 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE JUL/AGO	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.970.700,00	2.794.975,82	11.050.034,63	9.645.450,10
Receitas Tributárias	706.000,00	268.374,78	784.065,72	711.535,91
IPTU	100.000,00	96.767,55	103.730,28	94.154,14
ISS	270.000,00	62.750,09	324.442,98	142.695,51
ITBI	70.000,00	9.738,47	76.468,27	95.325,60
IRRF	72.000,00	23.418,20	79.158,04	121.448,17
Outras Receitas Tributárias	194.000,00	75.700,47	200.266,15	257.912,49
Receitas de Contribuições	360.000,00	105.247,97	343.457,87	3.556,67
Receitas Previdenciárias	330.000,00	70.978,96	252.385,72	
Outras Receitas de Contribuições	30.000,00	34.269,01	91.072,15	3.556,67
Receita Patrimonial Líquida	9.000,00	620,00	3.020,00	2.520,00
Receita Patrimionial	454.300,00	109.603,11	371.577,93	60.998,86
(-) Aplicações Financeiras	445.300,00	108.983,11	368.557,93	58.478,86
Transferências Correntes	15.715.200,00	2.379.288,16	9.578.194,08	8.784.552,44
FPM	5.500.000,00	778.744,29	3.674.184,14	3.362.012,30
ICMS	5.000.000,00	909.143,16	3.171.577,12	3.009.682,14
Convênios	478.500,00	194.859,63	441.645,06	95.268,50
Outras Transferências Correntes	4.736.700,00	496.541,08	2.290.787,76	2.317.589,50
Demais Receitas Correntes	180.500,00	41.444,91	341.296,96	143.285,08
Dívida Ativa	96.100,00	13.004,34	183.164,75	56.281,90
Diversas Receitas Correntes	84.400,00	28.440,57	158.132,21	87.003,18
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.131.000,00	63.000,00	309.536,00	959.416,60
Operações de Crédito (III)				
Amortização de Empréstimos (IV)				
Alienação de Bens (V)	80.000,00		45.000,00	
Transferências de Capital	2.050.000,00	63.000,00	264.536,00	959.416,60
Convênios	1.915.000,00			799.416,60
Outras Transferências de Capital	135.000,00	63.000,00	264.536,00	160.000,00
Outras Receitas de Capital	1.000,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.051.000,00	63.000,00	264.536,00	959.416,60
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**19.021.700,00**	**2.857.975,82**	**11.314.570,63**	**10.604.866,70**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		NO BIMESTRE JUL/AGO	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.943.334,56	3.143.776,63	11.329.375,51	9.451.091,53
Pessoal e Encargos Sociais	8.638.457,40	1.649.977,39	5.977.143,43	5.294.254,01
Juros e Encargos da Dívida (IX)				
Outras Despesas Correntes	9.304.877,16	1.493.799,24	5.352.232,08	4.156.837,52
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.943.334,56	3.143.776,63	11.329.375,51	9.451.091,53
DESEPESAS DE CAPITAL (XI)	4.811.744,29	74.861,47	642.208,15	703.983,11
Investimentos	4.775.744,29	69.885,09	615.303,85	663.782,53
Inversões Financeiras				
Concessão de Empréstimos (XII)				
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)				
Demais Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida (XIV)	36.000,00	4.976,38	26.904,30	40.200,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	4.775.744,29	69.885,09	615.303,85	663.782,53
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	189.000,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)	430.000,00			
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XIV)	**19.021.700,00**	**3.213.661,72**	**11.944.679,36**	**10.114.874,06**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-4.316.378,85**	**-355.685,90**	**-630.108,73**	**489.992,64**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				**36.000,00**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO	**388.000,00**

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador
CRC MT 012883/ O-2

Publicado por:
Angela Schedler Citadin
Código Identificador:CA4DFD68

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2014

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte o Senhor **Gildo Uliana**, através da Comissão de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 156/2014 e, considerando o disposto na: Constituição Federal Art. 37 Incisos I, II, III e IV; na Constituição do Estado de Mato Grosso Art. 129 Incisos I, II, III e V; na Lei Orgânica Municipal; na Lei Complementar 429/1998, que trata do Estatuto dos Servidores Público Municipal; na Lei Complementar nº 636/2005 e alterações, que trata do Plano de Carreira dos Servidores da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, *divulga e estabelece normas regulamentares* para a abertura do processo de seleção de pessoal, através de Concurso Público destinado ao provimento de vaga existente ao cargo de contador e à formação de *cadastro de reserva* eventualmente se vier a vagar, junto a Câmara de Vereadores do Município de Novo Horizonte do Norte, conforme Anexos a seguir, publicados nos sites: www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br e no site www.sosconsultoria.com.br
Anexo I - Informação do cargo e das vagas; escolaridade; valor da taxa de inscrição; carga horária e remuneração.
Anexo II - Das atribuições do cargo;
Anexo III - Conteúdo Programático das provas;
Anexo IV – Modelo de Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;
Anexo V – Modelo de Requerimento de Atendimento Especial;
Anexo VI - Modelo de Atestado Médico para candidatos(as) portadores(as) de deficiência física;
Anexo VII - Modelo de Recurso a ser protocolado junto a Comissão de Concurso Público;
Anexo VIII - Cronograma da previsão dos trabalhos do Concurso Público.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O Concurso Público de Provas e Provas de Títulos será regido por este edital e pelos diplomas legais dispostos em seu preâmbulo e executado pela empresa *S.O.S. Assessoria Contábil e Administrativa Ltda - ME*, inscrita no *CRA-MT sob nº 301*.
O concurso destina-se a selecionar candidatos para admissão no quadro de servidores da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte aos cargos dispostos no **Anexo I**, deste Edital, no qual se encontra também disposto os respectivos vencimentos, carga horária de trabalho, valor da inscrição e demais informações necessárias.
A prova será apresentada em fase única (Prova Objetiva) e o aproveitamento mínimo do(a) candidato(a) será obrigatoriamente de 50% (cinquenta) por cento, sob pena de desclassificação do certame.
A seleção de que trata este edital será composta de exame de habilidades e conhecimentos mediante aplicação de Prova Objetiva (múltipla escolha) ao cargo de Contador e Prova de Títulos (Pós Graduação) de caráter meramente classificatório e eliminatório, conforme dispõe o item 13 deste edital de concurso.
A pontuação máxima dos pontos dos Títulos de Pós Graduação será de 3 (três) pontos.
O regime jurídico do Servidor Público Municipal de Novo Horizonte do Norte é o estatutário regido pela Lei Complementar 429/1998 e alterações.
O regime previdenciário do município de Novo Horizonte do Norte é "próprio", mantido pelo Fundo de Previdência Municipal de Novo Horizonte do Norte do Norte – FUMPS, instituído pela Lei n° 138/1991 e alterações.
A inscrição será realizada exclusivamente via rede mundial de computadores através do site www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br clique no banner "*Concurso Público"*.
O(a) candidato(a) que deixar de recolher a taxa de inscrição não participará das provas do referido Processo de Concurso, exceto aqueles que tiverem suas inscrições homologadas como isentas, após avaliação da Comissão de Concurso Público.
A Prova Objetiva (múltipla escolha) será aplicada na **Escola Municipal Ulisses Guimarães** localizada à **Rua Augusto de Souza**, centro, Novo Horizonte do Norte MT.
Eventual alteração será informada em Edital Complementar no site www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br
O(a) candidato(a) que se declarar portador(a) de deficiência física deverá inscrever-se em conformidade com o item 4 (quatro) deste Edital.
Caso o(a) candidato(a) não requeira a prerrogativa disposta no *caput* do subitem anterior, terá tratamento igualitário junto aos demais candidatos concorrentes.
O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização da prova, tais como gestantes; lactantes e deficientes físicos deverão requerer por escrito (conforme **Anexo V**) e encaminhar no e-mail: da empresa organizadora contato@sosconsultoria.com.br com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes do início das provas, sob o pena de não ter seu pedido homologado pela Comissão Organizadora, em função de não haver tempo hábil para preparar o atendimento solicitado.
O deferimento para o tratamento especial será avaliado pela Comissão de Concurso Público e pela empresa organizadora e será atendido pelos critérios de viabilidade e de razoabilidade.
A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e assumirá total responsabilidade pela guarda da criança.
Não haverá desconto do tempo destinado à amamentação.
A candidata lactante que não levar acompanhante para cuidar da criança ficará impedida de realizar a prova, sob pena de prejudicar os demais candidatos.
O rol de candidatos(as) que tiver atendimento especial deferido será divulgado no endereço: www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br e em mural no dia da prova.

Se o requerente de atendimento especial não tiver o nome incluído na listagem, o mesmo deverá interpelar junto a Comissão de Concurso Público para conhecer as razões do indeferimento.

DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

A inscrição será realizada exclusivamente via rede mundial de computadores através do site www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br clique no banner "*Concurso Público"*.

O período das inscrições será de **13/10/2014** até as **23h 59min do dia 26/10/2014**.

O(a) candidato(a) interessado em participar do certame deverá:

Preencher a ficha de inscrição no site, declarando o conhecimento integral do conteúdo deste Edital de Concurso;

Emitir o comprovante de inscrição;

Emitir o boleto e efetuar o pagamento bancário impreterivelmente até o vencimento **28/10/2014**;

Na emissão do boleto bancário o(a) candidato(a) deverá observar no código de barras os (04) quatro primeiros dígitos a expressão **(0019)** relativamente ao Banco Cedente "***Banco do Brasil***", em função de existir "***phishing***" alojados na rede mundial de computadores que alteram os códigos de barras e consequentemente a destinação do crédito via boleto bancário.

O(a) candidato(a) acompanhará a evolução do concurso através de Editais Complementares e seus anexos no site: www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br clique no banner "*Concurso Público*".

O(a) candidato(a) que obtiver autorização para se inscrever como isento não precisará gerar o boleto de cobrança. Porém, deverá preencher a inscrição no formulário e "***confirmar***" a inscrição para que seja consolidada.

DA ISENÇÃO E DAS TAXAS PARA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

Poderão requerer a isenção da taxa de inscrição, através do formulário **Anexo IV** deste Edital e encaminhar ao e-mail: contato@sosconsultoria.com.br

O(a) candidato(a) doador(a) de sangue, desde que tenha realizado comprovadamente ao menos três doações antes do lançamento deste edital entregará em formato *.pdf* juntamente com o requerimento de isenção, cópia do documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular de sangue expedido por Banco de Sangue, público ou privado, conforme determinação da Lei Estadual nº 7.713/2002;

O(a) candidato(a) desempregado(a) ou que perceba até um salário mínimo e meio terá os benefícios da Lei Estadual nº 6.156/1992 alterada pela Lei 8.795/2008, desde que devidamente comprovado, com os seguintes documentos:

comprovante de rendimento, se exercer atividade remunerada; ou

comprovante de que está desempregado mediante cópia da CTPS (Carteira de Trabalho) com a baixa do último emprego, ou cópia do comprovante de seguro-desemprego ou cópia da publicação do ato de exoneração se ex-servidor estatutário do serviço público.

Será excluído(a) do concurso público o candidato(a) que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos em Lei, tenha obtido vantagens, com uso de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, à redução de que trata este Edital.

A exclusão será precedida de procedimento em que se garanta ao candidato a respectiva defesa que, uma vez confirmada, importará na anulação da respectiva inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo de outras sanções penais cabíveis.

O requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser protocolado contendo cópia da documentação exigida no **Anexo IV** (documentação em formato *.pdf*), enviado ao e-mail contato@sosconsultoria.com.br entre os dias **08/10/2014 e 10/10/2014**, solicitar ainda, a confirmação do recebimento do e-mail com o respectivo pedido, para comprovar que o processo de isenção será avaliado pela Comissão de Concurso,

O site www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br, na data provável de **13/10/2014**, divulgará a relação dos(as) candidatos(as) habilitados(as) a realizarem a inscrição gratuita.

O(a) candidato(a) que requereu isenção da taxa de inscrição e não foi contemplado na lista de homologados para essa finalidade, poderá se dirigir a Comissão de Concurso Público da Câmara Municipal, a partir de **13/10/2014** para conhecer as razões do indeferimento da taxa de isenção.

O(a) candidato(a) que obtiver autorização para inscrever-se gratuitamente terá normalmente até o dia **26/10/2014** para confirmar e imprimir o comprovante da inscrição.

A inscrição gratuita realizar-se-á normalmente através da página eletrônica: www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br, com os mesmos procedimentos das demais inscrições, até a confirmação da mesma.

Após a realização dos passos previstos no item anterior a inscrição gratuita será validada automaticamente pelo sistema.

A Taxa de Inscrição será no valor de R$ 100,00 (cem reais).

Das disposições gerais sobre a Inscrição no Concurso Público.

A única forma de realizar a inscrição será via internet, portanto navegue no site: www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br clique no banner "*Concurso Público"* e preencha a inscrição.

A informação prestada no ato da inscrição e os dados mencionados serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), respondendo este por qualquer falsidade na forma da lei.

Não será permitida, após a conclusão da inscrição, a complementação de informações, bem como revisão via internet.

Eventual ajuste na inscrição (nome ou dados documentais) somente poderá ocorrer através de recurso por escrito, encaminhado à empresa organizadora contato@sosconsultoria.com.br até o dia **27/10/2014** às 12:00 horas, juntamente com a cópia do documento que deverá sofrer ajuste, sob justificativa razoável, antes do pagamento da taxa de inscrição.

O comprovante de inscrição será emitido no ato da realização da inscrição e somente terá validade com a apresentação do boleto devidamente pago até a data do vencimento e deverá ser mantido em poder do(a) candidato(a) e apresentado no local de realização da prova, juntamente com documento de identificação nos termos do item 14.5 e seus subitens.

Não será possível o(a) candidato(a) se inscrever mais de uma vez, dado a vinculação da inscrição ao número do CPF. *Portanto, antes de se inscrever, o(a) candidato(a) deve observar com atenção as informações prestadas e somente confirmar a inscrição após corrigir as informações prestadas.*

Caso o(a) candidato(a) deixe de realizar a prova, sob qualquer pretexto, não será devolvida a taxa de inscrição paga.

DO(A) CANDIDATO(A) PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

Atendendo ao disposto no artigo 37 do Decreto Presidencial nº 3.298 de 20/12/1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853 de 24/10/1989, não está contemplada neste edital vaga para deficiente físico. Porém, os(as) candidatos(as), não terão cerceados os direitos à ampla concorrência.

4.1.1. O(a) candidato(a) que não se declarar portador(a) de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos(as).

4.1.2. no ato da inscrição o candidato deverá declarar ser portador de deficiência física e, mencionar a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

4.1.3. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência deverá encaminhar à empresa organizadora via e-mail contato@sosconsultoria.com.br, impreterivelmente até o dia **28/10/2014**, após o pagamento da taxa de inscrição cópia do *Laudo Médico* contendo as informações declaradas e identificação.

4.1.4. Diante da **NÃO** comprovação da condição prevista no subitem anterior, o(a) candidato(a) não terá a homologação de sua inscrição como portador(a) de deficiência e constará no rol dos demais candidatos(as), concorrendo com o mesmo grau de igualdade.
4.1.5. A Organização do concurso não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada desse documento ao seu destino.
4.2. O *Laudo Médico Original* valerá somente para fins de confirmação da inscrição como candidato portador(a) de deficiência a este Concurso Público e deverá ser entregue ao fiscal de sala no dia da prova para confirmação.
4.3. A relação de candidatos(as) que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de portador(as) de deficiência será divulgada quando da homologação das inscrições no endereço eletrônico www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br na data provável de **04/11/2014**, destacados em **negrito** para acompanhamento dos concorrentes.
4.4. A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito de concorrer como portador de deficiência e eventualmente, o não atendimento às condições especiais necessárias.
4.5. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá requerer com antecedência e justificativas conforme dispõe o subitem 1.10.
4.6. O(a) candidato(a) que se declarar portador(a) de deficiência, se aprovado(a) no concurso, será convocado a submeter-se à perícia médica especial, a ser realizada por equipe médica multiprofissional sob responsabilidade da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, que verificará essa qualificação, bem como a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada.
4.7. O(a) candidato(a) convocado para a perícia médica deverá comparecer na data e horário previsto no ato convocatório.
4.8. A não observância do disposto no subitem anterior ou, a reprovação na perícia médica acarretará na perda do direito à vaga.
4.9. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência reprovado(a) na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado(a) sem justa causa.
4.10. O(a) candidato(a) que, no ato da inscrição, declarar-se portador(a) de deficiência, classificado(a) no concurso e considerado(a) portador(a) de deficiência, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral em destaque.

DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA
Ser aprovado(a) em Concurso Público.
Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.
Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.
Preencher todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme item 2 deste edital.
Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade das esferas federal, estadual ou municipal.
Ser considerado apto física e mentalmente para o exercício do cargo no exame médico pré-admissional, devendo o(a) candidato(a) apresentar os exames clínicos, radiográficos e laboratoriais, os quais correrão às expensas do candidato.
Declarar o não acúmulo de Cargo Público, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
Estar devidamente registrado e quite com o Conselho Regional de Contabilidade, para a efetiva posse do(a) candidato(a).
Cumprir todas as determinações deste edital.

6. DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO
6.1. A seleção de que trata este edital compreenderá em Prova Objetiva e será de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado, conforme o quadro a seguir.
6.2. A Prova Objetiva (múltipla escolha) terá a duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos e será aplicadas **na data provável de 09 de novembro de 2014**, no turno da manhã, das 08h00min às 11h30min e será confirmada por Edital Complementar na divulgação da homologação das inscrições.
6.5. O Gabarito Prévio da Prova Objetiva será publicado no mural da Câmara Municipal e no site www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br e www.sosconsultoria.com.br no dia seguinte à realização das provas conforme cronograma do **Anexo VIII**, deste Edital.
6.7. A prova de título obedecerá ao critério previsto no item 13 deste Edital de Concurso.
7. DAS PROVAS: OBJETIVAS E DE TÍTULOS
7.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para o cargo de Contador será composta de 40 (quarenta) questões com 4 (quatro) alternativas cada.
7.1.1. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no **Anexo III** deste Edital, devidamente discriminado por cargo concorrido.
7.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "A, B, C e D", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher na folha de respostas apenas aquele correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão.
7.1.3. O(a) candidato(a) deverá marcar somente um dos quatro campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.
7.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.
7.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer disciplina aplicada na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos estará desclassificado do Concurso Público.
7.4. A prova Subjetiva será realizada ao (a) candidato (a) concorrente aos cargos de: Controlador Interno, que não poderão pontuar menos que 50% (cinquenta por cento) da nota desta prova, que será avaliada de 0 a 100 pontos, conforme disposto no Anexo III deste Edital, sob pena de reprovação.
7.5. Prova de Títulos: A prova de títulos descrita no item 13 deste Edital terá seu resultado adicionado na soma das notas aos(as) candidatos(as) que forem classificados(as) com o mínimo de 50% (cinquenta por cento) na prova objetiva, em caráter meramente classificatório.
7.6. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo totalizando 100 (cem) pontos.

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	5 (cinco)	2,50 (dois e meio)	12,50 (doze e meio) pontos
Matemática	5 (cinco)	2,50 (dois e meio)	12,50 (doze e meio) pontos
Conhecimentos Gerais	10 (dez)	2,00 (dois)	20,00 (vinte) pontos
Conhecimentos Específicos	20 (vinte)	2,75 (três)	55,00 (cinquenta e cinco) pontos
TOTAL			**100 (cem) pontos**

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO
8.1. As provas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico ou manual, a critério da organização.
8.2. A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a ponto positivo para os acertos e não haverá contagem negativa de pontos para os erros.
8.3. Serão desclassificados do Concurso Público os(as) candidatos(as) que obtiverem acertos inferiores a 50% (cinquenta por cento) do total geral das questões da Prova Objetiva (múltipla escolha), ou ainda, os(as) que zerarem em qualquer das disciplinas.
8.4. Os(as) candidatos(as) desclassificados(as) na forma do subitem 8.3, deste edital, não terão classificação alguma no Concurso Público.

8.5. O nome dos(as) candidatos(as) classificados(as) será ordenado(a) de acordo com os valores decrescentes da nota final nas Provas Objetivas e de Títulos, até o limite das vagas dos(as) aprovados(as).
8.6. Os cálculos porventura citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se o número para cima, se o algarismo da segunda casa decimal for igual ou superior a cinco e para baixo se inferior a cinco.

9. DA NOTA FINAL NO CONCURSO
9.1. A nota final no concurso será a SOMA da nota obtida na Prova Objetiva e na Prova de Títulos (se houver).
9.2. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) serão ordenados(as) de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no item 10 deste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DO DESEMPATE
Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o(a) candidato(a) que:
I – possuir maior idade, dentre os(as) candidatos(as) com mais de 60 (sessenta) anos, completados até a data da prova, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
II – possuir maior quantidade de acertos nas questões da prova objetiva;
III – possuir maior nota da prova subjetiva (quando for o caso);
IV – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
V – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;
VI – o(a) candidato(a) mais velho(a).

11. DOS RECURSOS
11.1. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br no dia subsequente ao da realização da prova teórica, tendo como data provável dia **10/11/2014,** conforme dispõe o **Anexo VIII**.
11.2. O(a) candidato(a) que desejar interpor recursos deverá fazê-lo no interstício máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da divulgação dos atos, previsão **Anexo VIII**, diretamente no e-mail contato@sosconsultoria.com.br
11.3. Para recorrer contra os gabaritos preliminares da prova objetiva, o(a) candidato(a) deverá utilizar-se do modelo de formulário disposto **Anexo VII**.
11.4. O(a) candidato(a) deverá consistente e objetivo em seu pleito. E ainda, embasar-se teoricamente, utilizando-se de referências bibliográficas e citando-as detalhadamente.
11.4.1. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
11.5. Se do exame de recurso resultar anulação de questão integrante de prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída ponto a todos os(as) candidatos(as) concorrentes.
11.6. Todos os recursos embasados teoricamente serão analisados e a justificativa de eventual acolhimento por irregularidade que alterar o resultado do gabarito será divulgado no site: www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br
11.6.1. Não será encaminhada resposta individual aos(as) candidatos(as) recursantes.
11.7. Não será aceito recurso via postal, via fax, ou ainda, intempestivo.
11.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso do Gabarito Oficial, bem como recursos contra o resultado final.
11.9. Recurso cujo teor desrespeite a Comissão de Concurso Público ou a organização será preliminarmente indeferido.

12. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO DO CARGO
12.1. O(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público terá garantido sua vaga para a posse no cargo público, que poderá ocorrer até o final da validade deste concurso. Porém, será fator determinante a avaliação clínica médica e psicológica sobre a saúde física e mental do(a) candidato(a), para consolidar a posse no cargo.
12.1.1. O critério de convocação será pela discricionariedade e necessidade da Administração da Câmara Municipal e respeitados os limites orçamentários, financeiros e da Lei de Responsabilidade Fiscal.
12.2. O(a) "*candidato(a) classificado(a)*" listará sequencialmente no rol do resultado final, após o atendimento das vagas abertas para os(as) "*candidatos(as) aprovados(as)*" e serão promovidos a este status sempre que vagar o cargo, por desistência do(a) candidato(a) aprovado(a) ou outro fator determinante.
12.2.1. O(a) candidato(a) que compor a lista dos classificados serão enquadrados como "*CADASTRO DE RESERVA*" e não terá direito a convocação para posse. Porém, se houver a desistência do candidato aprovado ou a criação de novas vagas, por conveniência da Administração da Câmara Municipal, estes gozarão dos mesmos direitos dos(as) candidatos(as) aprovados(as).
12.3. O(a) candidato(a) aprovado(a) para a vaga existente será convocado (a) por meio de publicação no Jornal Oficial do Município e no endereço eletrônico www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br.
12.4. O(a) candidato(a) convocado terá até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida, que deverá conter no mínimo os seguintes documentos:
12.4.1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;
12.4.2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;
12.4.3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;
12.4.4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);
12.4.5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.
12.4.6. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;
12.4.7. Comprovante de endereço;
12.4.8. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;
12.4.9. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;
12.4.10 Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;
12.4.11. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;
12.4.12. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;
12.4.13. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;
12.4.14. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
12.4.15. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.
12.4.16. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;
12.4.17. 1 (uma) foto 3x4 recente.

12.5. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.
12.6. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Concurso Público.

13. DAS PROVAS DE TÍTULOS
13.1. Título é a bonificação de pontos concedidos para adição à nota do(a) candidato(a) que atingiu o mínimo de 50% (cinquenta) por cento de aproveitamento em todas etapas das provas para apuração da classificação final.
13.2. A pontuação máxima permitida de pontos pelos Títulos apresentados se restringirá a 3 (cinco) pontos.
13.3. Receberá bônus pelo Título de Pós-Graduação o(a) candidato(a) que atender ao previsto no subitem 1.3. e subitem 13.1. deste Edital.
13.3.1. Será aceita cópia da declaração de conclusão de curso de Pós Graduação exclusivamente se tiver anexado ao Histórico Escolar (ambos em cópias autenticadas) ou, Certificado de conclusão devidamente registrado pelo MEC (cópia autenticada).
13.3.2. Não será permitida a entrega em via original e cópia para autenticação.
13.3.3. Os títulos de Pós Graduação terão a seguinte contagem de pontos:

TÍTULOS DE PÓS GRADUAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR	
Pós Graduação Lato Sensu (Especialização) na área inscrita	3 (três) pontos por título

13.6. Todos os Títulos deverão ser entregues no dia da realização da Prova Objetiva ao fiscal de sala que fará as anotações na ata de ocorrência em sala de provas e entregará cópia de protocolo para confirmação do candidato.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. A inscrição do(a) candidato(a) implicará na aceitação das normas para o Concurso Público contida nos comunicados, deste edital e em outros Editais Complementares a serem publicados.
14.2. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público que sejam publicados no mural do paço municipal e no endereço eletrônico da Câmara de Vereadores do município www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br
14.3. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O(a) candidato(a) deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 14.2 deste edital.
14.4. O(a) candidato(a) deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de trinta minutos do horário pré-fixado para o seu início munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada, do comprovante de inscrição, do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, do documento de Identificação original, Laudo de Perícia médica (se for o caso) e títulos de pós graduação (se for o caso).
14.5. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).
14.5.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
14.5.2. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
14.6. Por ocasião da realização das provas, o(a) candidato(a) que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.5 deste edital, não poderá fazer as provas e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.
14.7. Caso o(a) candidato(a) esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio para tal avaliação.
14.7.1. A identificação especial será exigida, também, ao(a) candidato(a) cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do(a) portador(a).
14.8. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos predeterminados em edital ou em comunicado.
14.9. Não será admitido ingresso de candidato(a) no local de realização das provas após o horário fixado para o fechamento dos portões.
14.10. O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente na sala de realização das provas, no mínimo por uma hora após o início das provas.
14.10.1. A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e consequente eliminação do(a) candidato(a) do Concurso Público.
14.11. O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas sem autorização não poderá retornar sob qualquer hipótese.
14.12. O(a) candidato(a) somente poderá se retirar do local de realização das provas por desconforto pessoal, para ir aos lavatórios/banheiros devidamente acompanhado de um fiscal credenciado.
14.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.
14.14. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a estas implicará a eliminação automática do(a) candidato(a).
14.15. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os(as) candidatos(as) nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação, exceto na Prova Subjetiva, quando autorizado pelo fiscal de sala.
14.16. Será eliminado do concurso o(a) candidato(a) que, durante a realização das provas, for surpreendido portando quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, computador, notebook, palmtop, tablet, pc, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, quepe, boina etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha.
14.16.1. A Organização do Concurso recomenda que o(a) candidato(a) *não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior*, no dia de realização das provas.
14.16.2. A Organização do Concurso não ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos do(a) candidato(a).
14.16.3. A Organização do Concurso não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.
14.16.4. Não será permitida a entrada de candidatos(as) no ambiente de provas portando armas, mesmo os autorizados por lei. O(a) candidato(a) que estiver armado será encaminhado à coordenação.
14.17. No dia de realização das provas, a Organização do Concurso poderá submeter os(as) candidatos(as) ao sistema de detecção de metal.

14.18. Terá suas provas anuladas e estará automaticamente eliminado do Concurso Público o(a) candidato(a) que, durante a sua realização:
14.18.1. For surpreendido fornecendo ou recebendo auxílio para a execução das provas ou comunicando-se com outros(as) candidatos(as);
14.18.2. Utilizar-se de quaisquer dos objetos constantes dos subitens 14.15 e 14.16, além de quaisquer outros objetos que não forem expressamente permitidos;
14.18.3. Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas (fiscal ou coordenação), com as autoridades presentes ou com os demais candidatos(as);
14.18.4. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, comprovante de pagamento ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
14.18.5. Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
14.18.6. Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
14.18.7. Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
14.18.8. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou na folha de respostas;
14.18.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
14.18.10. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
14.18.11. Não permitir a coleta de sua assinatura;
14.18.12. For surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
14.18.13. Não permitir ser submetido a detector de metal.
14.19. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de trabalho e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
14.20. Se, a qualquer tempo for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o(a) candidato(a) se utilizado de processo ou meio ilícito, suas provas serão anuladas e ele estará automaticamente eliminado do Concurso Público.
14.21. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do(a) candidato(a), constituindo tentativa de fraude, sem prejuízo das punições legais.
14.22. O prazo de validade deste concurso é de 2 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da administração.
14.23. O resultado final do concurso será homologado pelo Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte e publicado nos órgãos da imprensa oficial e no endereço eletrônico da Câmara de Vereadores.
14.24. O(a) candidato(a) deverá manter atualizado seu endereço perante o Departamento de Recursos Humanos, enquanto estiver participando do Concurso Público, por meio de requerimento a ser enviado à Administração da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte. Será de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
14.25. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público e pela Organização do Concurso.
14.26. As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação pela Organização do Concurso.
14.27. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação.
14.28. O(a) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o cargo concorrido e as demais informações.
14.29. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esta finalidade. Nesse caso, se necessário, o(a) candidato(a) será acompanhado por agente devidamente identificado e autorizado.
14.30. Qualquer alteração nas regras deste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.
14.31. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Concurso Público e não havendo óbice administrativo, judicial ou legal, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

Novo Horizonte do Norte MT, 01 de outubro de 2014.

RONALDO CALLEGARI
Presidente da Comissão

GILDO ULIANA
Presidente da Câmara de Vereadores

ANEXO I

VAGAS DOS CARGOS DE CONTADOR
VALOR DA INSCRIÇÃO R$ 100,00

Cargo/Função Concorrido	Formação Acadêmica	Modalidade de Prova	Vagas	Vagas P.N.E.	C/H.	Vencimento Inicial
Contador	Ciências Contábeis + registro em dia CRC-MT	Objetiva	01	NÃO	30hs	R$ 1.800,00

ANEXO II

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES

CONTADOR: Preparar e elaborar o Orçamento Público da Câmara Municipal. Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária do Município. Registrar e escriturar sistemática e diariamente todas as despesas da Câmara, bem como registrar as interferências financeiras. Registrar, controlar e acompanhar o cronograma de execução mensal de desembolso, a programação financeira, o fluxo de caixa, a limitação de empenho, revisar e corrigir todos os atos relativos às despesas em todos os estágios de: Fixação, Programação, Licitação, Empenho, Liquidação, Suprimento, Pagamento. Realizar, revisar e controlar a execução Orçamentária. Manter a escrituração contábil do patrimônio da Câmara atualizado. Manter a escrituração dos Recursos Humanos atualizados, bem como atualizar tabelas salariais e acompanhar valorização (progressão e promoção) dos servidores efetivos. Registrar e controlar, entradas e saídas de estoques. Registrar, controlar e zelar para o atendimento dos Limites constitucionais e legais de serviços de terceiros da Câmara Municipal. Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal; Avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município; Verificar os atos de gestão referentes contratação de pessoal, inclusive obrigações previdenciárias, adiantamentos e diárias; Revisar os balancetes

mensais e prestação de contas anuais com vistas a remessa ao Tribunal de Contas do Estado; Emitir o relatório resumido da execução orçamentária, bem como o relatório da gestão fiscal, assinando-os; Preparar, organizar e realizar as audiências públicas, a prestação de contas, a publicidade das contas públicas, com a máxima antecedência possível em relação aos seus prazos. Preparar e executar a publicação, antecipadamente aos prazos, dos instrumentos e documentos exigidos pela legislação. Organizar e executar, antecipadamente aos prazos, todos os procedimentos de registros e lançamentos de dados nos Sistemas de Informações ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso. Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho.

ANEXO III

CONTADOR

• **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS**

Língua Portuguesa – 05 (cinco) questões - Peso 2,5 (dois e meio) pontos: Tipologia textual. Texto e interpretação. Textos temáticos e figurativos. Coesão e Coerência textuais. Termos ligados ao verbo. Termos ligados ao nome. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Tempos e Modos verbais. Vozes verbais. Orações Coordenadas. Orações Subordinadas: Substantivas, Adjetivas e Adverbiais. Uso da vírgula. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Funções da linguagem. Níveis de linguagem. Substantivo e sua classificação.
OBS. Não será exigido o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

Matemática – 05 (cinco) questões - Peso 2,5 (dois e meio) pontos: Números inteiros: operações e propriedades, múltiplos e divisores; Números racionais: operações nas formas fracionária e decimal; Números e grandezas proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional; Sistema de medidas decimais e não decimais; Médias: aritmética e ponderada; Perímetros e áreas de figuras planas; Volume de sólidos geométricos; Fundamentos da Teoria dos Conjuntos. Conjuntos numéricos: números naturais e inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, MDC e MMC); números racionais e irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal); números reais (relação de ordem e intervalos); operações. Funções: estudo das relações, definição de função, funções definidas por fórmulas; domínio. Imagem e contradomínio; Resolução de equações, inequações e sistemas de equações. Regra de três simples e composta, porcentagem; juros simples e compostos, desconto simples. Trigonometria no triângulo retângulo.

Conhecimentos Gerais – 10 (dez) questões - Peso 2,0 (dois) pontos: História do Município de Novo Horizonte do Norte, sua colonização, dos primeiros anos até a atualidade; Aspectos geográficos e econômicos do município e suas adjacências; Aspectos políticos nos âmbitos Municipal; Estadual e Federal; Comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos oficiais do município (bandeira, brasão e hino); Assuntos relacionados à questão econômica e social local, estadual e nacional; História de Mato Grosso: A fundação de Cuiabá, a Rusga, Mato Grosso no 1º e 2º Impérios, a Guerra do Paraguai, Mato Grosso da 1ª à 4ª repúblicas, Ciclo das casas comerciais e usinas, o Ciclo do Ouro, As Estradas de Ferro; Aspectos gerais da Geografia do Mato Grosso; Projetos de divisão do estado de Mato Grosso; Fatos importantes da atualidade e dos últimos anos do Município, Estado e País, veiculados nos meios de comunicação; O Mercosul e seus países integrantes; Acontecimentos internacionais relevantes veiculados nos meios de comunicação; Demais assuntos de cultura geral; Lei Federal 9.504/97 (Lei das Eleições); Lei Complementar 135/2010 (Lei da Ficha Limpa).

Prova de Conhecimentos Específicos do Cargo de Contador: – 20 (vinte) questões - 2,75 (dois vírgula setenta e cinco) pontos: CF/88, Constituição do Estado de Mato Grosso e Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal. Escrituração: sistemas de contas, plano de contas atual e Plano de Contas Aplicado ao Setor Público PCASP, escrituração dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial, de compensação e Fluxo de Caixa. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCT 16. Procedimentos Contábeis Orçamentários e Patrimoniais. Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Apuração da Receita Corrente Líquida. Controle de bens e valores de terceiros, valores nominais emitidos, empenhos, riscos e garantias. Encerramento do exercício: apuração dos resultados orçamentário, financeiro e patrimonial: levantamento dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais. Lei 4.320 de 17/03/1964; Contabilidade Pública; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), Contabilidade Pública: origem, conceito, campo de aplicação e legislação; Lei nº 4.320/64; Regimes Contábeis: de caixa, de competência, regime misto, resíduos ativos e passivos. Plano de Contas Lei 4.320/64: conceito, estrutura e critérios de classificação das contas, sistemas de contas; Orçamento: origem e conceito, orçamento-programa (conceitos básicos e legislação pertinente), princípios orçamentários, técnicas de elaboração orçamentária, plano plurianual de investimentos (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), movimentação de créditos e mecanismos retificadores do orçamento; Receita e Despesa Pública: conceitos, classificação, estágios e legislação; Demonstrações Contábeis: balanço orçamentário, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais; Operações orçamentárias: receitas e despesas efetivas de mutações. Operações extra-orçamentárias: receita e despesa extra-orçamentária. Lei nº 6.404/76 - Dispõe sobre a sociedade por ações e atualização; Lei 11.638/2007, Lei da contabilidade; Lei 10.257/2001 Estatuto da Cidade. Lei 12.527/2011, do Acesso à Informação. Controle Interno e Externo. Conhecimentos da legislação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Decisões, Resolução de Consulta, Resoluções Normativas e Recomendações); obrigações trabalhistas e previdenciárias e de Imposto de Rendas retido em folha de pagamento. Rotina de desligamento e rescisões: Incidência de tributos e encargos sociais. Cálculos trabalhistas e matemáticos em RH. Liquidação de sentenças. Legislação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: Regimento Interno; Resoluções que diretamente interferem nos municípios, Normas Administrativas e de controles. Princípios Básicos da Administração Pública. Atos Administrativos: conceito; requisitos; atributos; discricionariedade e vinculação; Classificação; Espécies; Anulação e Revogação. Lei nº 8.112 de 11/12/1990, e alterações posteriores (Regime Jurídico dos Servidores Públicos). Licitação: conceito, finalidades, modalidades, dispensa e inexigibilidade; Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - (com alterações promovidas pelas Leis nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e Nº 9.648 de 27 de maio de 1998) - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; Controle da Administração Pública. Previdência Social (Regime Geral e Regime próprio). Informática - Conhecimentos de Microinformática: arquitetura e funcionamento, características de componentes de hardware (placas, memórias, barramentos, discos rígidos), dispositivos de entrada. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, conexão à rede local e acesso à Internet, navegadores de Internet; intranet; cliente de e-mails; compactadores de arquivo; programas de uso diário como gerenciador de planilhas de cálculos e editor de texto.

Anexo IV
REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

NOME:_____
DN:____/_____/_____ ESTADO CIVIL:_____

RG Nº:_____ CPF Nº:_____
ENDEREÇO:_____
CIDADE:_____CEP:_____
FONE: (___)_____-_____e-mail:
CARGO PRETENDIDO:_____
ESCOLARIDADE:_____
DEFICIENTE FÍSICO: ( ) SIM ( ) NÃO

Motivo do pedido de dispensa da taxa para a inscrição no concurso Edital nº 001/2014:
_____

Anexar:

( ) CÓPIA DO RG E CPF;
( ) CÓPIA DA CTPS (folha que demonstram a última rescisão e folha seguinte – comprovar o desemprego 180 dias);
( ) CÓPIA DA RESCISÃO CONTRATUAL.
( ) CÓPIA DA CARTEIRA DE DOADOR DE SANGUE.

Declaro estar ciente que a simples formalização deste pedido **não autoriza** a realização da inscrição gratuita. Portanto, retornarei junto a Comissão de Concurso Público para buscar informações sobre a concessão desta isenção, ou junto ao site www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br a partir do dia **13/10/2014** até o final do prazo para a realização das inscrições, conforme previsto no Edital nº 001/2014.

_____
(assinatura do requerente)

( ) deferido ( ) indeferido

Comissão:_____

Data: _____/_____/_____

Anexo V

REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO ESPECIAL DESTINADO AOS(AS) CANDIDATOS(AS):

( ) Deficiente Físico;
( ) Gestante;
( ) Lactante;
( ) Outros.

NOME:_____
DN:_____/____/_____ ESTADO CIVIL:_____
RG Nº:_____ CPF Nº:_____
ENDEREÇO:_____
CIDADE:_____CEP:_____
FONE: (___)_____-_____e-mail:_____
CARGO PRETENDIDO:_____
DEFICIENTE FÍSICO: ( ) SIM ( ) NÃO

Motivo do pedido de atendimento Especial:
_____

Declaro que a informação acima é expressão da verdade.

_____
(assinatura do requerente)

Data: _____/_____/_____

Anexo VI
(Deve ser impresso em papel timbrado da clínica médica)

MODELO DE LAUDO PARA PERÍCIA MÉDICA

(para candidatos(as) que se declararem portadores de deficiência)

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Sr(a)_____ é portador(a) da doença, CID-10_____, que resulta na perda das seguintes funções: _____.

(cidade/estado) ____/____/_____

Assinatura e carimbo do Médico com CRM/**UF**

Anexo VII

RECURSO ADMINISTRATIVO

À
Comissão do Concurso Público Edital nº 001/2014.
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT

NOME:_____
Nº DE INSCRIÇÃO:_____
Cargo:_____

Marque abaixo o tipo de recurso:
( ) Erro de grafia do nome do(a) candidato(a).
( ) Gabarito Prévio: questão(ões) nº _____.
( ) Erro/omissão em questão da prova de múltipla escolha.
( ) Resultado da prova de múltipla escolha.
( ) Erro/omissão na classificação do(a) candidato(a).
( ) Outros.
Escrever em letra de forma, digitar/datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com embasamento teórico.
_____

___/___/____
data

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO VIII

CONCURSO PÚBLICO – PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE TRABALHOS	
OCORRÊNCIAS PREVISTAS	**DATAS PROVÁVEIS**
Período de ampla divulgação: Jornal Oficial da AMM; sitio eletrônico www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br e site da empresa organizadora: www.sosconsultoria.com.br	**A partir de 01/10/2014**
Período de requerimento presencial de Inscrição Isenta de taxa, junto à Comissão do Concurso Público.	**08/10/2014 a 10/10/2014**
Publicação da autorização para a efetivação da inscrição isenta	**13/10/2014**
Período de realização pela Internet das Inscrições	**13/10/2014 A 26/10/2014**
Vencimento dos boletos impreterivelmente (sem prorrogação)	**28/10/2014**
Homologação das Inscrições e confirmação do local das provas	**04/11/2014**
Prova Objetiva (08:00 às 11:30 hs)	**09/11/2014**
Entrega obrigatória do original do Laudo Médico para comprovação da Deficiência Física	**Local da realização da Prova Objetiva: 09/11/2014**
Entrega obrigatória dos Títulos de Pós Graduação (cópia autenticada)	**Local da realização da Prova Objetiva: 09/11/2014**
Gabarito Prévio: Mural da Câmara e no site: www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br e site da empresa organizadora: www.sosconsultoria.com.br	**10/11/2014**
Prazo para interpelação de recursos contra o Gabarito Prévio no e-mail: contato@sosconsultoria.com.br	**48 horas após: 12/11/2014 – até 12:00 HS**
Publicação dos pontos de Títulos de Pós Graduação	**14/11/2014**
Previsão para a publicação do Gabarito Oficial	**14/11/2014**
Publicação do Resultado prévio	**17/11/2014**
Prazo para recurso contra o Resultado Prévio	**48 horas após: 19/10/2014 – 12:00 HS**
Divulgação Oficial do Resultado Final Local: Mural da Câmara e no site: www.sosconsultoria.com.br e www.camaranovohorizontedonorte.mt.gov.br	**Previsão: 24/11/2014**

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:40A6AC1C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201409291735340010299 8

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	19.260.458,66	0,00
2	Pessoal Ativo	18.663.058,56	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	597.400,10	0,00

4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	597.400,10	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	597.400,10	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.663.058,56	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		18.663.058,56

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	41.172.113,80
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,33
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)	22.232.941,45
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	21.121.294,38
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)	20.009.647,31

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	29/09/2014	MURAL DA UG

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Fonte: LRF - RGF SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. de Finanças
CPF.: 710.293.208-10

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201409291735340010299 8

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte: LRF - RGF SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. de Finanças
CPF.: 710.293.208-10

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA
CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409291735340010299 8

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	246.146,87	182.563,75	142.899,37
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	246.146,87	182.563,75	142.899,37
4	Interna	246.146,87	182.563,75	142.899,37
5	Externa	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	11.711.976,83	13.775.295,35	14.335.103,67
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	11.739.663,47	13.775.295,35	14.335.103,67
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.686,64	0,00	0,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-11.465.829,96	-13.592.731,60	-14.192.204,30
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	38.360.379,31	39.943.585,73	41.172.113,80
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,64	0,46	0,35
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-29,89	-34,03	-34,47
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%			49.406.536,56
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%			44.465.882,90
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	246.146,87	182.563,75	142.899,37
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	246.146,87	182.563,75	142.899,37
21	De Tributos	0,00	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	246.146,87	182.563,75	142.899,37
23	Previdenciárias	246.146,87	182.563,75	142.899,37
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
33	DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	0,00	0,00
37	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	8.440.628,52	9.021.258,54	10.020.838,64
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	26.939,71	101.684,54	165.932,05
41	Investimentos	8.413.688,81	8.919.574,00	9.854.906,59
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	-8.440.628,52	-9.021.258,54	-10.020.838,64

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte: LRF - RGF SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. de Finanças
CPF.: 710.293.208-10

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409291735340010299 8

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1												
CAMPO	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO											
	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3												
CAMPO	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: LRF - RGF SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE												
Nota:												

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. de Finanças
CPF.: 710.293.208-10

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409291735340010299 8

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO						
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento	0,00			0,00		
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		1°	Quadrimestre 2°	3°	1°.	Quadrimestre 2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		

		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte: LRF - RGF SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. de Finanças
CPF.: 710.293.208-10

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014
CVA: 201409291735340010299 8

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	38.360.379,31	39.943.585,73	41.172.113,80
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	8.439.283,45	8.787.588,86	9.057.865,04
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	7.595.355,10	7.908.829,97	8.152.078,53
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :			

[1] Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte: LRF - RGF SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. de Finanças
CPF.: 710.293.208-10

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409291735340010299 8

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	41.172.113,80	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.587.538,21	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	5.928.784,39	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.882.047,97	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte: LRF - RGF SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE			
Nota:			

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. de Finanças
CPF.: 710.293.208-10

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201409291735340010299 8

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	18.663.058,56	45,33
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	22.232.941,45	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	21.121.294,38	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-14.192.204,30	-34,47
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	49.406.536,56	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.057.865,04	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	6.587.538,21	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. Da Receita	2.882.047,97	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS CAIXA LÍQUIDA (ANTES A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-
Fonte: LRF - RGF SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE			
Nota:			

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. de Finanças
CPF.: 710.293.208-10

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:8AC9475F

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	51.400.000,00	51.400.000,00	6.641.387,40	12,92	29.215.667,84	56,84	22.184.332,16
2	RECEITAS CORRENTES	47.920.000,00	47.920.000,00	6.383.463,35	13,32	28.516.803,12	59,51	19.403.196,88
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	25.428.000,00	25.428.000,00	2.012.359,13	7,91	11.673.492,15	45,91	13.754.507,85
4	Impostos	25.228.000,00	25.228.000,00	1.988.248,79	7,88	11.423.494,93	45,28	13.804.505,07
5	Taxas	200.000,00	200.000,00	24.110,34	12,06	249.997,22	125,00	-49.997,22
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	980.000,00	980.000,00	180.512,52	18,42	701.582,20	71,59	278.417,80
8	Contribuições Sociais	840.000,00	840.000,00	150.305,53	17,89	591.018,45	70,36	248.981,55
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	140.000,00	140.000,00	30.206,99	21,58	110.563,75	78,97	29.436,25

11	RECEITA PATRIMONIAL	900.000,00	900.000,00	491.165,48	54,57	1.403.078,93	155,90	-503.078,93
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	900.000,00	900.000,00	491.165,48	54,57	1.403.078,93	155,90	-503.078,93
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	680.000,00	680.000,00	137.385,15	20,20	516.832,65	76,00	163.167,35
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.634.000,00	19.634.000,00	3.548.636,70	18,07	14.111.125,01	71,87	5.522.874,99
30	Transferências Intergovernamentais	18.984.000,00	18.984.000,00	3.430.358,21	18,07	13.714.430,89	72,24	5.269.569,11
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	650.000,00	650.000,00	118.278,49	18,20	396.694,12	61,03	253.305,88
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	298.000,00	298.000,00	13.404,37	4,50	110.692,18	37,15	187.307,82
37	Multas e Juros de Mora	98.000,00	98.000,00	6.503,06	6,64	42.931,51	43,81	55.068,49
38	Indenizações e Restituições	25.000,00	25.000,00	954,41	3,82	10.821,58	43,29	14.178,42
39	Receita da Dívida Ativa	165.000,00	165.000,00	5.946,90	3,60	56.939,09	34,51	108.060,91
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
42	RECEITAS DE CAPITAL	3.480.000,00	3.480.000,00	257.924,05	7,41	698.864,72	20,08	2.781.135,28
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
44	Operações de Crédito Internas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.430.000,00	3.430.000,00	257.924,05	7,52	698.864,72	20,38	2.731.135,28
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	114.870,00	164,10	-44.870,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	3.360.000,00	3.360.000,00	257.924,05	7,68	583.994,72	17,38	2.776.005,28
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.100.000,00	1.100.000,00	204.966,98	18,63	773.793,84	0,00	326.206,16
63	RPPS	1.100.000,00	1.100.000,00	204.966,98	18,63	773.793,84	70,34	326.206,16
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	52.500.000,00	52.500.000,00	6.846.354,38	13,04	29.989.461,68	57,12	22.510.538,32
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	52.500.000,00	52.500.000,00	6.846.354,38	13,04	29.989.461,68	57,12	22.510.538,32
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	52.500.000,00	52.500.000,00	6.846.354,38	13,04	29.989.461,68	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.686.008,96	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	1.395.008,96	-	-	0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	291.000,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	50.953.000,00	22.000,00	50.975.000,00	6.826.944,66	28.871.510,59	7.281.960,70	27.377.933,71	53,71	23.597.066,29
79	DESPESAS CORRENTES	36.808.950,00	3.304.416,00	40.113.366,00	6.086.189,96	26.210.576,01	6.668.674,59	25.202.032,68	62,83	14.911.333,32
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.228.000,00	1.006.792,86	19.234.792,86	3.248.107,88	12.945.840,24	3.249.557,88	12.945.840,24	67,30	6.288.952,62
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.555.950,00	2.297.623,14	20.853.573,14	2.838.082,08	13.264.735,77	3.419.116,71	12.256.192,44	58,77	8.597.380,70
83	DESPESAS DE CAPITAL	12.745.000,00	-3.282.416,00	9.462.584,00	740.754,70	2.660.934,58	613.286,11	2.175.901,03	22,99	7.286.682,97
84	INVESTIMENTOS	12.295.000,00	-3.181.416,00	9.113.584,00	695.754,70	2.528.750,56	597.222,63	2.072.653,53	22,74	7.040.930,47
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	-101.000,00	349.000,00	45.000,00	132.184,02	16.063,48	103.247,50	29,58	245.752,50
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.520,00	0,00	54.520,00	-	-	-	-	-	-
88	RESERVA DO RPPS	1.344.530,00	0,00	1.344.530,00	-	-	-	-	-	-
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.547.000,00	-22.000,00	1.525.000,00	204.620,14	776.394,54	204.620,14	776.394,54	0,00	808.605,46
90	RPPS	1.547.000,00	-22.000,00	1.525.000,00	204.620,14	776.394,54	204.620,14	776.394,54	48,98	808.605,46

91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	52.500.000,00	0,00	52.500.000,00	7.031.564,80	29.647.905,13	7.486.580,84	28.154.328,25	53,63	24.345.671,75
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	52.500.000,00	0,00	52.500.000,00	7.031.564,80	29.647.905,13	7.486.580,84	28.154.328,25	53,63	24.345.671,75
100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.835.133,43	-	-
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	52.500.000,00	0,00	52.500.000,00	7.031.564,80	29.647.905,13	7.486.580,84	29.989.461,68	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	29/09/2014	MURAL DA UG

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

CAMPO C	ÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	50.953.000,00	50.975.000,00	6.826.944,66	28.871.510,59	7.281.960,70	27.377.933,71	97,24	53,71	23.597.066,29
2	00001	Legislativa	2.670.000,00	2.140.000,00	281.134,11	1.343.059,30	320.322,40	1.189.921,86	4,23	55,60	950.078,14
3	01031	Ação Legislativa	2.670.000,00	2.140.000,00	281.134,11	1.343.059,30	320.322,40	1.189.921,86	4,23	55,60	950.078,14
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	75.000,00	75.000,00	7.773,54	19.319,23	7.773,54	19.319,23	0,07	25,76	55.680,77
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	75.000,00	75.000,00	7.773,54	19.319,23	7.773,54	19.319,23	0,07	25,76	55.680,77
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	5.720.000,00	5.901.292,86	929.966,04	3.539.004,85	894.667,15	3.306.224,86	11,74	56,03	2.595.068,00
12	04121	Planejamento e Orçamento	195.000,00	195.000,00	17.843,62	80.916,58	17.843,62	80.916,58	0,29	41,50	114.083,42
13	04122	Administração Geral	4.470.000,00	4.750.292,86	749.619,41	3.033.443,90	771.588,28	2.858.013,91	10,15	60,17	1.892.278,95
14	04123	Administração Financeira	705.000,00	706.000,00	104.845,01	366.986,37	104.927,25	366.986,37	1,30	51,98	339.013,63
15	04124	Controle Interno	120.000,00	120.000,00	2.350,00	2.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	30.000,00	80.000,00	55.308,00	55.308,00	308,00	308,00	0,00	0,39	79.692,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	40.000,00	262.207,14	0,00	222.509,79	0,00	222.187,65	0,79	84,74	40.019,49
28	06181	Policiamento	0,00	222.207,14	0,00	222.187,65	0,00	222.187,65	0,79	99,99	19,49
29	06182	Defesa Civil	40.000,00	40.000,00	0,00	322,14	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	1.625.000,00	1.794.940,00	223.351,18	967.704,93	226.989,20	952.345,84	3,38	53,06	842.594,16

35	08241	Assistência ao Idoso	90.000,00	69.584,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.584,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	200.000,00	160.000,00	5.020,36	16.969,36	400,00	11.949,00	0,04	7,47	148.051,00
38	08244	Assistência Comunitária	1.335.000,00	1.565.356,00	218.330,82	950.735,57	226.589,20	940.396,84	3,34	60,08	624.959,16
39	00009	Previdência Social	1.392.470,00	1.392.470,00	168.036,88	675.732,28	176.115,98	651.267,65	2,31	46,77	741.202,35
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	1.392.470,00	1.392.470,00	168.036,88	675.732,28	176.115,98	651.267,65	2,31	46,77	741.202,35
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	9.516.000,00	10.205.060,00	1.703.457,15	7.251.981,05	1.924.256,23	6.910.338,20	24,54	67,71	3.294.721,80
45	10301	Atenção Básica	8.426.000,00	7.794.500,00	996.875,26	5.081.326,38	1.165.256,49	4.907.575,62	17,43	62,96	2.886.924,38
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	830.000,00	1.901.560,00	508.068,15	1.717.421,59	563.952,23	1.594.404,49	5,66	83,85	307.155,51
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	105.000,00	255.000,00	135.191,90	228.987,33	131.092,62	185.370,29	0,66	72,69	69.629,71
48	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	10305	Vigilância Epidemiológica	155.000,00	254.000,00	63.321,84	224.245,75	63.954,89	222.987,80	0,79	87,79	31.012,20
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	497.480,00	497.480,00	0,00	350.000,00	57.405,13	236.725,13	0,84	47,58	260.754,87
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	497.480,00	497.480,00	0,00	350.000,00	57.405,13	236.725,13	0,84	47,58	260.754,87
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	00012	Educação	14.149.000,00	14.409.000,00	1.779.818,64	7.487.749,57	1.775.896,08	7.231.427,93	25,68	50,19	7.177.572,07
57	12361	Ensino Fundamental	12.350.000,00	12.505.000,00	1.537.999,62	6.654.890,60	1.534.077,06	6.398.568,96	22,73	51,17	6.106.431,04
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	12364	Ensino Superior	110.000,00	186.000,00	61.200,00	162.200,00	61.200,00	162.200,00	0,58	87,20	23.800,00
61	12365	Educação Infantil	1.645.000,00	1.674.000,00	175.614,09	653.989,64	175.614,09	653.989,64	2,32	39,07	1.020.010,36
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	44.000,00	44.000,00	5.004,93	16.669,33	5.004,93	16.669,33	0,06	37,88	27.330,67
63	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	00013	Cultura	344.000,00	456.000,00	32.163,12	266.602,72	181.937,62	266.278,72	0,95	58,39	189.721,28
65	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	13392	Difusão Cultural	344.000,00	456.000,00	32.163,12	266.602,72	181.937,62	266.278,72	0,95	58,39	189.721,28
67	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	00015	Urbanismo	2.785.000,00	2.953.000,00	585.841,30	2.110.774,23	554.647,01	2.020.986,39	7,18	68,44	932.013,61
72	15451	Infra-Estrutura Urbana	1.385.000,00	1.250.000,00	379.811,21	552.576,00	303.678,73	476.443,52	1,69	38,12	773.556,48
73	15452	Serviços Urbanos	1.400.000,00	1.703.000,00	206.030,09	1.558.198,23	250.968,28	1.544.542,87	5,49	90,70	158.457,13
74	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	00016	Habitação	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
76	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	16482	Habitação Urbana	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
78	00017	Saneamento	720.000,00	790.000,00	116.515,32	517.596,55	137.457,53	400.997,15	1,42	50,76	389.002,85
79	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	17512	Saneamento Básico Urbano	720.000,00	790.000,00	116.515,32	517.596,55	137.457,53	400.997,15	1,42	50,76	389.002,85
81	00018	Gestão Ambiental	630.000,00	630.000,00	185.000,00	191.917,31	185.000,00	191.917,31	0,68	30,46	438.082,69
82	18541	Preservação e Conservação Ambiental	125.000,00	290.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	0,66	63,79	105.000,00
83	18542	Controle Ambiental	385.000,00	220.000,00	0,00	6.917,31	0,00	6.917,31	0,02	3,14	213.082,69
84	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
85	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	00020	Agricultura	2.405.000,00	1.955.000,00	114.164,45	916.241,95	118.954,87	874.481,52	3,11	44,73	1.080.518,48
92	20601	Promoção da Produção Vegetal	100.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
93	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20605	Abastecimento	650.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
97	20606	Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20608	Promoção da Produção Agropecuária	1.655.000,00	1.720.000,00	114.164,45	916.241,95	118.954,87	874.481,52	3,11	50,84	845.518,48
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	180.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
104	22661	Promoção Industrial	180.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
105	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	425.000,00	425.000,00	18.747,29	84.119,31	22.231,32	83.094,17	0,30	19,55	341.905,83
110	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	425.000,00	425.000,00	18.747,29	84.119,31	22.231,32	83.094,17	0,30	19,55	341.905,83
115	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00025	Energia	230.000,00	130.000,00	0,00	26.768,66	0,00	26.768,66	0,10	20,59	103.231,34
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	230.000,00	130.000,00	0,00	26.768,66	0,00	26.768,66	0,10	20,59	103.231,34
121	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	00026	Transporte	4.445.000,00	3.862.500,00	542.766,15	2.208.651,40	561.685,11	2.187.922,94	7,77	56,65	1.674.577,06

124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	4.445.000,00	3.862.500,00	542.766,15	2.208.651,40	561.685,11	2.187.922,94	7,77	56,65	1.674.577,06
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	1.105.000,00	1.148.000,00	93.209,49	559.593,44	120.558,05	502.481,00	1,78	43,77	645.519,00
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	1.105.000,00	1.148.000,00	93.209,49	559.593,44	120.558,05	502.481,00	1,78	43,77	645.519,00
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	500.000,00	399.000,00	45.000,00	132.184,02	16.063,48	103.247,50	0,37	25,88	295.752,50
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	500.000,00	399.000,00	45.000,00	132.184,02	16.063,48	103.247,50	0,37	25,88	295.752,50
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.520,00	54.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.520,00
142		RESERVA DO RPPS	1.344.530,00	1.344.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.344.530,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.547.000,00	1.525.000,00	204.620,14	776.394,54	204.620,14	776.394,54	2,76	50,91	748.605,46
144	00001	Legislativa	50.000,00	20.000,00	4.755,34	12.541,28	4.755,34	12.541,28	0,04	62,70	7.458,72
145	01031	Ação Legislativa	50.000,00	20.000,00	4.755,34	12.541,28	4.755,34	12.541,28	0,04	62,70	7.458,72
146	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00004	Administração	135.000,00	137.000,00	19.378,43	74.351,13	19.378,43	74.351,13	0,25	191,86	62.648,87
149	04121	Planejamento e Orçamento	5.000,00	7.000,00	973,00	5.426,66	973,00	5.426,66	0,01	77,52	1.573,34
150	04122	Administração Geral	95.000,00	95.000,00	12.125,97	45.762,81	12.125,97	45.762,81	0,16	48,17	49.237,19
151	04123	Administração Financeira	35.000,00	35.000,00	6.279,46	23.161,66	6.279,46	23.161,66	0,08	66,17	11.838,34
152	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00008	Assistência Social	40.000,00	40.000,00	5.443,60	24.046,08	5.443,60	24.046,08	0,08	60,11	15.953,92
156	08244	Assistência Comunitária	40.000,00	40.000,00	5.443,60	24.046,08	5.443,60	24.046,08	0,08	60,11	15.953,92
157	00009	Previdência Social	10.000,00	10.000,00	275,51	1.117,76	275,51	1.117,76	0,00	11,17	8.882,24
158	09272	Previdência do Regime Estaturário	10.000,00	10.000,00	275,51	1.117,76	275,51	1.117,76	0,00	11,17	8.882,24
159	00010	Saúde	565.000,00	571.000,00	63.972,12	235.871,04	63.972,12	235.871,04	0,82	225,71	335.128,96
160	10301	Atenção Básica	520.000,00	520.000,00	41.534,42	187.701,97	41.534,42	187.701,97	0,66	36,09	332.298,03
161	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	17.228,45	27.823,75	17.228,45	27.823,75	0,09	92,74	2.176,25
162	10305	Vigilância Epidemiológica	15.000,00	21.000,00	5.209,25	20.345,32	5.209,25	20.345,32	0,07	96,88	654,68
163	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00012	Educação	461.000,00	461.000,00	74.604,03	284.425,64	74.604,03	284.425,64	1,00	124,08	176.574,36
165	12361	Ensino Fundamental	380.000,00	380.000,00	63.248,14	238.418,72	63.248,14	238.418,72	0,84	62,74	141.581,28
166	12365	Educação Infantil	75.000,00	75.000,00	11.355,89	46.006,92	11.355,89	46.006,92	0,16	61,34	28.993,08
167	12366	Educação de Jovens e Adultos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
168	00013	Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
169	13392	Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
170	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00017	Saneamento	30.000,00	30.000,00	5.006,96	18.975,66	5.006,96	18.975,66	0,06	63,25	11.024,34
174	17512	Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	5.006,96	18.975,66	5.006,96	18.975,66	0,06	63,25	11.024,34
175	00018	Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
176	18542	Controle Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
177	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00020	Agricultura	50.000,00	50.000,00	5.138,31	19.756,72	5.138,31	19.756,72	0,07	39,51	30.243,28
179	20608	Promoção da Produção Agropecuária	50.000,00	50.000,00	5.138,31	19.756,72	5.138,31	19.756,72	0,07	39,51	30.243,28
180	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00022	Indústria	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
182	22661	Promoção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
183	00023	Comércio e Serviços	15.000,00	15.000,00	0,00	1.974,05	0,00	1.974,05	0,00	13,16	13.025,95
184	23695	Turismo	15.000,00	15.000,00	0,00	1.974,05	0,00	1.974,05	0,00	13,16	13.025,95
185	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
186	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
187	00026	Transporte	155.000,00	155.000,00	23.923,49	94.308,96	23.923,49	94.308,96	0,33	60,84	60.691,04
188	26782	Transporte Rodoviário	155.000,00	155.000,00	23.923,49	94.308,96	23.923,49	94.308,96	0,33	60,84	60.691,04
189	00027	Desporto e Lazer	15.000,00	15.000,00	2.122,35	9.026,22	2.122,35	9.026,22	0,03	60,17	5.973,78
190	27812	Desporto Comunitário	15.000,00	15.000,00	2.122,35	9.026,22	2.122,35	9.026,22	0,03	60,17	5.973,78
191	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192		TOTAL (III) = (I + II)	52.500.000,00	52.500.000,00	7.031.564,80	29.647.905,13	7.486.580,84	28.154.328,25	100,00	104,62	24.345.671,75

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: SET/2013 a AGO/ 2014
CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	3.398.379,64	3.573.795,27	3.423.490,10	3.949.550,65	4.184.133,01	3.977.612,13	3.175.547,53
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	1.409.530,83	1.310.589,37	1.409.188,56	1.423.379,53	1.318.448,37	1.638.448,32	1.169.679,74
3	IPTU	10.473,10	1.664,96	2.494,61	6.216,79	292,32	88,80	0,00
4	ISS	1.286.244,36	1.172.759,51	1.286.236,04	1.298.218,10	1.208.741,73	1.376.388,28	1.020.945,13
5	ITBI	32.212,72	65.553,73	54.250,23	29.229,39	7.839,77	131.976,58	20.338,60
6	IRRF	61.570,21	60.896,61	55.821,50	71.076,08	69.153,67	77.383,03	83.707,77
7	Outras Receitas Tributárias	19.030,44	9.714,56	10.386,18	18.639,17	32.420,88	52.611,63	44.688,24
8	Receita de Contribuições	78.400,45	85.146,63	78.367,94	82.844,35	78.582,87	87.723,92	89.558,87
9	Receita Patrimonial	44.719,66	72.260,66	13.235,69	88.415,10	131.637,61	252.608,01	68.143,97
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	90.913,30	92.046,42	60.057,92	84.570,53	72.543,42	66.061,55	62.035,00
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	1.633.912,32	1.862.474,66	1.756.023,68	2.155.528,09	2.572.023,60	1.911.630,33	1.776.185,78
14	Cota-Parte do FPM	442.483,61	442.490,42	615.495,18	928.546,85	755.460,43	806.721,23	478.543,06
15	Cota-Parte do ICMS	372.573,61	519.282,19	418.369,09	441.042,20	636.721,61	448.186,75	505.007,44
16	Cota-Parte do IPVA	40.196,74	22.236,52	12.153,32	12.698,86	36.109,57	71.742,26	71.107,62
17	Cota-Parte do ITR	26.449,34	85.976,30	10.384,55	5.344,37	11.797,16	2.271,65	7.916,97
18	Transferências da LC 87/1996	2.575,45	2.575,45	2.575,45	2.575,45	3.202,09	3.202,09	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	287.130,13	380.270,29	328.130,77	352.722,22	456.965,64	347.878,32	312.983,87
21	Outras Transferências Correntes	462.503,44	409.643,49	368.915,32	412.598,14	671.767,10	231.628,03	400.626,82
22	Outras Receitas Correntes	140.903,08	151.277,53	106.616,31	114.813,05	10.897,14	21.140,00	9.944,17
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	243.456,06	286.284,54	277.793,31	291.352,62	354.070,49	339.273,06	290.425,78
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	66.600,21	71.772,47	65.997,89	72.052,73	65.412,39	72.848,36	77.910,84
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	176.855,85	214.512,07	211.795,42	219.299,89	288.658,10	266.424,70	212.514,94
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	3.154.923,58	3.287.510,73	3.145.696,79	3.658.198,03	3.830.062,52	3.638.339,07	2.885.121,75
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2014	Maio 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	4.019.327,65	4.956.530,99	3.335.651,24	3.117.894,57	3.758.146,24	44.870.059,02	52.511.000,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	1.599.654,21	2.435.538,01	1.405.113,13	701.562,31	1.310.796,82	17.131.929,20	25.518.000,00
30	IPTU	0,00	69.051,36	159.060,11	6.002,71	4.240,38	259.585,14	310.000,00
31	ISS	1.485.318,48	2.258.925,75	1.151.494,39	588.289,68	1.204.980,89	15.338.542,34	23.988.000,00
32	ITBI	7.468,27	45.670,70	31.448,87	52.552,69	41.647,24	520.188,79	260.000,00
33	IRRF	45.660,24	46.281,72	43.759,36	45.028,93	45.506,27	705.845,39	750.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	61.207,22	15.608,48	19.350,40	9.688,30	14.422,04	307.767,54	210.000,00
35	Receita de Contribuições	82.158,64	88.133,22	94.912,16	90.100,14	90.412,38	1.026.341,57	1.820.000,00
36	Receita Patrimonial	158.791,38	260.613,02	40.119,46	225.471,67	265.693,81	1.621.710,04	1.700.000,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	54.686,97	62.985,63	61.134,93	65.275,93	72.109,22	844.420,82	680.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	2.108.552,08	2.083.025,37	1.722.486,51	2.026.957,09	2.014.262,32	23.623.061,83	22.425.000,00
41	Cota-Parte do FPM	546.176,33	727.847,10	545.838,34	468.806,08	569.519,62	7.327.928,25	7.500.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	641.628,87	531.303,97	487.795,59	715.342,49	604.535,58	6.321.789,39	5.200.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	85.600,87	75.398,56	73.137,47	54.980,21	40.260,43	595.622,43	400.000,00
44	Cota-Parte do ITR	1.515,85	12.994,38	483,19	2.162,96	877,02	168.173,74	20.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	3.202,09	3.202,09	3.202,09	3.202,09	3.202,09	32.716,43	40.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	386.025,50	370.360,55	317.241,20	325.532,12	423.924,38	4.289.164,99	4.300.000,00
48	Outras Transferências Correntes	444.402,57	361.918,72	294.788,63	456.931,14	371.943,20	4.887.666,60	4.965.000,00
49	Outras Receitas Correntes	15.484,37	26.235,74	11.885,05	8.527,43	4.871,69	622.595,56	368.000,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	325.432,83	350.705,78	296.267,76	322.228,81	320.654,18	3.697.945,22	4.318.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	69.808,14	80.556,67	74.176,52	73.330,16	76.975,37	867.441,75	1.680.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	255.624,69	270.149,11	222.091,24	248.898,65	243.678,81	2.830.503,47	2.638.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	3.693.894,82	4.605.825,21	3.039.383,48	2.795.665,76	3.437.492,06	41.172.113,80	48.193.000,00
Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE								
Nota:								

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	1.647.000,00	1.647.000,00	608.662,84	1.869.566,48	959.077,20
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	1.647.000,00	1.647.000,00	608.662,84	1.869.566,48	959.077,20
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	840.000,00	840.000,00	150.305,53	591.018,45	555.944,49
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	840.000,00	840.000,00	150.305,53	591.018,45	555.944,49
5	Ativo	838.000,00	838.000,00	150.305,53	591.018,45	555.944,49
6	Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	800.000,00	800.000,00	458.357,31	1.278.548,03	329.302,91
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	800.000,00	800.000,00	458.357,31	1.278.548,03	329.302,91
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	73.829,80
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	73.829,80
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.100.000,00	1.100.000,00	204.966,98	773.793,84	717.691,96
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	2.747.000,00	2.747.000,00	813.629,82	2.643.360,32	1.676.769,16
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	1.402.470,00	1.402.470,00	176.391,49	652.385,41	419.521,18
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	352.470,00	352.470,00	32.232,44	124.320,50	78.379,53
30	Despesas Correntes	327.470,00	327.470,00	29.882,44	121.571,50	77.897,07
31	Despesas de Capital	25.000,00	25.000,00	2.350,00	2.749,00	482,46
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	1.050.000,00	1.050.000,00	144.159,05	528.064,91	341.141,65
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	1.050.000,00	1.050.000,00	144.159,05	528.064,91	341.141,65
34	Aposentadorias	450.000,00	450.000,00	105.786,86	397.168,37	230.381,09
35	Pensões	100.000,00	100.000,00	8.882,72	32.605,11	24.309,12
36	Outros Benefícios Previdenciários	500.000,00	500.000,00	29.489,47	98.291,43	86.451,44
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	1.402.470,00	1.402.470,00	176.391,49	652.385,41	419.521,18
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	1.344.530,00	1.344.530,00	637.238,33	1.990.974,91	1.257.247,98
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor					1.344.530,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS			Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
					Em. Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA			0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO			235.034,95	165.932,05	26.939,71
59	INVESTIMENTOS			10.673.690,23	11.003.874,92	9.417.673,07

60	OUTROS BENS E DIREITOS			0,00	0,00	0,00
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	1.100.000,00	1.100.000,00	204.966,98	773.793,84	717.691,96
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	1.100.000,00	1.100.000,00	204.966,98	773.793,84	717.691,96
63	Patronal = (64+68)	1.100.000,00	1.100.000,00	204.966,98	773.793,84	717.691,96
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	1.100.000,00	1.100.000,00	204.966,98	773.793,84	717.691,96
65	Ativo	1.098.000,00	1.098.000,00	204.966,98	773.793,84	717.691,96
66	Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	1.100.000,00	1.100.000,00	204.966,98	773.793,84	717.691,96
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIASINTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	PLANO FINANCEIRO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	246.146,87	158.962,85	142.899,37
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	11.711.976,83	14.513.587,26	14.335.103,67
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	11.739.663,47	14.513.587,26	14.335.103,67
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.686,64	0,00	0,00
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-11.465.829,96	-14.354.624,41	-14.192.204,30
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	246.146,87	158.962,85	142.899,37
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-11.711.976,83	-14.513.587,26	-14.335.103,67
CAMPO	RESULTADO NOMINAL		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR		178.483,59	-2.623.126,84
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	5.838.887,73	5.838.887,73	9.268.940,55
13	Passivo Atuarial	5.838.887,73	5.838.887,73	9.268.940,55
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	9.444.612,78	10.654.778,37	11.169.806,97
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	26.939,71	211.996,94	165.932,05
17	Investimentos	9.417.673,07	10.442.781,43	11.003.874,92
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-3.605.725,05	-4.815.890,64	-1.900.866,42
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-3.605.725,05	-4.815.890,64	-1.900.866,42
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE				
Nota:				

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	47.867.000,00	5.892.297,87	27.113.724,19	25.695.779,86
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	25.428.000,00	2.012.359,13	11.673.492,15	12.560.861,83
3	IPTU	250.000,00	10.243,09	332.986,89	315.244,06
4	ISS	23.978.000,00	1.793.270,57	10.295.084,33	11.321.083,69
5	ITBI	250.000,00	94.199,93	338.942,72	182.245,96
6	IRRF	750.000,00	90.535,20	456.480,99	549.694,85
7	Outras Receitas Tributárias	200.000,00	24.110,34	249.997,22	192.593,27
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	1.820.000,00	180.512,52	701.582,20	648.944,06
9	Receitas Previdenciárias	1.680.000,00	150.305,53	591.018,45	555.944,49
10	Outras Receitas de Contribuições	140.000,00	30.206,99	110.563,75	92.999,57
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita Patrimonial	1.700.000,00	491.165,48	1.403.078,93	417.648,90
13	(-) Aplicações Financeiras	1.700.000,00	491.165,48	1.403.078,93	417.648,90
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	19.634.000,00	3.548.636,70	14.111.125,01	11.602.419,76
15	FPM	7.500.000,00	1.038.325,70	4.898.912,19	4.482.683,05
16	ICMS	5.200.000,00	1.319.878,07	4.570.522,30	3.382.060,88
17	Convênios	650.000,00	118.278,49	396.694,12	290.945,45
18	Outras Transferências Correntes	6.284.000,00	1.072.154,44	4.244.996,40	3.446.730,38
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	985.000,00	150.789,52	627.524,83	883.554,21

20	Dívida Ativa	165.000,00	5.946,90	56.939,09	186.456,54
21	Diversas Receitas Correntes	820.000,00	144.842,62	570.585,74	697.097,67
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	3.480.000,00	257.924,05	698.864,72	790.819,90
23	Operações de Crédito (III)	5.000,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	40.000,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	3.430.000,00	257.924,05	698.864,72	790.819,90
27	Convênios.	3.360.000,00	257.924,05	583.994,72	790.819,90
28	Outras Transferências de Capital	70.000,00	0,00	114.870,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	3.435.000,00	257.924,05	698.864,72	790.819,90
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	51.302.000,00	6.150.221,92	27.812.588,91	26.486.599,76

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	41.638.366,00	6.873.294,73	25.978.427,22	21.090.637,48
33	Pessoal e Encargos Sociais	20.759.792,86	3.454.178,02	13.722.234,78	12.514.760,08
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	0,00	0,00	3.402,32
35	Outras Despesas Correntes	20.853.573,14	3.419.116,71	12.256.192,44	8.572.475,08
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	41.613.366,00	6.873.294,73	25.978.427,22	21.087.235,16
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	9.462.584,00	613.286,11	2.175.901,03	4.285.504,70
38	Investimentos	9.113.584,00	597.222,63	2.072.653,53	4.052.180,76
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	349.000,00	16.063,48	103.247,50	233.323,94
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	9.113.584,00	597.222,63	2.072.653,53	4.052.180,76
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	54.520,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	1.344.530,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	52.126.000,00	7.470.517,36	28.051.080,75	25.139.415,92
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-824.000,00	-1.320.295,44	-238.491,84	1.347.183,84
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-445.000,00

Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V) — R$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	27.686,64	27.686,64	0,00	0,00	102.656,18	609.598,65	424.494,29	424.494,29	0,00	287.760,54
2	EXECUTIVO	0,00	27.686,64	27.686,64	0,00	0,00	102.656,18	123.281,45	123.281,45	123.281,45	0,00	102.656,18
3	PREFEITURA MUNICIPAL	0,00	27.686,64	27.686,64	0,00	0,00	102.656,18	123.281,45	123.281,45	123.281,45	0,00	102.656,18
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486.317,20	301.212,84	301.212,84	0,00	185.104,36
5	CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486.317,20	301.212,84	301.212,84	0,00	185.104,36
6	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	TOTAL (III) = (I +II)	0,00	27.686,64	27.686,64	0,00	0,00	102.656,18	609.598,65	424.494,29	424.494,29	0,00	287.760,54

Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE

Nota:

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)							R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO			SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)			0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros			0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE			0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP			0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)			0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços			0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE			0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP			0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)			0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)			0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)			0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras			0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados			0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes			0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)			0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros			0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes			0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	38.360.379,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP		2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE							
Nota:							

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: PARANAITA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.239.043/0001-12
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 201409291722200050402 7

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	52.500.000,00
3	Previsão Atualizada	-	52.500.000,00
4	Receitas Realizadas	6.846.354,38	29.989.461,68
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	52.500.000,00
9	Créditos Adicionais	-	0,00
10	Dotação Atualizada	-	52.500.000,00
11	Despesas Empenhadas	7.031.564,80	29.647.905,13
12	Despesas Liquidadas	7.486.580,84	28.154.328,25
13	Superávit Orçamentário	-	1.835.133,43
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	7.031.564,80	29.647.905,13
15	Despesas Liquidadas	7.486.580,84	28.154.328,25
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida		41.172.113,80
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	813.629,82	2.643.360,32
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	176.391,49	652.385,41
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	637.238,33	1.990.974,91
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal		0,00	-2.623.126,84	0,00
31	Resultado Primário		-445.000,00	-238.491,84	53,59
CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	27.686,64	0,00	27.686,64	0,00
33	Poder Executivo	27.686,64	0,00	27.686,64	0,00
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	712.254,83	0,00	424.494,29	287.760,54
36	Poder Executivo.	225.937,63	0,00	123.281,45	102.656,18
37	Poder Legislativo.	486.317,20	0,00	301.212,84	185.104,36
38	TOTAL	739.941,47	0,00	452.180,93	287.760,54

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	5.612.630,15	25%	26,51
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	2.653.157,28	60%	90,22
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00
CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito		-	-
44	Despesa de Capital Líquida		-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-
CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.404.792,83	15,00	25,05

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.		
Fonte: RREO QUARTO BIMESTRE 2014 - SISTEMA DE CONTABILIDADE		
Nota:		

PARANAITA, 29/09/2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito
CPF.: 451.418.009-20

ITAGIBA DELA JIUSTINA
Contador
CRC.: MT 006.689/O-0

CLAUDIO DUBIANI REZENDE
Sec. De Finanças
CPF.: 710.293.208-10

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:2590043D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2014

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2014
RESULTADO DA PROVA OBJETIVA

O Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 001/2014, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Edital nº 001/2014, torna público o Resultado das Provas Objetivas.

Cargo: 00156 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - Classe: A - Nível: 01												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
54	ARLINDO SOUZA DE ARAUJO	ACE	6	6	5	4	21	5	30		Aprovado	1
27	CRECILDA RIBEIRO	ACE	5	4	6	7	22		29		Classificado	2
92	DORALINA GOMES CASTILHO	ACE	6	6	7	5	24		29		Classificado	3
74	EVA APARECIDA RIBEIRO	ACE	3	3	4	6	16		22		Desclassificado	4
99	HELENO FERNANDES DE ALMEIDA	ACE	2	4	7	4	17		21		Desclassificado	5
77	JERSICA MARIA BOTINI	ACE					0		0		Ausente	6
69	RAIMUNDO DE MOURA FILHO	ACE					0		0		Ausente	7
37	THAIS MARQUES DA SILVA	ACE					0		0		Ausente	8
Cargo: 00007 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Classe: A - Nível: 01												
MICROÁREA 02												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	NF..	D. N.	Classificação	Ord.
123	ANAEDE FERREIRA CARDOSO	ACS	8	87		6	29		35		Aprovado	1
03	THOMASIA DE ALMEIDA	ACS	3	57		7	22		29		Classificado	2
41	MARLI DIONIZIA TAQUES	ACS	6	65		6	23		29		Classificado	3
66	FERNANDA ROSA PEREIRA	ACS	7	66		5	24		29		Classificado	4
88	NALVA FERREIRA DOS SANTOS	ACS	7	65		5	23		28		Classificado	5
16	MARILZA PEREIRA CAVALCANTE CARDOSO	ACS	4	56		6	21		27		Classificado	6
114	AURENICE FERREIRA COELHO	ACS	6	46		5	21		26		Classificado	7
107	DEUSIMAR PEREIRA DOS SANTOS	ACS	3	57		5	20		25		Classificado	8
116	ANDRELSIANE DE PONTES RIBEIRO	ACS	5	66		4	21		25		Classificado	9
86	RENATA ALVES ANGELO	ACS	3	34		7	17		24		Desclassificado	10
91	LECIENE FIGUEIREDO DA SILVA	ACS	4	45		5	18		23	11/11/1986	Desclassificado	11
110	TATIANE MARQUES DE MATOS	ACS	4	45		5	18		23	28/7/1993	Desclassificado	12
113	MARIANA MARIA DE ALMEIDA NETA	ACS	3	35		5	16		21		Desclassificado	13
47	MARIZETH MARQUES DOS SANTOS	ACS	3	34		5	15		20		Desclassificado	14
61	FRACISCA FILISMINO	ACS	3	65		3	17		20		Desclassificado	15
84	ELENILDA RODRIGUES DE SOUZA	ACS					0		0		Ausente	16
103	ELENIR ALVES DO CARMO	ACS					0		0		Ausente	17
02	INGRID ELLEN LOPES KOLLING	ACS					0		0		Ausente	18
20	JAQUELINE LEMES DA SILVA DE ARAUJO	ACS					0		0		Ausente	19
119	LAURIETE MARQUES CORREA DA SILVA	ACS					0		0		Ausente	20
05	TIACA DE ARAUJO SANTOS	ACS					0		0		Ausente	21
MICROÁREA 05												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT	M.AT	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
14	MARIA SILVANIA ALVES	ACS	7	9	9	7	32		39		Aprovado	1
64	MICHELI SOARES DA SILVA	ACS	5	9	4	7	25		32	11/4/1990	Classificado	2
34	ROSILAINE FRANCISCA BORGES	ACS	7	4	7	7	25		32	16/9/1990	Classificado	3
63	CRISTIANE DO CARMO MORAIS	ACS	5	4	6	6	21	3	30		Classificado	4
96	LUZENIR CARDOSO DA SILVA CRAVEIRO	ACS	3	6	5	8	22		30		Classificado	5
59	CLAUDYANNE APARECIDA SILVA NEVES	ACS	5	3	8	5	21		26		Classificado	6
52	JOANA PAULA VIEIRA RODRIGUES	ACS	3	6	7	4	20		24		Classificado	7
31	JOELMA MAXIMIANA DE ALMEIDA	ACS	4	3	4	7	18		25		Desclassificado	8
60	ELIANE DE JESUS	ACS	4	3	7	3	17		20		Desclassificado	9
120	GRACILENE DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	ACS	4	3	3	3	13		16		Desclassificado	10

75	NERIVALDA PEREIRA DA COSTA	ACS					0		0		Ausente	11
111	ROSILENE ORTIZ DA SILVA	ACS					0		0		Ausente	12
MICROÁREA 11												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
106	NARA LETICIA ARAUJO DE ANDRADE SANTOS	ACS	10	10	9	6	35		41		Aprovado	1
62	MARIZETE MACHADO MENEZES	ACS	6		59	8	28		36		Classificado	2
01	GIUVANI BATISTA DE OLIVEIRA	ACS	5	4	6	8	23		31		Classificado	3
10	EDNA DA ROCHA DE OLIVEIRA	ACS	5	6	8	6	25		31		Classificado	4
100	JOSSELE MARTINS MACHADO	ACS	4	5	6	7	22		29		Classificado	5
48	ALINE LIMA DA SILVA	ACS	6	5	6	6	23		29		Classificado	6
87	VALMIRA INACIO FERREIRA	ACS	6	6	7	5	24		29		Classificado	7
29	MARONILDE MIRANDA INACIO FERREIRA	ACS	3	6	6	6	21		27		Classificado	8
82	ROSINEIDE ALVES	ACS	5	5	4	6	20		26		Classificado	9
67	MARIA REJANE DE SOUZA	ACS	4	6	7	4	21		25		Classificado	10
18	ROSANGELA DA SILVA AFONSO	ACS					0		0		Ausente	11
97	ORLINDA NETA PEREIRA	ACS					0		0		Ausente	12
42	NEUSILIA LIMA RIBEIRO	ACS					0		0		Ausente	13
MICROÁREA 28												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
81	GILDETE DA SILVA SOUSA	ACS					0		0		Ausente	1
MICROÁREA 32												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
89	JACQUELINE SILVA PEREIRA	ACS	5	97		8	29	1	38		Aprovado	1
40	ELLEN CRIS MELO RODRIGUES	ACS	7	87		8	30		38		Classificado	2
65	VANILDA DIAS DOS SANTOS	ACS	6	54		6	21		27	27/10/1982	Classificado	3
95	SILVA MARTA AFONSO COELHO	ACS	4	65		6	21		27	12/4/1984	Classificado	4
11	ALESSANDRA MARIA LEITE	ACS	7	46		5	22		27		Classificado	5
51	MARILZA DOS SANTOS	ACS	2	65		5	18		23		Desclassificado	6
122	MIRELI ALMEIDA DA SILVA	ACS	6	44		4	18		22		Desclassificado	7
68	ERICA DA COSTA MOURA	ACS					0		0		Ausente	8
06	JOANA FERNANDES	ACS					0		0		Ausente	9
MICROÁREA 40												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
50	NERLI VILALBA VENTURINI	ACS	6	99		6	30		36		Aprovada	1
46	NAYARA KARIZE MOREIRA LEITE	ACS	9	76		6	28		34		Classificado	2
15	JAKELINE DE ALMEIDA SOUZA	ACS	7	66		5	24		29		Classificado	3
MICROÁREA 43												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
90	ARLINDO DE ALMEIDA SILVA	ACS	7	9	6	6	28		34		Aprovado	1
80	ERVANIA DE SOUZA	ACS	4	5	7	6	22		28		Classificado	2
MICROÁREA 44												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
	SEM INSCRIÇÕES											
MICROÁREA 49												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
101	ADRIANE PINHEIRO DA MATA	ACS	7	7	8	7	29		36	18/9/1976	Aprovado	1
30	ANA MARIA ACASSIO	ACS	9	6	7	7	29		36	3/1/1982	Classificado	2
22	MARILENE DE SOUZA	ACS	3	4	8	5	20		25		Classificado	3
102	CIRLENE DE SOUZA BARREIRA	ACS	2	56		6	19		25		Desclassificado	4
85	NEIDE BASTOS DA SILVA	ACS	2	55		6	18		24		Desclassificado	5
13	LUCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	ACS	3	38		5	19		24	24/7/1969	Desclassificado	6
12	MARIA DE LOURDES FERREIRA DE SOUZA	ACS	6	44		5	19		24	15/3/1985	Desclassificado	7
115	JOSIANE SANTANA DOURADO	ACS	4	55		5	19		24	20/7/1990	Desclassificado	8
109	LUCIENE SERAFIM DE PONTES	ACS	3	65		5	19		24	16/7/1994	Desclassificado	9
124	MARIA EUNICE PEREIRA DA SILVA	ACS	4	56		4	19		23		Desclassificado	10
58	ESTER RAMOS DE SOUZA MENDES	ACS	3	44		5	16		21		Desclassificado	11
78	ROSILDA PINHEIRO FERREIRA	ACS	4	46		3	17		20		Desclassificado	12
71	MARIA ERINEUDA DA SILVA LIMA	ACS	1	45		4	14		18		Desclassificado	13
MICROÁREA 53												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
76	SAMUEL JOSE DA SILVA	ACS	5	7	9	7	28		35		Aprovado	1
19	LUCELIA MOREIRA FARIA	ACS	6	6	7	7	26		33		Classificado	2
55	CRISTIANE APARECIDA AMOROSO	ACS	3	7	6	5	21		26		Classificado	3
24	ZILDA PEREIRA DA SILVA	ACS	1	4	3	0	8		8		Desclassificado	4
MICROÁREA 54												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	NF..	Tit.	D. N.	Classificação	Ord.
35	EDINEIA LOPES DE OLIVEIRA	ACS	5	4	6	10	25	2	37		Aprovado	1
79	FABIANE ALVES OLIVEIRA	ACS	5	7	7	8	27		35		Classificado	2
125	ELIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	ACS	8	5	6	6	25		31		Classificado	3
57	EDNALVA LUIZA MACAUBA	ACS	4	7	7	6	24		30	24/9/1984	Classificado	4
93	REGINA MOREIRA DA SILVA	ACS	7	4	7	6	24		30	10/11/1984	Classificado	5
45	IONE MARIA DA SILVA	ACS	7	5	7	5	24		29		Classificado	6
105	SUELLEN CRISTINA DA SILVA	ACS	6	8	6	4	24		28		Classificado	7
56	ELIANE SANTOS AMARAL	ACS	5	5	5	6	21		27		Classificado	8
127	ADRIANA MARQUES DIAS	ACS	6	4	6	4	20		24		Classificado	9
09	ELIANE MARIA DE OLIVEIRA	ACS	2	5	5	7	19		26		Desclassificado	10
98	LEIDIANA GONÇALVES TEIXEIRA	ACS	2	3	7	6	18		24		Desclassificado	11
70	LEIDELENA MORAES LINS	ACS	2	4	7	5	18		23		Desclassificado	12
28	ANDREIA DUARTE FLORENTINO	ACS	4	5	4	4	17		21		Desclassificado	13
07	ELIZABETE CRISTINA ANGELA DE SOUSA	ACS	5	3	6	3	17		20		Desclassificado	14
44	FRANCISCLESIA DOS REIS TORRES OLIVEIRA	ACS	2	3	6	4	15		19		Desclassificado	15
94	ALENIL DE PONTES LIMA	ACS					0		0		Ausente	16
118	EDILAINE MARIA DE SANTANA DE PONTES	ACS					0		0		Ausente	17
117	EDNEIDE PEREIRA DE MIRANDA	ACS					0		0		Ausente	18
72	REGIANE SOUZA SILVA	ACS					0		0		Ausente	19
43	VALMIRENE DE JESUS	ACS					0		0		Ausente	20
MICROÁREA 55												
Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	NF..	Tit.	D. N.	Classificação	Ord.
33	MARLETH MARTINS PEREIRA	ACS	9	8	7	5	29		34		Aprovado	1

108	ANA CRISTINA SILVA	ACS	6	8	7	6	27		33		Classificado	2
126	NADIA LOIOLA DOS SANTOS	ACS	5	6	6	7	24		31		Classificado	3
104	JANETE RIBEIRO DE MACEDO SANTOS	ACS	5	6	7	6	24		30		Classificado	4
17	JAIENY RODRIGUES DA SILVA E SILVA	ACS	5	6	6	6	23		29		Classificado	5
32	SIMONI DIAS MACHADO	ACS	2	4	8	7	21		28		Classificado	6
53	ANDREA APARECIDA GOMES DA SILVA	ACS	5	7	6	5	23		28	2/3/1983	Classificado	7
25	ANGELA MARIA SANTOS DIAS	ACS	5	5	8	5	23		28	25/10/1989	Classificado	8
39	LECI TERESINHA TREVISAN	ACS	2	5	8	6	21		27		Classificado	9
36	ELIANE PEREIRA CAVALCANTE	ACS	5	6	7	4	22		26		Classificado	10
38	MARIA DAS NEVES LIMA DA SILVA	ACS	1	3	7	7	18		25		Desclassificado	11
04	KATIA REGINA DE ALMEIDA DE ARAUJO	ACS	3	4	6	4	17		21		Desclassificado	12
08	LUCIVANIA ALVES DA SILVA	ACS	2	36		4	15		19	18/8/1981	Desclassificado	13
121	ARIANE DA SILVA SOARES	ACS	3	26		4	15		19	4/6/1995	Desclassificado	14
73	CLEDES MACHADO DE OLIVEIRA	ACS	1	45		2	12		14		Desclassificado	15
21	CRISTIANE ALVES DE LEMOS	ACS	2	22		1	7		8		Desclassificado	16
112	EMANOELY MALINOVSKI	ACS					0		0		Ausente	17
23	JOSIANE DOS ANJOS SANTOS	ACS					0		0		Ausente	18
26	ROSELI INACIO DOS SANTOS	ACS					0		0		Ausente	19

MICROÁREA 56

Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
49	LAUREANA ALVES DE LARA	ACS	4	5	7	5	21		26		Aprovado	1
83	EDILAINE OLIVEIRA CONCEIÇÃO	ACS					0		0		Ausente	2

MICROÁREA 57

Inscrição	Nome	Cargo	PORT.	MAT.	C.G	C. Esp.	Acertos	Tit.	N. F.	D. N.	Classificação	Ord.
	SEM INSCRIÇÕES											

Paranatinga-MT, 29 de setembro de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal de Paranatinga

FATIMA EICKHOFF HAMMARSTROM
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público
Portaria nº 162/2014

Publicado por:
Yeda Suely Jorge da Silva
Código Identificador:C6967C86

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 4º BIMESNTRE TERRA NOVA DO NORTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291737100050437 6

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.247.000,00	26.247.000,00	4.296.295,59	16,37	18.251.862,77	69,54	7.995.137,23
2	RECEITAS CORRENTES	22.587.000,00	22.587.000,00	4.040.082,88	17,89	17.249.233,31	76,37	5.337.766,69
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.208.000,00	1.260.000,00	353.695,45	28,07	1.344.393,84	106,70	-84.393,84
4	Impostos	1.049.000,00	1.090.000,00	337.577,94	30,97	1.191.266,51	109,29	-101.266,51
5	Taxas	154.000,00	165.000,00	16.117,51	9,77	153.127,33	92,80	11.872,67
6	Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	920.000,00	920.000,00	43.896,81	4,77	408.408,81	44,39	511.591,19
8	Contribuições Sociais	620.000,00	620.000,00	5.592,49	0,90	271.945,20	43,86	348.054,80
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	300.000,00	300.000,00	38.304,32	12,77	136.463,61	45,49	163.536,39
11	RECEITA PATRIMONIAL	515.000,00	515.000,00	246.547,25	47,87	772.978,90	150,09	-257.978,90
12	Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.000,00	800,00	16,00	1.274,17	25,48	3.725,83
13	Receitas de Valores Mobiliários	510.000,00	510.000,00	245.747,25	48,19	771.704,73	151,31	-261.704,73
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	470.000,00	470.000,00	42.110,26	8,96	187.632,69	39,92	282.367,31
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.244.000,00	19.160.000,00	3.326.908,26	17,36	14.419.823,97	75,26	4.740.176,03
30	Transferências Intergovernamentais	18.616.000,00	18.532.000,00	3.206.873,61	17,30	12.484.491,22	67,37	6.047.508,78
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	628.000,00	628.000,00	120.034,65	19,11	1.935.332,75	308,17	-1.307.332,75
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	230.000,00	262.000,00	26.924,85	10,28	115.995,10	44,27	146.004,90
37	Multas e Juros de Mora	72.000,00	72.000,00	7.842,73	10,89	39.454,80	54,80	32.545,20
38	Indenizações e Restituições	35.000,00	35.000,00	6.275,73	17,93	28.506,01	81,45	6.493,99
39	Receita da Dívida Ativa	113.000,00	145.000,00	12.515,30	8,63	47.743,20	32,93	97.256,80
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	291,09	2,91	291,09	2,91	9.708,91
42	RECEITAS DE CAPITAL	3.660.000,00	3.660.000,00	256.212,71	7,00	1.002.629,46	27,39	2.657.370,54
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	2.859,01	0,00	298.741,66	0,00	-298.741,66
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	2.859,01	0,00	298.741,66	0,00	-298.741,66
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.660.000,00	3.660.000,00	253.353,70	6,92	703.887,80	19,23	2.956.112,20
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	3.660.000,00	3.660.000,00	253.353,70	6,92	703.887,80	19,23	2.956.112,20
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	753.000,00	753.000,00	16.590,68	0,00	494.546,26	0,00	258.453,74
63	RPPS	753.000,00	753.000,00	16.590,68	2,20	494.546,26	65,68	258.453,74
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	27.000.000,00	27.000.000,00	4.312.886,27	15,97	18.746.409,03	69,43	8.253.590,97
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	27.000.000,00	27.000.000,00	4.312.886,27	15,97	18.746.409,03	69,43	8.253.590,97
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	--		-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	27.000.000,00	27.000.000,00	4.312.886,27	15,97	18.746.409,03	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.600.550,00	0,00	25.600.550,00	4.178.062,24	18.141.787,99	4.424.701,43	17.513.742,48	68,41	8.086.807,52
79	DESPESAS CORRENTES	22.880.550,00	501.549,59	23.382.099,59	3.936.344,39	16.883.740,10	4.075.218,58	16.255.295,65	69,52	7.126.803,94
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.062.000,00	505.849,59	11.567.849,59	2.072.927,94	8.599.781,28	2.081.225,62	8.579.000,23	74,16	2.988.849,36
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	-4.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.798.550,00	200,00	11.798.750,00	1.863.416,45	8.283.958,82	1.993.992,96	7.676.295,42	65,06	4.122.454,58
83	DESPESAS DE CAPITAL	2.349.000,00	-501.549,59	1.847.450,41	241.717,85	1.258.047,89	349.482,85	1.258.446,83	68,12	589.003,58
84	INVESTIMENTOS	2.112.000,00	-516.549,59	1.595.450,41	180.380,02	1.012.826,14	288.145,02	1.011.327,14	63,39	584.123,27
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	237.000,00	15.000,00	252.000,00	61.337,83	245.221,75	61.337,83	247.119,69	98,06	4.880,31
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.450,00	0,00	25.450,00 -	-		- -		- -	
88	RESERVA DO RPPS	345.550,00	0,00	345.550,00 -	-		- -		- -	
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.399.450,00	0,00	1.399.450,00	181.113,13	784.388,78	199.601,37	747.412,30	53,41	652.037,70
90	RPPS	1.399.450,00	0,00	1.399.450,00	181.113,13	784.388,78	199.601,37	747.412,30	53,41	652.037,70
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	4.359.175,37	18.926.176,77	4.624.302,80	18.261.154,78	67,63	8.738.845,22
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Externa									
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	4.359.175,37	18.926.176,77	4.624.302,80	18.261.154,78	67,63	8.738.845,22
100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	- -	-		-	485.254,25	-	-
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	4.359.175,37	18.926.176,77	4.624.302,80	18.746.409,03	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir 29/09/2014		MURAL DA UG
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.			
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE			
Nota:			

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291737100050437 6

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.000.000,00	27.000.000,00	4.359.175,33	18.926.176,77	4.624.302,80	18.261.154,78	100,00	67,63	8.738.845,22
2	00001	Legislativa	930.000,00	930.000,00	129.775,84	621.727,83	143.776,84	595.129,90	3,26	63,99	334.870,10
3	01031	Ação Legislativa	930.000,00	930.000,00	129.775,84	621.727,83	143.776,84	595.129,90	3,26	63,99	334.870,10
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	120.000,00	100.000,00	11.300,00	53.771,15	11.300,00	53.771,15	0,29	53,77	46.228,85
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	120.000,00	100.000,00	11.300,00	53.771,15	11.300,00	53.771,15	0,29	53,77	46.228,85
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	3.695.000,00	3.956.090,00	517.422,41	2.673.814,47	557.834,92	2.476.691,04	13,56	62,60	1.479.398,96
12	04121	Planejamento e Orçamento	645.000,00	930.200,00	98.811,38	655.458,12	123.799,69	497.486,45	2,72	53,48	432.713,55
13	04122	Administração Geral	2.655.000,00	2.680.039,59	378.661,05	1.776.579,07	387.228,25	1.753.276,31	9,60	65,42	926.763,28
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	150.000,00	136.600,00	16.373,55	70.117,53	14.274,55	68.018,53	0,37	49,79	68.581,47
16	04125	Normatização e Fiscalização	15.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
17	04126	Tecnologia da Informação	60.000,00	63.000,00	5.241,43	49.801,63	10.457,43	49.801,63	0,27	79,05	13.198,37
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	20.000,00	3.500,00	0,00	916,00	0,00	916,00	0,01	26,17	2.584,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	150.000,00	135.750,41	18.335,00	120.942,12	22.075,00	107.192,12	0,59	78,96	28.558,29
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	10.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
28	06181	Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	10.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	900.000,00	667.700,00	108.802,21	496.512,91	131.671,40	470.024,50	2,57	70,39	197.675,50
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	210.000,00	113.200,00	11.899,08	46.038,93	11.899,08	46.038,93	0,25	40,67	67.161,07
38	08244	Assistência Comunitária	690.000,00	554.500,00	96.903,13	450.473,98	119.772,32	423.985,57	2,32	76,46	130.514,43

39	00009	Previdência Social	1.399.450,00	1.399.450,00	181.113,13	784.388,78	199.601,37	747.412,30	4,09	53,41	652.037,70
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	1.399.450,00	1.399.450,00	181.113,13	784.388,78	199.601,37	747.412,30	4,09	53,41	652.037,70
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	6.930.000,00	6.472.400,00	1.069.147,44	4.803.927,15	1.190.197,84	4.777.282,55	26,16	73,81	1.695.117,45
45	10301	Atenção Básica	4.930.000,00	5.532.850,41	984.397,02	4.563.196,98	1.102.929,31	4.538.002,38	24,85	82,02	994.848,03
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.800.000,00	796.549,59	70.140,03	193.322,20	74.108,14	193.322,20	1,06	24,27	603.227,39
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	80.000,00	80.000,00	11.404,10	33.496,33	11.404,10	33.496,33	0,18	41,87	46.503,67
48	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	10305	Vigilância Epidemiológica	120.000,00	63.000,00	3.206,29	13.911,64	1.756,29	12.461,64	0,07	19,78	50.538,36
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	272.550,00	300.750,00	27.870,73	205.508,15	38.747,17	197.827,24	1,08	65,78	102.922,76
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	252.550,00	252.550,00	27.870,73	157.608,15	38.747,17	149.927,24	0,82	59,37	102.622,76
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	20.000,00	48.200,00	0,00	47.900,00	0,00	47.900,00	0,26	99,38	300,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	00012	Educação	7.035.000,00	6.469.810,00	1.136.282,22	4.785.664,04	1.171.947,16	4.472.812,81	24,49	69,13	1.996.997,19
57	12361	Ensino Fundamental	5.475.000,00	5.182.930,00	901.737,59	4.112.223,46	968.486,49	3.882.006,19	21,26	74,90	1.300.923,81
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	12364	Ensino Superior	0,00	55.000,00	0,00	55.000,00	10.000,00	25.000,00	0,14	45,45	30.000,00
61	12365	Educação Infantil	1.500.000,00	1.136.580,00	175.810,67	523.206,62	175.810,67	523.206,62	2,87	46,03	613.373,38
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12367	Educação Especial	60.000,00	95.300,00	58.733,96	95.233,96	17.650,00	42.600,00	0,23	44,70	52.700,00
64	00013	Cultura	330.000,00	269.500,00	6.539,35	148.002,26	6.475,71	147.938,62	0,81	54,89	121.561,38
65	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	13392	Difusão Cultural	330.000,00	269.500,00	6.539,35	148.002,26	6.475,71	147.938,62	0,81	54,89	121.561,38
67	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	00015	Urbanismo	2.072.000,00	2.603.550,00	373.460,64	1.802.377,11	372.042,53	1.795.061,62	9,83	68,95	808.488,38
72	15451	Infra-Estrutura Urbana	2.072.000,00	2.603.550,00	373.460,64	1.802.377,11	372.042,53	1.795.061,62	9,83	68,95	808.488,38
73	15452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	00016	Habitação	100.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
76	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	16482	Habitação Urbana	100.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
78	00017	Saneamento	380.000,00	382.850,00	103.827,22	340.617,52	105.783,72	315.439,71	1,73	82,39	67.410,29
79	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	17512	Saneamento Básico Urbano	380.000,00	382.850,00	103.827,22	340.617,52	105.783,72	315.439,71	1,73	82,39	67.410,29
81	00018	Gestão Ambiental	30.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
82	18541	Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
83	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
85	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	00020	Agricultura	1.180.000,00	1.393.450,00	126.555,54	875.238,41	127.845,54	875.238,41	4,79	62,81	518.211,59
92	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20606	Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20608	Promoção da Produção Agropecuária	1.180.000,00	1.393.450,00	126.555,54	875.238,41	127.845,54	875.238,41	4,79	62,81	518.211,59
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	10.000,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00
104	22661	Promoção Industrial	10.000,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00
105	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	165.000,00	93.700,00	5.713,37	67.417,52	5.713,37	67.417,52	0,37	71,95	26.282,48
110	23691	Promoção Comercial	130.000,00	92.200,00	5.713,37	67.417,52	5.713,37	67.417,52	0,37	73,12	24.782,48
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	35.000,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
115	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00025	Energia	310.000,00	217.550,00	14.531,36	96.633,94	14.531,36	96.633,94	0,53	44,42	120.916,06
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	310.000,00	217.550,00	14.531,36	96.633,94	14.531,36	96.633,94	0,53	44,42	120.916,06
121	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	00026	Transporte	280.000,00	664.150,00	289.017,65	596.851,41	289.017,65	596.851,41	3,27	89,87	67.298,59
124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	280.000,00	664.150,00	289.017,65	596.851,41	289.017,65	596.851,41	3,27	89,87	67.298,59
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	220.000,00	384.550,00	196.478,39	328.502,37	196.478,39	328.502,37	1,80	85,43	56.047,63
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	220.000,00	384.550,00	196.478,39	328.502,37	196.478,39	328.502,37	1,80	85,43	56.047,63
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	260.000,00	266.500,00	61.337,83	245.221,75	61.337,83	247.119,69	1,35	92,73	19.380,31
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	260.000,00	266.500,00	61.337,83	245.221,75	61.337,83	247.119,69	1,35	92,73	19.380,31
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.450,00	25.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.450,00
142		RESERVA DO RPPS	345.550,00	345.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345.550,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172		TOTAL (III) = (I + II)	27.000.000,00	27.000.000,00	4.359.175,33	18.926.176,77	4.624.302,80	18.261.154,78	100,00	67,63	8.738.845,22

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE

Nota:

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período
de referência: SET/2013 a AGO/ 2014
CVA: 201409291737100050437 6

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	1.995.624,62	1.807.096,96	2.284.686,38	2.760.717,95	2.405.355,72	2.146.341,33	1.958.069,46
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	129.076,93	116.896,83	139.129,57	186.462,69	112.106,18	130.713,96	177.516,37
3	IPTU	918,38	1.034,79	809,23	1.948,87	176,76	1.254,07	16.169,42
4	ISS	37.451,81	39.025,90	38.419,69	96.322,60	45.730,13	38.610,73	36.187,85
5	ITBI	13.287,79	13.040,82	15.269,04	10.761,34	3.533,54	8.338,21	28.156,79
6	IRRF	70.984,89	57.270,89	80.641,58	71.609,08	60.816,88	62.011,37	70.903,76
7	Outras Receitas Tributárias	6.434,06	6.524,43	3.990,03	5.820,80	1.848,87	20.499,58	26.098,55
8	Receita de Contribuições	52.844,50	94.129,16	29.826,84	27.925,44	20.481,24	106.708,88	18.758,24
9	Receita Patrimonial	87.286,71	54.694,49	15.290,59	63.582,16	14.848,78	150.866,39	53.923,56

10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	17.897,47	21.304,88	16.398,10	19.997,73	21.847,27	18.382,73	18.176,26
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	1.705.429,22	1.510.699,93	2.064.214,93	2.432.213,82	2.230.541,47	1.729.926,00	1.674.792,84
14	Cota-Parte do FPM	442.483,61	280.388,68	777.871,29	928.546,85	755.460,43	806.721,23	478.543,06
15	Cota-Parte do ICMS	305.829,13	426.255,71	343.420,63	362.031,96	442.253,01	298.359,66	336.185,42
16	Cota-Parte do IPVA	39.875,59	21.192,86	19.874,76	9.396,29	37.173,93	76.184,25	67.736,40
17	Cota-Parte do ITR	9.260,63	73.657,63	7.389,34	5.664,07	10.184,71	2.544,02	1.235,88
18	Transferências da LC 87/1996	2.114,08	2.114,08	2.114,08	2.114,08	2.131,64	2.131,64	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	250.366,40	331.445,30	286.057,56	307.464,59	388.710,34	294.789,93	265.220,60
21	Outras Transferências Correntes	655.499,78	375.645,67	627.487,27	816.995,98	594.627,41	249.195,27	525.871,48
22	Outras Receitas Correntes	3.089,79	9.371,67	19.826,35	30.536,11	5.530,78	9.743,37	14.902,19
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	199.229,55	242.083,58	243.916,68	216.159,24	253.799,33	326.980,62	181.372,62
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	39.317,05	78.959,56	13.837,63	13.350,26	4.358,53	89.792,52	2.598,32
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	159.912,50	163.124,02	230.079,05	202.808,98	249.440,80	237.188,10	178.774,30
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	1.796.395,07	1.565.013,38	2.040.769,70	2.544.558,71	2.151.556,39	1.819.360,71	1.776.696,84
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2014	Maio 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	2.212.618,76	2.537.791,36	1.868.990,11	2.243.973,18	2.201.980,84	26.423.246,67	25.988.000,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	212.492,51	154.038,64	173.022,92	214.001,47	138.729,14	1.884.187,21	1.208.000,00
30	IPTU	35.350,40	32.384,27	6.940,49	5.053,51	5.317,43	107.357,62	55.000,00
31	ISS	56.928,58	37.077,27	79.421,79	59.328,61	49.088,23	613.593,19	299.000,00
32	ITBI	16.440,47	26.928,28	30.947,46	73.298,85	23.214,30	263.216,89	145.000,00
33	IRRF	52.726,16	35.911,50	45.527,44	66.907,29	54.438,97	729.749,81	550.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	51.046,90	21.737,32	10.185,74	9.413,21	6.670,21	170.269,70	159.000,00
35	Receita de Contribuições	16.358,19	179.629,00	22.576,45	22.616,47	21.280,34	613.134,75	1.540.000,00
36	Receita Patrimonial	96.989,94	145.157,96	64.396,12	98.752,53	147.794,72	993.583,95	875.000,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	19.031,14	48.119,14	19.965,89	22.896,62	19.213,64	263.230,87	470.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	1.857.510,46	1.996.847,58	1.582.706,16	1.876.583,62	1.862.593,24	22.524.059,27	21.653.000,00
41	Cota-Parte do FPM	546.176,33	727.847,10	545.838,34	468.806,08	569.519,62	7.328.202,62	7.500.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	427.134,82	353.691,11	336.365,34	476.206,25	402.441,68	4.510.174,72	4.000.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	80.251,65	69.707,67	53.650,59	57.391,88	42.188,22	574.624,09	450.000,00
44	Cota-Parte do ITR	588,92	410,50	3.681,38	4.115,31	4.424,70	123.157,09	60.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	2.131,64	2.131,64	2.131,64	2.131,64	2.131,64	23.377,80	30.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	327.115,65	313.841,29	268.828,24	275.853,90	359.230,92	3.668.924,72	4.000.000,00
48	Outras Transferências Correntes	474.111,45	529.218,27	372.210,63	592.078,56	482.656,46	6.295.598,23	5.613.000,00
49	Outras Receitas Correntes	10.236,52	13.999,04	6.322,57	9.122,47	12.369,76	145.050,62	242.000,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	213.891,60	395.121,01	190.938,47	204.238,25	207.225,38	2.874.956,33	3.029.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	2.635,03	164.363,51	2.605,10	2.508,16	3.084,33	417.410,00	620.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	211.256,57	230.757,50	188.333,37	201.730,09	204.141,05	2.457.546,33	2.409.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	1.998.727,16	2.142.670,35	1.678.051,64	2.039.734,93	1.994.755,46	23.548.290,34	22.959.000,00
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE								
Nota:								

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409291737100050437 6

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-4ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	992.000,00	992.000,00	203.527,53	910.987,84	443.266,55
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	992.000,00	992.000,00	203.527,53	910.987,84	443.266,55
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	620.000,00	620.000,00	5.592,49	271.945,20	264.038,38

4	Pessoal Civil = (5+6+7)	620.000,00	620.000,00	5.592,49	271.945,20	264.038,38
5	Ativo	615.000,00	615.000,00	2.424,74	265.864,08	264.038,38
6	Inativo	3.000,00	3.000,00	0,00	2.913,37	0,00
7	Pensionista	2.000,00	2.000,00	3.167,75	3.167,75	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	360.000,00	360.000,00	197.935,04	639.042,64	173.580,52
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	360.000,00	360.000,00	197.935,04	639.042,64	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	173.580,52
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	5.647,65
	Compensação Previdenciária do RGPS para o					
19		12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
	RPPS					
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	5.647,65
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	753.000,00	753.000,00	16.590,68	494.546,26	287.235,80
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	1.745.000,00	1.745.000,00	220.118,21	1.405.534,10	730.502,35

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	1.404.450,00	1.653.450,00	199.601,37	747.412,30	562.704,65
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	229.450,00	230.450,00	24.372,05	94.143,42	72.818,12
30	Despesas Correntes	214.450,00	215.450,00	20.910,91	90.434,78	72.818,12
31	Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	3.461,14	3.708,64	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	1.175.000,00	1.423.000,00	175.229,32	653.268,88	489.886,53
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	1.175.000,00	1.423.000,00	175.229,32	653.268,88	489.886,53
34	Aposentadorias	500.000,00	730.000,00	128.553,86	475.934,06	284.728,46
35	Pensões	100.000,00	168.000,00	23.771,13	94.266,04	10.898,40
36	Outros Benefícios Previdenciários	575.000,00	525.000,00	22.904,33	83.068,78	194.259,67
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	1.404.450,00	1.653.450,00	199.601,37	747.412,30	562.704,65
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	340.550,00	91.550,00	20.516,84	658.121,80	167.797,70

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos para Cobertura de Insuficiências					
49		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Financeiras					
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.782,40	10.262,20	28.952,17
59	INVESTIMENTOS	6.431.433,86	6.464.607,12	5.814.056,09
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	753.000,00	753.000,00	16.590,68	494.546,26	287.235,80
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	750.000,00	750.000,00	14.470,89	448.133,15	284.017,25
63	Patronal = (64+68)	650.000,00	650.000,00	6.439,55	373.515,41	284.017,25
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	650.000,00	650.000,00	6.439,55	373.515,41	284.017,25
65	Ativo	650.000,00	650.000,00	6.439,55	373.515,41	284.017,25
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	50.000,00	50.000,00	1.124,52	37.892,14	0,00

73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	50.000,00	50.000,00	6.906,82	36.725,60	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	3.000,00	3.000,00	2.119,79	46.413,11	3.218,55
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
82	INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	753.000,00	753.000,00	16.590,68	494.546,26	287.235,80

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III -VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em.	Em 31

			Ago/2014	/Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE

Nota:

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291737100050437 6

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III) — R$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.984.222,04	3.027.511,82	3.027.511,82
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	5.554.403,08	2.994.245,51	2.776.833,36
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	5.843.008,26	3.604.528,45	3.367.150,69
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	288.605,18	610.282,94	590.317,33
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.570.181,04	33.266,31	250.678,46
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.984.222,04	3.027.511,82	3.027.511,82
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.554.403,08	-2.994.245,51	-2.776.833,36

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c -a)
10	VALOR	217.412,15	2.777.569,72

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO	

	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	10.402.896,56	10.402.896,56
13	Passivo Atuarial	0,00	10.402.896,56	10.402.896,56
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	5.554.403,08	6.470.437,20	6.474.869,32
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	28.952,17	9.109,21	10.262,20
17	Investimentos	5.814.056,09	6.461.327,99	6.464.607,12
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	288.605,18	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-5.554.403,08	3.932.459,36	3.928.027,24
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-5.554.403,08	3.932.459,36	3.928.027,24
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE				
Nota:				

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409291737100050437 6

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	22.077.000,00	3.794.335,63	16.477.528,58	14.490.770,59
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	1.260.000,00	353.695,45	1.344.393,84	1.148.354,60
3	IPTU	90.000,00	11.267,86	128.740,50	70.372,04
4	ISS	300.000,00	108.450,67	402.424,74	298.992,19
5	ITBI	150.000,00	96.513,15	210.857,90	114.491,36
6	IRRF	550.000,00	121.346,26	449.243,37	536.820,09
7	Outras Receitas Tributárias	170.000,00	16.117,51	153.127,33	127.678,92
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	920.000,00	43.896,81	408.408,81	706.603,85
9	Receitas Previdenciárias	620.000,00	5.592,49	271.945,20	550.634,22
10	Outras Receitas de Contribuições	300.000,00	38.304,32	136.463,61	155.969,63
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	5.000,00	800,00	1.274,17	173.830,52
12	Receita Patrimonial	515.000,00	246.547,25	773.910,48	262.650,34
13	(-) Aplicações Financeiras	510.000,00	245.747,25	772.636,31	88.819,82
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	19.160.000,00	3.326.908,26	14.419.823,97	12.111.553,02
15	FPM	7.500.000,00	1.038.325,70	4.898.912,19	3.586.146,65
16	ICMS	4.000.000,00	878.647,93	3.072.637,29	2.227.240,28
17	Convênios	628.000,00	120.034,65	1.935.332,75	0,00
18	Outras Transferências Correntes	7.032.000,00	1.289.899,98	4.512.941,74	6.298.166,09
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	732.000,00	69.035,11	303.627,79	350.428,60
20	Dívida Ativa	145.000,00	12.515,30	47.743,20	43.087,14
21	Diversas Receitas Correntes	587.000,00	56.519,81	255.884,59	307.341,46
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	3.660.000,00	256.212,71	1.002.629,46	2.034.029,26
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	2.859,01	298.741,66	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	3.660.000,00	253.353,70	703.887,80	2.034.029,26
27	Convênios.	3.660.000,00	253.353,70	703.887,80	2.034.029,26
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	3.660.000,00	253.353,70	703.887,80	2.034.029,26
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	25.737.000,00	4.047.689,33	17.181.416,38	16.524.799,85
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	25.655.549,59	4.135.945,76	17.631.152,40	14.880.048,36
33	Pessoal e Encargos Sociais	13.348.299,59	2.282.578,12	9.287.718,52	8.064.736,17
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	15.500,00	0,00	0,00	21.263,81
35	Outras Despesas Correntes	12.291.750,00	1.853.367,64	8.343.433,88	6.794.048,38
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	25.640.049,59	4.135.945,76	17.631.152,40	14.858.784,55
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	1.903.450,41	241.717,85	1.258.047,89	2.411.792,82

38	Investimentos	1.651.450,41	180.380,02	1.012.826,14	2.371.268,56
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	252.000,00	61.337,83	245.221,75	40.524,26
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	1.651.450,41	180.380,02	1.012.826,14	2.371.268,56
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.450,00 -		-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	345.550,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	27.662.500,00	4.316.325,78	18.643.978,54	17.230.053,11
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-1.925.500,00	-268.636,45	-1.462.562,16	-705.253,26
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-255.000,00

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE

Nota:

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291737100050437 6

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V) — R$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	288.605,18	1.562.465,12	1.260.752,97	0,00	590.317,33	42.299,55	92.609,74	93.682,25	93.682,25	0,00	41.227,04
2	EXECUTIVO	288.605,18	1.562.465,12	1.260.752,97	0,00	590.317,33	42.299,55	92.609,74	93.682,25	93.682,25	0,00	41.227,04
3	PREFEITURA MUNICIPAL	288.605,18	1.562.465,12	1.260.752,97	0,00	590.317,33	42.299,55	92.609,74	93.682,25	93.682,25	0,00	41.227,04
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	TOTAL (III) = (I +II)	288.605,18	1.562.465,12	1.260.752,97	0,00	590.317,33	42.299,55	92.609,74	93.682,25	93.682,25	0,00	41.227,04

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE

Nota:

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201409291737100050437 6

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	21.892.009,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023	
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE							
Nota:							

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: TERRA NOVA DO NORTE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.978.212/0001-00
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201409291737100050437 6

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	27.000.000,00
3	Previsão Atualizada	-	27.000.000,00
4	Receitas Realizadas	4.312.886,27	18.746.409,03
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	27.000.000,00
9	Créditos Adicionais	-	0,00
10	Dotação Atualizada	-	27.000.000,00
11	Despesas Empenhadas	4.359.175,37	18.926.176,77
12	Despesas Liquidadas	4.624.302,80	18.261.154,78
13	Superávit Orçamentário	-	485.254,25
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre

14	Despesas Empenhadas	4.359.175,33	18.926.176,77
15	Despesas Liquidadas	4.624.302,80	18.261.154,78
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida		23.548.290,34
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	220.118,21	1.405.534,10
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	199.601,37	747.412,30
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	20.516,84	658.121,80
26	PLANO FINANCEIRO		-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	0,00	2.777.569,72	0,00
31	Resultado Primário	-255.000,00	-1.462.562,16	573,55

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.851.070,30	0,00	1.260.752,97	590.317,33
33	Poder Executivo	1.851.070,30	0,00	1.260.752,97	590.317,33
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	134.909,29	0,00	93.682,25	41.227,04
36	Poder Executivo.	134.909,29	0,00	93.682,25	41.227,04
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	1.985.979,59	0,00	1.354.435,22	631.544,37

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	4.785.664,04	25%	27,62
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.907.941,98	60%	76,51
42	Complementação da União ao FUNDEB – Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.345.927,07	15,00	23,97

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00

[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: RELATÓRIOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RREO 4º BIMESTRE

Nota:

TERRA NOVA DO NORTE, 29/09/2014

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
CPF.: 227.896.930-72

FLAVIO LAZAROTO
Secretário de Finanças
CPF.: 559.288.111-87

PAULA WYARA VICENTE DA SILVA
Contadora
CPF.: 411.951.401-34

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:FFAABCF7



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL RREO 1º BIMESTRE

EDITAL 013/2014

ALTO BOA VISTA – MT, 30 de março de 2014

O Senhor Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina o artigo 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, os anexos do **RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO**, relativo ao 1º bimestre do exercício financeiro de 2014.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para analise e questionamento.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.665.547,86	19,03	2.665.547,86	19,03	11.334.452,14
RECEITAS CORRENTES	13.194.775,00	13.194.775,00	2.665.547,86	20,20	2.665.547,86	20,20	10.529.227,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	726.775,00	726.775,00	121.879,58	16,76	121.879,58	16,76	604.895,42
IMPOSTOS	706.002,00	706.002,00	116.699,58	16,52	116.699,58	16,52	589.302,42
IMPOSTO S/PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	16.720,00	16.720,00	473,19	2,83	473,19	2,83	16.246,81
IMP. S/ TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS	10.450,00	10.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.450,00
IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	334.400,00	334.400,00	51.676,53	15,45	51.676,53	15,45	282.723,47
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	340.670,00	340.670,00	63.533,75	18,64	63.533,75	18,64	277.136,25
TAXAS	20.773,00	20.773,00	5.180,00	24,93	5.180,00	24,93	15.593,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	104.500,00	104.500,00	14.563,40	13,93	14.563,40	13,93	89.936,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	104.500,00	104.500,00	14.563,40	13,93	14.563,40	13,93	89.936,60
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.863,00	25.863,00	14.226,64	55,00	14.226,64	55,00	11.636,36
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.863,00	25.863,00	14.226,64	55,00	14.226,64	55,00	11.636,36
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITO DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.299.717,00	12.299.717,00	2.505.931,19	20,37	2.505.931,19	20,37	9.793.785,81
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.085.233,00	12.085.233,00	2.505.931,19	20,73	2.505.931,19	20,73	9.579.301,81
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	214.484,00	214.484,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.484,00
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.620,00	37.620,00	8.947,05	23,78	8.947,05	23,78	28.672,95
MULTAS E JUROS DE MORA	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.045,00	1.045,00	14,85	1,42	14,85	1,42	1.030,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.350,00	31.350,00	8.932,20	28,49	8.932,20	28,49	22.417,80
RECEITAS DIVERSAS	1.045,00	1.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045,00
RECEITAS DE CAPITAL	805.225,00	805.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.225,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5.225,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.225,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.665.547,86	19,03	2.665.547,86	19,03	11.334.452,14
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.665.547,86	19,03	2.665.547,86	19,03	11.334.452,14
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.665.547,86	19,03	2.665.547,86	19,03	11.334.452,14

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I) R$

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) = (a + b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c - g)
				No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Restos A Pagar Inscritos Com Disponibilidade	Até o Bimestre (g)	% (g/c)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.617.880,83	2.617.880,83	2.232.835,19	2.232.835,19	16,90	10.974.982,42
DESPESAS CORRENTES	11.164.957,47	-145.000,00	11.019.957,47	2.285.859,67	2.285.859,67	2.160.940,01	2.160.940,01	19,60	8.859.017,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.066.064,00	-45.000,00	6.021.064,00	1.192.384,49	1.192.384,49	1.180.901,41	1.180.901,41	19,61	4.840.162,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.098.893,47	-100.000,00	4.998.893,47	1.093.475,18	1.093.475,18	980.038,60	980.038,60	19,60	4.018.854,87
DESPESAS DE CAPITAL	1.902.860,14	145.000,00	2.047.860,14	332.021,16	332.021,16	71.895,18	71.895,18	3,51	1.975.964,96
INVESTIMENTOS	1.702.860,14	145.000,00	1.847.860,14	267.021,16	267.021,16	60.984,66	60.984,66	3,30	1.786.875,48
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	65.000,00	65.000,00	10.910,52	10.910,52	5,45	189.089,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.617.880,83	2.617.880,83	2.232.835,19	2.232.835,19	16,90	10.974.982,42
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.617.880,83	2.617.880,83	2.232.835,19	2.232.835,19	16,90	10.974.982,42
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.617.880,83	2.617.880,83	2.232.835,19	2.232.835,19	16,90	10.974.982,42

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO
RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014 / 1.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo (a-e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% e/total e	% (e/a)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.207.817,61	13.207.817,61	2.617.880,83	2.617.880,83	2.232.835,19	2.232.835,19	100,00	16,91	10.974.982,42
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.636.212,12	2.621.212,12	587.398,65	587.398,65	457.150,50	457.150,50	20,47	17,44	2.164.061,62
Administração Geral	2.636.212,12	2.621.212,12	587.398,65	587.398,65	457.150,50	457.150,50	20,47	17,44	2.164.061,62
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	801.947,75	756.947,75	164.440,45	164.440,45	159.787,04	159.787,04	7,16	21,11	597.160,71
Assistência ao Idoso	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	126.947,75	126.947,75	27.331,32	27.331,32	25.901,32	25.901,32	1,16	20,40	101.046,43
Assistência Comunitária	670.000,00	625.000,00	137.109,13	137.109,13	133.885,72	133.885,72	6,00	21,42	491.114,28
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	3.164.631,00	3.064.631,00	528.941,34	528.941,34	521.979,94	521.979,94	23,38	17,03	2.542.651,06
Atenção Básica	3.111.631,00	3.011.631,00	528.941,34	528.941,34	521.979,94	521.979,94	23,38	17,33	2.489.651,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Vigilância Sanitária	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Vigilância Epidemiológica	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.623.063,20	3.583.063,20	656.985,11	656.985,11	638.026,08	638.026,08	28,57	17,81	2.945.037,12
Ensino Fundamental	2.852.248,38	2.852.248,38	505.024,33	505.024,33	497.091,73	497.091,73	22,26	17,42	2.355.156,65
Educação Infantil	733.814,82	693.814,82	151.960,78	151.960,78	140.934,35	140.934,35	6,31	20,31	552.880,47
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
Cultura	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
Difusão Cultural	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
Direitos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência aos Povos Indígenas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Urbanismo	1.473.287,97	1.432.251,47	323.983,78	323.983,78	307.670,33	307.670,33	13,78	21,48	1.124.581,14
Infra-Estrutura Urbana	25.000,00	25.000,00	17.364,50	17.364,50	17.364,50	17.364,50	0,78	69,45	7.635,50
Serviços Urbanos	1.403.287,97	1.362.251,47	306.619,28	306.619,28	290.305,83	290.305,83	13,00	21,31	1.071.945,64
Habitação Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Lazer	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Habitação	150.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Habitação Urbana	150.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Saneamento	449.675,57	449.675,57	47.795,81	47.795,81	47.795,81	47.795,81	2,14	10,63	401.879,76
Serviços Urbanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saneamento Básico Urbano	444.675,57	444.675,57	47.795,81	47.795,81	47.795,81	47.795,81	2,14	10,74	396.879,76
Gestão Ambiental	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	255.000,00	255.000,00	78.375,08	78.375,08	76.501,38	76.501,38	3,43	30,00	178.498,62
Extensão Rural	255.000,00	255.000,00	78.375,08	78.375,08	76.501,38	76.501,38	3,43	30,00	178.498,62
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	20.000,00	20.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,27	30,00	14.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,27	30,00	14.000,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo (a-e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% e/total e	% (e/a)	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	105.000,00	421.036,50	206.036,50	206.036,50	0,00	0,00	0,00	0,00	421.036,50
Transporte Aéreo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transporte Rodoviário	85.000,00	401.036,50	206.036,50	206.036,50	0,00	0,00	0,00	0,00	401.036,50
Desporto e Lazer	154.000,00	129.000,00	17.924,11	17.924,11	17.924,11	17.924,11	0,80	13,89	111.075,89
Desporto Comunitário	45.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Lazer	109.000,00	109.000,00	17.924,11	17.924,11	17.924,11	17.924,11	0,80	16,44	91.075,89
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Reserva de Contingência	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.207.817,61	13.207.817,61	2.617.880,83	2.617.880,83	2.232.835,19	2.232.835,19	100,00	16,91	10.974.982,42

Fonte:
* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
Março/2013 A Fevereiro/2014

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14	Fev/14		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.193.329,54	1.205.156,08	1.313.987,87	1.159.638,12	1.280.246,64	1.366.479,58	1.218.711,57	1.523.417,61	1.302.003,54	1.585.758,21	1.782.863,29	1.293.560,61	16.225.152,66	15.223.747,00
Receita Tributária	71.726,37	96.196,37	52.012,15	52.703,09	130.514,81	93.423,27	74.773,77	237.310,67	94.450,07	97.027,38	73.429,01	48.450,57	1.122.017,53	726.775,00
IPTU	654,90	326,26	2.711,54	2.203,74	2.397,56	3.793,62	1.761,96	4.979,16	1.948,88	1.234,04	473,19	0,00	22.484,85	16.720,00
ISS	33.372,05	45.326,57	16.971,16	30.234,04	25.991,97	38.319,58	38.326,09	19.135,66	62.300,09	52.177,01	36.319,54	15.356,99	413.830,75	334.400,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	70.621,13	21.913,80	5.759,99	184.515,03	0,00	0,00	0,00	0,00	282.809,95	10.450,00
IRRF	32.079,30	46.708,34	31.061,02	18.729,63	31.072,13	28.546,22	27.510,82	27.856,58	28.603,79	43.074,76	34.632,36	28.901,39	378.776,34	340.670,00
Outras Receitas Tributárias	5.620,12	3.835,20	1.268,43	1.535,68	432,02	850,05	1.414,91	824,24	1.597,31	541,57	2.003,92	4.192,19	24.115,64	24.535,00
Receita de Contribuições	12.461,50	10.548,02	10.937,13	7.145,72	14.053,37	11.517,40	11.074,35	11.093,85	8.198,66	6.248,05	7.210,44	7.352,96	117.841,45	104.500,00
Receita Patrimonial	1.218,40	967,81	845,93	1.194,89	1.211,72	1.382,93	1.397,04	2.311,38	3.133,53	5.038,64	6.503,75	7.722,89	32.928,91	25.863,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Transferências Correntes	1.106.635,37	1.093.803,21	1.248.577,47	1.097.128,22	1.133.527,40	1.258.002,91	1.126.640,18	1.264.657,26	1.193.783,40	1.476.426,62	1.691.835,35	1.224.971,88	14.915.989,27	14.328.689,00
Cota-Parte do FPM	334.813,31	359.247,15	516.189,30	430.652,90	306.679,83	400.978,97	331.862,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	5.341.959,73	5.047.350,00
Cota-Parte do ICMS	353.447,35	396.529,34	372.935,32	346.968,92	489.053,40	426.091,75	348.155,97	485.249,59	407.419,80	416.890,94	504.265,66	344.603,47	4.891.611,51	4.911.500,00
Cota-Parte do IPVA	13.017,04	25.642,97	14.328,52	8.734,01	5.596,26	7.286,40	8.368,81	4.705,98	2.902,67	1.683,60	9.879,50	13.894,01	116.039,77	104.500,00
Cota-Parte do ITR	131,70	6,64	2.625,90	974,34	89,83	32,20	270,00	49.788,96	11.138,01	9.342,76	9.493,74	0,00	83.894,08	52.250,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	9.626,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.431,64	2.431,64	33.743,22	29.260,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	182.656,59	147.341,41	154.230,38	130.558,51	152.367,11	147.938,18	123.943,26	164.059,27	141.602,46	152.194,15	183.352,45	137.910,96	1.818.154,73	1.828.750,00
Outras Transferências Correntes	222.569,38	155.409,04	185.861,39	176.832,88	177.334,31	273.268,75	311.632,76	226.579,00	166.692,41	197.498,37	415.817,05	121.090,89	2.630.586,23	2.355.079,00
Outras Receitas Correntes	1.287,90	3.640,67	1.615,19	1.466,20	939,34	2.153,07	4.826,23	8.044,45	2.437,88	1.017,52	3.884,74	5.062,31	36.375,50	37.620,00
DEDUÇÕES (II)	140.281,80	158.210,39	181.697,02	157.947,29	158.236,43	166.925,83	138.212,73	174.803,69	173.803,68	180.339,81	218.533,09	192.342,95	2.041.334,71	2.028.972,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	140.281,80	158.210,39	181.697,02	157.947,29	158.236,43	166.925,83	138.212,73	174.803,69	173.803,68	180.339,81	218.533,09	192.342,95	2.041.334,71	2.028.972,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.053.047,74	1.046.945,69	1.132.290,85	1.001.690,83	1.122.010,21	1.199.553,75	1.080.498,84	1.348.613,92	1.128.199,86	1.405.418,40	1.564.330,20	1.101.217,66	14.183.817,95	13.194.775,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 1.º Bimestre/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	995.303,33	995.303,33	984.392,81
DEDUÇÕES(II)	2.255.984,03	2.584.815,22	2.722.373,23
Disponibilidade de Caixa bruta	1.105.389,16	1.105.389,16	1.525.254,24
Demais Haveres Financeiros	2.293.436,47	2.293.436,47	2.293.436,47
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	1.142.841,60	814.010,41	1.096.317,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.260.680,70	-1.589.511,89	-1.737.980,42
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DIVIDA FISCAL LIQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.260.680,70	-1.589.511,89	-1.737.980,42

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
VALOR	-148.468,53	-477.299,72

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 1.º Bimestre/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO - Anexo VI (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.168.912,00	2.651.321,22	2.651.321,22	2.068.602,82
Receitas Tributárias	726.775,00	121.879,58	121.879,58	69.880,94
IPTU	16.720,00	473,19	473,19	406,45
ISS	334.400,00	51.676,53	51.676,53	39.681,80
ITBI	10.450,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	340.670,00	63.533,75	63.533,75	28.371,58
Taxas	20.773,00	5.180,00	5.180,00	899,50
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outas Receitas Tributárias	3.762,00	1.016,11	1.016,11	521,61
Receitas de Contribuições	104.500,00	14.563,40	14.563,40	19.182,14
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	104.500,00	14.563,40	14.563,40	19.182,14
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	25.863,00	14.226,64	14.226,64	2.166,87
(-) Aplicações Financeiras	25.863,00	14.226,64	14.226,64	2.166,87

Transferências Correntes	12.299.717,00	2.505.931,19	2.505.931,19	1.979.205,63
LC 61/89	0,00	0,00	0,00	0,00
LC 87/96	23.408,00	3.890,64	3.890,64	0,00
Convênios	214.484,00	0,00	0,00	0,00
FPM	4.037.880,00	937.309,03	937.309,03	810.760,71
ICMS	3.929.200,00	679.946,30	679.946,30	645.471,72
IPVA	83.600,00	19.018,87	19.018,87	14.096,66
ITR	41.800,00	7.595,00	7.595,00	1.578,44
Outras Transferências Correntes	3.969.345,00	858.171,35	858.171,35	507.298,10
Demais Receitas Correntes	37.920,00	8.947,05	8.947,05	334,11
Dívida Ativa	31.350,00	8.932,20	8.932,20	334,11
Diversas Receitas Correntes	6.570,00	14,85	14,85	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	805.225,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	5.225,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	800.000,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	800.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	800.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.968.912,00	2.651.321,22	2.651.321,22	2.068.602,82

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o bimestre/2014	Até o bimestre/2013
DESPESAS CORRENTES (VII)	11.019.957,47	2.160.940,01	2.160.940,01	1.604.010,84
Pessoal e Encargos Sociais	6.021.064,00	1.180.901,41	1.180.901,41	1.028.484,85
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.998.893,47	980.038,60	980.038,60	575.525,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.019.957,47	2.160.940,01	2.160.940,01	1.604.010,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.047.860,14	71.895,18	71.895,18	42.494,26
Investimentos	1.847.860,14	60.984,66	60.984,66	9.229,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	200.000,00	10.910,52	10.910,52	33.264,76
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.847.860,14	60.984,66	60.984,66	9.229,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	140.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.007.817,61	2.221.924,67	2.221.924,67	1.613.240,34
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	961.094,39	429.396,55	429.396,55	455.362,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.315.546,23

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (Exceto Intra-Orçamentário)(I)	820.510,41	322.331,19	46.524,12	0,00	1.096.317,48	4.541,85	215.797,09	123.265,63	123.243,83	2.857,43	94.237,68
EXECUTIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	820.510,41	322.331,19	46.524,12	0,00	1.096.317,48	4.541,85	215.797,09	123.265,63	123.243,83	2.857,43	94.237,68
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	820.510,41	322.331,19	46.524,12	0,00	1.096.317,48	4.541,85	215.797,09	123.265,63	123.243,83	2.857,43	94.237,68
Pessoal e Encargos Sociais	379.645,55	271.071,27	23.266,65	0,00	627.450,17	0,00	101.284,09	87.620,81	87.620,81	2.857,43	10.805,85
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	400.775,40	16.750,07	23.250,07	0,00	394.275,40	4.541,85	85.952,00	15.952,00	15.945,00	0,00	74.548,85
Investimentos	9.289,46	34.509,85	7,40	0,00	43.791,91	0,00	28.561,00	19.692,82	19.678,02	0,00	8.882,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	30.800,00	0,00	0,00	0,00	30.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta (Exceto Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (Intra-Orçamentárias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	820.510,41	322.331,19	46.524,12	0,00	1.096.317,48	4.541,85	215.797,09	123.265,63	123.243,83	2.857,43	94.237,68

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Despesas Executadas Até o Bimestre		Saldo a Executar (g)=(d)-(e+f)
		Liquidadas (e)	Incritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESCRIÇÃO	a - d	b - (e +f)	(c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO À FEVEREIRO DE 2014 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00

2065	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO À FEVEREIRO DE 2014 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Edgar Frederico da Silva
Código Identificador:09BF8D42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL RREO 2º BIMESTRE

EDITAL 014/2014

ALTO BOA VISTA – MT, 30 de maio de 2014

O Senhor Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina o artigo 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, os anexos do **RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO**, relativo ao 2º bimestre do exercício financeiro de 2014.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para analise e questionamento.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL DE 2014 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.213.379,25	15,80	4.878.927,11	34,84	9.121.072,89
RECEITAS CORRENTES	13.194.775,00	13.194.775,00	2.213.379,25	16,77	4.878.927,11	36,97	8.315.847,89
RECEITA TRIBUTÁRIA	726.775,00	726.775,00	134.144,41	18,45	256.023,99	35,22	470.751,01
IMPOSTOS	706.002,00	706.002,00	127.322,00	18,03	244.021,58	34,56	461.980,42
IMPOSTO S/PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	16.720,00	16.720,00	471,73	2,82	944,92	5,65	15.775,08
IMP. S/ TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS	10.450,00	10.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.450,00
IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	334.400,00	334.400,00	78.948,72	23,60	130.625,25	39,06	203.774,75
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	340.670,00	340.670,00	45.665,69	13,40	109.199,44	32,05	231.470,56
TAXAS	20.773,00	20.773,00	6.822,41	32,84	12.002,41	57,77	8.770,59
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	104.500,00	104.500,00	17.450,12	16,69	32.013,52	30,63	72.486,48
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	104.500,00	104.500,00	17.450,12	16,69	32.013,52	30,63	72.486,48
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.863,00	25.863,00	9.944,60	38,45	24.171,24	93,45	1.691,76
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.863,00	25.863,00	9.944,60	38,45	24.171,24	93,45	1.691,76
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITO DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.299.717,00	12.299.717,00	2.043.322,14	16,61	4.549.253,33	36,98	7.750.463,67
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.085.233,00	12.085.233,00	1.987.222,14	16,44	4.493.153,33	37,17	7.592.079,67
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	214.484,00	214.484,00	56.100,00	26,15	56.100,00	26,15	158.384,00
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.620,00	37.620,00	8.517,98	22,64	17.465,03	46,42	20.154,97
MULTAS E JUROS DE MORA	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.045,00	1.045,00	0,00	0,00	14,85	1,42	1.030,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.350,00	31.350,00	8.517,98	27,17	17.450,18	55,66	13.899,82
RECEITAS DIVERSAS	1.045,00	1.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045,00
RECEITAS DE CAPITAL	805.225,00	805.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.225,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5.225,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.225,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.213.379,25	15,80	4.878.927,11	34,84	9.121.072,89
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.213.379,25	15,80	4.878.927,11	34,84	9.121.072,89
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	573.610,22	0,00	140.897,55	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.786.989,47	19,90	5.019.824,66	35,85	8.980.175,34

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL DE 2014 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I) R$

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) = (a + b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c - g)
				No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Restos A Pagar Inscritos Com Disponibilidade	Até o Bimestre (g)	% (g/c)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	3.284.168,60	5.902.049,43	2.786.989,47	5.019.824,66	38,00	8.187.992,95
DESPESAS CORRENTES	11.164.957,47	-263.700,00	10.901.257,47	2.485.283,58	4.771.143,25	2.314.456,73	4.475.396,74	41,05	6.425.860,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.066.064,00	-33.500,00	6.032.564,00	1.232.298,65	2.424.683,14	1.232.106,59	2.413.008,00	39,99	3.619.556,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.098.893,47	-230.200,00	4.868.693,47	1.252.984,93	2.346.460,11	1.082.350,14	2.062.388,74	42,36	2.806.304,73
DESPESAS DE CAPITAL	1.902.860,14	263.700,00	2.166.560,14	798.885,02	1.130.906,18	472.532,74	544.427,92	25,12	1.622.132,22
INVESTIMENTOS	1.702.860,14	263.700,00	1.966.560,14	787.157,70	1.054.178,86	448.809,16	509.793,82	25,92	1.456.766,32
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	11.727,32	76.727,32	23.723,58	34.634,10	17,31	165.365,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	3.284.168,60	5.902.049,43	2.786.989,47	5.019.824,66	38,00	8.187.992,95
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	3.284.168,60	5.902.049,43	2.786.989,47	5.019.824,66	38,00	8.187.992,95
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	3.284.168,60	5.902.049,43	2.786.989,47	5.019.824,66	38,00	8.187.992,95

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL DE 2014 / 2.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo (a-e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% e/total e	% (e/a)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.207.817,61	13.207.817,61	3.284.168,60	5.902.049,43	2.786.989,47	5.019.824,66	100,00	38,01	8.187.992,95

Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.636.212,12	2.575.212,12	502.000,27	1.089.398,92	529.792,15	986.942,65	19,66	38,32	1.588.269,47
Administração Geral	2.636.212,12	2.575.212,12	502.000,27	1.089.398,92	529.792,15	986.942,65	19,66	38,32	1.588.269,47
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	801.947,75	753.947,75	240.084,67	404.525,12	236.656,14	396.443,18	7,90	52,58	357.504,57
Assistência ao Idoso	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	126.947,75	128.947,75	23.666,41	50.997,73	23.736,41	49.637,73	0,99	38,49	79.310,02
Assistência Comunitária	670.000,00	620.000,00	216.418,26	353.527,39	212.919,73	346.805,45	6,91	55,93	273.194,55
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	3.164.631,00	3.112.882,00	1.072.736,14	1.601.677,48	632.559,44	1.154.539,38	23,00	37,09	1.958.342,62
Atenção Básica	3.111.631,00	3.093.882,00	1.072.736,14	1.601.677,48	632.559,44	1.154.539,38	23,00	37,31	1.939.342,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Vigilância Sanitária	18.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Vigilância Epidemiológica	25.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.623.063,20	3.528.063,20	776.435,72	1.433.420,83	678.674,32	1.316.700,40	26,23	37,32	2.211.362,80
Ensino Fundamental	2.852.248,38	2.755.248,38	515.558,93	1.020.583,26	473.657,05	970.748,78	19,34	35,23	1.784.499,60
Educação Infantil	733.814,82	745.814,82	260.876,79	412.837,57	205.017,27	345.951,62	6,89	46,38	399.863,20
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
Cultura	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
Difusão Cultural	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
Direitos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência aos Povos Indígenas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Urbanismo	1.473.287,97	1.356.000,47	213.280,48	537.264,26	228.284,08	535.954,41	10,68	39,52	820.046,06
Infra-Estrutura Urbana	25.000,00	25.000,00	0,00	17.364,50	0,00	17.364,50	0,35	69,45	7.635,50
Serviços Urbanos	1.403.287,97	1.300.251,47	213.280,48	519.899,76	228.284,08	518.589,91	10,33	39,88	781.661,56
Habitação Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Lazer	40.000,00	25.749,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.749,00
Habitação	150.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habitação Urbana	150.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Saneamento	449.675,57	649.675,57	211.176,38	258.972,19	36.176,38	83.972,19	1,67	12,93	565.703,38
Serviços Urbanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saneamento Básico Urbano	444.675,57	644.675,57	211.176,38	258.972,19	36.176,38	83.972,19	1,67	13,02	560.703,38
Gestão Ambiental	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	255.000,00	272.000,00	49.424,95	127.800,03	50.477,85	126.979,23	2,53	46,68	145.020,77
Extensão Rural	255.000,00	272.000,00	49.424,95	127.800,03	50.477,85	126.979,23	2,53	46,68	145.020,77
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	20.000,00	20.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,12	30,00	14.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,12	30,00	14.000,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL DE 2014 / 2.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo (a-e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% e/total e	% (e/a)	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transporte	105.000,00	426.036,50	193.505,00	399.541,50	368.844,12	368.844,12	7,35	86,58	57.192,38
Transporte Aéreo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transporte Rodoviário	85.000,00	406.036,50	193.505,00	399.541,50	368.844,12	368.844,12	7,35	90,84	37.192,38
Desporto e Lazer	154.000,00	129.000,00	25.524,99	43.449,10	25.524,99	43.449,10	0,87	33,68	85.550,90
Desporto Comunitário	45.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Lazer	109.000,00	109.000,00	25.524,99	43.449,10	25.524,99	43.449,10	0,87	39,86	65.550,90
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Reserva de Contingência	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.207.817,61	13.207.817,61	3.284.168,60	5.902.049,43	2.786.989,47	5.019.824,66	100,00	38,01	8.187.992,95

Fonte:

* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio/2013 A Abril/2014

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.313.987,87	1.159.638,12	1.280.246,64	1.366.479,58	1.218.711,57	1.523.417,61	1.302.003,54	1.585.758,21	1.782.863,29	1.293.560,61	1.093.757,39	1.453.520,22	16.373.944,65	15.223.747,00
Receita Tributária	52.012,15	52.703,09	130.514,81	93.423,27	74.773,77	237.310,67	94.450,07	97.027,38	73.429,01	48.450,57	72.734,14	61.410,27	1.088.239,20	726.775,00
IPTU	2.711,54	2.203,74	2.397,56	3.793,62	1.761,96	4.979,16	1.948,88	1.234,04	473,19	0,00	0,00	471,73	21.975,42	16.720,00
ISS	16.971,16	30.234,04	25.991,97	38.319,58	38.326,09	19.135,66	62.300,09	52.177,01	36.319,54	15.356,99	38.228,30	40.720,42	414.080,85	334.400,00
ITBI	0,00	0,00	70.621,13	21.913,80	5.759,99	184.515,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282.809,95	10.450,00
IRRF	31.061,02	18.729,63	31.072,13	28.546,22	27.510,82	27.856,58	28.603,79	43.074,76	34.632,36	28.901,39	27.711,93	17.953,76	345.654,39	340.670,00
Outras Receitas Tributárias	1.268,43	1.535,68	432,02	850,05	1.414,91	824,24	1.597,31	541,57	2.003,92	4.192,19	6.793,91	2.264,36	23.718,59	24.535,00

Receita de Contribuições	10.937,13	7.145,72	14.053,37	11.517,40	11.074,35	11.093,85	8.198,66	6.248,05	7.210,44	7.352,96	10.676,55	6.773,57	112.282,05	104.500,00
Receita Patrimonial	845,93	1.194,89	1.211,72	1.382,93	1.397,04	2.311,38	3.133,53	5.038,64	6.503,75	7.722,89	5.434,00	4.510,60	40.687,30	25.863,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Transferências Correntes	1.248.577,47	1.097.128,22	1.133.527,40	1.258.002,91	1.126.640,18	1.264.657,26	1.193.783,40	1.476.426,62	1.691.835,35	1.224.971,88	998.220,35	1.379.000,15	15.092.771,19	14.328.689,00
Cota-Parte do FPM	516.189,30	430.652,90	306.679,83	400.978,97	331.862,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	5.416.438,80	5.047.350,00
Cota-Parte do ICMS	372.935,32	346.968,92	489.053,40	426.091,75	348.155,97	485.249,59	407.419,80	416.890,94	504.265,66	344.603,47	383.497,76	498.677,17	5.023.809,75	4.911.500,00
Cota-Parte do IPVA	14.328,52	8.734,01	5.596,26	7.286,40	8.368,81	4.705,98	2.902,67	1.683,60	9.879,50	13.894,01	12.791,87	13.918,05	104.089,68	104.500,00
Cota-Parte do ITR	2.625,90	974,34	89,83	32,20	270,00	49.788,96	11.138,01	9.342,76	9.493,74	0,00	1.067,08	0,00	84.822,82	52.250,00
Transferências da LC 87/1996	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.431,64	2.431,64	0,00	2.431,64	26.548,20	29.260,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	154.230,38	130.558,51	152.367,11	147.938,18	123.943,26	164.059,27	141.602,46	152.194,15	183.352,45	137.910,96	124.077,57	153.033,81	1.765.268,11	1.828.750,00
Outras Transferências Correntes	185.861,39	176.832,88	177.334,31	273.268,75	311.632,76	226.579,00	166.692,41	197.498,37	415.817,05	121.090,89	117.878,78	301.307,24	2.671.793,83	2.355.079,00
Outras Receitas Correntes	1.615,19	1.466,20	939,34	2.153,07	4.826,23	8.044,45	2.437,88	1.017,52	3.884,74	5.062,31	6.692,35	1.825,63	39.964,91	37.620,00
DEDUÇÕES (II)	181.697,02	157.947,29	158.236,43	166.925,83	138.212,73	174.803,69	173.803,68	180.339,81	218.533,09	192.342,95	151.252,70	182.645,66	2.076.740,88	2.028.972,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	181.697,02	157.947,29	158.236,43	166.925,83	138.212,73	174.803,69	173.803,68	180.339,81	218.533,09	192.342,95	151.252,70	182.645,66	2.076.740,88	2.028.972,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.132.290,85	1.001.690,83	1.122.010,21	1.199.553,75	1.080.498,84	1.348.613,92	1.128.199,86	1.405.418,40	1.564.330,20	1.101.217,66	942.504,69	1.270.874,56	14.297.203,77	13.194.775,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL DE 2014 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 2.º Bimestre/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	995.303,33	984.392,81	960.669,23
DEDUÇÕES(II)	2.255.984,03	2.722.373,23	2.257.967,95
Disponibilidade de Caixa bruta	1.105.389,16	1.525.254,24	789.444,88
Demais Haveres Financeiros	2.293.436,47	2.293.436,47	2.293.092,11
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	1.142.841,60	1.096.317,48	824.569,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.260.680,70	-1.737.980,42	-1.297.298,72
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DIVIDA FISCAL LIQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.260.680,70	-1.737.980,42	-1.297.298,72

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
VALOR	440.681,70	-36.618,02

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 2.º Bimestre/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARçO A ABRIL

RREO - Anexo VI (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.168.912,00	2.203.434,65	4.854.755,87	4.166.410,04
Receitas Tributárias	726.775,00	134.144,41	256.023,99	237.803,68
IPTU	16.720,00	471,73	944,92	1.387,61
ISS	334.400,00	78.948,72	130.625,25	118.380,42
ITBI	10.450,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	340.670,00	45.665,69	109.199,44	107.159,22
Taxas	20.773,00	6.822,41	12.002,41	9.678,12
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outas Receitas Tributárias	3.762,00	2.235,86	3.251,97	1.198,31
Receitas de Contribuições	104.500,00	17.450,12	32.013,52	42.191,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	104.500,00	17.450,12	32.013,52	42.191,66
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	25.863,00	9.944,60	24.171,24	4.353,08
(-) Aplicações Financeiras	25.863,00	9.944,60	24.171,24	4.353,08
Transferências Correntes	12.299.717,00	2.043.322,14	4.549.253,33	3.881.152,02
LC 61/89	0,00	0,00	0,00	0,00
LC 87/96	23.408,00	1.945,32	5.835,96	7.701,33
Convênios	214.484,00	56.100,00	56.100,00	9.105,26
FPM	4.037.880,00	614.831,65	1.552.140,68	1.366.009,13
ICMS	3.929.200,00	708.026,06	1.387.972,36	1.245.453,10
IPVA	83.600,00	21.368,04	40.386,91	45.024,82
ITR	41.800,00	853,67	8.448,67	1.689,12
Outras Transferências Correntes	3.969.345,00	640.197,40	1.498.368,75	1.206.169,26
Demais Receitas Correntes	37.920,00	8.517,98	17.465,03	5.262,68
Dívida Ativa	31.350,00	8.517,98	17.450,18	4.876,09
Diversas Receitas Correntes	6.570,00	0,00	14,85	386,59
RECEITAS DE CAPITAL (II)	805.225,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	5.225,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	800.000,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	800.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	800.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.968.912,00	2.203.434,65	4.854.755,87	4.166.410,04

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o bimestre/2014	Até o bimestre/2013
DESPESAS CORRENTES (VII)	10.901.257,47	2.314.456,73	4.475.396,74	3.466.914,34
Pessoal e Encargos Sociais	6.032.564,00	1.232.106,59	2.413.008,00	2.085.426,48
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.868.693,47	1.082.350,14	2.062.388,74	1.381.487,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.901.257,47	2.314.456,73	4.475.396,74	3.466.914,34
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.166.560,14	472.532,74	544.427,92	255.184,01
Investimentos	1.966.560,14	448.809,16	509.793,82	69.086,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	200.000,00	23.723,58	34.634,10	186.097,51

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.966.560,14	448.809,16	509.793,82	69.086,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	140.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.007.817,61	2.763.265,89	4.985.190,56	3.536.000,84
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	961.094,39	-559.831,24	-130.434,69	630.409,20
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.315.546,23

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL DE 2014 / BIMESTRE MARçO-ABRIL

RREO Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (Exceto Intra-Orçamentário)(I)	820.510,41	322.331,19	120.604,12	197.668,44	824.569,04	4.541,85	215.797,09	141.835,31	141.806,13	3.961,78	74.571,03
EXECUTIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	820.510,41	322.331,19	120.604,12	197.668,44	824.569,04	4.541,85	215.797,09	141.835,31	141.806,13	3.961,78	74.571,03
Administração Direta (Exceto											
Intra-Orçamentário)	820.510,41	322.331,19	120.604,12	197.668,44	824.569,04	4.541,85	215.797,09	141.835,31	141.806,13	3.961,78	74.571,03
Pessoal e Encargos Sociais	379.645,55	271.071,27	97.346,65	197.668,44	355.701,73	0,00	101.284,09	97.322,31	97.322,31	3.961,78	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	400.775,40	16.750,07	23.250,07	0,00	394.275,40	4.541,85	85.952,00	15.952,00	15.945,00	0,00	74.548,85
Investimentos	9.289,46	34.509,85	7,40	0,00	43.791,91	0,00	28.561,00	28.561,00	28.538,82	0,00	22,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	30.800,00	0,00	0,00	0,00	30.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta (Exceto											
Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Direta (Exceto											
Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (Intra-Orçamentárias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	820.510,41	322.331,19	120.604,12	197.668,44	824.569,04	4.541,85	215.797,09	141.835,31	141.806,13	3.961,78	74.571,03

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARçO A ABRIL

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Despesas Executadas Até o Bimestre		Saldo a Executar (g)=(d)-(e+f)
		Liquidadas (e)	Incritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESCRIÇÃO	a - d	b - (e +f)	(c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO À ABRIL DE 2014 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00

2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO À ABRIL DE 2014 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Edgar Frederico da Silva
Código Identificador:EB65ED51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL RREO 3º BIMESTRE

EDITAL 015/2014

ALTO BOA VISTA – MT, 30 DE JULHO DE 2014

O Senhor Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina o artigo 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, os anexos do **RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO**, relativo ao 3º bimestre do exercício financeiro de 2014.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para analise e questionamento.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2014 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.227.983,12	15,91	7.106.910,23	50,76	6.893.089,77
RECEITAS CORRENTES	13.194.775,00	13.194.775,00	2.227.983,12	16,88	7.106.910,23	53,86	6.087.864,77
RECEITA TRIBUTÁRIA	726.775,00	726.775,00	147.283,97	20,26	403.307,96	55,49	323.467,04
IMPOSTOS	706.002,00	706.002,00	120.471,68	17,06	364.493,26	51,62	341.508,74
IMPOSTO S/PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	16.720,00	16.720,00	3.480,44	20,81	4.425,36	26,46	12.294,64
IMP. S/ TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS	10.450,00	10.450,00	10.842,62	103,75	10.842,62	103,75	-392,62
IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	334.400,00	334.400,00	59.013,35	17,64	189.638,60	56,71	144.761,40
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	340.670,00	340.670,00	46.030,07	13,51	155.229,51	45,56	185.440,49
TAXAS	20.773,00	20.773,00	26.812,29	129,07	38.814,70	186,85	-18.041,70
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	104.500,00	104.500,00	19.839,81	18,98	51.853,33	49,62	52.646,67
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	104.500,00	104.500,00	19.839,81	18,98	51.853,33	49,62	52.646,67
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.863,00	25.863,00	8.008,76	30,96	32.180,00	124,42	-6.317,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.863,00	25.863,00	8.008,76	30,96	32.180,00	124,42	-6.317,00
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITO DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.299.717,00	12.299.717,00	2.045.306,62	16,62	6.594.559,95	53,61	5.705.157,05
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.085.233,00	12.085.233,00	1.913.218,99	15,83	6.406.372,32	53,00	5.678.860,68
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	214.484,00	214.484,00	132.087,63	61,58	188.187,63	87,73	26.296,37
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.620,00	37.620,00	7.543,96	20,05	25.008,99	66,47	12.611,01
MULTAS E JUROS DE MORA	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.045,00	1.045,00	1.878,41	179,75	1.893,26	181,17	-848,26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.350,00	31.350,00	5.665,55	18,07	23.115,73	73,73	8.234,27
RECEITAS DIVERSAS	1.045,00	1.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045,00
RECEITAS DE CAPITAL	805.225,00	805.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.225,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5.225,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.225,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.227.983,12	15,91	7.106.910,23	50,76	6.893.089,77
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.227.983,12	15,91	7.106.910,23	50,76	6.893.089,77
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	169.716,40	0,00	310.613,95	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.397.699,52	17,12	7.417.524,18	52,98	6.582.475,82

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2014 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I) R$

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) = (a + b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c - g)
				No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Restos A Pagar Inscritos Com Disponibilidade	Até o Bimestre (g)	% (g/c)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.415.224,48	8.317.273,91	2.386.497,11	7.406.321,77	56,07	5.801.495,84
DESPESAS CORRENTES	11.164.957,47	-308.500,00	10.856.457,47	2.197.476,05	6.968.619,30	2.285.163,90	6.760.560,64	62,27	4.095.896,83

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.066.064,00	-50.500,00	6.015.564,00	1.256.941,18	3.681.624,32	1.257.271,36	3.670.279,36	61,01	2.345.284,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.098.893,47	-258.000,00	4.840.893,47	940.534,87	3.286.994,98	1.027.892,54	3.090.281,28	63,83	1.750.612,19
DESPESAS DE CAPITAL	1.902.860,14	308.500,00	2.211.360,14	217.748,43	1.348.654,61	101.333,21	645.761,13	29,20	1.565.599,01
INVESTIMENTOS	1.702.860,14	308.500,00	2.011.360,14	217.748,43	1.271.927,29	77.183,27	586.977,09	29,18	1.424.383,05
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	76.727,32	24.149,94	58.784,04	29,39	141.215,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.415.224,48	8.317.273,91	2.386.497,11	7.406.321,77	56,07	5.801.495,84
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.415.224,48	8.317.273,91	2.386.497,11	7.406.321,77	56,07	5.801.495,84
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.415.224,48	8.317.273,91	2.386.497,11	7.406.321,77	56,07	5.801.495,84

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2014 / 3.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo (a-e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% e/total e	% (e/a)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.207.817,61	13.207.817,61	2.415.224,48	8.317.273,91	2.386.497,11	7.406.321,77	100,00	56,08	5.801.495,84
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.636.212,12	2.512.212,12	468.870,08	1.558.269,00	488.239,56	1.475.182,21	19,92	58,72	1.037.029,91
Administração Geral	2.636.212,12	2.512.212,12	468.870,08	1.558.269,00	488.239,56	1.475.182,21	19,92	58,72	1.037.029,91
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	801.947,75	822.947,75	223.794,12	628.319,24	225.848,87	622.292,05	8,40	75,62	200.655,70
Assistência ao Idoso	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	126.947,75	131.947,75	14.613,36	65.611,09	14.718,36	64.356,09	0,87	48,77	67.591,66
Assistência Comunitária	670.000,00	686.000,00	209.180,76	562.708,15	211.130,51	557.935,96	7,53	81,33	128.064,04
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	3.164.631,00	3.252.182,00	699.716,48	2.301.393,96	533.901,37	1.688.440,75	22,80	51,92	1.563.741,25
Atenção Básica	3.111.631,00	3.233.182,00	699.716,48	2.301.393,96	533.901,37	1.688.440,75	22,80	52,22	1.544.741,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Vigilância Sanitária	18.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Vigilância Epidemiológica	25.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.623.063,20	3.422.763,20	629.228,88	2.062.649,71	691.234,66	2.007.935,06	27,11	58,66	1.414.828,14
Ensino Fundamental	2.852.248,38	2.611.948,38	510.664,60	1.531.247,86	525.002,11	1.495.750,89	20,20	57,26	1.116.197,49
Educação Infantil	733.814,82	798.814,82	118.564,28	531.401,85	166.232,55	512.184,17	6,92	64,11	286.630,65
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Cultura	170.000,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00
Difusão Cultural	170.000,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00
Direitos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência aos Povos Indígenas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Urbanismo	1.473.287,97	1.346.000,47	268.298,78	805.563,04	261.991,37	797.945,78	10,77	59,28	548.054,69
Infra-Estrutura Urbana	25.000,00	25.000,00	0,00	17.364,50	0,00	17.364,50	0,23	69,45	7.635,50
Serviços Urbanos	1.403.287,97	1.290.251,47	268.298,78	788.198,54	261.991,37	780.581,28	10,54	60,49	509.670,19
Habitação Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Lazer	40.000,00	25.749,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.749,00
Habitação	150.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

Habitação Urbana	150.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Saneamento	449.675,57	675.675,57	53.261,13	312.233,32	113.261,13	197.233,32	2,66	29,19	478.442,25
Serviços Urbanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saneamento Básico Urbano	444.675,57	670.675,57	53.261,13	312.233,32	113.261,13	197.233,32	2,66	29,40	473.442,25
Gestão Ambiental	45.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	40.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	255.000,00	267.000,00	38.614,81	166.414,84	38.579,95	165.559,18	2,24	62,01	101.440,82
Extensão Rural	255.000,00	267.000,00	38.614,81	166.414,84	38.579,95	165.559,18	2,24	62,00	101.440,82
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	20.000,00	20.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,08	30,00	14.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,08	30,00	14.000,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2014 / 3.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo (a-e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% e/total e	% (e/a)	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	105.000,00	426.036,50	0,00	399.541,50	0,00	368.844,12	4,98	86,58	57.192,38
Transporte Aéreo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transporte Rodoviário	85.000,00	406.036,50	0,00	399.541,50	0,00	368.844,12	4,98	90,84	37.192,38
Desporto e Lazer	154.000,00	140.000,00	33.440,20	76.889,30	33.440,20	76.889,30	1,04	54,92	63.110,70
Desporto Comunitário	45.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Lazer	109.000,00	125.000,00	33.440,20	76.889,30	33.440,20	76.889,30	1,04	61,51	48.110,70
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Reserva de Contingência	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.207.817,61	13.207.817,61	2.415.224,48	8.317.273,91	2.386.497,11	7.406.321,77	100,00	56,08	5.801.495,84

Fonte:
* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Julho/2013 A Junho/2014

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.280.246,64	1.366.479,58	1.218.711,57	1.523.417,61	1.302.003,54	1.585.758,21	1.782.863,29	1.293.560,61	1.093.757,39	1.453.520,22	1.339.315,35	1.241.116,71	16.480.750,72	15.223.747,00
Receita Tributária	130.514,81	93.423,27	74.773,77	237.310,67	94.450,07	97.027,38	73.429,01	48.450,57	72.734,14	61.410,27	55.382,99	91.900,98	1.130.807,93	726.775,00
IPTU	2.397,56	3.793,62	1.761,96	4.979,16	1.948,88	1.234,04	473,19	0,00	0,00	471,73	553,45	2.926,99	20.540,58	16.720,00
ISS	25.991,97	38.319,58	38.326,09	19.135,66	62.300,09	52.177,01	36.319,54	15.356,99	38.228,30	40.720,42	18.854,02	40.159,33	425.889,00	334.400,00
ITBI	70.621,13	21.913,80	5.759,99	184.515,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.842,62	0,00	293.652,57	10.450,00
IRRF	31.072,13	28.546,22	27.510,82	27.856,58	28.603,79	43.074,76	34.632,36	28.901,39	27.711,93	17.953,76	23.437,90	22.592,17	341.893,81	340.670,00
Outras Receitas Tributárias	432,02	850,05	1.414,91	824,24	1.597,31	541,57	2.003,92	4.192,19	6.793,91	2.264,36	1.695,00	26.222,49	48.831,97	24.535,00
Receita de Contribuições	14.053,37	11.517,40	11.074,35	11.093,85	8.198,66	6.248,05	7.210,44	7.352,96	10.676,55	6.773,57	10.691,65	9.148,16	114.039,01	104.500,00
Receita Patrimonial	1.211,72	1.382,93	1.397,04	2.311,38	3.133,53	5.038,64	6.503,75	7.722,89	5.434,00	4.510,60	4.403,60	3.605,16	46.655,24	25.863,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Transferências Correntes	1.133.527,40	1.258.002,91	1.126.640,18	1.264.657,26	1.193.783,40	1.476.426,62	1.691.835,35	1.224.971,88	998.220,35	1.379.000,15	1.265.017,28	1.132.738,28	15.144.821,06	14.328.689,00
Cota-Parte do FPM	306.679,83	400.978,97	331.862,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	545.885,33	409.378,77	5.424.860,70	5.047.350,00
Cota-Parte do ICMS	489.053,40	426.091,75	348.155,97	485.249,59	407.419,80	416.890,94	504.265,66	344.603,47	383.497,76	498.677,17	407.030,58	375.604,92	5.086.541,01	4.911.500,00
Cota-Parte do IPVA	5.596,26	7.286,40	8.368,81	4.705,98	2.902,67	1.683,60	9.879,50	13.894,01	12.791,87	13.918,05	14.883,19	13.338,67	109.249,01	104.500,00
Cota-Parte do ITR	89,83	32,20	270,00	49.788,96	11.138,01	9.342,76	9.493,74	0,00	1.067,08	0,00	0,00	7,19	81.229,77	52.250,00
Transferências da LC 87/1996	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.431,64	2.431,64	0,00	2.431,64	2.431,64	2.431,64	26.598,16	29.260,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	152.367,11	147.938,18	123.943,26	164.059,27	141.602,46	152.194,15	183.352,45	137.910,96	124.077,57	153.033,81	146.823,70	125.765,36	1.753.068,28	1.828.750,00
Outras Transferências Correntes	177.334,31	273.268,75	311.632,76	226.579,00	166.692,41	197.498,37	415.817,05	121.090,89	117.878,78	301.307,24	147.962,84	206.211,73	2.663.274,13	2.355.079,00
Outras Receitas Correntes	939,34	2.153,07	4.826,23	8.044,45	2.437,88	1.017,52	3.884,74	5.062,31	6.692,35	1.825,63	3.819,83	3.724,13	44.427,48	37.620,00
DEDUÇÕES (II)	158.236,43	166.925,83	138.212,73	174.803,69	173.803,68	180.339,81	218.533,09	192.342,95	151.252,70	182.645,66	193.333,33	159.115,61	2.089.545,51	2.028.972,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	158.236,43	166.925,83	138.212,73	174.803,69	173.803,68	180.339,81	218.533,09	192.342,95	151.252,70	182.645,66	193.333,33	159.115,61	2.089.545,51	2.028.972,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.122.010,21	1.199.553,75	1.080.498,84	1.348.613,92	1.128.199,86	1.405.418,40	1.564.330,20	1.101.217,66	942.504,69	1.270.874,56	1.145.982,02	1.082.001,10	14.391.205,21	13.194.775,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2014 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 3.º Bimestre/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	995.303,33	960.669,23	936.519,29
DEDUÇÕES(II)	2.255.984,03	2.257.967,95	2.094.328,42
Disponibilidade de Caixa bruta	1.105.389,16	789.444,88	625.868,72

Demais Haveres Financeiros	2.293.436,47	2.293.092,11	2.293.028,74
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	1.142.841,60	824.569,04	824.569,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.260.680,70	-1.297.298,72	-1.157.809,13
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DIVIDA FISCAL LIQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.260.680,70	-1.297.298,72	-1.157.809,13

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
VALOR	139.489,59	102.871,57

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 3.º Bimestre/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO A JUNHO

RREO - Anexo VI (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.168.912,00	2.219.974,36	7.074.730,23	6.298.350,90
Receitas Tributárias	726.775,00	147.283,97	403.307,96	342.518,92
IPTU	16.720,00	3.480,44	4.425,36	6.302,89
ISS	334.400,00	59.013,35	189.638,60	165.585,62
ITBI	10.450,00	10.842,62	10.842,62	0,00
IRRF	340.670,00	46.030,07	155.229,51	156.949,87
Taxas	20.773,00	26.812,29	38.814,70	11.752,16
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outas Receitas Tributárias	3.762,00	1.105,20	4.357,17	1.928,38
Receitas de Contribuições	104.500,00	19.839,81	51.853,33	60.274,51
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	104.500,00	19.839,81	51.853,33	60.274,51
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	25.863,00	8.008,76	32.180,00	6.393,90
(-) Aplicações Financeiras	25.863,00	8.008,76	32.180,00	6.393,90
Transferências Correntes	12.299.717,00	2.045.306,62	6.594.559,95	5.887.213,40
LC 61/89	0,00	0,00	0,00	0,00
LC 87/96	23.408,00	3.890,64	9.726,60	11.551,99
Convênios	214.484,00	132.087,63	188.187,63	77.878,26
FPM	4.037.880,00	764.211,33	2.316.352,01	2.123.482,95
ICMS	3.929.200,00	627.856,67	2.015.829,03	1.821.376,51
IPVA	83.600,00	22.578,59	62.965,50	63.474,94

ITR	41.800,00	5,76	8.454,43	4.569,33
Outras Transferências Correntes	3.969.345,00	494.676,00	1.993.044,75	1.784.879,42
Demais Receitas Correntes	37.920,00	7.543,96	25.008,99	8.344,07
Dívida Ativa	31.350,00	5.665,55	23.115,73	7.645,36
Diversas Receitas Correntes	6.570,00	1.878,41	1.893,26	698,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	805.225,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	5.225,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	800.000,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	800.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	800.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.968.912,00	2.219.974,36	7.074.730,23	6.298.350,90

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o bimestre/2014	Até o bimestre/2013
DESPESAS CORRENTES (VII)	10.856.457,47	2.285.163,90	6.760.560,64	5.603.389,45
Pessoal e Encargos Sociais	6.015.564,00	1.257.271,36	3.670.279,36	3.437.881,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.840.893,47	1.027.892,54	3.090.281,28	2.165.507,66
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.856.457,47	2.285.163,90	6.760.560,64	5.603.389,45
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.211.360,14	101.333,21	645.761,13	372.712,53
Investimentos	2.011.360,14	77.183,27	586.977,09	160.774,15
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	200.000,00	24.149,94	58.784,04	211.938,38
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.011.360,14	77.183,27	586.977,09	160.774,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	140.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.007.817,61	2.362.347,17	7.347.537,73	5.764.163,60
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	961.094,39	-142.372,81	-272.807,50	534.187,30
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.315.546,23

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2014 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (Exceto Intra-Orçamentário)(I)	820.510,41	322.331,19	120.604,12	197.668,44	824.569,04	4.541,85	215.797,09	141.835,31	141.806,13	3.961,78	74.571,03
EXECUTIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	820.510,41	322.331,19	120.604,12	197.668,44	824.569,04	4.541,85	215.797,09	141.835,31	141.806,13	3.961,78	74.571,03
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	820.510,41	322.331,19	120.604,12	197.668,44	824.569,04	4.541,85	215.797,09	141.835,31	141.806,13	3.961,78	74.571,03

Pessoal e Encargos Sociais	379.645,55	271.071,27	97.346,65	197.668,44	355.701,73	0,00	101.284,09	97.322,31	97.322,31	3.961,78	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	400.775,40	16.750,07	23.250,07	0,00	394.275,40	4.541,85	85.952,00	15.952,00	15.945,00	0,00	74.548,85
Investimentos	9.289,46	34.509,85	7,40	0,00	43.791,91	0,00	28.561,00	28.561,00	28.538,82	0,00	22,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	30.800,00	0,00	0,00	0,00	30.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta (Exceto											
Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Direta (Exceto											
Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (Intra-Orçamentárias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	820.510,41	322.331,19	120.604,12	197.668,44	824.569,04	4.541,85	215.797,09	141.835,31	141.806,13	3.961,78	74.571,03

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO A JUNHO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Despesas Executadas Até o Bimestre		Saldo a Executar (g)=(d)-(e+f)
		Liquidadas (e)	Incritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESCRIÇÃO	a - d	b - (e +f)	(c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO À JUNHO DE 2014 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO À JUNHO DE 2014 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Edgar Frederico da Silva
Código Identificador:BAAC2146

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL RREO 4º BIMESTRE

EDITAL 016/2014

ALTO BOA VISTA – MT, 29 DE SETEMBRO DE 2014

O Senhor Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina o artigo 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, os anexos do **RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO**, relativo ao 4º bimestre do exercício financeiro de 2014.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para analise e questionamento.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.412.801,32	17,23	9.519.711,55	67,99	4.480.288,45
RECEITAS CORRENTES	13.194.775,00	13.194.775,00	2.262.863,00	17,14	9.369.773,23	71,01	3.825.001,77
RECEITA TRIBUTÁRIA	726.775,00	726.775,00	116.939,41	16,09	520.247,37	71,58	206.527,63
IMPOSTOS	706.002,00	706.002,00	114.655,67	16,24	479.148,93	67,86	226.853,07
IMPOSTO S/PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	16.720,00	16.720,00	7.079,87	42,34	11.505,23	68,81	5.214,77
IMP. S/ TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS	10.450,00	10.450,00	0,00	0,00	10.842,62	103,75	-392,62
IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	334.400,00	334.400,00	60.508,28	18,09	250.146,88	74,80	84.253,12
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	340.670,00	340.670,00	46.515,75	13,65	201.745,26	59,22	138.924,74
TAXAS	20.773,00	20.773,00	2.283,74	10,99	41.098,44	197,84	-20.325,44
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	104.500,00	104.500,00	11.038,17	10,56	62.891,50	60,18	41.608,50
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	104.500,00	104.500,00	11.038,17	10,56	62.891,50	60,18	41.608,50
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.863,00	25.863,00	8.834,46	34,15	41.014,46	158,58	-15.151,46
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.863,00	25.863,00	8.834,46	34,15	41.014,46	158,58	-15.151,46
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITO DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.299.717,00	12.299.717,00	2.112.929,88	17,17	8.707.489,83	70,79	3.592.227,17
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.085.233,00	12.085.233,00	2.086.492,84	17,26	8.492.865,16	70,27	3.592.367,84
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	214.484,00	214.484,00	26.437,04	12,32	214.624,67	100,06	-140,67
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.620,00	37.620,00	13.121,08	34,87	38.130,07	101,35	-510,07
MULTAS E JUROS DE MORA	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.045,00	1.045,00	0,00	0,00	1.893,26	181,17	-848,26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.350,00	31.350,00	5.986,29	19,09	29.102,02	92,82	2.247,98
RECEITAS DIVERSAS	1.045,00	1.045,00	7.134,79	682,75	7.134,79	682,75	-6.089,79
RECEITAS DE CAPITAL	805.225,00	805.225,00	149.938,32	18,62	149.938,32	18,62	655.286,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5.225,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.225,00	5.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.225,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	149.938,32	18,74	149.938,32	18,74	650.061,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	800.000,00	800.000,00	149.938,32	18,74	149.938,32	18,74	650.061,68
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.412.801,32	17,23	9.519.711,55	67,99	4.480.288,45
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.412.801,32	17,23	9.519.711,55	67,99	4.480.288,45
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.412.801,32	17,23	9.519.711,55	67,99	4.480.288,45

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I) R$

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) = (a + b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c - g)
				No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Restos A Pagar Inscritos Com Disponibilidade	Até o Bimestre (g)	% (g/c)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.229.754,80	10.547.028,71	2.077.834,91	9.484.156,68	71,80	3.723.660,93
DESPESAS CORRENTES	11.164.957,47	-163.800,00	11.001.157,47	2.156.288,70	9.124.908,00	1.949.365,20	8.709.925,84	79,17	2.291.231,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.066.064,00	-101.100,00	5.964.964,00	1.230.971,24	4.912.595,56	1.229.251,15	4.899.530,51	82,13	1.065.433,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.098.893,47	-62.700,00	5.036.193,47	925.317,46	4.212.312,44	720.114,05	3.810.395,33	75,66	1.225.798,14
DESPESAS DE CAPITAL	1.902.860,14	163.800,00	2.066.660,14	73.466,10	1.422.120,71	128.469,71	774.230,84	37,46	1.292.429,30
INVESTIMENTOS	1.702.860,14	202.300,00	1.905.160,14	18.466,10	1.290.393,39	104.102,76	691.079,85	36,27	1.214.080,29
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	-38.500,00	161.500,00	55.000,00	131.727,32	24.366,95	83.150,99	51,48	78.349,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.229.754,80	10.547.028,71	2.077.834,91	9.484.156,68	71,80	3.723.660,93
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.229.754,80	10.547.028,71	2.077.834,91	9.484.156,68	71,80	3.723.660,93
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.207.817,61	0,00	13.207.817,61	2.229.754,80	10.547.028,71	2.077.834,91	9.484.156,68	71,80	3.723.660,93

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo (a-e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% e/total e	% (e/a)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.207.817,61	13.207.817,61	2.229.754,80	10.547.028,71	2.077.834,91	9.484.156,68	100,00	71,81	3.723.660,93
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.636.212,12	2.439.012,12	455.290,43	2.013.559,43	416.504,20	1.891.686,41	19,95	77,56	547.325,71

Administração Geral	2.636.212,12	2.439.012,12	455.290,43	2.013.559,43	416.504,20	1.891.686,41	19,95	77,55	547.325,71
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	801.947,75	890.147,75	183.383,47	811.702,71	171.856,81	794.148,86	8,37	89,22	95.998,89
Assistência ao Idoso	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	126.947,75	102.147,75	19.502,16	85.113,25	14.502,16	78.858,25	0,83	77,20	23.289,50
Assistência Comunitária	670.000,00	788.000,00	163.881,31	726.589,46	157.354,65	715.290,61	7,54	90,77	72.709,39
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	3.164.631,00	3.203.282,00	480.969,97	2.782.363,93	465.445,24	2.153.885,99	22,71	67,24	1.049.396,01
Atenção Básica	3.111.631,00	3.193.282,00	480.969,97	2.782.363,93	465.445,24	2.153.885,99	22,71	67,45	1.039.396,01
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Vigilância Sanitária	18.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Vigilância Epidemiológica	25.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.623.063,20	3.343.863,20	682.713,42	2.745.363,13	643.414,13	2.651.349,19	27,96	79,29	692.514,01
Ensino Fundamental	2.852.248,38	2.535.048,38	585.425,89	2.116.673,75	527.707,35	2.023.458,24	21,34	79,81	511.590,14
Educação Infantil	733.814,82	796.814,82	97.287,53	628.689,38	115.706,78	627.890,95	6,62	78,80	168.923,87
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Cultura	170.000,00	115.000,00	27.499,98	27.499,98	19.999,98	19.999,98	0,21	17,39	95.000,02
Difusão Cultural	170.000,00	115.000,00	27.499,98	27.499,98	19.999,98	19.999,98	0,21	17,39	95.000,02
Direitos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência aos Povos Indígenas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Urbanismo	1.473.287,97	1.488.800,47	309.854,26	1.115.417,30	243.540,14	1.041.485,92	10,98	69,95	447.314,55
Infra-Estrutura Urbana	25.000,00	36.000,00	12.820,00	30.184,50	12.820,00	30.184,50	0,32	83,84	5.815,50
Serviços Urbanos	1.403.287,97	1.422.051,47	297.034,26	1.085.232,80	230.720,14	1.011.301,42	10,66	71,11	410.750,05
Habitação Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Lazer	40.000,00	25.749,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.749,00
Habitação	150.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habitação Urbana	150.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Saneamento	449.675,57	675.575,57	39.165,02	351.398,34	46.165,02	243.398,34	2,57	36,03	432.177,23
Serviços Urbanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saneamento Básico Urbano	444.675,57	670.575,57	39.165,02	351.398,34	46.165,02	243.398,34	2,57	36,29	427.177,23
Gestão Ambiental	45.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	40.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	255.000,00	274.100,00	28.397,80	194.812,64	28.397,80	193.956,98	2,05	70,76	80.143,02
Extensão Rural	255.000,00	274.100,00	28.397,80	194.812,64	28.397,80	193.956,98	2,05	70,76	80.143,02
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	20.000,00	20.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,06	30,00	14.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,06	30,00	14.000,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / 4.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo (a-e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% e/total e	% (e/a)	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	105.000,00	406.036,50	0,00	399.541,50	20.031,14	388.875,26	4,10	95,77	17.161,24
Transporte Aéreo	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	85.000,00	406.036,50	0,00	399.541,50	20.031,14	388.875,26	4,10	95,77	17.161,24
Desporto e Lazer	154.000,00	147.000,00	22.480,45	99.369,75	22.480,45	99.369,75	1,05	67,60	47.630,25

Desporto Comunitário	45.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Lazer	109.000,00	132.000,00	22.480,45	99.369,75	22.480,45	99.369,75	1,05	75,28	32.630,25
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Reserva de Contingência	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.207.817,61	13.207.817,61	2.229.754,80	10.547.028,71	2.077.834,91	9.484.156,68	100,00	71,81	3.723.660,93

Fonte:
* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2013 A Agosto/2014

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.218.711,57	1.523.417,61	1.302.003,54	1.585.758,21	1.782.863,29	1.293.560,61	1.093.757,39	1.453.520,22	1.339.315,35	1.241.116,71	1.319.480,42	1.304.013,60	16.457.518,52	15.223.747,00
Receita Tributária	74.773,77	237.310,67	94.450,07	97.027,38	73.429,01	48.450,57	72.734,14	61.410,27	55.382,99	91.900,98	61.363,47	55.575,94	1.023.809,26	726.775,00
IPTU	1.761,96	4.979,16	1.948,88	1.234,04	473,19	0,00	0,00	471,73	553,45	2.926,99	2.627,61	4.452,26	21.429,27	16.720,00
ISS	38.326,09	19.135,66	62.300,09	52.177,01	36.319,54	15.356,99	38.228,30	40.720,42	18.854,02	40.159,33	34.065,51	26.442,77	422.085,73	334.400,00
ITBI	5.759,99	184.515,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.842,62	0,00	0,00	0,00	201.117,64	10.450,00
IRRF	27.510,82	27.856,58	28.603,79	43.074,76	34.632,36	28.901,39	27.711,93	17.953,76	23.437,90	22.592,17	23.356,24	23.159,51	328.791,21	340.670,00
Outras Receitas Tributárias	1.414,91	824,24	1.597,31	541,57	2.003,92	4.192,19	6.793,91	2.264,36	1.695,00	26.222,49	1.314,11	1.521,40	50.385,41	24.535,00
Receita de Contribuições	11.074,35	11.093,85	8.198,66	6.248,05	7.210,44	7.352,96	10.676,55	6.773,57	10.691,65	9.148,16	11.038,17	0,00	99.506,41	104.500,00
Receita Patrimonial	1.397,04	2.311,38	3.133,53	5.038,64	6.503,75	7.722,89	5.434,00	4.510,60	4.403,60	3.605,16	3.137,69	5.696,77	52.895,05	25.863,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Transferências Correntes	1.126.640,18	1.264.657,26	1.193.783,40	1.476.426,62	1.691.835,35	1.224.971,88	998.220,35	1.379.000,15	1.265.017,28	1.132.738,28	1.235.071,07	1.238.489,83	15.226.851,65	14.328.689,00
Cota-Parte do FPM	331.862,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	545.885,33	409.378,77	351.613,57	427.139,72	5.495.955,19	5.047.350,00
Cota-Parte do ICMS	348.155,97	485.249,59	407.419,80	416.890,94	504.265,66	344.603,47	383.497,76	498.677,17	407.030,58	375.604,92	547.327,57	463.313,99	5.182.037,42	4.911.500,00
Cota-Parte do IPVA	8.368,81	4.705,98	2.902,67	1.683,60	9.879,50	13.894,01	12.791,87	13.918,05	14.883,19	13.338,67	9.765,49	7.417,49	113.549,33	104.500,00
Cota-Parte do ITR	270,00	49.788,96	11.138,01	9.342,76	9.493,74	0,00	1.067,08	0,00	0,00	7,19	62,36	0,00	81.170,10	52.250,00
Transferências da LC 87/1996	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.406,66	2.431,64	2.431,64	0,00	2.431,64	2.431,64	2.431,64	2.431,64	2.431,64	26.648,12	29.260,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	123.943,26	164.059,27	141.602,46	152.194,15	183.352,45	137.910,96	124.077,57	153.033,81	146.823,70	125.765,36	129.052,12	168.058,24	1.749.873,35	1.828.750,00
Outras Transferências Correntes	311.632,76	226.579,00	166.692,41	197.498,37	415.817,05	121.090,89	117.878,78	301.307,24	147.962,84	206.211,73	194.818,32	170.128,75	2.577.618,14	2.355.079,00
Outras Receitas Correntes	4.826,23	8.044,45	2.437,88	1.017,52	3.884,74	5.062,31	6.692,35	1.825,63	3.819,83	3.724,13	8.870,02	4.251,06	54.456,15	37.620,00
DEDUÇÕES (II)	138.212,73	174.803,69	173.803,68	180.339,81	218.533,09	192.342,95	151.252,70	182.645,66	193.333,33	159.115,61	181.417,50	179.213,52	2.125.014,27	2.028.972,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	138.212,73	174.803,69	173.803,68	180.339,81	218.533,09	192.342,95	151.252,70	182.645,66	193.333,33	159.115,61	181.417,50	179.213,52	2.125.014,27	2.028.972,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.080.498,84	1.348.613,92	1.128.199,86	1.405.418,40	1.564.330,20	1.101.217,66	942.504,69	1.270.874,56	1.145.982,02	1.082.001,10	1.138.062,92	1.124.800,08	14.332.504,25	13.194.775,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 4.º Bimestre/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	995.303,33	936.519,29	912.152,34
DEDUÇÕES(II)	2.255.984,03	2.094.328,42	2.239.195,53
Disponibilidade de Caixa bruta	1.105.389,16	625.868,72	773.847,88
Demais Haveres Financeiros	2.293.436,47	2.293.028,74	2.289.916,69
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	1.142.841,60	824.569,04	824.569,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.260.680,70	-1.157.809,13	-1.327.043,19
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DIVIDA FISCAL LIQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.260.680,70	-1.157.809,13	-1.327.043,19

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
VALOR	-169.234,06	-66.362,49

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 4.º Bimestre/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO A AGOSTO

RREO - Anexo VI (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.168.912,00	2.254.028,54	9.328.758,77	8.617.320,21
Receitas Tributárias	726.775,00	116.939,41	520.247,37	566.457,00
IPTU	16.720,00	7.079,87	11.505,23	12.494,07
ISS	334.400,00	60.508,28	250.146,88	229.897,17
ITBI	10.450,00	0,00	10.842,62	92.534,93
IRRF	340.670,00	46.515,75	201.745,26	216.568,22
Taxas	20.773,00	2.283,74	41.098,44	12.453,30
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outas Receitas Tributárias	3.762,00	551,77	4.908,94	2.509,31
Receitas de Contribuições	104.500,00	11.038,17	62.891,50	85.845,28
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	104.500,00	11.038,17	62.891,50	85.845,28
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	25.863,00	8.834,46	41.014,46	8.988,55
(-) Aplicações Financeiras	25.863,00	8.834,46	41.014,46	8.988,55
Transferências Correntes	12.299.717,00	2.112.929,88	8.707.489,83	7.953.581,45
LC 61/89	0,00	0,00	0,00	0,00
LC 87/96	23.408,00	3.890,64	13.617,24	15.402,65
Convênios	214.484,00	26.437,04	214.624,67	123.726,94
FPM	4.037.880,00	623.004,48	2.939.356,49	2.689.610,05
ICMS	3.929.200,00	810.180,99	2.826.010,02	2.556.454,65
IPVA	83.600,00	13.746,45	76.711,95	73.781,11
ITR	41.800,00	49,89	8.504,32	4.666,96
Outras Transferências Correntes	3.969.345,00	635.620,39	2.628.665,14	2.489.939,09
Demais Receitas Correntes	37.920,00	13.121,08	38.130,07	11.436,48
Dívida Ativa	31.350,00	5.986,29	29.102,02	10.696,99
Diversas Receitas Correntes	6.570,00	7.134,79	9.028,05	739,49
RECEITAS DE CAPITAL (II)	805.225,00	149.938,32	149.938,32	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	5.225,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	800.000,00	149.938,32	149.938,32	0,00
Convênios	800.000,00	149.938,32	149.938,32	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	800.000,00	149.938,32	149.938,32	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.968.912,00	2.403.966,86	9.478.697,09	8.617.320,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o bimestre/2014	Até o bimestre/2013
DESPESAS CORRENTES (VII)	11.001.157,47	1.949.365,20	8.709.925,84	7.631.278,22
Pessoal e Encargos Sociais	5.964.964,00	1.229.251,15	4.899.530,51	4.667.903,29
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.036.193,47	720.114,05	3.810.395,33	2.963.374,93
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.001.157,47	1.949.365,20	8.709.925,84	7.631.278,22
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.066.660,14	128.469,71	774.230,84	635.454,52
Investimentos	1.905.160,14	104.102,76	691.079,85	364.776,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	161.500,00	24.366,95	83.150,99	270.678,45

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.905.160,14	104.102,76	691.079,85	364.776,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	140.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.046.317,61	2.053.467,96	9.401.005,69	7.996.054,29
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	922.594,39	350.498,90	77.691,40	621.265,92
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.315.546,23

Fonte:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO A AGOSTO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Despesas Executadas Até o Bimestre		Saldo a Executar (g)=(d)-(e+f)
		Liquidadas (e)	Incritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESCRIÇÃO	a - d	b - (e +f)	(c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO À AGOSTO DE 2014 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00

2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO À AGOSTO DE 2014 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

2076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Publicado por:
Edgar Frederico da Silva
Código Identificador:A22AB92F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 4º BIMESTRE 2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO/2014							
RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I)							R$ 1,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.000.000,00	16.000.000,00	2.614.008,45	16,33	9.999.606,59	62,49	6.000.393,41
RECEITAS CORRENTES	13.965.000,00	13.965.000,00	2.217.957,93	15,88	9.453.897,49	67,69	4.511.102,51
RECEITA TRIBUTARIA	760.000,00	760.000,00	164.924,83	21,70	991.961,33	130,52	-231.961,33
Impostos	650.000,00	650.000,00	154.266,67	23,73	890.898,16	137,06	-240.898,16
Taxas	110.000,00	110.000,00	10.658,16	9,68	101.063,17	91,87	8.936,83
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	12.465,89	31,16	14.820,42	37,05	25.179,58
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas	40.000,00	40.000,00	12.465,89	31,16	14.820,42	37,05	25.179,58
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,00	50.000,00	17.618,39	35,23	76.068,99	152,13	-26.068,99
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	50.000,00	50.000,00	17.618,39	35,23	76.068,99	152,13	-26.068,99
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	460.000,00	460.000,00	90.813,09	19,74	289.242,50	62,87	170.757,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.450.000,00	12.450.000,00	1.920.246,73	15,42	8.006.176,09	64,30	4.443.823,91
Transferências Intergovernamentais	12.150.000,00	12.150.000,00	1.883.521,12	15,50	7.741.281,82	63,71	4.408.718,18
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							

Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	300.000,00	300.000,00	36.725,61	12,24	264.894,27	88,29	35.105,73
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	205.000,00	205.000,00	11.889,00	5,79	75.628,16	36,89	129.371,84
Multa de Juros de Mora	110.000,00	110.000,00	7.535,98	6,85	26.974,91	24,52	83.025,09
Indenizações e Restituições	5.000,00	5.000,00	1.117,23	22,34	14.323,76	286,47	-9.323,76
Receita da Dívida Ativa	80.000,00	80.000,00	3.235,79	4,04	34.329,49	42,91	45.670,51
Receitas Diversas	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.035.000,00	2.035.000,00	396.050,52	19,46	545.709,10	26,81	1.489.290,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.025.000,00	2.025.000,00	396.050,52	19,55	545.709,10	26,94	1.479.290,90
Transferências Intergovernamentais	50.000,00	50.000,00	244.800,00	489,60	247.800,00	495,60	-197.800,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.975.000,00	1.975.000,00	151.250,52	7,65	297.909,10	15,08	1.677.090,90
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	16.000.000,00	16.000.000,00	2.614.008,45	16,33	9.999.606,59	62,49	6.000.393,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.000.000,00	16.000.000,00	2.614.008,45	16,33	9.999.606,59	62,49	6.000.393,41
DÉFICIT (VI)		1.000.000,00			885.776,74	88,57	114.223,26
TOTAL(VII) = (V + VI)	16.000.000,00	17.000.000,00	2.614.008,45	15,37	10.885.383,33	64,03	6.114.616,67
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para							
CréditosSuperávitAdicionais)Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							

Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito

RODRIGO LUIZ BENASSI
CRC MT 017092/O-0

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES
Secretario de Financas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.000.000,00	1.000.000,00	17.000.000,00	2.230.487,74	10.885.383,33	2.500.768,59	9.892.699,70	58,19	7.107.300,30
DESPESAS CORRENTES	12.875.000,00	1.610.266,07	14.485.266,07	2.068.960,45	9.584.122,35	2.247.080,20	8.808.413,42	60,80	5.676.852,65
Pessoal e Encargos Sociais	6.857.000,00	544.101,08	7.401.101,08	1.097.784,84	4.490.936,70	1.105.868,43	4.484.211,53	60,58	2.916.889,55
Juros e Encargos da Dívida	25.000,00	-25.000,00							
Outras Despesas Correntes	5.993.000,00	1.091.164,99	7.084.164,99	971.175,61	5.093.185,65	1.141.211,77	4.324.201,89	61,04	2.759.963,10
DESPESAS DE CAPITAL	3.120.000,00	-610.266,07	2.509.733,93	161.527,29	1.301.260,98	253.688,39	1.084.286,28	43,20	1.425.447,65
Investimentos	2.995.000,00	-518.697,00	2.476.303,00	158.096,36	1.267.830,05	248.794,25	1.050.855,35	42,43	1.425.447,65
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	125.000,00	-91.569,07	33.430,93	3.430,93	33.430,93	4.894,14	33.430,93	100,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00		5.000,00						5.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	16.000.000,00	1.000.000,00	17.000.000,00	2.230.487,74	10.885.383,33	2.500.768,59	9.892.699,70	58,19	7.107.300,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									

Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.000.000,00	1.000.000,00	17.000.000,00	2.230.487,74	10.885.383,33	2.500.768,59	9.892.699,70	58,19	7.107.300,30
SUPERÁVIT (XIII)				383.520,71		113.239,86	106.906,89		-106.906,89
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.000.000,00	1.000.000,00	17.000.000,00	2.614.008,45	10.885.383,33	2.614.008,45	9.999.606,59	58,82	7.000.393,41

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito

RODRIGO LUIZ BENASSI
CRC MT 017092/O-0

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES
Secretario de Financas

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JULHO a AGOSTO de 2014
CONSOLIDADO
LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.000.000,00	17.000.000,00	2.230.487,74	10.885.383,33	2.500.768,59	9.892.699,70	100,00	58,19	7.107.300,30
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	760.000,00	760.000,00	116.207,42	440.081,06	103.490,97	406.832,86	4,11	53,53	353.167,14
JUDICIÁRIA									
DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO	100.000,00	8.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	0,07	87,50	1.000,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	650.000,00	677.384,51	76.112,43	533.485,20	129.804,02	412.292,56	4,16	60,86	265.091,95
ADMINISTRACAO GERAL	920.000,00	1.806.935,00	232.636,26	1.242.712,29	278.832,13	1.113.897,77	11,25	61,64	693.037,23
COMUNICACAO SOCIAL	80.000,00	60.000,00	5.056,30	31.689,40	5.409,90	29.247,10	0,29	48,74	30.752,90
CONTROLE INTERNO	40.000,00	43.450,00	19.537,39	33.630,02	19.537,39	33.630,02	0,33	77,39	9.819,98
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
DEFESA CIVIL	20.000,00								
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	100.000,00	103.756,60	21.328,66	74.367,77	24.197,83	69.382,88	0,70	66,87	34.373,72
ASSISTENCIA AO IDOSO	10.000,00	167,68	167,68	167,68	167,68	167,68		100,00	
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	20.000,00								
ASSISTENCIA COMUNITARIA	610.000,00	855.259,72	84.587,60	305.464,62	85.132,28	297.600,62	3,00	34,79	557.659,10
PREVIDÊNCIA SOCIAL									

SAÚDE									
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	70.000,00	40.000,00	11.358,88	11.358,88	11.358,88	11.358,88	0,11	28,39	28.641,12
ATENCAO BASICA	2.315.000,00	4.331.334,13	555.436,73	3.077.306,73	680.659,67	2.724.649,13	27,54	62,90	1.606.685,00
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	50.000,00	50.000,00	4.659,65	49.202,81	4.408,10	45.662,45	0,46	91,32	4.337,55
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	45.000,00	20.000,00	685,91	1.055,91	685,91	1.055,91	0,01	5,27	18.944,09
TRABALHO									
EMPREGABILIDADE	20.000,00	12.500,00		3.800,00	3.800,00	3.800,00	0,03	30,40	8.700,00
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	160.000,00	140.000,00		140.000,00	24.337,36	96.030,89	0,97	68,59	43.969,11
RELACOES DE TRABALHO	10.000,00	350,00		350,00		350,00		100,00	
EDUCAÇÃO									
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	50.000,00								
EDUCACAO ESPECIAL	10.000,00								
EDUCACAO INFANTIL	950.000,00	478.760,00	171.219,47	345.540,06	159.062,28	333.382,87	3,36	69,63	145.377,13
ENSINO FUNDAMENTAL	4.655.000,00	4.665.949,53	491.840,26	2.496.674,45	534.414,86	2.389.331,76	24,15	51,20	2.276.617,77
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	140.000,00	14.400,00		13.570,00	2.400,00	13.570,00	0,13	94,23	830,00
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	660.000,00	325.388,00		223.426,96		223.426,96	2,25	68,66	101.961,04
SERVICOS URBANOS	210.000,00	514.500,00	40.799,63	406.773,55	40.799,63	406.605,87	4,11	79,02	107.894,13
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	100.000,00								
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO URBANO	480.000,00	386.140,50	95.637,02	251.403,35	46.934,35	191.724,61	1,93	49,65	194.415,89
GESTÃO AMBIENTAL									
CONTROLE AMBIENTAL	10.000,00								
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	50.000,00								
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
EXTENSAO RURAL	180.000,00								
PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	660.000,00	133.787,00	20.706,28	75.668,43	21.430,20	75.614,43	0,76	56,51	58.172,57
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
PROMOCAO INDUSTRIAL	30.000,00								
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
TURISMO	40.000,00								
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	110.000,00	95.000,00	14.849,80	53.756,83	14.849,80	53.756,83	0,54	56,58	41.243,17
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	1.250.000,00	1.388.846,40	250.561,28	998.174,57	289.271,74	884.542,37	8,94	63,68	504.304,03
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	280.000,00	49.660,00	6.668,16	35.291,83	7.889,47	34.354,32	0,34	69,17	15.305,68
ENCARGOS ESPECIAIS									
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	150.000,00	33.430,93	3.430,93	33.430,93	4.894,14	33.430,93	0,33	100,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00							5.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 16.000.000,00	R$ 17.000.000,00	R$ 2.230.487,74	R$ 10.885.383,33	R$ 2.500.768,59	R$ 9.892.699,70	100,00	58,19	R$ 7.107.300,30

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE ITANHANGA;

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.025.240,78	1.354.861,45	1.231.761,12	2.072.628,05	1.662.989,41	1.275.740,44	1.234.927,79	1.501.690,89	1.351.565,28	1.193.875,59	1.286.128,51	1.228.236,18	16.419.645,49	16.060.000,00
Receita Tributaria	35.507,91	109.058,32	103.176,63	122.666,42	116.845,62	75.503,11	197.699,47	234.270,30	66.317,34	136.400,66	110.861,84	54.062,99	1.362.370,61	760.000,00

IPTU	785,79	1.171,32	101,74	243,49		12.727,95	37.158,16	156.582,21	10.500,19	11.896,55	9.310,87	4.110,03	244.588,30	150.000,00
ISS	17.242,64	37.391,57	31.917,83	31.540,44	25.639,95	19.311,89	29.442,74	23.335,52	26.517,61	62.392,81	34.065,30	28.640,40	367.438,70	200.000,00
ITBI	1.550,00	49.112,56	44.003,50	81.438,64	64.514,00	13.752,55	81.770,53	12.940,00	17.796,00	38.974,00	33.148,72	11.254,00	450.254,50	100.000,00
IRRF	11.903,25	12.954,71	24.181,12	9.149,95	18.925,90	9.608,88	13.860,16	28.897,01	2.663,93	17.422,95	29.430,80	4.306,55	183.305,21	200.000,00
Outras Receitas Trib.	4.026,23	8.428,16	2.972,44	293,90	7.765,77	20.101,84	35.467,88	12.515,56	8.839,61	5.714,35	4.906,15	5.752,01	116.783,90	110.000,00
Receita Contribuicoes		19,90	23,14		75,96	20,64	21,73	21,43	20,48	2.194,29	4.746,29	7.719,60	14.863,46	40.000,00
Receita Patrimonial	4.341,82	4.976,07	5.327,09	6.909,62	9.895,95	10.431,60	9.348,68	9.711,70	10.192,54	8.870,13	9.027,09	8.591,30	97.623,59	50.000,00
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos	37.038,37	39.211,69	32.854,33	37.165,95	25.365,38	44.097,54	30.664,36	36.807,71	33.284,22	28.210,20	49.146,63	41.666,46	435.512,84	460.000,00
Transf. Correntes	941.170,66	1.197.768,86	1.079.755,81	1.389.177,84	1.503.764,50	1.137.907,92	992.212,71	1.207.919,54	1.216.159,96	1.012.814,57	1.103.452,60	1.113.200,89	13.895.305,86	14.545.000,00
Cota-Parte do FPM	331.861,85	331.868,25	461.620,62	696.409,97	566.595,79	605.041,94	358.907,24	409.632,38	545.885,26	409.378,47	351.604,00	427.139,75	5.495.945,52	6.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	232.857,94	324.550,57	261.480,04	275.650,70	328.908,08	220.405,12	248.347,87	315.534,28	261.279,74	239.883,58	351.784,48	297.292,88	3.357.975,28	3.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	22.370,68	11.617,53	7.159,50	6.960,74	10.227,43	29.841,66	39.657,70	55.238,32	47.883,96	36.065,20	26.140,27	19.625,92	312.788,91	220.000,00
Cota-Parte do ITR	13.907,82	33.269,84	9.548,21	6.760,72	7.899,25	283,98	1.448,26	3.188,82	3.803,29	200,35	3.271,70	2.026,72	85.608,96	75.000,00
Transf. LC 87/1996	1.609,66	1.609,66	1.609,66	1.609,66	1.574,69	1.574,69		1.574,69	1.574,69	1.574,69	1.574,69	1.574,69	17.461,47	25.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	151.499,70	200.567,79	173.099,65	186.054,87	245.011,76	187.052,67	168.290,09	207.564,24	199.141,28	170.579,21	175.037,23	227.942,37	2.291.840,86	2.800.000,00
Outras Transf. Corr.	187.063,01	294.285,22	165.238,13	215.731,18	343.547,50	93.707,86	175.561,55	215.186,81	156.591,74	155.133,07	194.040,23	137.598,56	2.333.684,86	1.925.000,00
Outras Receitas Corr.	7.182,02	3.826,61	10.624,12	516.708,22	7.042,00	7.779,63	4.980,84	12.960,21	25.590,74	5.385,74	8.894,06	2.994,94	613.969,13	205.000,00
DEDUCOES (II)														
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.														
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB														
RECEITA CORRENTE														
LIQUIDA(III) = (I - II)	1.025.240,78	1.354.861,45	1.231.761,12	2.072.628,05	1.662.989,41	1.275.740,44	1.234.927,79	1.501.690,89	1.351.565,28	1.193.875,59	1.286.128,51	1.228.236,18	16.419.645,49	16.060.000,00

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE ITANHANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2013(a)	Em 30/JUN/2014 (b)	Em 31/AGO/2014 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	30.000,00	1.463,21	
DEDUCOES (II)	837.740,63	1.831.909,59	1.940.653,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.926.547,76	1.922.237,27	2.014.155,11
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	1.088.807,13	90.327,68	73.502,08
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-807.740,63	-1.830.446,38	-1.940.653,03
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	30.000,00	1.463,21	
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-837.740,63	-1.831.909,59	-1.940.653,03

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-108.743,44	-1.102.912,40

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário

Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2013(a)	Em 30/JUN/2014 (b)	Em 31/AGO/2014 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			

(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Município de ITANHANGA

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE ITANHANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III) — R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	13.915.000,00	2.200.339,54	9.377.828,50	7.926.040,01
Receitas Tributarias	760.000,00	164.924,83	991.961,33	515.442,70
IPTU	150.000,00	13.420,90	242.285,96	118.178,26
ISS	200.000,00	62.705,70	249.346,22	133.419,12
ITBI	100.000,00	44.402,72	274.149,80	32.368,87
IRRF	200.000,00	33.737,35	125.116,18	122.293,40
Outras Receitas Tributarias	110.000,00	10.658,16	101.063,17	109.183,05
Receitas de Contribuicoes	40.000,00	12.465,89	14.820,42	22.002,24
Receitas Previdenciarias				
Outras Receitas de Contribuicoes	40.000,00	12.465,89	14.820,42	22.002,24
Receita Patrimonial Liquida				
Receita Patrimonial	50.000,00	17.618,39	76.068,99	33.828,77
(-) Aplicacoes Financeiras	50.000,00	17.618,39	76.068,99	33.828,77
Transferencias Correntes	12.450.000,00	1.920.246,73	8.006.176,09	6.962.862,86
FPM	6.000.000,00	778.743,75	3.674.184,83	3.362.010,45
ICMS	3.500.000,00	649.077,36	2.263.436,03	2.123.455,87
Convenios	300.000,00	36.725,61	264.894,27	214.632,63
Outras Transferencias Correntes	2.650.000,00	455.700,01	1.803.660,96	1.262.763,91
Demais Receitas Correntes	665.000,00	102.702,09	364.870,66	425.732,21
Divida Ativa	80.000,00	3.235,79	34.329,49	75.031,30
Diversas Receitas Correntes	585.000,00	99.466,30	330.541,17	350.700,91
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.035.000,00	396.050,52	545.709,10	414.790,58
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)	10.000,00			
Transferencias de Capital	2.025.000,00	396.050,52	545.709,10	414.790,58
Convenios	1.975.000,00	151.250,52	297.909,10	374.790,58
Outras Transferencias de Capital	50.000,00	244.800,00	247.800,00	40.000,00
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.025.000,00	396.050,52	545.709,10	414.790,58
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	15.940.000,00	2.596.390,06	9.923.537,60	8.340.830,59

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.485.266,07	2.145.709,73	9.584.122,35	7.514.517,15
Pessoal e Encargos Sociais	7.401.101,08	1.097.784,84	4.490.936,70	3.857.730,16
Juros e Encargos da Divida (IX)				
Outras Despesas Correntes	7.084.164,99	1.047.924,89	5.093.185,65	3.656.786,99
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.485.266,07	2.145.709,73	9.584.122,35	7.514.517,15
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.509.733,93	161.527,29	1.301.260,98	508.717,28
Investimentos	2.476.303,00	158.096,36	1.267.830,05	429.562,09
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)	33.430,93	3.430,93	33.430,93	79.155,19

DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.476.303,00	158.096,36	1.267.830,05	429.562,09
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	5.000,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	16.966.569,07	2.303.806,09	10.851.952,40	7.944.079,24
RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.026.569,07	292.583,97	-928.414,80	396.751,35
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES				

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	0,00

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO	53.467,73	1.035.339,40		1.015.842,05	72.965,08		127.769,16		119.897,66	7.871,50
LEGISLATIVO							62.000,00		62.000,00	
TOTAL (III) = (I + II)	53.467,73	1.035.339,40	0,00	1.015.842,05	72.965,08	0,00	189.769,16	0,00	181.897,66	7.871,50

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ITANHANGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) — R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	465.000,00	465.000,00	128.745,36	788.024,45	169,47%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	195.000,00	195.000,00	21.201,90	263.832,01	135,30%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	150.000,00	150.000,00	13.420,90	242.285,96	161,52%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.000,00	5.000,00	3.270,59	7.956,65	159,13%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	2.153,20	31.109,95	51,85%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	2.357,21	16.647,62	33,30%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(70.000,00)	(70.000,00)	0,00	(34.168,17)	(48,81)%
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	85.000,00	85.000,00	44.402,72	274.149,80	322,53%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	44.402,72	274.149,80	274,15%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	(15.000,00)	(15.000,00)	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	185.000,00	185.000,00	63.140,74	250.042,64	135,16%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	200.000,00	200.000,00	62.705,70	249.346,22	124,67%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	435,04	543,49	10,87%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	0,00	118,75	2,38%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	0,00	34,18	0,68%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	(30.000,00)	(30.000,00)	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.850.000,00	9.850.000,00	1.486.881,59	6.247.402,26	63,43%
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	778.743,75	3.674.184,83	61,24%

2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	778.743,75	3.674.184,83	61,24%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	649.077,36	2.263.436,03	64,67%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	3.149,38	11.022,83	44,09%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	30.000,00	30.000,00	4.846,49	11.955,74	39,85%
2.5- Cota-Parte ITR	75.000,00	75.000,00	5.298,42	22.122,37	29,50%
2.6- Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	45.766,19	264.680,46	120,31%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.315.000,00	10.315.000,00	1.615.626,95	7.035.426,71	68,21%
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	390.000,00	390.000,00	55.847,42	192.246,60	49,29%
5.1- Transferências do Salário-Educação	150.000,00	150.000,00	25.529,00	107.330,30	71,55%
5.2- Outras Transferências do FNDE	240.000,00	240.000,00	30.318,42	84.762,05	35,32%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				154,25	
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	300.000,00	300.000,00	36.725,61	264.894,27	88,30%
6.1- Transferência de Convênios	300.000,00	300.000,00	36.725,61	264.894,27	88,30%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	50.000,00	50.000,00		2.542,93	5,09%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	740.000,00	740.000,00	92.573,03	459.683,80	62,12%
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.964.000,00	1.964.000,00	296.406,76	1.247.088,43	63,50%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	155.748,72	734.836,77	61,24%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	700.000,00	700.000,00	129.815,43	452.687,05	64,67%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	629,86	2.204,51	44,09%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	15.000,00	15.000,00	1.059,65	4.424,38	29,50%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	44.000,00	44.000,00	9.153,10	52.935,72	120,31%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.800.000,00	2.800.000,00	402.979,60	1.580.618,85	56,45%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.800.000,00	2.800.000,00	402.979,60	1.580.618,85	56,45%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB					
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	836.000,00	836.000,00	106.572,84	333.530,42	39,90%
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental					
14- OUTRAS DESPESAS					
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental					
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					50.578,62
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2014²					41.426,11
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o	%

		(a)		Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.578.750,00	2.578.750,00	403.906,74	1.758.856,68	68,21%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL					
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	333.530,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	333.530,42
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	-333.530,42
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	-4,74

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	50.578,62	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.580.618,85	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.631.197,47	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 Caput do art. 212 da CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Publicado por:
Renata Tereza Zini
Código Identificador:B041E000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO ANEXO III

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/2013 A AGO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	SET/2013	OUT/2013	NOV/2013	DEZ/2013	JAN/2014	FEV/2014	MAR/2014	ABR/2014	MAI/2014	JUN/2014	JUL/2014	AGO/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.768.900,41	4.830.659,48	4.879.092,33	8.139.179,03	5.057.891,25	4.451.328,07	4.306.625,88	5.844.933,78	5.438.638,81	5.784.679,91	4.662.271,41	4.884.610,75	62.048.811,11	51.775.617,22
RECEITA TRIBUTÁRIA	348.055,34	399.727,72	465.332,24	867.806,19	342.968,13	498.587,48	652.689,48	1.267.506,96	933.366,43	424.057,17	759.233,46	904.371,88	7.863.702,48	5.752.339,88
IPTU	5.802,97	4.373,19	6.568,80	281.879,26	207,53	698,71	1.343,04	414.195,89	362.408,97	43.848,64	26.671,17	12.695,66	1.160.693,83	830.943,85
ISS	180.076,95	207.665,09	240.110,25	335.552,54	190.842,80	200.150,82	423.074,08	171.449,93	244.371,99	191.855,69	515.208,37	369.995,75	3.270.354,26	2.573.945,41
ITBI	102.767,50	69.568,08	46.845,04	47.531,25	27.574,90	80.576,73	24.716,24	382.137,65	85.914,28	36.066,08	66.657,23	384.871,64	1.355.226,62	659.627,09
IRRF	16.840,49	70.358,01	128.860,80	110.614,20	79.094,93	86.526,17	76.559,49	103.422,96	79.140,42	90.895,88	94.955,99	89.420,57	1.026.689,91	743.763,12
Outras receitas Tributárias	42.567,43	47.763,35	42.947,35	92.228,94	45.247,97	130.635,05	126.996,63	196.300,53	161.530,77	61.390,88	55.740,70	47.388,26	1.050.737,86	944.060,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	44.725,67	59.799,56	62.422,71	1.528.235,51	66.238,68	69.336,55	63.830,87	64.201,43	64.366,36	661.113,34	71.106,44	70.714,70	2.826.091,82	2.385.893,44
RECEITA PATRIMONIAL	73.256,03	83.955,58	77.818,07	790.941,29	91.517,66	87.724,49	83.286,06	90.605,62	58.371,27	704.182,23	36.110,56	35.426,59	2.213.195,45	2.379.410,44
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇO	181.583,12	202.428,99	186.539,81	236.697,40	101.999,16	157.413,98	203.997,15	222.217,92	233.892,94	236.607,89	267.631,59	263.743,87	2.494.753,82	1.993.335,31
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.054.345,44	3.516.568,55	4.005.672,28	4.158.984,83	4.248.576,18	3.524.745,73	3.198.347,45	4.136.201,79	4.065.042,59	3.240.041,42	3.433.857,57	3.557.288,25	44.139.672,08	37.828.066,22
Cota Parte do FPM	774.346,33	774.358,22	1.077.116,56	1.624.956,99	1.322.055,71	1.411.762,17	837.450,34	955.808,56	1.273.732,43	955.217,12	820.410,64	996.659,34	12.823.874,41	11.482.669,14
Cota Parte do ICMS	703.227,61	980.138,08	789.665,95	832.461,12	937.321,06	617.208,93	695.458,08	883.602,80	731.671,68	671.755,23	985.115,59	832.520,71	9.660.146,84	9.071.526,69
Cota Parte do IPVA	113.647,46	76.880,31	38.022,79	40.263,62	153.103,74	321.246,12	536.014,51	730.943,17	662.123,91	301.898,65	177.564,17	132.897,10	3.284.605,55	2.246.323,07
Cota Parte do ITR	15.869,53	158.378,24	46.981,62	22.580,17	21.044,62	53.219,81	2.467,73	386,87	1.984,69	1.674,75	335,87	13.931,71	338.855,61	361.619,14
Transf. da LC 87/1996	4.861,14	4.861,14	4.861,14	4.861,14	4.409,68	4.409,68	0,00	4.409,68	4.409,68	4.409,68	4.409,68	4.409,68	50.312,32	64.863,40
Transf. da LC 61/1989	0,00	0,00	33.379,81	6.475,30	0,00	6.920,70	0,00	19.155,39	6.462,23	7.028,73	6.694,49	6.877,33	92.993,98	72.530,31
Transferencias do FUNDEB	403.869,87	534.871,64	461.537,24	496.125,20	630.682,63	478.630,97	428.390,51	531.116,07	509.563,32	436.478,66	447.885,73	583.259,49	5.942.411,33	5.004.508,85
Outras Transferências Correntes	1.038.523,50	987.080,92	1.554.107,17	1.131.261,29	1.179.958,74	631.347,35	698.566,28	1.010.779,25	875.094,65	861.578,60	991.441,40	986.732,89	11.946.472,04	9.524.025,62
Outras Receitas Correntes	66.934,81	568.179,08	81.307,22	556.513,81	206.591,44	113.519,84	104.474,87	64.200,06	83.599,22	518.677,86	94.331,79	53.065,46	2.511.395,46	1.436.571,93
DEDUÇÕES (II)	322.390,31	398.923,09	391.329,52	1.929.474,86	487.586,87	481.569,21	414.278,02	515.030,10	534.679,33	1.048.714,99	397.567,02	396.083,58	7.317.626,90	6.370.400,29
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	1.420.834,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	633.549,01	0,00	0,00	2.054.383,72	1.600.000,00
Compens Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	106.413,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.174,97	0,00	0,00	134.588,41	125.000,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	322.390,31	398.923,09	391.329,52	402.226,71	487.586,87	481.569,21	414.278,02	515.030,10	534.679,33	386.991,01	397.567,02	396.083,58	5.128.654,77	4.645.400,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	3.446.510,10	4.431.736,39	4.487.762,81	6.209.704,17	4.570.304,38	3.969.758,86	3.892.347,86	5.329.903,68	4.903.959,48	4.735.964,92	4.264.704,39	4.488.527,17	54.731.184,21	45.405.216,93

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

IVAN DE ALMEIDA SILVA
Encarregado da Contabilidade

Publicado por:
Francisca Moreira do Nascimento
Código Identificador:B7BAE218